

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS

PATRIMÔNIO CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO:
as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI

11 a 14 de novembro de 2019
Cachoeira do Sul (RS)

UFSM-CS

REALIZAÇÃO



APOIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da preservação do
patrimônio cultural no século XXI

Cachoeira do Sul (RS) - 11 a 14 de novembro de 2019

**Organização: Juliana Silva Pavan, Mateus Rosada, Ricardo de Souza Rocha e
Bárbara Maria Giacom Ribeiro**

UFSM-CS
2019

Os autores de todos os resumos expandidos autorizaram sua publicação no Caderno de Resumos Expandidos do II Congresso Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e declararam ser de sua inteira responsabilidade os textos e imagens contidos em seus resumos expandidos; em caso de imagens que não sejam de sua autoria, declararam possuir autorização do(s) autor(es) para seu uso, ou declararam ser de uso livre; em ambos os casos, declararam que a autoria de terceiros foi devidamente informada no trabalho; por fim, os autores declararam-se responsáveis por quaisquer consequências morais ou legais no caso do trabalho como um todo ou parte dele ser considerado inadequado ou plágio por terceiros que venham a se manifestar.

Projeto gráfico, diagramação e capa: Comissão Organizadora do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural : patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI

Desenhos: Mateus Rosada

Paço Municipal, Cachoeira do Sul (RS, Brasil) - 18/12/2016 (página 17);

Fazenda da Tafona, Cachoeira do Sul (RS, Brasil) - 18/12/2016 (página 179);

Château D'Eau e Catedral, Cachoeira do Sul (RS, Brasil) - 17/09/2017 (página 203);

Missão Jesuítica de São Miguel, São Miguel das Missões (RS, Brasil) - 04/06/2017 (página 300).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL
UFSM-CS

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário-Documentalista
Carlos Eduardo Gianetti – CRB-10/2485

C749c Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural (2. : 2019 : Cachoeira do Sul, RS)
Caderno de resumos expandidos do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural : patrimônio cultural e globalização : as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI, 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2019 / Organizador Juliana Silva Pavan et al. Cachoeira do Sul, RS, Brasil. - Cachoeira do Sul: UFSM-CS, 2019.

ISBN 978-85-94140-03-6

1. Arquitetura 2. Urbanismo 3. Patrimônio Cultural 4. Patrimônio Histórico – Brasil 5. Preservação Cultural 6. Preservação 7. Conservação 8. Globalização.
I. Título.

CDU 72

Índice para Catálogo Sistemático

1. Arquitetura e Urbanismo	72
2. Arquitetura histórica	904:72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
TEMÁRIO.....	11
ORGANIZAÇÃO	13
EIXO A: INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL	
A dimensão urbana da cor no restauro arquitetônico - Notas sobre experiências brasileiras.....	17
FLORENZANO, Luciana da Silva (1); RIBEIRO, Rosina Trevisan M. (2)	
A study on impact of public improvement projects by Aga Khan Trust for Culture in Herat Old City, Afghanistan.....	23
SAMIMI, Sayed Abdul Basir (1); ANDO, Tetsuya (2); KAWISH, Khojesta (3)	
Argamassa de revestimento produzida com resíduos de vidro moído substituindo o pó de mica em fachadas Art Déco.....	29
QUERUZ, Francisco (1); PORPORATTI, Alex Scherer (2); GONÇALVES, Bruna de Cássia Coelho (3); WERLANG, Taissa Kulmann (4)	
As ruínas do Moinho Antoniazzi e a paisagem construída do Bairro Dores: abandono e identidade.....	34
MAGOGA, Milena (1); ALCÂNTARA, Marina de (2)	
Avaliação da reação ao fogo em madeiras de edificações mineiras do período colonial brasileiro	40
DIAS, Bruno (1); RIBEIRO, Simone (2); ROCHA, Monique (3); LANDESMANN, Alexandre (4)	
Características e análise dos danos na arquitetura moderna: estudo de caso no Centro de Convivência Cultural de Campinas	46
ALMEIDA, Paulo E. P. (1); URANO, Rafael A. F. (2)	
Desafios da preservação: o caso da Casa de Chá Fiocruz.....	53
MARQUES, Ana Maria Barbedo (1); MENDES, Fernando (2)	
Desafios e questões associadas à conservação, preservação e requalificação do patrimônio arquitetônico moderno.....	59
MARTAU, Betina T. (1); LEMES, Diego J. (2)	
Documentação da moradia urbana através da fotogrametria digital	65
MOREIRA, Amanda Cavalcante (1); REZENDE, Natalia Cappellari (2)	
Hospital Casa de Saúde de Santa Maria – RS: metodologias de análise patológica.....	70
BERNARDI, Danieli F. (1); LOPES, Caryl E. J. (2)	

Karl Hartwig Unterberger (1934 - 2019): fragmentos da presença do pintor austríaco e sua contribuição para a pintura religiosa no estado de São Paulo	76
SALOMÃO, Myriam (1)	
Mapa de danos e manual de conservação da Vila Economizadora	83
SOUZA, Thais C. S. (1); MUCCIACITO, Heloisa S. (2); PAULA, Caroline (3); SANTOS, Ana Clara M. (4)	
O Art Déco em Santa Maria: estudo sobre a Residência Carmen Fernandes Bicca	90
QUERUZ, Francisco (1); BORGES, Nicole (2)	
O restauro da fachada frontal da Catedral Basílica do Salvador	96
DELANOY, Simone S. (1); BARBOSA, Carlos (2); MACHADO, Elias José de A. (3)	
O uso da metodologia BIM com ênfase na vida útil dos componentes na manutenção do patrimônio.....	103
FRAZÃO, Keila N. Takagi (1); SILVA, Neander Furtado (2)	
Para além do olhar: o patrimônio histórico da cidade de Pelotas na palma da mão	110
LEANDRO, Ramile (1); BORDA, Adriane (2); PIRES, Janice (3)	
Patrimônio arquitetônico e urbano do bairro Jaraguá, Maceió/AL	117
VASCONCELOS, Heber Macel Tenório (1); FIORIN, Evandro (2)	
Patrimônio cultural da Vila da Conceição de Itanhaém, SP-Brasil	123
SANTOS, Regina Helena Vieira (1)	
Patrimônio cultural material dos Beneditinos em Boa Vista-RR: considerações sobre as Igrejas Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião.....	129
RAMALHO, Paulina Onofre (1); OLIVEIRA, Kelly Christina Ramos de (2); RAMALHO, Carla Onofre (3)	
Patrimônio e uso dos espaços: o caso do Edifício Touring de Brasília	136
ALMEIDA, Cristiano Farias (1); LISBOA, Rafael Martins (2); OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de (3)	
Preservar o moderno: recomendações para o Edifício das Diretorias no centro de Florianópolis-SC.....	141
TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura (1); PIMENTA, Anna Freitas Portela de Souza (2); SOUZA, Júlia Lange de (3); RICHARTZ, Lidiane (4)	
Proposta de metodologia para análise de edifícios históricos em relação à segurança contra incêndio	148
ONO, Rosaria (1); DI GREGORIO, Mirella (2); XAVIER, Anna (3)	
(Re)Ativação da paisagem cultural do antigo conjunto ferroviário de Avaré (SP) ..	153
CÉSAR, Anna Carolina Arruda Nogueira (1); GOMES, Samir Hernandes Tenório (2)	
Rede PHI: a Plataforma de Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano	160
SILVA, Valentina de Farias Betemps da (1); OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de (2)	

Restauração de pisos em patrimônio do Século XX – Edifício da Antiga Delegacia Fiscal em Goiânia/GO..... 166

CORRÊA, Wanessa (1); MENDONÇA, Dafne M. de (2); PAIVA, Salma Saddi W. de (3); SANTANA, Beatriz O. de (4)

Uma experiência de Especialização de Quadros Profissionais para qualificação de intervenções no patrimônio cultural tangível..... 172

GALLO, Haroldo (1); TOGNON, Marcos (2)

EIXO B: PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE

A comunidade São Gonçalo Beira Rio enquanto paradigma da identidade cultural cuiabana no século XXI - Interações entre questões paisagísticas, etnoarqueológicas e patrimoniais imateriais por intermédio da arquitetura..... 179

ANGHINONI, Lucas Gustavo (1)

Calçada portuguesa na cidade de São Paulo: protagonista, sobrevivente ou vilã?..... 185

SPIESS, Wanessa (1); ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi (2)

Os botes bastardos e a paisagem cultural de Camocim: memória, identidade e cultura marinheira 189

COELHO, Matheus Aguiar (1); COELHO, Pedro Cela de Arruda (2); PIMENTEL, Andréia Coelho (3); SOUZA, Eduardo Cunha (4)

Patrimônio imaterial no Vale do Taquari: a memória coletiva como meio de resgatar os traços identitários dos imigrantes na região..... 195

WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva (1); SÁ, Jauri dos Santos (2); CARNEVALLI, Andressa (3); NICHEL, Caroline (4); ROCHA, Luíze França da (5)

EIXO C: POLÍTICAS PÚBLICAS

A criação da ZEPEC: o lugar do patrimônio cultural no zoneamento paulistano.... 203

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa (1)

A importância do inventário na preservação do patrimônio cultural de Vargem Grande do Sul 208

TIRELLO, Regina Andrade (1); ANDRADE, Patrícia Cavalheiro (2)

A qualidade de habitação e arquitetônica do Residencial São Caetano do programa “PPP Habitacional” no bairro da Luz: análise dialógica 215

SILVA, Marcos Felipe Alves da (1); SALCEDO, Rosio Fernández Baca (2)

Ainda existem habitações no centro tombado de Cuiabá-MT? 222

MASCARO, Luciana (1); TORRES, Gabriella (2)

Arquitetura do café no sul do Espírito Santo: um patrimônio em risco 228

MOREIRA, Pedro da Luz (1); HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho (2); BERNARDO, Luciano Correia (3)

As externalidades das políticas públicas de desenvolvimento urbano como ameaça à preservação do patrimônio histórico industrial: o caso da Cervejaria Polar.....	233
BENATTI, Gelson Luiz (1); CAMPOS, Oritz Adriano Adams (2); VOLPATTO, Lucas Bernardes (3); SPINELLI, Rodrigo (4); GIRALT, Rômulo Plentz (5)	
Metodologia de valoração de dano: destruição de túmulos artísticos de cemitério	238
HUYER, André (1)	
O conselho municipal como agente de políticas públicas de preservação - As possibilidades criadas pela legislação municipal de Poços de Caldas – MG	242
BUGA, Fernanda Viana (1)	
O IPHAN e a institucionalização do patrimônio cultural arquitetônico: normas e instrumentos.....	248
GERIBELLO, Denise Fernandes (1)	
O patrimônio como palimpsesto: revelando as camadas dos Arcos [do Bixiga], em São Paulo.....	253
MUNIZ, Cláudia (1)	
O processo de municipalização da gestão do patrimônio no Brasil: as mudanças promovidas pela vinda do emissário Michel Parent e pelos Compromissos de Brasília e Salvador	260
BARROS, Maíra de Camargo (1)	
Participação social e iniciativa privada na salvaguarda patrimonial: uma experiência com a aplicação de outorga onerosa do direito de construir (OODC) em Limeira SP.....	265
CAMPOS, Maxwell Ferreira (1); SCIOTA, Alessandra Argenton (2); RONTANI, Sofia Puppini (3); DEZEN-KEMPTER, Eloísa (4)	
Patrimônio cultural do trabalho e dos trabalhadores: o tombamento da Fábrica e Vila Brasital - São Roque, SP	272
DARVICHE, Yasmin (1)	
Patrimônio cultural imaterial e licenciamento ambiental: reflexões para políticas de salvaguarda.....	278
VILAÇA, Marina (1); VOLPINI, Giulia (2)	
Proposta de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos para a proteção do patrimônio histórico em São Bento do Sul/SC	283
MALLON, Marina Anjos (1); MOURE, Laura Bahia Ramos (2)	
Santa Maria e a preservação do seu patrimônio cultural edificado à luz da legislação	288
QUERUZ, Francisco (1); VIEIRA, Jéssica Corsini (2); FROS, Camila Saccol (3)	

Triste sina dos casarões ecléticos de São Carlos (SP)	294
BORTOLUCCI, Maria Angela (1)	

EIXO D: PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES

A condição da preservação do patrimônio arquitetônico no núcleo fundacional de Lages/SC	300
---	-----

SILVA, Gessica Coelho (1); PASSOS, Bruna Tratz (2); SANTOS, Lilian Louise Fabre (3);
SANTOS, Fabiano Teixeira (4)

A paisagem cultural do entorno da antiga fábrica MAESA – Metalúrgica Abramo Eberle S.A., Caxias do Sul, RS	306
--	-----

TESSER, Maiara Balbinot (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

A paisagem dos fundos de vale em Limeira: uso e qualidade urbana.....	310
---	-----

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (1); AZEVEDO, Patrícia Cereda de (2)

A percepção sobre o patrimônio urbano na participação do concurso acadêmico URBAN 21.....	316
---	-----

RIBEIRO, Luiza Pereira (1); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (2)

Análise da arquitetura Art Déco em Santa Maria - RS: O caso de Avenida Rio Branco e suas aproximações com o distrito Ocean Drive de Miami	322
---	-----

BALDISSARELLI, Maiara (1); LENHARD, Marlucci (2); NOGUEIRA, Ana Paula (3)

Arquitetura Cuiabana: permanências e transformações no centro histórico da cidade.....	328
--	-----

LOZICH, Kellen Melo Dorileo (1); FIORIN, Evandro (2); CÔRTEZ, Mara Lopes (3)

Arquitetura residencial cafeeira paulista: valorização histórica, artística e de uso prático como instrumentos para preservação	335
---	-----

ANTUNES, Beatriz Leite (1); SALCEDO, Rosío Fernández Baca (2)

As cartas patrimoniais e a patrimonialização das paisagens culturais	341
--	-----

BARBOSA, Carlos Antônio (1); MACHADO, Elias José de Almeida Machado (2)

As rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS	347
---	-----

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal (1); CARDOSO, Eduardo Schiavone (2)

Lá vem o Brasil descendo a ladeira: desafios da preservação do patrimônio cultural de Salvador	353
--	-----

MAGALDI, Cassia Regina Carvalho de (1); ANDRADE, Paula Rodrigues de (2)

Mapeamento e análise dos imóveis inventariados de Cachoeira do Sul (RS)	358
---	-----

PAHIM, Raquel Tatsch de Figueiredo (1); MAZUIM, Bruno da Silva (2); LEAL, Geanny Bañolas (3);
PEREIRA FILHO, Rodrigo (4); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (5)

Modernismo Paulista. A Arquitetura Moderna produzida no interior do Estado de São Paulo e sua difusão: Araraquara	366
OBICI, Beatriz Camargo (1); MASSERAN, Paulo Roberto (2)	
Monumento aos Ferroviários de Santa Maria: lugar de pertencimento	372
DAROS, Henrique (1); ROSA, Laura (2); DORNÉLES, Vanessa (3); PIPPI, Luis (4)	
Notas para o estudo de capelas do ciclo do ouro em Minas Gerais	378
MORONI FILHO, Elio (1)	
Os ratos e os rastros - a percepção da paisagem urbana através das palavras	383
SCHÖFFEL, Débora Grando (1)	
Paisagem cultural: a arquitetura cemiterial no cenário imigrantista de Ibarama- RS	388
ZUCHETTO, Henrique (1)	
Paisagem cultural: análise visual da paisagem de Santa Tereza, RS	395
FELIN, Pauline Fonini (1); MOLON, Bruna Nunes (2)	
Paisagem cultural: evolução urbana no município de Santa Tereza	400
BRAND, Débora Luísa Corso (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)	
Paisagem urbana das construções no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo: uma análise dialógica	407
SALCEDO, Rosio Fernandez Baca (1); ALVES, Caroline Daiane (2)	
Paisagens esquecidas de Maricá	413
ALVES, Ana Cláudia Nunes (1)	
Patrimônio industrial edificado em Cachoeira do Sul	418
FRANCESCHI, Leonardo I. Gomes de (1); COLBEICH, Jéssica Machado (2)	
Petrópolis: um primeiro olhar urbano-paisagístico para a preservação no Estado do Rio de Janeiro	424
COSTA, Daniella (1); REIS, Igor (2); BARROS, Nathalia (3) JANSEN, Artur (4)	

APRESENTAÇÃO

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio Cultural e Globalização: as Problemáticas da Preservação do Patrimônio Cultural no século XXI

O Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural tem sua origem nos debates realizados nos colóquios promovidos pela UNESP, na cidade de Bauru (SP). O Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista (PPGARQ/UNESP) promoveu o I e o II “Colóquio sobre a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico e Urbano”, com o apoio do CICOP-Brasil, em 2013 e 2015, na cidade de Bauru (SP). Em 2017, a Universidade Federal do Mato Grosso, também com o apoio do CICOP-Brasil, organizou o “I Congresso Nacional Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: Fronteiras do Patrimônio”, na cidade de Cuiabá. No referido Congresso, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Cachoeira do Sul, tomou para si o desafio de organizar o II Congresso Nacional Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural.

O tema deste segundo evento - Patrimônio Cultural e Globalização: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI – relaciona-se com a realidade da cidade-sede deste II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural. Dando continuidade à visão ampliada do I Congresso Nacional, de se discutir o patrimônio cultural também fora dos grandes centros, o município que sedia esta segunda edição é Cachoeira do Sul, cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, cuja dinâmica econômica e social está intimamente vinculada ao ambiente rural. Cachoeira do Sul é a quinta cidade mais antiga do estado e possui um considerável patrimônio arquitetônico, urbano e rural. Mesmo assim, não é reconhecida como uma cidade histórica e turística no estado. Diferente da realidade de outros municípios históricos e turísticos, em que as problemáticas de proteção do patrimônio cultural estão relacionadas, principalmente, ao turismo excessivo e à deturpação dos valores simbólicos do patrimônio construído, na cidade de Cachoeira do Sul os problemas da globalização trazem a ideia, embutida na percepção de parte da população, de que o

patrimônio cultural é uma barreira para o desenvolvimento econômico, fato que causa a anuência para a demolição/descharacterização de diversos exemplares, o que compromete o conjunto urbano que ainda sobrevive.

A produção dos espaços construídos e o acúmulo de valores e significados atribuídos pelo homem, com o passar do tempo, permitem o reconhecimento do passado de nossa sociedade e trazem a possibilidade de nos identificarmos como indivíduos integrantes de nossa comunidade na atualidade. As ações públicas e privadas voltadas para preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) devem contribuir para a manutenção e permanência das diversas identidades culturais de forma coerente com seu passado e com a realidade de hoje. Porém, vivemos na atualidade uma crise de valores, onde os valores econômicos e de *marketing* se tornaram, muitas vezes, os objetivos das ações de intervenção no patrimônio cultural em detrimento dos valores culturais e simbólicos existentes nas cidades. A globalização tem afetado a forma de gerir e intervir no patrimônio cultural, trazendo como consequência a homogeneização das culturas, o turismo excessivo e descontrolado, a deturpação do passado em prol do desenvolvimento econômico, ou até mesmo em prol de publicidade (de ações privadas ou públicas), e problemas sociais como a gentrificação. Este congresso tem a intenção de gerar reflexões sobre as diversas problemáticas atuais que envolvem a preservação, salvaguarda, conservação, restauração e reabilitação do patrimônio cultural, além de apresentar e reconhecer ações que conseguiram satisfatoriamente proteger o patrimônio cultural destas questões que envolvem a globalização. A apresentação de artigos dentro da temática do patrimônio cultural e da globalização visa contribuir na discussão sobre os desafios teóricos e práticos que a preservação do patrimônio enfrenta na atualidade.

Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU/UFSM-CS)

Coordenadora Geral do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural

TEMÁRIO

Eixo A - Intervenção no Patrimônio Cultural: este eixo envolve os assuntos relacionados com a intervenção no patrimônio cultural edificado (restauração, conservação, manutenção, reutilização, consolidação etc.), tanto do ponto de vista teórico, quanto através de estudos de caso. As intervenções nos edifícios do patrimônio cultural são, por diversas vezes, indispensáveis para a sobrevivência física do edifício, seja pelo estado de degradação do bem ou pela inadequação – ou inexistência – de seu uso. Estas ações devem sempre considerar a preservação da autenticidade, material e imaterial, do edifício para a sua efetiva salvaguarda, que é o objetivo principal de se intervir fisicamente no patrimônio cultural edificado. Desta forma, também se enquadraram neste eixo os artigos que discorrem sobre temas práticos relacionados à intervenção em bens culturais, como as técnicas construtivas e materiais utilizados, as inovações científicas e tecnológicas e, ainda, a relação entre a teoria e a metodologia aplicada na reabilitação física do edifício considerado como um bem cultural. Outros assuntos que envolvem este eixo são aqueles relacionados às problemáticas advindas da globalização, tema do evento. Está cada vez mais presente nas sociedades o consumo generalizado, a homogeneização das culturas em prejuízo das diferenças. Uma das questões a isso relacionadas é a deturpação do objetivo principal de intervir nos edifícios do patrimônio cultural: na atualidade, muitas das ações têm priorizado o *Marketing*, o turismo e o retorno econômico, desqualificando os valores culturais locais e a autenticidade destes bens.

Eixo B - Patrimônio Imaterial e Identidade: os trabalhos vinculados a este eixo abordam a importância do Patrimônio Cultural Imaterial como fonte de diversidade cultural essencial para a identidade coletiva. Os bens culturais de natureza imaterial são formas de expressões artísticas, representações, celebrações, práticas sociais, rituais, atos festivos, conhecimentos, saberes, ofícios, modos de fazer, técnicas artesanais tradicionais e, também, lugares, como feiras, mercados, praças e locais de práticas culturais coletivas. A preservação e o reconhecimento estão relacionados ao respeito do patrimônio cultural imaterial vinculado às diversas comunidades, grupos e indivíduos, através do registro e também dos trabalhos de conscientização. Os artigos para este eixo poderiam apresentar discussões e análises tanto do ponto de vista teórico quanto através de estudos de caso.

Eixo C - Políticas Públicas: os trabalhos neste eixo abordam as políticas públicas voltadas e/ou que interferem na preservação do patrimônio cultural, em suas variadas escalas e âmbitos legais. As políticas públicas podem influenciar diretamente nas ações práticas adotadas em intervenções nas paisagens, áreas, cidades, conjuntos e edifícios do patrimônio cultural; estas intervenções podem interferir, também, na permanência dos diversos grupos sociais e culturais e das diversas identidades culturais associadas a estes espaços. A alteração/destruição de espaços compreendidos como patrimônio cultural pode provocar perturbações sociais, por isso a apresentação e análise de políticas públicas são essenciais para a compreensão e o debate sobre a efetiva preservação material e imaterial do patrimônio cultural. As ameaças da globalização são também enquadradas neste eixo, ameaças que muitas vezes surgem sob pretexto de expansão ou de modernização das cidades, e que podem, ao influenciar as ações e políticas públicas, acabar deturpando o caráter social último da preservação do patrimônio cultural, causando efeitos socialmente indesejáveis como a gentrificação.

Eixo D - Paisagem em suas várias dimensões (Cultural, Rural e Patrimônio Urbano): este eixo propunha a realização de análises não só das relações entre os bens culturais e as paisagens, mas, principalmente, da constituição destas paisagens enquanto bens culturais. Nesse sentido, quer sob a chancela de paisagem cultural quer por meio das diferentes paisagens "urbanas" (capitais e metrópoles, conjuntos urbanos de interesse, mas também pequenas cidades do interior) ou das paisagens "mistas" e "rurais" (zonas periurbanas, cinturões e áreas agrícolas), suas várias escalas e dimensões deveriam ser abordadas. Tanto do ponto de vista teórico quanto, fundamentalmente, através de estudos de caso, desde que sempre a partir de uma abordagem com foco em sua preservação, manutenção e desenvolvimento como valor para a sociedade. O debate internacional sobre a preservação das paisagens enfatiza seu caráter dinâmico. Nesse sentido, como crescer e transformar propondo alternativas para a eventual uniformização e despersonalização das paisagens que se manifestam fortemente no século XXI?

ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL:

Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)

VICE COORDENAÇÃO GERAL:

Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)

COMITÊ CIENTÍFICO:

Profa. Me. Amanda Cavalcante Moreira (CAU-CT-UFPI)
Profa. Dra. Ana Aparecida Barbosa Pereira (PROAC-FAU-UFJF)
Profa. Me. Ana Carolina Gleria Lima (CAU-Unitoledo)
Profa. Me. Ana Paula Nogueira (CAU-ULBRA)
Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho (PGAUR-USJT)
Prof. Dr. Antonio Soukef Júnior (PMP-UNIVAG)
Profa. Dra. Bárbara Maria Giacom Ribeiro (CAU-UFSM-CS)
Profa. Me. Camila Gomes Sant' Anna (CAU-UFG)
Profa. Dra. Carla Maria Teixeira Coelho (COC-FIOCRUZ)
Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade (PPGAU-IAU-USP)
Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (PPGAUP-CT-UFSM)
Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos (UFRRJ)
Prof. Dr. Clódís de Oliveira Andradas Filho (PPGAS-UERGS)
Profa. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Cristina de Campos (PGAUR-USJT)
Profa. Dra. Daniella Martins Costa (EE-UFF)
Profa. Dra. Eneida de Almeida (PGAUR-USJT)
Profa. Dra. Ethel Pinheiro Santana (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Evelyn Furquim Werneck Lima (PPGAC-CLA-UNIRIO)
Prof. Dr. Fábio Müller (PPGAUP-CT-UFSM)
Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (PPGAU-FAU-USP)
Prof. Dr. Gonzalo Cerda Brintrup (UBioBio, Chile)
Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Inês El-Jaick Andrade (COC-FIOCRUZ)
Profa. Dra. Joana D'Arc de Oliveira (IAU-USP)
Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)
Profa. Me. Leonora Romano (CAU-UFSM)
Profa. Dra. Liziane Peres Mangili (CAU-UFSJ)
Profa. Dra. Luciana Pelaes Mascaró (FAET-UFMT)
Profa. Dra. Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa (PGCTS-CECH-UFSCar)
Prof. Dr. Marcos Tognon (PPGH-IFCH-UNICAMP)

Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta (PósARQ-CTC-UFSC)
Profa. Dra. Maria Angela P.C.S. Bortolucci (PPGAU-IAU-USP)
Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale (PPGAU-FAUED-UFU)
Profa. Dra. Marta Enokibara (PPGARQ-FAAC-UNESP)
Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)
Profa. Dra. Monica Cristina B. Frandi Ferreira (CAU-ASSER-RC)
Prof. Dr. Paulo Roberto Masseran (FAAC-UNESP)
Profa. Dra. Renata Maria de Almeida Martins (PPGAU-FAU-USP)
Prof. Dr. Renato Gama-Rosa da Costa (COC-FIOCRUZ)
Prof. Dr. Rodrigo Sartori Jabur (CAU-UFPR)
Profa. Dra. Rosina Trevisan Martins Ribeiro (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Rosio Fernández Baca Salcedo (PPGARQ-FAAC-UNESP)
Profa. Dra. Simone Scifoni (PPGGH-FFLCH-USP)
Profa. Dra. Soraya Nórr (PósARQ-CTC-UFSC)
Profa. Dra. Telma de Barros Correia (PPGAU-IAU-USP)
Dra. Thais Fátima dos Santos Cruz (SPR-PARANAP)
Profa. Dra. Valéria Eugênia Garcia (CAU-UNIP)
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior (POSURB-FAU-PUCCamp)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Atila Augusto Stock da Rosa (PPGPC-UFSM)
Profa. Dra. Bárbara Maria Giacom Ribeiro (UFSM-CS)
Profa. Dra. Giane de Campos Grigoletti (PPGAUP-UFSM)
Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Laline Elisangela Cenci (UFSM-CS)
Profa. Me. Leticia de Castro Gabriel (UFSM-CS)
Profa. Dra. Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui (UFSM-CS)
Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)
Prof. Dr. Paulo Roberto Masseran (UNESP)
Profa. Me. Paula Bem Olivo (UFSM-CS)
Profa. Me. Renata Venturini Zampieri (UFSM-CS)
Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Verônica Garcia Donoso (UFSM-CS)

COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO:

Carlos Eduardo Gianetti - Bibliotecário-Documentalista (UFSM-CS)
Diones de Vargas Dutra - Técnico de Tecnologia de Informação (UFSM-CS)

REALIZAÇÃO:

Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul (CAU-UFSM-CS)

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Cachoeira do Sul, RS - 11 a 14 nov. 2019

APOIOS:

Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (CICOP-Brasil)

Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC-UFSM)

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP-UFSM)

Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Sede

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cachoeira do Sul (COMPAHC)

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS)

Associação de Amigos Fazenda da Tafona

REALIZAÇÃO



APOIOS



EIXO A: INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL



A dimensão urbana da cor no restauro arquitetônico - Notas sobre experiências brasileiras

Urban dimension of color in architectural restoration - Notes on Brazilian experiences

FLORENZANO, Luciana da Silva (1); RIBEIRO, Rosina Trevisan M. (2)

(1) Doutoranda, Proarq/UFRJ, lucianaflorenzano@gmail.com

(2) Professora Doutora, UFRJ, rosinatrevisan@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

As questões envolvendo a cor na preservação do patrimônio edificado só podem ser exploradas a fundo se os aspectos tecnológicos e, portanto, materiais da arquitetura, forem vinculados à interpretação cultural contemporânea. Ou seja, é necessário discutir, do ponto de vista histórico-crítico, as intervenções de restauro em sua essência e não apenas a partir das possibilidades técnicas disponíveis. Este artigo busca, então, refletir acerca da dimensão urbana da cor no restauro arquitetônico, do ponto de vista de sua interpretação cultural em nossa sociedade contemporânea. A noção de patrimônio cultural, enquanto parte integrante da dinâmica urbana pressupõe a necessidade de análises cromáticas para além da escala do edifício, discutindo o papel das cores das superfícies arquitetônicas na escala da cidade. Em uma primeira aproximação a essa problemática, esse artigo discute os impactos da cor no patrimônio edificado, considerando-a como um problema teórico da restauração, que, embora seja determinante para continuidade ou descontinuidade da imagem urbana e ambiência do lugar, é ainda pouco debatido em intervenções no patrimônio cultural brasileiro.

Para Edwards (2004) a cor trata-se de uma experiência subjetiva, uma sensação mental que só existe a partir de três condições: a existência de um observador, de um objeto e de iluminação suficiente na faixa de ondas estreitas do espectro visível. Para a *Gestalt*, que consiste em um ramo da psicologia que estuda e analisa a percepção das formas, não existe valor absoluto de cor ou de forma, pois as coisas são percebidas apenas nas suas relações. Assim, só há apreensão das formas quando relacionadas com a cor e vice-versa (FONSECA, 2006).

Kohlsdorf (1996) aponta que a teoria da Gestalt transformou concepções clássicas quanto à percepção, pois afirma que não existem objetos isolados de apreensão, mas sim totalidades que são partes de outras totalidades. De maneira um pouco semelhante, Aguiar (2002) aborda a teoria semiológica, segundo a qual o espaço externo, ou significante, encerra o espaço interno – o significado. Todos os elementos externos são, explicitamente, os portadores dos significados do interior. Em uma análise urbanística, Aguiar (2002) ressalta que, por comparação, o significante também assume um significado. Assim, as fachadas urbanas sempre serão, simultaneamente, significantes dos espaços internos da edificação e possuem, elas próprias, um novo significado, funcionando como paredes interiores do espaço urbano.

Destaca-se também o papel da forma no espaço, que para Kohlsdorf (1994) possui aspecto fundamental, sendo por meio da forma que se concretiza o desempenho do espaço quanto às expectativas colocadas pelos que o frequentam. Kohlsdorf (1994) ainda observa que essa forma física do espaço arquitetônico é o principal veículo de

sua comunicação, o que conduz ao pensamento de que a informação visual é o fio condutor da formação da própria noção de espaço. Sobre essa noção de espaço, cabe salientar as afirmações de Aguiar (2002) quando discorre que a cor é parte integrante dos elementos que caracterizam e que também humanizam o espaço, onde a alteração no esquema cromático torna-se certamente um forte elemento para conduzir a continuidade ou descontinuidade da imagem urbana.

Analisando a questão a partir do patrimônio edificado, um exemplo para ilustrar é a relação entre cor e imagem urbana na cidade barroca. Goitia (1992), em sua abordagem, enfatiza os princípios fundamentais de Lavedan (1959) sobre o urbanismo barroco: a linha reta, a perspectiva monumental e a uniformidade. Nesta composição urbanística, é claro o papel determinante da cor para o sentido urbano do plano: as tonalidades escolhidas para as fachadas conduzem o olhar do homem para o foco central da perspectiva barroca. Tal centralidade não seria concretizada com tamanha notoriedade a partir de superfícies com distintos matizes de cor.

No entanto, há muitas vezes um conflito entre os significantes e os significados - quando ocorre o fachadismo, que conduz à perda da integridade arquitetônica e é, para Aguiar (2002), reflexo do predomínio de “uma cultura consumista” na arquitetura. Essa cultura, paradoxalmente, tem como pretexto a salvaguarda da cidade preexistente, com a memória e a imagem urbana. Desta constatação, Aguiar (2002, p. 175) conduz a uma indagação extremamente pertinente: “O que é, hoje, a imagem urbana de natureza histórica? Qual é a identidade do patrimônio urbano? A imagem e a identidade são equivalentes? É a imagem a identidade e a identidade a fachada?”.

Notadamente, é sabido que a identidade urbana não se compõe apenas das fachadas. A questão é bastante complexa e envolve uma integração e análise em distintas esferas, partindo-se do pressuposto, já alertado por Aguiar (2002), de que a identidade é um fato sociológico, construída por meio de um processo de “auto-reconhecimento” entre lugar e habitante. A complexidade reside em atentar para o vínculo intrínseco entre identidade e tempo, como bem observa Ricoeur (2007), quando afirma que a constituição de identidade torna-se frágil na sua difícil relação com o tempo, uma vez que as sociedades se alteram e com isso mudam-se os significados transmitidos pelos elementos.

No entanto, há, evidentemente, significados que permanecem durante diversas gerações e sociedades, como é nítido ao longo da história da arquitetura. Ou seja, ainda que o conceito de significado possa ser flutuante e variável no tempo, ele de fato, pode permanecer na arquitetura em distintas sociedades. De forma semelhante, Lenclos (1989) afirma que há uma estreita interação contextual entre o território e a linguagem arquitetônica, e, com métodos adequados, essa linguagem pode ser lida e interpretada para um novo contexto.

Dessa forma, a cor das superfícies arquitetônicas do ponto de vista psicológico e perceptual direciona-se não somente à experiência estética, mas também ao sentido de pertencimento e ao sentido de lugar. Nesse âmbito, o estudo da cor encontra similitude na abordagem fenomenológica que o arquiteto Norberg-Schulz chamou de fenômeno do lugar (NESBITT, 2008). Na arquitetura, a fenomenologia defende a sua “capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos” (NESBITT, 2008, p. 443). Assumindo a ideia romana de *genius loci* para o lugar, a arquitetura deve, portanto, se articular ao local onde está implantada de maneira a considerar e fortalecer a identificação do usuário com sua cultura e região.

No entanto, verificam-se situações em cidades e núcleos urbanos históricos no Brasil, onde a questão não é debatida enquanto problema teórico, inclusive do ponto de vista

histórico, estético e formal. Assim, é possível notar extremos, tanto com cores desarticuladas de seu contexto, quanto grande semelhança e homogeneização de cidades históricas, cujas cores passam a compor uma espécie de cenografia para o turismo cultural. Nesse panorama, a restauração arquitetônica tem, de forma geral, refletido uma semelhança entre cores de distintos núcleos urbanos brasileiros, o que nos faz questionar sobre os aportes teóricos necessários para sustentar intervenções cromáticas, de forma a buscar uma consciência histórico-crítica considerando os significados e significações históricas e culturais da cor na arquitetura.

De forma geral, no Brasil, cidades históricas de grande expressão nacional e cuja ocupação inicia-se no período colonial, apresentam em suas fachadas, predominantemente, a cor branca, com suas janelas pintadas em tons coloridos. Cidades como Paraty, no estado do Rio de Janeiro e Tiradentes, em Minas Gerais ilustram a questão e revelam restaurações realizadas nas últimas décadas, onde prevaleciam tentativas de retornar a suposta originalidade.



Figura 1 - Paraty- RJ.

Fonte: fotografia de Luciana Florenzano, 08 de março de 2019.

Já cidades ou núcleos urbanos considerados ecléticos apresentam cores vibrantes nas fachadas e ornatos brancos, como é possível notar em cidades tão distintas do território brasileiro, a exemplo de Campos dos Goytacazes/RJ, Vitória/ES (Figura 2) e Belém/PA (Figura 3).

Assim, a despeito do tamanho do território brasileiro, há a incidência de um fenômeno de padronização da cor nas tipologias cromáticas, apesar das particularidades de materiais em cada contexto dessas regiões. Nesse âmbito, Aguiar (2002) destaca a perda das gamas locais de cores, denominadas por Lenclos (1989) de *Geography of Colour*.

Diante dessas experiências brasileiras, cabe reforçar a necessidade de reflexões sobre o tema quanto a essa padronização cromática. Corroborando a questão, o pesquisador José Aguiar, da Universidade de Lisboa, ressalta, utilizando como exemplo a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Outeiro, Igreja e Convento da Penha, bens localizados na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, que os ornatos em estuque dos frontões,

podem ter sido coloridos¹, apesar da imposição “branca” que é imposta pelo imaginário da arquitetura colonial brasileira.

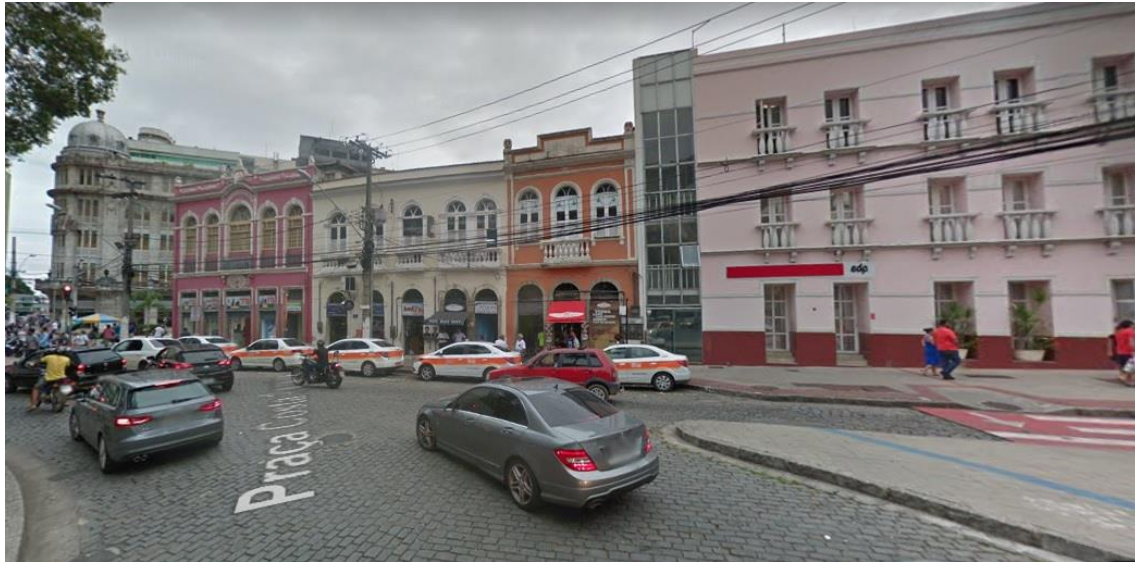


Figura 2 - Vitória-ES.

Fonte: Google Maps, 2017. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-20.3200554,-40.3357949,3a,75y,183.75h,93.63t/data=!3m6!1e1!3m4!1s8p2654tpuReRJNThMRznQ!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 14 set, 8h20.



Figura 3 - Belém - PA.

Fonte: fotografia de Luciana Florenzano, 22 de dezembro de 2017.

¹ Informação fornecida em apresentação realizada por José Aguiar, no Rio de Janeiro, em junho de 2017, na 4ª jornada do Patrimônio do Iphan, ocorrida no Centro Lúcio Costa/Iphan.

Tal contextualização envolvendo a cor na restauração do patrimônio edificado brasileiro e a escassez de pesquisas sobre técnicas e tipologias cromáticas para além do período colonial, reforçam a necessidade de pesquisa histórica e aprofundamento teórico para novas intervenções cromáticas em cidades brasileiras de valor patrimonial.

Portanto, a reflexão busca também discutir a dificuldade de se estabelecer alternativas de forma a evitar uma reposição de um historicismo mais ou menos mimético. Isto posto, intervir na cor das cidades e dos núcleos históricos é reconstituir, para Aguiar (2002), um componente que faz parte integrante da sua cultura, o qual, no entanto, inevitavelmente será visto sob a perspectiva contemporânea. Diante de tais considerações, é possível analisar e determinar tipologias cromáticas do território, estudando as superfícies arquitetônicas enquanto documentos históricos e tecnológicos e enquanto ferramentas para correlação da cor com a identidade urbana contemporânea.

Por tipologia cromática, ressalta-se a definição do conceito a partir da noção de tipologia proposta por Norberg-Schulz (1984), que considerou, conforme aponta Naoumova (2009), a tipologia cromática como participativa na formação de identidade de um lugar. Para Norberg-Schulz, o lugar e, por consequência, as superfícies arquitetônicas, não representam múltiplas situações distintas; constituindo, na verdade, um universo de modelos ou esquemas semelhantes, visíveis e identificáveis (NORBERG-SCHULZ, 1984, apud NAOUMOVA, 2009).

Dessa forma, o que se quer ressaltar, a partir da abordagem do tema em questão, é o valor da cidade como espaço visual. Para tanto, as cores das superfícies devem ser analisadas dentro de uma gestão de valores, uma vez que a policromia é característica significativa em processos de identificação do homem com a cidade.

Por outro lado, quando consideramos uma abordagem dentro de uma gestão de valores, é primordial um aprofundamento das peculiaridades do local, tanto em seus aspectos históricos, quanto simbólicos e percebidos na contemporaneidade. Trata-se de entender que a questão da cor na arquitetura e no urbanismo é muito mais abrangente do que a definição de planos de cor baseados em padrões cromáticos de distintas linguagens estilísticas, ou tomadas de decisão com base unicamente em argumentos técnicos. A dimensão do problema da cor para Aguiar:

[...] desenha-se entre a necessidade de preservar a unidade artística do objecto e as suas implicações na coerência do conjunto onde aquele se integra. Qualquer tomada de decisão referente a um esquema de cor a aplicar na fachada de um edifício, num núcleo urbano histórico, não pode ser tomada como uma decisão de carácter privado (AGUIAR, 2002, p. 549).

Assim, o tratamento das superfícies deve ser encarado no processo de restauração em uma análise histórico-crítica, o que compreende muito mais do que apenas uma decisão determinada a partir de critérios técnicos, embora uma interpretação crítica das análises cromáticas deva, necessariamente, partir do conhecimento das técnicas e dos pigmentos. Kuhl (2004) destaca tal afirmação, ressaltando a relevância fundamental do processo técnico dentro do processo histórico-crítico para o desenvolvimento de intervenções contemporâneas no patrimônio edificado.

Frente ao exposto e, assumindo a cor como fenômeno urbano, destaca-se a necessidade existente no Brasil de se realizar uma abordagem das cores das superfícies arquitetônicas a partir de sua significância estética, histórica, política, social e cultural. Não se trata, no entanto, de restringir a imagem urbana às fachadas dos

edifícios, mas de conceber a leitura estética do sítio histórico enquanto imagem figurada, pois, hoje, o principal problema crítico acerca da cor na cidade histórica é, como bem destaca Aguiar (2002), determinar até que ponto pode ser restabelecida uma função estética anterior daquele contexto urbano.

PALAVRAS-CHAVE: cor, patrimônio, cidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio**. Lisboa: FAUP publicações, 2002.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

EDWARDS, Betty. **Desenhando com o lado direito do cérebro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2014.

FONSECA, Daniela Baltz. **Tintas e pigmentos no patrimônio urbano pelotense. Um Estudo dos materiais de pintura das fachadas do século XIX**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 309-330, 2004.

LENCLOS, J.P. **The geography of colour**. Tokio: San'éiShobo Publishing Company, 1989.

LAVEDAN, Pierre. **Histoire de l'urbanisme. Renaissance et temps modernes**. Paris, 1959.

NAOUMOVA, Natalia. **Qualidade estética e policromia centros históricos**. Tese de doutorado. Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para arquitetura. Antologia Teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NORBERG-SCHULZ, C. **The Concept of Dwelling**. New York: Electra/Rizzoli, 1984.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

A study on impact of public improvement projects by Aga Khan Trust for Culture in Herat Old City, Afghanistan

*Um estudo sobre o impacto dos projetos de melhoria pública por
Aga Khan Trust for Culture na cidade de Herat, Afeganistão*

SAMIMI, Sayed Abdul Basir (1); ANDO, Tetsuya (2); KAWISH, Khojesta (3)

(1) Postdoctoral researcher, University of the Ryukyus, samimi_1220@yahoo.com ;

(2) Professor, University of the Ryukyus, tando@tec.u-ryukyu.ac.jp ;

(3) Lecturer, Herat University, kh_kawish_azadani@yahoo.com .

EXPANDED SUMMARY

The city of Herat is the capital of Herat province in the north-west region of Afghanistan. Herat province borders with Iran in West, Turkmenistan in North, and other provinces of Afghanistan in South and East (Fig. 1a). The city of Herat (Fig. 1b), with about 493,600 inhabitants living in 12 Herati districts (Loda et al., 2013), is the third largest city in Afghanistan and is famous because of its cultural heritage and picturesque landscape. The city lies within a region historically known as Khorasan that spans northeastern Iran and southern Turkmenistan.

The walled Herat Old City (Figure 1c) was an oasis city of Silk Road and the capital of Timurid Dynasty during 1405-1507. Timurid Shahs settled in the city of Herat, which henceforth served as the capital of empire (Noelle, Ch. and Karimi. 2014). Herat was endowed with impressive architectural monuments that were designed by the Timurid Shahs as the symbolic capital of the powerful empire. The main monuments of the Old City are named as Qal'a-i-Ikhteyaruddin¹, Masjid-i-Jame² and Hauz-e-Chahar Suq³.

The importance of conservation of cultural heritages was not realized in Afghanistan until the second half of the 20th century. Due to internal conflicts, it was completely forgotten until after the Taliban regime (1996-2001). Fortunately, unlike other historical sites in Afghanistan such as the Old City of Kabul and statues of Buddha in Bamyán, Herat Old City is still intact despite the war in Afghanistan. This historic city has two main roads of north-south and east-west that separate the Old City into four quarters of Qutbichaq, Bar Durrani, Momandha and Abdullah Mesri.

¹ The Citadel of Herat or Qal'a-i-Ikhteyaruddin has come to our day in its Timurid form, sits atop a mound at the northern edge of the Old City.

² The central Friday mosque or Masjid-i-Jame is not a Timurid foundation, but its actual layout is fundamentally Timurid. This monument located in east of Qutbichaq quarter.

³ Hauz-e-Chahar Suq, was one of the main drinkable water reservoir pools of the Old City.

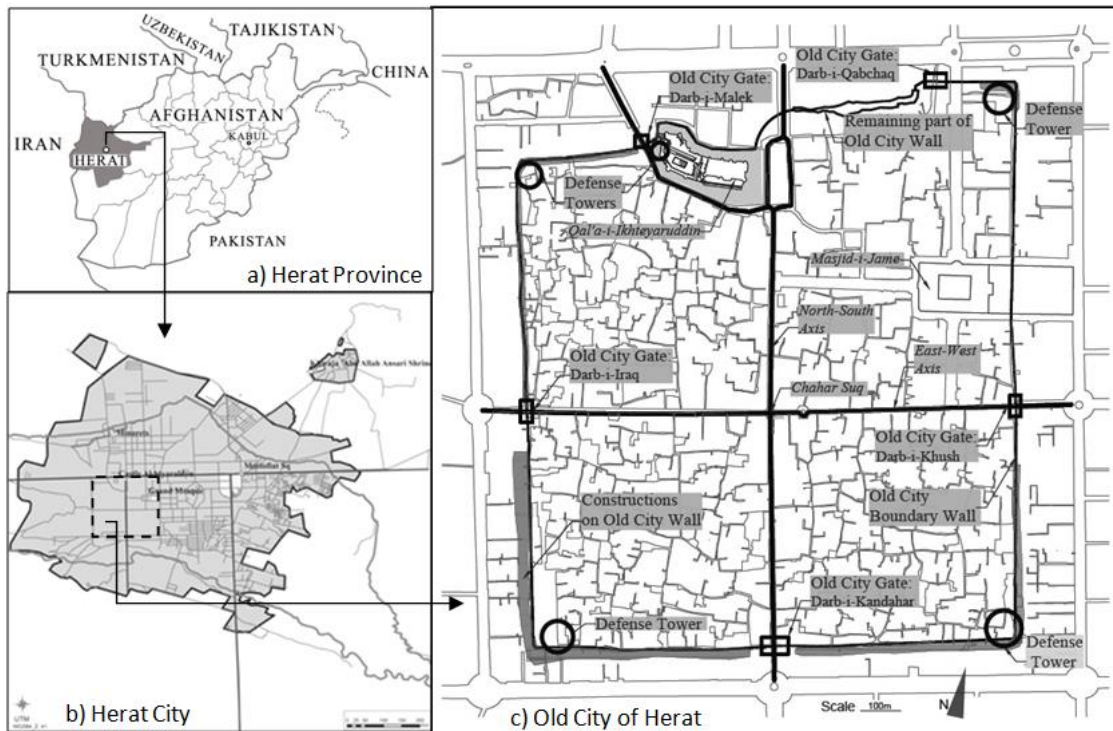


Figure 1 - a) Herat province, b) Herat city, and c) Old City of Herat, basemap AKTC.

In recent years, largely because of relative peace in the region, the cultural importance of Herat Old City has attracted attention from national and international organizations. For example, (a) in April 2005, under the observation of UNESCO, the "Agreement of Conservation of Tangible Cultural Heritages of Herat"⁴ was prepared which defined the conservation zones for Herat; (b) in May, 2005 Agha Khan Trust for Culture (AKTC) started its mission on conservation of cultural heritages which continued until the end of 2010; and (c) in Sep. 2012, "Third Expert Working Group Meeting for the Old City of Herat" was held by UNESCO World Heritage Centre in Turin, Italy and made recommendations for the government of Afghanistan to pressure the effort for effective protection of historic urban fabric of the Old City of Herat as well as preservation of monumental ensembles.

AKTC started a pilot project of conserving and upgrading in the Bar Durrani quarter in the north-western part of the Old City in 2005. Between May 2005 and July 2006, a survey was conducted by AKTC for mapping and documenting all properties in the Old City of Herat (AKTC-Afg. Newsletter #8). At a crisis meeting held by AKTC in Kabul in June 2006, representatives of the government, UNESCO and civil society were shown evidence of the ongoing demolition of important architectural heritage of the Old City. As the result of meeting, "Herat Declaration" was disseminated, which called upon all parties to work more effectively in documenting, safeguarding and enabling an appropriate process of development for the Old City of Herat (AKTC-Afg. Newsletter, July 2006). Work to improve poor drainage system of the Old City started and by Feb. 2007, 207 meter-long drainage in Bar Durrani was repaired and other network improvements

⁴ This agreement defines the following 3 zones: Core Zone, Buffer Zone, and Skyline Zone. In the agreement the height and architectural characteristics of buildings of each zone, necessary in order to preserve the skyline and save the traditional landscape of the city, are described (LODA et al., 2013).

followed (AKTC-Afg. Newsletter #5). By Aug. 2007, in total, 2,000 meter-long drainage in both quarters of Bar Durrani and Abdullah Mesri was repaired or re-built (AKTC-Afg. Newsletter #8). Spot improvements progressed at the same time and AKTC received the first Award of Excellence of '2008 UNESCO Asia-Pacific Heritage Awards for Cultural Heritage Conservation' for the conservation efforts on these heritages (AKTC-Afg. Newsletter #14). By the end of 2009, in total, 5 kilo-meter-long drainage in the Old City was repaired or rebuilt. In Apr. 2010, in parallel with ongoing spot improvements, AKTC showed concern over the demolition of historic residential properties in Bar Durrani (AKTC-Afg. Newsletter #24). In Jun. 2010, AKTC again showed concern over the continuing failure of the municipality to control demolitions and new constructions in the Old City, which is jeopardizing the status of the Old City to be considered for its inclusion in the tentative UNESCO World Heritage List (AKTC-Afg. Newsletter #25). AKTC ended its mission in the Old City at the end of 2010 by finishing ongoing spot developments. By the end of AKTC's mission, in total environmental improvement works included approximately 5 kilometer-long network improvements, and about 94 spot improvements.

At the same time, rapid urbanization, economic growth and changes in lifestyle have affected most of the area and many of famed dome houses were demolished and replaced by newly constructed houses. Loda et al. (2013) point out "the process of building modernization going on in the Old City is, therefore, one of the most serious threats to the conservation of its physical integrity" (p.167) in Herat.

In the current study we attempt to give an overview on the aftermath of intervention programs undertaken by the Aga Khan Trust for Culture (AKTC) in collaboration with UNESCO inside Old City of Herat. Based on reports of UNESCO and "Agreement of Conservation of Tangible Cultural Heritages of Herat" the entire Old City of Herat is defined as core zone and any new construction and repair that endanger the historic urban fabric of the area is prohibited. The paper provides insight into effects of investments and the response of communities towards these. It quantitatively analyzes physical changes happening in the historic quarters of the Old City through field surveys, with a particular focus on the relation between environmental improvement projects by the AKTC, between 2005 to 2010, and residents' private property developments during and after this period. It presents documented results from various technical and project reports keeping in view the perspective of associated communities.

For the aim of this study, we categorized the houses in the Old City into three types: old, mixed and new (Fig. 2). Old houses are original structures made of mud-bricks, hereafter called traditional materials, with domed or vaulted roofs and private internal courtyards. New houses or apartments are made of concrete, bricks and facades with mirror-glass, hereafter called industrialized materials. They have flat roofs and no courtyard. In most cases, the buildings directly face the access-way. Mixed houses are old houses which have newly constructed additions with industrialized materials, either by removing a part of the old house or building in the courtyard, altering the structure and appearance of the old house. An example is seen in Fig. 2c, whereby the owner of the house constructed a new building (in left) next to the old one-story domed building (right half of photo) at the same property.

We subdivided 4 quarters of study area into 15 areas (each about 0.09 SqKM in area) and locations of AKTC's improvements are shown. Based on the amount of work done by AKTC during its mission, we labeled each area into three categories; "low interference", "medium interference" and "high interference". Low interference areas are where AKTC did not implement network improvements and less than 10 spot

improvements. Medium interference areas are where AKTC implemented relatively lower network improvements and less than 10 spot improvements. High interference areas are where AKTC implemented relatively more network developments and more than 10 spot improvements (Figure 3).



Figure 2 - Types of houses

The findings of the study show that the changes in private housing did not occur uniformly across the Old City. It is likely that they have been stimulated by the improvements of public and private properties by AKTC, and are still ongoing alongside these improvements. The study clarifies that ongoing changes may damage the cultural heritage of the historic city of Herat, and suggests that regulation by the municipal government is urgently needed in order to preserve the cultural value of Herat Old City

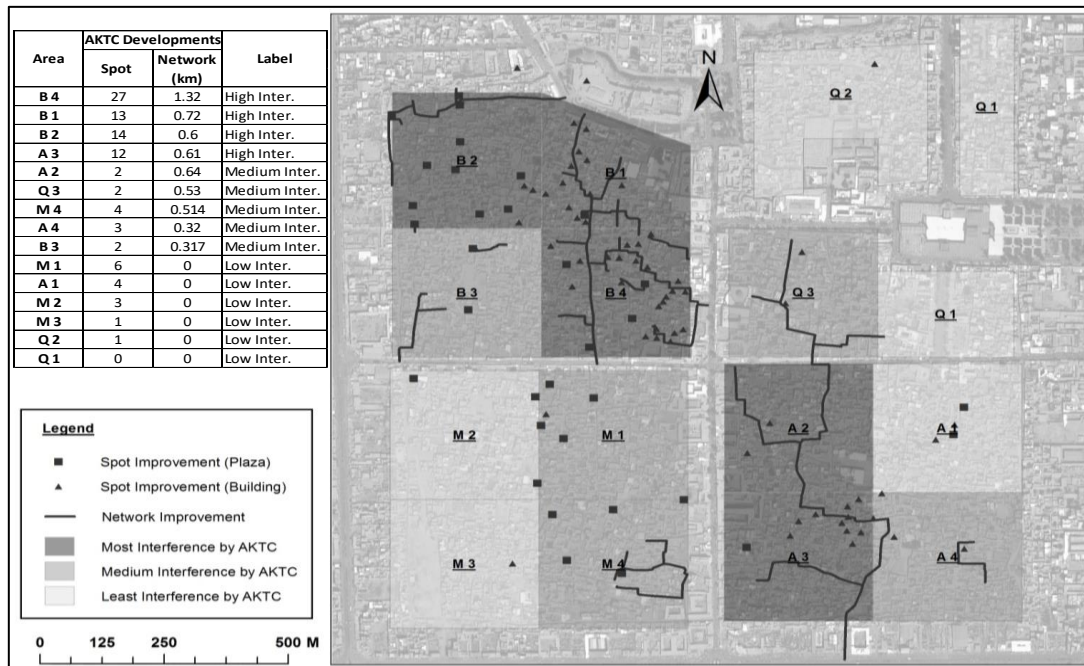


Figure 3 - Categorization of study area based on AKTC improvements

KEYWORDS: Old City, Aga Khan Trust for Culture, Intervention.

REFERENCES

- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, July 2006.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 3 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Sep./Oct. 2006.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 4 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Nov./Dec. 2006.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 5 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Jan./Feb. 2007.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 8 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Jul./Aug. 2007.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 10 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Nov./Dec. 2007.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 13 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, May/June. 2008.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 14 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Jul./Aug. 2008.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 18 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Mar./Apr. 2009.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 19 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, May/June. 2009.
- AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 22 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Nov./Dec. 2009.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 23 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Jan./Feb. 2010.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 24 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Mar./Apr. 2010.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 25 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, May./Jun. 2010.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 26 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Jul./Aug. 2010.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 29 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, May 2011.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Newsletter 31 (English version)**. Kabul: Aga Khan Historic Cities Programme, Feb. 2012.

AKTC - AGHA KHAN TRUST FOR CULTURE. **Afghanistan Project Brief**. Kabul, Afghanistan: Aga Khan Trust for Culture, 2008.

JODIDIO, Philip. Case Studies: Afghanistan. In: JODIDIO, P. (ed.) **The Aga Khan Historic Cities Programme: Strategies for Urban Regeneration**. Munich: Prestel, 2011. p. 98-105.

LODA, M.; et al. **Herat Strategic Master Plan: A Vision for the Future**. Firenze: Edizioni Polistampa, 2013.

NOELLE-KARIMI, C. The Pearl in its Midst: Herat and the Mapping of Khurasan (15th-19th Centuries). Wien: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2014.

Precision Hawk USA, Inc. the satellite image provider: **DigitalGlobe**, resolution: 0.30m, Year: 2017.

SAMIMI, S.; ANDO, T.; KAWISH, K. A study on distribution of house with domical vault in Herat. **Journal of Architecture and Planning**, Architecture Institute of Japan, v. 83, n. 753, p. 2221-2228. 2018. DOI: <https://doi.org/10.13030/aija.83.2211>.

SAMIMI, S.; ANDO, T.; KAWISH, K. A Study on the Transformation of Heart Old City: in Case of Momandha Quarter. **Journal of Architecture and Planning**, Architecture Institute of Japan, v. 82, n. 735, p. 1367-1375, 2017.

UNESCO. Final Recommendations. In: EXPERT WORKING GROUP MEETING FOR HERAT OLD CITY AND THE WORLD HERITAGE PROPERTY OF THE MINARET OF JAM AND ITS ARCHAEOLOGICAL REMAINS, 3., 2012. Turin. Turin: Museo di Arte Orientale, 2012.

UNESCO. **Keeping History Alive: Safeguarding Cultural Heritage in Post-Conflict Afghanistan**. Kabul: FKH Media. 2015.

UNESCO. **Report prepared for the Government of Afghanistan by UNESCO, acting as Executing Agency for the UNDP**. UNDP/AFG/75/022. Italy: Berrino Printer- S.Mauro (TO), 1981.

Argamassa de revestimento produzida com resíduos de vidro moído substituindo o pó de mica em fachadas Art Déco

Coating mortar produced with ground glass residues replacing mica powder in Art Deco plans

QUERUZ, Francisco (1); PORPORATTI, Alex Scherer (2);
GONÇALVES, Bruna de Cássia Coelho (3); WERLANG, Taissa Kulmann (4)

(1) Professor Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil; Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural (CECREPAC); Programa de Pós Graduação Em Engenharia Civil (PPGEC) da UFSM; fqueruz@gmail.com ;

(2) Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; schererale@hotmail.com ;

(3) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; brunadccgoncalves@gmail.com ;

(4) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; taissakw@yahoo.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

O acelerado desenvolvimento industrial do início do século XX, em muito ocasionado pelas guerras, gerou consequências intensas nos campos tecnológico e cultural, o que gerou repercussões em diversas áreas, inclusive no âmbito da arquitetura, como a popularização do cimento Portland e o aprimoramento das técnicas do concreto armado. Entre os avanços que são percebidos estão a densificação dos centros urbanos, com a consequente verticalização, e o uso mais frequente de revestimentos diversos que tragam a marca deste tempo. Os revestimentos que imitam pedras estão entre os muito utilizados, como a escaiola e a mica, sendo que este último é a razão do desenvolvimento deste trabalho.

A argamassa com mica, denominada nesta pesquisa, foi desenvolvida a partir do advento do Cimento Portland, que passa a substituir a cal como ligante principal das antigas pedras artificiais popularmente empregadas nas construções europeias desde o Renascimento, ampliado drasticamente sua resistência as intempéries e consequentemente, sua durabilidade. Mica, do latim *micare* (brilho), é um termo genérico aplicado ao grupo dos minerais constituído por silicatos hidratados de alumínio, potássio, sódio, ferro, magnésio e, por vezes, lítio, cristalizado no sistema monoclinico, com diferentes composições químicas e propriedades físicas. Dentre outras, podem ser citadas: clivagem fácil, flexibilidade, baixa condutividade térmica, baixa condutividade elétrica e resistência a mudanças abruptas de temperaturas. (Relatório Técnico 51 do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME, 2009, p.3.)

De caráter artesanal, esta argamassa poderia alcançar uma variada gama de texturas e colorações dependendo da composição, traço, granulometria dos agregados, forma como era aplicada e do tratamento final a que era submetida, simulando com perfeição os revestimentos de pedras ornamentais e dispensando a necessidade de pintura posterior. O novo revestimento se espalhou pelo Brasil, sendo aplicado principalmente

em edifícios de viés *Art Déco*. Seguindo uma tendência predominante no Rio de Janeiro, este estilo passou a ser para Santa Maria, durante os anos 1930 e 1940, um símbolo das novas construções.

Na atualidade, identificada a abrangência local, diversos exemplares de edifícios com este revestimento vem necessitando reparos devido aos desgastes provenientes de intempéries e ação do tempo. Entretanto, o desafio dessas reformas está em recuperar um revestimento não mais utilizado. Diante da relevância das obras *Art Déco* para história local e a ausência de estudos sobre seu revestimento característico, identificou-se como objetivo deste trabalho desenvolver uma pesquisa sobre a utilização de argamassas de pó de pedra em fachadas, coletando informações sobre propriedades, traços e métodos de execução desse revestimento e realizando análises de suas propriedades e caracterização de seus componentes com o objetivo de substituir o pó de pedra por pó de vidro e vidro moído, dada a sua proximidade de composição e aspecto.

Historicamente, a partir da segunda metade do século XIX, já com o cimento Portland mais acessível, desenvolveu-se um tipo de revestimento em argamassa, a argamassa raspada ou Simili-granito (argamassa que em vez de areia recebe como agregado o pó de granito), pedra fingida ou Cirex (argamassa pronta comercializada à época). O novo revestimento foi bastante utilizado na produção de argamassas mistas para assentamento e revestimento de paredes de alvenaria. Essa argamassa era quase sempre feita em argamassa de cal, areia e cimento com adição de pigmentos, sendo que, em alguns casos, recebiam partes de malacacheta (mica). O sistema de acabamento consistia no emboço mais o revestimento de pó-de-pedra, aproximadamente, de 0,5 a 2,0 cm.

Segundo Amaral e Leinz (1989), a mica é um mineral caracterizado por uma ótima clivagem laminar e boa elasticidade. Distinguem-se duas variedades principais: a muscovita (mica branca) e a biotita (mica preta). Além da clivagem perfeita, podendo, facilmente, se desfolharem, as micas se caracterizam pela baixa dureza. Dentre os diversos grupos de mica, utilizava-se nas fachadas apenas a muscovita, também denominada de mica branca. Isto porque, além de ostentar coloração clara e brilho, era mais apropriada para o uso em revestimentos externos e resistia melhor ao intemperismo que outros grupos.

As edificações revestidas com argamassa de pó de pedra podiam ser encontradas nas cores cinza, como no Edifício Cauduro (Figura 1). O revestimento também podia ser encontrado em tons rosados, verdes, pardos, brancos e marrons.



Figura 1 - Edifício Cauduro e o uso da mica em edificações Art Déco de Santa Maria. Fonte: Acervo Félix Leães Bravo.

Diante do grande número de edificações com revestimento em argamassa raspada encontradas no município de Santa Maria, percebeu-se a necessidade de realizar uma análise sobre o uso desse tipo de argamassa na recuperação de fachadas. Isso foi feito por meio de um estudo prático, no qual se realizou a execução de uma parede de tijolo de 1 m², com dimensões de 1x1 metro, na qual foram realizadas etapas de execução com o assentamento dos tijolos seis furos, chapisco, emboço, reboco e finalização da parede utilizando o vidro como substituição do pó de mica, seguindo sua composição bem como os materiais descritos na metodologia, foi realizado um protótipo afim de se obter um resultado final similar ao das edificações encontradas na cidade. A execução do protótipo foi realizada no Laboratório de Materiais do Conjunto II da Universidade Franciscana de Santa Maria Localizada na Rua Silva Jardim, 1323, Bairro Nossa Senhora do Rosário, CEP: 97010.491.

A respeito de processo de produção do modelo, a parede que serviu de base para o desenvolvimento do revestimento possuía, como dito, 1 metro de altura e 1 metro de largura, e foi construída com blocos cerâmicos de 6 furos. Posteriormente, foram executadas as camadas de revestimento da parede: chapisco, emboço, reboco e finalização.

Na camada de finalização, que é constituída por uma massa fina, foi utilizada na mistura o vidro moído (substituindo o pó de mica). Com o objetivo de tentar substituir este material, foram usados 2 kg de vidro moído, sendo separados da seguinte forma: 500 gramas de vidro moído na peneira n° 50^o – 300 mm, 500 gramas de vidro moído na peneira n° 30 – 600 mm 300 mm, 460 gramas de vidro moído na peneira n° 20 – 85 mm 300 mm e 540 gramas de vidro comum moído na peneira n° 100 – 150 mm 300 mm. A argamassa foi produzida com o traço de 1:1,5 e preparada conforme a NBR 13276, substituindo parte do agregado miúdo pelo resíduo de vidro. Os materiais a serem utilizados foram devidamente separados e pesados, utilizando balança com precisão de 0,1 g. Em seguida, misturaram-se os agregados, isto é, a areia ao resíduo separado a seco.

Após a homogeneização dos materiais, a massa foi despejada em um balde e levada até a parede para a aplicação. Na parte inferior foi realizado com o uso da desempenadeira, sendo depositado um pouco da massa e aplicado na parede com movimentos de baixo para cima com intensidade média de força, afim de colar a massa a parede, e na parte superior foi usado o pincel afim de se comparar seu uso ao pente de aço durante a aplicação. Após finalizado o processo, obteve-se uma parede arrepiada e sem brilho, uma vez que esta não foi lavada com ácido após a finalização do processo (Figura 2).



Figura 2 - Parede finalizada com vidro moído como substituição do pó de mica, Conjunto II da Universidade Franciscana, Santa Maria – RS.

Fonte: Acervo da acadêmica Taissa Kulmann Werlang, 2019.

Ao final deste trabalho observou-se que esse revestimento somente poderia ser aplicado por meio de uma técnica que foi absolutamente abandonada, onde a argamassa necessitava de baixa plasticidade, mas excelente coesão, com um consumo de água baixo sobre o total usado de materiais secos. O protótipo realizado com o objetivo de substituir essa técnica com a utilização de vidro moído e resíduos de pó de vidro não obteve o resultado esperado, uma vez que se assemelhou mais as fachadas compostas por pedra fulget do que as fachadas compostas por pó de mica. Concluiu-se que se alterada a granulometria do vidro e usado o ácido muriático, ou se lavado simplesmente com água e sabão após a finalização da massa fina, o resultado poderia ter sido mais próximo ao proposto e a parede apresentaria o brilho característico do pó de mica presente nas fachadas em questão, e chegado mais próximo do seu propósito inicial.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio edificado, pó de pedra, pó de vidro, restauração.

REFERÊNCIAS

CARDÃO, Celso. **Técnica da Construção**. Belo Horizonte: Edições Engenharia e Arquitetura, 1976.

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia Geral**. São Paulo: Nacional, 1989. 399 p.

PETRUCCI, Helena M. C. **A Alteração da Aparência das Fachadas dos Edifícios**: Interação entre as condições ambientais e a forma construída. 2000. Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

PETRUCCI, Helena M. Cabeda. **Descaracterização das fachadas do edifício Vera Cruz e conservação dos rebocos em argamassa de pó de pedra**. Porto Alegre, 2007. Artigo Científico. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.projedata.grupoprojetar.ufrn.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Argamassa Raspada: **Simili – Granito, Pedra Fingida e Cirex**. Olinda, 2013. Ficha Técnica de Boas Práticas da Gestão de Restauro. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECl.

As ruínas do Moinho Antoniazzi e a paisagem construída do Bairro Dores: abandono e identidade

*The ruins of the Moinho Antoniazzi and the built landscape of the Bairro
Dores: abandonment and identity*

MAGOGA, Milena (1); ALCÂNTARA, Marina de (2)

(1) Graduando, Universidade Franciscana, milena.rubinmagoga@gmail.com ;

(2) Professor Mestre, Universidade Franciscana, marina.alcantara@ufn.edu.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho tem como objeto de estudo e reflexão o valor patrimonial do antigo Moinho Antoniazzi enquanto marco visual e potencial disparador da identidade e memória na paisagem construída do Bairro Nossa Senhora das Dores, em Santa Maria - RS.

Considerada uma cidade de porte médio, Santa Maria é o quinto município mais populoso do estado do Rio Grande do Sul, possuindo grande importância na região central enquanto polo educacional, militar e de prestação de serviço (IBGE, 2010). A realidade cultural de Santa Maria é destacada pela diversidade proveniente das diversas etnias que marcam o seu povoamento bem como pela população temporária que se desloca de diversas regiões do estado e país para estudar e trabalhar no município.

O antigo Moinho Antoniazzi, da empresa Antoniazzi e Cia. LTDA, trata-se de um edifício em estado de ruína implantado junto da Avenida Nossa Senhora das Dores, no bairro de mesmo nome, na região central da cidade (Figura 1 e 2). Sua localização privilegiada em via de fácil de acesso no eixo urbano denominado Corredor de Urbanidade segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial (PDDT – Santa Maria, 2018) o coloca em evidência na paisagem construída do bairro.

Sua construção foi idealizada na década de 1960, como reflexo das transformações urbanas do Bairro Nossa Senhora das Dores que de forma espontânea começou a expandir seu território e aumentar a população residente. Tais mudanças contribuíram para o aumento do fluxo de veículos e de pessoas no bairro, fazendo com que este, aos poucos, perdesse seu caráter residencial original para atrair novas atividades de comércio e prestação de serviço, como pequenos armazéns, engenhos de beneficiamento de arroz e o moinho de farinha (PIRES, 2016).

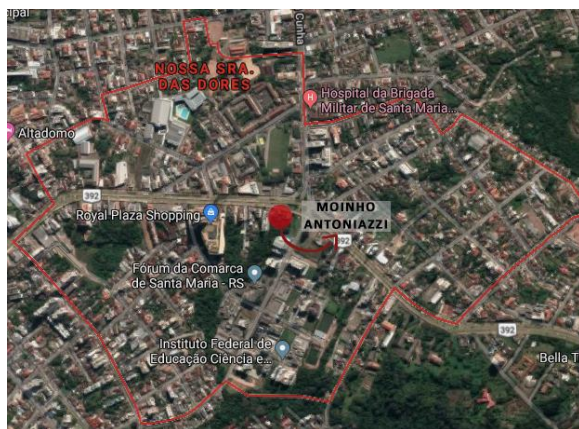


Figura 1 - Mapa de Santa Maria com a delimitação do bairro Nossa Senhora das Dores. Fonte: Google Maps, 2019 (modificado).



Figura 2 - Fachada do Moinho Antoniazzi. Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O prédio do antigo moinho tem traços arquitetônicos sem estilo definido, caracterizando seu uso pela função em si, prática característica de alguns edifícios industriais projetados sem preocupação com ornamentação, focando apenas na funcionalidade.

Apesar de a edificação não apresentar relevância arquitetônica estética, sua materialidade e localização carrega vasta importância histórica para o bairro Nossa Senhora das Dores ao marcar um período de transformação e renovação do mesmo. Atualmente as suas condições de abandono o colocam em situação de deterioração devido ao descaso dos últimos anos. Suas ruínas estão reduzidas apenas às paredes das fachadas, algumas divisões internas em alvenaria e a estrutura exposta de vigas e pilares (Figura 3). A ausência de lajes entre os pavimentos, inviabiliza o trânsito interno e deslocamentos por seus antigos ambientes. O acesso da edificação dá-se por sua fachada principal voltada para a Avenida Nossa Senhora das Dores, onde é possível observar também que havia outro acesso, porém, o mesmo acabou sendo bloqueado com alvenaria, assim como algumas janelas antigas.



Figura 3 - Interior em ruínas do antigo Moinho Antoniazzi. Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O antigo Moinho Antoniazzi encontra-se esquecido e inexplorado pela comunidade santamariense. Devido as suas características arquitetônicas consideradas desprestigiadas, o imóvel não tem perspectiva de ser tombado e/ou protegido, como também corre o risco de ser demolido considerando a pressão da especulação

imobiliária que ocorre atualmente em Santa Maria. O olhar leigo da população a respeito da edificação, nesse contexto, não o compreende como um exemplar edificado importante e reconhecido na paisagem construída da cidade

Além disso, na porção posterior do seu terreno existe uma área de declive acentuado, onde localiza-se uma Área de Conservação Natural do Arroio Cadena conforme indicado no Anexo 12 da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santa Maria (PDDT – Santa Maria 2018). Além do potencial da edificação em si, vê-se a manutenção da área de conservação natural como um potencial para a valorização da paisagem e do patrimônio natural. Espaços como este poderiam proporcionar áreas que melhoram a qualidade de vida da população com áreas sociais, educativas e de lazer, além de ajudar na conscientização ambiental (Ministério do Meio Ambiente, 2012).

O espaço que hoje configura-se como um vazio social, que segundo Mendonça (2001) é um local que pode incitar o sentimento de insegurança, bem como o aparecimento de violência e atividades ilícitas nas proximidades, formando uma nova visão dos habitantes sobre aquela área, apresenta potencialidades de uso destacando o viés da identidade de bairro e da aplicação de práticas sustentáveis, já que uma das fundamentais direções para a sustentabilidade é usar o que já existe e se encontra disponível, ao invés de descartar quando não atende sua função original (BARACHO, 2013).

O bairro Nossa Senhora das Dores, apresenta importantes edifícios e oferece diferentes serviços. Destacam-se a Igreja Nossa Senhora das Dores, o Fórum e outros edifícios governamentais, o Royal Plaza Shopping, a sede do Clube Recreativo Dores, o Hospital da Brigada Militar de Santa Maria, uma escola estadual, entre outros locais. Esta região caracteriza-se como um dos principais pontos de movimento do comércio na cidade, amparando um grande fluxo de pessoas que utilizam a área para diferentes atividades, como trabalho, moradia, lazer, consumo ou apenas uma rota de deslocamento. Entre as mudanças ocorridas no bairro, destaca-se o aumento de edifícios e fluxo de pessoas e veículos, de estabelecimentos comerciais e de infraestrutura. Ainda de acordo com Pires (2016), os moradores relatam a perda de vivência em comunidade e a diminuição da tranquilidade, que inicialmente era característica do bairro, mesmo que ainda seja possível identificar relações de pertencimento e de afetividade com o lugar.

Santa Maria traz em sua história recente realidades que têm colocado em risco o patrimônio edificado urbano, evidenciando drásticas mudanças na sua paisagem construída com a remoção de exemplares arquitetônicos carregados de história para novas ocupações que nada tem somado para qualificar os cenários da cidade. Essas mudanças cedem a pressão do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, desconsiderando o papel fundamental das edificações como a materialização da identidade e mecanismos disparadores da sensação de pertencimento a um lugar.

Em 2018 o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial passou por uma atualização, onde foram revistos, entre outras questões, a forma de tratamento do espaço construído na Zona 2 – Centro Histórico com a flexibilização de algumas normativas. Fruto do trabalho intenso e focado de um grupo organizado de profissionais na cidade, comprometido com a memória e identidade de Santa Maria, o Poder Público Municipal emitiu um Decreto Executivo de tombamento provisório de 135 edificações, trazendo para debate público uma série de considerações sobre o tema.

Nesse contexto, a ideia de que a preservação do patrimônio impede a criação e a inovação é totalmente rejeitada à medida que a conservação do passado proporciona a solidificação de raízes e memórias por meio das quais as sociedades se reconhecem,

se identificam, constroem e reconstroem sua trajetória. Indispensável à inovação, o patrimônio transfigura-se como um agente importante para a elaboração de algo novo, já que o passado se torna um ponto seguro para aquilo que se projeta no presente (MEIRA, 2008).

Ainda de acordo com Meira (2008), a sociedade e o Estado, ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, define também o que pode ser descartado, determinando assim o que representa valor histórico ou cultural. Além disso, cada sociedade olhará de maneiras diferentes para os seus patrimônios, podendo reivindicar que um bem constitua-se como tal, embora não legitimado oficialmente pelo Estado. A constatação de que não há olhares, de maneira geral, pela preservação de edificações não monumentais em Santa Maria colabora com o entendimento de que o antigo Moinho, em breve, cederá espaço e lugar a um novo exemplar que pouco contribuirá com a identidade de bairro.

A questão que se levanta aqui refere-se aos questionamentos da comunidade quanto aos critérios utilizados para o tombamento e preservação de alguns bens. De modo geral, referir-se a patrimônio indica a predisposição de interpretação ao patrimônio material ligado à riqueza e posses, bem como a monumentalidade quando pensamos em patrimônio arquitetônico.

O antigo Moinho Antoniazzi, por não apresentar características monumentais ou artísticas, já está fadado a cair no esquecimento, considerado como um artefato descartável, simplesmente pelo fato de não atender as exigências do mercado imobiliário atual. A falta de apego ao moinho reflete a situação do Bairro Nossa Senhora das Dores e de uma sociedade que vem perdendo a interação social, a autenticidade e seus valores culturais diversos, ao negar seu passado e sua história, cedendo à pressão do mercado e a necessidade de consumo exacerbado em um mundo globalizado.

Componente da paisagem construída da Avenida Nossa Senhora das Dores, o antigo moinho é percebido em diferentes ângulos e pontos de vista, caracterizando-se como um elemento marcante na região. Considerando as características da paisagem construída contemporânea no bairro Dores, de prédios novos e com estilos distintos, nota-se que a ruína contrasta com o cenário local, tornando-se uma variante em altura e constituição, assumindo, portanto, papel de marco visual. Segundo Lynch (1997), marcos são pontos de referência considerados exteriores ao observador, são elementos físicos que variam em tamanho e composição, funcionando como indicações seguras do caminho a seguir.

Apesar de ter uma importância funcional pouco relevante, o antigo Moinho Antoniazzi contrasta da região em que está inserido, decorrente da sua localização, período de existência e escala, fazendo dele uma imagem relativamente bem identificável, que por vezes causa desconforto visual resultante da subutilização do espaço.

A cidade e seus elementos marcantes são percebidos de formas distintas por pessoas das mais variadas classes sociais e diferentes tipos de personalidade, contrapondo a noção e atual imposição de uma cultura homogeneizada e global. Neste contexto, a paisagem de uma cidade é constantemente modificada por interesses mobiliários e particulares, contribuindo na perda de identidade e sensação de pertencimento ao local. Sendo assim, alguns edifícios passam a não ser compreendidos da mesma maneira como costumavam ser e acabam perdendo seu valor histórico/cultural para uma determinada parcela da sociedade, já que quem modifica a paisagem normalmente está alheio às demandas e interesses da população local.

A importância dos elementos marcantes é evidenciada quando a construção da história de uma cidade se apropria da memória para recuperar traçados, vivências e materialidades. Preservar os cenários urbanos vai além de reabilitar e restaurar prédios, significa fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história, criando assim um sentimento de pertencimento, composto de registros materiais e imateriais (PASAVENTO, 2005).

As motivações para as reflexões sobre o tema e análise do papel social das ruínas do antigo Moinho Antoniazzi para a paisagem construída do Bairro Nossa Senhora das Dores surgiu a partir da sua seleção como objeto de pesquisa e local de projeto para o Trabalho Final de Graduação (TFG) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana, a fim de garantir um embasamento sólido e justificar a implantação, em uma pré-existência, de um Complexo de Arte Urbana na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Os anseios do trabalho com o tema surgem no intuito de dar ênfase e visibilidade para a arte produzida em Santa Maria, com a proposta de criar um local inclusivo, democrático e sustentável, aberto para todos os tipos de manifestações, prezando pelo apoio mútuo e o respeito entre a comunidade. A utilização de um edifício que se encontra em processo de degradação, próximo ao centro da cidade, configurou-se como uma prática sustentável, transformando o mesmo em um espaço livre público, com foco na cultura, educação e lazer, e resgatando o sentimento de pertencimento da população.

Visto que a indústria da construção e os resíduos deixados por ela são as atividades humanas com maior impacto sobre o meio ambiente, ocupar um edifício já existente configura-se também como uma prática sustentável (BARACHO, 2013). Já que este tipo de prática dá um novo uso ao que antes seria descartado, gerando menos resíduos e gastando menos recursos. Além disso, mantém a identidade do local, devolvendo para a população algo que estava sem uso e se deteriorando através do tempo, conscientizando as pessoas sobre diversos fatores.

PALAVRAS-CHAVE: Moinho Antoniazzi, patrimônio, identidade, paisagem construída.

REFERÊNCIAS

BARACHO, Anna S. B. **Diretrizes de sustentabilidade para patrimônios edificados reutilizados como espaços museais.** EAUFMG, Belo Horizonte, Abril de 2013.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>> Acesso em: 01 ago.2019.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional do Rio Grande do Sul no século XX: Atribuição de valores e critérios de intervenção.** 2008. 483f. Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENDONÇA, Adalton da Motta. **Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines.** Arquitectos, São Paulo, ano 02, n.014.06, Vitruvius, jul.2001 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.014/869>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de Preservação Permanente Urbanas.** Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes>>

[urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente.html](#)> Acesso em: 27 mar. 2019.

PASAVENTO, Sandra. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. V.II, n°4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PDDT - SANTA MARIA, Lei complementar no 118, de 26 de julho de 2018. **Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Santa Maria**. Santa Maria, 2018.

PIRES, Viviane. et. al. As transformações da paisagem urbana do bairro Nossa Senhora das Dores no município de Santa Maria/RS. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2016 set./dez.

Avaliação da reação ao fogo em madeiras de edificações mineiras do período colonial brasileiro

Evaluation of fire reaction of woods used in buildings of colonial Brazilian period of Minas Gerais

DIAS, Bruno (1); RIBEIRO, Simone (2); ROCHA, Monique (3); LANDESMANN, Alexandre (4)

(1) Doutorando, UFRJ, brunopolycarpo@gmail.com ;

(2) Pesquisadora doutora, UFRJ, spquimica@yahoo.com.br ;

(3) Professora doutora, UFRJ, moniquerocha@macae.ufrj.br ;

(4) Professor doutor, UFRJ, alandes@coc.ufrj.br .

RESUMO EXPANDIDO

O Ciclo do Ouro no Brasil (século XVIII) representou uma fase de grande expansão econômica para a região de Minas Gerais que compreende, sobretudo, as cidades de Ouro Preto e Mariana. Tal expansão veio a refletir no aumento populacional e, conseqüentemente, no incremento do número de construções, dentre elas aquelas que adotaram o estilo arquitetônico barroco, com destaque aos palacetes, às edificações públicas e às igrejas. O método construtivo das edificações deste período colonial brasileiro englobava a utilização das madeiras como elementos estruturais e não estruturais.

Desta forma, para se evitar as degradações físico-químicas (provocadas pela radiação solar, pelo vento e pela chuva, *e.g.*) e a degradações biológicas (causadas por bactérias, fungos e insetos, *e.g.*) eram aplicados os, hoje chamados, produtos protetores (preservadores) tradicionais. Estes materiais separam-se em quatro grupos: (i) os pigmentos e as tintas, (ii) os revestimentos à base de azeites, (iii) os revestimentos à base de ceras e (iv) as colas e as resinas. Nos dias atuais, há a disponibilidade de uma série de produtos químicos que são classificados em função da sua composição química e do seu estado físico (RODRIGUES, 2004).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2004), os preservadores da madeira são produtos químicos introduzidos na estrutura da madeira para torná-la tóxica aos fungos e insetos xilófagos. Além disso, para um preservador ser eficaz deve: (i) penetrar profundamente na madeira, impedindo a evaporação e o carreamento pela chuva ou umidade do solo; (ii) não ser tóxico ao homem e animais domésticos e (iii) ser relativamente barato nas concentrações usuais. São classificados em 03 tipos: oleosos, oleossolúveis e hidrossolúveis. No Brasil, destaca-se o emprego dos preservadores oleossolúveis: óleo diesel, querosene e aguarrás por pincelagem, sobretudo em razão do seu baixo custo se comparado às formulações prontas a base de pentaclorofenol, tribromofenol, deltametrina, cipermetrina, quinolinolato de cobre, IPBC, entre outras preparadas com solventes e aditivos.

Contudo, apesar da resistência aos agentes físicos, químicos e biológicos proporcionada pelos preservadores derivados de petróleo supracitados, é sabido que tais materiais são enquadrados como líquidos combustíveis (NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION, 2017) e a sua aplicação na madeira pode implicar num

efeito acelerante ao incêndio (DEHAAN, 2002; NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION, 2011) resultante do aumento da inflamabilidade do material (RODRIGUES, 2004) e, em consequência, favorecer a ocorrência de sinistros, como o ocorrido em 11 de março de 2019 na Igreja do Rosário em Ouro Preto (MG), apresentado na Figura 1, que teve como ponto de origem a porta de madeira do templo religioso.



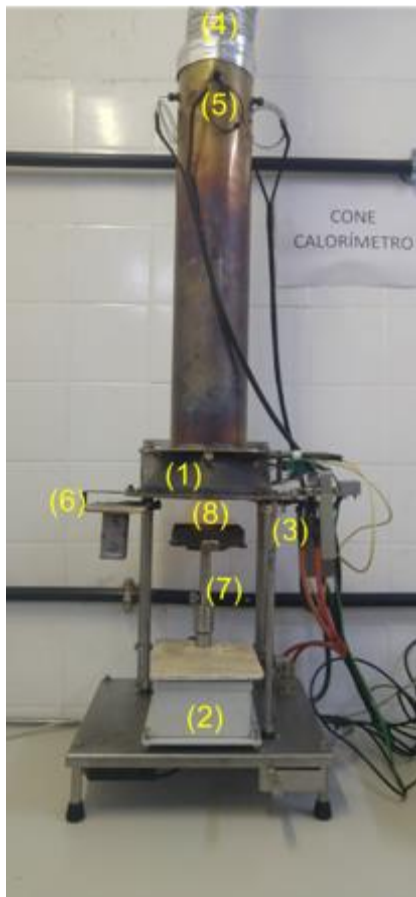
Figura 1 – Incêndio na Igreja do Rosário, Ouro Preto - MG. Fonte: fotografia de Lucas de Godoy, 2019.

A inflamabilidade, também chamada de reação ao fogo, pode ser entendida como um conjunto de quatro propriedades do material, a saber: (i) a ignitabilidade, i. e., facilidade do material entrar em combustão, (ii) a propagação das chamas, a (iii) liberação de calor e (iv) a produção de fumaça (APTE *et al.*, 2006). Dentre tais propriedades, o parâmetro denominado taxa de liberação de calor é aquele que consegue melhor representar o grau de severidade dos incêndios (BABRAUSKAS; PEACOCK, 1992).

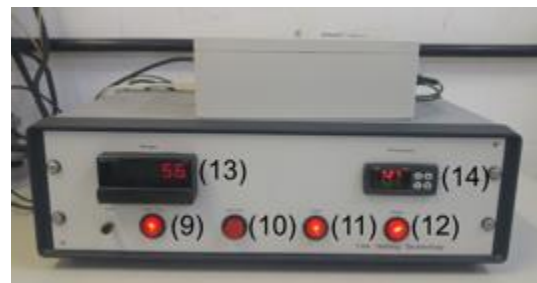
Nesse sentido, o cone calorímetro por perda de massa (CCPM) se apresenta como um dos equipamentos de bancada mais empregados para avaliar a liberação de calor dos materiais. O equipamento calcula a taxa de liberação de calor através do contato da fumaça (calor de convecção) com os termopares de controle de fumaça. Os termopares fornecem como saída valores em mV que são convertidos em kW através de uma curva obtida pelo procedimento normatizado de calibração do aparelho, onde o aquecedor cônico irradia uma série de fluxos de calor (kW/m²) a diferentes fluxos de gás metano, i. e., diferentes valores de poder calorífico (MARNEY *et al.*, 2008).

O equipamento é composto pelo conjunto do cone e pela unidade de controle (ROCHA, 2013). O conjunto do cone possui os seguintes componentes, apresentados na Figura 2 (a): (1) aquecedor cônico, (2) célula de carga, (3) piloto (vela de ignição), (4) tubo

flexível para exaustão de fumaça, (5) termopares de controle de temperatura, (6) mecanismo de isolamento de calor, (7) suporte de montagem ajustável para amostras horizontais, (8) suporte para amostra. Já a unidade de controle é composta, conforme Figura 2 (b), pelo: (1) interruptor da célula de carga, (2) interruptor da vela de ignição, (3) interruptor do aquecedor cônico, (4) interruptor da unidade de controle, (5) controlador da célula de carga com leitura digital e tara eletrônica, (6) controlador de temperatura com leitura digital.



(a)



(b)

Figura 2 – Cone calorímetro de perda de massa da Fire Testing Technology. Fonte: Os autores.

O CCPM é capaz de representar a reação ao fogo em escala real de diversos materiais de maneira bem satisfatória (LA *et al.*, 2015). Através deste equipamento, é possível quantificar parâmetros relacionados à liberação do calor, como o calor total liberado e a taxa de liberação de calor por unidade de área; à perda de massa, como a taxa de perda de massa e o total de massa perdida; e à ignitabilidade, como o tempo de ignição. Dentre tais parâmetros, o pico de liberação de calor é o resultado mais usado em pesquisas (SCHARTEL *et al.*, 2005).

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo realizar a comparação de propriedades de reação ao fogo entre amostras tratadas com preservadores e não tratadas, através da determinação experimental de propriedades de reação ao fogo pelo

CCPM, de madeiras descartadas nas obras de conservação e restauro em edificações mineiras, com interesse histórico-cultural, do período colonial brasileiro. Para tanto, será adotada a metodologia descrita nos parágrafos seguintes.

A campanha experimental será conduzida de acordo com a norma ASTM E2102-08 (AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS, 2008), a qual estabelece os procedimentos de ensaio do CCPM. Inicialmente, as amostras de madeira serão separadas por espécie, a saber: *Cupania vernalis* (camboatá), *Plathymenia reticular* (vinhático), *Aspidosperma pyrifolium* (pereiro) e *Aspidosperma polyneuron* (peroba). Em seguida, serão cortadas em peças de 10 cm de largura, 10 cm de comprimento e 2 cm de espessura e divididas em dois grupos: um contendo 04 amostras de cada espécie sem tratamento e 04 amostras de cada espécies com tratamento. O tratamento será realizado através da aplicação de querosene, preservador oleossolúvel. Será adotada a pincelagem como forma de aplicação, cujo número de aplicações seguirá o preconizado em Embrapa (2004), assim como o tempo para a cura.

As amostras serão submetidas ao ensaio na orientação horizontal (conforme Figura 3) com fluxo de calor de 50 kW/m², por representar condições do final da fase de desenvolvimento do incêndio em ambientes compartimentados, que antecedem o desenvolvimento generalizado, também chamado de *flash over* (SCHARTEL; HULL, 2007). O ensaio será encerrado dois minutos após o cessar chamas, já nos casos onde não houver ignição, encerrar-se-á após dez minutos de tempo total de ensaio. Ademais, será registrado o tempo de ocorrência de chamas sustentáveis e do cessar chamas no MLCCalc – *software* da Fire Testing Technology que permite a visualização e o tratamento dos dados do equipamento.

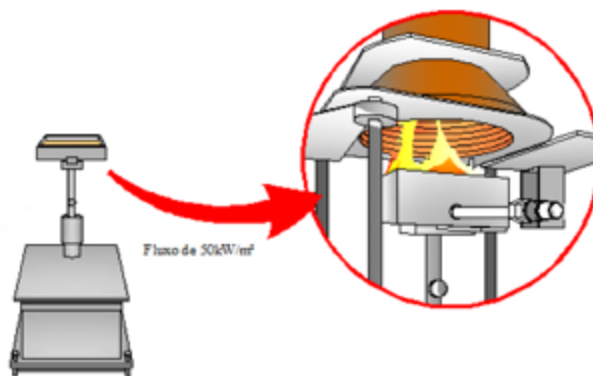


Figura 2 – Representação esquemática do ensaio no CCPM. Fonte: Os autores.

Os dados serão coletados e adotados os procedimentos de cálculo para as seguintes variáveis:

- (i) Média da Taxa de Perda de Massa: expressa em grama por segundo.
- (ii) Tempo de Ignição: indicador da propensão do material entrar em ignição. Trata-se do intervalo entre o início do ensaio e a presença de uma chama sustentável sem presença de piloto (AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS, 2008).
- (iii) Tempos de pico de liberação de calor: representa o tempo compreendido entre o início do ensaio e o tempo de maior taxa de liberação de calor. Por ter sido observado pico duplo nas curvas de madeiras (CHUNG; SPEARPOINT, 2007; GREXA; LÜBKE, 2001; LEE *et al.*, 2011), serão registrados os dois maiores picos do corpo de prova.

(iv) Taxa de liberação de calor por unidade de área: calculada através dos valores registrados de saída do termopar em função do tempo.

(iv) Calor total liberado por unidade de área: o cálculo se dá através da integral da liberação de calor por unidade de área em função do tempo. É um parâmetro relevante para a compreensão do potencial de propagação da chama de um material continuamente exposto ao fogo (SEO *et al.*, 2017). O cálculo do calor total liberado será realizado no período de 5min e 10 min de ensaio, em virtude da relevância desses períodos para a classificação de materiais adotada pela *Building Standards Law* (BSL) do Japão (BABRAUSKAS, 2017), que classifica os materiais em incombustíveis, quase incombustíveis e retardante de chamas, levando em consideração, além deste parâmetro, o pico de liberação de calor.

Os resultados obtidos serão consolidados em uma tabela bem como serão estabelecidas curvas tempo x taxa de liberação de calor por média representativa de cada espécie com e sem tratamento. Os principais objetivos desta etapa são o confronto dos resultados e a correlação com trabalhos de outros autores e com a classificação da BSL. Ademais, serão comparados o estado físico das madeiras durante as fases da combustão: secagem, pirólise, combustão em chamas e combustão em brasa.

Por fim, espera-se concluir acerca do impacto do emprego do preservador oleossolúvel do tipo querosene na alteração dos parâmetros de reação ao fogo de madeiras obtidas do remanescente de obras de edificações do período colonial brasileiro (calculados através do CCPM). Por se tratar de um líquido combustível, é possível que a fração aplicada que permeou na madeira venha a contribuir para um aumento da inflamabilidade. Caso essa possibilidade se confirme nos estudos, é fundamental que recomendações presentes em livros e manuais sobre o emprego desses materiais como preservadores de madeiras em edificações, sobretudo aquelas de valor histórico e cultural, sejam revistas.

PALAVRAS-CHAVE: inflamabilidade, madeiras, cone calorímetro, período colonial brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. **ASTM E2102-08:** Test method for measurement of mass loss and ignitability for screening purposes using a cone calorimeter. ASTM Internacional, West Conshohocken, PA, EUA, 2008.

APTE, V. B. (Ed.). **Flammability testing of materials used in construction, transport and mining.** Cambridge: Woodhead Publishing, 2006.

BABRAUSKAS, V.; PEACOCK, R. D. **Heat release rate: the single most important variable in fire hazard.** Fire Safety Journal, v. 18, n. 3, p. 255-272, 1992.

BABRAUSKAS, V. **Engineering variables to replace the concept of 'noncombustibility'.** Fire Technology, v. 53, n. 1, p. 353-373, 2017.

CHUNG, Y. J.; SPEARPOINT, M. **Combustion Properties of Native Korean Wood Species.** International Journal on Engineering Performance-Based Fire Codes, vol. 9, n. 3, p. 118-125, 2007.

DEHAAN, Jonh D. **Kirk's Fire Investigation.** Prentice Hall. 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Processos Práticos para Preservar a Madeira.** Embrapa. 2004.

GREXA, O.; LÜBKE, H. **Flammability parameters of wood tested on a cone calorimeter.** Polymer Degradation and Stability, v. 74, p. 427-432, 2001.

LEE, B. -H.; KIM, H. -S.; KIM, S.; LUO, J. **Evaluating the flammability of wood-based panels and gypsum particleboard using a cone calorimeter.** Construction and Building Materials, v. 25, n. 7, p. 3044-3050, 2011.

MARNEY, D. C. O.; RUSSELL, L. J.; MANN, R. **Fire performance of wood (Pinus radiate) treated with fire retardants and a wood preservative.** Fire and Materials, v. 32, n. 6, p. 357-370, 2008.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **Guide for Fire and Explosion Investigation.** NFPA 921, 2011.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **Flammable and Combustible Liquids Code.** NFPA 30, 2017.

ROCHA, M. A. F. **Determinação experimental de propriedades de combustão de madeiras maciças brasileiras.** Dissertação de MSc., COPPE, UFRJ. 2014.

RODRIGUES, R. M. C. O. **Construções antigas de madeira: experiência de obra e reforço estrutural.** Dissertação de MSc., Universidade do Minho. 2004.

SCHARTEL, B.; BARTHOLMAI, M.; KNOLL, U. **Some comments on the use of cone calorimeter data.** Polymer Degradation and Stability, v. 88, n. 3, p. 540-547, 2005.

SEO, H. J.; HWANG, W.; LEE, M. C. **Fire characteristics for korean glue-laminated veneer woods using cone calorimeter tests.** Bioresources, v. 7, n. 53, p. 231-297, 2017.

Características e análise dos danos na arquitetura moderna: estudo de caso no Centro de Convivência Cultural de Campinas

Characteristics and damage analysis in Modern Architecture: a case study in Campinas's Centro de Convivência Cultural

ALMEIDA, Paulo E. P. (1); URANO, Rafael A. F. (2)

(1) FEC Unicamp, paulo.epa64@gmail.com ;

(2) FEC Unicamp, rafaurano@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

É reconhecido que na arquitetura moderna brasileira, especialmente em São Paulo, entre 1950 e 1980, buscava-se a expressão pelo uso de estrutura heterodoxa em concreto armado aparente. O Centro de Convivência Cultural de Campinas, projetado pelo arquiteto Fábio Penteadó em 1965, é testemunho do uso dessa virtuose estrutural e do sintoma patológico que nele incide largamente, sobretudo na sua estanqueidade ao longo do tempo. Esta pesquisa busca investigar o conjunto de danos no concreto armado, na interação entre os elementos que compõem a edificação e sua estanqueidade. A metodologia utilizada foi a APO, avaliação pós-ocupação, que, juntamente com os princípios do desempenho técnico construído e da qualidade dos edifícios, visa a orientar o levantamento e a caracterização dos danos e, assim, possibilita compreender a real situação do prédio. Busca-se qualificar a extensão dos danos na estrutura de concreto armado por meio da análise estatística, relacionando a causa provável e o reflexo no projeto para recompor o dano que interfere no uso. O resultado permite observar no conjunto dos danos as características do envelhecimento, subsidiando a tomada de decisão em um possível projeto de restauro arquitetônico.

Após a Segunda Guerra Mundial, é observada uma tendência no panorama arquitetônico moderno, de utilizar estruturas imponentes de grande porte e de reconhecer o concreto armado como material acabado. Surge uma produção interpretada por Banham como uma arquitetura internacional nova e brutalista e como diz Feiber (2013, pg. 62), “esta pureza de expressão expõe o concreto bruto aparente, destacando-o em formas cartesianas como elemento fundamental da sua proposta ideológica”.

Entre os arquitetos brasileiros, são pioneiras as obras com o uso do concreto aparente datadas do princípio dos anos 1950, com o Colégio Experimental Brasil Paraguai, em Assunção e o prédio do MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro), de Affonso Reidy. Marcados por uma arquitetura diferenciada na sua leveza e ousadia estrutural foram inspirações para a produção de arquitetos em São Paulo que criaram edifícios de estruturas heterodoxas, que levam o concreto armado aos limites de suas possibilidades com a protensão, grande pilares, vigas e empenas.

Este contexto define e modela o trabalho de Fábio Penteadó, cujas obras estão em sintonia com a linguagem internacional, da qual o Brasil é participante, trabalhando a textura do concreto aparente e blocos isolados, interligados, compondo uma grande estrutura que comporta o fluxo e o convívio entre as pessoas. Conceito utilizado em vários de seus projetos, como o Monumento Comemorativo aos 30 anos de Goiânia, a

Catedral Presbiteriana de Brasília ou o Teatro de Ópera de Campinas, além de obras como o Fórum de Araras e o Hospital escola da Santa Casa de São Paulo, hoje o Fórum Criminal.

O Centro de Convivência Cultura de Campinas nasce da necessidade de suprir a carência de ambientes para o entretenimento na cidade. Nas palavras do próprio Penteado, “ espaço que se abre para o encontro das pessoas, para o contato com as coisas da cultura e do teatro.” (PENTEADO, 1998).

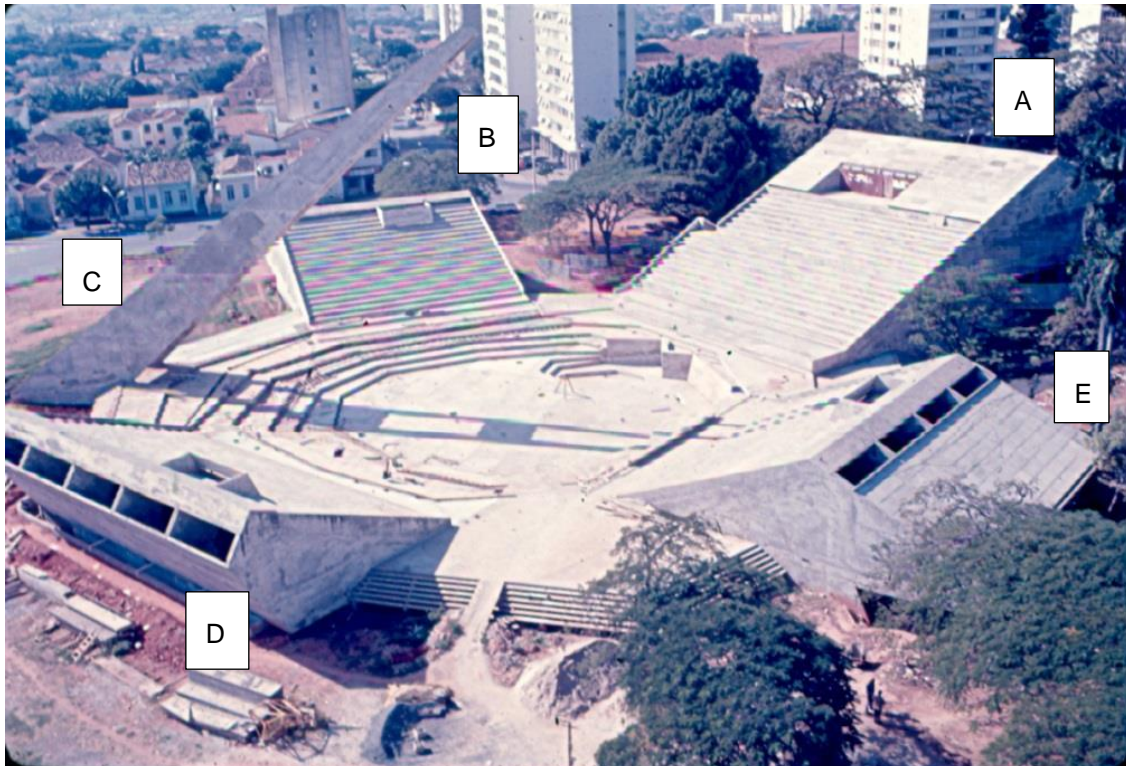


Figura 1 - Foto aérea do Centro de Convivência época da construção em 1974: A - teatro; B - restaurante e bar; C - torre e sala de exposição; D - galeria de arte; E - foyer e administrativo. MIS Campinas.

Compondo uma equipe com os arquitetos Alfredo Paesani e Teru Tamaki e o engenheiro Oswaldo de Moura Abreu, desenvolve um projeto do edifício que rompe com conceito convencional de um teatro e cria um conjunto de prédios que afloram do solo em diferenciados blocos que interagem com a praça pública, formando um teatro de arena com suas empenas.

À construção do lugar enquanto espaço de apropriação e de caráter cívico, misturam-se aspectos da leitura do programa e uso, com aspectos da construção formal e da implantação dos edifícios, “muitas vezes, o espaço que se abre para o encontro das pessoas, para o contato com as coisas da cultura e do teatro, é mais importante que o desenho do edifício” (Fábio Penteado, 1998).

O Centro de Convivência Cultural de Campinas não é reconhecido pelos órgãos de preservação, reflexo da precariedade estrutural dos departamentos competentes, bem como da dificuldade de reconhecimento do prédio moderno como patrimônio, “pois as obras modernistas ainda precisam sedimentar seus valores perante a sociedade” (FIEBER, 2013, p. 62). Indiferentemente a este fato, o prédio deve ser observado como um

equipamento público a ser utilizado e para tanto deve ter um caráter multidisciplinar e se submeter às normativas de segurança, acessibilidade e conforto.

De todo modo, cinquenta anos passados desde sua construção, o edifício sofre com patologias referentes às decisões de sua expressividade material. O concreto aparente foi construído sem fidelidade ao projeto inicial de Penteadó. A execução, a falta de manutenção no tempo e as características de desgaste que são próprias do concreto armado, fazem do Centro de Convivência, atualmente um exemplo excelente de problemas que a conservação de edifício moderno enfrentará.

Essa precariedade ultrapassa questões técnicas: embora inserido em contexto urbano ativo, realiza-se na Praça Imprensa Fluminense, uma tradicional feira popular nos finais de semana, o prédio está fechado e sem uso. Os sinais de abandono são evidentes, tais como pichações e aromas agressivos, juntamente com a perda da eficiência de elementos construtivos de forma acelerada, comprometendo a funcionalidade de uso. O envelhecimento natural ocorre a uma taxa extremamente acelerada de substituições e constata-se a falta de planejamento na manutenção.

Obsolescência funcional e do material são discussões e dilemas centrais na preservação da arquitetura moderna (PRUDON, p. 25, 2008).

Esse estudo busca dar parâmetros para a compreensão de aspectos de patologias, assim como dar linhas guias para ações de salvaguarda desse exemplar de arquitetura radical brutalista no centro de Campinas.

A metodologia utilizada pela APO, Avaliação Pós Ocupação, para propósito específico em restauro da arquitetura moderna, foi escolhida, pois, como diz Orstein (2005), “é de fácil aplicação e baixo custo” e necessita ser realizado por técnico experiente.

Embasado na ABNT, nas normas para qualidade de edifício e no desempenho técnico construtivo, a avaliação do desempenho físico possibilita mapear os danos, caracterizando-se por fazer um levantamento *in loco* das características do edifício, do estado de conservação e das manutenções realizadas, registradas por meio de fotografias e/ou anotações. Inspira-me nos requisitos de desempenho de edificações habitacionais NBR 15.575 e desempenho usuário ISSO 6241 para criar novos índices em que as patologias serão classificadas como itens de interesse no projeto. Os itens podem ser flexíveis, de acordo com cada tipologia de obras. É necessário recolher as informações para avaliar o desempenho dos elementos construtivos. A análise de risco do dano e seu quantitativo possibilita priorizar as etapas de intervenção e o planejamento da manutenção.

Caracterizamos os danos para criar informação que alimente o processo de tomada de decisão na reabilitação do prédio, para que ele recupere seu papel de equipamento de cultura e de convivência. A descrição detalhada das alterações observadas no material e no elemento construtivo, identificando a origem, classificará os danos através do reflexo no desempenho e a intervenção necessária, observando o mecanismo que compromete sua estabilidade física, química ou mecânica.

O reflexo que o dano causa abrangerá os pontos de maior relevância para o processo de restauro. Para tanto, criamos índice de desempenho quanto à estabilidade, ao projeto, à estanqueidade, à recomposição, à substituição e à remoção.

As falhas no processo construtivo causam perdas da identidade plástica com o comprometimento da estampagem, da estanqueidade, como o adensamento e

irregularidades nas formas e armaduras. Os construtores adotaram, sem consulta aos arquitetos, como solução para encobrir as irregularidades do concreto, aplicar uma fina camada de argamassa reguladora. Desde então se observa uma contínua aplicação de pinturas sem o devido procedimento no preparo do substrato, descaracterizando totalmente o conceito inicial de utilização do concreto aparente, perda da autenticidade do material cru. Podemos classificar a origem do dano na obra pela falta de cuidado na modelagem do concreto, mas também no projeto, pela falha na tomada de decisão para correção da concretagem, serviço possível através do polimento do concreto.

A junta de movimentação, elemento construtivo que neutraliza os efeitos termo físicos no conjunto de prédios, necessita de manutenção para não comprometer a estanqueidade do prédio. Apresenta abertura irregular, preenchida com material betuminoso e que se encontra ressecado, com conseqüente travamento da junta de movimentação e quebra de concreto superficial. Por não termos acesso a todo o projeto, não é possível afirmar qual foi a especificação da estanqueidade das juntas de movimentação, mas sabemos que este elemento necessita de detalhamento de acordo com o selamento especificado. Podemos classificar a origem do dano no projeto, pela necessidade de especificação do elemento construtivo mais eficiente; na obra, pela irregularidade na abertura e na falha da modelagem do concreto, com armaduras mal posicionadas e cobertura insuficiente. Mas também se origina na manutenção pela falta de intervenções, ficando o material com a vida útil já cumprida e perda total de sua função de estanqueidade. O elemento construtivo apresenta danos de desgaste (D4), destacamento (D5) do material selante, lacuna (D6) do concreto; corrosão (D7) das armaduras; infiltração (D8) e vegetação (D11). Todas as juntas de movimentação estão danificadas. O reflexo abrangerá a estabilidade pela deterioração do material localizado, o projeto pela necessidade de especificação de elemento mais eficiente e na estanqueidade que compromete a durabilidade e a utilização.

Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. É necessário que o edifício restaurado tenha no futuro, em conseqüência da operação à qual foi submetida, uma fruição mais longa do que a já decorrida. (VIOLLE-le-DUC, 2014 pg. 54).

A origem dos danos encontrados é coerente com estudos apresentados no trabalho da Professora Orsten, mas com características referentes ao histórico de projeto, de construção e de uso.

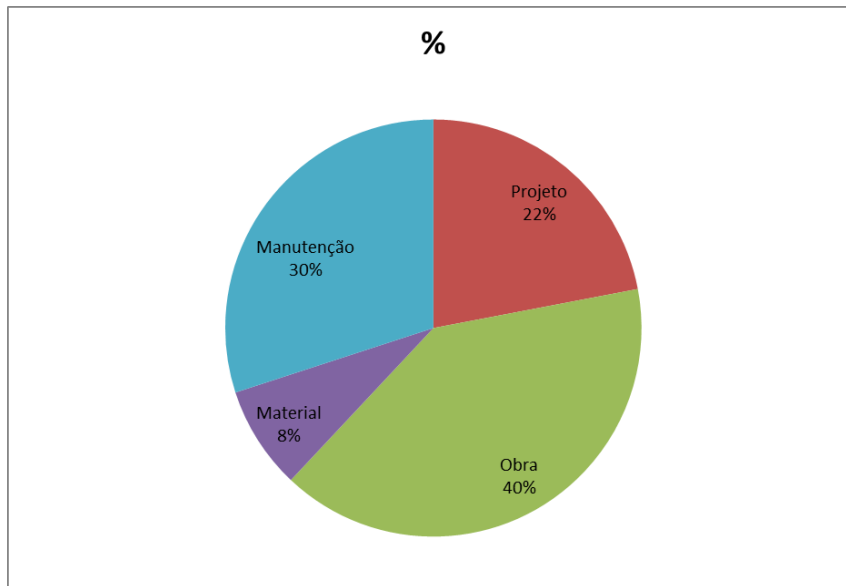


Figura 2 - Gráfico quantitativo quanto á origem do dano no Centro de Convivência.

Visando identificar os índices de maior relevância ao restauro arquitetônico, os números nos mostram que a estabilidade, mesmo com baixa porcentagem, é sempre um ponto crítico e o fato de serem poucos pontos só corrobora que seja prioritário. A estanqueidade em evidência indica um prédio com muita infiltração, sensível nos diversos elementos construtivos e na interação entre eles. A recomposição é relevante por estarmos observando um prédio em condições de abandono e, pelo histórico encontrado, indica uma obra com falhas construtivas. O índice de projeto indica falhas na concepção. Quando de seu restauro, a manutenção preventiva absorverá as solicitações de desgaste. Os índices nos mostram que boa parte dos danos são corrigidos por uma manutenção eficaz, impedindo que o dano retorne.

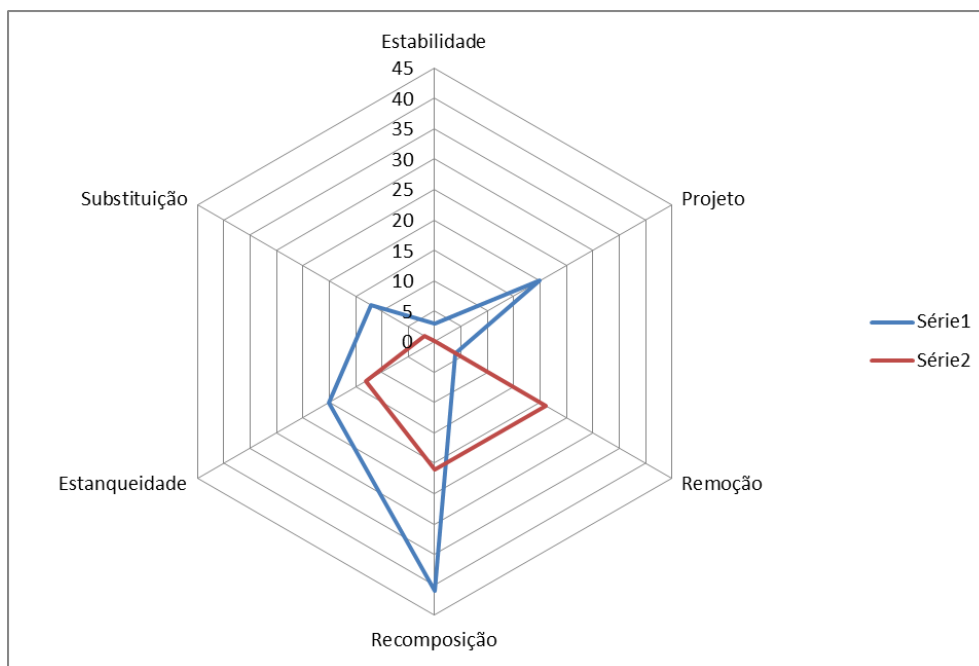


Figura 3 - Gráfico comparativo entre a série 1 - Centro de Convivência e série 2 - Loja Matriz.

A informação levantada permite entender o funcionamento e desenvolvimento do prédio e seu decaimento; alimenta a tomada de decisão no processo de intervenção para reabilitação; identifica a obsolescência de elementos e sua substituição por produtos mais eficientes. Também sinaliza as diversas origens dos danos com graus de relevância diferentes e possibilita uma priorização de serviços. Sabemos que a não correção da causa das perdas, que geram o dano, propicia a recorrência destes mesmos danos. Este fator coloca como essencial a utilização de um plano de manutenção com vistorias e intervenções regulares.

Observando o histórico de vida, a grande quantidade dos mais variados danos, percebe-se um prédio mais bruto do que brutalista. O restauro da matéria não é suficiente para corrigir o conceito que foi negligenciado e comprometido na obra e na manutenção, devendo se restaurar o projeto. A autenticidade do material pode ser restaurada com o polimento do concreto.

A estrutura de concreto armado moderno é muito diversificada, mas seus danos são comuns e devem ser observados caso a caso. O prédio exige maior cuidado quanto à estabilidade das estruturas. A complexidade das estruturas modernas impõe constantes desafios para a equipe envolvida, a qual deve ser multidisciplinar.

Como exemplo comparativo, a Loja Matriz, do arquiteto Gilberto Pascoal, de 1963, contemporânea ao projeto do Centro de Convivência, vem mantendo sua função e assim conserva-se com o uso contínuo e a manutenção. Um exemplo que constata como a qualidade, em todas as instâncias, projeto, obra, material e uso é o melhor investimento. O Centro de Convivência, mal projetado, mal construído e mal usado, com elevado custo de manutenção e o incalculável custo do uso inadequado, é um equipamento cultural que há 30 anos não cumpre sua função. Qual é o custo disso?

PALAVRAS-CHAVE: Conservação da arquitetura moderna, concreto armado conservação preventiva, Fábio Penteadó.

REFERÊNCIAS

- ACCETTA, C. La Conservazione del moderno nella cultura architettonica contemporanea. Dissertação de Doutorado U. S. Napoli Federico I. 2005.
- ARGAN, Giulio C. Projeto e destino, Ática, 2004.
- AZEVEDO, M. T. Patologia das Estruturas de Concreto. In: ISAIA, G. C. (Ed.). Concreto Ciência e Tecnologia. v.2; São Paulo, 2011.
- BANHAM, R. The new brutalism. Architectural Review. 118 December 1955, p 354-61.
- CARBONARA, G. Trattato di restauro architettonico. Torino: Torinese, 2007 – p 621.
- CÁNOVA, M. F. Patologia e terapia do concreto armado. Pini, São Paulo. 1988.
- COHEN, I.; BRITO C.; MORGADO, J. Plano de manutenção pró ativa da envoltória de edifícios – Univ. Técnica de Lisboa, Research Gate. Lisboa. 2015.
- CÓIAS, V. Inspeções e Ensaio na Reabilitação de Edificações. Lisboa: I. PRESS, 2006.
- FACCIO, P. Il calcestruzzo di Carlo Scarpa: come il vaso reca l'impronta del vasaio. Università IUAV – Venezia. 2011.
- FEIBER, Silmara / FIEBER. Fúlvio. Atributos da Arquitetura Moderna: reflexões sobre autenticidade e preservação. Revista Thema et Scientia, V2, n 2, 2013.
- LICHSTENSTEIN, Norberto B. Patologia das construções, Boletim técnico 06/86. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1986.

ORNSTEIN, S.W.; MARINS C.A. Arquitetura, manutenção, segurança de ambiente escolares: em estudo aplicativo da APO - Ambiente Construído, Porto Alegre 1997.

PENTEADO, Fábio. Ensaio de Arquitetura. Empresa da arte. São Paulo. 1998.

PREISER, W. F.E./ Vischer J - Assessing Building Performance.

PRUDON, T. H. M. Preservation of Modern Architecture. John Wiley & Sons. New Jersey. 2008.

REIGLE, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Ed. Univ. Católica de Goiânia. Goiânia. 2006.

SIMÕES, João R.L. Patologia, origens e reflexos no desempenho técnico construtivo de edifícios. Dissertação livre docência Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. 2004.

TINOCO, J. E. Mapa de danos: recomendações básicas. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, CECI. V 43. Olinda. 2009.

TREVISAN, R. Centro de Convivência de Campinas: um olhar sobre arquiteto Fábio Penteado. Artigo revista RICCO. 2010.

Desafios da preservação: o caso da Casa de Chá Fiocruz

Preservation challenges: the Casa de Chá case - Fiocruz

MARQUES, Ana Maria Barbedo (1); MENDES, Fernando (2)

(1) Mestre em Arquitetura, Fundação Oswaldo Cruz, anabmarquesfiocruz@gmail.com ;

(2) Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde,
Fundação Oswaldo Cruz, fernando.mendes@fiocruz.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho pretende apresentar o projeto e a obra de intervenção na Casa de Chá e Anexo, situados na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. A sugestão é apresentar os desafios que são encontrados em uma intervenção, onde materiais como a madeira, um dos elementos protagonista, leva a se fazer uma análise da preservação à luz do paradigma da autenticidade e outros conceitos. Relatar os desafios, as inquietações, as dúvidas e as soluções ou caminhos que foram tomados nesta intervenção.

A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde. Criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal, mais tarde denominado de Instituto Oswaldo Cruz, para fabricar soros e vacinas. Implantado em um terreno anteriormente ocupado pela Fazenda de Manguinhos, que hoje dá o nome ao bairro, após o médico sanitariano Oswaldo Cruz passar a dirigir o Instituto em 1902, as antigas instalações da fazenda, onde inicialmente os trabalhos do Instituto eram realizados, foram substituídas por novas construções. Começa então a se formar um conjunto de edificações em estilo eclético, hoje denominado de Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), construído nas primeiras décadas do século XX. No trabalho de Ezequiel Dias (1918), um dos mais antigos discípulos de Oswaldo Cruz, que conta a história do Instituto e de seu fundador, publicado em 1918 para comemorar a inauguração do Hospital Oswaldo Cruz e outras dependências, podemos ler:

No que respeita as edificações, [...] começava desde cedo a organizar os projectos, que foram sendo a pouco e pouco executados com recursos insignificantes e intermitentes [...]. Para a concepção e realização d'esses planos, manda a justiça dizer que teve Elle a ventura de deparar cooperador precioso na pessoa do architecto Luiz Moraes, cujo gosto artistico e competencia se revelaram nas mais variadas e difficeis construcções [...]. Nos anos de 1904 e 1905 continuaria a reinar a mesma actividade, quer em torno das occupações scientificas, quer na prosecução da obras. [...] Eram o pavilhão de peste e a cocheira nova, que já se erguiam nas suas paredes de tijolo refractario; [...] enfim, um atacam febril das múltiplas obras que mais tarde constituiriam o soberbo conjunto. (DIAS, 2018, p.15-16)

Ainda no prefácio do livro de Ezequiel Dias (1918) o médico Carlos Chagas escreveu referindo-se a esse conjunto:

Inaugurando hoje as ultimas dependências do edifício principal, e o hospital para estudos etio-pathogenicos das doenças do Brasil, o Instituto Oswaldo Cruz vem render significativa homenagem á memoria de seu glorioso fundador [...]. O estudo experimental da nossa pathologia constituiu sempre um dos objetivos de Oswaldo Cruz [...]. Compreendeu ainda ser imprescindível, para aquelle fim, a instalação, anexo ao seu Instituto, de um Hospital de estudos [...]. Providenciou de acordo com essa indicação de trabalho, e pode iniciar, auxiliado pela intelligência do architecto Luiz de Moraes, a construção de um nosocômio modelo. (DIAS, 1918, prefácio).

O conjunto conhecido atualmente como Casa de Chá é formado por duas edificações e faz parte desse Núcleo Arquitetônico inicial. Aquela que deu o nome ao conjunto, Casa de Chá, construída em 1905 e o Anexo erguido aproximadamente em 1920 (Figura 1).

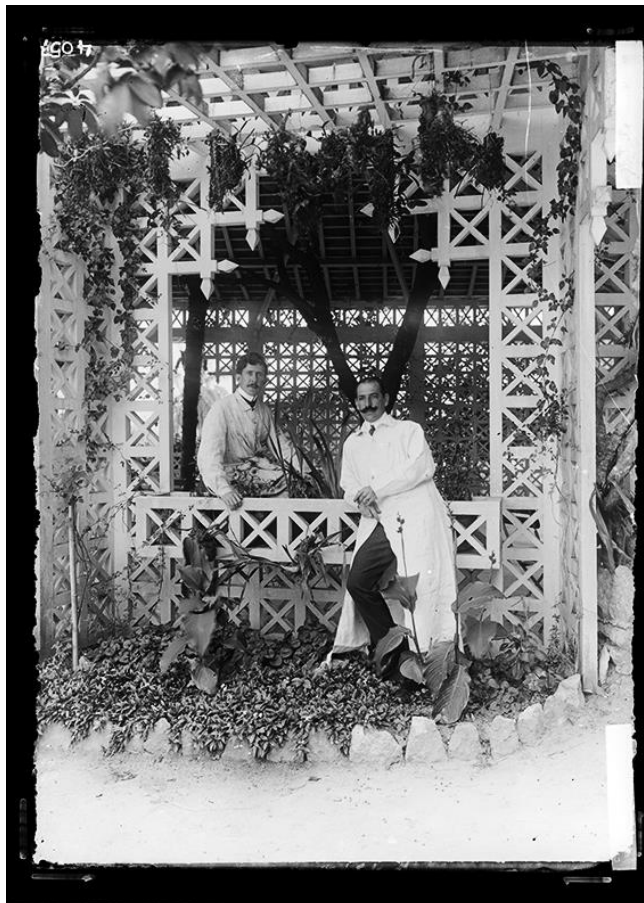


Figura 1 - Alcides Godoy e Henrique de Figueiredo Vasconcelos na **Casa de Chá**.

Fonte: Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Base Arch (Cód. de Ref: BR JCOC 02-10-20-10-133-001)

A Casa de Chá, e posteriormente o Anexo, foram construídos com a função de serem utilizados como local de refeições para os cientistas do Instituto e demais trabalhadores. Novamente evocamos aqui as palavras de Ezequiel Dias que acompanhou esses tempos de estabelecimento da FIOCRUZ:

Afóra essas principaes dependências, há ainda: uma das casas antigas, onde mora uma parte do pessoal administrativo; o parque, que está prestes a ser concluído; o refeitório, construção rustica e elegante,

em forma de caramanchão, atravessado ao centro por uma grande árvore que lhe dá sombra e frescura. (DIAS, 1918, p. 50)

O uso original, como local de refeições e restaurante permaneceu durante a maior parte do tempo, só em 1950 com a construção do Refeitório Central, segundo os documentos escritos e iconográficos indicam, foi utilizado como depósito até aproximadamente o ano de 1960.

A Casa de Chá é uma edificação rústica em forma de caramanchão, composto por estrutura e fechamento em painéis de madeira de lei treliçados e, originalmente, cobertura de madeira com telhas em forma de escamas interrompida pela presença de árvores no seu interior. Sua planta forma um polígono irregular formado por 8 segmentos com uma área aproximada de 85,0 metros quadrados.

O Anexo possui uma arquitetura muito simples, é formado por um pavimento com planta retangular, construído em alvenaria de tijolos maciços e embasamento de pedra revestida de argamassa, janelas de madeira com vidro e veneziana e forro e roda-teto em madeira pintada. A cobertura é formada pela estrutura em tesouras de madeira e telhas cerâmicas francesas procedentes de Marseille, França. As janelas e os panos cegos das fachadas longitudinais formam volumes compassados.

O Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) faz parte da Casa de Oswaldo Cruz (COC), uma das unidades técnico-científicas da FIOCRUZ criada em 1985, e tem como missão preservar o patrimônio edificado da Fundação. Esses edifícios históricos estejam eles sob a tutela do tombamento ou não, encontram-se sob seus cuidados. A Casa de Chá e Anexo não são tombadas individualmente, mas encontram-se dentro do NAHM, têm um valor histórico e simbólico agregado valioso, estão no entorno imediato dos principais edifícios tombados do Núcleo e por isso e outras razões são tratados de forma similar. É o DPH que elabora ou supervisiona os projetos de intervenção e complementares, faz o acompanhamento da execução das obras e também, planeja e realiza a manutenção corretiva e preventiva dos prédios.

A Casa de Chá e o Anexo já passaram por intervenções anteriores, entre as quais podemos destacar como as de maior porte aquelas executadas em 1991-1993, 2003 e 2010. A primeira foi mais ampla incluindo instalações, revestimentos, recomposição de peças e imunização do madeiramento do telhado do Anexo assim como a lavagem de suas das telhas e recolocação, raspagem, repintura e substituição de peças de madeira da Casa de Chá, entre outros serviços. Na obra executada em 2003 a maioria dos serviços foram relacionados a adequações para a implantação de um restaurante de forma compatível com a edificação. Mas novamente houve intervenção nas madeiras do caramanchão. Já o escopo da obra executada em 2010 se direcionou apenas à Casa de Chá. Os levantamentos na época mostraram que: a estrutura de madeira tinha sofrido um desgaste acentuado, inclusive por recalque do solo; a cobertura não desempenhava a proteção devida aos painéis de madeira; os painéis estavam sustentando o peso da cobertura sem que para isso tivessem sido projetados e por esse motivo estavam saindo do prumo e com risco de deslocamento. Dessa forma a intervenção considerou todo o tratamento da madeira, a substituição da cobertura e a inserção de uma estrutura metálica independente para suportar o peso da cobertura e dar o suporte necessário aos painéis em treliça.

Apesar dos procedimentos adequados realizados nas intervenções acima citadas, observamos que os materiais sensíveis e expostos, como a madeira do caramanchão tem um processo de deterioração periódico. Assim, em 2017/2018 perante as vistorias realizadas no local viu-se a necessidade de se fazer um levantamento das patologias

existentes para então desenvolver um projeto de intervenção (Figura 2). Percebendo no entanto, a exemplo de intervenções anteriores, que o mapa de danos das madeiras da Casa de Chá teria que ser executado após toda a decapagem da tinta.

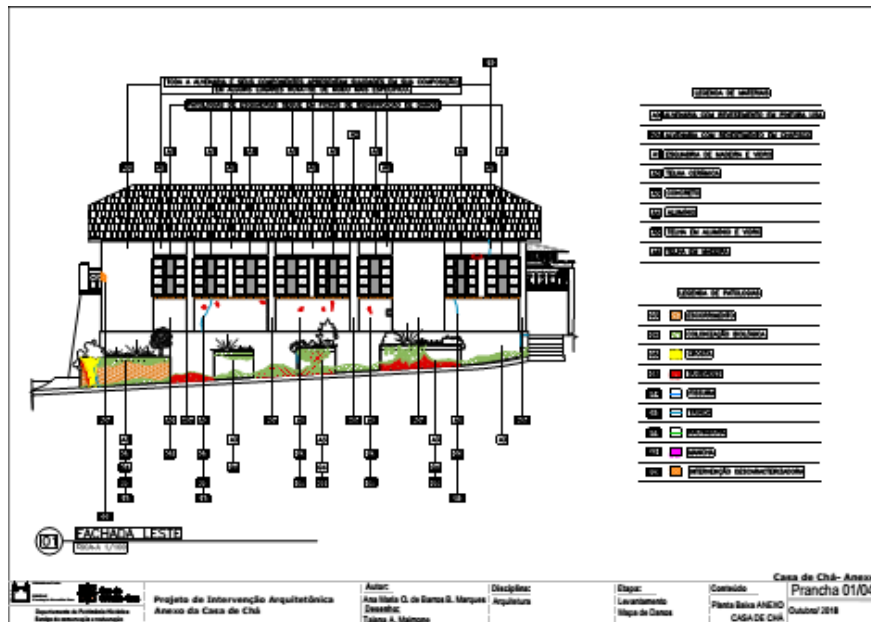


Figura 2 - Modelo de mapa de danos utilizado nos levantamentos. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ

Esta questão relacionada ao desgaste das madeiras nos despertou para a discussão do quanto a troca deste elemento traz ou não a perda de valores. Mas esta reflexão não foi apenas sobre a madeira, a possível necessidade de ter que trocar todas as telhas cerâmicas de Marseille por outras similares, por exemplo, acrescentou conteúdo para essa análise. É neste momento que nos deparamos com paradigmas teóricos de intervenções como a condição de autenticidade. Quando tratamos de materiais cuja durabilidade não está apenas sujeita a uma conservação preventiva, é necessário serem tomadas decisões em relação à troca do material. E aí surgem questionamentos como: quanto posso ou quanto devo trocar? Ou ainda, qual o limite de substituição desse material. Existe esse limite?

Bem antes da Conferência de Nara sobre a Autenticidade (ICOMOS,1994), Stephan Tschudi-Madsen (1985), Diretor Geral do Escritório Central de Monumentos Históricos da Noruega, em seu artigo *Principles in Practice: Reflecting on the Conservation of Wooden Architecture*, traz alguns exemplos nos quais a madeira é o elemento básico, de forma a ilustrar e trazer para discussão o conceito de autenticidade, terminando desta forma:

Esta breve discussão foi proposta na esperança de incitar uma reflexão maior sobre vários conceitos que constituem a base da teoria da preservação e, em particular, a noção de autenticidade que se aplica à conservação da arquitetura em madeira. É claramente impossível fornecer respostas definitivas às muitas questões levantadas aqui, pois não há soluções prontas para os diversos e complexos problemas que o restaurador moderno enfrenta. Além disso, devemos ter em mente que o debate iniciado no século XIX é um processo evolutivo para o qual cada geração contribui de maneira distinta. (TSCHUDI-MADSEN, 1985, p. 23, tradução nossa)

Larsen (1992) no texto *A Note on the Authenticity of Historic Timber Buildings with Particular Reference to Japan*, impulsionado por uma recente ratificação por parte do Japão da Convenção do Patrimônio Mundial, aborda e discute os critérios de autenticidade em relação aos edifícios históricos envolvendo o uso da madeira como material estrutural, de revestimento e/ou decorativo. Ele não só discute a questão da autenticidade, mas também outros princípios da preservação de acordo com a Carta de Veneza (1964). Num dos parágrafos levanta uma questão interessante em relação aos edifícios de madeira:

Bernard Feilden resumiu as considerações que devem ser dadas às intervenções em edifícios históricos, a fim de maximizar a preservação do material existente. Qualquer intervenção proposta deve: ser reversível, se tecnicamente possível; ou pelo menos, não prejudicar uma futura intervenção, se necessário; não impedir a possibilidade de posterior acesso a todas as evidências incorporadas no objeto; permitir que a maioria do material existente permaneça; ser harmonioso em cor, tom, textura, forma e escala, se houver acréscimos necessários, e que não se destaque em relação ao material original (de acordo com o Artigo 12 da Carta de Veneza). Enquanto a integridade da estrutura do prédio histórico for garantida, o "faça o mínimo possível" resume bem a filosofia contemporânea de preservação. Por essa abordagem modesta, a autenticidade material da edificação histórica, tal como nos foi deixada, é mantida. **Como isso se aplica aos edifícios de madeira?** (LARSEN, 1992, p. 5-6, grifo nosso)

O que Larsen coloca vem ao encontro de nossos questionamentos. Foi importante refletir sobre estes assuntos, mesmo não se tratando de um patrimônio tutelado, são edificações históricas simples, mas singulares e fazem parte da história da FIOCRUZ. As trocas constantes da madeira, muitas vezes necessária, dá a sensação de que estamos perdendo um valor importante, mesmo que o sistema construtivo esteja sendo preservado. O mesmo acontece com as telhas cerâmicas de Marseille originais, afinal estes e outros materiais destas edificações são testemunhos da história e da época que foram construídas.

Em relação à madeira, foram feitas substituições na menor proporção possível. Utilizamos madeira com características similares e parte dos enxertos foram executados com madeira dos suportes do forro do Anexo que tiveram que ser retirados. Consideramos que essa madeira era de excelente qualidade, estava em boas condições e estabilizada, ou seja, pelo tempo que ali se encontra está seca e certamente não vai sofrer dilatações ou contrações. As telhas cerâmicas foram todas retiradas do local, lavadas e passaram por um teste de estanqueidade. Era importante que esse material pudesse retornar ao seu local de destino e, portanto se fez um esforço para que isso acontecesse. Contudo após a separação daquelas que não foram aprovadas no teste juntamente com as que já estavam quebradas, a quantidade de telhas que ficaram não era o suficiente para cobrir todo o telhado de quatro águas do Anexo. Uma solução passível era a de trabalhar com as telhas originais em duas águas e executar o restante com telhas novas. Porém outro problema surgiu, as telhas atuais têm um peso maior do que as outras e percebeu-se que cobrindo um lado do telhado com elas poderia ocasionar um desequilíbrio na estrutura. Sendo assim se iniciou uma procura por telhas antigas, da mesma época, oriundas de demolição e que estivessem em condições de uso.

Outros serviços estão sendo executados na atual intervenção como tratamento de uma rachadura na fachada, recuperação de todas as esquadrias, adequações para melhorar a acessibilidade respeitando os limites do edifício histórico e a recomposição de argamassas e frisos.

Para conservar e manter a Casa de Chá e o Anexo após a intervenção faz-se necessário o planejamento das ações e a implementação de estratégias de conservação. Depois de revisar e analisar todo o quadro documental da obra, as soluções adotadas durante o processo e as questões historicamente vulneráveis na edificação, será possível construir uma proposta que contribua para a implantação de ações de conservação programada como uma estratégia da conservação preventiva da Casa de Chá e Anexo.

Pretende-se, com a efetivação de rotinas de monitoramento, procedimentos e ações programadas de conservação, a preservação do bem para as futuras gerações. Pensar sobre esses universos é, ao mesmo tempo, refletir sobre como faremos para manter o patrimônio cultural construído da Fiocruz nos próximos anos e de que forma poderemos alcançar esse objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: preservação, autenticidade, intervenção, Fiocruz.

REFERÊNCIAS

DIAS, Ezequiel. **O Instituto Oswaldo Cruz (1899-1918)**. Rio de Janeiro – Manguinhos, 2018.

TSCHUDI-MADSEN, Stephan. **Principles in Practice: Reflecting on the Conservation of Wooden Architecture**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

LARSEN, Knut Einar. **A note on the authenticity of historic timber buildings with particular reference to Japan**.

ICOMOS. **Carta de Veneza**, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Disponível em: www.icomos.org/charters/Venice%20Charter%20-%20Portuguese.DOC. Acesso em: 10 jul. 2019.

ICOMOS. **Documento de Nara sobre Autenticidade**. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/centre-de-documentation>. Acesso em: 10 jul.2019.

Desafios e questões associadas à conservação, preservação e requalificação do patrimônio arquitetônico moderno

*Challenges and issues associated with the conservation, preservation and
requalification of modern architectural heritage*

MARTAU, Betina T. (1); LEMES, Diego J. (2)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
betina.martau@ufrgs.br ;

(2) Doutorando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, djlemes@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Após a Revolução Industrial, que teve forte impacto na forma de produção e na inovação da qualidade de novos materiais de construção, a arquitetura moderna se beneficia destas “novas tecnologias” e agrega as estruturas de concreto, o uso do vidro e do aço, além de linhas mais definidas e clareza nas formas. De acordo com Pottgiesser (2009), em função da combinação de conceitos sociais e tecnológicos do período, estas obras representaram um “ponto de virada” na história da arquitetura.

A herança da arquitetura moderna ainda está muito presente no nosso dia a dia. Infelizmente a deterioração destas obras, somada ao fato do pouco conhecimento da sociedade sobre o verdadeiro valor histórico e cultural destas edificações, permite que estas estejam sendo descaracterizadas por reformas e adequações sem nenhum apreço pela identidade da obra e até mesmo a demolição das mesmas.

O patrimônio arquitetônico moderno de um país, além de contar a sua história através da expressão e da materialidade, deixa um legado para as futuras gerações reconhecerem a importância de se conservar e preservar estas obras. A autenticidade é o reconhecimento da verdade do patrimônio, intersubjetivamente, numa sociedade. É o julgamento da probabilidade dos atributos físico materiais e não materiais de expressar os valores do patrimônio de forma verdadeira ou falsa (Zancheti et al., 2008).

Com esta premissa de preservar a arquitetura moderna, fundou-se em 1988 o DOCOMOMO (Documentation and Conservation of building, sites and neighbourhoods of the Modern Movement), cuja missão é adotar medidas de proteção de preservação através de discussões sobre requalificação, documentação e estratégias de resgate de obras do movimento moderno. De acordo com Martau et al. (2014), durante vários anos o exercício do DOCOMOMO centrou-se mais na documentação do que na conservação dos edifícios avaliados. Entretanto, com o tempo, a discussão sobre preservação das obras modernas ganhou evidência, não somente pela destruição do acervo da arquitetura moderna, mas também pelas necessidades de funcionalidade e de conservação deste acervo, com o surgimento do seu desgaste ao tempo.

Em países europeus, por exemplo, há uma consciência do valor do conjunto arquitetônico histórico e, conseqüentemente, um esforço de conservação e requalificação destas edificações, não somente pela demanda energética e porque

incluem infraestruturas essenciais para a habitação ou serviços públicos, mas também porque há um incentivo por parte dos órgãos dos governos.

Sobre as questões que envolvem a iniciativa de restaurar obras representativas da arquitetura moderna, Allan (2007), afirma que:

Na adaptação, reuso e renovação de edifícios de 30 ou 40 anos atrás, para que melhor sirvam às demandas de hoje, não podemos exigir criteriosas restaurações, como aquelas destinadas às obras-primas, mas não podemos permitir que se destruam suas qualidades e valores. Um equilíbrio deve ser atingido pelos conservadores, proprietários e usuários (ALLAN, 2007, p. 15).

Dentro do contexto brasileiro, essas heranças arquitetônicas do movimento moderno vêm passando por uma forte reavaliação, seja nos grandes centros ou até mesmo em pequenas cidades do interior. Este impulso de catalogar estas edificações, que já fazem parte do patrimônio das cidades, ocorre por dois motivos considerados essenciais: i) a degradação e também a perda da “essência” destas obras, isto é, a modificação destas em função do *boom* no mercado imobiliário e até mesmo da falta de conhecimento do significado destas obras para o acervo arquitetônico local; ii) a inevitabilidade de se realizar uma revisão histórica da arquitetura moderna (MARTAU et al., 2014).

Somado ao fato da necessidade de se conservar e readequar essa arquitetura moderna sem ainda termos estratégias de intervenção eficientes, temos a demanda por uma eficiência energética destas edificações como uma necessidade para redução do consumo de energia, o que gera um volume muito grande de investimentos por parte do governo para geração desta energia e também para uma melhora do bem estar e conforto dos ocupantes destes espaços.

Essa “adequação energética ou sustentabilidade ambiental” dos edifícios que representam ícones da arquitetura moderna está intimamente relacionada ao envoltório da edificação, em especial as fachadas, para melhoria de desempenho lumínico, térmico e acústico, assim como elementos que compõem as instalações e infraestruturas internas do edifício, trocando o existente por novas tecnologias. Por se tratar muitas vezes de prédios públicos, o problema destas adequações é que elas são realizadas muitas vezes por meio de licitações, e sabemos que o valor final dos serviços tem peso maior sobre a qualidade do produto ou serviço final que será entregue.

Com isso em mente, seguir exemplos de outros países que já avançaram bastante no assunto de conservação e requalificação de suas obras de patrimônio moderno, melhorando a eficiência energética e o conforto destas através de estratégias e metodologias já consagradas sem alterar ou descaracterizar a essência do edifício é um dos caminhos que podemos seguir também em nosso país.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho – fruto de uma tese de doutorado em desenvolvimento - é avaliar na prática, os desafios e questões associadas à conservação, preservação e/ou requalificação do patrimônio arquitetônico moderno com técnicas e materialidades atuais que fundamentem as ações sem alterar a estética da edificação. O foco do estudo é o acervo de edificações modernistas gaúchas, localizados na cidade de Porto Alegre, mais precisamente nas fachadas de dois edifícios representativos e voltados para a saúde, que tiveram grande impacto no cenário urbano quando construídos e ainda seguem em evidência: o Hospital Fêmea, do arquiteto Irineu Breitman (Figura 1), projetado e construído em 1955, e o Hospital de Clínicas de

Porto Alegre (Figura 2), cujo projeto é de autoria de Jorge Machado Moreira, projeto este de 1958.



Figura 1 - Hospital Fêmeina, Porto Alegre - RS. Fonte: Acervo de João Alberto F. da Silva



Figura 2 - Hospital de Clínicas, Porto Alegre - RS. Fonte: Clovis S. Prates

Sobre a razão de se escolher especificamente estas obras para uma avaliação, além do fato destas não terem passado por nenhuma ou quase nenhuma intervenção de requalificação em suas fachadas, há também o fato da sua inserção em um clima composto por diferenças climáticas ao longo das estações do ano. Esse é o principal fator que diferencia a estratégia de intervenção se comparada a casos de intervenções internacionais de referência, principalmente no continente Europeu e Norte Americano, onde podem ser citadas a Fábrica Van Nelle, na Holanda e a Casa Farnsworth, nos Estados Unidos.

Há divergências associadas aos termos “conservação” e “preservação”. Prudon (2008 apud CARVALHO, 2017, p. 4) afirma que no início da década de 90 muitas foram as colocações que contribuíram para a ideia que se generalizou durante o período, onde a impossibilidade de se adotar princípios mais sólidos de preservação eram difíceis de

classificar, já que estes haviam sido formulados para a arquitetura tradicional. As principais questões referiam-se a funcionalidade, transitoriedade e efemeridade das obras do Movimento Moderno.

De acordo com Tirello e Costa (2017), há um grande número de considerações de como se comportar para garantir a proteção destas obras concretas e intocáveis. Estas se apresentam por meio das cartas e recomendações internacionais e nacionais que listam as diretrizes para a preservação, que são discutidas desde 1931, quando da publicação da Carta de Atenas.

As dificuldades com as quais as entidades de conservação do patrimônio histórico convivem são motivo de reflexão, pois as decisões que são tomadas sobre os assuntos de conservação e preservação afetam diretamente a cidade e o meio onde estas obras estão inseridas. Tirello et al afirma que:

O constante desafio colocado para arquitetos e gestores urbanos é como preservar, seja uma cidade, parte dela ou apenas um monumento isolado sem engessá-los, sem alienar seus habitantes, os potenciais usuários (TIRELLO et al., 2013, p. 5).

Segundo Delgado (2008), a requalificação de edifícios da arquitetura moderna pode representar um enorme aprendizado em função da contínua necessidade de adequação às novas realidades. Ainda sobre o tema, Oliveira et al (2008) tomam o exemplo da Europa, onde a modernização de obras com relevância histórica está sendo realizado e essa recuperação não representa necessariamente mudanças significativas das características arquitetônicas da edificação, e sim, a substituição de atributos ultrapassados por novas tecnologias apropriadas.

Ainda há muita discussão sobre os resultados práticos das intervenções realizadas em edifícios modernos, pois a metodologia utilizada para tal, ainda carece de uma validação mais consistente. Segundo Jonge (2012), a estratégia que pode ser adotada para uma requalificação eficiente de uma obra de relevância seria substituir, intervir sobre os elementos deficientes na edificação, e manter de igual maneira os elementos que seguem operando sem comprometer a obra. Isso implica em atuar a favor do edifício, e não contra, conduzindo este a outro nível de utilização e prolongando a sua vida útil.

Esses conceitos assumem um papel muito importante na investigação, já que seu objetivo geral é preservar a essência das obras sem que elas percam a sua autenticidade. Dependendo ou não da sua importância ou significado, as edificações do Movimento Moderno merecem o nosso reconhecimento pela sua importância arquitetônica, pelo seu caráter social e pelas inovações em tecnologia aplicadas na sua época. A importância de preservá-los não se trata somente de manter vivo um acervo de obras para apreciação da sociedade, mas sim sanar problemas de ordem econômica e de espaço físico que incidem hoje sobre os grandes centros urbanos.

Sendo assim, a metodologia utilizada neste trabalho é uma pesquisa através de estudo de caso, sendo estabelecido como objetos de análise o Hospital Fêmea e o Hospital de Clínicas, ambos na cidade de Porto Alegre. Essas duas obras, exemplos representativos da arquitetura hospitalar modernista da capital gaúcha, atualmente seguem em uso constante e carecem de avaliação, principalmente nas suas fachadas mais representativas, onde as janelas em fita, a materialidade e as proteções solares devem se adequar aos novos tempos e novas tecnologias para atender às demandas que esta tipologia arquitetônica exige.

Como referencial teórico sobre conceitos contemporâneos de intervenções voltadas para retrofit sustentável de edificações modernas serão adotadas as estratégias já utilizadas de longa data e propostas por Ayón e Pottgiesser (2016) e Albert et al (2017). Elas envolvem procedimentos como levantamento geral do objeto de estudo por meio de plantas arquitetônicas, memoriais descritivos, levantamento fotográfico e medições in loco para classificar o tipo de intervenção mais apropriada.

Estes procedimentos são seguidos de realização de simulações de desempenho térmico, lumínico e de eficiência energética do estado atual do edifício para uma posterior simulação de desempenho ao alterar elementos específicos da fachada, sendo estes caracterizados pelas esquadrias, pelos materiais que compõem os fechamentos opacos e as proteções solares existentes, buscando sempre utilizar o critério de menor alteração visual possível do edifício.

Como conclusão do trabalho que está sendo realizado, os resultados que serão obtidos irão comprovar que é possível requalificar a edificação modernista em termos de desempenho ambiental sem alteração significativa na sua essência original e que a substituição de materiais e elementos de fachada por materiais com novas tecnologias aumentam a eficiência energética e o conforto interno da edificação, prolongando a sua vida útil e mantendo vivo o seu legado arquitetônico.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Moderna; Patrimônio; Requalificação; Conservação.

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. T.; BANDARIN, F.; RODERS, A. P. **Going Beyond: Perceptions of Sustainability in Heritage Studies** – No. 2. Gewerbestrasse: Springer, 2017.

ALLAN, J. *Points of balance: patterns of practice in the conservation of modern architecture*. In: **Architecture. Shaftesbury**: Donhead, 2007. p. 13-46.

AYÓN, A; POTTGIESSER, U. Reglazing Modernism: The American and European experience with steel frame assemblies to date. In: **FACADE TECTONICS**, 2016, Los Angeles.

Proceedings of Facade Tectonics World Congress, Los Angeles, 2016.

CARVALHO, C. S. R. de. Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios cariocas. In: **Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS BRASIL**. Belo Horizonte (MG) Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2018.

Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/59628-Preservação da Arquitetura Moderna – Edifícios de Escritórios Cariocas>. Acesso em: 08 de jul. de 2019.

DELGADO, M. J. F. C. S. **A Requalificação Arquitectónica na Reabilitação de Edifícios. Critérios Exigências de Qualidade: Estudo de casos**. Dissertação (Mestrado em Reabilitação do Patrimônio Edificado) – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Universidade do Porto. 2008.

JONGE, W. de. *Reescribiendo la historia del Movimiento Moderno*. Entrevista concedida a Alejandro García Hermida e David Rivera. **Teatro Marittimo**. Edição 2, p. 129-158, 2012.

MARTAU, B. T.; SILVA, F. D. da; POTTGIESSER, U. Estratégias de intervenções para requalificação e valorização do patrimônio arquitetônico moderno: estudo de caso no edifício da Secretaria Municipal de Obras e Viação em Porto Alegre. In: **5º Seminário DOCOMOMO Norte/Nordeste. Projeto, Obra, Uso e Memória: A intervenção no patrimônio arquitetônico modernista**. Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, L. A.; THOMAZ, E.; MELHADO, S. B. Retrofit de fachadas: tecnologias europeias. **Revista Técnica**, Edição 136, 2008.

Disponível em: <https://revistatechne.com.br/engenhariacivil/>. Acesso em: 14 de jul. de 2018.

POTTGIESSER, U. Revitalisation strategies for modern glass facades of the 20th century. In: BREBBIA, C. A. (Org.). **Studies, Repairs and Maintenance of Heritage Architecture XI**. Southampton: WIT Press, 2009. p. 569-580.

TIRELLO, R.A.; COSTA, A. C. S. da. Questões sobre conservação do patrimônio arquitetônico moderno e a Vila Serra do Navio. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**. Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 75-87, jun. 2017.

TIRELLO, R. A.; BARROS, M. C.; SFEIR, M. B. Projetos de reabilitação de conjuntos industriais históricos em centros urbanos paulistas: usos possíveis na contracorrente dos “centros culturais”. In: **ARQUIMEMÓRIA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO**, 4, Salvador, 2013. Anais Salvador: IAB-Ba e UFBA, 2013, v. 1. p. 1-25.

ZANCHETTI, S. ; HIDAKA, L. T.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B.. Judgment and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback. In: **Assessing the Cultural Significance of Heritage Sites**. *City & Time*, vol.4, n.2, 2008.

Documentação da moradia urbana através da fotogrametria digital

Urban dwelling documentation through digital photogrammetry

MOREIRA, Amanda Cavalcante (1); REZENDE, Natalia Cappellari (2)

(1) Professora Mestre da Universidade Federal do Piauí e do Centro Universitário Santo Agostinho, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, amandacmoreira@hotmail.com ;

(2) Professora Mestre da Universidade Paulista, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nataliacrezende@yahoo.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo aborda a utilização do método conhecido como *dense stereo matching* (DSM) para registro do patrimônio material, através do caso de uma edificação originalmente residencial situada na cidade de Teresina. A escolha do método justifica-se porque, em virtude do avançado desenvolvimento das ciências da computação e notadamente da visão computacional, desenvolvem-se pesquisas várias em torno da extração de atributos, especialmente o reconhecimento e classificação de características ou padrões de uma cena. Além disso, ao tornar um objeto instrumento de documentação é necessário uma descrição gráfica precisa. Tal descrição pode ser realizada através do método de medição direta que normalmente exige um trabalho exaustivo de equipe e demanda muito tempo, ou através do método indireto com levantamentos fotogramétricos, o qual permite diversas vantagens como maior rapidez porque dispensa a medição completa da obra, maior precisão, menos recursos em equipamentos e mão de obra, logo menos oneroso (GROETELAARS, 2004; YANAGA, 2006). A partir disso, diversas pesquisas têm usado ferramentas da visão computacional para obtenção de informações sobre danos em fachadas de edifícios históricos para apoio ao planejamento de obras de restauro e também como uma forma de documentá-las, em virtude dos crescentes danos nesse tipo de edifício (RUIZ; LERNA; GIMENO, 2002). O *dense stereo matching* é uma dessas ferramentas que proporciona a obtenção de nuvem de pontos pelos princípios da fotogrametria e da correspondência estéreo gerando modelos geométricos de edificações. Segundo Koutsoudis (2012), muitos estudos têm ressaltado a excelente qualidade dos produtos fotogramétricos quando feitos sob as condições estabelecidas, especialmente a boa iluminação, contribuindo assim para a documentação desses bens. Diante disso, o principal objetivo desse artigo é evidenciar o uso desse método para documentação e registro de bens patrimoniais, a partir do detalhamento do processo feito em uma residência, assim como dispor de um roteiro de desenvolvimento da técnica para que esta seja acessível a um maior número de pessoas.

A escolha da edificação se justifica por vários motivos. O primeiro deles é a importância atribuída a uma moradia. Segundo Lemos,

Antes de tudo, o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a

modernidade também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade (LEMOS, 1989, p. 7).

Partindo de um contexto nacional para a realidade a ser estudada, no cenário inicial da formação de Teresina as edificações residenciais sobrepõem-se em número às construções destinadas a outros usos, e constituem um elemento característico do centro da cidade (MOREIRA, 2011). Exemplos do patrimônio histórico arquitetônico, estas edificações exibem, ainda, os valores estéticos, arquitetônicos e culturais da época em que foram construídas, e são, portanto, testemunhos fiéis de toda uma época, contribuindo para consolidar a identidade do lugar.

Mas apesar de toda a importância já atribuída a essas edificações, em Teresina, diversos destes exemplos arquitetônicos cedem diariamente lugar a estacionamentos, letreiros publicitários ou sofrem intervenções sem preocupação por parte dos seus agentes com a manutenção de suas características. O centro da cidade, local que abriga a maior parcela dessas edificações, torna-se cada dia mais comercial, o que desencadeia juntamente com a especulação imobiliária, um processo de descaracterização extremamente rápido. Em concordância com Lemos (1987), que afirma que

Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 1987, p. 29).

É preciso documentar esta arquitetura, a fim de evitar que esse rápido processo de descaracterização torne inviável a percepção de suas características, como uma das formas de preservá-la. Percebendo essa necessidade, adotamos como objeto de investigação a “Casa do Dr. Alberoni Borges”, um exemplar de características ecléticas, situada em uma das laterais de uma importante praça de Teresina – a praça João Luis Ferreira.

Esta residência foi construída na década de 1920, na rua conhecida como Machado de Assis, hoje denominada Coelho Rodrigues, juntamente com outras duas residências semelhantes a esta. Em 1954 o edifício foi vendido à família do Sr. Alberoni Borges de Lemos, funcionário público e jornalista. A partir de 1994 o imóvel deixou de ter uso residencial, passando a abrigar a sede da APOCEPI – Associação dos Policiais Civis do Estado do Piauí. No decorrer desses quase cem anos, apesar de algumas modificações na planta, a fachada manteve-se inalterada, e pela sua preservação, é um marco na paisagem urbana de Teresina, o que confere maior relevância ao nosso produto.

Dessa forma, a fim de documentar essa edificação, consideramos a técnica apresentada por Natalie Groetelaars (2004, 2015) para o desenvolvimento da nossa ortofoto a partir de fotografias convergentes em diferentes ângulos do mesmo edifício e a reunião e tratamento destas no programa Photomodeler, com vetorização posterior no AutoCad e/ou outros programas de edição de imagem, como Photoshop.

Depois de escolhida a edificação, partimos para o início da elaboração do produto gráfico, uma ortofoto, que segundo Groetelaars (2004, 2015) é um produto dada pela fotogrametria digital que apresenta diversas vantagens com relação às formas

tradicionais de levantamento. Optamos pelo desenvolvimento da ortofoto com várias fotografias convergentes, onde a partir da identificação dos pontos homólogos, seria possível realizar as interseções para a restituição do objeto e desenvolvimento da ortofoto (GROETELAARS, 2004).

O primeiro passo foi o registro fotográfico da edificação: teríamos que obter três imagens da mesma – uma frontal e duas laterais convergentes, segundo um ângulo de, em média, 45°. Nesse momento, encontramos a primeira dificuldade para o desenvolvimento do trabalho: apesar da opção de ir em vários horários não-comerciais, enfrentamos problemas diversos para a obtenção da imagem, desde o mau-tempo (extremamente incomum na cidade) ao grande fluxo de pessoas. Finalmente, capturamos as imagens que precisávamos mesmo com um veículo estacionado em frente à edificação, pois esse não impedia a vista de elementos extremamente importantes da mesma.

Depois de escolhidas as fotos, iniciamos o processo de desenvolvimento da ortofoto no Photomodeler. Selecionamos a opção *Manual Modeling*, depois carregamos as três fotos previamente escolhidas e, posteriormente, a opção sem calibração, que foi a mais conveniente no momento. A partir, com as fotos abertas no programa, marcamos seis pontos na primeira imagem: quatro pontos formando um plano nos limites da edificação e depois dois pontos internos à esta, que poderiam ser facilmente identificáveis nas outras duas fotos. Marcados esses seis pontos na primeira foto, foram identificados os pontos homólogos nas duas outras fotos, a partir da opção *reference mode*, seguida de *edit* e *select all marks*. Depois de marcados todos os pontos homólogos foram identificados os eixos X e Z através da seleção dos eixos correspondentes, e processada as linhas que poderiam ser vistas na opção *view*. A próxima etapa foi a criação da superfície do que viria a ser a ortofoto através da opção *path mode*, com a seleção das linhas em sentido horário e posterior finalização de *surface*. Esse processo resultou na criação de um plano. Após este processo, carregamos a textura da imagem e então criamos mais duas superfícies para que fosse englobada toda a fachada do nosso objeto. Fizemos isso a partir da opção *mark surface points/line mode*, marcação da superfície nova – em sentido horário – seguida de visualizar e processar. Findado esse processo, geramos o nosso primeiro produto: a ortofoto (Figura 1), que, comparando com a imagem frontal inicial (Figura 2), corrigiu uma série de deformações de perspectiva visíveis a olho nu.

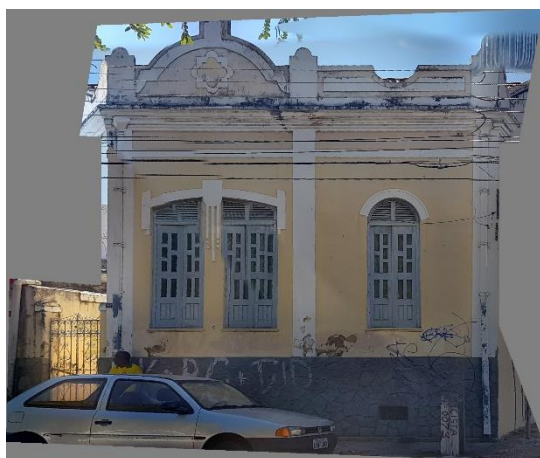


Figura 1 - Ortofoto resultado do processo descrito.

Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 2 - Imagem frontal da edificação, com deformações.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir da obtenção da ortofoto foi possível o desenvolvimento de dois novos produtos: uma fachada técnica, a partir de redesenho no AutoCAD, e uma fachada humanizada (Figura 3), a partir do tratamento da primeira no Photoshop. Para complementação do desenho da fachada, tendo em vista que uma parte da mesma se encontrava encoberta pelo veículo, realizamos um rápido levantamento métrico/fotográfico.



Figura 3 - Fachada humanizada no Photoshop
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Diante dos produtos exibidos, consideramos positiva a técnica da fotogrametria digital para documentação do patrimônio histórico arquitetônico, por fatores diversos. O primeiro e principal deles é que, após o domínio pleno da ferramenta para desenvolvimento da ortofoto, o processo se torna inquestionavelmente mais rápido e mais preciso do que um levantamento métrico utilizando os métodos tradicionais (YANAGA, 2006). A rapidez e precisão do método se desdobra em muitas outras vantagens, como a possibilidade do vasto emprego da ferramenta para a documentação do nosso patrimônio arquitetônico (OLIVEIRA, 2008; CÓRDOBA, 2012), visivelmente ameaçado.

Apesar de apontar como positivo o resultado do emprego dessa técnica, ressaltamos algumas dificuldades que enfrentamos no decorrer do processo. A primeira delas foi o domínio da ferramenta. Apesar de contar com um arsenal de apontamentos desenvolvidos durante as aulas e visitar e revisar a bibliografia indicada, o uso da ferramenta exige uma série de pequenos detalhes que exigem muita prática. Talvez, em virtude disso, o nosso erro residual tenha sido maior que o ideal – o que, ao nosso ver

não invalidou o trabalho, pois a intenção era o desenvolvimento de uma documentação condizente com a realidade, sem distorções métricas consideráveis e com elementos detalhados a fim de facilitar a análise, ao mesmo tempo contemplar as demandas por documentação, e não embasar intervenções minuciosas ou projetos de restauro. Como segunda dificuldade ressaltamos a já mencionada captura das imagens, o que, de certa forma, acabou prejudicando a aplicação da metodologia, pelo fato de que mesmo com sucessivas tentativas registramos a edificação com um veículo estacionado em frente. Estamos cientes de que essa situação não é inerente à ferramenta: o grande fluxo de veículos e pessoas é característico do local onde as edificações históricas de Teresina foram construídas. Consideramos, pelo resultado apresentado que essa dificuldade foi parcialmente sanada.

Finalizamos este trabalho cientes da importância da fotogrametria digital para um melhor, mais rápido e mais preciso andamento das atividades relativas à documentação do nosso patrimônio histórico e arquitetônico, que, por tantos fatores, é cotidianamente ameaçado.

PALAVRAS-CHAVE: Orthophoto, método DSM, documentação, residência Dr. Alberoni Borges.

REFERÊNCIAS

- CÓRDOBA, Paola A. Fernandez. **Levantamento fotogramétrico de monumentos arquitetônicos para projetos de restauro - Estudo de caso:** Palácio Itamaraty - Brasília - DF. Dissertação (Mestrado). Brasília: Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, 2012.
- KOUTSOUDIS, A. et al. **3DDigitisation of Icons of European Architectural and Archaeological Heritage:** case studies for testing the digitisation process interim report. 2012. Project co-funded by the European Commission within the ICT Policy Support Programme. 2012.
- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LEMOS, C. A. C. **História da casa brasileira.** São Paulo: Perspectivas, 1989.
- GROETELAARS, N. J. **Um estudo da fotogrametria digital na documentação de formas arquitetônicas e urbanas.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- _____. **Criação de Modelos BIM a partir de "nuvens de pontos":** estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- MOREIRA, A. C. **Sobrados e Porões:** Um estudo da arquitetura residencial eclética do centro de Teresina da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX. Teresina. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Piauí, 2011.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória:** Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 144 p.
- RUIZ, L. A.; LERMA, J. L.; GIMENO, J. Application of Computer Vision Techniques to Support in the Restoration of Historical Buildings. In: **International Society for Photogrammetry and Remote Sensing**, Graz-Austria, 2002. Proceedings... Graz-Austria: ISPRS, 2002.
- YANAGA, Sílvia Syri. **Fotogrametria digital à curta distância na documentação do patrimônio arquitetônico:** Estudo de caso. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

Hospital Casa de Saúde de Santa Maria – RS: metodologias de análise patológica

*Home of Health of Santa Maria Hospital – RS:
methodologies of pathological analysis*

BERNARDI, Danieli F. (1); LOPES, Caryl E. J. (2)

(1) Mestranda, Universidade Federal de Santa Maria, danielifaccin@hotmail.com ;

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, arqcaryl@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A paisagem é e sempre será a primeira percepção visual de uma sociedade, entre os acontecimentos históricos e seus espaços tangíveis ela sugere o compartilhamento de símbolos e significados entre um mesmo povo, remetendo ao legado cultural transmitido através do tempo.

Floresceu no Brasil, a partir do século XX, a consciência sobre preservação de bens históricos e culturais através de medidas protetivas efetivas como a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, legislações e incentivos para que diferentes grupos sociais se apropriassem de suas paisagens herdadas. Assim, centros históricos passaram a configurar espaços de herança compartilhada através das especificidades, valores e autenticidade necessários à preservação.

Ao analisar a cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul), observa-se em meio à paisagem urbana resquícios de outrora, através do patrimônio edificado entre 1920 à 1980 pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS, que espalhava sua influência no comércio, indústria, educação e saúde. A criação da ferrovia, em 1885, foi um marco propulsor no desenvolvimento local, e a contínua ampliação dos seus domínios favoreceram o crescimento da cidade como um próspero polo econômico¹ (ALCÂNTARA, 2015).

A partir do fim da década de 1950, sob a governança federal de Juscelino Kubitschek, a indústria automobilística foi beneficiada com incentivos baseados no Plano de Metas, que pregava o desenvolvimento de “50 anos em 5”, onde o sistema de rodovias se sobressaía em relação às ferrovias, concomitante à subsequente má administração, deu-se início ao processo de decadência da Viação Férrea no cenário estadual (ALCÂNTARA, 2015).

O declínio da Cooperativa provocou a extinção da maioria dos benefícios até então oferecidos aos seus associados, como escolas ou farmácias, todavia muitas edificações ainda existem e têm um papel fundamental no que tange à identidade do local onde estão inseridas, como representações físicas ligadas à história, capazes de evidenciar a vida cotidiana dessa comunidade, a paisagem construída e a cultura local (MESQUITA; VARUM, 2016).

¹ De 1898 a 1920, a Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul, empossada pela empresa belga “Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil”, construindo em Santa Maira, edificações para uso como escritórios, telégrafo, residências de funcionários, oficinas de manutenção e depósitos de vagões.

Mello (2010) afirma que, entre os 16 municípios onde a CCEVFRGS atuou, Santa Maria é a cidade cujos equipamentos construídos pela Companhia somam a quantia mais significativa, com o total de 16 edificações institucionais. Dentre todos os bens edificados, destaca-se o Hospital Casa de Saúde, cuja construção teve início em 1930, pela empresa “Cia. Construtora Sul Brasil” e foi concluído no dia 24 de abril de 1931, no então Bairro Itararé (bairro habitado por trabalhadores da Viação Férrea), atual Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro². O Hospital surgiu com o objetivo de atender a ferroviários e não-ferroviários, mostrando-se relevante para o sistema de saúde do município na época e até mesmo na atualidade, estando em segundo lugar no número de procedimentos clínicos e cirúrgicos realizados, atrás somente do Hospital Universitário de Santa Maria (CCEVFRGS, 1933; SANTA MARIA, 2018).

Sob gerenciamento das irmãs de caridade da Congregação do Imaculado Coração de Maria, a instituição de saúde sofreu ampliações em 1933 (enfermaria), em 1938 (dormitórios e refeitórios para uso dos funcionários e mais enfermarias), em 1965 (capela mortuária). Em 1966 ocorreu a conclusão de um prédio vizinho ao hospital para abrigar o Sanatório de Tuberculosos³ e em 2006 com a ligação do Sanatório de Tuberculosos com a edificação principal.

Desde 2010 o Hospital Casa de Saúde passou a ser conduzido pela Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS) em convênio com a Prefeitura Municipal (atual detentora do edifício e do terreno), oferecendo à população atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aliado a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), construída em 2012 nas proximidades do hospital. A instituição retomou suas atividades após um período marcado pela falta de condições financeiras para a manutenção da prestação de serviços no atendimento ao público.

Conforme Kümmel (2013), o plano de expansão urbana de Santa Maria influenciou na disseminação do estilo *Art Déco* desde o final da década de 1930, marcando vias ligadas ao núcleo comercial, à Avenida Rio Branco e Estação Férrea. As edificações construídas neste estilo priorizavam linhas simples e modernas, traziam uma “arquitetura de caráter privado” e construções em altura (três ou mais pavimentos).

Neste contexto é fundamental elucidar a relevância da instituição hospitalar, em específico do prédio mais antigo datado de 1931, pela prestação de serviços à saúde e por ser considerado um dos primeiros edifícios municipais a ser construído no estilo arquitetônico *Art Déco*, evidenciando a excepcionalidade deste imóvel, cujas fachadas são consideradas Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria pela Lei Municipal nº 4506/2002, juntamente com demais bens móveis e imóveis pertencentes à CCEVFRGS.

A edificação em estudo demonstra características genéricas do estilo *Art Déco*, como simetria na fachada frontal, acesso centralizado com a volumetria curva e platibanda, além do contraste entre cheios e vazios definido pelas esquadrias. É possível perceber também características específicas deste estilo, como a simplicidade ornamental, a geometrização de elementos e estilo puro e luxuoso.

² O Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro existe em divisão oficial a partir do ano de 1986.

³ Devido ao tempo de execução das obras destinadas a construção da ala de tratamento de tuberculosos, iniciada na década de 1940, na época da conclusão desta edificação (1966) a doença não apresentava mais riscos, tornando-se assim um espaço destinado para a ampliação de vagas hospitalares.

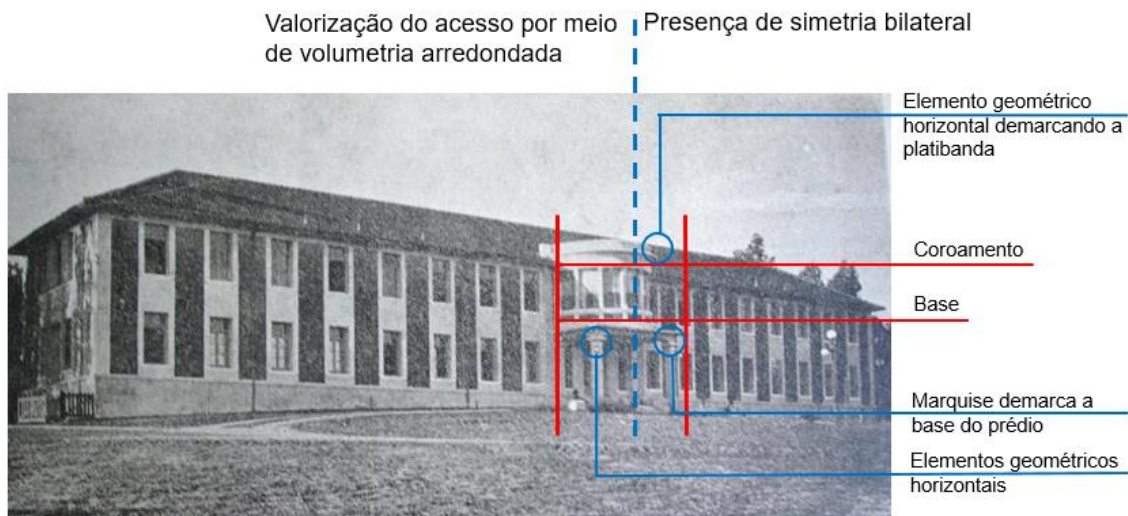
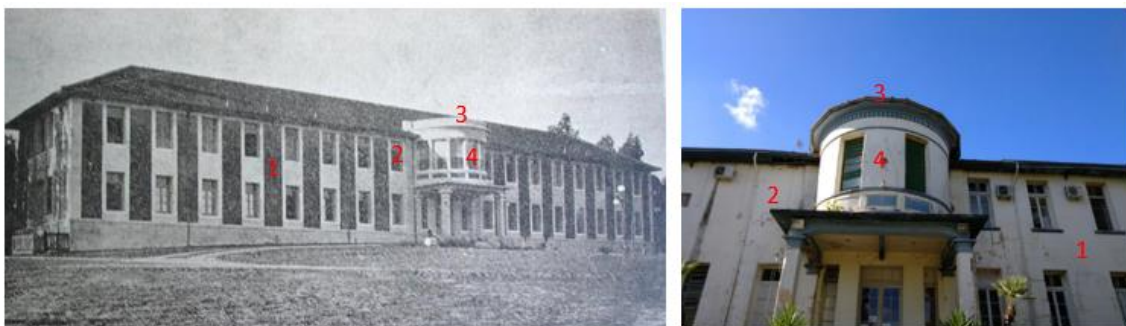


Figura 1 - Fachada frontal da edificação principal do Hospital Casa de Saúde em 1931.

Fonte: CCEVFRGS, Relatório, 1932 apud Alcântara, 2015 adaptado pelos autores.

Os investimentos empreendidos pelo poder público⁴ e o apoio de instituições de ensino⁵ para com o Hospital Casa de Saúde, a partir de 2014, o com novos leitos (MINUSSI, 2014), reformas, tanto no telhado como no forro da edificação, mas principalmente com a aquisição de equipamentos para procedimentos cirúrgicos variados, tornando-o indispensável para suprir a demanda local de atendimento pelo SUS.

Apesar dos investimentos recebidos pelo hospital, não há registros de projetos de reforma realizados no prédio mais antigo (1931), em especial no tocante as suas fachadas externas, entretanto é possível notar, através da comparação de imagens feitas a seguir (Figuras 2 e 3), reformas que desconfiguraram os revestimentos externos (1), as esquadrias (2 e 4) e a platibanda do volume arredondado que demarca o acesso principal (3) da edificação.



Figuras 2 e 3 - Respectivamente a fachada frontal da edificação principal do Hospital Casa de Saúde em 1931. Fonte: CCEVFRGS, Relatório, 1932 apud Alcântara, 2015 adaptado pelos autores. Fachada principal do Hospital Casa de Saúde em 2019. Fonte: Autores.

⁴ Os investimentos do poder público no Hospital Casa de Saúde somaram a quantia de 975 mil reais em 2014, além de 150 mil reais intermediados pela Prefeitura Municipal junto ao Governo Federal e em 2015 mais 250 mil reais angariados em verbas pelo programa Pró Saúde do Governo Federal.

⁵ Instituições de ensino também auxiliam com subsídios financeiros a instituição hospitalar. A reforma da ala pediátrica realizada em 2019 foi custeada pela Universidade Franciscana (UFN) (VASCONCELLOS, 2019).

De acordo com Petrucci (2000, p. 2) as fachadas de uma edificação limitam ambientes internos dos externos e configuram as paisagens dos espaços urbanos, assim as fachadas se tornam barreiras que recebem diretamente a ação dos agentes presentes no meio ambiente. As partes que compõem tal envoltório costumam apresentar grande incidência de manifestações patológicas relacionadas a fatores de degradação em construções antigas no que se refere a exposição prolongada às condições de clima, de uso, variando de acordo com o material empregado, suas características e propriedades e função que desempenha (CINCOTTO, 1995).

A falta de manutenção ou a realização de manutenções quando decorrido longos períodos de tempo podem afetar as construções históricas, porém o desconhecimento dos critérios técnicos de intervenção também é capaz de transformar as intenções de restauração em resultados desastrosos. Com base na importância histórico-cultural e funcional atrelada à necessidade de salvaguarda do Hospital Casa de Saúde, faz-se imprescindível estabelecer critérios de análise visando a preservação deste bem material através da utilização de técnicas de verificação que possibilitem definir as prováveis anomalias existentes.

Lichtenstein (1985), define que o diagnóstico da situação é o entendimento dos fenômenos em termos de identificação das múltiplas relações de causa e efeito que normalmente caracterizam um problema patológico. Cada subsídio obtido na vistoria do local, na anamnese ou nos exames complementares deve ser interpretado no sentido de compor progressivamente um quadro de entendimento sobre como trabalha o edifício, como reage à ação dos agentes agressivos, porque surgiu e como desenvolveu o problema patológico.

Este estudo objetiva discorrer sobre as possíveis métodos de diagnóstico patológico por intermédio de instrumentos de ensaios de inspeção predial, podendo ser divididos entre ensaios destrutivos e não-destrutivos, entretanto alguns autores defendem que estes ensaios devem ser de natureza não-destrutiva a fim de evitar danos adicionais ao bem histórico (DORREGO, J. et al., 2003, p. 1). Os ensaios não-destrutivos aqui analisados para detecção das manifestações patológicas das fachadas do Hospital Casa de Saúde, baseiam-se na técnica de inspeção visual (mapa de danos) e na aplicação imageamento termal, por meio da técnica passiva de termografia infravermelha, com uso da câmera termográfica.

A câmera termográfica faz uso de estímulos naturais (energia solar), ou o aquecimento induzido da superfície, para gerar um fluxo térmico, ou seja, uma perturbação necessária à percepção de possíveis anomalias invisíveis ao olho humano (MALDAGUE, 2001 apud CORTIZO, 2007, p. 36), exigindo que o investigador conheça e saiba analisar os dados provenientes das imagens térmicas. Neste contexto o mapa de danos complementa a termografia através da percepção visual e “sintetiza o resultado das investigações sobre as alterações estruturais e funcionais nos materiais, nas técnicas, nos sistemas e nos componentes construtivos” (TINOCO, 2009), fazendo-se fundamental para o investigador saber, conhecer e compreender, em todos os níveis, sobre as manifestações das degradações em sistemas e componentes construtivos de determinada edificação.

O processo patológico é complexo e silencioso, e neste contexto está a importância da aplicação da termografia em edificações históricas. O uso do equipamento pode captar a existência de tubulações, instalações elétricas, estruturas ocultas, mas também de fissuras, microfissuras, incidência de umidade e deslocamento, antevendo medidas terapêuticas a serem tomadas e evitando o desencadear do processo patológico,

também pode auxiliar na análise de edificações já em fase de degradação, como no caso deste estudo.

Aliar a inspeção visual *in loco* com a termografia infravermelha permite elaborar um estudo conciso das origens das manifestações patológicas, as causas e as consequências. Relacionar os dois métodos de verificação, pode oferecer um diagnóstico preciso sobre as possíveis anomalias e as melhores terapias a serem desenvolvidas e profilaxia. Para tanto, é preciso entender os produtos oferecidos pelo mapa de danos e pela termografia infravermelha e como uni-los de modo a maximizar os resultados individuais de ambos métodos de inspeção.

A compreensão gerada ao longo dos séculos sobre o conceito de utilização do bem material em prol da sua preservação evidencia uma abordagem contemporânea do patrimônio. Tendo em vista os aspectos observados, defende-se que este estudo amplia a discussão sobre técnicas de análise de manifestações patológicas em edificações históricas, especificamente ao tratar da termografia infravermelha, um equipamento amplamente utilizado em diversas áreas, mas que ainda é pouco explorado no Brasil como uma ferramenta capaz de propiciar a manutenção do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Saúde; Patrimônio; Análise patológica.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Marina de. **Patrimônio Edificado pela CCEVFRGS:** identificação de unidades em SANTA MARIA/RS. Dissertação. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

CCEVFRGS. Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. **Relatório apresentado pela diretoria da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul:** Exercício de 1932. Porto Alegre: Tipographia Gundlach, 1933.

CINCOTTO, Maria A. **Argamassas de Revestimento:** características, propriedades e métodos de ensaio. São Paulo: IPT, 1995. Boletim 68. 118 p.

CORTIZO, Eduardo C. **Avaliação da técnica de termografia infravermelha para identificação de estruturas ocultas e diagnóstico de anomalias em edificações:** Ênfase em edificações do patrimônio histórico. 178 f. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/SBPS-7BDMGJ>. Acesso em: 15 maio 2019.

DORREGO, J.; LUXAN, M. P.; DORREGO, F. *Damage detection and localization of reinforcement elements in historic buildings with infrared thermography.* In: **Advances in concrete structure.** Xuzhou Jiangsu. China: ACI – RILEM – NNSF, 2003. p. 1 – 9.

KÜMMEL, Márcia Barroso. **O estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS:** O caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LICHTENSTEIN, N. B. **Patologia das construções:** procedimento para formula para formulação do diagnóstico de falhas e definição de conduta adequada à recuperação de edificações. São Paulo, 1985. 191p. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

MALDAGUE, X. *Infrared and Thermal testing: Nondestructive testing handbook.* 3th ed, Columbus, OH: Patrick O. Moore, 2001.

MELLO, L. F. S. **O pensamento utópico e a produção do espaço social.** A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 2010.

MESQUITA, E.; VARUM, H. *Boletín Técnico.* [s. l.], n. *January*, 2016.

MINUSSI, F. Hospital Casa de Saúde inaugura quinze novos leitos para recuperação de cirurgias eletivas. **Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Município de Saúde.** 03 mai. 2016. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/12843-hospital-casa-de-saude-inaugura-quinze-novos-leitos-para-recuperacao-de-cirurgias-eletivas>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PETRUCCI, H. M. C. **Alteração da aparência das fachadas dos edifícios: Interação entre as condições ambientais e a forma construída.** 2000. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde: 2018-2021.** Santa Maria: Secretaria Municipal de Saúde, 2018, 103 f.

SANTA MARIA. Lei Municipal nº 4506/02, de 09 de janeiro de 2002. **Considera Patrimônio Histórico e Cultural do Município Os Bens Móveis, Imóveis e Documentos Pertencentes A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea.** Santa Maria, RS.

TINOCO J. E. L. **Mapa de Danos: Recomendações Básicas.** Olinda: CECI - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009. 23 p. (Textos para Discussão - Série 2: Gestão de Restauro).

VASCONCELLOS, M. **Hospital Casa de Saúde reinaugura ala pediátrica após mais de um ano fechada. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Município de Saúde.** 01 mar. 2019. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/18186-hospital-casa-de-saude-reinaugura-ala-pediatica-apos-mais-de-um-ano-fechada>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Karl Hartwig Unterberger (1934 - 2019): fragmentos da presença do pintor austríaco e sua contribuição para a pintura religiosa no estado de São Paulo

Karl Hartwig Unterberger (1934 - 2019): fragments of the Austrian painter's presence and his contribution to religious painting in the state of São Paulo

SALOMÃO, Myriam (1)

(1) Doutoranda, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, myriamsalomao@usp.br .

RESUMO EXPANDIDO

O presente estudo reconstruiu através de fragmentos a trajetória do pintor austríaco Karl Hartwig Unterberger (1934 – 2019) no Brasil, traçando uma cronologia das obras e projetos realizados e apresentando as obras localizadas até o momento desse artista dedicado a temática religiosa, mas pouco conhecido no país.

Na primeira metade do século XX, a pintura já seguia outros caminhos temáticos, não sendo uma presença constante na decoração interna dos espaços religiosos como nos séculos anteriores. Nesse cenário, destacamos a presença do pintor austríaco Karl Hartwig Unterberger que realizou diversos projetos durante sua permanência no Brasil de 1952 a 1963, nem todos realizados, como é o caso da Igreja de São Benedito na cidade de Campos do Jordão, do qual apresentaremos os desenhos do projeto decorativo para o seu interior. Já na Igreja de Santo Antônio de Pádua da cidade de São Carlos, o projeto de pinturas parietais foi plenamente executado e do qual analisamos os desenhos, bem como o que restou da obra executada. Portanto, o objetivo principal deste trabalho foi estabelecer uma cronologia da presença de Unterberger no Brasil, mais precisamente no estado de São Paulo, com um inventário do que ele deixou de produção gráfica – projetos para pinturas – e pictórica, ou seja, pinturas efetivamente realizadas.

Em sua primeira fase, a pintura foi uma manifestação tipicamente jesuítica destinada a decoração interna das igrejas e capelas e se desenvolveu a partir do século XVII. Geralmente executadas sobre a madeira dos forros das construções, com diversos painéis ou caixotes tendo ao centro um medalhão com retratos, símbolos cristãos, personagens bíblicos, etc., com ornatos chamados de grotteschi ou brutescos. Tudo a partir de modelos retirados de gravuras da época ou de ilustrações de livros religiosos.

No período posterior, já no século XVIII os modelos da chamada pintura ilusionista foram consolidados na colônia como forma de manifestação pictórica: os limites do espaço interior foram rompidos pela pintura através de “efeito de ilusão de ótica, capazes de transportar o observador diretamente ao céu” (TOLEDO, 1983, p. 280). Posteriormente, surgiu uma típica escola de pintura ilusionista mineira de que incorpora elementos decorativos do estilo Rococó, com motivos conchóides retorcidos, anjos, querubins festivos, flores e guirlandas ao redor de um medalhão central com a cena religiosa, mas ainda unificando a construção arquitetônica por colunas e balaustradas pintadas como se fossem a continuação do edifício.

A pintura de forro exigia que o pintor estivesse no local e conseqüentemente, os primeiros pintores foram religiosos trazidos pela Companhia de Jesus para trabalhar em suas obras. Posteriormente, os beneditinos também trouxeram seus artistas e que como os jesuítas, formaram outros pintores. Assim, como as primeiras esculturas de santos, as primeiras pinturas sobre tela foram importadas de Portugal, prolongando o modelo europeu no Brasil. Pintores de origem portuguesa também vieram para o Brasil e nem sempre ligados a uma dessas ordens religiosas. Vieram atraídos pelos recursos econômicos como por exemplo, quando da descoberta de ouro na região das Minas Gerais.

Quanto aos artistas locais e não pertencentes a uma ordem religiosa, tivemos poucos com formação específica, pois era necessário estudar em Portugal. Muitos aprendiam por esforço próprio e, “às vezes não conseguiam vencer essas limitações de origem e sua obra não chega a ter maior expressão”. (TOLEDO, 1983, p.289). Todas estas categorias de pinturas estavam voltadas para os ambientes de culto religioso e devocional.

De acordo com alguns estudos¹, foi graças a elevação do Brasil à condição de reino e o novo papel que a cidade do Rio de Janeiro adquire como capital que ocorre a formação de uma classe de artistas comprometidos com a simbolização de uma nova ordem social e política. Conseqüentemente, a concentração da atividade artística estava centrada no Rio de Janeiro em estreita relação com a corte imperial e a criação de um imaginário representativo desse mundo. A partir de 1889 com o advento da República, a alteração no foco temático da maioria da produção artística se consolida, reafirmando a pintura histórica como a mais relevante.

Isso não significava que não houvesse produção de temática religiosa, pois a religiosidade cristã católica continuava arraigada na sociedade e com espaço para encomendas, tanto que vários professores de pintura histórica da Academia de Belas Artes envolveram-se na produção dessa temática que envolvia quatro subgêneros temáticos: bíblica, mitológica, literária e as relacionadas à história nacional. Por sua vez, as pinturas de temática bíblica, ou seja, religiosa, agrupam-se também em quatro tipos de abordagens temáticas: a iconografia de Maria, vida e paixão de Jesus Cristo, temas envolvendo personagens bíblicos e a vida e o martírio dos santos. Menos presente, mas também ensinados na Academia Imperial estavam o nu, a paisagem e a natureza morta (LEITE, 2007, ONLINE).

Na região correspondente hoje ao atual estado de São Paulo também foram executadas pinturas nos espaços religiosos, apesar de ter algumas distinções em relação às demais regiões brasileiras, determinada por diversos fatores, entre os quais podemos destacar o relativo isolamento geográfico da região até o início do século XIX. Já no final do século XIX e início do XX, o estado de São Paulo estava favorecido economicamente

¹ Entre os textos que tratam em especial da pintura desse período, e destacamos: CHIARELLI, Tadeu. “Gonzaga-Duque: a moldura e o quadro da arte brasileira”. In: DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. **A Arte Brasileira**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. MIGLIACCIO, Luciano. “O século XIX”. In: AGUILAR, Nelson (org.). **Mostra do Redescobrimto: século XIX**. São Paulo: Fundação Bial de São Paulo/ Associação Brasil 500 Anos, 2000. MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **Fundação de São Paulo de Oscar Pereira da Silva: trajetórias de uma imagem urbana**. São Paulo: FAU-USP, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação – pintura de história e a Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.30, p.3-22, 2002.

pela produção cafeeira, principal produto de exportação brasileiro, e com um grande número de imigrantes que chegavam para trabalhar nos cafezais do interior do estado. Assim, as elites paulistas ligadas ao café, estavam ávidas por dotar as cidades de melhoramentos urbanos como novos bairros, ruas e avenidas com seus belos palacetes construídos nelas.

Quanto às igrejas, seus interiores já se encontravam decorados e em alguns casos receberam uma espécie de “atualização do gosto” com repinturas sobre a antiga (ROSADA; BORTOLUCCI, 2014). Os espaços de uso mais restrito como sacristias, consistórios, bibliotecas, criptas, também passaram por reformas acompanhando o gosto artístico vigente e outros ainda receberam nova decoração, principalmente pinturas sobre tela com temas diversos, desde cenas religiosas, figuras de santos, até retratos de autoridades religiosas. Essa situação não se alterou muito até a metade do século XX.

Karl Hartwig Unterberger nasceu em 18 de setembro de 1934 como o terceiro dos quatro filhos de Franziska Unterberger, nascida Seitz, e do pintor e escultor tirolês Karl Severin Unterberger (1893-1984). O local de nascimento do artista, em Schwaz, cidade no Tirol, Áustria, localizada na parte inferior do vale do rio Inn, foi originalmente de propriedade do mosteiro franciscano nas proximidades. Os motivos recorrentes ligados a temas franciscanos sugerem que a proximidade com o convento não foi apenas espacial.

Em 1952, após estudos artísticos em seu país e na Itália, chega ao Brasil com seu pai e realiza diversos trabalhos artísticos, como afrescos e vitrais em igrejas, obras estas que, por motivos diversos, nem sempre foram realizadas, restando apenas os desenhos de seus projetos, como é o caso do projeto realizado em 1959 para a Igreja de São Benedito localizada na cidade de Campos do Jordão, SP (Figura 1), que incluía diversos elementos para a decoração interna: púlpito, imagem de São Benedito, pinturas e balaustrada. Esse projeto demonstra que os projetos e possível execução, seriam realizados pelos dois artistas: Karl Severin, o pai escultor e entalhador, e Karl Hartwig, o filho pintor, e cada um sendo responsável pela execução de sua especialidade, pois há a assinatura de “K. S. Unterberger e Filho”.

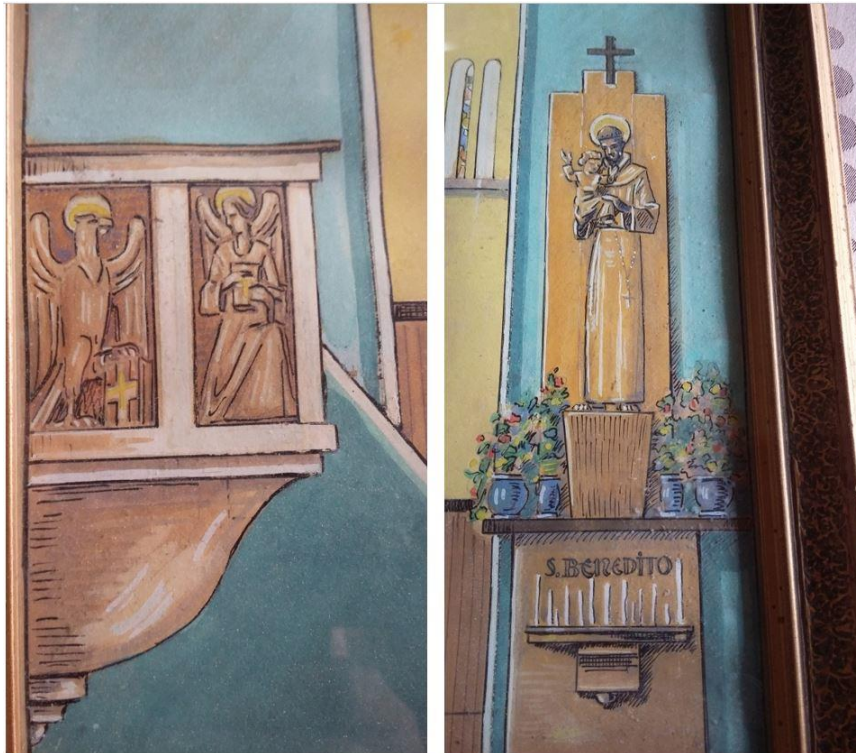


Figura 1 - Detalhes do projeto em aquarela sobre papel para a decoração interna para a Igreja de São Benedito na cidade de Campos do Jordão, SP, datado de 1959: à direita, desenho para o púlpito e à esquerda, o projeto para a escultura de São Benedito.

Fonte: fotografia de Cristina Paulon, 2018.

A última grande obra no Brasil levou-o por três anos ao interior do estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de São Carlos, onde trabalhou de 1961 a 1963 na Igreja de Santo Antônio de Pádua. A paróquia criada em 1943 atendia a uma região formada principalmente por operários e ferroviários e levou muitos anos para ser concluída, exigindo muito esforço financeiro da comunidade (SANTOS, 2009, ONLINE).

A construção teve as fundações feitas com troncos de eucalipto que, em 50 anos, apodreceram e toda a igreja estava sofrendo com enormes rachaduras nos anos 90. Em 1992 o templo foi reformado e as paredes foram rasgadas para a inserção de barras de aço e concreto, o que danificou bastante as pinturas das paredes e dos forros. Em 2009, a igreja foi tombada pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos (Comdephaasc) como primeiro patrimônio histórico-cultural do município (MISSA, 2010, ONLINE) e recebeu apoio financeiro para iniciar o trabalho de recuperação das pinturas de forro dos lados da cruz latina, do centro do transepto e do presbitério, assim como as pinturas parietais do presbitério (Figura 2).



Figura 2 - Interior da Igreja de Santo Antonio de Pádua localizada na cidade de São Carlos, SP, com pintura decorativa interna de Karl Hartwig Unterberger entre os anos de 1961 e 1963.

Fonte: fotografia de Myriam Salomão, 25 de julho de 2013.

É uma pintura para um espaço religioso com características que habitualmente não encontramos no restante do Brasil. Karl Hartwig Unterberger é austríaco e tem influências diferentes do que é visto na maioria das igrejas brasileiras, mais influenciadas pela arte sacra barroca portuguesa. As obras do pintor ressaltam os músculos para garantir a dramaticidade das imagens, os traços faciais são carregados e com pinceladas fortes. A técnica usada foi a pintura de mural a seco, bem diferente de afrescos, que são feitos com a tinta base das paredes ainda molhadas (SANTOS, 2009, ONLINE).

Podemos dizer que as pinturas em decorrência das interferências sofridas no processo de restauro arquitetônico, apresentam um aspecto de recortadas, como se tivessem sido aplicadas sobre as paredes. A tipologia metodológica adotada por ele para a distribuição das cenas em muito se aproxima aos modelos italianos, com o uso de uma falsa cúpula para representar a composição espacial quando aqui temos a estrutura quadrangular (Figura 3).

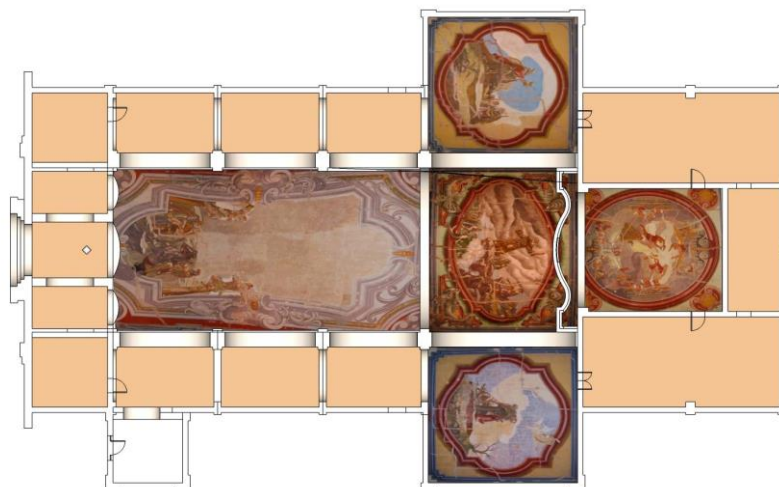


Figura 3 - Projeto de Karl Hartwig Unterberger para a distribuição temática das pinturas no forro da igreja sobre a vida de Santo Antonio de Pádua. Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2010.

Após sua conclusão em 1963, Unterberger retorna para a Áustria, mais especificamente para a cidade de Münster, região do Tirol, junto com sua esposa Christine Helldorf, a quem conheceu e casou-se no Brasil em 1959. Continuou a trabalhar como pintor e faleceu no dia 14 de março de 2019.

O resultado desse esforço inicial do trabalho, foi a junção destes dois fragmentos pictóricos de igrejas paulistas – um projetado e um executado – resgatando a memória da presença de pintores imigrantes que trabalharam pelo interior do estado até a metade do século XX, compondo um patrimônio artístico e arquitetônico que ainda precisa ser mais analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Pintura religiosa séc.XX, Karl Hartwig Unterberger (1934 - 2019), Ig. Sto Antonio de Pádua (São Carlos/SP), Ig. de São Benedito (Campos do Jordão, SP)

REFERÊNCIAS

LEITE, Reginaldo da Rocha. A Pintura de Temática Religiosa na Academia Imperial das Belas Artes: Uma Abordagem Contemporânea. **19&20**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, jan. 2007.

Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/txt_reginaldo.htm>. Acesso em 10 abr.2015.

MISSA marca retorno de imagens restauradas à igreja S. Antônio. **São Carlos Agora**, São Carlos, Caderno Cidade, 24 maio 2010. Disponível em <<http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2010/05/24/10097/missa-marca-retorno-de-imagensrestauradas-a-igreja-s-antonio/>>. Acesso em 30 jul. 2013.

ROSADA, Mateus; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. Os dilemas do restauro a pintura eclética nas igrejas barrocas paulistas. In: SALCEDO, Rosio Fernández B.; GOMES, Samir H. T.; BENICASA, Vladimir (Orgs). **XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado**: dimensão cotidiana do patrimônio e desafios para a sua preservação. Bauru, SP: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações-UNESP, 2014, p.365-373.

SANTOS, Douglas. Paróquia recupera os esboços de austríaco. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 29 nov. 2009, Caderno Ribeirão. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2911200913.htm>>. Acesso em 30 jul. 2013.

_____. Austríaco usou pintura de mural a seco. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 29 nov. 2009, Caderno Ribeirão. Disponível em< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2911200915.htm>>. Acesso em 30 jul. 2013.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó. In: ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil Vol.1**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, p.91-298.

Mapa de danos e manual de conservação da Vila Economizadora

Map of damages and conservation manual of Vila Economizadora

SOUZA, Thais C. S. (1); MUCCIACITO, Heloisa S. (2); PAULA, Caroline (3);
SANTOS, Ana Clara M. (4)

(1) Professora Doutora, Instituto Federal São Paulo, thais.souza@ifsp.edu.br ;

(2) Graduanda, Instituto Federal São Paulo, helo.mucci1@gmail.com ;

(3) Graduanda, Instituto Federal São Paulo, caroline.p@aluno.ifsp.edu.br ;

(4) Graduanda, Instituto Federal São Paulo, ac.meirasantos@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O artigo apresenta o resultado de estudos de iniciação científica referentes à Vila Economizadora desenvolvidos no Instituto Federal de São Paulo pelos discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa vila, localizada entre as ruas São Caetano e Cantareira, no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, foi edificada no início do século XX e ainda apresenta aspectos da época na qual foi construída. Tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico – (CONDEPHAAT) e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), a Vila Economizadora apresenta sinais de vandalismo, patologias e alterações significativas nas fachadas das edificações de seu conjunto arquitetônico.

Os objetivos deste artigo são resgatar a história dessa vila operária, evidenciar o seu estado atual, apresentar o mapa de danos, demonstrar o manual de conservação e conscientizar os seus moradores e a sociedade quanto à importância da preservação de tal vila.

A Vila Economizadora ilustra o período das primeiras construções de casas populares paulistas e o início da fase de industrialização de São Paulo, tornando-se memória viva da história da formação da era industrial da cidade.

No início do século XX, a construção de vilas particulares passou a ser um investimento para grandes construtoras e sociedades mutuárias. Essas vilas constituíram-se a partir do aproveitamento dos terrenos, da utilização dos miolos de quadra e de áreas alagadiças, onde a terra era mais barata, disponível e mais rentável para novos loteamentos.

A Vila Economizadora foi idealizada e construída entre os anos de 1908 e 1915 pela Sociedade Mútua Economizadora Paulista e pelo Empreiteiro Antônio Bocchini¹, e o projeto foi assinado pelo arquiteto Giuseppe Sacchetti.

¹ Departamento de Patrimônio Histórico (2013). Cartilha de orientação aos moradores para reforma, restauro e conservação da Vila Economizadora. DPH. São Paulo, 2013.

Um folheto publicitário editado por volta de 1914-15, descreve as vantagens e méritos do conjunto residencial: uma vila localizada às margens do ali alagadiço, Tamanduatey, nas proximidades da Estação da Luz.

As casas foram alugadas, a preços baixos, principalmente aos imigrantes italianos recém-chegados que trabalhavam na *The São Paulo Railway Company*, e em 1935, João Ugliengo, comendador e empresário, comprou a vila que continuou alugada a outros inquilinos. Outros empresários compraram algumas casas dos arredores no decorrer das décadas. A vila ainda pertenceu à família Ugliengo até meados dos anos 2000, e, hoje, segundo as matrículas obtidas no 5ºCRI – Cartório de Registro de Imóveis, de São Paulo, alguns imóveis da vila pertencem a outros proprietários.

Tombada no âmbito estadual pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico) em 1980 e pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) nos anos 1990, a Vila Economizadora está localizada no bairro da Luz, entre a Rua São Caetano e a Avenida do Estado. Originalmente, possuía 147 edificações, sendo 127 residenciais e 20 comerciais. Após a retificação da Avenida Tamanduatehy, atual Avenida do Estado, 12 residências foram desapropriadas e demolidas pela prefeitura. Essas residências localizavam-se numa área onde hoje há uma praça. Ao todo, a vila ainda apresenta oito tipologias diferentes entre residências e lojas comerciais, e encontra-se parcialmente preservada.

Composta de imóveis térreos, a vila apresentava casas que, sem exceção, tinham porão, pé direito alto, paredes em alvenaria e cobertura de cerâmica, forros de madeira e instalações sanitárias externas, padrões previstos no Código Sanitário e diretrizes municipais da época. Além disso, as construções seguiam determinados padrões: as coberturas (telhados) eram feitas de telhas de barro do tipo francesas, que, hoje, são parcialmente cobertas por telhas onduladas de fibrocimento; e as fachadas são compostas por elementos decorativos em argamassa ou estuque, como cercaduras, guarda-pó, frisos e barras horizontais e verticais – que também estão presentes nas portas e janelas. A pintura das casas também segue um critério - as paredes são pintadas de camurça², enquanto janelas e portas são marrom-avermelhadas. Os ornamentos e molduras das janelas apresentam cor branca, enquanto o barrado inferior da residência é cinza.

Ao longo do tempo, algumas edificações foram sendo modificadas, ou seja, aconteceram substituições de portas e janelas, o que descaracterizou o conjunto arquitetônico da vila. O conjunto de casas confrontantes com a Avenida do Estado apresenta, hoje, patologias como vandalismo, destacamento da argamassa, poluição e microrganismos nas suas fachadas. Além disso, houve falta de manutenção dos telhados e infiltrações ocorridas nas edificações, no entanto, hoje, é possível visualizar as modificações efetuadas e as substituições por outros tipos de telhas e coberturas.

Com a situação alarmante do estado de conservação e a manutenção da vila, identificamos as patologias do conjunto arquitetônico e produzimos um manual de conservação das fachadas, como forma de orientação e atualização quanto ao estado hodierno da vila frente aos órgãos de proteção.

² Instruções técnicas obtidas pela Cartilha de Orientação aos moradores da Vila Economizadora desenvolvida pelo Departamento Patrimônio Histórico de São Paulo-DPH.



Figura 1 - Patologia (vegetação) identificada na casa n.15, Vila Economizadora – São Paulo-SP. Fonte: Autores, março de 2019.

Realizada a montagem das pranchas com a identificação das quadras da vila, com as ruas, os lotes e a numeração de casas e comércio, iniciou-se o levantamento das patologias. Todas as elevações das fachadas foram plotadas e iniciou-se a elaboração do mapa de danos.

Junto a esse trabalho, foi realizada a retirada da argamassa de duas edificações com a finalidade de encaminhar ao NTPR (Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração), da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, para investigação e obtenção de resultados no que concerne à aproximação da granulometria e do traço das argamassas.

No tocante a conservar e restaurar conjuntos arquitetônicos históricos, Kanan (2008, p. 37) explica que

As intervenções de conservação e restauração das alvenarias históricas requerem o entendimento dos materiais que sobreviveram e dos que vão ser utilizados nas obras de reconstituição, que devem ser compatíveis. Com essa finalidade, é importante conhecer as características das argamassas antigas, o que é possível através de análises químicas e físicas. Amostras íntegras de argamassas e rebocos, incluindo camadas pictóricas, têm sido analisadas com o objetivo de identificar características e preparar materiais de restauração compatíveis com os originais.

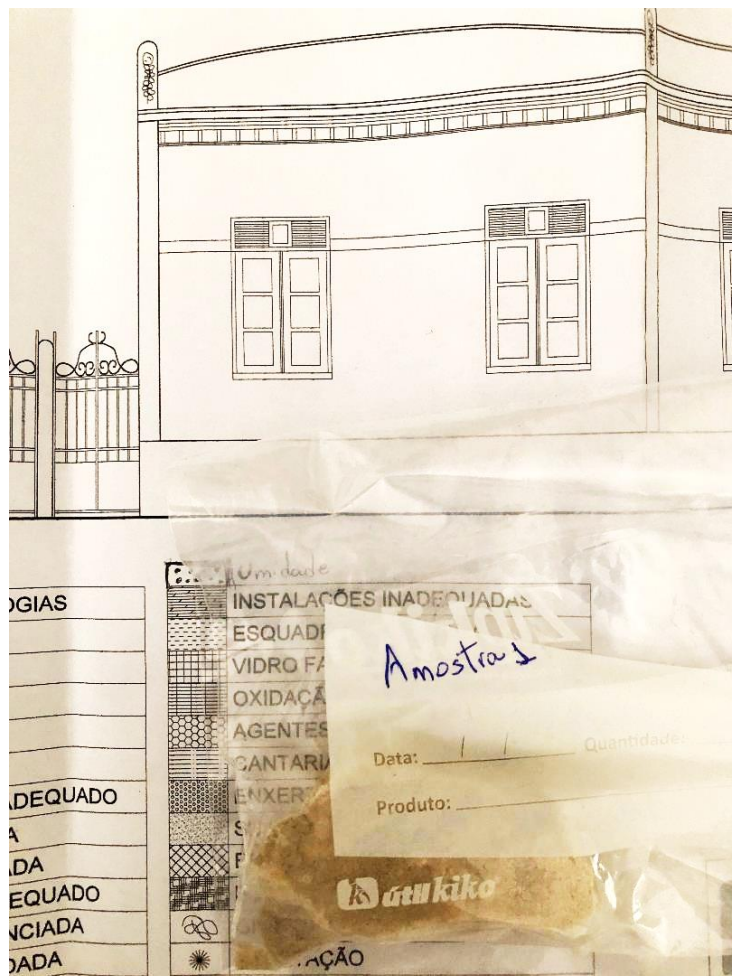
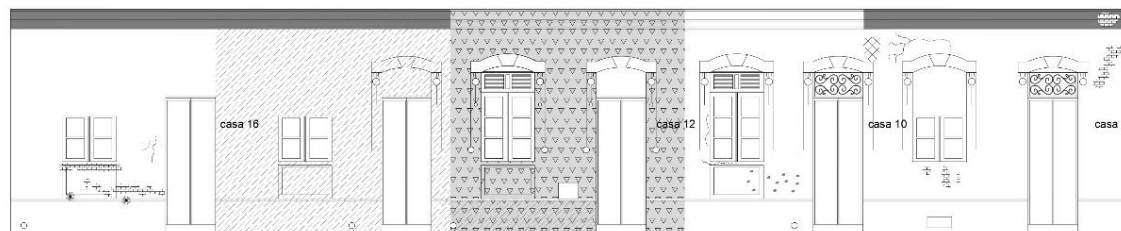


Figura 2 - Amostra retirada e encaminhada ao Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR). Fonte: Autores, março de 2019.

Foram coletadas duas amostras em casas diferentes, e os resultados obtidos na composição da argamassa em ambas foram de 80% de (ligante de cal). A importância da realização da granulometria e do traço consiste na identificação de sua composição e na verificação da compatibilidade das propriedades físico-químicas da argamassa para o restauro.

Ocorreram visitas *in loco* para a identificação das patologias e o levantamento fotográfico, que apresentaram alguns resultados significativos para a leitura da vila.

Nas edificações externas ao miolo de quadra, encontram-se as tipologias de comércio, das quais 20% apresentam algumas modificações externas na fachada e a extinção do frontão. Nas casas, aproximadamente 80% das telhas francesas foram substituídas por onduladas, 5% apresentam ampliações e modificação do gabarito, e 70% das residências possuem algum tipo de patologia ou alteração entre esquadrias e intervenções como câmeras e coberturas.



ELEVAÇÃO 12
ESCALA 1:50

LEGENDA DE PATOLOGIAS	
	RACHADURA
	FISSURA
	MICROFISSURA
	LACUNAS
	DESPLACAMENTO
	PREENCHIMENTO INADEQUADO
	PINTURA DEGRADADA
	PINTURA DIFERENCIADA
	REVESTIMENTO INADEQUADO
	ARGAMASSA DIFERENCIADA
	ARGAMASSA DEGRADADA
	MANCHA NEGRA
	INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	ESQUADRIA DANIFICADA
	VIDRO FALTANTE
	OXIDAÇÃO
	AGENTES BIOLÓGICOS
	CANTARIA DETERIORADA
	ENXERTO
	SUJIDADE
	EFLORESCÊNCIA
	ESPOLIAÇÃO
	CRATISMO
	VEGETAÇÃO
	AR-CONDICIONADO DE JANELA

Figura 3 - Mapa de danos / Identificação das patologias. Fonte: Autores, julho de 2019.

Nas habitações da fachada norte, é possível verificar, em uma grande parte delas, um destacamento de pintura. Já nas habitações com orientação sul, há patologias ligadas à umidade, ou seja, tais habitações apresentam bolor, maior umidade ascendente e, até mesmo, vegetação entre a argamassa e os tijolos, além de infiltração.

As casas lindeiras à Avenida do Estado, em sua maioria, apresentam pichações e uma crosta negra, que é resultante da poeira e da falta de limpeza adequada nas fachadas e na via pública, bem como da poluição decorrente do grande fluxo de veículos e caminhões nessa via.

A retificação do Rio Tamandatey e as alterações causadas pelas intervenções urbanas ao longo do tempo geraram uma praça da qual poucos moradores fazem uso, devido à falta de infraestrutura, de segurança, de pertencimento e de identidade. Além disso, há um desnível de, aproximadamente, 1,70m de altura entre a Avenida do Estado e o miolo da vila, isto é, as casas estão implantadas abaixo do nível da avenida, impedindo a permeabilidade visual e a comunicação direta com a via.

O manual que produzimos expõe as elevações com as indicações das patologias e as diretrizes quanto à manutenção das edificações. Dentre essas diretrizes, sugerem-se: a recomposição do telhado com as telhas originais; a substituição das janelas e portas de acordo com o desenho original; a retirada de vegetação de pequeno porte localizada entre os tijolos e a argamassa; a manutenção da inclinação dos telhados originais e, se possível, a manutenção das telhas de barro (tipo francesa). Nas fachadas, indica-se manter o vão original, além dos arremates decorativos de argamassa das platibandas e molduras das portas e das janelas. E, nos casos de reforma e alterações, recomenda-se submetê-las aos órgãos para aprovação e ciência.

Após a identificação das patologias das edificações, dos problemas de infraestrutura e pertencimento junto à praça, foi elaborado um projeto de requalificação da praça e encaminhado à subprefeitura. Por se tratar de um espaço não desenvolvido no projeto original da vila, a praça se tornou-se um espaço que pouco se conecta com os espaços livres pré-existentes.

A praça incide inteiramente em um nível, que é elevado em comparação às ruas da vila, e os elementos de circulação vertical são pequenos e ineficientes. Existem duas escadarias e uma rampa que dão acesso à praça: as duas escadarias estão sempre

fechadas com grades e cadeados, e a rampa de acesso não possui a inclinação correta, o que dificulta o seu uso por deficientes físicos.

As novas famílias de imigrantes trazem consigo um número considerável de crianças de volta para a vila. Essas crianças que moram na vila, bem como as que moram no entorno, não possuem um local para brincar se divertir. O projeto prevê a instalação de brinquedos e a criação de um parquinho para que essas crianças possam brincar e interagir com as crianças de outros locais.

A proposta de requalificação desse espaço consiste na inserção das atividades de brincar e jogar bola, na implantação de um piso em granito drenante, intercalado com deck de madeira perto da área da quadra e grama nos arredores e nos espaços de brincar. O projeto ainda prevê um novo muro para comportar plantas de pequeno porte e complementar a arborização da praça. A iluminação escolhida foi através de poste de luz de pequeno porte. A madeira e o concreto foram os materiais adotados no mobiliário de forma geral.

Atualmente, a vila não pertence aos antigos imigrantes italianos, e, sim, aos bolivianos, os paraguaios, chineses, entre outros, que residem e trabalham na região da Feirinha da Madrugada. Em algumas casas, é possível notar a mudança de uso: algumas deixaram de ser residências para se tornarem pequenas fábricas de costura, e outras, estoques de produtos, ou seja, possuem um caráter ligado ao comércio das ruas envoltórias, alterando as características internas das habitações.

As matrículas obtidas no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo comprovam a mudança dos antigos moradores de origem italiana, com sobrenomes “Ugliengo, Rivetti e Gerodetti”, para residentes de nacionalidades brasileira, latino-americanas e chinesa. Transeuntes com seus carrinhos cheios de produtos, atravessam as ruas da vila em direção à Avenida do Estado e à Rua Oriente, e, nos finais de semana, é possível ver mesas nas vias da vila, e churrasco em frente às casas, ao som das músicas “latinas”.

Assim, pode-se identificar que a Vila Economizadora, há mais de 100 anos, resiste em meio às transformações urbanas e sociais e à falta de recursos financeiros dos moradores. No que tange à elaboração do mapa de danos, análises laboratoriais, propostas desenvolvidas em parceria com diversos órgãos (as instituições federais, as universidades, as instituições de requalificação de praças), a elaboração de peças gráficas e de projetos são maneiras de expor e divulgar para a sociedade a situação atual dessa vila, em busca da preservação do patrimônio e de uma maior abrangência da educação patrimonial e do pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: manual, conservação, restauro, vila operária.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: A comissão de exames das habitações operárias**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Relatório de exame de cortiços**. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BRAGA, Márcia. **Conservação e restauro: História e evolução conceitual do restauro Arquitetônico**. 1. ed. Rio de Janeiro: RIO, 2019.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Cartilha de orientação aos moradores para reforma, restauro e conservação da Vila Economizadora**. DPH. São Paulo, 2013.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal.** – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008.

LANNA, A. L. D. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades: Redes em Processos Migratórios.** 1. ed. São Paulo: USP, 2011.

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria Burguesa: O enriquecimento de uma cidade.** 1. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

O Art Déco em Santa Maria: estudo sobre a Residência Carmen Fernandes Bicca

*The Art Déco in Santa Maria:
study about the Carmen Fernandes Bicca Residence*

QUERUZ, Francisco (1); BORGES, Nicole (2)

(1) Mestre, Universidade Franciscana, francisco@unifra.br ;

(2) Universidade Franciscana, niicoleborges@hotmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A história da Residência Carmen Fernandes Bicca está intimamente vinculada ao legado férreo de Santa Maria – RS, assim como o patrimônio em estilo *Art Déco* que a cidade possui. O texto remonta a história de como surgiu o município, de que forma esse estilo arquitetônico chegou à cidade até o ponto chave: a edificação que integra o acervo *Art Déco* da Avenida Rio Branco. Através de pesquisas bibliográficas, levantamentos fotográficos e entrevista oral foi possível reescrever essa história. Como resultado, é demonstrado a necessidade de preservação histórico patrimonial da Residência.

A edificação localiza-se em uma das primeiras ruas da cidade, denominada Avenida Rio Branco, o local é considerado histórico uma vez que possuía ligação direta com a Estação Férrea, dessa forma a economia da época estava no local. Além disso, inúmeras edificações de valor patrimonial encontram-se no prolongamento da via. Com o declínio das ferrovias, em favor da rede rodoviária, o local perde seu valor econômico e a cidade começa a se desenvolver fora do eixo ferroviário. O que resta na Avenida Rio Branco são fragmentos da história da cidade que encontram-se deteriorados e sem atenção do poder público.

O resumo foi baseado na metodologia qualitativa de caráter exploratório, no qual a análise dos dados foi desenvolvida no decorrer do processo de levantamento da área de estudo. Utilizando de bibliografias, levantamento fotográfico, visita ao ambiente de pesquisa e entrevista com ex-moradora da Residência foi possível compilar a história da edificação junto à Avenida Rio Branco.

A cidade de Santa Maria faz parte da linha que dividia os domínios entre Espanha e Portugal, conforme o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso assinado em 1777. Porém, a comissão não chegou em seu resultado final, uma vez que mais de dez anos depois de ter começado explorar as novas terras do sul a delegação espanhola dissolveu-se. Dessa forma, com o rompimento da Comissão Mista de Demarcação, surge a povoação de Santa Maria, através de acampamentos portugueses que tinham por objetivo proteger seu domínio. No ano de 1797 chegam ao local escolhido para o acampamento, o qual estava assentado no que hoje é a cidade de Santa Maria (BELÉM, 2000).

Anos se passaram e em 1801, Santa Maria deixa de ser um acampamento propriamente dito para tornar-se um povoado. A 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites que até então estava apossada do local acabou dissolvendo-se, porém deixou marcas do que hoje vemos como cidade (BELÉM, 2000).

Já em 1819, foi criado um novo município na Província do Rio Grande chamado Vila Nova de São João da Cachoeira. Dividido em quatro distritos administrativos, entre eles estava o Curato de Santa Maria que se subdividia em Santa Maria e Pau Fincado. Nesse momento, o povoado já era um centro populoso e mais ruas estavam sendo criadas no local (BELÉM, 2000). Em 1837 foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, passam-se cerca de vinte anos e a freguesia é elevada à categoria de vila. Apenas em 6 de abril de 1876, a vila é elevada à cidade de Santa Maria (BELÉM, 2000).

O local já constituído como uma cidade propriamente dita e após uma manifestação popular recebe em 1885 sua primeira Estação Férrea e junto de si a estrada de ferro que ligava Santa Maria à Porto Alegre, apenas em 1899 é concluída a Estação localizada estrategicamente próximo as oficinas de manutenção no extremo norte da Avenida Rio Branco (MELLO, 2002). A cidade conheceu a prosperidade que uma linha férrea pode trazer, já que seu comércio foi fomentado graças as trocas possíveis pelos trilhos (BELÉM, 2000). Consta que em 1900, Santa Maria era uma bela cidade com muitos prédios e residências confortáveis (BISOGNIN, 2008). A Avenida do Progresso que anteriormente já havia sido chamada de Rua do General Rafael Pinto (Bandeira) em 1908 recebe o nome que ainda persiste, Avenida Rio Branco (BELTRÃO, 1979). “Essa Avenida orgulhava a todos: tinha 44 metros de largura, era toda arborizada, iluminada e considerada o cartão de visita da cidade” (BISOGNIN, 2008, p. 46).

A partir da segunda década do século XX, a cidade começou a sentir os efeitos da desestrutuação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), já no final da década de 1950 o Plano de Metas instituído pelo governo, incentivava o transporte através das rodovias em detrimento à ferrovia. No decorrer da década de 1980, o Brasil passou por crises político econômicas, e colocou-se a favor da redução das empresas nacionais, diminuindo drasticamente os investimentos destinados ao setor ferroviário. Com isso, em meados de 1990, grande parte da malha ferroviária do Brasil foi privatizada (MELLO, 2010).

Através da desestatização das ferrovias, os trens que eram os grandes protagonistas da história da região foram deixados em segundo plano. As marcas são visíveis em Santa Maria que viu sua mancha ferroviária fragmentar-se e a Avenida Rio Branco perder o valor econômico que tinha para a cidade (MELLO, 2010). Atualmente, o que se vê são fragmentos da história, a arquitetura dos áureos tempos da ferrovia ainda se mantém, mesmo que descuidada, no local.

A Residência Carmen Fernandes Bicca localiza-se na Avenida Rio Branco - 454, mais precisamente entre a Rua Treze de Maio e Rua Vale Machado, na cidade de Santa Maria – RS. Possui em sua fachada elementos característicos do *Art Déco*, o qual a cidade de Santa Maria possui o segundo maior acervo contínuo desse estilo (MATGE, SOARES, 2018). A figura 1 é uma imagem da fachada principal da Residência localizada junto à Avenida.



Figura 1 - Fachada principal da Residência. Fonte: Arquivo pessoal, 03 de abril de 2019.

O *Art Déco* foi lançado em Paris em 1925 (UNES, 2001). Além disso, por muito tempo entendeu-se que era uma transição entre o Ecletismo e o Modernismo, porém hoje é compreensível que ele não se encaixava diretamente em ambos os movimentos. Dessa forma, é visto como um estilo próprio que fez intermédio entre o ecletismo e o modernismo (KÜMMEL, 2013). A nomenclatura *Art Déco* apareceu pela primeira vez apenas em 1966, através de uma mostra retrospectiva, realizada em Paris (UNES, 2001).

A partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial é que essa manifestação chegou até a parte norte do continente americano (UNES, 2001). Já no Brasil os primeiros sinais de inspiração *Art Déco* aconteceram na Semana de Arte Moderna em 1922. A arquitetura *Déco* acontecia simultaneamente com a modernista, porém com características muito marcantes como valorização das esquinas, cheios e vazios, varandas semiembutidas, escalonamento de planos e volumes, valorização de acessos e portarias, revestidas em mármore e granitos, assim como o trabalho em serralheria artística (KÜMMEL, 2013). Além disso, o estilo tinha como base buscar a identidade de cada país, dessa forma motivos marajoaras¹ foram inseridos na arquitetura nacional (UNES, 2001).

No Rio Grande do Sul, em especial Santa Maria, o estilo apareceu em grande escala na Avenida Rio Branco. Uma das primeiras vias da cidade que possuía ligação direta com

¹ A arte marajoara é um tipo de cerâmica fruto do trabalho das tribos indígenas que habitavam a ilha brasileira de Marajó (próximo a Belém, no estado do Pará), na foz do rio Amazonas, durante o período pré-colonial de 400 a 1400 d.C. (SCHAAN e MARTINS, 2010).

a Estação Férrea (MELLO, 2002). O *Art Déco* era elemento marcante das fachadas ao redor da via, disseminado entre 1930 e 1960 com suas cores vibrantes, formas geométricas simples e utilização do pó-de-pedras nos revestimentos das fachadas dos prédios. (BISOGNIN, 2008).

Os responsáveis pela construção da Residência é Florinda Fernandes e Ilu Bicca. O casal do interior de São Gabriel, possuía nove filhos. O motivo da mudança para a Santa Maria deu-se devido as melhores condições de ensino da cidade, dessa forma a matriarca muda-se com os filhos, enquanto o pai continua em São Gabriel para trabalhar na estância e após vender parte de suas joias, Florinda encomenda a construção da Residência em 1935 ao engenheiro Luiz Bolick, sendo a obra finalizada em 1938, ano em que a família muda-se para o local.

A planta era dividida na parte inferior por um *hall* de entrada, sala de jantar, sala de visita, copa, um banheiro, cozinha e uma suíte a qual pertencia ao casal Fernandes Bicca. Na parte de cima existiam seis quartos e apenas um banheiro. Além da construção, havia um galpão ao fundo separado da casa, local que abrigava uma garagem, um quarto de passar roupa e um quarto de empregada. A figura 2 demonstra as plantas baixas do térreo e do segundo pavimento respectivamente, porém devido as modificações ao longo dos anos não foi possível localizar os cômodos originais, dessa forma a planta a seguir está dividida por ambientes.

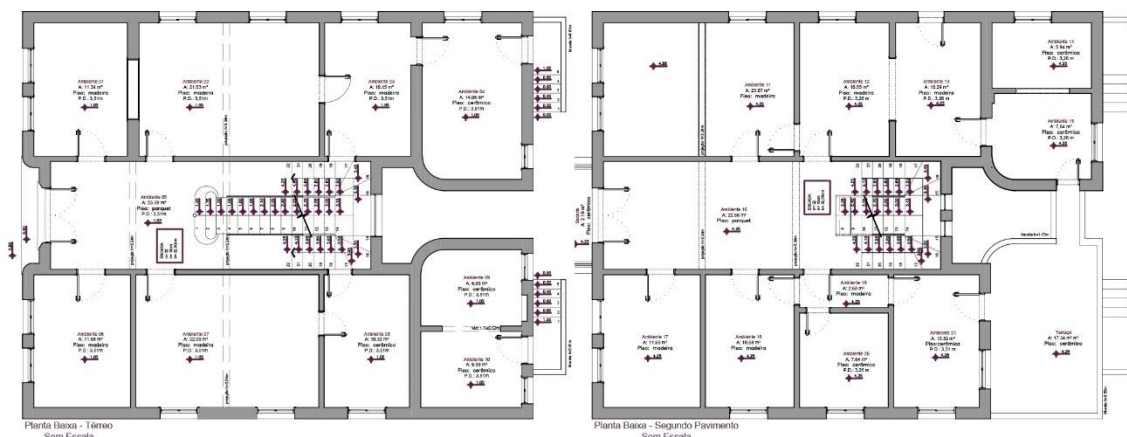


Figura 2 - Plantas baixas do térreo e segundo pavimento da Residência.

Fonte: Arquivo elaborado pela autora com base em levantamento realizado por Jéssica Bortoluzzi e Thaís Ferreira, 28 de abril de 2019.

Os filhos foram crescendo, mudaram-se para a capital para concluir o ensino superior e no local ficou Florinda com sua filha mais jovem, Lourdes. A parte superior da Residência foi organizada para que ela pudesse viver com seu marido. Porém, em 1962 a mãe Florinda vem a falecer e a casa fica apenas com Lourdes. Seu pai faleceu em 1969 na estância em São Gabriel.

Anos se passaram e Lourdes viveu na casa até a década de 1990, momento que sua irmã Carmen volta para Santa Maria após ter morado muito tempo fora. Com isso, como desejo de Florinda em vida que a casa fosse herdada pela filha solteira, Carmen passa a morar no local.

A moradora mais ilustre da Residência e que hoje leva seu nome, Carmen Fernandes Bicca, nasceu em 5 de setembro de 1923 em São Gabriel, era uma mulher que lutava pelos seus ideais, possuía gênio forte e opiniões marcantes. Ainda na década de noventa, transformou a casa em um pensionato para moças que vinham estudar, porém

conforme elas iam se formando a Residência ficava cada vez mais vazia. Devido ao medo das constantes tentativas de roubo à casa, Carmen muda-se para um apartamento próximo ao local na Rua Dr. Francisco Mariano da Rocha. Foi nesse momento em que ela decide doar o terreno e a Residência para as irmãs franciscanas, com o desejo que o local fosse conservado. Carmen, esteve sob os cuidados da irmã Lourdes até o seu falecimento com cerca de 90 anos.

A Residência atualmente não abriga no seu interior nenhuma atividade, apenas o seu pátio é utilizado como estacionamento privado, além disso a edificação está inserida na lista do decreto executivo número 84, de 27 de julho de 2018, para proteção do patrimônio. Esse documento traz 135 edificações que estão em processo provisório e podem ser protegidas em breve. A figura 3 é um compilado dos desenhos das fachadas demonstrando o estado atual da Residência, o qual está em situação de abandono. O telhado está ruindo, o piso interno está muito danificado e as fachadas possuem patologias como mofo, empolamento, vegetação, partes desgastadas ou sem reboco, entre outros.



Figura 3 - Fachadas da Residência com patologias. Fonte: Arquivo elaborado pela autora com base em levantamento realizado por Jéssica Bortoluzzi e Thaís Ferreira, 28 de abril de 2019.

O estudo relacionado à Residência Carmen Fernandes Bicca possibilitou reafirmar e dimensionar a significância que a Avenida Rio Branco possui para a cidade, juntamente com seu patrimônio histórico, em especial o *Art Déco* que Santa Maria possui um acervo ímpar que está se deteriorando pela ação do tempo e descaso com bens históricos.

É necessário requalificar espaços que encontram-se, aparentemente, esquecidos pelo poder público demonstrando que ainda há soluções para esses locais. Os levantamentos cadastrais e estudo sobre o local tornam-se fundamentais, uma vez que essa história está sendo apagada pela ação do tempo. Apesar do abandono com o local, quem viveu os áureos tempos da ferrovia lembra com carinho da Avenida Rio Branco e seus casarios.

Afinal, a Rede Ferroviária assim como o *Art Déco* foram muito importantes para a evolução urbana da região e ajudou a construir a memória coletiva de várias gerações, portanto necessita de incentivo para sua preservação, e quiçá esse será mais um passo para iniciativas que englobem a verdadeira recuperação e valorização do patrimônio da Avenida Rio Branco.

PALAVRAS-CHAVE: *Art Déco*, Ferrovia, Preservação, Residência.

REFERÊNCIAS

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797 – 1933** / João Belém. – 3. ed. Santa Maria: Ed.da UFSM, 2000. 309 p.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787 – 1930.** / Romeu Beltrão – 2. Ed.

BICCA, Lourdes. [Entrevista disponibilizada em 27 de abril de 2019]. Entrevistadora: Nicole Borges. Santa Maria, 2019. Entrevista concedida ao Trabalho Final de Graduação I – Espaço de Apoio ao Estudante.

BISOGNIN, E. L.; FOLETTO, V. T. et al. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria – Santa Maria:** Pallotti, 2008. 222 p.

Diário de Santa Maria. **Santa Maria, a cidade com segundo maior acervo contínuo em Art Déco do mundo.** Disponível em: <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/geral/santa-maria-a-cidade-com-segundo-maior-acervo-cont%C3%ADnuo-em-art-d%C3%A9co-do-mundo-1.2082312>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KÜMMEL, M. B. **Estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: o caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado.** 2013. 208p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

MELLO, L. F. S. **O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS.** 2002. 160 p. (Mestrado de Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2002.

MELLO, L. F. S. **O pensamento utópico e a produção do espaço social a cooperativa de consumo dos empregados da viação férrea do Rio Grande do Sul.** 2010. 301 p. (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2010.

Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara / Denise Pahl Schaan, Cristiane Pires Martins, organizadoras. – 1. ed. – Belém : GKNORONHA, 2010. 200 p.

Prefeitura de Santa Maria. **Decreto Executivo nº 84, de 27 de julho de 2018.** Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2018/07/D27-1486.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

UNES, W. **Identidade Art Déco de Goiânia** / Wolney Unes. – São Paulo, Ateliê Editorial; Goiânia, Ed. da UFG, 2001.

O restauro da fachada frontal da Catedral Basílica do Salvador

The restoration of the front facade of the Catedral Basílica do Salvador

DELANOY, Simone S. (1); BARBOSA, Carlos (2); MACHADO, Elias José de A. (3)

(1) Arquiteta, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas, Marsou Engenharia Eireli, simone@marsou.com.br

(2) Especialista em restauro de monumentos, Dolmen Restauro e Decorações, dolmenrestauro@gmail.com

(3) Arquiteto, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, eliasjamac@yahoo.com.br

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho trata do restauro da fachada da Catedral Basílica do Salvador, templo construído no século XVII, no centro histórico da capital baiana e cuja característica principal é a utilização vasta das cantarias. Neste artigo, são abordados os aspectos relativos ao diagnóstico das patologias, ao projeto e à obra de restauração empreendida. As operações ora relatadas, foram executadas pela Marsou Engenharia Eireli, a partir de projeto elaborado pela Dolmen Restauro e Decorações Ltda, entre os meses de outubro de 2017 e agosto de 2018, em obra contratada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No primeiro momento, foi realizado o levantamento do histórico do templo. Da pesquisa realizada, saba-se que: quando chegaram a Salvador, em 1549, os jesuítas edificaram uma capela dedicada à Nossa Senhora da Ajuda. Depois, em 1550, na Sé, fundaram o Colégio dos Meninos. A localização do Colégio, contígua a outros templos, representava inconvenientes para os jesuítas (SOUSA, 1949). A solução para esse inconveniente foi implementada no governo de Mem de Sá, que iniciou, fora dos muros da cidade, em de 1657, a construção do Colégio dos Jesuítas. A construção do Colégio e a instalação dos religiosos, foi fator determinante para a ocupação do atual Terreiro de Jesus e para a expansão do tecido urbano da Salvador do século XVII.

O desenho utilizado para a construção do colégio e de seu templo, próxima do que ainda hoje se apresenta, foi elaborado por Francisco Dias (SOUSA, 1949). Francisco Dias propôs a planta retangular, com transepto inscrito, típica das igrejas portuguesas do período da Contrarreforma, e de dois volumes que receberiam as funções do colégio. O projeto de Francisco Dias não foi executado integralmente e o que dele se executou sofreu influências diretas de projetistas como de Vignola e contribuições de projetistas como padre Cristóvão Gouveia. Dentre os materiais de construção empregados no templo destacam-se o calcário de lioz, importado e utilizado em trabalhos de cantaria nas fachadas; a madeira, utilizada em assoalhos, em coberturas, nas talhas e as peças cerâmicas, como os azulejos portugueses, que compõem os painéis decorativos do templo (SIMÕES, 1965).

Das obras executadas no templo entre os séculos XVII e XIX, para o presente estudo, importam: a finalização do frontispício (1679) e a execução do arremate das torres (1694); a instalação das imagens de São Francisco Xavier, Santo Inácio de Loiola e São

Francisco de Borja na fachada (1746); e a instalação da lápide comemorativa ao segundo centenário de morte de Antônio Vieira, no século XIX. No século XX, o templo foi elevado à condição de basílica em 1923 e, em 1938, individualmente tombada pelo IPHAN (AZEVEDO, 1975). A partir dos anos 40 do século XX, o edifício foi objeto de intervenções. Destas intervenções interessam a limpeza dos elementos líticos da fachada (1947) e restauração das capelas, da imaginária, e da fachada, obra iniciada em 2015, da qual resultam os trabalhos ora relatados. Segue fotografia da Catedral Basílica do Salvador, datada de julho de 2016, anterior as intervenções descritas no presente trabalho (Figura 1).

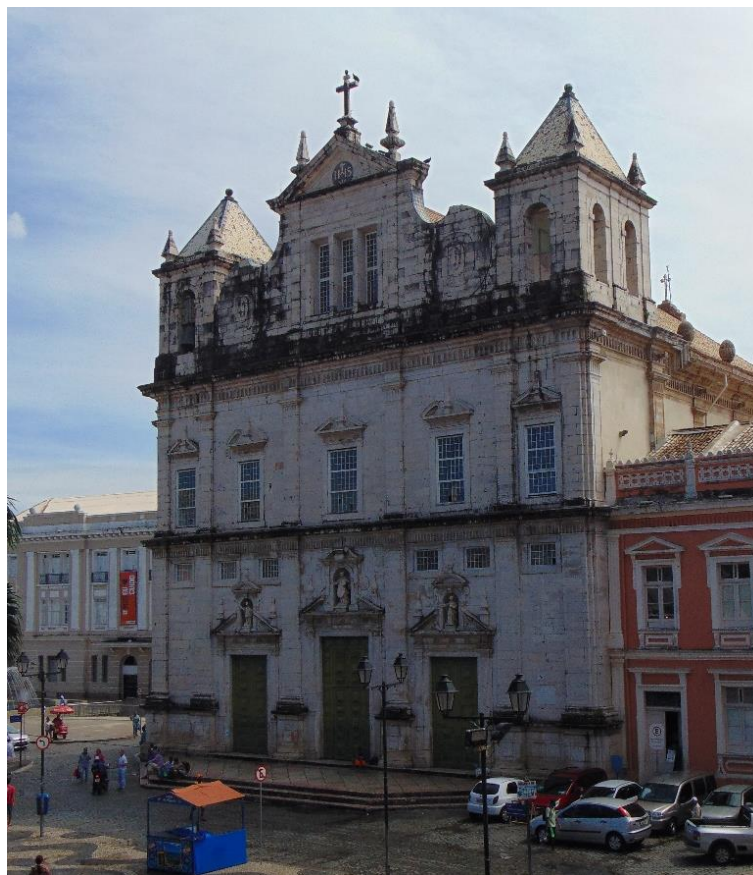


Figura 1 - Catedral Basílica do Salvador, fotografia de julho de 2016.
Fonte: acervo dos autores.

Simultaneamente ao levantamento do histórico, foi realizado o diagnóstico das patologias que acometiam os líticos da fachada da Catedral. Com as operações de diagnóstico e de levantamento do histórico objetivou-se identificar as técnicas e os materiais construtivos empregados na fachada ao longo de sua história, bem como as patologias que ela apresentava, buscando explicações para a conformação dos danos apresentados e a identificação dos agentes causadores de degradação. A metodologia empregada está alinhada com as recomendações dos órgãos patrimoniais internacionais, dentre as quais, as recomendações do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) para a recuperação de estruturas históricas (ICOMOS, 2003).

Esse diagnóstico foi realizado a partir das visitas técnicas realizadas nos meses de julho e agosto do ano de 2016, e baseou-se na inspeção visual (direta e indireta, por via

fotográfica), na análise da orientação e do entorno do monumento e na realização de ensaios e testes executados *in situ* e em laboratório. *In loco*, foram realizadas fotografias, testes rápidos para detecção e quantificação dos sais solúveis e termografias. Em laboratório, foram realizadas análises petrográficas, tomadas da massa unitária e da absorção do calcário empregado na fachada do templo, além de verificação do traço provável das argamassas utilizadas nas obturações, no capeamento das cimalthas e no rejuntamento.

De acordo com a análise petrográfica, a rocha empregada na fachada da Catedral Basílica tem natureza calcária e é denominada de calcário recifal bioclástico e calciclástico com fósseis rudistas. A partir do ensaio de massa unitária e da absorção total, constatou-se que se trata de uma rocha compacta, pouco porosa/absorvente. O estudo da orientação e do entorno, realizado inclusive com análise de termografias, obtidas com a câmera InfraCam SD da Flir Systems™, demonstrou que as superfícies menos insolejadas e sujeitas aos ventos dominantes no inverno estavam mais propícias ao acometimento por patologias ligadas ao acúmulo da umidade.

A testagem da contaminação por sais solúveis foi realizada nas fachadas da Catedral em onze pontos distintos, conforme relatado, tanto com testes rápidos, quanto com remoção de amostras e execução de testes qualitativos e semi-quantitativos laboratoriais. Em todos os pontos testados foi detectada a presença do íon cloreto em concentração constante, possivelmente, esse íon é oriundo dos sais depositados pelo aerossol marinho salitroso soteropolitano. Foram detectados íons sulfatos em todos os pontos e amostras analisados, sendo que, esses íons foram encontrados em maiores concentrações nas amostras das argamassas de capeamento das cimalthas e de rejuntamento analisadas; depreendeu-se que a contaminação por sulfatos ocorreu pelo emprego de materiais cimentícios nessas argamassas e pela solubilização dos componentes dos carbonatos do calcário decorrente do ataque químico da atmosfera sulfurosa da capital baiana. Os nitratos foram verificados nos pontos de menor visibilidade e mais próximos da base da fachada; a incidência local desses íons aponta para a contaminação por sais solúveis oriundos da decomposição de material orgânico como excrementos.

A natureza das argamassas utilizadas no capeamento das cimalthas, nos rejuntamentos e nas obturações da fachada frontal do templo foi investigada a partir de ensaios de traço provável, realizados no Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração da Universidade Federal da Bahia. De acordo com os resultados obtidos, o rejuntamento e o capeamento das cimalthas foi executado com argamassas de cal, adicionadas de material cimentício; as obturações, por sua vez, foram realizadas com argamassa polimérica, possivelmente, de natureza acrílica.

A partir dos procedimentos citados, foram identificadas as patologias da fachada frontal da Catedral Basílica do Salvador e os agentes de degradação que, sobre essa fachada, atuavam. Dentre as patologias e as causas identificadas, pode-se citar: infestação biológica (tanto por vegetais quanto por microorganismos); marcas de vandalismo, isto é, de grafismos e de pichações; manchas de ferrugem provenientes de adições metálicas espúrias, como pregos e parafusos; perdas, fraturas e fissuras, provenientes tanto de causas mecânicas (choques) quanto químicas, como a solubilização e a contaminação do material lítico e das argamassas empregadas no rejuntamento e nas obturações da fachada do templo.

A partir de métodos fotogramétricos e do uso do software Photomodeler®, os danos apresentados pela fachada do templo foram levantados e mapeados. As imagens fotogramétricas foram vetorizadas no software Autocad®, e resultaram em mapeamento

preciso das patologias. O mapa de danos gerado a partir desses procedimentos, auxiliou na compreensão dos ação dos agentes patológicos, orientou a intervenção de restauro realizada e subsidiou a documentação do estado de conservação no qual se encontrava a fachada frontal da catedral (Figura 2).

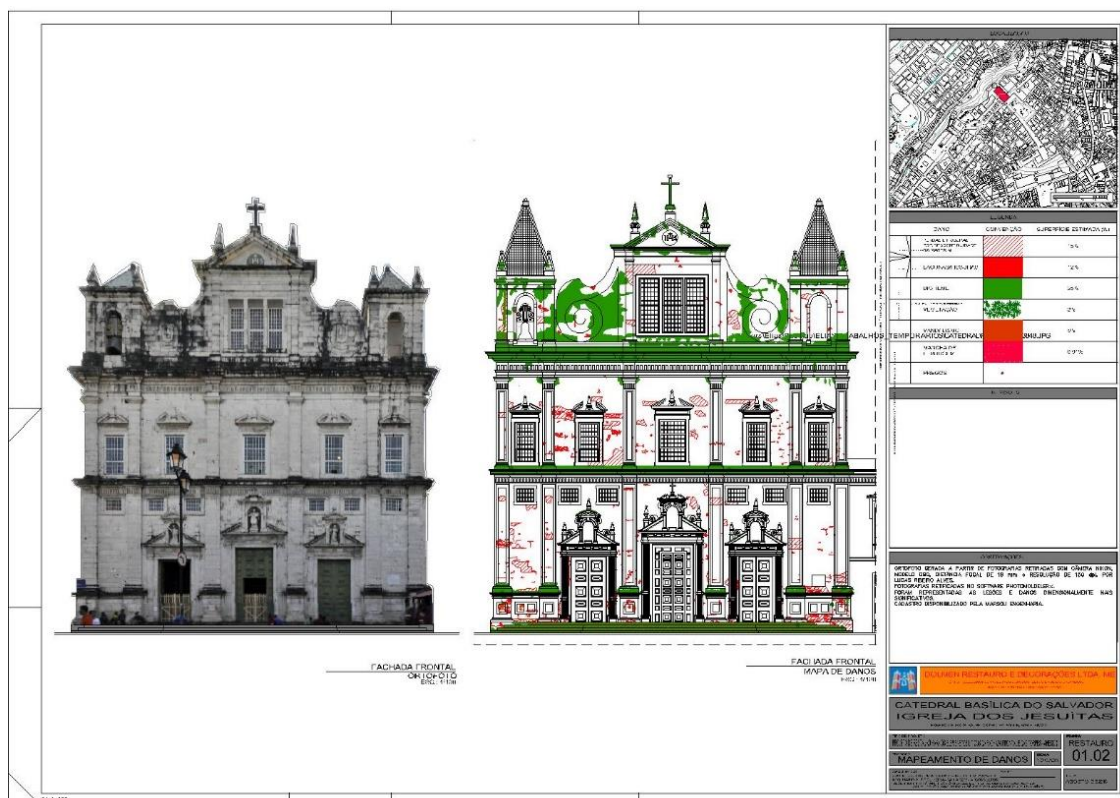


Figura 2 - Prancha de mapeamento dos danos da fachada frontal da Catedral Basílica do Salvador. Fonte: acervo dos autores.

Diante do quadro de patologias apresentadas pelas fachadas da Catedral, foi elaborado projeto de restauro que, após a análise e a aprovação pelos órgãos patrimoniais competentes, foi executado entre os meses de outubro de 2017 e agosto de 2018. Os procedimentos recomendados e executados seguem descritos nos próximos parágrafos:

Foram realizadas operações de limpeza que, além da finalidade estética, promoveram a remoção dos contaminantes depositados nos elementos esculpidos da fachada, potenciais agentes de degradação. As operações de limpeza contemplaram: limpeza mecânica, como a remoção manual e a seco (com micro retíficas, bisturis e espátulas) do rejuntamento e do capeamento contaminados, remoção das concreções, das obturações não aderentes, das sujidades mais aderentes e dos grafismos realizados com tintas hidrossolúveis; limpeza química abrangendo lavagens sucessivas com água irrigada, sabão neutro e escovas de cerdas macias e limpeza pontual, com solução diluída de ácido fosfórico (2%), das manchas ferruginosas. Deve-se observar que a remoção do rejuntamento, do capeamento foi realizada à guisa de prevenção, já que eles apresentavam caráter cimentício e representavam fontes de contaminação por sais solúveis. Das obturações, foram poupadas de remoção, aquelas que se apresentavam em bom estado. Com essas operações, buscou-se resguardar os acréscimos incorporados às feições e a história do templo, como recomendam os documentos

internacionais de preservação, como a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) preservando-o, entretanto, de danos futuros.

Foi executada a desinfestação biológica tanto macroscópica quanto microscópica. A desinfestação biológica foi iniciada com a erradicação dos vegetais. Esta operação de erradicação foi realizada com a poda dos galhos e das folhagens dos espécimes existentes, com a aplicação de herbicida e com a remoção, após a retração e a secagem, das raízes. A desinfecção microbiológica foi executada com a aplicação de biocidas de amplo espectro a base de amônio e peróxido de hidrogênio eficazes na eliminação de algas, bactérias e fungos que assolam os monumentos soteropolitanos, já testado e referendado em pesquisas acadêmicas (SANTOS, 2011).

A dessalinização das superfícies líticas foi executada com a aplicação de emplastros de elevada capacidade de troca iônica, a base de argila bentonita, recomendado, por autores como Oliveira (2006). Por questões orçamentárias, a dessalinização foi restrita às superfícies que além de cloretos e de sulfatos, apresentavam altas concentrações de nitratos, isto é, à base da fachada, até altura de aproximadamente 3,0 metros.

Após as operações de limpeza, dessalinização e desinfecção, os elementos líticos fraturados e/ou fragmentados em destacamento passaram por processos de consolidação e de colagem; nas consolidações, foi executado embebimentos consecutivos por soluções acrílicas em diferentes concentrações; nas colagens, foram empregados pinos inoxidáveis roscados e adesivos epoxídicos. Perdas de dimensões consideráveis foram recompostas com próteses líticas de material similar, obtido na pavimentação dos quintais do templo, conforme recomendações de Braga (2003) e Almeida (2005); para o desenho das próteses, recorreu-se aos elementos similares, ainda íntegros que restavam na fachada.

Perdas de menores dimensões, trincas e fissuras, foram obturadas com argamassa polimérica de base acrílica, adicionada de carga mineral inerte e de pigmentos minerais; os pigmentos empregados permitiram o alcance de tons e nuances bastante próximas aos verificados nas pedras restauradas. O revestimento argamassado das cimalthas e o rejuntamento foram recompostos com argamassas de cal e areia, em traços similares aos traços das argamassas antigas, que por estarem contaminadas por sais, foram removidas.

Para da determinação dos materiais e das técnicas empregados, na consolidação e na recomposição, foram seguidos os seguintes critérios: a) foram recompostas apenas as lesões que apresentavam potencial patológico (possibilitando o acúmulo de umidade e de sujidades, por exemplo); b) sempre que possível, foram empregados materiais similares aos originais, como forma de manter o testemunho, é o caso das próteses, do rejuntamento e do capeamento; c) os materiais contemporâneos só foram utilizados quando os materiais tradicionais não se mostravam eficazes; e, de todo modo, só foram empregados materiais contemporâneos compatíveis e reversíveis; d) com exceção do rejuntamento e do capeamento recomposto, todas as outras intervenções são passíveis de leitura. Esses parâmetros alinham-se não com o entendimento de balizadores internacionais da restauração (como as já citadas cartas do ICOMOS – ICOMOS, 1964 e 2003), mas também com o entendimento de teóricos como Cesare Brandi, segundo o qual a intervenção de restauro deve ser sempre crítica, mínima e realizada quando já não houverem outras possibilidades (BRANDI, 2004).

A última etapa da intervenção compreendeu a proteção da superfície lítica. O objetivo dessa etapa foi criar sobre a superfície um filme protetivo evitando a infiltração de água, a adesão de sujidades e de outros agentes de degradação, permitindo, entretanto, a

saída do vapor d'água. A criação do filme protetivo, uma vez que reduziu a porosidade, evitará também a infestação e a instalação de microrganismos. Para a criação deste filme foi empregado verniz acrílico puro. O material aplicado, apresenta características que atendem aos requisitos da restauração, dentre as quais: inércia; não formação de subprodutos degradantes; estabilidade química; estabilidade aos raios UV; permeabilidade aos vapores d'água; mínima influência nas propriedades óticas da rocha e reversibilidade. O resultado obtido, após a execução da intervenção, pode ser conferido na figura que segue (Figura 3).



Figura 3 - Antes e depois da fachada frontal da Catedral Basílica do Salvador.
Fonte: acervo dos autores.

Convém destacar que, conforme os protocolos da restauração, estabelecidos por documentos internacionais todos os procedimentos e produtos empregados, foram previamente testados e, que todas a intervenção foi minuciosamente documentada.

A elaboração do projeto de restauração para a fachada frontal da Catedral Basílica e a obra que desse projeto resultou, demonstram a complexidade das intervenções de restauro e as especificidades dos materiais líticos de natureza calcária. A partir dos procedimentos executados, ora relatados, evidencia-se a necessidade de compatibilização e do emprego de técnicas e de materiais tradicionais e contemporâneos, sejam eles para a elaboração do diagnóstico ou de natureza construtiva, na lida com as edificações históricas.

PALAVRAS-CHAVE: restauro, pedra, Catedral Basílica do Salvador

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico. **Manual de Conservação de Cantarias**. IPHAN, 2005.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia.**

Salvador: IPAC, 1975.

BRAGA, Márcia. **Conservação e restauro pedra** – pintura mural e pintura sobre tela. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

ICOMOS. **Carta de Veneza.** 1964.

_____. **ICOMOS Charter: Principles for the analysis, conservation and structural restoration of architectural heritage.** 2003.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Tecnologia da Conservação e da Restauração: Materiais e Estruturas.** 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2006.

SANTOS, Adriano Braga dos. **Identificação biológica e aplicação de biocidas na população microbiana que forma os biofilmes de alguns monumentos históricos da Bahia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2011.

SIMÕES, J. M. Santos. **Azulejaria portuguesa no Brasil.** Lisboa: Fundação Caluste Gullbekian, 1965.

SOUSA, Affonso Ruy. **Pequeno Guia das Igrejas da Bahia I: Catedral Basílica.** Salvador: Publicação da Prefeitura do Salvador, 1949.

O uso da metodologia BIM com ênfase na vida útil dos componentes na manutenção do patrimônio

Using BIM methodology with emphasis on component lifetime in asset maintenance

FRAZÃO, Keila N. Takagi (1); SILVA, Neander Furtado (2)

(1) Professor doutor, Universidade de Brasília - UnB, neander@unb.br ;

(2) Mestrando, Universidade de Brasília - UnB, keilatakagi@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Os edifícios e o patrimônio construído constituem uma parte importante do valor real de um país. O planejamento, construção, utilização, gestão e demolição dos edifícios e patrimônio construído desempenham, portanto, um papel determinante no desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis. Uma parte importante desse desenvolvimento são os esforços para obter uma adequada vida útil das construções (HOVDE, 2002).

Nesse sentido, a vida útil do edifício está relacionada à fase de manutenção e operação, cabendo inserir, no ato de projetar, informações de desempenho dos componentes construtivos. Pela durabilidade ser uma função do desempenho, um mesmo material pode apresentar funções de desempenho diferentes se forem tratados de maneiras distintas.

Esta durabilidade deve ser levada em conta, logo a partir da fase de projeto, uma vez que é nesta etapa que se escolhem os produtos a aplicar na construção, sendo de extrema importância a seleção adequada da solução construtiva e o conhecimento exaustivo do desempenho dos seus componentes para um projeto de durabilidade (SANTOS, 2010).

A degradação prematura das edificações ou suas partes, e a conseqüente redução de desempenho, é um problema frequente em todo o mundo. Esta deterioração decorre, sobretudo, do envelhecimento precoce das mesmas, o qual geralmente é desencadeado pela baixa qualidade dos materiais de construção empregados, por problemas de projeto e execução e falta de manutenção (POSSAN & DEMOLINER, 2013).

Dado o valor da vida útil, em virtude da durabilidade dos componentes é possível perceber que ter o controle dessas características por todo o tempo de vida ativa da edificação é uma gestão de tamanha dificuldade que precisa percorrer por décadas.

Portanto, é possível que a Tecnologia de Modelagem da Informação - BIM seja uma ferramenta favorável a essa atividade, visto que no âmbito nacional há projetos do governo para a disseminação do BIM¹. Assim, é importante destacar que, não só nas fases de elaboração de projetos multidisciplinares, essa tecnologia também nos ajuda

¹ Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018. Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* no Brasil – Estratégia BIM BR, com a finalidade de promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e sua difusão no País.

na fase em que a edificação está em pleno uso. De forma que em toda a sua trajetória, seja evitada degradação decorrente de não haver manutenções periódicas.

Quando analisamos construções milenares a preservação de algumas edificações impacta o valor histórico e cultural de um povo, garantindo a continuidade da herança cultural, preservando, transmitindo e deixando todo o legado às gerações vindouras. Desse modo, é possível mencionar que as construções atuais, modeladas em BIM, podem ser no futuro, possíveis patrimônios históricos, de acordo com seus usos e importância ao longo da trajetória dos anos. Logo, nos tempos atuais e com todas as ferramentas digitais ao nosso favor, temos condições de preservar a vida útil de nossas construções, a começar com o gerenciamento de manutenção eficaz ao longo dos anos.

Dessa forma, vem o questionamento de como enfatizar o controle de manutenção, no sentido de vida útil dos componentes, com o uso da tecnologia BIM. Uma vez que, estamos numa fase em que os projetos se tornaram modelos de estudos e carregados de informações servindo para diversas fases da edificação.

Todos os edifícios sofrem alterações e mudanças ao longo do tempo, devido as necessidades e expectativas dos usuários, modificando os ambientes, restaurando o uso dos ambientes, ou simplesmente pelo envelhecimento natural da edificação. Desde o início do processo de envelhecimento da edificação, que ocorre a partir do momento em que estas são colocadas em serviço, é necessário que os usuários e proprietários atuem no sentido de manter o desempenho especificado ao longo do tempo. (SOUZA, 2016)

Em decorrência de números significativos de aumento da degradação precoce nas construções, ligadas à ocorrência de deteriorações inesperadas e de ações ambientais, surge a necessidade de repensar os métodos de gerenciar as manutenções no meio da construção civil. Mensurar e padronizar um método que calcule a vida útil dos componentes é meta de muitos países.

Segundo o trabalho de pesquisa realizado por Souza (2016) atualmente, pesquisas vêm sendo realizadas com a finalidade de delinear uma curva de degradação que represente o comportamento da degradação ao longo do tempo, como diversos autores em Portugal e no Brasil. Em Portugal utilizam-se como referência os estudos de Gaspar (2009), Ana Silva (2009) e Galbusera (2013). E no Brasil, Antunes (2010) e Silva (2014) são pesquisadores que abordam a importância deste estudo para a obtenção de subsídios que possam direcionar a prevenção de anomalias e na indicação da necessidade de manutenção.

Neste contexto, foi necessária a revisão do estudo da arte, das diversas metodologias existentes de previsão de vida útil de materiais, sistemas ou componentes de uma edificação. Foram analisadas as metodologias mais relevantes que possuíram maior número de aplicação em campo experimental e publicada.

Os principais métodos para estimativa da vida útil são divididos em três, cada um com sua abordagem específica: método probabilístico, método de engenharia e método determinístico.

Segundo a ISO 15686-8 (2008) a previsão de Vida Útil de Referência se dá por meio de dois dados pretendidos como encontrando fontes de dados gerais existentes ou por meio de avaliação de dados em termos dados de vida útil de referência.

A norma ISO 15686-2:2001 define planejamento de vida útil como um processo de projeto que procura garantir, na medida do possível, que a vida útil de um edifício seja igual ou superior à vida de projeto, levando em conta (e, preferencialmente, otimizando) os custos globais (do ciclo de vida) do edifício. Implica, portanto, estimar a vida útil de cada parte do edifício e planejar as substituições das partes que tenham vida útil menor que a projetada, para a construção como um todo. (SATTLER & PEREIRA, 2006).

A metodologia proposta neste presente estudo, procura estabelecer parâmetros nos fatores da fórmula, através de índices numéricos, que permita dimensionar a vida útil do componente da construção. Em seguida, usar um projeto modelado em BIM, aplicando os valores nos fatores, extrair a vida útil estimada e posteriormente gerar um plano de gestão de manutenção preventiva do componente construtivo.

A Figura 1 mostra as etapas da metodologia proposta neste estudo que contempla as etapas de: levantamento dos dados, tratamento dos dados e análise final com proposta de modelo para gestão de manutenção.

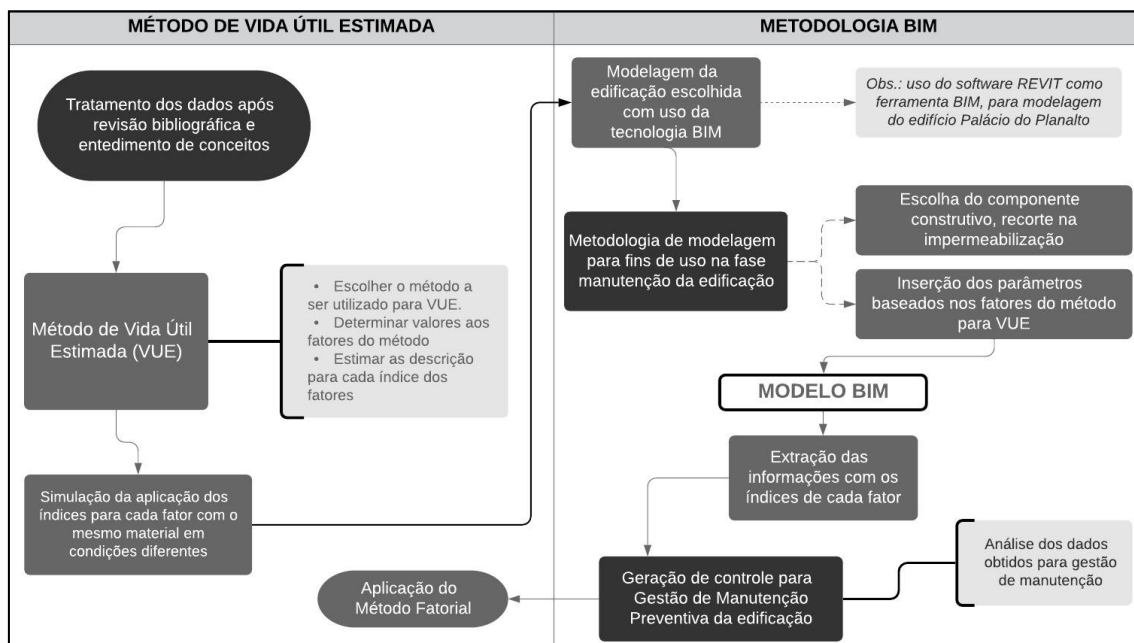


Figura 1 - Fluxograma da metodologia adotada neste estudo. Fonte: Autor (2019).

Para dar continuidade à pesquisa, foi realizada a escolha do método determinístico para a previsão da vida útil dos componentes, baseada em sete fatores determinados em valores numéricos. Portanto, é necessário que haja diretrizes que direcione a escolha desses valores, para que o método aumente a sua eficácia.

$$VUE = VUR \times fA \times fB \times fC \times fD \times fE \times fF \times fG$$

O Método Fatorial modifica a Vida Útil de Referência (VUR) por fatores que levam em conta as condições específicas de utilização. A ISO 15686 (2008) diz que o Método Fatorial não fornece uma garantia de uma vida de serviço, ela apenas dá uma estimativa empírica com base no que as informações são inseridas.

Para determinar o coeficiente de influência de cada fator, foram definidos, inicialmente, os índices² 0.8, 0.9 e 1, baixa, média e alta qualidade, respectivamente, seguidos de diretrizes para cada um dos valores. A escolha de qual índice a ser usado para cada fator passa a ser de responsabilidade do profissional determinado.

Para o estudo de caso, foi escolhido um edifício público de grande representação histórica e política para o Brasil, o Palácio do Planalto. Essa edificação é tombada pelo IPHAN e é considerada um palácio da sede do Poder Executivo em Brasília-DF. Essa edificação passou por um processo de duas versões de projeto, a primeira tem data registrada em agosto de 1956 e a segunda meses depois, ambos projetos de Niemeyer³.

A escolha partiu da busca de uma edificação que tivesse um valor patrimonial considerado para a sociedade e que fosse viável a busca por informações históricas e técnicas da construção e nos períodos de intervenção. Portanto, o Palácio do Planalto foi escolhido para o estudo de caso, tendo em vista toda a sua importância histórica e de patrimônio cultural para a sociedade brasileira.

Segundo SILVA (2014) os palácios da Alvorada, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal e do Planalto foram projetados e construídos entre agosto de 1956, data de registro das primeiras propostas elaboradas, e abril de 1960, quando foram inaugurados. Esse período foi marcado por duas exigências específicas para a construção de Brasília. A primeira relacionava-se ao planejamento e à execução de obras dotadas de atributos que assegurassem a transferência e a permanência de pessoas e que contemplassem a representatividade e monumentalidade condizentes com uma capital.

Nesse sentido, com base na importância das informações necessárias para a fase de manutenção da edificação, o Palácio do Planalto foi modelado em BIM com o intuito de gerar informações para fins de manutenção, conforme mostra a Figura 2.

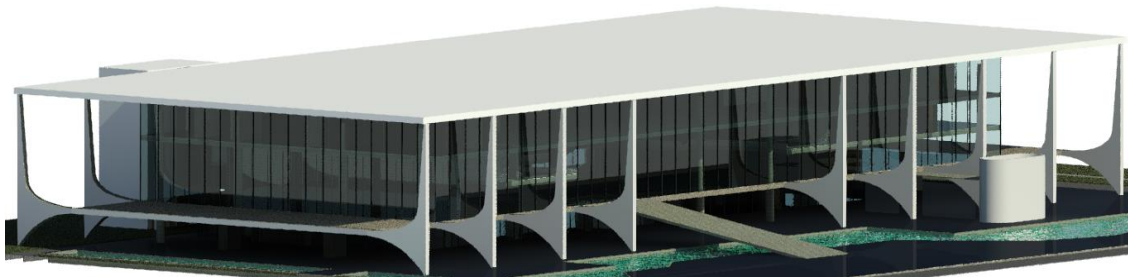


Figura 2 - Palácio do Planalto modelado com o Revit. Fonte: Autor (Junho, 2019).

Baseado na necessidade de uma modelagem em nível mais detalhado a fim de obter a gestão de manutenção foi necessário o recorte num dos sistemas construtivos, para a pesquisa. Sendo escolhido o sistema de impermeabilização da cobertura. A modelagem de cada componente da cobertura, permitiu que fosse inserido, nas suas propriedades, os parâmetros necessários para a alimentação da fórmula estabelecida no Método Fatorial.

² Valores dos fatores retirados com base no artigo *Estimating the Service Lives of Building Products in Use* (STRAUB, 2015).

³ Entre 1936 e 1956 a biografia de Niemeyer registra a elaboração de mais de noventa projetos, cinco deles em outros países, e do conjunto total mais da metade construído. Formou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) com instrução iniciada em 1929 e concluída em 1934, ano no qual recebeu a titulação de engenheiro-arquiteto. (SILVA, 2014)

O software usado para a pesquisa que possui a tecnologia BIM, foi o Revit. Partindo da modelagem do edifício e dando um recorte na cobertura. Após a criação dos parâmetros de projeto⁴, com base nos parâmetros compartilhados, para alimentar os índices de cada fator, por cada elemento do projeto, (ver Figura 3) foi criado o parâmetro que o projetista define o local de instalação, o lugar onde aquele elemento/componente está locado no edifício.

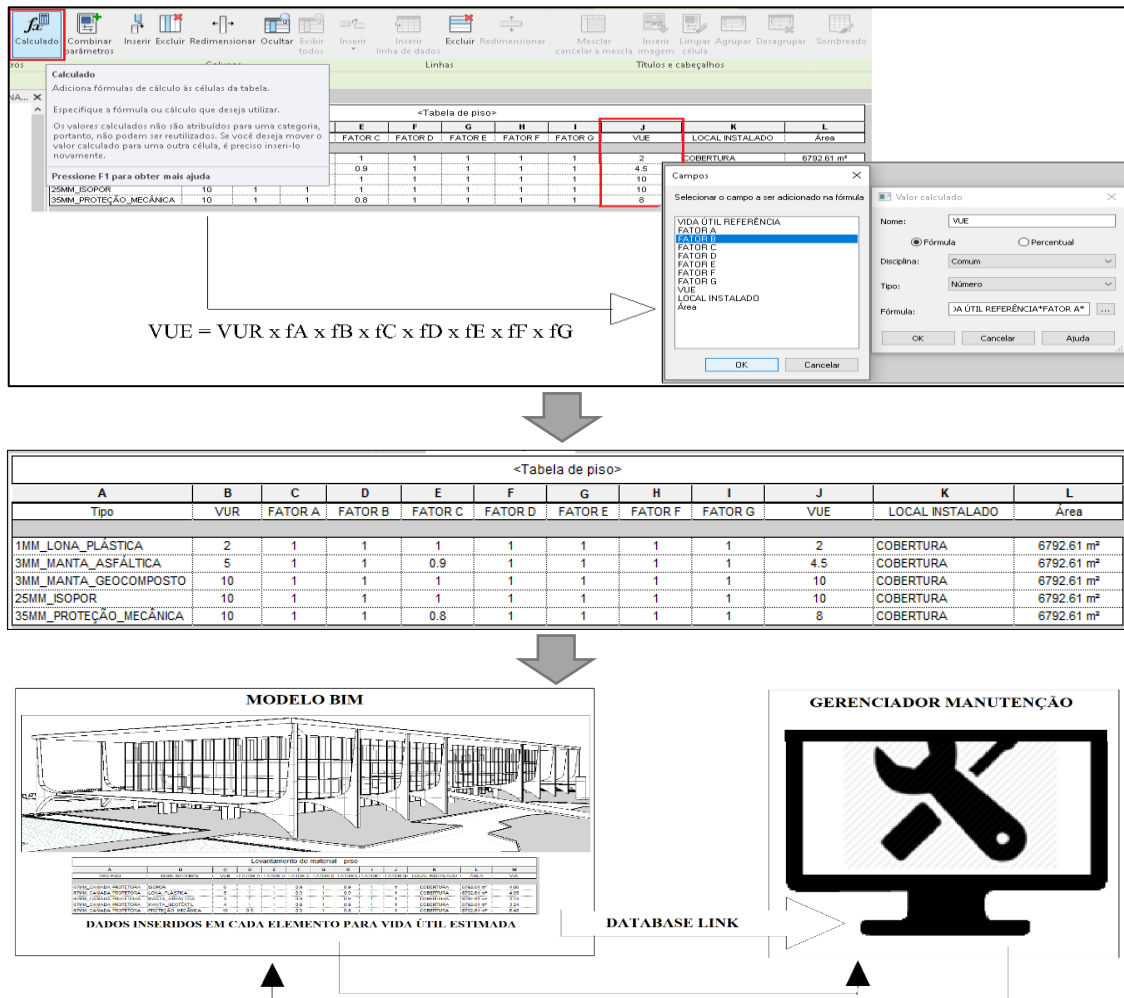


Figura 3 - Tabela preenchida por cada componente do sistema de Impermeabilização com seus índices atribuídos e a etapa de interoperabilidade de software para gerenciar os dados obtidos para a gestão de manutenção. Fonte: Autor (2019).

Essa informação é necessária para se criar filtros nas tabelas e ter o controle dos índices diferenciados de acordo com as condições de execução e exposição de um mesmo componente, porém em condições diferenciadas. Essa situação altera o valor de Vida Útil Estimada - VUE. Além desse parâmetro, foi necessário criar outro, o de VUR, que se trata de outra variável que alimenta a fórmula do Método Fatorial, para cálculo da VUE.

Com a criação de cada um dos sete fatores da fórmula e seus respectivos preenchimentos, foi calculado o VUE de cada componente do sistema de

⁴ Parâmetros de Projeto: Especifica os parâmetros que podem ser adicionados nas categorias de elementos em um projeto e utilizados em tabelas. Fonte: REVIT.

impermeabilização da cobertura do Palácio do Planalto. Com esses valores foi criada a tabela resumo para exportação dos dados

Para utilizar todos os dados presentes na tabela do Revit, com o intuito de criar uma gestão de manutenção, é necessário ter uma conectividade genérica para acessar o banco de dados da tabela, ligada ao modelo, à um gerenciador de manutenção. Para isso, é necessário criar um database link homogêneo entre bancos de dados, sendo possível referenciar tabelas e visões de outro banco de dados.

A atualização simultânea é possível através da produção do database link, que fará a ponte de leitura entre o plano de gestão com o modelo BIM. Uma boa possibilidade de trabalho diretamente com os dados do modelo do Revit, em via de mão dupla entre os programas, é a utilização de um suplemento disponibilizado pela Autodesk, o DB Link. (SOUZA, 2017).

Para dar seguimento da pesquisa, foi exportado a tabela do Revit com os dados de VUE de cada componente, através do DB Link. Posteriormente, para a leitura do arquivo exportado foi escolhido o software Access da Microsoft que tem uma interface objetiva e de fácil manipulação. Assim, foi possível ler e acrescentar informações ao banco de dados, para posteriormente criar a gestão de manutenção preventiva.

Foi possível realizar filtros no Access para trabalhar com os dados que foram escolhidos como recorte da pesquisa, que é o sistema de impermeabilização, da cobertura do Palácio do Planalto, composto de cinco componentes e cada um com a sua VUE calculada.

Como síntese das conclusões da pesquisa, é destacado: a viabilidade de gerenciar dados inseridos desde a fase de projeto até a fase de uso da edificação e o uso da fórmula para estimar a vida útil dos componentes junto à metodologia BIM, para obter a preservação da edificação, por meio do controle de manutenções periódicas, a fim de obter, ao longo do tempo, o patrimônio edificado junto à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Vida Útil, BIM, Patrimônio, Manutenção.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 15686: Buildings and constructed assets – Service life planning.** Part 1 a 9. Rio de Janeiro, 2011.

HOVDE, P. J. The Factor Method For Service Life Prediction From Theoretical Evaluation To Pratical Implementation. **9th Internacional Conference on Durability of Building Material and Components (DBMC).** Brisbane, 2002.

POSSAN, E; DEMOLIER, C. A. Desempenho, durabilidade e vida útil das edificações: Abordagem geral. **Revista Técnico-Científica**, 2013. Disponível em: <http://creaprw16.crea-pr.org.br/revista/Sistema/index.php/revista/index>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SANTOS, M. R. P. **Metodologias de previsão da vida útil de materiais, sistemas ou componentes da construção.** Revisão Bibliográfica. Mestrado Integrado em Engenharia Civil – 2009/2010 – Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto, p. 2. Porto – Portugal, 2009.

SATTLER, Miguel Aloysio; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. **Coletânea Habitare, Construção e Meio Ambiente.** Volume 7, p. 24. Porto Alegre, 2006.

SILVA, Elcio Gomes da. Os palácios originais de Brasília. **Edições Câmara.** Brasília, 2014.

SOUZA, Dionisio. **BIM com REVIT e ACCESS: 4 passos para a integração.** 2017. Disponível em: <https://www.aprendabim.com.br/Revit-e-access/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOUZA, Jessica Siqueira de. Evolução da degradação de fachadas – efeito dos agentes de degradação e dos elementos constituintes. **Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília**. Dissertação. 2016.

STRAUB, A. Estimating the Service Lives of Building Products in Use. Delft University of Technology. **Journal of Civil Engineering and Architecture** 9. 2015.

Para além do olhar: o patrimônio histórico da cidade de Pelotas na palma da mão

Beyond looking: Pelota's city historical heritage in the palm of your hand

LEANDRO, Ramile (1); BORDA, Adriane (2); PIRES, Janice (3)

(1) Mestre, UFPEL, ramileleandro@hotmail.com ;

(2) Doutora, UFPEL, adribord@hotmail.com ;

(3) Doutora, UFPEL, janiceposarq@hotmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O presente artigo é estruturado com o intuito de refletir sobre a produção do projeto Modela Pelotas, desenvolvido pelo Grupo de Estudos para o Ensino e Aprendizagem de Gráfica Digital (GEGRADI), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, RS. O projeto atua, desde 2005, no âmbito acadêmico e cultural da referida cidade.

Tal projeto considera a potência didática do patrimônio arquitetônico da cidade de Pelotas/RS, formado por um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (PELOTAS, 2018), para tomá-lo como objeto de estudo na área de representação gráfica digital. A produção atual deste refere-se a artefatos representacionais, tais como modelos táteis - ativadores e portadores de memória - por estudantes e pesquisadores da referida universidade.

Nesse contexto, justifica-se a importância de se ter um espaço de estudo e reflexão no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que se situe na linha tênue entre passado e o futuro, ao destacar os princípios norteadores que formularam a profissão do arquiteto no Brasil, como aquele que se estabelece, segundo Chuva,

(...)a meio caminho entre a técnica, a arte e a história (...) e a caracterizar a profissão do arquiteto como aquela capaz de propor uma adaptação permanente ao contexto sociocultural em que fosse produzida, voltando-se para a leitura das condições sociais e tecnológicas existentes no tempo e no espaço em que se concretizaria (CHUVA, M.R, 2009, p.204).

Ao mesmo tempo, o projeto Modela Pelotas, fundamentado na preocupação de uma formação acadêmica que desenvolva uma consciência cultural e social nos estudantes, ao longo de suas edições I, II, III, IV e atualmente V, procurou estabelecer um processo de construção de conhecimento interdisciplinar acerca do patrimônio de Pelotas. Para tanto, os alunos e professores envolvidos percorrem as áreas de estudo da Representação Digital, da Arquitetura, da História e do Patrimônio, respondendo tanto a interesses acadêmicos, do ensino fundamental à pós-graduação, como a sociais e culturais.

No conjunto de sistematizações da produção científica relativo a este projeto, foram identificados, entre artigos especialmente publicados em anais de fóruns da área de representação, os seguintes principais referenciais adotados: Piaget (1970), como suporte para compreender a construção de conhecimento sobre o espaço através da

representação, em seu sentido mais amplo - explorando a capacidade de operar no espaço sem agir sobre o concreto, atingindo altos níveis de abstração; Dalla Vecchia et al (2015), quando relata o processo de delimitação de um método de produção de comunicação tátil sobre o referido patrimônio; Pereira (2017), que discute o potencial informativo das maquetes físicas arquitetônicas, sob sua própria condição de pesquisador em arquitetura e de pessoa deficiente visual; Pallasmaa (2011), que enfatiza a potencialidade multissensorial que a arquitetura de uma cidade possui.

Partindo-se então de um reconhecimento deste conjunto de sistematizações (trabalhos publicados), salienta-se como fulcro do presente artigo, fazer breve reflexão teórica das ações do projeto Modela Pelotas, no que tange seu potencial social em salvaguardar e ativar a memória do patrimônio histórico da cidade de Pelotas. Para isso, busca-se apoio em referenciais teóricos que discutem o significado de ações dirigidas a este propósito de “ativação de memória”, como presente em Menezes (1994) que discorre acerca dos objetos como suporte de informação e identidade; Pomian (1984) que trata dos objetos de coleção, museológicos e concernentes ao patrimônio de determinado lugar como portadores de alma e biografia de grupos, cidades e nações; Candau (2014) que aborda conceitos importantes para a presente reflexão, como a memória individual, coletiva e identitária de determinado grupo social; Bottallo (1995) e Julião (2006) que tratam dos desafios do museu em tempos de globalização; e Varine-Bohan (2008) em uma reflexão concernente à importância dos museus locais para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento social pelo patrimônio local.

Outrossim, ao mesmo tempo em que são apresentadas informações sobre o projeto propriamente dito, dando subsídios ao leitor para também construir uma percepção deste, apresentam-se os referenciais teóricos considerados para a promoção de uma reflexão acerca do projeto. Desta maneira, realiza-se uma leitura sobre a produção do Projeto Modela Pelotas, propondo-a aberta a novas discussões e contribuições a partir das percepções do presente fórum, podendo estas virem a fortalecer e dar nova vida ao projeto.

O enlace entre estudos de novas tecnologias digitais e o patrimônio histórico da cidade de Pelotas se dá, no referido projeto, por meio da produção de objetos táteis, maquetes de prédios históricos, seu entorno e elementos pertencentes a esses locais. A aplicação de tecnologias contemporâneas de representação, como, por exemplo, a realidade virtual e aumentada, a fotogrametria digital, o escaneamento 3D, a fabricação digital e o desenho paramétrico, têm motivado estudantes que, impregnados de um interesse em apropriarem-se destas, são levados a imergir no tema do estudo do patrimônio da cidade.

No contexto do mundo globalizado e de uma sociedade complexa e fragmentada, “tem-se a pluralidade de memórias, assim como o patrimônio torna-se cultural e socialmente diversificado e extenso” (JULIÃO, 2006, p.28). Particularmente para o contexto da representação, as geometrias envolvidas na arquitetura eclética historicista pelotense proporcionam exercícios didáticos que exigem significativos níveis de abstração quando em processos de modelagem dos elementos decorativos. E particularizar a representação de cada um destes elementos provoca a compreensão desta pluralidade de memórias frente a um patrimônio arquitetônico tão extenso.

Na maquete da Figura 1, o entorno edificado da Praça Coronel Pedro Osório é representado com o propósito de promover uma leitura sensorial tanto para aqueles(as) desprovidos(as) de visão, quanto para corroborar com o espaço museológico contemporâneo, que segundo Bottallo:

(...) tem que estar preparado para intermediar a busca do seu público e para qual tipo de olhar estamos lidando num mundo já saturado de imagens. Esse olhar atento, possibilitado pelo trabalho museológico, deve permitir ao público amplas e várias possibilidades: emotivas (evocacionais), cognitivas, socializadoras, educacionais etc. (BOTTALLO, 1995, p.285).



Figura 1 - Maquete tátil com os prédios históricos presentes no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, desenvolvido pelo grupo MODELA- RS. Fonte: NUNES, 2018.

Com este propósito, o projeto conta, desde a sua quarta edição, com a parceria do Museu do Doce de Pelotas, instituição pertencente à mesma universidade, local no qual os resultados dessa produção ganham espaço junto ao ambiente expositivo, passando de objetos de estudo a "semióforos", ou seja, objetos que possuem características estéticas e utilitárias, "que representam o invisível e são dotados de um significado" (POMIAM, 1984, p. 71). Potencializados pela mediação, por vezes auditiva e/ou presencial, contam e perpetuam memórias coletivas - "uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo" (CANDAUI, 2014, p.24).

Além disso, e fundamental para esse processo de perpetuação da memória coletiva acerca das edificações envolvidas, o desenvolvimento desse material pedagógico e cultural teve a colaboração de um grupo heterogêneo de participantes, vinculados a Escola Louis Braille de Pelotas, com diversos graus de deficiência, idade, gênero, nível de escolaridade e cognitivo. Tal ação extensionista pode ser analisada através da interação dessas pessoas com a maquete produzida pelo Projeto, conforme ilustra a Figura 2.



Figura 2 - Registro de uma ação realizada na escola Louis Braille, em Pelotas - RS.
Fonte: NUNES, 2018.

Cabe ressaltar ainda que tal envolvimento com o grupo referido se deu além da esfera de demonstração. O grupo interagiu com os protótipos objetivando avaliar sua compreensão acerca destes e participou ativamente no desenvolvimento e aprimoramento dos objetos táteis, como descrito no relato de Nunes et al. (2018):

Além do registro fotográfico, foram produzidos vídeos para captar o máximo de informação sobre a maneira como os modelos estão sendo tocados e associados à descrição oral. Tais registros estão carregados de emoções próprias dos momentos de aprendizagem em ações extensionistas. Estão sendo frequentes e intensos os depoimentos que permitem compreender estes objetos como eficientes suportes de memória e acionadores de um processo de educação patrimonial e de interação entre universidade e sociedade (NUNES et al., 2018, p.108).

Dessa forma, o projeto tem buscado aprofundar os estudos concernentes à eficácia da compreensão de objetos táteis, tridimensionais, desde os experimentos que delimitaram o método da adição gradual da informação (AGI) (DALLA VECHIA et al., 2015) aos estudos de Pereira (2017), identificando a necessidade de simplificação de alguns detalhes dos modelos produzidos. Isto se deve, segundo os estudos citados, a que tais peças devem apresentar somente a ampliação de detalhes extremamente relevantes, sendo esse processo de suma importância para que a percepção tátil seja clara e nunca poluída de informações. Na Figura 3, tal processo de simplificação das formas pode ser melhor compreendido.

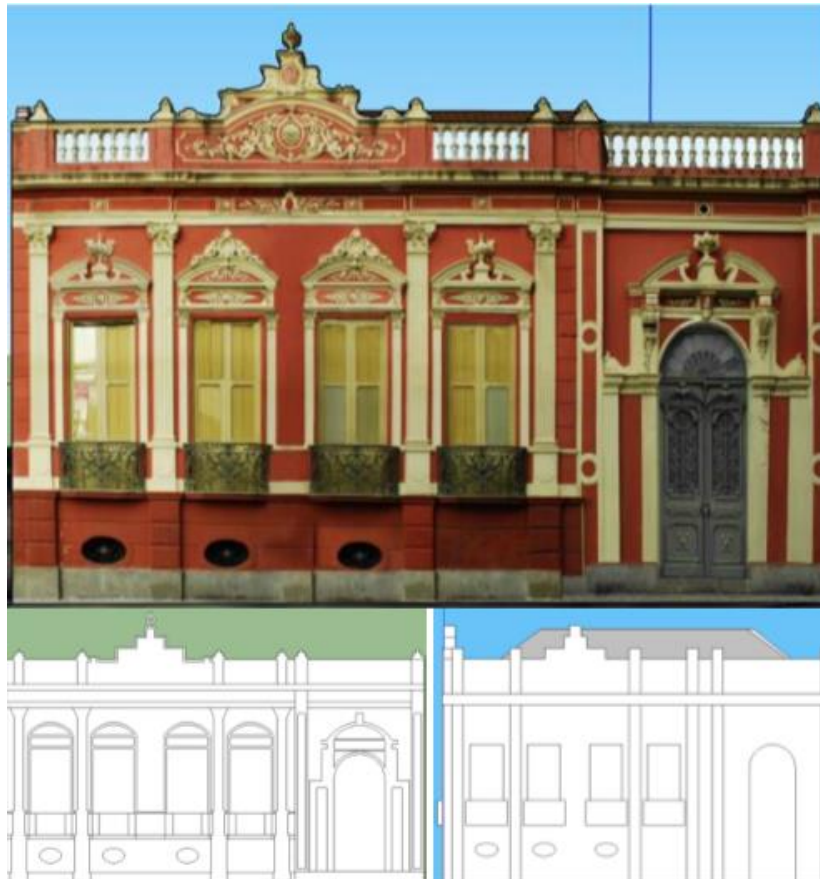


Figura 3 - Simplificações realizadas no Casarão da Família Assumpção. À esquerda, modelo simplificado para a escala 1:75. À direita, modelo simplificado para a escala 1:500.

Fonte: NUNES, 2018.

Ainda, no que tange à evolução dos trabalhos realizados pelo grupo, para uma melhor compreensão das representações, foram utilizados diversos materiais e tecnologias de fabricação: as edificações inventariadas ou tombadas, relativas à arquitetura eclética, foram produzidas em PLA (polímero poliácido láctico) branco, a partir da tecnologia de impressão 3D (método aditivo, por deposição de camadas de PLA fundido). Dessa maneira, o acabamento opaco permite a compreensão da forma por pessoas com baixa visão, assim como os elementos simplificados ajudam na compreensão tátil das pessoas cegas. Já a base da maquete é composta por uma imagem aérea, em alta resolução, da Praça Coronel Pedro Osório e de seu entorno, auxiliando também a leitura visual. Desta maneira, buscando contemplar um propósito de todas as instituições museológicas da UFPel, que é do desenho universal, nos termos de Ornstein (2010).

Considera-se que tais experiências proporcionam melhor compreensão, igualmente, para aqueles sem deficiência visual, tornando o material de grande relevância para a comunidade em geral, em prol da valorização e preservação da memória, da história e da identidade local. Dessa forma, estudantes e professores, provenientes de diversas realidades culturais, tecem uma trama de criação contemporânea voltada para enaltecer o passado e reavivar memórias fundamentais para a compreensão de construções atuais arquitetônicas, assim como da identidade cultural local, possibilitadas pelas especificidades da representação em função do tipo de tecnologia adotada.

A partir do relato aqui exposto, considera-se pertinente afirmar que o projeto tem contribuído para a preservação da identidade cultural pelotense. O envolvimento de todos os agentes envolvidos, como estudantes, pesquisadores ou usuários, faz com que esse patrimônio ganhe vida através do despertar de memórias, fatos históricos, dados técnicos e outros que compõem a biografia de tais edificações.

Dessa forma, o projeto pode ser visto como importante ferramenta de ensino, na qual o patrimônio ganha força através de sua potência didática, sendo que as novas tecnologias digitais de representação (como a fabricação digital) são estudadas em prol da busca por uma melhor representação, assimilação e aproveitamento cultural de tal patrimônio. Destarte, seu envolvimento com questões concernentes à socialização de informações, para pessoas com deficiência visual, dentro e fora de museus (em ações extensionistas) o torna igualmente relevante na esfera da inclusão e da busca por equidade cultural.

Salienta-se ainda o potencial de inclusão de jovens estudantes - futuros profissionais - tanto no aprendizado de novas tecnologias digitais, o que permite dar vez a capacitação exigida pelo mercado de trabalho contemporâneo. Ao mesmo passo que dar voz ao que constitui o despertar para um sentimento de pertencimento em relação à cidade de Pelotas, bem como a acessibilidade de informações para todos que a elas desejam recorrer.

Conseqüentemente, do mesmo modo que atua na formação acadêmica de futuros profissionais de arquitetura (além de alunos provenientes de outros cursos, especializações e mestrados), as ações do Modela Pelotas ganham força como difusoras de uma consciência perdida no mundo globalizado: a de despertar o jovem pesquisador para a importância de se conhecer e difundir a cultura da cidade na qual se encontra inserido e buscar, incansavelmente, ferramentas que proporcionem o deleite e aprendizado de tal cultura para todos cidadãos independente de suas limitações físicas e/ou sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Acessibilidade Cultural; Memória; Representação Gráfica Digital.

REFERÊNCIAS

BORDA, A.; NUNES, C.; GOULART, S.; SILVA, B. Impressions of a touristic route: between the null-dimensional and the three-dimensional. In: **XXII Congresso Internacional da Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital**, 2018, São Carlos. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2016. p. 345-350.

BOTTALO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.5, p.283-287, 1995.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

DALLA VECCHIA, L.; BORDA, A.; PIRES, J.; VEIGA, M.; VASCONSELOS, T.; BORGES, Leticia. (2015). Tactile models of elements of architectural heritage: from the building scale to the detail. In: **16th CAAD Futures Conference**, 2015, São Paulo. The next city - New technologies and the future of the built environment. p. 434- 446.

JULIÃO, Leticia. **Apontamentos para a história do museu**. Caderno de diretrizes museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/ Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, pp. 17-30.

MENEZES, U.T.B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**, v.2, p 9-42, 1994.

NUNES, C.; BORDA, A.; GOULART, S.; SILVA, B. Produção e Disponibilização de Modelos Táticos da Arquitetura Pelotense: Uma Ação Extensionista. **Rev. Expressa Extensão**, v.23, n.3, p.94-106, 2018.

ORNSTEIN, S.W. (org.). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

PALLASMAA, Juhani. (2011). **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman.

PELOTAS (RS). **Portal do IPHAN**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PEREIRA, Carlos Mourão. HEITOR, Teresa Valsassina. HEYLIGHEN, Ann. (2017). Exploring invisibility through multisensory spatial research methods. Quality and Reflexivity. In: **Qualitative Inquiry**. European Congress of Qualitative Inquiry Proceedings 2017; 2017; pp. 9 – 18.

PIAGET, J. (1970). **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POMIAM, Krystof. Coleção. In: **Enciclopédia Eunaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional da Moeda, 1984, v. 1, 51-86.

VARINE-BOHAN, H. Museus e Desenvolvimento Local: Um Balanço Crítico. In: **Museus Como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**. São Cristóvão, Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

Patrimônio arquitetônico e urbano do bairro Jaraguá, Maceió/AL

Architectural and urban heritage of the neighborhood Jaraguá, Maceió/AL

VASCONCELOS, Heber Macel Tenório (1); FIORIN, Evandro (2)

(1) Mestrando, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,
bv_vasconcelos@hotmail.com ;

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,
evandrofiorin@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Com o objetivo de contribuir com a preservação da história e do patrimônio arquitetônico e cultural do bairro do Jaraguá em Maceió/AL, este trabalho selecionou três obras consideradas emblemáticas. As três arquiteturas selecionadas foram: o Trapiche Novo, a Praça Dois Leões e o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA). O estudo pretende realizar uma análise histórica de cada edificação, da sua relação com o entorno e da sua contribuição para o desenvolvimento urbano do bairro. Dessa forma, nos propomos a estudar essas edificações e como se revelam frente a um processo de deterioração que está presente no lugar. A metodologia adotada consiste na revisão bibliográfica/documental, em registros fotográficos realizados *in loco* e em visitas técnicas.

O nome “Jaraguá” tem origem indígena, podendo ter mais de um significado, o mais reconhecido é o de “Enseada das Canoas” (SANTOS, 1986). Sua provável origem, segundo diversos pesquisadores, ocorreu no início do século XVI, a mando da Coroa portuguesa. No local, foi instalada uma pequena vila de pescadores, com o objetivo de ocupar a enseada e evitar o contrabando de pau-brasil e outras mercadorias. Posteriormente, essa vila de pescadores veio a se tornar a Vila de Maceió (ATAÍDE, 2015). Segundo Altavila (1988), entre o século XVIII e o meado do século XX, Jaraguá passou por um grande processo de ascensão, sendo esse período onde foram construídas e executadas, grande maioria, das edificações hoje consideradas históricas. Já em 9 de dezembro de 1839, devido ao reconhecimento de Maceió como importante entreposto comercial, político e cultural, o então Presidente da Província, Dr. Silva Neves, em Assembleia, altera a capital da Província da antiga cidade das Alagoas, atual município de Marechal Deodoro, para Maceió (ALTAVILA, 1988).

A transferência da capital da província, para a então Vila de Maceió, contribuiu para implementação de uma maior infraestrutura no bairro (ALTAVILA, 1988). Ainda de acordo com Altavila (1988), foi a partir dessa mudança que se intensificaram as construções de prédios no bairro, além dos que tinham finalidade comercial, ampliou-se a quantidade de moradias, armazéns, pensões, bares e cabarés.

Segundo Ataíde (2015) O primeiro armazém construído no bairro, também foi nomeado de “Jaraguá”. A construção da ponte que fez a ligação entre o centro de Maceió e o bairro contribuiu, assim, para consolidação de Jaraguá como um importante entreposto comercial. A partir desse momento, foi possível observar um grande aumento da quantidade desses armazéns, também chamados de trapiches. Estima-se que após vinte anos da construção da ponte, o bairro passou a contar com vários desses

armazéns. Os trapiches eram pontes construídas em terra firme, sua estrutura portada por palafitas e se caracterizam por uma longa extensão. Tiveram a finalidade de facilitar o transporte das mercadorias importadas e exportadas até as embarcações. Essas estruturas, durante muito tempo, marcaram o perfil da paisagem local, como é possível observar na figura 1.



Figura 1 - Trapiche Novo, Jaraguá, Maceió – AL, 1869. Fonte: Débora Lucena de Ataíde, 2015

A (...) gênese arquitetônica de Jaraguá foi forjada pela dinâmica portuária. Exportações em grande escala, a partir do século XIX, motivaram a construção de armazéns conhecidos por trapiches, cuja característica principal era a utilização de pontes no transporte da mercadoria até a embarcação. Os mais avançados e amplos, instalados na rua da Rua da Alfândega, atual Sá e Albuquerque, destacavam-se pela sofisticação de equipamentos, dentre esses estão o Faustino, O segundo, o Novo e o Jaraguá (DANTAS, TENÓRIO E MENEZES, 2011, p.205)

Ataíde (2015) menciona outros trapiches importantes como: os trapiches Phullman, Great Western pertencentes a rede ferroviária, o Trapiche Segundo, o Trapiche Faustino entre outros.

O trapiche Novo foi construído por volta de 1896 (DANTAS, TENÓRIO E MENEZES, 2011). Por conta do seu tamanho, logo se destacou entre os existentes, tendo em vista sua capacidade de estocagem. Diferentes historiadores, ressaltam a sua importância patrimonial e histórica, por ainda possuir em sua fachada traços de uma arquitetura eclética.

Em visita técnica realizada ao Trapiche Novo analisamos a integridade da estrutura de sua arquitetura. Com base na literatura foi possível compreender que a permanência e a manutenção desse prédio aconteceu devido a dois fatores importantes. O primeiro correspondente à transformação do uso da edificação ao longo do tempo e o segundo, devido ao Plano Diretor da cidade de Maceió conferir ao bairro proteção, por classificá-lo como Zona de Preservação (ZEP1).

Como é possível observar, na figura 2, a fachada da edificação sofreu várias intervenções de pichação e grafites. Atualmente o prédio não possui cobertura e sua estrutura composta apenas por suas elevações. A fachada, ainda que deteriorada,

compõe a paisagem arquitetônica e histórica do local. Até o momento, constatou-se que o prédio teve um grande papel para o desenvolvimento econômico local e que hoje possui um valor histórico e identitário para os usuários e moradores.



Figura 2 - Trapiche Novo, situado na Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá, Maceió – AL.
Fonte: Elaboração autoral, 2019

A Praça conhecida atualmente como Praça Dois Leões, já teve vários nomes, ao longo da sua história, tais como: Jardim de Jaraguá, Praça do Consulado, Praça da Recebedoria e Praça Wanderley de Mendonça (ALTAVILA, 1988; ATAÍDE, 2015). O Jardim de Jaraguá, como originalmente foi concebido, data de 1869, com a solicitação do presidente da província José Bento Figueredo Júnior. O executor da obra foi o engenheiro Frederico Mery. O jardim foi pensado de forma a garantir o lazer dos moradores locais e dos visitantes que desembarcavam no porto. A solicitação realizada pelo presidente da província considerava que o projeto deveria contemplar o espaço com uma área verde, bancos e uma fonte central. A atual Praça Dois Leões, sofreu uma intervenção radical, deflagrando na sua total demolição. A nova praça foi encomendada em um estilo francês e idealizada por Rosalvo Ribeiro. O autor do projeto solicitou duas esculturas em bronze, de um leão e de uma onça. A inauguração aconteceu em 1922, como forma de comemoração ao centenário de independência do Brasil. A comunidade, ao longo do tempo, passou a reconhecer essa praça como Praça Dois Leões, tornando-se esse o seu nome oficial atualmente (PINTO, 2015). A figura 3 exibe o resultado final inaugurado em 1922.

Conforme Ataíde (2015), essa praça, foi cenário, durante muitos anos, dos passeios das famílias tradicionais Maceioenses, que residiam nas proximidades do bairro. Ainda segundo a autora, foi, provavelmente, devido à importância conferida por seus usuários, que essa obra se tornou um dos cartões postais do lugar.

Após visita técnica realizada, foi possível constatar que o desenho francês ainda é predominante característico na praça. A obra ainda mantém seu traçado simétrico, seu espelho d'água central, suas luminárias e esculturas, como mostra a figura 4. Até então, conclui-se que a Praça resistiu ao tempo, por conseguir manter uma relação histórica e afetiva com a comunidade, também pela proteção concedida pelo Plano Diretor do município. Atualmente, poucas pessoas frequentam esse espaço. Durante o dia moradores de rua, flanelinhas (guardadores de carro) e pessoas que transitam pelo local. Mesmo com um número menor de usuários, a praça, é responsável pela manutenção da paisagem histórica local, afirmando a importância de sua preservação.



Figura 3 - Praça Dois Leões, Jaraguá, 1922. Fonte: Débora Lucena de Ataíde, 2015

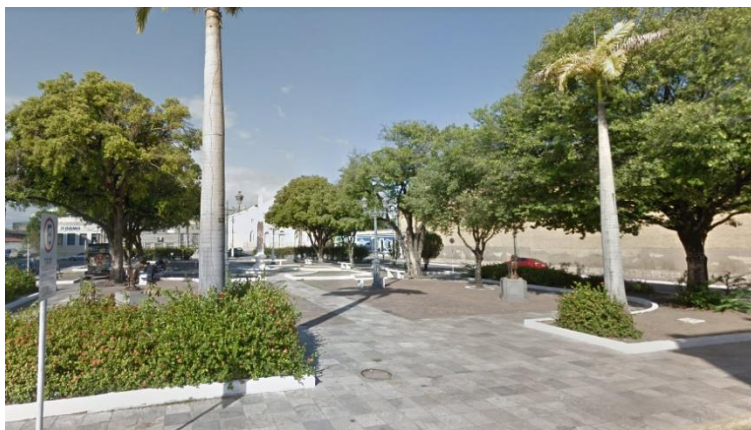


Figura 4 - Praça Dois Leões, Jaraguá, Maceió- AL. Fonte: Elaboração autoral, 2019

O prédio, que atualmente abriga o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), foi construído com a finalidade de servir como Consulado Provincial. Sua inauguração aconteceu em 1870. A partir da proclamação da república, o prédio se tornou a recebedoria. No ano de 1917 foi adicionado um pavimento superior em sua parte central, modificando a sua fachada e conferindo-a características de uma arquitetura eclética. A edificação serviu como delegacia durante a década de 1960, depois como depósito de documentos. Após passar por um projeto de restauro, em 1973, o prédio é cedido ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas (1981), onde este funciona até os dias atuais. O Museu tem um acervo permanente e recebe esporadicamente outras exposições.

Até o momento, o levantamento bibliográfico/documental, conseguiu encontrar apenas um registro fotográfico do prédio, o qual pode revelar o seu projeto original, antes da adição do pavimento superior.



Figura 5 - Consulado Provincial de Alagoas, fachada original, Jaraguá – AL
Fonte: Edberto Ticianeli Pinto, 2015

O Museu da Imagem e do Som de Alagoas, conseguiu resistir ao tempo por atender a diversos outros usos. O prédio, que fica localizado em frente a Praça Dois Leões, consegue estabelecer uma ligação com a mesma, criando uma atmosfera e um cenário que, muitas vezes, remete ao século passado. A imagem 6, mostra como essa edificação encontra-se atualmente. Seu estado de conservação se dá por estar inserida na Zona de Preservação 01 (ZEP01) do plano diretor do Município e por ter sido um dos prédios que foram restaurados pelo projeto de revitalização realizado na década de 1990. Além da memória afetiva a obra contribui ativamente com a cultura local, graças ao seu rico acervo e as exposições, que sempre são abertas ao público.



Figura 6 - Praça Dois Leões, Jaraguá, Maceió- AL. Fonte: Elaboração autoral, 2019

Ao longo do tempo, o bairro do Jaraguá passou por um processo de deterioração. A sua desvalorização pode ter relação com as próprias atividades que ali se desenvolviam. Por conta da atividade portuária e da conseqüente presença de marinheiros e trabalhadores, Jaraguá, passou a constituir-se como um local de passagem. Esse perfil somado a frequente presença masculina, propiciou o incremento de pensões, bares e cabarés. Conferiu, ainda, a imagem de lugar “boêmio” e de “promiscuidade”. Até os dias

atuais, esse ideário permanece no imaginário coletivo do lugar e é reconhecido por seus usuários, historiadores e pela comunidade. Uma imagem que provocou a evasão das famílias e algumas instalações. Atualmente, é possível constatar a reminiscência de um número pequeno de residências e um maior número de galpões abandonados, edificações comerciais e bancos. (ALTAVILA, 1988; PEDROSA, 1998; ATAÍDE, 2015; ARAÚJO, 2017).

Nesse contexto, devemos ressaltar a importância histórica, social, econômica e cultural das três obras analisadas para a memória, identidade e paisagem do bairro do Jaraguá. Para além disso, reforçamos a relevância desse bairro para a formação da cidade de Maceió e para o entendimento dos processos de deterioração dos centros históricos. Uma questão que ainda precisa ser melhor estudada e discutida no âmbito de suas imagens e imaginários.

PALAVRAS-CHAVE: Jaraguá, Patrimônio Cultural, Maceió.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lourdes Magalhães Corrêa de Oliveira. **Jogos de poder na revitalização dos centros históricos: o caso do bairro de Jaraguá em Maceió.** Dissertação final de Mestrado. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ALTAVILA, Jayme de. **Historia da Civilização das Alagoas.** 8ª ed., anotadas por Moacir Medeiros de Sant'Ana. EDUFAL, Maceió, 1988.

ARAÚJO, Kamilla Alves de Oliveira. **A valorização e a decadência da habitação do bairro do Jaraguá, Maceió-AL.** Ciências Humanas e Sociais. Alagoas;v. 4. n.2. p. 249-258. Novembro 2017. Disponível em: periodicos.set.edu.br.

ATAÍDE, Débora Lucena de. **Jaraguá ontem e hoje: um lugar sob a ótica dos idosos.** Dissertação final de Mestrado. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

DANTAS, Carmen Lúcia; TENÓRIO, Douglas Apratto; MENEZES, José Luiz Mota. **Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico.** [S.ed.], 2011.

NASCIMENTO, Vinícius Silva. **Habitar o patrimônio:** proposta de habitação de interesse social para o trapiche Jaraguá em Maceió/AL. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

PEDROSA, José Fernando de Maya. **Histórias do Velho Jaraguá.** Editora Talento, Maceió, 1998.

PINTO, Edberto Ticianeli. **Jaraguá e a praça em que os leões venceram um general.** Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/jaragua-e-a-praca-em-que-os-leoes-venceram-um-general.html> > Acessado em: 30 maio 2019.

SANTOS, Ivone dos. **Jaraguá, a enseada das canoas.** Revista do CHLA da Ufal, Ano II, nº 3, páginas 46 e 47. Maceió, dezembro de 1986. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/jaragua-a-enseada-das-canoas.html>>. Acessado em: 05 Maio 2019.

SILVA, Amanda Renata Amorim e. **A Territorialidade do Patrimônio Cultural do Bairro do Jaraguá da Cidade de Maceió/AL** Dissertação final de mestrado, (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

Patrimônio cultural da Vila da Conceição de Itanhaém, SP-Brasil

Cultural heritage of Vila da Conceição de Itanhaém, SP-Brazil

SANTOS, Regina Helena Vieira (1)

(1) Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo / FAU-USP, rhvs@usp.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo é uma reflexão sobre a pesquisa que vem sendo desenvolvida que trata do patrimônio cultural itanhaense, seu estado de conservação, com propósito de embasar proposta de restauro, ressignificação, reutilização, dos bens de modo sintonizado com a comunidade local. O trabalho científico conta inclusive com o uso de tecnologia digital como forma de documentação para traçar diretrizes de conservação do patrimônio.

Itanhaém está situada no litoral sul do Estado de São Paulo, foi sede da capitânia homônima de 1624 a 1679, sob tutela da Condessa de Vimieiro, herdeira de Martim Afonso de Souza, quem oficializou a primeira povoação São Vicente; a segunda no sertão de Piratininga Santo André da Borda do Campo, que posteriormente se uniu a São Paulo fundada pelos jesuítas. Retornou ao litoral sul em dezembro de 1532, designou *Itanhaen* a terceira povoação, segundo o historiador Francisco Adolfo de Varnhagem quem escreveu com base em documentos a biografia do português desbravador Martim Afonso de Souza. A localização geográfica não é muito precisa, segundo publicação de 1797 do Frei Gaspar da Madre de Deus: “latitude austral de 24°11’ e na longitude de 331°20” ” (DEUS, 1975, p.144). A Vila da Conceição se desenvolveu à margem esquerda do Rio Itanhaém, contemporaneamente à outra povoação cerca de duas léguas ao sul, entre este rio e o rio Peruíbe, lugar dos indígenas que foram catequisados pelos jesuítas de passagem nos aldeamentos.

O patrimônio colonial sobrevivente na atualidade é composto das ruínas do Abarebebê, local do aldeamento com a igreja e casa dos padres no outeiro de São João Batista, hoje no município de Peruíbe. E da antiga Vila da Conceição, o centro histórico do atual município de Itanhaém com os bens: Igreja e Convento de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz Santana e Casa de Câmara e Cadeia. Será abordado o patrimônio religioso de Itanhaém, suas técnicas e materiais construtivos. No cotidiano como é cuidado este patrimônio, a conservação dos imóveis é questionável, pois nem sempre é feito de modo apropriado. As pessoas da comunidade nem sempre tem conhecimento técnico para fazer a adequada manutenção. O proprietário, no caso a Cúria Metropolitana de Santos, muitas vezes demonstra desinteresse em salvaguardar seu patrimônio. Para a população local esse patrimônio tem valor no próprio uso das práticas religiosas, mas muitas vezes desconhecem o valor cultural histórico e arquitetônico que ambos os bens têm. Pessoas da comunidade veem o órgão de preservação como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT como entraves. Em certas situações a comunidade é coerente, pois os técnicos desses órgãos não visitam a cidade com o intuito de esclarecer as pessoas, pelo contrário, aparecem de fato para punir. Ambas as instituições de preservação têm

problemas de falta de recursos para a locomoção até o local, assim como poucos técnicos no corpo efetivo.



Figura 1 - À esquerda, *Conceição de Itanhaém*. Desenho de Alfredo Norfini. Publicado na Revista Ilustração Brasileira, n.109, em 1929. À direita, vista do centro histórico de Itanhaém-SP. Destacado na imagem está o Conjunto arquitetônico de Nossa Senhora da Conceição no alto do morro Itaguassú, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz Santana, a estação de trem, e o colégio estadual projetado pelos arquitetos João Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. Fonte: Fotografia de Pietro Becherini, 2018.

No alto do morro Itaguassú, a primitiva capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição possivelmente foi primeiro edificada com técnica que se utilizava do barro, ainda no século XVI e XVII, este local foi base de apoio de missionários jesuítas. Este povoado foi elevado à condição de vila em 1561. Durante o período em que foi sede da capitânia, por volta de 1635 foi descoberto ouro na região da Ribeira de Paranaguá, pouco tempo depois “a ermida da Conceição sofreu obras em 1639, sem podermos especificar em que consistiam” (ROWER, 1957, p.275). A antiga ermida abandonada pelos inicianos foi adotada pelos franciscanos a partir de 1654, que a transformaram em convento a partir de 1699. No decorrer do século XVIII, reformas foram feitas como a construção do convento em duas alas do claustro se adaptando a topografia e a pequena área de terreno. Frei Basílio Rower o descreve:

O cimo do morro não é muito espaçoso. Fez-se nele a igreja com frontispício para nordeste. As suas dimensões são de 22 por 8 metros no corpo e de 12 por 6 metros até a parte nos fundos. Mas este último espaço divide-se em capela-mor e sacristia, que lhe fica por detrás, com acesso ao altar-mor pelo lado. [...] Construído não quadrangular, mas com dois lanços apenas e isso por causa da rampa do morro. O principal lanço acompanha a igreja e a sacristia, lado da Epístola, em toda a sua extensão; tem, portanto, 34 metros de comprimento. O seu pavimento térreo, que é apenas uma varanda, fica todo abaixo do nível do piso da igreja, na encosta do morro. A parede de fora descansa sobre sete arcos com singelos capitéis, correspondendo tudo a uma quadra dos claustros nos outros Conventos. Os dois pavimentos superiores, dos quais o de baixo está ao nível do piso da igreja divididos em celas eram os dormitórios principais.

Ao lado direito do lanço descrito, fazendo face com a frente da igreja fica anexo outro edifício com pavimento térreo e um só superior. Este está ao nível do piso do primeiro andar do lanço principal, com o qual comunica por meio de um arco. Aquele corresponde à varanda do

lanço principal e nele estava instalado o refeitório e a cozinha. Em cima havia celas e sala e existem vestígios de um oratório na parede. Ainda há um terceiro edifício. É uma casa que sai fora do alinhamento da frente da igreja e do lanço da direita. O seu pavimento térreo, em parte cavado dentro do morro, está ao nível dos outros e nele funcionava o capítulo conventual. O primeiro andar, que de fora parece o térreo, é acessível do adro da igreja: era a portaria. No segundo andar havia uma sala, talvez da biblioteca. (sic.) (ROWER, 1957, pp.283-284)

Desenhos do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, creditados serem de 1776, foram encontrados e surpreendeu o arquiteto Carlos Lemos que fez uma análise sobre o frontão existente e o registrado, pois foi constatado que: *“ainda em 1776 o frontispício da igreja era o original dos jesuítas, feito no século XVI no estilo maneirista”* (LEMOS, 1977).

Mario de Andrade visitou a cidade em 1921, escreveu o artigo sobre patrimônio cultural intitulado *“Itanhaen”*, já alertando sobre a conservação dos bens e em seguida foi feita uma obra de restauro do conjunto arquitetônico da Conceição; descreve sobre a azulejaria:

Este meu gosto pelas divagações nem me permitiu dizer ainda há no convento um delicioso mosaico, deliciosíssimo, que os olhos não cansam de ver, e umas imagens que produzem torrentes de pura comoção pelo primitivismo quase adâmico com que foram talhadas (ANDRADE, 1921).

Após ler o artigo, a curiosidade pela origem da azulejaria aumentou, novas referências foram consultadas, segundo Mateus Rosada a parede revestida do arco do cruzeiro com a citada azulejaria é do século XVIII, a única no Estado de São Paulo. Outros pesquisadores, na década de 1950, como João Miguel dos Santos Simões e Mário Barata também estiveram no conjunto arquitetônico da Conceição de Itanhaém.

As ruínas do convento são decorrentes do incêndio que ocorreu em 1833, parte foi reconstruída em 1865. O conjunto foi restaurado na década de 1920, teve seu reconhecimento cultural como patrimônio cultural brasileiro em 1941 quando passou por outra intervenção de restauro.

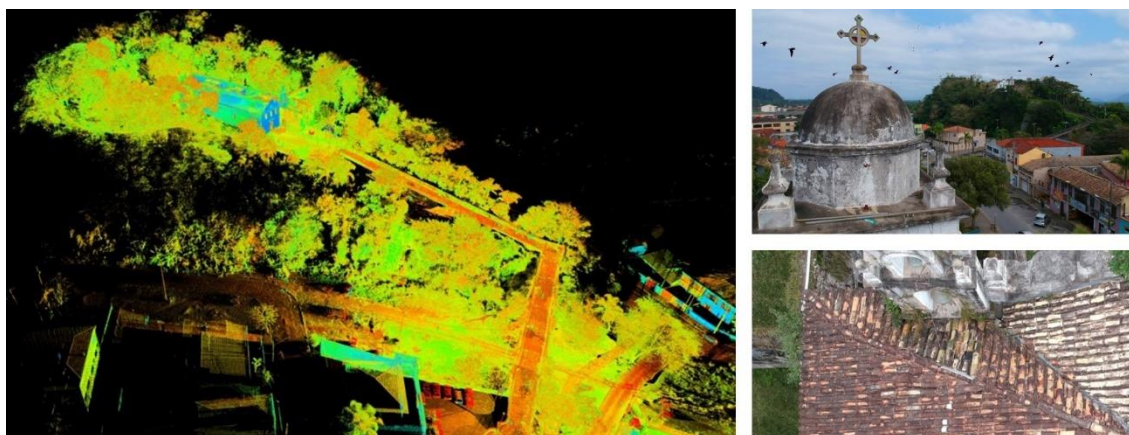


Figura 2 - Conjunto arquitetônico da Conceição, à esquerda imagem da nuvem de pontos resultante do escaneamento digital 3D, feito em 2017. A direita imagens feitas com o drone em 2018 por Pietro Becherini. Acima um registro da vista do por detrás do campanário da Igreja Matriz. Abaixo um detalhe do telhado perto do campanário da Conceição.

Ambas igrejas possuem planta com nave única, capela mor, altares laterais ao arco cruzeiro, púlpito, acesso sob o coro, janelas seteiras, frontão curvilíneo, enfim, são exemplares reconhecidos da arquitetura dos séculos XVI e XVII no litoral sul.

A Igreja Matriz Santana em 1639 começou a ser edificada na praça e se tornou matriz da Paróquia em 1655. Assim como a ermida teve sua primitiva construção utilizando técnica com barro, depois com pedra e cal. Conforme descrição do arquiteto Mateus Rosada:

Por ser região geograficamente muito distinta do interior, o litoral conheceu outro desenvolvimento das técnicas de construção, diferente do que ocorreu serra acima. Inicialmente, a facilidade de obtenção de material pétreo era muito maior nas vilas costeiras. E estas possuíam, além de tudo, outra composição pedológica: solos mais arenosos, menos ligantes e, por isso, menos próprios para a construção em taipa (ROSADA, 2015, p.41).

No texto escrito pelo historiador Carlos Gutierrez Cerqueira para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN sobre a obras de restauro, maiores detalhes construtivos foram registrados como o alteamento da parede lateral que expõe a técnica de pedra e cal, levanta a hipótese de ter sido pensado um segundo campanário nesta mesma lateral.

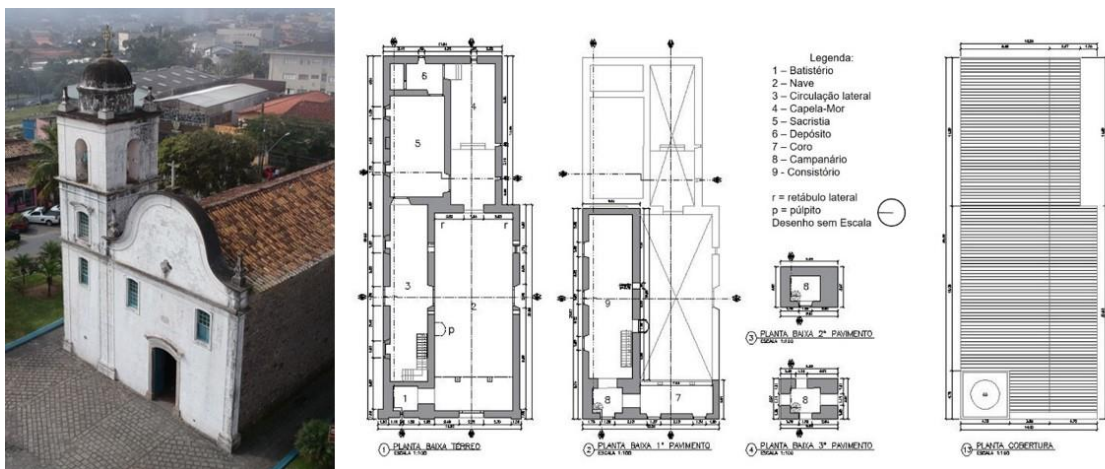


Figura 3 - Igreja Matriz Santana. Imagem feita com o drone em 2018, por Pietro Becherini. Desenhos das plantas resultantes do levantamento métrico feito em 2018 pelas estudantes de arquitetura: Emanuelle Cristina Cordeiro, Fernanda Gianotti, Maria Beatriz Gabara Rodriguez.

Esta pesquisa foi iniciada em 1997, utilizou-se foto aérea da empresa BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A para realizar estudos e propor intervenção de acessibilidade nesses bens; nesta ocasião não foi bem sucedido diálogo com o proprietário, com os órgãos de preservação houve aproximação, mas nenhuma ação para prosseguir com proposta. Anos depois (2005) para a disciplina sobre técnicas construtivas paulistas do professor Carlos Lemos, em equipe de quatro arquitetos, foi feito o levantamento métrico do conjunto arquitetônico da Igreja e Convento Nossa Senhora da Conceição. Neste mesmo ano foi realizado o levantamento com desenhos e fotos do casario existente, onde foram detectadas paredes com técnicas construtivas de terra como a taipa de mão e taipa de pilão. No ano seguinte, foi trabalhado os desenhos das fachadas dos imóveis do entorno da praça onde estão os bens tombados para análise e desenvolver plano de salvaguarda, chegou a ser elaborado uma

proposta, que foi apresentada na Câmara Municipal e na Associação de Comerciantes, mas pouco foi efetivado. No decorrer da pesquisa foi observado que este patrimônio cultural está registrado por artistas como Anita Malfatti, Renê Lefèvre, Alfredo Volpi, assim como pelos nascidos na cidade: Benedito Calixto e José Emídio de Souza. Recentemente, em 2017 foi feito o escaneamento digital 3D e fotogrametria do conjunto arquitetônico da Conceição; em 2018 estudantes de arquitetura fizeram o levantamento métrico da Igreja Matriz Santana. Neste mesmo ano foi feito o escaneamento digital 3D e fotogrametria da Igreja Matriz Santana, e da Casa de Câmara e Cadeia, além de fotogrametria com drone das edificações históricas. Os desenhos gerados em ambos os levantamentos foram confrontados e analisados. Esse material produzido deve ser utilizado para desenvolver propostas de projeto de restauro, ressignificação e readequação dos imóveis. O uso da tecnologia digital foi viável decorrente do convênio entre as faculdades de arquitetura da Universidade de São Paulo e da *Università degli Studi di Firenze*; com apoio das municipalidades de Itanhaém e Peruíbe e da Cúria Metropolitana de Santos. O material é um novo modo de documentação desses bens, parte foi processado para algumas análises, entretanto há muito material para ser trabalhado em novas pesquisas.

No ano de 1991 foi terminado uma intervenção de restauro na Igreja Matriz, posteriormente houve restauro dos retábulos. Entretanto, talvez por desconhecimento, falta apropriada manutenção das madeiras como hidratação e prevenção anti-cupins; a alvenaria foi pintada com tinta látex, o arco cruzeiro foi pintado de modo inadequado, ou seja, falta instrução para salvaguardar o bem. O mesmo ocorre com o conjunto arquitetônico da Conceição no alto do morro, que, para acentuar sua degradação tem a vegetação do morro crescendo e a cada ano sufocando mais o bem material. É necessário haver equilíbrio entre o patrimônio edificado e o natural, para isso recomenda-se fazer o manejo da vegetação. Em suma, na atualidade, 2019, ambas igrejas estão carentes de apropriada conservação, precisando de projeto e obras de restauro com adequações a novas demandas como acessibilidade. Este patrimônio é muito significativo para a população local, mas nem por isso deixa de ser relevante para movimentar o turismo cultural na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia digital, Ressignificação, Restauro, Conservação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. *Itanhaém*, publicado no jornal “Os Debates”, edição de 24/01/1921. São Paulo: Acervo do IEB, Coleção Mário de Andrade, DPR019_0021.

BARATA, Mário. *Azulejos no Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.

BECHERINI, Pietro; BERCIGLI, Monica. *Il rilievo integrato per la conoscenza e la valorizzazione. I casi studio del Convento di Itanhaém e delle rovine di Abarebebè sulla costa paulista (San Paulo, Brasile)*. Messina, Italia: ReUSO, 2018.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. *História de um monumento: Igreja Matriz de Itanhaém - Primeira Parte*. São Paulo: 9ª CR/IPHAN, s/d.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

LEMOS, Carlos A. C.. *Desenhos preciosos do litoral paulista*. Folha de São Paulo, “Caderno de Domingo”, 27 de março de 1977.

ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação*. São Carlos USP-IAU: Doutorado, 2015.

ROWER, Frei Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil: esboço histórico e documentado de todos os conventos e hospícios fundados pelos religiosos franciscanos*. Petrópolis/R.J.: Vozes, 1957.

SANTOS, Regina Helena Vieira. *Itanhaém-Abarebebê: Patrimônio Histórico e arquitetônico na paisagem cultural do litoral paulista*. São Leopoldo/RS: Oiko editora, 2019. Disponível em: <<http://oikoseditora.com.br/files/A%20a%C3%A7%C3%A3o%20global%20da%20Companhia%20de%20Jesus%20-%20E-Book.pdf>>

_____. *Itanhaém para o século XXI*. São Paulo: Catálogo Geral da 3ª Biental Internacional de Arquitetura, p.333, 1997

SIMÕES, João Miguel dos Santos. *Azulejaria Portuguesa no Brasil, 1500-1822*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

_____. Brasil: fichero do Inventário da Azulejaria. Coleção Santos Simões - Museu Nacional do Azulejo, Ficha de Inventário EMD001.2453, 1959. Disponível em: <http://digitile.gulbenkian.pt/cdm/compoundobject/collection/jmss/id/2914/rec/1>, acesso em 22/07/2018.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Diário da Navegação da armada que foi a terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Affonso de Sousa escripto por seu irmão Pero Lopes de Sousa*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/sv/svfotos/svh069.pdf>>, acesso em 05/01/2019.

_____. *Biographia de Martim Affonso de Sousa*. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 20, pp.491-516, 1915.

Fontes documentais:

Processo CONDEPHAAT nº 00350/1973: Conjunto arquitetônico: igreja e convento de Nossa Sra. da Conceição.

Processo CONDEPHAAT nº 00349/1973, Igreja Matriz de Santana.

Processo CONDEPHAAT nº 08577/1969, Casa de Câmara e Cadeia.

Processo CONDEPHAAT nº 09515/1969, Ruínas do Abarebebê.

Relatório 390/17-IPHAN-SP

Patrimônio cultural material dos Beneditinos em Boa Vista-RR: considerações sobre as Igrejas Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião

Material cultural heritage of the Benedictines in Boa Vista-RR: considerations about the Nossa Senhora do Carmo and São Sebastião Churches

RAMALHO, Paulina Onofre (1); OLIVEIRA, Kelly Christina Ramos de (2);
RAMALHO, Carla Onofre (3)

(1) Professora Mestre, Universidade Federal de Roraima - UFRR,
paulina.ramalho@ufr.br ;

(2) Professora Mestre, Universidade Federal de Roraima - UFRR, kelly.oliveira@ufr.br ;

(3) Graduada em História e graduanda em Direito, Universidade Federal de Roraima,
carlla_ramalho@hotmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Em 1907, o Papa Pio X, por meio do decreto pontifício *E Brasilianae Republicae Diocesibus*, de 15 de agosto, elevou a Abadia de Nossa Senhora de Monserrate (Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro) à categoria de Abadia Nullius. Dessa forma, esta abadia obteve como jurisdição o território da bacia do rio Branco, que antes fazia parte da Diocese do Amazonas.

No então denominado vale do rio Branco, os Beneditinos desenvolveram atividades de catequese, notadamente com os indígenas, e atuaram nos campos da saúde, educação, empreendimentos industriais, dentre outros. Nesse contexto, construíram ou reformaram edificações como suporte para sua atuação, como um hospital, escola e casa para as monjas. A partir da construção ou reforma de edificações, Silva (2018) discorre que houve uma linguagem arquitetônica inserida pelos beneditinos, que foi “influyente na edificação dos templos posteriores, com vários elementos decorativos em relevos, produzidos em argamassas, e composição de espaço em nave única e situação livre no terreno” (SILVA, 2018, p. 60). Entre as edificações, destacamos as igrejas Matriz Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião. Além da influência beneditina em sua arquitetura, as mesmas possuem histórias que ora se distanciam e ora se aproximam.

Este trabalho se propõe a analisar essas histórias, tomando as duas igrejas como suportes de memória (POLLAK, 1992), importantes para a identidade social. Assim, são suportes materiais que relacionam-se a presença Beneditina em Boa Vista, e fazem parte do processo de construção de uma imagem atual para a cidade.

A Ordem de São Bento, ou Beneditinos, instalou-se no vale do rio Branco em 7 de junho de 1909, estabelecendo-se na então Vila de Boa Vista do Rio Branco, primeiramente em uma casa alugada e, posteriormente, em uma fazenda denominada Calungá (VIEIRA, 2014). A estes foi entregue a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo e, em crônica enviada ao Rio de Janeiro, referem-se à igreja matriz como espaçosa, embora pobre e defeituosa, e necessitando de reparos.

No período citado acima, a Matriz apresentava uma planta simples, retangular, composta de uma nave, com telhado em duas águas, e sem elementos decorativos. Mesmo com tais condições, a igreja destacava-se no contexto construtivo da cidade, permeado por algumas edificações de tijolo ou pau-a-pique, com cobertura de telha ou palha. A aquisição de materiais era prejudicada pelo relativo isolamento da região que, por séculos, teve o rio Branco como única via de acesso. Para Santos (2013), além de fatores naturais, como o ciclo de cheias e secas do rio, que viabilizava ou dificultava a navegação, contribuía para esse quadro a falta de investimentos, tanto privados como estatais.

Nesse cenário, a atuação dos Beneditinos, incluindo o conserto da Matriz, foi impactada por conflitos com a elite local, formada por comerciantes e grandes proprietários de terra, o que resultou na expulsão dos monges de Boa Vista. A reforma da igreja foi fomentada a partir de 1914 por Dom Gerardo Von Caleon, primeiro bispo-prelado do Rio Branco (VANTHUY NETO, 2018). De acordo com o *Jornal do Rio Branco*, de dezembro de 1916, cogitou-se a reconstrução da igreja em virtude de parte da fachada e do telhado terem desmoronado devido à ocorrência de formigueiros e de infiltrações. Em reunião com os moradores da vila, optou-se por aproveitar os materiais de construção que encontravam-se em bom estado de conservação. As verbas para financiar a reforma foram obtidas através de esmolas e doação de gado por parte dos fieis. Além disso, os moradores participaram como voluntários nas obras.

As obras de reforma da Igreja Matriz foram paralisadas diversas vezes. Contribuíram para esse quadro as epidemias que assolavam a região e, de acordo com Vieira (2014), debilitaram ou ocasionaram a morte de membros da Missão Beneditina no Rio Branco. Mas, o *Jornal do Rio Branco*, em sua edição de novembro de 1917, releva que, apesar dos entraves, a reforma foi retomada:

No meio dos obstáculos e das dificuldades sem número, inerentes a qualquer empreendimento no Rio Branco, estão progredindo d'um modo satisfactorio as obras de reconstrucção da Egreja de N^a. S^a. Do Carmo, reencetadas, após mais de um annno de interrupção forçada, aos 10 de Agosto do corrente anno.

Já esta terminada a obra de alvenaria, excluindo a torre por emquanto. O telhado já apparece com todos seus madeiramentos principaes, faltando apenas uma parte dos caibros e das ripas. A sachristia, que é obra nova, está feita à metade. Com toda a energia que permite a epidemia reinante está-se cuidando agora, antes de tudo, de completar o telhado da Egreja e mediatamente rebocar as paredes e de ladrilhar o chão da egreja e da sachristia (JORNAL DO RIO BRANCO, 1917, p. 2).

Além das obras de reforma/construção em si, outros projetos tiveram curso, como a aquisição, inclusive na Bélgica, da prataria, alfaia, imagens, dentre outros, presentes no acervo da igreja (VANTHUY NETO, 2018).

Em 1924, aportava em Boa Vista Dom Pedro Egerrath, segundo bispo-prelado, responsável por diversas obras na cidade, como o prédio da prelazia, a Escola São José e o Hospital Nossa Senhora de Fátima (DIOCESE DE RORAIMA, 2018). A reforma da igreja, iniciada na década anterior, prosseguia e, sob a prelazia de Dom Egerrath, ganhou novos contornos. De acordo com Vanthuy Neto (2018), as obras incluíram a construção de um *atrium*, elemento de transição entre o mundo sagrado e o profano, a torre do campanário, uma capela lateral, e a sacristia. Quanto a composição espacial, esta compunha-se de *atrium*, nave e altar-mor. Em 1929, realizaram-se outras intervenções, como a inclusão de elementos decorativos em argamassa e a pintura

expressiva, composta de listas horizontais no exterior (Figura 1), e geométrica no interior e no forro. Este foi pintado pelo irmão confesso Gaspar Eisenbusch, com auxílio de Moizeto, um artista local.



Figura 1 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, meados da década de 1920.
Fonte: Diocese de Roraima.

Em 1933, o novelista inglês Evelyn Waugh visitou Boa Vista e, em relato denominado *Ninety-two days*, afirma que, além do prédio da prelazia, a Igreja Matriz era a única construção com pretensões artísticas:

Uma construção moderna, pintada com faixas horizontais amarelo e laranja, com molduras ornamentais de concreto, velhos sinos nas torres e no seu interior, três altares suntuosos com portais adornados e véus bordados; os retábulos estavam esculpidos e havia estátuas altas em cores vivas (WAUGH, 1986, p. 21).

Ao longo dos anos, a igreja foi perdendo as características descritas anteriormente, conhecidas localmente como *estilo germânico*, iniciando-se pela pintura. Desse modo, as listras foram substituídas por uma pintura mais simples, mas permaneceram os elementos ornamentais presentes na parte superior das paredes (GONÇALVES, 2013). As mudanças mais significativas ocorreram na década de 1960, justificadas pela necessidade de acomodar mais fieis devido o crescimento populacional da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011). Sob a Ordem da Consolata, que havia substituído os Beneditinos em 1948, ocorreu a elevação do *atrium*, da capela lateral e da torre; utilização de elementos vazados de concreto nas fachadas, pintura em duas cores, e substituição do forro, que não apresentará mais pinturas (VANTHUY NETO, 2018). Nas décadas de 1970 e 1980, foram realizadas mais alterações, como a adoção de esquadrias de vidro, a substituição das telhas e a introdução de forro em Policloreto de vinil (PVC), respectivamente (Figura 2):



Figura 2 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, década de 1980.
Fonte: Laboratório de História da Arquitetura e Urbanismo – UFRR.

Em 1993, a Igreja Matriz foi tombada pelo Decreto nº 2.614, de 15 de outubro, assim como outras edificações do centro histórico de Boa Vista. O artigo 2º do referido decreto estipula que as edificações manterão suas características que deverão ser preservadas. No entanto, a partir de 2005 foram iniciadas obras na Matriz que, de acordo com Vanthuy Neto (2018), visavam resgatar o *estilo germânico* da década de 1920, que constituía seu período áureo.

As obras, denominadas de *restauração*, incluíram o rebaixamento do *atrium* e da torre, a adoção de elementos decorativos em relevo nas paredes externas, e pintura em listras horizontais. Internamente, ocorreu a restauração das pinturas originais do *atrium* e, a partir de fotografias, as pinturas do teto e das paredes da nave e do presbitério foram feitas novamente.

Durante a restauração da Igreja Matriz, algumas intervenções foram realizadas na Igreja de São Sebastião, nomeadamente na pintura da edificação.

O processo de construção da Igreja de São Sebastião iniciou-se em 1917, no mesmo contexto epidemiológico mencionado anteriormente, que já havia causado percalços na reforma da Matriz. O Jornal do Rio Branco, de novembro de 1917, nos diz que a senhora Guilhermina de Oliveira Bessa tomou a iniciativa de construir uma capela em honra de São Sebastião, padroeiro contra pestes e pragas. O local escolhido ficava nas proximidades do novo cemitério da cidade, também denominado São Sebastião. A igreja foi inaugurada em 20 de janeiro de 1924, mas sem estar finalizada.

As obras da Igreja de São Sebastião perduraram por vários anos e, para tanto, contaram com doações dos fieis, que também realizavam festejos e outras atividades para angariar fundos. A análise de uma imagem fotográfica mostra-nos que, embora em

menor escala, para a construção da igreja tomou-se como referência a Igreja Matriz antes da inclusão de seu *atrium*, capela e torre. Sendo assim, a Igreja de São Sebastião apresentava planta baixa em nave única, e sem torres.

Posteriormente, os elementos decorativos adicionados à Igreja Matriz constituíram um novo modelo de referência para a Igreja de São Sebastião que, no final da década de 1930, também possuía traços que revelavam a influência dos monges beneditinos. Assim, de ambas as igrejas “podemos observar fortes influências ecléticas nos telhados, uso expressivo da cor, com pinturas em listras, alto relevo bem detalhado, portas almofadas de madeira, vergas arqueadas, e forte simetria” (SILVA, 2018, p. 60) (Figura 3):



Figura 3 - Igreja de São Sebastião, meados da década de 1930.
Fonte: Diocese de Roraima.

No que se refere à decoração interior da igreja, não tivemos acessos a fontes que elucidem a questão, porém ousamos afirmar que se encontrava presente. Quanto à pintura da absíde, esta foi executada por Moizeto, o mesmo artista que já havia participado da pintura do teto da Matriz. Infelizmente, seu traço foi recoberto por reformas ao longo dos anos. A pintura atual foi realizada pelo artista plástico Augusto Cardoso, provavelmente em 2006. A última reforma da qual temos registro ocorreu em 1986, no bispado de Dom Aldo Mongiano. Mas, não encontramos os dados das intervenções que ocorreram. As fotografias demonstram que as cores da fachada sofreram alterações, perdendo-se as listras. Durante o processo de *restauração* da Igreja Matriz, a Igreja de São Sebastião, que exibia a cor verde com os detalhes decorativos na cor branca, recebeu as cores creme, amarela e verde, tanto externa, quanto internamente. Além disso, motivos geométricos e florais estilizados recobriram as paredes internas, e nas externas adotaram-se, novamente, as listras. Tais intervenções, contudo, não pautaram-se por critérios técnicos.

Mas, de um modo geral, a estratégia para a Igreja de São Sebastião foi a mesma adotada para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, isto é, ressaltar os elementos presentes resultantes da influência da Missão Beneditina nos templos de Boa Vista, em

uma espécie de volta às origens. Sobre ambas as edificações, em menor e maior grau, respectivamente, ocorreram intervenções que visaram uma imagem de autenticidade.

No caso específico da Matriz, consideramos que as opções realizadas desconsideraram o processo histórico da edificação em nome do discurso da originalidade, o tal *estilo germânico*. Esse estilo a distinguiria das demais igrejas amazônicas, de modo a tornar-se atraente para “um público consumidor, participando da concorrência intercidades” (MOTTA, 2000, p. 262). Ademais, a *restauração* inseriu-se em um discurso de valorização do patrimônio cultural de Boa Vista e de revitalização da orla do rio Branco. Outros projetos encontram-se em curso, pautados por essa lógica, como a construção do denominado Parque do Rio Branco, que resultou na remoção da população tradicionalmente residente no espaço destinado para o empreendimento. No que se refere à Igreja de São Sebastião, esta foi tombada pela Emenda Constitucional do Estado de Roraima Nº. 021, de maio de 2008, o que não garantiu medidas para sua conservação e preservação.

Diante do quadro aqui tecido advogamos que, como registro da atuação da Ordem Beneditina e da religiosidade da população boavistense, urge a necessidade de políticas e parâmetros mais consistentes de atuação em relação à Igreja Matriz Nossa do Carmo e à Igreja de São Sebastião, de forma particular, e ao patrimônio tombado de Boa Vista como um todo. Embora possua bens tombados desde a década de 1980, em Roraima as discussões em torno do patrimônio e de sua preservação se tornaram mais sistemáticas apenas no final da primeira década deste século, assim como sua lei estadual de patrimônio, regulamentada somente em 2015. No município a questão é ainda mais problemática. Apesar do contexto, acreditamos que novas dinâmicas são possíveis e indispensáveis. Dinâmicas que privilegiem o processo, em detrimento de uma pretensa originalidade estilística.

PALAVRAS-CHAVE: Beneditinos, arquitetura, influência, igrejas.

REFERÊNCIAS

- DIOCESE DE RORAIMA. **O centenário da Igreja de Roraima**. Disponível em: <http://diocesederoraima.org.br/index.php/dioocese-2/historia/>. Acesso em: ago. 2018.
- GONÇALVES, Eurinedes Oliveira. **Patrimônio histórico de Boa Vista-RR**: tombamento dos prédios construídos nos séculos XIX e XX. 2013. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2013.
- JORNAL DO RIO BRANCO. Boa Vista do Rio Branco. Dez. 2016. Mensal.
- JORNAL DO RIO BRANCO. Boa Vista do Rio Branco. Nov. 2017. Mensal.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. **Igreja Catedral Cristo Redentor**. Boa Vista: Gráfica Lóris, 2011.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia**: o caso de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SILVA, Bianca Marcelle Saraiva da. **Igreja de São Francisco das Chagas**: Arquitetura e História da Igreja em Roraima. 2018. 99 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

VANTHUY NETO, Raimundo. **Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo de Boa Vista Roraima, Antigo Território do Rio Branco**. 2018 [Trabalho não publicado].

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. 2 ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey throught British Guiana and part of Brazil. **Boletim do centro de informação da diocese de Roraima (CIDR)**, Boa Vista, n. 12, p. 1-47, jul. 1986 [1933].

Patrimônio e uso dos espaços: o caso do Edifício Touring de Brasília

Heritage and use of spaces: the case of Brasília's Touring Building

ALMEIDA, Cristiano Farias (1); LISBOA, Rafael Martins (2);
OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de (3)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal de Goiás, c.f.almeida8@gmail.com ;

(2) Mestrando, Universidade Federal de Goiás, rafael.recnov@gmail.com ;

(3) Professora Doutora, Universidade Federal de Goiás, amvoliveira@uol.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

O Edifício Touring de Brasília é um prédio tombado como patrimônio cultural e está localizado no Setor Cultural Sul, de frente ao Conic (Setor de Diversões Sul), na Plataforma Rodoviária. O Edifício integra a chamada “escala gregária”, denominada por Lucio Costa, em 1987 no Relatório Brasília Revisitada. Atualmente funciona nas dependências do prédio um terminal rodoviário interestadual semiurbano de passageiros que atende os municípios goianos do entorno do Distrito Federal. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é mostrar como o ato de patrimonializar o edifício Touring de Brasília não conferiu uso ao que se previa no Relatório de Brasília, bem como na legislação patrimonial vigente.



Figura 1 - Da esquerda para a direita: o Edifício Touring Club em 1967. Fonte: Revista Acrópole Julho 1970 – ANO 32 – Nº 375, p. 34; e seu uso atualmente como terminal rodoviário de passageiros. Fonte: Google Street View, 2017.

A ideia de se patrimonializar bens e espaços – sejam públicos ou privados – tem suas origens na Revolução Francesa (1789-1799), importante fato histórico que derrubou a monarquia absolutista e instaurou uma república democrática secular na França, irradiando os princípios iluministas por todo o continente europeu. Segundo Choay (2001) a proteção do patrimônio francês foi uma resposta ao vandalismo que este episódio de intensa agitação político-social causou em Paris, principal palco da revolução, em que igrejas eram incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas e castelos saqueados. As primeiras medidas de proteção do patrimônio nacionalizado tomadas desde o começo da revolução, segundo a autora, derivaram de uma conservação que ela chama de primária ou preventiva, ou seja, em uma atitude de se proteger os bens do clero, dos imigrados e da monarquia.

Acerca desta conservação primária citada por Choay, convém relacionar o caráter preventivo que o então presidente Juscelino Kubistchek teve após inaugurar Brasília, em pedir a análise do tombamento do Plano Piloto junto ao Iphan, pois esta “seria a única defesa para Brasília frente às investidas demolidoras que já se anunciam vigorosas” (Iphan, 2014), todavia, cerca de 20 anos depois é que tal desejo veio a se concretizar. Neste hiato temporal, a cidade valia-se de regramentos locais para manter a ordem urbanística na área planejada.

A lei de organização administrativa do Distrito Federal (Lei nº 3.751/1960), por exemplo, definiu em seu Art. 38, que “qualquer modificação no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília depende de autorização de lei federal”. Ou seja, deveria ser submetida ao Congresso Nacional. Em 1987, quando houve a inscrição do Plano Piloto de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, a cidade ganhou a primeira normativa específica de preservação de seu projeto urbanístico. Trata-se do Decreto nº 10.829/1987 editado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) como garantia jurídica para atender à exigência da Unesco. O Iphan teve participação decisiva na edição desse dispositivo que, aliás, não se constituía em tombamento, mas na regulamentação do Art. 38 da Lei nº 3.751/1960 (Iphan, 2014).

Lúcio Costa em seu projeto para a nova capital do país de 1957 – intitulado Relatório do Plano Piloto de Brasília – descreve as características da cidade, desde seu traçado geral até nos aspectos mais específicos tais como: topografia do terreno; princípios da técnica rodoviária à técnica urbanística; o zoneamento e setorização da cidade que segue a receita de Le Corbusier na Carta de Atenas para atender as funções de moradia, trabalho, lazer e circulação; hierarquização viária e o tratamento diferenciado de cada parte da cidade – em termos de paisagismo, volumetria e densidade, propondo ocupação verticalizada em algumas áreas e mais rarefeita em outras (FREITAG, 2006). Desta forma, o Relatório do Plano Piloto expressa a ordem funcional e racionalista da cidade, contudo esta ordem é ratificada no relatório Brasília Revisitada, apresentado por Lucio Costa em 1987, em que, o urbanista definiu as denominadas “escalas urbanas”: monumental, gregária, residencial e bucólica – que normatizam a ocupação do espaço na área tombada

Atualmente, o Conjunto Urbanístico de Brasília está protegido legalmente em três instâncias: pelo Governo do Distrito Federal através do Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987; pelo Governo Federal por meio do Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 532. Portaria nº 314/92 IBPC atual Iphan, e pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial Inscrição nº 445, em 07 de dezembro de 1987. Segundo o Iphan (2017), “o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília pelo Governo Federal e Governo do Distrito Federal tem caráter específico: é essencialmente urbanístico e não arquitetônico. Assim, o que está sob proteção federal (tombamento histórico) é a concepção urbana da cidade”, ou seja, o que se busca preservar são as características e a articulação das quatro escalas.

O ato de tomar um espaço como patrimônio o torna intocável, e no caso de Brasília isto torna-se mais evidente dado o funcionalismo do plano urbanístico da cidade, ou seja, o tombamento somado a setorização, confere uma rigidez no uso dos espaços. De acordo com o Iphan (2007, p. 38) “as quatro escalas que caracterizam a cidade devem ser integralmente preservadas, pois são a base do projeto de Lucio Costa e, por isso, não podem ser alteradas”. O Edifício Touring de Brasília, neste contexto, tem em seu histórico dois tipos de tombamentos: o primeiro refere-se ao caráter urbanístico

mencionado pelo Iphan; o segundo é na escala do edifício onde o Touring foi tombado como patrimônio cultural pelo Ministério da Cultura por meio da Portaria nº 55, de 06 de junho de 2017, ao lado de outras 26 obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer, sendo a maioria localizada em Brasília.

Conforme rememora o ex-secretário de Cultura do Distrito Federal, Silvestre Gorgulho (2015), o piso inferior do Touring foi ocupado pelo posto de gasolina e o andar superior com a casa de chá, que conferia uma vista para a Esplanada dos Ministérios. Contudo, nos anos 2000, o Touring entrou em crise financeira deixando dívidas trabalhistas e débitos contratuais com fornecedores, dentre eles a Petrobras, resultando num processo de leilão do prédio, onde com a indefinição quanto à destinação do imóvel levou a degradação do espaço e abandono.

Ao longo dos anos, no entanto, o destino do edifício tornou-se um imbróglio. Ficher *et al* (2010) lembram que Niemeyer aparentemente não era afeiçoado ao Touring e chegou a sugerir a demolição do prédio para a inserção de nova proposta: um edifício rampado intitulado “Centro de Novas Mídias”. Em 2005, o Touring foi vendido em leilão pela União a uma empresa e, apesar de ser um espaço privado, ainda estava sujeito às normas de uso e ocupação, e zoneamento.

Entretanto, segundo o jornal Correio Braziliense (2015), foi revelado que o prédio do Touring seria ocupado por uma igreja, que na ocasião estaria fazendo intervenções no local. A denúncia partiu de Maria Elisa Costa, filha do arquiteto Lucio Costa, que afirmou ao periódico que a igreja “estaria demolindo e desfigurando o projeto original de uma vez por todas”. A obra foi embargada pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) e a ocupação do prédio pela igreja acabou não se concretizando. O episódio levantou discussões sobre o uso e a finalidade das atividades a serem desenvolvidas no Touring. O Ministério da Cultura defendeu que o edifício fosse transformado em um órgão de cultura, além de pedir um parecer técnico ao Serviço de Patrimônio da União (SPU) sobre a questão da cessão do edifício.

É notório que com a construção de Brasília – reconhecida mundialmente como patrimônio da UNESCO, sendo o expoente e símbolo da arquitetura moderna – Niemeyer consolidou-se no cenário mundial, tendo, portanto, construído uma grife na arquitetura em torno de seu nome. Neste cenário, tanto Arantes (1996) quanto Jacques (2003) destacam que muitas destas ações da chamada patrimonialização ou museificação das cidades, tem por objetivo possibilitar uma revitalização urbana que possibilite entrar na competitiva rede global de cidades culturais ou turísticas.

Nem mesmo possuindo a marca da grife Niemeyer impediu que o Edifício Touring ao longo do tempo tivesse sua função e uso do espaço bem distante daquele estabelecido no zoneamento da cidade por meio das escalas urbanas – em que deixou de ser um espaço cultural, foi abandonado e deteriorou-se, e posteriormente passou a abrigar um terminal rodoviário semiurbano de passageiros devido às mudanças realizadas no transporte coletivo urbano do Distrito Federal em 2014.

O Governo do Distrito Federal em março do referido ano iniciou a última fase das obras do seu primeiro corredor de ônibus BRT (*Bus Rapid Transit*) chamado de Expresso DF Sul na Rodoviária do Plano Piloto – o maior terminal de ônibus da capital – para construir os módulos de embarque de passageiros com pagamento antecipado, justamente para não haver cobrança de tarifa dentro do veículo para reduzir o tempo do embarque e agilizar o tempo das viagens. Devido à realização destas obras, duas mudanças foram realizadas no terminal: os ônibus interestaduais semiurbanos das plataformas D e E que atendiam os municípios goianos do Entorno de Brasília, foram remanejados

provisoriamente para o estacionamento na Plataforma Superior, entre o prédio do Touring e o Teatro Nacional. Já os coletivos do Distrito Federal que utilizavam as plataformas B e F, ocuparam o lugar do embarque e desembarque de passageiros com destino aos municípios goianos.

Com a alocação provisória dos ônibus semiurbanos do Entorno de Brasília na Plataforma Superior da Rodoviária, o Governo do Distrito Federal anunciou ainda em 2014 que já tinha uma solução definitiva: o novo terminal rodoviário para estes passageiros seria instalado nas dependências do prédio do Touring, ao lado da Rodoviária do Plano Piloto. Para concretizar a empreitada, o governo desativou as unidades de atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) que funcionavam no Touring e as remanejou para outro endereço, e posteriormente realizou as intervenções no piso inferior do Touring para construir 20 boxes de ônibus para atender a população do Entorno. O novo terminal foi inaugurado em junho de 2014 sob o nome de Terminal Rodoviário Metropolitano.

Jacques (2006) em *Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade* lembra que “os praticantes das cidades atualizam os projetos urbanos, e o próprio urbanismo, através da prática de espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que atualizam” (2006, p. 20). Para Arantes (1996), a abordagem da cidade deixou de ser formal e racionalista e passou a obedecer ao princípio da flexibilização, em que segundo a autora “fala-se cada vez menos em planejamento da cidade [...] e cada vez mais em requalificação”.

Conforme exposto, o edifício do Touring ao longo do tempo teve sua função esvaziada daquela que fora proposto por Lúcio Costa: de um local que poderia abrigar atividades culturais, em um terminal rodoviário em pleno funcionamento. Todavia, tal função no Touring vai de desencontro com a legislação que visa manter a integridade das escalas urbanas e preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Tanto o Decreto distrital nº 10.829 de 14 de outubro de 1987 quanto a Portaria do Iphan nº 314 de 08 de outubro de 1992 trazem que “as áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural”.

Então como retomar a função original do Touring prevista no zoneamento da cidade e legislação vigente, sem penalizar os passageiros do transporte interestadual semiurbano do Entorno? A desativação do Terminal Rodoviário Metropolitano nas dependências do Touring, contudo, ainda está no papel do órgão gestor do transporte interestadual semiurbano, a ANTT. Isto porque está em tratativas desde 2016 um ousado plano para integrar operacionalmente o serviço interestadual semiurbano com o sistema de transporte coletivo distrital: seccionar as longas linhas semiurbanas e integrar essa demanda em terminais na entrada do DF. Assim seria possível desativar as operações no Touring e retomar seu uso e função originais previstos no Relatório do Plano Piloto de Brasília.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural, preservação, transporte público, Brasília.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Cultura da cidade: animação sem frase.** *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, Brasília, IPHAN/Ministério da Cultura, 1996, p. 229-240.

BRASIL. **Portaria nº 55, de 06 de junho de 2017.** Homologa o Tombamento do Conjunto de Obras do Arquiteto Oscar Niemeyer.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasilienses fazem mobilização em nome da antiga sede do Touring Club.** 2015. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/10/26/interna_cidadesdf,503846/brasilienses-fazem-mobilizacao-em-nome-da-antiga-sede-do-touring-club.shtml. Acesso em: 10 jun. 2019.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** 1957. Disponível em:

<http://doc.brasilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/relatorio-Lucio-Costa.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2019

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada.** Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal - Decreto n.º 10.829, de 14 de outubro de 1987.

CHOAY, Françoise. **A Alegria do Patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade.** Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FICHER, Sylvia; SCHLEE, Andrey Rosenthal; FRANÇA, Joana. **Touring Club do Brasil. Guia de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos.** Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, p. 29.

GORGULHO, Silvestre. **Antigo Touring Clube de Brasília vira igreja e fere Leis do patrimônio histórico da humanidade.** 2015. Disponível em: <http://raioxdf.com.br/?p=1983> Acesso em: 10 jun. 2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação - Brasília.** – Brasília, DF: IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007, 103 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conjunto Urbanístico de Brasília – DF.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/df/pagina/detalhes/1271>. Acesso em: 13 jun. 2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Brasília completa 30 anos como Patrimônio Mundial.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4481/brasilia-completa-30-anos-como-patrimonio-mundial>. Acesso em: 13 jun. 2019

JACQUES, Paola Berenstein. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** *Rua-Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, v.1, n.8, julho/dezembro de 2003, p. 32-39.

JACQUES. Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** In: JEUDY, Henri Pierre, JACQUES, Paola B. (Orgs). *Corpos e cenários urbanos: territórios e políticas culturais.* Salvador: EDUFBA; PPG-FAUBA, 2006, p. 117-139.

Preservar o moderno: recomendações para o Edifício das Diretorias no centro de Florianópolis-SC

Preserving the modern: recommendations for the directories building in the center of Florianópolis-SC

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura (1); PIMENTA, Anna Freitas Portela de Souza (2); SOUZA, Júlia Lange de (3); RICHARTZ, Lidiane (4)

(1) Professor Doutor, UFSC, fontourateixeira@gmail.com ;

(2) Doutoranda, UFSC, anna.pimenta@ufsc.br ;

(3) Graduanda, UFSC, julialangedesouza2@gmail.com ;

(4) Graduanda, UFSC, lidianerichartz@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho tem como objetivo abordar a preservação e conservação do patrimônio modernista visando dar recomendações específicas para o Edifício das Diretorias localizado na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. A escolha do edifício se deu por ser uma referência pioneira da manifestação da arquitetura moderna na cidade, a qual atualmente abriga órgãos estaduais, como a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIE) e o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA). A sua implantação buscou integrar o edifício com a cidade através do uso de pilotis o que incorpora o espaço de circulação de pedestres com o edifício, além da marquise curvilínea que valoriza a esquina e mescla o espaço público com o privado (Figura 1).



Figura 1 - Esquina Edifício das Diretorias, centro de Florianópolis- SC.
Fonte: fotografia de Anna Pimenta, 22 de julho de 2019.

O movimento moderno, ocorrido na primeira metade do século XX, enquadra-se como uma proposta de revisão de conceitos estéticos que permearam no campo da arte, arquitetura, planejamento urbano e até mesmo no estilo de vida da população mundial. No Brasil, o movimento começou a ganhar força a partir de 1930, com a chegada de importantes ícones como: Le Corbusier, Gregori Warchavchik e a indicação de Lúcio Costa para participar da reformulação da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. O edifício do Ministério da Educação e Saúde – MES no Rio de Janeiro construído entre 1936 e 1946 é o principal símbolo de transformação da arquitetura brasileira neste período (PEREIRA et al., 2018). Embora tenha incontável importância urbana e histórica, a arquitetura moderna enfrenta problemas de preservação como patrimônio cultural, pois no senso comum (e entre muitos profissionais) ela não teria historicidade, não sendo “antiga” o suficiente. Outro obstáculo seria o alto valor imobiliário dos terrenos urbanos centrais, onde essa arquitetura originalmente se instalou, ocasionando uma verdadeira corrida especulativa de substituição.

Em Santa Catarina, o movimento modernizante também teve seu início em meados do século XX, consolidando-se ao que parece, em dois ciclos. Inicialmente, chegou a Florianópolis através de obras de infraestrutura urbana, principalmente, no sistema viário comandada pelo estado que possuía o intuito de fortalecer a cidade de Florianópolis como capital de Santa Catarina. Esse fato firmou-se a partir da construção da ponte metálica Hercílio Luz, a qual permitiu a chegada de novos moradores e o trânsito veicular à ilha. Nesse período foram construídos alguns edifícios modernos pioneiros, como os do então Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Estaduais (IPASE) (1943-1948) e do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) (1954-1958) na área central fundacional. Ao que se parece, o segundo ciclo corresponde ao período compreendido entre os anos de 1950 a 1960, evidenciando o rompimento estilístico-conceitual com o ecletismo e o início da verticalização na área central da cidade, seguido do grande adensamento urbano. Essa atualização foi possibilitada pela produção incipiente de concreto e aço no estado, materiais de construção essenciais para a disseminação das técnicas construtivas da arquitetura moderna, o que era dificultado anteriormente pela escassez e custo elevado desses materiais (PEREIRA et al., 2018).

No estado, a arquitetura moderna teve sua representatividade mais forte nas edificações institucionais (TEIXEIRA, 2009). Segundo, João Francisco Noll e Silvia Odebrecht, “a tipologia arquitetônica moderna foi introduzida na década de 1950, com a construção do atual Edifício das Diretorias, um dos primeiros projetos modernos de linhas verticais da capital”. O prédio projetado pelo engenheiro Domingos Trindade, construído entre 1959 e 1961, está localizado na esquina da Rua Deodoro com a Tenente Silveira, no centro de Florianópolis, sendo considerado o primeiro edifício a ter em seu projeto todos os elementos do ideário formal modernista (CASTRO, 2002, p.135).

Fundamentado na higiene e salubridade das edificações, Le Corbusier defendia a indispensabilidade de elementos como iluminação e ventilação nas construções (1989). À vista disso, concebeu cinco pontos conceituais que direcionaram a nova arquitetura: pilotis, planta livre, fachada independente da estrutura, terraço-jardim e panos de vidro na fachada. O engenheiro Domingos Trindade, guiado por esses parâmetros, implementou-os em seu projeto, enfatizando planta e fachadas livres, bem como os panos de vidro. Tanto quanto outros arquitetos brasileiros no cenário então vigente da chamada Escola Carioca moderna, incorporou as curvas a seu traçado, salientando-as na parede térrea do palácio tal qual na forma da marquise. (CASTRO, 2002).

O edifício expressa a concepção de Le Corbusier no uso de pilotis. Sua implantação expande o passeio e, associado à grande marquise curvilínea (Figura 2) existente cria uma dinâmica que suscita a retração do espaço público versus privado (TEIXEIRA, 2009). A concepção desse espaço, segundo Castro (2002), altera as relações na cidade, cria um vínculo entre o cidadão e o espaço urbano e ainda fomenta a apropriação dos espaços coletivos.

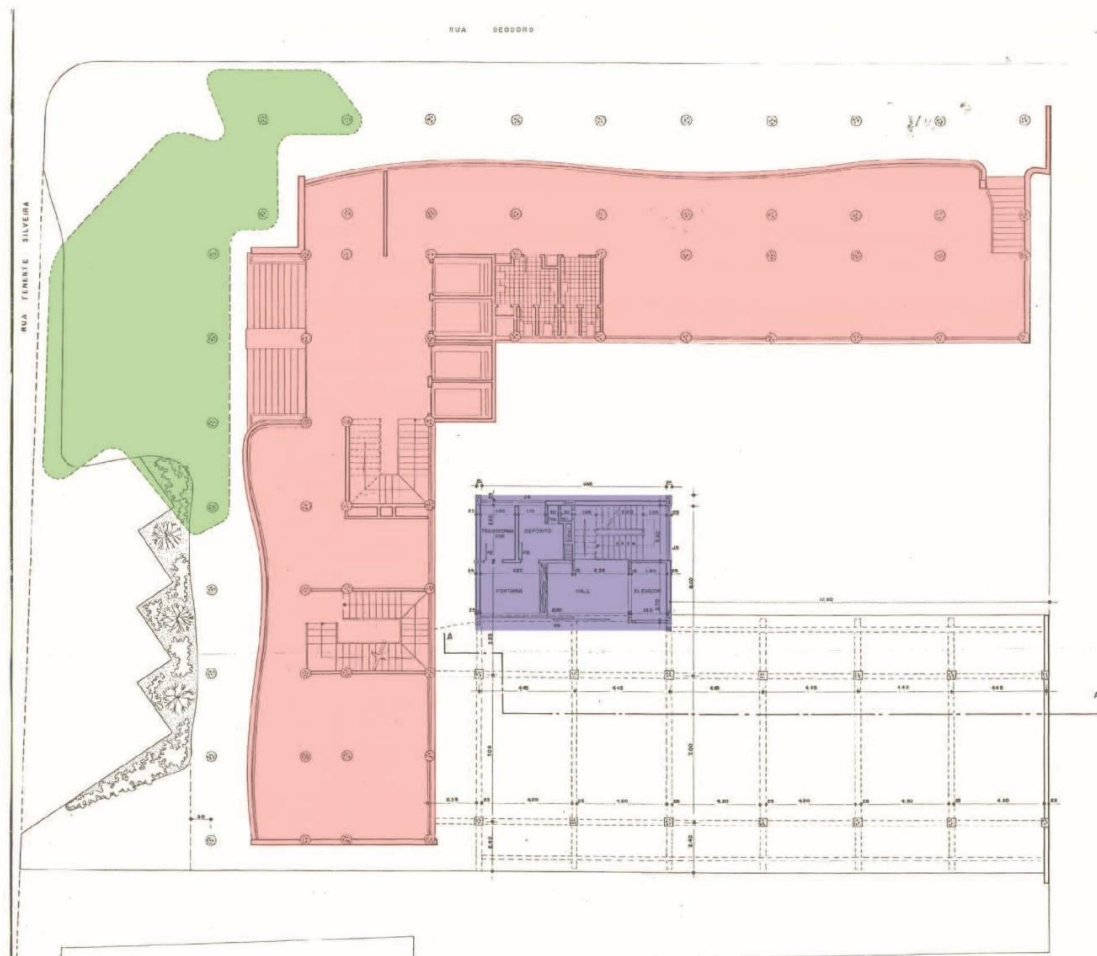


Figura 2 - Planta baixa, em verde marquise curvilínea, em rosa planta livre e em cinza uma previsão de ampliação para colocar escada enclausurada. Fonte: Arquivos DAE Departamento autônomo de edificações, estado de Santa Catarina – secretaria dos transportes e obra. Projeto de ampliação (não executado, em roxo), agosto de 1976.

Ademais, o monumento espelha outros elementos modernistas, tanto externamente quanto internamente. Sua exterioridade traduz o moderno em seu brise-soleil bem como nas janelas em forma de fita. A Implantação em forma de “L” executa a transição para o interior, em que, a modernidade é refletida no pátio existente em seu cerne (TEIXEIRA, YUNES, SOUZA, GODOY, 2015). A área aberta no núcleo do edifício remete à iluminação e ventilação indispensáveis para Le Corbusier (1989) - propiciando saúde e bem-estar ao edifício e seus frequentadores.

O edifício das Diretorias passou ao longo desses anos por poucas alterações. A marquise citada anteriormente possuía uma abertura zenital que foi coberta, além disso adicionou-se uma rampa de entrada ao lado da escada de acesso principal (Figura 3),

para adequar-se as normas de acessibilidade vigente na época desta reforma, a qual não atende à última revisão da norma de acessibilidade NBR 9050 revisada em 2015.



Figura 3 - Rampa do Edifício das Diretorias, centro de Florianópolis- SC.
Fonte: fotografia de Anna Pimenta, 22 de julho de 2019.

O projeto do edifício não se encontra nos registros dos projetos aprovados na prefeitura da cidade de Florianópolis e também não obteve licença de funcionamento, o chamado *habite-se*, já que está em desacordo com a norma atual de acessibilidade, assim como as normas dos bombeiros, que exige uma rota de fuga com uma escada enclausurada protegida. Atualmente o edifício possui somente as escadas originais abertas, uma delas em destaque, logo na entrada principal. Os edifícios institucionais da época, possuíam revestimentos nobres, neste caso escada em mármore, revestimentos de mármore Carrara, pisos de taco, além da calçada externa, (única parte tombada do monumento), de pedras portuguesas, inspirado na Escola Carioca, valorizando o espaço público.

As alterações internas foram feitas em função das normas de acessibilidade nos banheiros, substituição dos elevadores por modelos mais modernos e substituição do sistema de climatização por máquinas *splits*. Fora isso, a planta livre, foi uma ótima solução que permitiu que o espaço fosse se adequando à medida que mudavam as necessidades dos órgãos instalados no local.

Outra característica do edifício na sua fachada é o revestimento com uma composição mineral decorativa, feita através de uma mistura de argamassa com adição de mica sobre um emboço bastante argiloso e espesso. A palavra "mica" provavelmente é derivada do latim *micare*, que significa brilho, em referência à aparência brilhante deste mineral, que dava justamente este efeito nas fachadas onde era aplicado. Essa cobertura que proporcionava um brilho particular também permitia que a fachada fosse

lavada com um produto abrasivo, ficando novamente com a aparência renovada. A durabilidade do edifício é visível, pois possui apenas algumas patologias comuns para um edifício desta idade, como poucos problemas de infiltração e pontos específicos da marquise com ferragem exposta.

As adaptações necessárias para se atender as exigências dos bombeiros e da prefeitura quanto acessibilidade, segundo revisão atual da NBR9050 é que criam a necessidade de interferências mais profundas no corpo do edifício. Frente a esta situação, os autores deste artigo trabalham através de um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para dar orientações quanto a interferências destas alterações no conceito do projeto.

Os órgãos atualmente instalados no edifício também demonstraram uma vontade de interferir no uso que se instalou na esquina coberta pela marquise. Nesta esquina, o cenário que se formou foi de vendedores ambulantes e moradores de rua. Recentemente, em março de 2019, discutiram-se algumas possibilidades em resposta à questão apresentada pela Consultora de Gestão de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Infraestrutura sobre o espaço público aberto coberto gerado pela marquise do Edifício das Diretorias. A preocupação apresentada pela Secretaria com relação a ocupação deste espaço pelos moradores de rua, tinha por intuito restringir este uso. Neste momento a Secretaria de Estado da Infraestrutura pede recomendações por parte dos estudiosos do patrimônio modernista, de qual medida respeitaria as diretrizes de restauro, defendidas por pesquisadores e órgãos responsáveis, na restrição de uso desse espaço. Por este motivo, o presente artigo, também apresentará o estudo de caso como metodologia de trabalho.

O térreo urbano gerado pela marquise generosa elegante do Edifício das Diretorias, é um diálogo da edificação com a cidade, que abriga as pessoas, seja para esperar o ônibus executivo, seja para usar como ponto de vendas informais. É um lugar urbano de passagem e permanência presente numa esquina nervosa e central. O prédio desenha esta esquina, e a marquise completa este desenho, ou seja, o espaço aberto do térreo é parte integrante do projeto original, da concepção do moderno quanto a relação com o espaço urbano, da comunicação do edifício e seu térreo, que embora seja um edifício corporativo, no térreo ele é parte da cidade.

No primeiro plano diretor da cidade de Florianópolis havia um incentivo às galerias abertas urbanas, ou seja, os térreos dos edifícios com pilotis poderiam construir no limite do terreno com recuo maior no térreo, sendo essa a premissa, para criar um espaço de circulação protegida para a cidade.

A primeira recomendação, portanto, seria manter a marquise livre no Edifício das Diretorias, no intuito de conservar o desenho e as intenções originais. Entretanto, para que não se ignore a demanda apresentada pela secretaria, e para que se apresente como recomendação aquilo que pareça ser a opção menos agressiva, foi proposto a criação de um canteiro junto a parede que circunda o prédio. Seguindo as recomendações das cartas patrimoniais, especificamente a Carta de Burra de 1980 que define: “o uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo”. Acrescenta-se que é considerado uma ação de alto impacto negativo a colocação de grades ou outros obstáculos, que foram cogitados pelos órgãos como primeira solução.

Deve-se levar em conta, para a manutenção da integridade compositiva moderna do edifício, que se respeite também a concepção original do partido arquitetônico e sua

volumetria, não realizando ampliações e reformas exteriores que venham a afetar esse conjunto original construído.

O edifício em questão deflagrou o processo modernizador das instituições do Estado, sendo o grande exemplo incentivador da arquitetura moderna na cidade de Florianópolis onde não houve a presença significativa de indústrias. O poder público é quem propunha essa vanguarda, que depois o capital privado vai dela se valer. O terreno é público, o terreno é urbano, o terreno é cidade. Essa é a assertiva mais interessante da tensão compositiva que se gera na cidade com o advento da arquitetura moderna e seus pilotis, frente aos outros edifícios.

Segundo a Carta de Veneza publicada em 1964 no II Congresso Internacional De Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, "A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico". Brandi (2004, p29) afirma que a obra de arte condiciona a restauração, sendo essencial, portanto, o seu reconhecimento, onde se estabelece as suas premissas e as suas condições. Vê-se a necessidade de reconhecer o grau de interferência possível em qualquer obra de restauro ou conservação, pois o material também possui uma história na sua aplicação e uso, sendo assim alterar a sua autenticidade é sempre questionável de acordo com essa teoria da conservação.

A carta de Burra, uma das cartas patrimoniais documentada em 1980 pelo Conselho Internacional de monumentos e sítios, especifica que o objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem, se baseando no respeito à substância existente sem deturpar o testemunho nela presente. Segundo Pinto e Moreira (2013, p2) o principal problema a ser enfrentado na conservação do patrimônio modernista é a preservação da dimensão material. Os autores afirmam ainda que a maior parte das patologias é provocada, entre outros fatores, pela própria natureza dos materiais modernos, pela forma como foram utilizados, pela falta de um entendimento empírico do desempenho destes em longo prazo, falhas de construção e da deficiência de mão de obra especializada.

O trabalho de extensão, em sua continuidade, irá propor detalhadamente algumas diretrizes (algumas das quais expressas nesse artigo) que municiarão ações de preservação e manutenção da integridade edilícia do edifício, um monumento da modernidade na capital catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo, Patrimônio Cultural, Edifício das Diretorias, Florianópolis.

REFERÊNCIAS

Brandi, Cesare. **Teoria del restauro**. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1963. Tradução Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia, SP; Ateliê Editorial, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMOS. **Carta de Burra**. 1980

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro. **Jogo de Formas Híbridas: arquitetura e modernidade em Florianópolis na década de 50**. Tese de doutorado: UFSC. Florianópolis, 2002.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. Editora: Perspectiva, 1989.

NOLL, J. F.; ODEBRECHT, S. **Modernidade em Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina**. Blumenau: EDIFURB, 2013. (rever local de publicação do livro)

PEREIRA, Vanessa M.; DUARTE, Daiane R.; GEHLEN, Franciele S. **O patrimônio modernista de lazer em Florianópolis: Método de Análise.** In: II SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 2. 2018, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Simpósio Científico do Icomos Brasil, 2018. p. 1 - 19.

PINTO, Fernanda; MOREIRA, Fernando. **A conservação do concreto e os valores da arquitetura moderna: Os casos da FAUUSP e da CELPE.** X Seminário Docomomo Brasil. Arquitetura Moderna Internacional: conexões brutalistas 1955 – 75 Curitiba. 15-18. out. 2013 – PUCPR.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade: A modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina – 1930 – 1960.** Tese de doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, L. E. F.; YUNES, Gilberto Sarkis; SOUZA, Rafaela Regina de; GODOY, Marianna Spindola. **Itinerário das galerias e marquises modernas de Florianópolis: arquitetura produzindo novas relações humanas** - Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya. Facultat de Arquitectura. Universidad de la República, 2015.

Proposta de metodologia para análise de edifícios históricos em relação à segurança contra incêndio

Proposed methodology for analyzing historical buildings in relation to fire safety

ONO, Rosaria (1); DI GREGORIO, Mirella (2); XAVIER, Anna (3)

- (1) Professor Doutor, Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, rosaria@usp.br ;
- (2) Graduando, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mirella.gregorio@usp.br ;
- (3) Graduando, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, anna.xavier@usp.br .

RESUMO EXPANDIDO

No Brasil, a segurança contra incêndio em edificações é, dentro tanto de Ciências Sociais Aplicadas como das Engenharias, ainda pouco reconhecida como área de conhecimento. Na prática da construção civil e da arquitetura, na maioria das vezes, a segurança contra incêndio tem-se limitado ao atendimento das exigências de cunho legal (regulamentações dos corpos de bombeiros estaduais e códigos de obras e edificações municipais) e o seu cumprimento é frequentemente realizado de forma “cartorial”. Por outro lado, as regulamentações estaduais de segurança contra incêndio vigentes objetivam, essencialmente, a proteção à vida dos ocupantes dos edifícios e a contenção do incêndio nas edificações, a fim de evitar prejuízos vultuosos.

Nota-se uma importante evolução nessas regulamentações nas últimas duas décadas, em vários estados brasileiros, principalmente no que se refere à garantia da segurança dos edifícios novos, ou seja, a serem construídos. Porém, garantir a segurança contra incêndio de edifícios antigos é um grande desafio, pois, para uma grande parte daqueles existentes há mais de meio século, não havia nenhuma exigência legal à época de sua edificação. Essa questão se torna ainda mais premente quando se consideram os edifícios de valor histórico-cultural, cujas características arquitetônicas se deseja preservar e, portanto, onde intervenções para adequação das condições para garantir a segurança de uso do edifício e de seus usuários podem conflitar com os interesses de preservação. Adicionalmente, há situações ainda mais graves, onde o edifício de interesse de preservação abriga, em seu interior, atividades que aumentam o risco de incêndio ou potencializam as perdas, em caso de incêndio. Esse é o caso dos museus abrigados em edifícios históricos.

Constam, dos últimos registros de incêndios relevantes em edifícios históricos e, ou que abrigam acervos na cidade de São Paulo, o caso do Centro Cultural São Paulo (O GLOBO, 2007), do Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (O GLOBO, 2014), do Museu da Língua Portuguesa em 2015, instalado no edifício histórico da Estação da Luz e da Cinemateca Brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016), o quarto incêndio a atingir o órgão em 60 anos. Sem contar a tragédia ocorrida com o edifício principal do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2018.

A cada um desses acontecimentos, a sociedade se comove e instituições se mobilizam para que aprimoramentos sejam promovidos. No entanto, os recursos são sempre limitados e o alcance desses esforços são sempre menores do que o esperado.

Apesar dos desafios impostos pela limitação do orçamento, muitas iniciativas estão sendo tomadas para oferecer orientações de administração e assegurar a proteção do edifício, das pessoas e seu acervo. A introdução da gestão de riscos é uma alternativa eficaz para otimizar a tomada de decisões de preservação do edifício e seu acervo. A partir de uma visão abrangente dos riscos é possível estabelecer medidas prioritárias e o planejamento de recursos, envolvendo uma equipe interdisciplinar.

A adaptação dos edifícios históricos a normas e critérios de segurança contra incêndio deve ser compatibilizada com as exigências dos órgãos de preservação, devido aos impactos que as ações podem ter sobre a integridade e autenticidade do edifício. Esse processo é intermediado por instrumentos legais de proteção dos bens culturais em caso de edifícios tombados, sob a tutela de agentes públicos ou privados, para os quais são exigidos o cumprimento de certos procedimentos técnico-legais. Para orientar os profissionais envolvidos na gestão do patrimônio cultural, suportes teóricos são oferecidos pelos próprios órgãos envolvidos na preservação do patrimônio por meio de eventos científicos, convenções, manifestos e publicações. Dentre elas se destacam o “Guia de Gestão de Risco para o Patrimônio Museológico” publicado pelo ICCROM; o “Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural” do IPHAN e “Gestão de riscos ao patrimônio museológico” publicado pelo IBERMUSEUS. As diretrizes indicadas pelas cartas patrimoniais registram os debates em evidência no contexto internacional sobre a preservação patrimonial e oferecem suporte teórico às propostas de projeto. A Carta de Veneza e a Declaração de Nara, relacionadas à discussão sobre autenticidade do patrimônio cultural, ainda se destacam como referência para a discussão das intervenções no patrimônio.

Garantir a segurança contra incêndio em edifícios históricos abrange a necessidade da proteção tanto da vida dos ocupantes, quanto da arquitetura e do acervo que abriga devido ao interesse de preservação. Tendo em vista que esses edifícios foram construídos em um período em que não havia normas de segurança contra incêndio, a atribuição de usos contemporâneos aos imóveis exige a adaptação aos parâmetros normativos atuais.

Apesar da ocupação e o uso ser uma medida eficaz para a preservação do patrimônio edificado, a conversão de uso ou as novas demandas podem acarretar em danos e sobrecarga, implicando no aumento do risco. Outras características próprias de edifícios que testemunharam a passagem do tempo podem induzir à vulnerabilidade, como a inadequação ou precariedade das instalações e dos materiais construtivos.

Atualmente existem normas e legislação específica sobre segurança contra incêndio em edifícios históricos. Mas como é próprio de sua atribuição conter orientações gerais, o resultado disso é que mesmo com o cumprimento dos parâmetros normativos atuais, o edifício ainda pode estar suscetível a riscos, por suas especificidades construtivas e a atribuição de usos não previstos na concepção original. Por isso, a necessidade de uma interpretação dessas diretrizes para a execução de medidas práticas, tendo em vista as particularidades de cada bem, impõe desafios na tomada de decisões eficientes e respeitadas à historicidade e autenticidade do patrimônio, demandando para além de profissionais qualificados uma gestão integrada do edifício e dos funcionários envolvidos.

Além disso, as intervenções necessárias para suprir as demandas de uso ou atender aos parâmetros de segurança contra incêndio atuais devem respeitar a autenticidade estética e material do edifício.

Os requisitos de segurança contra incêndio de normas e regulamentações vigentes visam, em geral, a proteção à vida dos usuários e a contenção do incêndio, nem sempre contemplando a condição dos edifícios históricos ou dos acervos neles abrigados.

Este trabalho visa apresentar os resultados preliminares do desenvolvimento de uma metodologia para análise da segurança contra incêndio em edifícios históricos tombados que abrigam museus e acervos, com o objetivo da salvaguarda da arquitetura, do acervo e das pessoas.

A etapa inicial consistiu em desenvolver uma abordagem metodológica para se obter um diagnóstico construtivo dos bens tombados, por meio da análise e síntese dos dados obtidos. Visitas aos edifícios e consulta às plantas e documentos foram exploradas como ferramentas metodológicas para investigação dos sistemas construtivos e do histórico de reformas e intervenções, e as informações coletadas foram organizadas e sistematizadas. Durante a primeira etapa, foram abordadas cinco instituições da Universidade de São Paulo (SP), construídos em meados dos séculos XIX e XX e que tiveram seus usos transformados em unidades de ensino, pesquisa ou museus; e seis museus estaduais de grande porte, sob gestão da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, e construídos entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XX. Todos os imóveis se localizam no estado de São Paulo.

O passo seguinte ao diagnóstico construtivo e histórico de intervenções se direcionou para avaliação da segurança do edifício a partir de análises sobre dois estudos de caso escolhidos dentre os edifícios vistos na etapa anterior. A metodologia tem sido construída no decorrer da pesquisa ao considerar atividades e elementos que se tornaram necessários para a compreensão do edifício como um todo e para o estudo das características principais relacionadas à segurança contra incêndio.

Nesse processo, as principais dificuldades da pesquisa foram a ausência de um banco de dados centralizado e o mau estado de conservação de parte dos registros existentes. Ao estudar a conservação a partir dos sistemas construtivos de edifícios tombados, são suscitadas questões sobre intervenções envolvendo usos anteriores, a função atual e a necessidade de adaptação a normas e critérios de segurança. Inserido no programa de museus, por exemplo, a presença do acervo acrescenta outros desafios, pois o seu armazenamento e sua exposição podem implicar diretamente em demandas por sistemas eficientes para proteção das obras.

A disponibilização de documentação teórica e técnica, além de peças gráficas (plantas, cortes e elevações), por parte das instituições e órgãos de preservação, se mostrou imprescindível para complementar as informações obtidas nos levantamentos *in loco*, de maneira eficiente e alinhada aos objetivos da pesquisa, ainda que haja situações em que as plantas estejam desatualizadas, ou que careçam de detalhes construtivos. Tais levantamentos embasam as análises das condições atuais do edifício (estruturais e materiais), do acervo e do mobiliário expositivo sob a perspectiva de normas técnicas e legislações, considerando as especificidades de edifícios históricos tombados.

Abordar edifícios de tal maneira implica em considerar diretrizes e aplicações dentro de um contexto interdisciplinar, o que exige cautela e profundidade nos estudos ao elaborar propostas. Toda e qualquer intervenção impacta no edifício, entretanto, critérios justificados pelas análises podem direcionar para que o ato resulte na menor intervenção possível, sem comprometer sua finalidade.

Para melhor visualização das condições de cada um dos pavimentos dos edifícios, dentro dos segmentos de análise supracitados (estrutura e materiais, acervo e exposição, síntese e propostas), a metodologia propõe a elaboração de plantas esquemáticas, indicando suas características mais relevantes através de fotos e elementos visuais.

Enquanto as etapas de levantamento construtivo e de acervo apresentam um caráter predominantemente descritivo, a de análise busca abranger os segmentos anteriores, ou seja, parte de um panorama amplo, para lançar um olhar crítico e propositivo. Portanto, se mostrou fundamental destacar espacial e graficamente os principais pontos de conflito entre as necessidades de preservação do patrimônio e a aplicação prática de normas de segurança.

Quando se trata de construções históricas, ainda por cima tombadas, considerar princípios relevantes para orientar a qualidade das intervenções se torna importante, entretanto, requer uma abordagem interdisciplinar para que as propostas sejam coerentes com as camadas históricas e identitárias dos edifícios.

Tendo em vista a sobreposição entre exigências de segurança contra incêndio e demandas de preservação do patrimônio, a síntese da metodologia apresenta um mapeamento com situações que levantam a discussões importantes sobre o assunto, como a relevância da compartimentação dos ambientes, dos materiais e revestimentos tanto antigos quanto recentes, das intervenções em função do uso do edifício, dos sistemas ativos e passivos de proteção contra incêndio e das rotas de fuga. Sendo assim, é possível apresentar reflexões e proposições relacionadas ao aprimoramento da segurança contra incêndio de maneira respeitosa ao edifício e seu significado histórico e cultural.

O desenvolvimento de uma proposta de metodologia de avaliação e proposição de intervenções nos bens patrimoniais edificados para a melhoria de suas condições de segurança contra incêndio apresenta diferentes desafios e exige determinados procedimentos. Além da necessidade de haver uma avaliação crítica dos requisitos impostos pelas normas, a execução das medidas depende de uma gestão integrada do imóvel que alinhe as demandas atuais às de preservação. Para isso, a realização de estudos e levantamentos se tornam imprescindíveis por permitir a compreensão dos edifícios ao longo do tempo, assim como os impactos e as consequências de intervenções anteriores. A partir deste repertório, é possível estudar e embasar intervenções a serem executadas, de maneira que respeitem o bem histórico e se adaptem tanto ao edifício, quanto sua função e acervo, considerando a interdisciplinaridade implicada neste campo de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: edifícios históricos, proteção contra incêndio, acervo, intervenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvania Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf>

CONFEDERATION OF FIRE PROTECTION ASSOCIATIONS EUROPE. **CFPA-E Guideline No 30:2013 F**: Managing fire safety in historical buildings. Copenhagen: 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Incêndio atinge Cinemateca Brasileira e destrói 1.000 rolos de filmes antigos, 2016.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/02/1736525-incendio-atinge-camara-que-guarda-rolos-de-filmes-antigos-da-cinemateca.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY (ICCROM). **Guia de Gestão de Risco para o Patrimônio Museológico.** s.l.: 2017. disponível em <http://www.bermuseos.org/wp-content/uploads/2018/01/Guia_de_Gestao_de_Riscos_PT.pdf>

O GLOBO. **Iphan publica portaria para normatizar combate a incêndio em bens tombados.** Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/iphan-publica-portaria-para-normatizar-combate-incendio-em-bens-tombados-23046955>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

O GLOBO. **Balão provoca incêndio no Centro Cultural São Paulo, 2007.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL37841-5605,00.html>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

O GLOBO. **Incêndio destrói acervo do Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo, 2014.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/02/incendio-destroi-acervo-do-liceu-de-artes-e-oficios-em-sp.html>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

(Re)Ativação da paisagem cultural do antigo conjunto ferroviário de Avaré (SP)

(Re)Activation of the cultural landscape of the former railway assembly of Avaré (SP)

CÉSAR, Anna Carolina Arruda Nogueira (1); GOMES, Samir Hernandes Tenório (2)

(1) Graduando, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Bauru, annacarolinaanc@gmail.com;

(2) Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Bauru, samir.hernandes@unesp.br.

RESUMO EXPANDIDO

As ferrovias tiveram fundamental importância na criação de novas paisagens culturais pelo território paulista. Incentivaram a integração econômica e social entre regiões, promoveram a fundação de núcleos urbanos, estimularam o desenvolvimento, trouxeram melhorias urbanas e mudanças na construção civil, além de que estiveram associadas ao movimento de povoamento do território. (MATOS, 1990; KÜHL, 1998; BEM, 1998).

A implantação das estradas de ferro no Estado de São Paulo esteve intimamente relacionada com o desenvolvimento da atividade cafeeira, devido as características do cultivo do produto. Através do Decreto 2.601 de 6 de junho de 1860, foi construída a primeira estrada de ferro paulista, a linha de Santos a Jundiaí, conhecida como *São Paulo Railway*. (MATOS, 1990; STEFANI, 2007).

Insatisfeitos com apenas este trecho ferroviário, fazendeiros de café, capitalistas e homens públicos forneceram capital para a expansão dos trilhos até outras áreas cafeeicultoras. Tal iniciativa culminou com o surgimento de uma série de outras companhias, dentre elas a *Companhia Sorocabana*, linha que passou por Avaré. (MATOS, 1990; KÜHL, 1998).

A *Estrada de Ferro Sorocabana (E.F.S.)* foi uma das principais ferrovias do Estado e sua origem relacionou-se com a cisão entre os empreendedores de Itu e os de Sorocaba, que não concordaram com o caminho definido para a continuidade do traçado da *Companhia Ituana*. Dessa forma, o primeiro trecho da *Sorocabana*, conectando São Paulo à Sorocaba, foi concluído em 1875. (MATOS, 1990; KÜHL, 1998).

No final do século XIX, o embate entre as *Companhias Sorocabana e Ituana* pela expansão das linhas num mesmo território levou-as à fusão e a conformação da *Companhia Sorocabana e Ituana*. Houve a construção de novas linhas em direção à Agudos e ao Paranapanema (MATOS, 1990; KÜHL, 1998), sendo que a estrada em direção ao Paranapanema culminaria em Avaré, no ano de 1895.

A chegada da ferrovia em Avaré foi um evento que trouxe desenvolvimento para a cidade, pela introdução efetiva da região na rota da economia agroexportadora, por facilitar o transporte de cargas e pessoas, a chegada de migrantes e imigrantes e a conexão com a capital. (BOCCI, 1983). Progressivamente, houve o surgimento de todo o aparato arquitetônico relacionado com o funcionamento da ferrovia, implantado ao

longo dos trilhos: Estação, casas de turma, casas dos engenheiros, vila ferroviária, armazéns e galpões.

Num primeiro momento, foi implantada uma Estação de pequeno porte, com arquitetura com elementos construtivos padrões da primeira fase de implantação da *Companhia* no território, a fim de que a construção fosse feita rapidamente e acompanhasse a expansão dos trilhos. (SOUZA, 2015). De acordo com Souza (2015), a medida que uma cidade se desenvolvia era necessário a construção de uma Estação maior para suprir as necessidades locais, sendo que o novo prédio poderia ser construído no mesmo espaço ocupado pelo anterior, como foi o caso avareense.

Mesmo com a Crise de 1929 e a consequente decadência da economia cafeeira, Avaré manteve seu crescimento econômico e populacional devido a adoção da cotonicultura. O cenário proporcionado pelo ciclo do algodão fez com que a Estação de pequeno porte não desse conta das demandas de transporte cada vez maiores. (BOCCI, 1983). Assim, em 1933 houve a autorização para a substituição da Estação de pequeno porte por uma de médio porte, implantada no mesmo local, em estilo eclético e finalizada em 1939 (figura 1). (SOUZA, 2015).

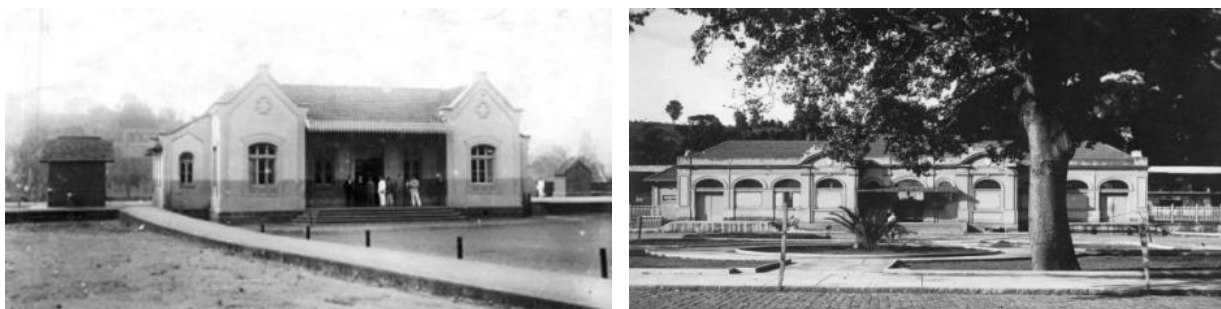


Figura 1 - Fotomontagem mostrando a primeira Estação, de pequeno porte, em 1914, e a segunda Estação em 1941, de médio porte e com a arquitetura que permanece até os presentes dias. Fonte: < <https://www.facebook.com/groups/650069448426880/photos/> > e < <https://www.facebook.com/groups/650069448426880/photos/> > respectivamente

As atividades funcionaram nesta Estação até meados do século XX. Em 1950, houve a retificação do traçado da linha férrea e a transferência da estrada para a região sul da cidade, com a inauguração de uma nova estação. O antigo conjunto ferroviário foi desativado e, atualmente, a antiga Estação encontra-se sem uso específico e abandonada. Já os trilhos foram removidos para dar lugar à Avenida Major Rangel. (DA SILVA JUNIOR, 2010).

No Estado de São Paulo, a situação atual da maioria das estradas de ferro, do patrimônio arquitetônico e da paisagem cultural à elas relacionadas, no geral, é de abandono, decadência, com funcionamento apenas de algumas linhas:

Desprovidas de função, afastadas do programa de necessidades das cidades atuais, grande parte das antigas estações permanecem como fantasmas do cenário urbano. Esquecidas, acabam servindo a desabrigados e desocupados e (...) até mesmo demolições apressadas acontecem. (BEM, 1998, p. 309).

Determinados elementos firmam-se no cotidiano das pessoas por onde transitam e habitam como símbolos, como atributos da paisagem, como experiências, o que contribui para estabelecer o sentimento de pertencimento com o lugar. Um destes elementos foi o trem e o elo que os moradores desenvolveram com a ferrovia ao longo

do tempo, cuja presença marcante ainda ecoa na memória dos habitantes, conformando a identidade do lugar com o passado. (CAVALARI *et al.*, 2017).

As paisagens representam marcas do território, da cultura, e da identidade de um povo, visto que englobam formas de vida, relações de trabalho de várias gerações e acontecimentos que se encontram registrados tanto em elementos componentes da própria paisagem quanto na memória coletiva, ambos com grande significado cultural. Consiste em um objeto em constante transformação, como forma de atender às novas necessidades da sociedade, fazendo com que elementos de diferentes momentos históricos e de diferentes dimensões ora se sobreponham, ora se percam na memória. (MICHELIN, 2010).

Reativar a paisagem cultural consiste em revelar novamente estas relações, com o espaço, com a arquitetura e com história, que se perderam no processo de desenvolvimento da paisagem e da sociedade. São justamente estas dimensões ocultas do presente e do passado que constituem as potencialidades destas áreas, há tempos despercebidas e que podem ser evocadas através do projeto num processo que transcende à uma leitura superficial.

Após entrarem em declínio e serem abandonados, muitos dos conjuntos ferroviários presentes no meio urbano foram demolidos ou desconfigurados para dar espaço à novas intervenções. No entanto, esta situação vem tomando novos rumos, com uma maior sensibilização acerca de sua preservação e, conseqüentemente, realização de projetos de reabilitação. Os edifícios ferroviários apresentam versatilidade e possibilidade de reaproveitamento para usos dos mais variados, desde que a escolha da nova função seja compatível com suas características espaciais e estruturais. Ademais, por apresentarem ao redor algumas reservas de terreno, possibilitam a elaboração de projetos de renovação urbana. (KÜHL, 1998).

Diante da situação de fragilidade da preservação dos conjuntos ferroviários na atualidade e partindo do pressuposto de que o patrimônio construído consiste num dos poucos elementos que permitem estabelecer relações de conexão com o passado, de que o patrimônio é fundamental para garantir o sentimento de pertencimento, a perpetuação da memória e a identidade da população com sua história, o objetivo geral do presente trabalho¹ foi elaborar uma proposta de projeto que contemplasse a requalificação e reativação da paisagem cultural do antigo conjunto ferroviário da E.F.S. de Avaré, bem como a restauração da Estação Ferroviária antiga.

A metodologia adotada desenvolveu-se em sete etapas: 1) contato com referencial teórico sobre o tema, contato com documentos e fotografias sobre a E.F.S. em Avaré; 2) análise da área de intervenção, através da leitura do entorno imediato, correspondente à um raio de **500 m**, definido a partir do ponto central do perímetro de tombamento, com a elaboração de mapas de uso do solo, mobilidade, arborização urbana, topografia, vitalidade urbana, análises da arquitetura das edificações componentes do conjunto, a fim de compreender as configurações da paisagem; 3) aplicação de questionário online, com o intuito de levantar as expectativas da população quanto à área de projeto; 4) estudo de obras arquitetônicas de referência; 5) análise dos levantamentos das etapas anteriores; 6) definição das diretrizes de projeto, dos novos usos, do plano de massas e do programa de necessidades; 7) representação em

¹ Trabalho de cunho acadêmico fruto de desdobramentos do Trabalho Final de Graduação desenvolvido para obtenção do título de Bacharel no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" de Bauru.

diagramas, desenhos técnicos, modelagem em 3D e imagens para ilustração da proposta projetual final.

O patrimônio ferroviário avareense foi aos poucos abandonado e descaracterizado, formando uma paisagem que se encontra desconexa do contexto urbano atual. Poucas são as diretrizes atuais do Plano Diretor para garantir sua preservação efetiva. Mesmo assim, o conjunto mantém-se com grande parte de seus edifícios presentes na malha urbana, principalmente devido ao fato de que as residências ferroviárias continuam a funcionar para o uso para o qual foram concebidas. Já a Estação, por outro lado, está em pior estado de conservação, com uma série de patologias, infiltrações e problemas estruturais. Sua arquitetura foi bastante modificada ao longo do tempo, em especial devido à ocupação ilegal por invasores em suas instalações, o que, recentemente, tornou-se crime federal. Além disso, a edificação foi há pouco tempo integrada legalmente ao patrimônio municipal.

Por ser um dos mais significativos exemplares do patrimônio arquitetônico e histórico do município e por seus valiosos valores histórico, simbólico, social, identitário e cultural, o local foi tombado enquanto conjunto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, pela Resolução SC 23, de 15 de março de 2016; decisão que proporciona um maior ordenamento sobre as futuras modificações pelas quais o espaço está sujeito, como a definição do perímetro da área envoltória e a restrição de gabarito.

O projeto volta-se à retomada da importância da ferrovia para o desenvolvimento de Avaré, porém reinterpretada à um novo contexto – o contemporâneo. O partido foi a articulação e a conexão entre antigo e novo, entre diferentes escalas, entre térreo e subsolo, entre espaço aberto e fechado, entre passado e presente, para conformar a unidade com o objetivo de proporcionar a reativação da paisagem cultural do antigo conjunto ferroviário de Avaré.

Como tipologias ferroviárias encontram-se dispostas à uma certa distância umas das outras ao longo da Avenida Major Rangel, propõe-se a elaboração de um museu aberto, ou seja, a recuperação da memória ocorreria também na escala do entorno, através de um sistema articulado de espaços públicos que conformariam um corredor destinado à ligação dos equipamentos existentes com as novas intervenções nas edificações, o patrimônio ferroviário e conectando com o curso d'água e culminando no Horto Florestal, importante parque da cidade (figura 2).

Propõe-se um museu na Estação voltado para a recuperação da memória e da história ferroviária na cidade, a ser restaurado de acordo com as diretrizes definidas por Boito (2003) e Brandi (2004), isto é, haveria a adoção de materiais de fácil remoção, contemporâneos e facilmente distinguíveis. O monumento teria uma ampliação em sua empena lateral, a fim de ter uma área compatível para abrigar o complexo programa que um museu necessita.

Para complementar o museu, pensou-se em praça subterrânea que dá acesso às novas edificações, também subterrâneas, que abrigam a continuação do museu, a biblioteca e a área de convivência e apoio. A maioria das novas edificações seriam subterrâneas para preservar ao máximo a originalidade da paisagem cultural do local e por tratar-se de uma área inserida no perímetro de tombamento que apresentava restrições de gabarito.

A única edificação que estaria acima do nível da rua, além da Estação, seria o Centro de Ensino, e seu uso estaria relacionado com a educação patrimonial, atividade com a sociedade prevista para acontecer segundo o Plano Diretor de Avaré (AVARÉ, 2016).

Seu gabarito é semelhante ao do Fórum localizado nas proximidades e inferior aos doze metros limites determinados pelo CONDEPHAAT. A Praça Engenheiro Miller seria incorporada ao projeto através de incorporação de feiras e de uma nova área de alimentação no espaço.

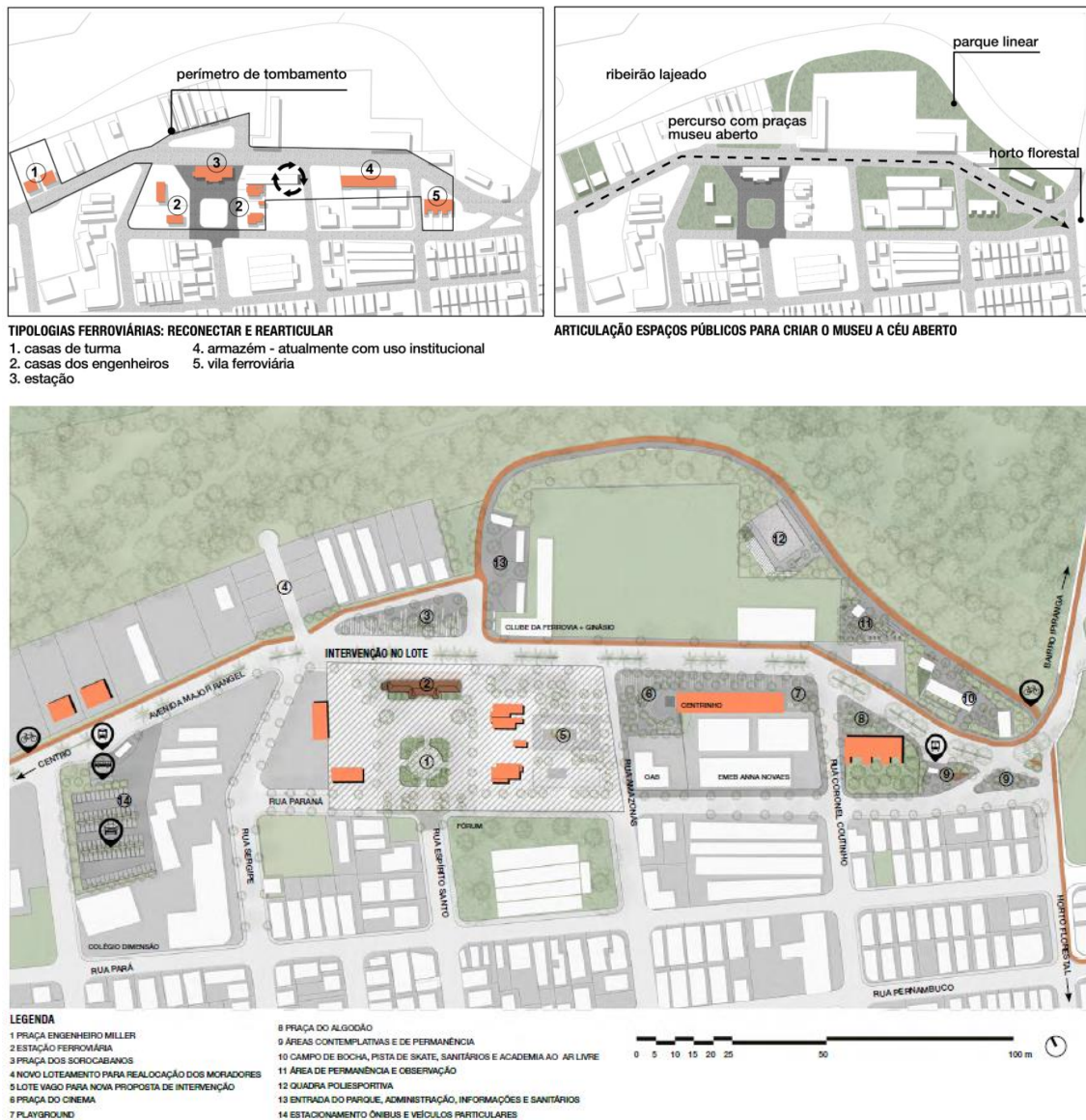


Figura 2 - Proposta de intervenção para o entorno. Fonte: Elaborado pela autora.

Houve a proposição de uma nova plataforma e de uma nova cobertura metálica, com o intuito de retomar estes elementos que existiam originalmente, mas que acabaram demolidos ao longo do tempo, incorporados de acordo com os usos de estar, criar visuais do projeto, caminhar, conectar, e, no caso da cobertura, de proteger contra raios solares. Seriam novos elementos marcantes na paisagem que remetem à implantação da ferrovia, porém reinterpretados ao contexto contemporâneo (figura 3).

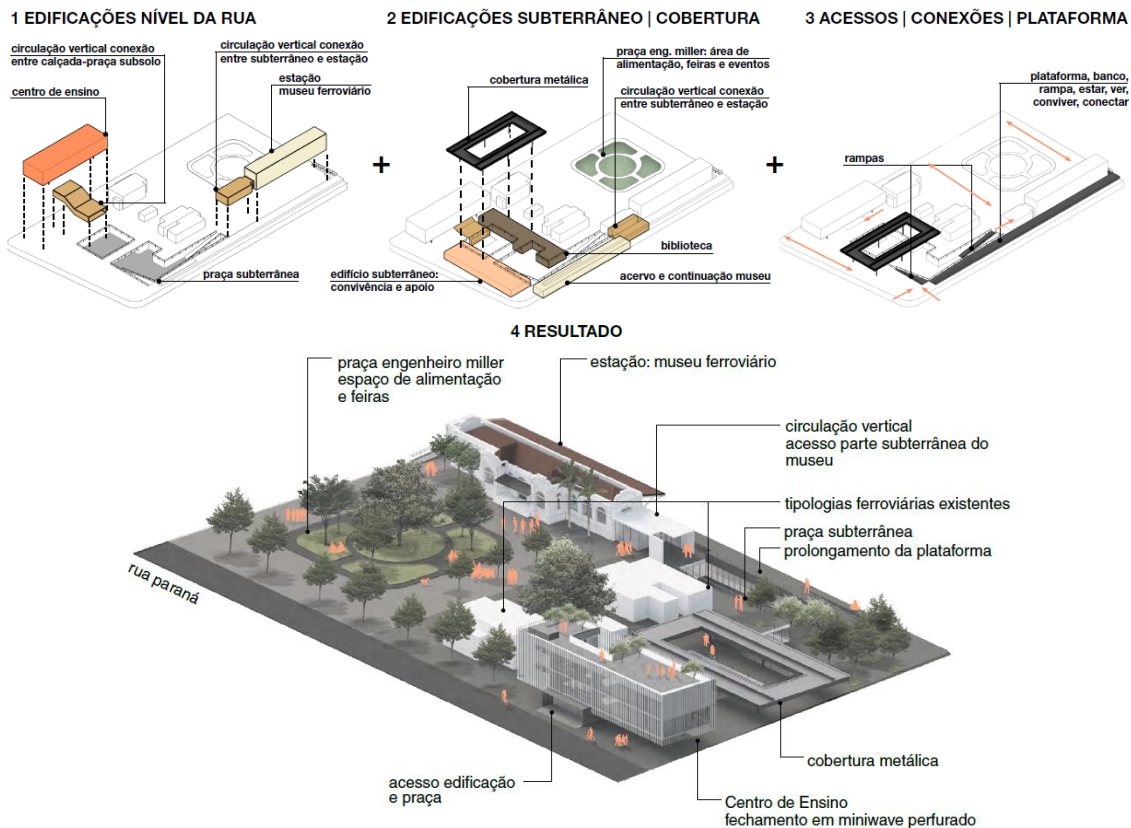


Figura 3 - Proposta de novos espaços para o lote. Fonte: Elaborado pela autora.

A leitura dos diferentes elementos componentes da paisagem cultural da área compreendida pelo antigo conjunto ferroviário, com a investigação das diferentes camadas de tempo sobrepostas, demonstrou inúmeras potencialidades que culminaram em diretrizes de projeto, as quais possibilitam reinserir o local de forma harmônica na realidade urbana de Avaré, trazendo à tona novamente toda a importância histórica e cultural da ferrovia. Revelou-se mais um viés pelo qual a cidade poderia explorar, enquanto escala urbana e regional, isto é, o de proteção e valorização do patrimônio, em detrimento do fomento quase que exclusivo ao agronegócio e ao ecoturismo existente atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio ferroviário, antigo conjunto ferroviário de Avaré, reativação da paisagem cultural

REFERÊNCIAS

AVARÉ. Lei 213, de 29 de março de 2016. **Dispõe sobre revisão do Plano Diretor da Estância Turística de Avaré e adota outras providências.** Avaré, 2016.

BEM, S. F. de. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP. São Paulo, 1998. 419 p.

BOCCI, F. M. B.; BOCCI, P. **Subsídios para a História de Avaré 1885-1940.** s/l.: Álvaro Abugamara, 1983.

BOITO, C. **Os restauradores.** Trad. Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da restauração.** Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CAVALARI, K. A.; FERREIRA, D. B.; MAZZINI, J. C.; BARBOSA, P. D.; OLENDER, M. E.; OLENDER, M. F. **O patrimônio ferroviário na constituição da identidade cultural nas paisagens de Minas Gerais**. ICOMOS Brasil. Simpósio Científico, Maio de 2017.

KÜHL, Beatriz M. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação**. São Paulo, Ateliê Editorial, 1998.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 1990.

MICHELIN, Guilherme Antônio. **O Reconhecimento de uma paisagem cultural: Fazenda Lageado – Botucatu/SP**. Campinas, SP: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado - UNICAMP, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

SILVA JÚNIOR, G. T. da. **Avaré em memória viva**. Editora Gril, 2010.

SOUZA, J. M. de. **Tipologias arquitetônicas nas estações da Estrada de Ferro Sorocabana**. Dissertação (Mestrado) - FAU-USP. São Paulo, 2015. 192 p.

STEFANI, C. R. B. **O Sistema Ferroviário Paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2007. 304 p.

Rede PHI: a Plataforma de Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano

PHI Network: the Ibero-American Historical and Cultural Heritage Platform

SILVA, Valentina de Farias Betemps da (1); OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de (2)

(1) Graduanda, UFPEL, valentinabetemps@hotmail.com;

(2) Professora Doutora, UFPEL, luconstoli@gmail.com;

RESUMO EXPANDIDO

O contexto atual de mudanças aceleradas e profundas possui um acúmulo de termos para tentar defini-lo: pós-modernidade, globalização, sociedade pós-industrial, sociedade de redes, pós-colonialismo, entre outros (ORTIZ, 2002). Dentro deste mundo, a internacionalização de padrões é há muito uma realidade. Já muito antes dessa ideia de abrangência mundial, a colonização e a transculturação enterraram muito das culturas colonizadas, e também influenciaram as colonizadoras. Como bem disse Renato Ortiz: “Sob o manto de racionalização, ocultavam-se os interesses de dominação e poder” (ORTIZ, 2002, p.23). E, desde então, a imposição de culturas e suas soluções são lançadas sobre determinadas outras, onde certos padrões tidos como bem-sucedidos e avançados são exportados para o mundo. Porém, rapidamente é notável suas incapacidades de adaptação e funcionamento, jogados de um outro contexto social e cultural em um local completamente diferente daquele de sua concepção, como ressalta Gutierrez:

Os valores da arquitetura americana foram sistematicamente negados. [...] A cidade integrada foi dando lugar à cidade liberal, individualista, onde cada obra competia com a adjacente na fachada e na escala, e o essencial era diferenciar-se. A cidade ganhava prestígio pelas obras isoladas e não pela harmonia do conjunto. (GUTIERREZ, Ramón, 1989, p.64)

Num princípio, esse intercâmbio cultural teve resistência. Depois foi aceitado e, de modo gradativo, muito do que é exportado dessas culturas estrangeiras passou a ser cegamente absorvido. A inércia leva a consumir do mercado global, e o que era “estrangeiro” passou a fazer parte do cotidiano (ORTIZ, 2002). Essa modernidade transculturada, que mescla as referências, as locais antigas e as externas novas, é o que possibilita que o patrimônio surja e ganhe destaque, pois é apenas quando se começa a substituir as referências locais, de modo sistemático, que irrompe a necessidade de preservar a tradição local (CASTRIOTA, 2009). Somente diante dessa modernidade e da relação temporal criada por ela que as referências culturais saltam aos olhos, não se permitindo cair no esquecimento.

A partir disso, a necessidade de criação de políticas e instrumentos capazes de responder à esta demanda, com um conceito cada vez mais amplo e repleto de particularidades, se faz contumaz. Sem cair na cilada de criar uma onda de fragmentadas ações comercializando a cultura (MEIRA, 2002) que chegam a se tornar verdadeiras indústrias de patrimônio (HARVEY, 1993) onde, a ideia real de patrimônio passa a ganhar corpo na forma de ações públicas e institucionais, como na criação de leis e diretrizes de preservação de zonas históricas.

O presente trabalho vem então para apresentar como a Plataforma da Rede de Patrimônio Histórico Ibero-americano é um grande instrumento de preservação de bens histórico-culturais, zelando e difundindo o patrimônio através de seu modo de exposição e divulgação online de uma série de projetos e estudos relacionados à temática. O projeto da Rede Internacional PHI trata do patrimônio histórico e cultural ibero-americano, e tem sido desenvolvido desde o ano de 2010 como resultado do acordo multilateral de oito universidades ibero-americanas e europeias. Pensando nos desafios da sociedade moderna, a Rede tem por objetivo colaborar positivamente para o desenvolvimento harmonioso e sustentável das comunidades, como expressa em seu Acordo Multilateral já no primeiro parágrafo dos objetivos

As universidades signatárias e especialmente suas faculdades e escolas de arquitetura pretendem lançar com este Acordo Multilateral uma Rede Piloto de âmbito ibero-americano que aborda o desenvolvimento e aprimoramento de um sistema inovador de informação transmedia, em escala global, com base no potencial, capacidades e recursos humanos de uma rede universitária de faculdades especializadas em patrimônio. Pretende-se ser uma plataforma útil, aberta à sociedade interessada e segmentada de acordo com as várias demandas previsíveis sobre as características e status dos bens culturais hoje identificados como Patrimônio Histórico-Cultural. (REDE PHI, 2010, p.2)

A Rede PHI constitui um compromisso decisivo com o uso de referências e sinais culturais ibero-americanos em um mundo em constante mudança, no qual os problemas não são apenas de abrangência material. As línguas românicas são faladas hoje em mais de 60 países, sendo o espanhol a segunda língua materna no mundo e o português a sexta maior em quantidade de países que a utilizam. Sem considerar outras questões, a capacidade dos países ibero-americanos de gerar projetos culturais de centralidade dependerá apenas do futuro de um real desejo de colaboração, como ressalta a Carta Cultural Ibero-americana ao falar das características culturais da Ibero-América

[...] a Ibero-América se manifesta como um grande sistema, no qual aparecem elementos únicos e excepcionais, e que é possuidora de um patrimônio cultural comum e diverso, que é indispensável promover e proteger. Reconhecendo que a cultura ibero-americana é diversa, plural, universalmente difundida e que representa uma singular expressão dos povos e está dotada de grande riqueza cultural, da qual se destacam como manifestações mais significativas as línguas e suas transformações, produto de uma multiplicidade de contribuições interculturais. (CARTA CULTURAL IBEROAMERICANA, 2006, p. 6)

Aspectos como a melhoria do transporte internacional de viajantes ou o desenvolvimento e crescimento da comunicação, nos permitirão um maior aproveitamento e legibilidade do patrimônio cultural em espanhol e em português, bem como observa Ortiz “A revolução tecnológica (computadores, internet, satélites, fibra ótica, etc.) permite uma circulação planetária dos bens culturais numa escala inteiramente nova” (ORTIZ, 2002, p.12).

Promover o desenvolvimento inteligente, sustentável e integrado das comunidades culturais que se expressam nestas duas línguas é um desafio que a rede busca enfrentar. Nesta empresa a dimensão patrimonial é, se não mais, uma das mais

importantes. Portanto, é nesta área do patrimônio cultural que tem se proposto operar a Rede PHI, na valorização do patrimônio dos países de origem latina (REDE PHI, 2019).

Contempla nove universidades brasileiras, sendo a UFPEL uma das cinco precursoras no Brasil devido ao seu reconhecido trabalho com a preservação do patrimônio; juntamente com universidades da Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, Guatemala, México, Peru, Portugal e Uruguai. A Rede PHI criou uma plataforma de compartilhamento, na mesma os diversos países expõem seus trabalhos e teses, gerando intercâmbio de informação sobre o patrimônio característico de cada local.

Não apenas os trabalhos compartilhados pela UFPEL, mas todos os trabalhos da Rede, seguem um roteiro de preenchimento. Este Roteiro de Publicação serve para orientar todos os autores na organização dos dados de seus trabalhos. Cada trabalho, ao ser lançado na plataforma, é dividido em Ficha, Diagnósticos e Propostas; acompanhados de uma série de subcategorias e imagens escolhidas pelo autor. Num total, são cerca de 80 itens, descritivos e de múltipla escolha, a serem discriminados para proporcionar uma máxima compreensão do trabalho. Além disso, apenas trabalhos de alto conceito de aprovação são aceitos para exposição na plataforma.

A diversidade de terminologias e tipologias construtivas entre regiões de um país já se mostra bem grande, entre países se apresenta imensa, entretanto, muitas semelhanças são encontradas. Para auxiliar no entendimento e disseminação dos trabalhos intercambiados as universidades membros da Rede pretendem criar um Tesaurus, um dicionário de termos utilizados na linguagem oral/ escrita de cada região em cada país (REDE PHI, 2014). Nesse sentido, busca se tornar de amplo conhecimento entre estas nações as variações de seus patrimônios de mesma origem, a que se devem suas diferenças e o que se deseja para eles no futuro.

Os trabalhos da UFPEL lançados na plataforma seguem várias temáticas, desde projetos de intervenções em edificações históricas de diversas tipologias até dossiês de diretrizes urbanas de preservação, pois como observa Jeudy

[...] que toda interrogação atual acerca do sentido do patrimônio não se inscreve na perspectiva exclusiva da monumentalidade. Ao contrário, ela busca uma nova via para traduzir uma valorização das memórias coletivas(...). Havia castelos, igrejas, obras de arte...e, doravante há também prédios industriais, fundições, cortumes, cafés e uma quantidade infinita de objetos artesanais, industriais e agrícolas. E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vem completar as novas representações do patrimônio. (JEUDY, Henry-Pierre, 1990, p.7)

A maioria são trabalhos finais de graduação, sendo que alguns são projetos de extensão organizados para responder demandas de concursos e requisitados por administrações municipais da região do distrito geográfico e educacional da UFPEL (São Lourenço, Jaguarão, entre outros). O trabalho da universidade com o patrimônio é de longa data de grande estima, tendo resultado na regularização de diversos sítios históricos urbanos e, assim, levantado justificativa para a criação das Leis 11.499 (2000) e 3.677 (2016). A primeira declara áreas históricas da cidade de Pelotas como integrante do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul; já a segunda, institui o inventário do patrimônio cultural arquitetônico do município de São Lourenço do Sul.

Só na Universidade Federal de Pelotas, desde 2014, foram publicados 13 trabalhos sobre estudos de caso ou intervenções associadas à revitalização de patrimônios. Destes 13 trabalhos, 9 projetaram intervenções arquitetônicas em prédios históricos, 2

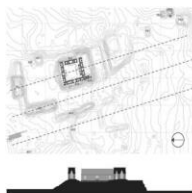
trataram de escala urbana e 1 tratou de paisagismo. Também destes 13 trabalhos, 12 foram sobre locais do Rio Grande do Sul e apenas 1 sobre um patrimônio de outro estado. Tais dados trazem uma amostra da diversidade e versatilidade de material que se pode encontrar em cada polo da Rede, dando uma ideia da escala alcançada pela Plataforma que conta com mais 8 países e suas muitas universidades.

Reconhecida por instituições internacionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Instituto Ibero-americano de Patrimônio Natural e Cultural, Organização das Cidades do Patrimônio Mundial, Organização Latino-americana e do Caribe de Centros Históricos, Rede Ibero-americana de Investigação do Urbanismo Colonial; e por outras diversas instituições nacionais como Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN- BR), Centro Internacional para Conservação do Patrimônio (CICOP- Argentina), Associação Espanhola para a Gestão do Patrimônio, entre outras (REDE PHI, 2019).

Por fim, resta dizer que o projeto de extensão da UFPEL com a Plataforma de Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano conduz a seguir na busca pelo equilíbrio entre a modernidade e o patrimônio em sua peculiar relação, construindo ou reforçando a identidade latina e projetando um futuro de coexistência entre estes dois pontos como dito por Gutierrez “A refuncionalização, a reabilitação, a reciclagem, são intervenções que reafirmam a continuidade do tempo, assegurando uma mudança sem ruptura e utilizando o ambiente como ferramenta operativa de apoio à memória coletiva” (GUTIERREZ, 1989, p.73).



Explora el Patrimonio



Usuario PHI

Usuario

Contraseña

Enviar

¿Olvidó su contraseña? | ¿Aún no es miembro de PHI?

Figura 1 - Face de entrada da Plataforma PHI. À direita, fica o acesso com login de cada coordenador local, onde é possível postar os trabalhos. À esquerda, ficam as principais abas de consulta onde é possível ter acesso livre a todo o material postado. Fonte: Plataforma Rede PHI. Disponível em: <<https://phi.aq.upm.es/static/index.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

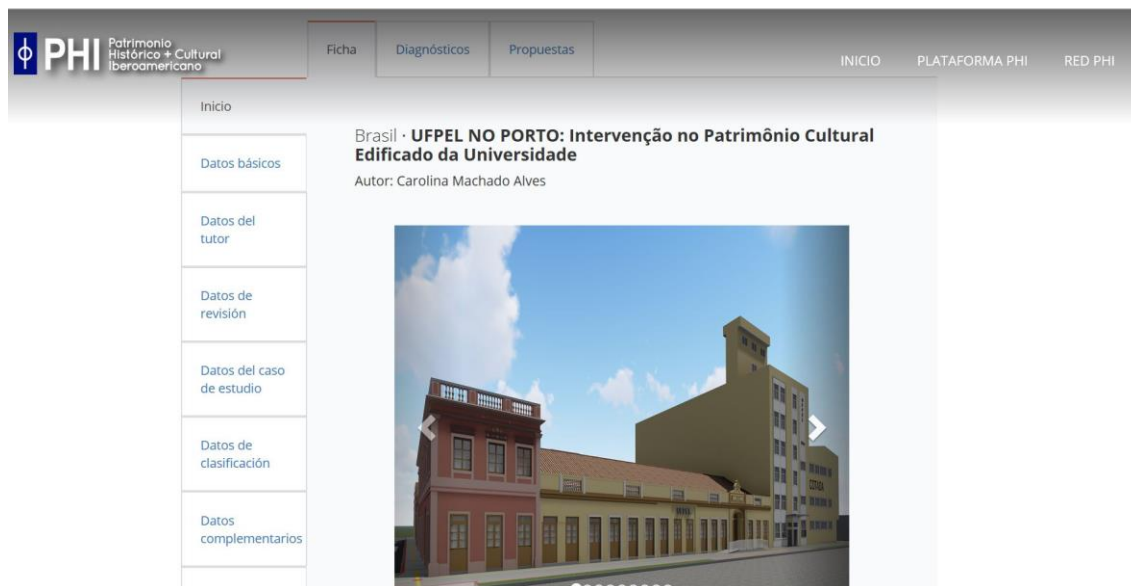


Figura 2 - Face de um trabalho da UFPEL compartilhado na Plataforma PHI.
Fonte: Plataforma Rede PHI. Disponível em: <<https://phi.aq.upm.es/static/visor.html?id=644>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

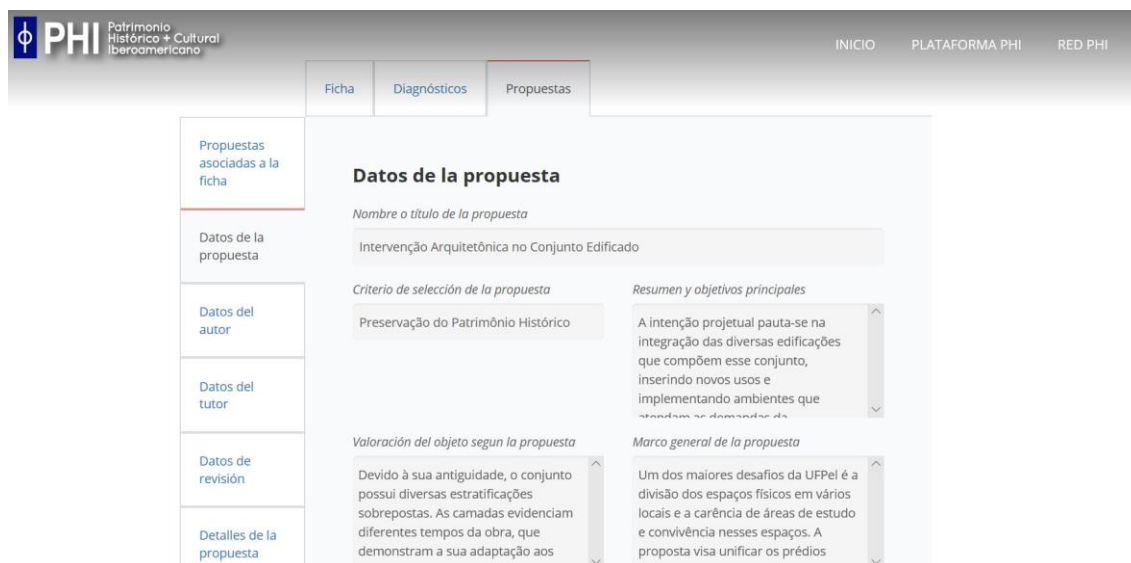


Figura 3 - Aba de Propostas de um trabalho da UFPEL lançado na Plataforma PHI, com vista para as abas principais de Ficha e Diagnósticos e para as secundárias que categorizam os campos de respostas. Fonte: Plataforma Rede PHI. Disponível em: <<https://phi.aq.upm.es/static/visor.html?id=644>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, preservação, instrumento, ibero-americana.

REFERÊNCIAS

CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA da XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Montevideu: nov. 2006. 20pp. Disponível em: <http://culturasiberoamericanas.org/carta_cultural.php>. Acesso em: 02 ago. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

GUTIERREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-americana – textos para reflexão e polêmica**. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Patrimônio cultural e globalização. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor. **Cidade e memória na globalização**: Livro do Seminário Mercocidades. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. p.119-128.

ORTIZ, Renato. Globalização, modernidade e cultura. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor. **Cidade e memória na globalização**: Livro do Seminário Mercocidades. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. p.11- 24.

REDE PHI. **Acordo Multilateral para criação de uma Rede Piloto sobre Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano**. Promoção da Universidade Politécnica de Madri, 2010.

REDE PHI. Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano: Projeto PHI. Rede PHI, 2019. Disponível em: <<https://phi.aq.upm.es/static/index.html>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Restauração de pisos em patrimônio do Século XX – Edifício da Antiga Delegacia Fiscal em Goiânia/GO

*Restoration of floors in modern architecture - Former Tax Office Building in
Goiânia / GO*

CORRÊA, Wanessa (1); MENDONÇA, Dafne M. de (2); PAIVA, Salma Saddi W. de (3);
SANTANA, Beatriz O. de (4)

(1) Mestre em Geotecnia, Estruturas e Construção Civil, Universidade Paulista-UNIP,
wanessa.correa@docente.unip.br ;

(2) Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional-Iphan-GO, dafne.mendonca@iphan.gov.br ;

(3) Historiadora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan-GO,
salma.saddi@iphan.gov.br ;

(4) Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional-Iphan-GO, beatriz.santana@iphan.gov.br .

RESUMO EXPANDIDO

A restauração do patrimônio do século XX, perpassa o entendimento das técnicas construtivas, que transitam entre a intenção de incorporar processos industriais com novos materiais, e o emprego de técnicas mistas, cujos métodos de produção ainda são manuais, ora por restrições técnicas construtivas, ora por falta de mão de obra qualificada.

Neste cenário, de busca pelo entendimento e caracterização do patrimônio edificado em Goiânia/GO, construído nas décadas de 30, 40 e começo da década de 50, foi iniciada a Restauração do Edifício da Antiga Delegacia Fiscal, buscando restabelecer suas características e adaptar o edifício para abrigar a nova sede do IPHAN em Goiás. O fato de se tratar de uma arquitetura com poucos elementos artísticos, mas reunir técnicas e processos construtivos novos e representativos para a época, reforça a importância de cada detalhe existente, ou remanescente encontrado.

Assim, dentre as várias características do edifício que foram identificadas durante o processo de intervenção, este artigo apresenta as etapas de restauração de piso em granitina, e pisos em taco de madeira cujos vestígios foram encontrados, abordando também as metodologias investigativas empregadas. Dentre essas, a pesquisa iconográfica, somada aos dados obtidos pelas prospecções arquitetônicas, trouxeram informações que pautaram os critérios de intervenção no bem.

No final do século XIX, o azulejo começou a ser fabricado no Brasil. Existe referência de azulejos de boa qualidade produzidos em Niterói por Antônio Survílio & Cia, que teriam sido expostos na I Exposição Nacional, em 1861. No Rio de Janeiro dois fabricantes, José Botelho de Araújo e Rougeot-Ainé, participaram da II Exposição Nacional realizada em 1866. Existem registros de trabalhos de faianças, ladrilhos e de outros produtos cerâmicos nas exposições 1873, 1875 e na Exposição da Indústria Nacional de 1881 (RELÍQUIA, 2001).

No revestimento de pisos de edifícios construídos na primeira metade do século XX observa-se que é progressivamente abandonado, ao longo dos anos, as técnicas de ladrilho hidráulico¹ e tabuado corrido, utilizados no século XIX. No lugar, são empregados os revestimentos em placas cerâmicas, granitina e tacos de madeira. Estes últimos apresentam composições geométricas complexas, formando desenhos e composições para definir os cômodos. Já os pisos cerâmicos adquirem padrões lisos em pastilhas e azulejos², havendo diferenciação para as cerâmicas internas e externas, conforme se observam nas propagandas de produtos veiculados em revistas do período.

Mas a produção regular de azulejos no Brasil só iria ocorrer no início do século XX, inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois em outros estados. Uma das pioneiras foi a Fábrica Santa Catarina, de Romeu Ranzine, instalada em São Paulo em 1912. Em 1919 apareceu no Rio de Janeiro a Manufatura Nacional de Porcelana, produzindo inicialmente louça doméstica e isoladores elétricos de porcelana, passando a fabricar azulejos em linha depois de 1931, quando foi comprada pelo Grupo Klabin. Novas indústrias surgiram no correr do século, com destaque para as fábricas Matarazzo, Schmidt, Mauá, Incepa, Iasa e Steateta (MORAIS, 1988).

No primeiro terço do século XX, foi iniciado e difundido o movimento neocolonial, o qual buscava valorizar as expressões regionais e da tradição da arquitetura brasileira. Nesse sentido, as visitas de Le Corbusier ao Brasil, em 1929 e 1936, foram importantes, pois ele estimulou os arquitetos modernistas brasileiros a utilizarem os materiais locais e tradicionais, tais como o azulejo. Nesse período de renovação da arquitetura brasileira, iniciada na década de 1930, estendendo-se até 1960, foi retomado o uso de azulejo de fachada. Arquitetos como, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy e Francisco Bolonha, requisitavam a colaboração de artistas plásticos para a produção de painéis de azulejos nas suas obras (MORAIS, 1988). Portinari, primeiramente, e, depois, “vários outros artistas brasileiros como Burle Marx, Djanira, Poty, Carybé, Udo Knof, Antônio Maluf e Athos Bulcão, entre outros, trabalharam no campo da azulejaria integrada à arquitetura” (WANDERLEY, 2006, p. 61).

Em Goiânia, as edificações e monumentos, construídos entre as décadas de 1930 e 1950, tem em seu repertório a presença de pisos em granitina, tacos em madeira e cerâmicas lisas (para interior e exterior). Dentre esses edifícios, estão os bens tombados em conjunto pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo todos com função institucional para a implantação da nova capital do Estado, destinados ao uso federal e estadual. O tombamento ocorreu em 2003, através da Portaria nº 507/03, incluindo 21 bens imóveis e o traçado urbano do Setor Central e parte do Setor Campinas. Em menor proporção, em algumas áreas dos bens observa-se que foram usados mármores, como é o caso das escadarias internas da Escola Técnica (atual Instituto Federal de Educação de Goiás) e antiga Estação Ferroviária.

O piso em granitina³, nas imagens da revista Acrópole do período, comparece como um piso bastante usual, especialmente em edifícios públicos, cinemas, áreas de saguões

¹ Este Ladrilho hidráulico do Século XIX, é bem diferente dos produtos sob o mesmo nome que são comercializados atualmente no mercado, diferindo tanto pelas matérias primas, como pelas técnicas de produção.

² Neste período é também comum azulejos que mimetizam o período colonial (comum no neocolonial) e com motivos florais e rosáceas em tons pastel, mas o destaque é dado para o aparecimento no período das soluções lisas e com recortes geométricos, como nas pastilhas.

³ O Granitina, granilite ou marmorite é um revestimento em concreto (comumente utilizando o cimento branco), que pode ser pigmentado, geralmente monolítico, no qual os agregados mais

etc. Nos bens tombados em Goiânia há vestígios ou ainda remanescentes dos mesmos nas escadarias externas de acesso ao edifício (caso da Antiga Delegacia Fiscal e antigo Tribunal Eleitoral⁴, e do Coreto e Torre do Relógio na Avenida Goiás), e em áreas internas, especialmente nas circulações e halls de acesso da Secretaria Geral⁵, Fórum e Tribunal de Justiça⁶, Colégio Liceu de Goiânia e Escola Técnica (em parapeitos de esquadrias, escadas, soleiras e em salas) (DOSSIÊ, 2010). A granitina nestes bens em Goiânia apresentam duas fases:

- **TIPO 1:** Na primeira fase a granitina é bastante pigmentada em cores verde, vermelho e amarelo, com grânulos mais graúdos se comparados com outras composições, especialmente as mais recentes. Neste caso, há um interesse na composição de cores, formada por tabeiras e rodapés com cores contrastantes.
- **TIPO 2:** Em uma segunda fase, em que houve alteração de pisos de cômodos dos edifícios tombados, parte processo histórico do bem, a granitina comparece em cores mais claras e com grânulos mais miúdos e mais próximos do que se executa atualmente.

Para a primeira fase observa-se uma diferenciação quanto ao tipo de acabamento da superfície que é geral possui aspecto liso e polido, mas aparecendo nas áreas externas dos edifícios citados, em especial no acabamento dos peitoris de esquadrias, peitoris de balcões e rodapés caracterizado como uma granitina de tratamento poroso, conhecido como fulget. Este acabamento poroso, denominado de fulget, deixou de ser utilizado durante a segunda fase de execução de granitina, acima descrita.

Dentre os bens tombados está o edifício que abrigou a Delegacia Fiscal, apresentada na Figura 1, que passará a ser a nova sede do IPHAN-GO, Casa do Patrimônio. Na restauração da Antiga Delegacia Fiscal, foi possível a recuperação dos pisos internos do edifício, a partir das evidências e remanescentes físicos encontrados.

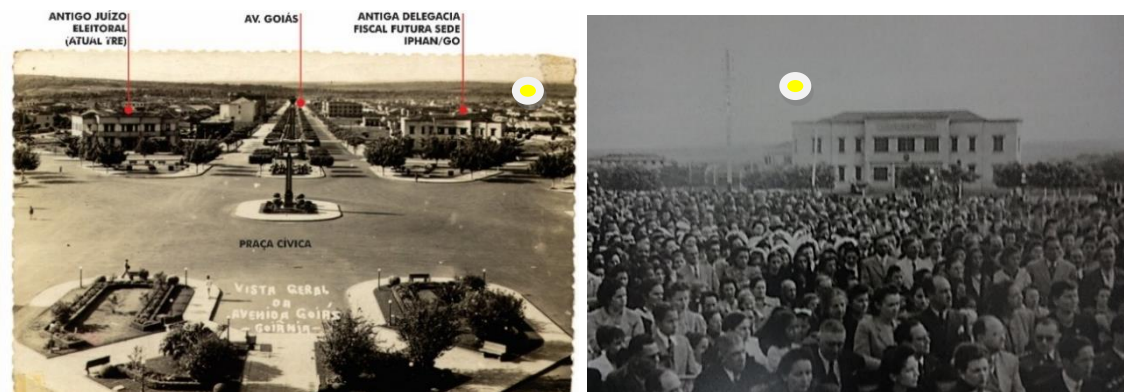


Figura 1 - Praça Cívica e o Conjunto de edifícios de uso público originários da fundação da cidade, localizados no Setor Central, tombados pela União, e fachada da Antiga Delegacia Fiscal – década de 40. Fonte: Acervo fotográfico IPHAN-GO.

utilizados são: o mármore e o granito, podendo ser utilizado também basalto, calcário e quartzo. Podem ser polidos ou terem as granilhas aparentes. (FRANCELINO, 2012; GUIMARÃES et al., 2007).

⁴ A antiga Delegacia Fiscal será a futura Sede do Iphan-GO, atualmente em obras, e o antigo Tribunal Eleitoral e o atual Tribunal Eleitoral de Justiça, ambos localizam-se na Av. 82, emoldurando a transição da Praça Cívica para a Av. Goiás, principal eixo do traçado.

⁵ Atual Centro Cultural Marieta Telles na Praça Cívica.

⁶ Atual Procuradoria Geral do Estado /PGE na Praça Cívica.

A obra, realizada em etapas, conta com a restauração do bloco tombado e construção de novo anexo para acomodar as funções do Instituto. Na fase de demolição, primeira etapa da recente obra de restauração da antiga Delegacia Fiscal, foram encontradas as evidências de tacos de madeira nos cômodos internos, como também de granitina, conforme apresentado na Figura 2.



Figura 2 - Prospecções arquitetônicas: o uso de piso em granitina (1, 2 e 3) e taco de madeira (4, 5 e 6). Fonte: Acervo fotográfico IPHAN-GO.

Foram encontradas evidências da primeira fase da granitina (TIPO 1) em rodapés da escadaria frontal externa e em soleiras internas no pavimento térreo, apresentadas nos quadros 1 e 2 da Figura 2, com cores mais vivas e grânulos mais graúdos. Estes remanescentes encontrados formavam pequenos trechos, já quebrados pelas intervenções que se sucederam. Na parte interna, com a remoção do piso e da mureta em alvenaria que compunha balcão do hall do acesso principal, foi revelado um trecho de aproximadamente 2 m², em formato oval, acompanhando o formato do balcão, apresentado no quadro 3 da Figura 2, de coloração mais clara e grânulos mais miúdos (TIPO 2). Este remanescente também apresentava cacos grandes em mármore, granito e ardósia, muito comum em áreas externas de residências em Goiânia, construídas entre as décadas de 1940 e 1950 e o único com tal característica encontrada nos bens tombados em Goiânia.

A estratégia do projeto foi pela restauração do piso em áreas específicas, cujas evidências encontradas proporcionassem o restauro. Os tacos de madeira em cômodos internos, cuja composição era possível vislumbrar com a demolição do piso, conforme quadros 4, 5 e 6 da Figura 2, foram recuperados no segundo pavimento, ilustrados nos quadros 5 e 6 da Figura 3. No hall de acesso ao edifício, considerou-se que a granitina com cacos de pedra também faz parte do processo histórico do bem, e dada a área de amostragem encontrada, foi possível a sua recuperação no restante do cômodo, buscando a analogia com as evidências encontradas (em cor, tipo, dimensão e textura). Na Figura 3 apresenta-se no quadro 1: o trecho original remanescente; no quadro 2: as amostras de granitina, executadas durante os testes para a recomposição; no quadro 3: o piso após a recomposição, sendo destacado o quadrante original remanescente; no quadro 4: o ambiente no qual foi feita a recomposição do piso em granitina com cacos de mármore e granito, sendo possível compreender a dimensão do ambiente e a composição visual com a reintegração do piso.



Figura 3 - (1) e (2) remanescente de piso em granitina com cacos, encontrados no saguão do edifício. (3) (4) (5) e (6) recomposição pisos em granitina com cacos e piso tablado de madeira, conforme paginações encontradas nas prospecções realizadas no edifício.

Fonte: Acervo fotográfico IPHAN-GO.

Destaca-se que a recuperação destes elementos contribui para a legibilidade do bem e a recuperação de um elemento fundamental em sua composição e processo histórico, enquanto patrimônio do século XX. Ademais, considerando a Antiga Delegacia Fiscal ter sido o primeiro bem, do conjunto tombado em Goiânia, a passar por intervenção com princípios restaurativos, tal intervenção tem sido base fundamental nas restaurações de outros edifícios de características similares. Base essa que traz elucidações, seja nas metodologias investigativas a serem adotadas, seja nos tipos de elementos a serem investigados, ou nos métodos adotados para consolidação da recuperação de características importantes, muitas vezes tratadas como meros elementos sem relevância, sendo substituídos ou descaracterizados, mutilando estes edifícios.

PALAVRAS-CHAVE: restauração, granitina, taco em madeira, Goiânia.

REFERÊNCIAS

FRANCELINO, P.R.O. **Subsídios para projeto e execução de revestimentos em granilite.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRANCELINO, P.R.O.; LIBÓRIO, J.B.L.; **Subsídios para projeto e execução de revestimentos em granilite.** In: Cadernos de Engenharia de Estruturas. V.13, n.61, p.63-73. Disponível em: <http://cadernos.set.eesc.usp.br/article/download/161/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

GUIMARÃES, A. T. C. RECENA, F. A. P. PEREIRA, F. M. **Produtos Portland.** In: Isaia, G. C. Materiais de Construção Civil e Princípios de Materiais. São Paulo: IBRACON, 2007. 2v.

IPHAN. **Goiânia art déco:** acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Instituto Casa Brasil de Cultura, *Goiânia*, 2010.

MANSO, C. F. A. **Uma concepção urbana, moderna e contemporânea** - um certo olhar. Edição do autor, Goiânia, 2001.

MONUMENTA. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

MORAIS, F. **Azulejaria Contemporânea no Brasil.** Editoração Publicações e Comunicações LTDA, *São Paulo*, 1988.

RELIQUIA. **O azulejo no Brasil.** In. O Azulejo. Jornal A Relíquia, edição nº 37. Julho de 2001. Disponível em: <http://www.areliquia.com.br/Artigos%20Anteriores/37azulej.htm>. Acesso em: 04 mar. 2010.

UNES, Wolney. **Identidade Art Déco de Goiânia.** Goiânia, Editora UFG, 2001.

WANDERLEY, I. M. **Azulejo na arquitetura brasileira: os painéis de Athos Bulcão.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Uma experiência de Especialização de Quadros Profissionais para qualificação de intervenções no patrimônio cultural tangível

An Experience of Specialization of Professional Staff for qualification of interventions in tangible cultural heritage

GALLO, Haroldo (1); TOGNON, Marcos (2)

(1) Professor Livre Docente, Instituto de Artes – UNICAMP, hgallo@unicamp.br ;

(2) Professor Livre Docente, IFCH – UNICAMP, tognon@unicamp.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo, preparado para o II Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural, tem por objeto uma experiência de ensino de pós-graduação com o objetivo da qualificação de quadros profissionais de nível superior para a intervenção em artefatos materiais de natureza artística e arquitetônica que compõem o patrimônio cultural.

Trata-se de um curso de especialização modalidade extensão universitária desenvolvido numa Universidade Pública, a UNICAMP, com título “*Intervenção, Restauro e Conservação: Artes Integradas e Arquitetura*” que expressa seu recorte. Uma de suas premissas básicas foi fornecer aos alunos um contato e convívio interdisciplinar, coerente com a natureza da área de preservação tendo, então, como público-alvo artistas, arquitetos, urbanistas, designers, restauradores, historiadores e profissionais de áreas afins. Foi seu objetivo desenvolver referencial conceitual amplo e aberto, privilegiando a visão de conjunto dessa área do conhecimento, encaminhando ou para pesquisas na dimensão do *strictu sensu*, ou para a qualificação profissional do efetivo exercício. Essas mesmas premissas de interdisciplinaridade e abrangência nortearam a composição do quadro docente do curso, mesclado entre professores da Universidade e profissionais atuantes a ela externos. Assim, pretendeu-se reunir numa só visão de conjunto as experiências daqueles que lidaram com todas as faces da questão patrimonial, nos organismos fiscalizadores, na intervenção profissional e na pesquisa da academia.

A formação de quadros especializados insere-se na problemática e na atualidade da questão da preservação cultural, especialmente em se considerando as constantes expansões da área preservacionista dos pontos de vista conceitual, geográfico e tipológico. Essa expansão da área também expande um nicho profissional para a preservação e o restauro em várias áreas correlatas do saber. A formação profissional de graduação, ainda que inclua esses conhecimentos e habilidades em seus currículos para algumas das profissões como a arquitetura, não trata em todas as modalidades desse saber (FARAH 2008). Quando o faz, não dispõe da carga didática, extensão de tempo e profundidade necessárias ao desenvolvimento de habilidades fundamentais, bem como do domínio dos instrumentais conceituais, metodológicos e tecnológicos necessários à habilitação para as intervenções na materialidade dos artefatos culturais, bem como da relação dessa com o intangível. A ampliação do conceito de monumento, fundante para a preservação, alterou significativamente os territórios e os limites disciplinares da área, percurso que já tem quase 30 anos desde as primeiras reflexões mais consistentes, em um quadro internacional (JOKILEHTO 1987).

A consequência de toda essa transformação e ampliação do conceito de monumento é que se tornou mais difícil manter territórios e divisas claras de intervenção entre a tutela arqueológica, monumental, a arquitetura e o urbanismo. Assim sendo, ao zelarmos para que não haja destruição da história, admitimos que novas funções tornem necessárias intervenções arquitetônicas, ampliações e novas construções. Ao mesmo tempo em que devemos tutelar o documento histórico na sua originalidade, devemos também respeitar o modo coerente de existência do contemporâneo, para atingir como fim último um resultado geral de alto conteúdo estético e de utilização, impregnando-se a vida de cultura. Para que esse objetivo venha a ser atingido, fica a necessidade de um projeto de intervenção de postura mais humilde ao se confrontar a exigência atual com a herança histórica, a fim de não danificar a peculiaridade dessa última. Esse projeto de intervenção e restauro deve também ser genuíno, não só pelo eterno compromisso de renovação criativa da arquitetura, mas também porque isso significa que ele deve fomentar uma contraposição dialética e rica de tensões entre o antigo e o contemporâneo. Sendo então compromisso da intervenção atual não só agregar novos valores à pré-existência, mas também estabelecer novos vínculos entre memória e a vida corrente, ela deve cuidar para que sejam reforçadas as relações de identidade, que assim estabelecerá, num contexto indissolúvel, um constante diálogo entre as inovações, as permanências e a autenticidade. (GALLO, 2006, p.96)

A pesquisa na academia, pela sua especificidade, normalmente leva a um “mergulho” em uma problemática recortada, enfoque de todo necessário para a conformação e sistematização de conhecimento, mas que não resulta necessariamente em visões globais abrangentes que permitam a formação de juízo crítico sobre o conjunto desse conhecimento patrimonial, ainda que, no universo da pesquisa, muitas vezes permitam a identificação e possíveis resgates de técnicas e de saberes e fazeres específicos. Também a especificidade da área da preservação tem confluído para um universo fechado pela sua história formativa e peculiaridades, com dificuldades de diálogo com outros interesses amplos do universo da cultura e com o conjunto da sociedade, em última instância, razão de ser da própria preservação. Ainda que essa estratégia formativa da especialização também se preste à equalização e revisão de conteúdos necessárias à etapa de *strictu sensu*, a ênfase preponderante assumida é aquela da qualificação para a participação na efetiva intervenção.

O curso assim proposto versa sobre questões de “*intervenção no patrimônio cultural*”, portanto inseridas no eixo temático de mesmo título no Evento. Isto porque envolve assuntos relacionados com a intervenção no patrimônio edificado e nos artefatos de natureza artística (restauração, conservação, manutenção, reutilização, consolidação, etc.), nas instâncias conceitual, metodológica e tecnológica, e na relação entre as dimensões tangíveis e intangíveis dos artefatos. Considera-se sempre como objetivo principal a preservação da autenticidade, material dos edifícios e dos artefatos artísticos para a sua efetiva salvaguarda, bem como a emulação para o registro e continuidade da imaterialidade. Nesse sentido, procuramos desenvolver habilidades projetuais não apenas com as novas abordagens e ferramentas advindas da era digital, como a Laser Scanning, Termografia e demais exames não destrutivos por imagem, mas também discutimos as relações necessárias entre campos do conhecimento muitas vezes estanques em suas temáticas ou abordagens: como exemplo, mobilizamos a História, a Técnica e o Desenho na compreensão alargada dos sistemas construtivos históricos

brasileiros, suas territorialidades, suas manufaturas, os processos de trabalho (TOGNON, 2018).

A ampliação ainda em curso da área da preservação, se tem o valor positivo de seu reconhecimento e acolhimento pela sociedade, tem também o negativo de expor os artefatos de valor cultural à inabilidade de profissionais nem sempre adequadamente capazes para as inevitáveis intervenções, o que tem ocasionado perdas irreparáveis à memória, identidade e ao pertencimento. Sem as intervenções conservativas e a atualização tecnológica, não se recolocam os artefatos no fluxo natural da vida e não se promovem sua apropriação e pertencimento, correndo-se o risco de perda de seus valores de originalidade e do esforço para uma preservação vazia, porque sem a apropriação dos bens pela comunidade que os detém.

No fluxo dessa demanda crescente é que o valor econômico se insurge com as ferramentas de marketing, distorcendo, com intervenções inadequadas, os “fundamentos de verdade” dos reais valores culturais e simbólicos dos artefatos e conjuntos, esvaziando seu conteúdo e transformando-os em objetos de alegorias, muito ao sabor do hiperconsumo e do turismo desenfreado. Torna-se inevitável discutir e instrumentalizar os estudantes para a formulação de propostas alternativas de intervenção como práticas de projeto que superem o “fachadismo” e a transformação de edifícios e artefatos culturais em objetos de consumo cenográfico. Mantendo-se a visão de excepcionalidade, é preciso atualizá-la para a dimensão do comum representativo e inserido nas novas dinâmicas de vida que se desenvolvem.

Para satisfazer a essas premissas expostas, a grade curricular do curso foi composta por disciplinas cujos conteúdos foram agrupados em blocos de 8 horas aula para que pudessem ser ministrados de uma só vez por professor de efetiva expertise no assunto. Assim sendo, uma mesma disciplina fica sob a responsabilidade de vários professores. A indispensável conexão entre esses blocos se faz tanto na dimensão conceitual quanto pela presença e participação das coordenações nesses vários módulos para formar o conjunto disciplinar. Todas as disciplinas são introduzidas e concluídas por avaliações pelas coordenações.

Assim sendo, o curso foi proposto com o seguinte objetivo geral: fornecer instrumental conceitual, metodológico e tecnológico para a intervenção, o restauro e a conservação em artefatos de natureza artística e arquitetônica; promover estudos e debates sobre a história e atualidade da questão da intervenção, preservação, conservação e restauro de bens que constituam patrimônio cultural nos contextos nacional e internacional, para artistas, arquitetos, urbanistas, designers, restauradores, historiadores e áreas afins. Com uma duração de 368 horas-aula e realizado em 24 meses, o curso foi composto por oito disciplinas, com ementas e conteúdos a seguir explicitados:



Figura 1 e 2 – Anotações de aula sobre técnica de tijolos de barro cozidos e Aula sobre estudo de caso de arqueologia. Maio e junho de 2019.

1 – Fundamentos do Patrimônio e Preservação - Teorias fundantes da área de preservação, conservação e restauro; recomendações internacionais; bases legais referenciais e conexão com outras áreas do conhecimento. Conteúdo: Patrimônio, Memória e Sociedade; Bases conceituais do patrimônio, conservação/restauro - documentos referenciais (cartas patrimoniais); Bases legais – legislação, normatização e fiscalização; Patrimônio e Interdisciplinaridade; Estudos de casos referenciais I;

2 – Patrimônio e História - Historicidade da questão; relações da história com a arte, a arquitetura, a arqueologia, a preservação e o restauro; a educação patrimonial. Conteúdo: História da Arte e Patrimônio; História da Arquitetura e Patrimônio; Arqueologia, Patrimônio e Restauro; Práticas de Educação Patrimonial; Visita técnica guiada I – Artes;

3 – Reconhecimento do artefato em Patrimônio e Restauro - Processos de identificação, registro, reconhecimento e diagnóstico dos artefatos; caracterização e identificação das patologias; orientação das ações de intervenção. Conteúdo: Pesquisa histórica e iconográfica no patrimônio e restauro; Levantamento métrico e fotográfico de bens patrimoniais; Relevo digital de artefatos; Estudos de casos referenciais II;

4 – Metodologia de Projetos no Patrimônio e Restauro - Processos metodológicos de definição e desenvolvimento de projetos de intervenção, conservação e restauração de artefatos de natureza patrimonial. Conteúdo: Conceituação Metodológica I; Conceituação Metodológica II; Conceituação Metodológica III; Conceituação Metodológica IV; Visita técnica guiada II – arquitetura;

5 – Tecnologia na Preservação e Restauro I - Técnicas de intervenção de conservação e restauro em artefatos artísticos de valor patrimonial, como artefatos em papel, manufatura pictórica em tela, em painel mural e em escultura. Conteúdo: Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte – papel; Técnicas de manufatura pictórica – Pintura de Tela; Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte– painel mural; Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte– escultura e artefatos; Estudos de casos referenciais III;

6 – Tecnologia na Preservação e Restauro II - Técnicas de intervenção de conservação e restauro em artefatos arquitetônicos. Conteúdo: Técnicas de intervenção de Conservação e restauro em arquitetura colonial brasileira; em arquitetura eclética brasileira; em arquitetura industrial; em arquitetura moderna; Visita técnica guiada III – Patrimônio e Restauro em áreas urbanas e paisagísticas;

7 – Desenvolvimento de Trabalho Aplicativo I - Monografia e projeto de conclusão de curso - Trabalho aplicativo de conclusão enquanto fundamentação e pesquisa monográfica em arte e artefatos artísticos ou no projeto para intervenções em artefatos de arquitetura. Conteúdo: Estudos de casos referenciais IV; Metodologia do Trabalho Científico – Artes e Arquitetura; Desenvolvimento e orientação de trabalho aplicado I – Pesquisa.

8 – Desenvolvimento de Trabalho Aplicativo II - Monografia de conclusão de curso - Trabalho aplicativo de conclusão de desenvolvimento e finalização. Conteúdo: Estudos de casos referenciais V; Desenvolvimento e orientação de trabalho aplicado II – Bancas de avaliação.

Entende-se finalmente que as ações para a formação adequada de quadros especializados na área do Patrimônio Cultural, como essa aqui relatada, contribuem para uma ação de preservação mais consistente, adequada e atualizada. Não podemos esquecer os problemas emergentes do século XIX para o contexto dos espaços edificados, como a sustentabilidade, postura exigida e necessária também nos sítios e centros históricos (DE VITA, 2012).

Essa formação foi proposta com uma estratégia diferenciadora, porque trata num só tempo de instrumentais específicos de intervenção e do juízo crítico sobre a globalidade da área da preservação, bem como aclara as interfaces e especificidades entre a tangibilidade e a intangibilidade do patrimônio. Insere-se, então, na esfera da Globalização que impacta a área preservacionista, porquanto amplia, nas diversas dimensões dos saberes e fazeres, a disponibilidade dos quadros profissionais melhor qualificados e atualizados do ponto de vista conceitual, metodológico e tecnológico, contribuindo, assim, para uma mais efetiva e consistente formação de memória e identidade.



Figura 3 – Turma em curso. Junho de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: formação para o patrimônio, especialização em restauro, conservação e restauro, práticas de formação profissional na área de Arquitetura

REFERÊNCIAS

DE VITA, M. et alii. **Città storica e sostenibilità**. Florença: Firenze University Press, 2012.

FARAH, A. P. Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para a preservação do patrimônio edificado. In revista **História**, São Paulo, n. 27, 2008, p. 31-47.

GALLO, H. Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação entre identidade e autenticidade. In: MORI, V.; SOUZA M. C. De; BASTOS, R. L.; GALLO, H. **Patrimônio Atualizando O Debate**. São Paulo: 9ª SR IPHAN, 2006. p. 92-116.

JOKILEHTO, J. Sull'insegnamento nel campo del restauro dei monumenti in vari paesi. In: **Restauro**, ano 16, n. 94, 1987, p. 99-104.

TOGNON, M. História, técnica e representação: as seções transversais murárias exemplares do patrimônio arquitetônico brasileiro. In **5º Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal – FIPA – 2018**. Anais. AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula Amoroso et alii (organizadora) – Brasília, DF: Iphan, 2018, p. 158-163.

**EIXO B:
PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE**



FAZENDA DA TAFONA, Cachoeira do Sul - RS, 18 nov 2016

M. Rosada

A comunidade São Gonçalo Beira Rio enquanto paradigma da identidade cultural cuiabana no século XXI - Interações entre questões paisagísticas, etnoarqueológicas e patrimoniais imateriais por intermédio da arquitetura

São Gonçalo Beira Rio community as the Cuiabá cultural identity paradigm in the 21st century - Interactions between, landscape, ethnoarchaeological and immaterial heritage issues through architecture

ANGHINONI, Lucas Gustavo (1)

(1) Graduando, FAU-USP, lucasanghinoni@usp.br

RESUMO EXPANDIDO

A cidade de Cuiabá, fundada em 1719, tem seu surgimento no mapa ocidental vinculado ao período de efervescência aurífera do Brasil colônia. Seu patrimônio cultural é amplamente relacionado ao contexto do século XVIII, inserindo-se em um momento de encontros culturais e adentramento territorial encabeçado pelas rotas tropeiras fluviais e seus respectivos pousos. No entanto, a capital mato-grossense apresenta hoje uma relação muito fragilizada da população com seus espaços urbanos e com as manifestações culturais de seu povo. Ao revés, o rio Cuiabá, sempre presente na memória cuiabana e em sua construção cultural, tornou-se um elemento urbano completamente esquecido. Em paralelo, a cidade encontra-se cada vez mais feudalizada, cercada por muralhas de condomínios salvaguardados sob o falso manto ideológico da “vida funcional intramuros”, rodeada por piscinas que mais se assemelham a lagos de uma cidade fictícia¹.

Momento igualmente marcante para a conformação da dinâmica espacial da cidade, a segunda metade do século XX assistiu ao crescimento populacional alcançar “taxas de até 18% ao ano” (CASTOR, 2013, p. 313). Programas de interiorização do país, a interligação rodoviária federal e o domínio do cerrado pela modernização da agricultura contribuíram para que fluxos migratórios injetassem grande contingente populacional externo à cultura cuiabana, desencadeando o cenário cultural atual de convivência entre locais e migrantes de diversas regiões do país, os famosos “paus rodados”.

Essa é uma condição que ajuda a compreender a real fragilidade de vários estratos da memória cuiabana diante do processo globalizatório, pois expressa de que forma pode se dar a desvalorização da cultura de um povo que já na década de 1980 passou a representar menos de 50% do total da população. Abre-se terreno fértil para que as efetivas relevâncias sejam conferidas a falsos e indicadores de avanço, modernidade e desenvolvimento humano: os shopping centers, condomínios murados, e recentemente

¹ Referência ao condomínio residencial Brasil Beach, empreendimento que construiu uma piscina de mais de 20.000m² de área em meio ao cerrado brasileiro, capaz de comportar pequenas embarcações.

o mais incoerente de todos - a escolha de Cuiabá como uma das 12 capitais-sede da Copa do Mundo de 2014, encarada como catalisadora de progresso e desenvolvimento.

Na medida em que o espaço detém enorme capacidade (des)educadora, a catálise claramente entrou em atividade apenas para a destruição das referências espaciais e, conseqüentemente, das referências culturais da cidade. Obras inacabadas, cursos d'água sepultados por avenidas e vegetação ceifada foram práticas deliberadas do poder público em troca de uma matriz desenvolvimentista falha em pleno século XXI. Elementos urbanos essenciais da cidade, como o rio Cuiabá, cada vez mais adquiriram posto de coadjuvante na paisagem da cidade.

Esses exemplos se aplicam à configuração de novos espaços urbanos alinhados à cultura de consumo e à expansão do capital de empresas nacionais e multinacionais, característica da modernidade. Vivemos agora diante da fluidez de Zygmunt Bauman (2001), onde a identidade cultural do sujeito pós-moderno encontra dificuldade de estabilização e desloca-se de acordo com o surgimento de diferentes referências socioculturais. Aliado a isso, a população por vezes é induzida a utilizar estranhas réguas: torna-se comum medir a cidade contando o número de viadutos e pontes estaiadas, numa clara tentativa de cada vez mais equiparar-se - levemente - aos centros-referência do imaginário urbano brasileiro, sendo São Paulo o caso para Cuiabá.

O enfraquecimento da associação cultural-identitária do Rio Cuiabá e de seu patrimônio intrínseco, apontado como consequência do processo de modernização da capital matogrossense, muito tem a ver com esse debate. Como afirma João da Gama Filgueiras Lima, Lelé, atravessamos um período conturbado, em que uma das faces mais cruéis da globalização é a destruição das referências culturais.

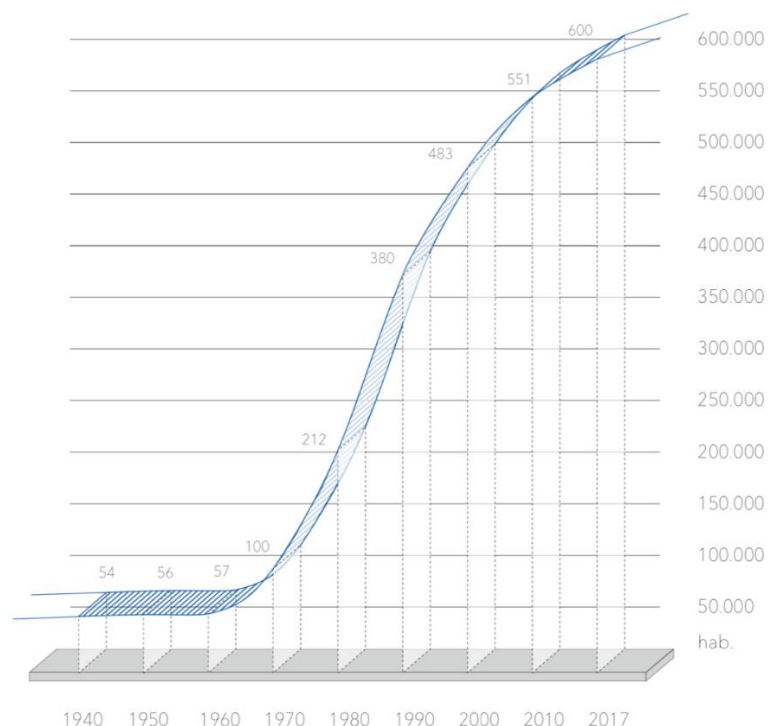


Gráfico 1 - Evolução da população residente em Cuiabá. Produção própria.
Fonte: Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Vol. 5, SMDU/Prefeitura de Cuiabá.

Diante disso, movido por uma inquietação acerca da forma como o espaço urbano contemporâneo da cidade de Cuiabá tem sido construído frente ao processo de globalização, o artigo aborda a frágil condição em que se encontra a comunidade ribeirinha São Gonçalo Beira Rio, arraial pioneiro na conformação da capital mato-grossense, que hoje encontra-se em uma condição ambígua de ameaça à cultura imaterial, paisagística e etnoarqueológica, ironicamente se colocando como arquétipo da deterioração espacial² da cidade, e aponta a arquitetura como uma ferramenta chave para proteção, estímulo e reinserção de tais aspectos espaciais no imaginário da população.

Lugar de memória por excelência, a comunidade São Gonçalo Beira Rio configura-se como um espaço cuiabano que detém capacidade de ilustrar a referida dinâmica espacial, tornando-se um paradigma da identidade cultural cuiabana no século XXI. Localiza-se no setor sul de Cuiabá, na margem esquerda do Rio Cuiabá, entre os córregos São Gonçalo e Lavrinha, a 11 quilômetros do centro da capital. As casas têm suas frentes voltadas para o rio e são de modo geral muito simples, construídas em alvenaria e em muitos dos casos sem o limite do terreno delimitado por muros, já que a relação familiar ainda é muito próxima. Por entre os quintais estão mangueiras exóticas claramente adaptadas e cajueiros nativos que compõem o verde da paisagem e fazem sombra para os jiraus onde se modelam peças de cerâmica.



Figura 1 - Ceramistas modelando peças utilitárias em São Gonçalo Beira Rio.
Fonte: G1 Mato Grosso.

Prática essa certamente herdada da condição de localidade primária de uma aldeia Bororo, exterminada na época de fundação da cidade e motivo pelo qual parte da historiografia defende ser ali o local onde se lavrou a ata de fundação por Pascoal Moreira Cabral. Com escassa herança arqueológica catalogada fisicamente, a

² Sempre considerando que o espaço, enquanto produto social evidenciado por Lefebvre (1992 [1974]), agrega em si aspectos culturais materiais e imateriais.

comunidade é, no entanto, detentora de extenso patrimônio paisagístico e imaterial em consonância com aspectos etnoarqueológicos.

Sua escolha está intimamente ligada a essa preciosidade memorial e cultural do espaço, que detém diversos elementos compositivos da memória cuiabana e a tornam importante paisagem representativa da cidade. Assim, a paisagem da comunidade carrega, desde a fundação da cidade, traços de uma amálgama que se expressa de maneiras diversas graças a uma mistura de raças, crenças e hábitos dos índios, dos negros cativos e dos europeus e paulistas. Reflexos de uma construção cultural formada através de processos globalizatórios do próprio século XVIII, momento de grande circulação e expansão interna na colônia.

Como afirma Romancini (2005), a presença dos Bororo, em especial, ficou refletida, na fala, nos traços físicos dos moradores, nas rimas, na música, na dança, na cerâmica, na pesca, no uso de plantas medicinais, na benzedeira e na canoa feita de um tronco de árvore. Além disso, as manifestações apontam também para uma influência luso-indígena, paraguaia e boliviana, reflexo do intercâmbio cultural disseminado pelos veios fluviais. Assim, o próprio modo de falar cuiabano se faz presente no lugar como reflexo etno-histórico.

Apontar o espaço como ferramenta de educação entra em jogo ao transformar-se em peça chave para possível resolução desse impasse, direcionando a visão do cidadão. "Halbwachs recorda um passeio solitário em Londres e observa que o modo como via um monumento ou uma ponte era influenciado pelo que havia dito um amigo historiador, outro amigo pintor ou mesmo a leitura de um romance", afirma Vasconcelos (2013, p. 13). Portanto, o espaço como educador passa a desempenhar papel primordial de criar canaletas para a salvaguarda do patrimônio imaterial e paisagístico da cidade. O ato projetual é resultado dessa inferência.

Nesse contexto, os *lieux de mémoire* de Pierre Nora (1989) passam a ser o substrato da ação. São apontados por Nora como um resto, não em sentido negativo, mas como detentores do que se preservou da memória esfacelada: "lugares que remetem ao passado de uma maneira particular, que dizem respeito à lembrança, veneração e comemoração de valores socialmente partilhados" (VASCONCELOS, p.18). Os lugares de memória representam de forma clara as peças desse quebra-cabeça, que compõem campo fértil para a ação da arquitetura diante da preservação cultural.

Assim, encaram-se os lugares de memória como possibilidade de acesso a uma memória reconstituída que seja capaz de conferir identidade, uma resposta à necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo e globalizado. Configuram-se como uma esperança de que o indivíduo fragmentado com o qual lidamos na sociedade contemporânea possa ser reunificado. São Gonçalo Beira Rio é paradigma da condição da cidade não só por sua equivalência aos processos decorrentes na cidade até os dias atuais, mas também por compreender um *lieux de mémoire* dotado de tal capacidade. O cuiabano, ao debruçar-se sobre este lugar, pode se tornar cada vez mais cuiabano, já que a lembrança é melhor construída ao associar-se experiência e lugar:

Nosso relacionamento com o ambiente construído, com os objetos no meio cotidiano, com edificações e lugares que tomam, envolvem e afetam o espaço de nossas vidas, deve, de algum modo importante, nos dizer algo mais que simplesmente as características físicas de onde estamos. Nós nos lembramos melhor quando associamos a

experiência de um evento a um lugar. (HORNSTEIN, 2011, p.2 apud VASCONCELOS, 2013, p.19)

Dessa forma, procura-se apontar uma resposta projetual em escala urbana como elemento reconciliador de memória, capaz de reestabelecer relações espaciais perdidas no tempo. Como afirma o IPHAN em vídeos de registro do modo de fazer da viola-de-cocho, "todo este patrimônio cultural, ligado ao passado rural das populações desse pedaço do Brasil central, busca hoje se adaptar às pressões originadas tanto pela crescente urbanização e pelas migrações como também pela incorporação de elementos da cultura de massa. É urgente e necessário que o trabalho de preservação deste bem cultural seja apoiado, para que a viola-de-cocho, assim como o Cururu e o Siriri, continue encantando os brasileiros hoje e amanhã".

Evidencia-se também que apesar de a globalização mostrar-se atualmente como um processo de grande capacidade destrutiva, é esse mesmo processo que, evidentemente em diferentes escalas, desencadeia conformações culturais ao longo do curso da humanidade, em escala crescente desde as grandes navegações que acessaram a totalidade do globo terrestre. E diante dessa transformação, a arquitetura desempenha um papel de canalizar as dinâmicas espaciais evitando-se dissociações identitárias.

Embora não seja a o foco de seu trabalho, Peter Burke (2003, p.17) parece louvar os resultados do encontro ao tratar do hibridismo cultural de fronteiras: "De qualquer forma, acho convincente o argumento de que toda inovação é uma espécie de adaptação e que encontros culturais encorajam a criatividade". Nesse sentido, sua teoria é útil para apontar a posição de Cuiabá como cidade de encontro tanto nos séculos XVIII e XIX, como na globalização dos séculos XX e XXI. Para ele, "não há a intenção de apontar a troca cultural como simples enriquecimento, esquecendo que às vezes ela ocorre em detrimento de alguém". No entanto, ressalta-se a afirmação de que nenhuma cultura é uma ilha, e em um processo de globalização cada vez mais evidente, a ideia de surgimento de "novas sínteses" e "reconfiguração de culturas" parece ser a mais convincente.

Como conclusão, o artigo apresenta um ideário arquitetônico de uma escola ceramista flutuante esforçando-se para identificar a arquitetura como ferramenta de atuação patrimonial. O eixo norteador do projeto baseia-se na ideia de que as mais diversas manifestações culturais da comunidade fazem parte de um todo, no entanto, dentre elas, a prática ceramista é a que demonstrou estar em condição de maior fragilidade frente à expansão da cidade contemporânea, tornando-se o foco de intervenção. Por meio dela, há a intenção de exaltar a identidade cultural cuiabana como um todo, partindo de três premissas:

Primeiro, propor um vetor de atenção da cidade em direção ao rio e um ponto de visualização da cidade a partir do rio; Segundo, posicionar a intervenção na água e colocá-la em movimento, quebrando a possibilidade de cristalização da comunidade como local isolado e parado no tempo, bem como de sua descaracterização paisagística; E terceiro, a partir do movimento, rememorar no projeto a condição de pouso, circulação e encontro cultural da cidade.

Aponta-se também a necessidade de um delineamento etnoarqueológico mais preciso dos espaços da cidade de Cuiabá, a exemplo da comunidade São Gonçalo Beira Rio. Tal evidenciação pode ser capaz de induzir maior atenção ao patrimônio imaterial por parte dos habitantes, tornando a viabilização de projetos voltados à salvaguarda do patrimônio imaterial algo evidentemente imprescindível.

PALAVRAS-CHAVE: Cuiabá, São Gonçalo Beira Rio, Cerâmica, Bororo

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.251-294, Dec. 2009.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003. 116 p.
- CASTOR, Ricardo Silveira. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso**. Diálogos, Contrastes e Conflitos. 2013. 456 f. Tese (Doutorado) - FAU-USP, São Paulo, 2013.
- COX, Maria Inês Pagliarini. **Estudos linguísticos no/do mato grosso - O falar cuiabano em evidência**. Polifonia, Cuiabá, v. 15, n. 17, p. 75-90. 2009.
- CUIABÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU. Diretoria de Urbanismo e Pesquisa - DUP. **Perfil Socioeconômico de Cuiabá**. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2012.
- D'ALINCOURT, Luiz. **Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuyabá**. São Paulo: Martins, 1976.
- HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l'espace, 1974]
- Lei sancionada em MT institui a Rota do Peixe do Vale do Rio Cuiabá. **G1 Mato Grosso**. Cuiabá, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/08/lei-sancionada-em-mt-institui-rota-do-peixe-do-vale-do-rio-cuiaba.html>>. Acesso em: 08 fev. 2017.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- IPHAN. **Modo de Fazer Viola-de-cocho**. Brasília: Iphan, 2009.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- ROMANCINI, Sônia Regina. **Paisagem e simbolismo no arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 19-20, p.81-87, dez. de 2015.
- PARDI, Maria Lúcia Franco. **A Importância da Arquitetura Pré-Histórica e Indígena como Referência Dentro de um Processo Integrado de Resgate Cultural**. Revista de Arqueologia. São Paulo. n. 7, p.87-97, 1993.
- VASCONSELOS, José Antônio. Reflexões Impertinentes sobre Memória, Arquitetura e Ficção Científica. **Revista Contraste**, v. 1, p.10-21, 2013.
- WÜST, Irmhild. **Contribuições Arqueológicas, Etnoarqueológicas e Etno-Históricas para o Estudo dos Grupos Tribais do Brasil Central: O Caso Bororo**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia. p.13-26, 1992
- _____. **Etnicidade e Tradições Ceramistas: Algumas Reflexões a Partir das antigas Aldeias Bororo do Mato Grosso**. Rev. o Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, Sup. 3, p.303-317, 1999.

Calçada portuguesa na cidade de São Paulo: protagonista, sobrevivente ou vilã?

Portuguese pavement: protagonist, survivor or villain

SPIESS, Wanessa (1); ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi (2)

(1) Mestranda, FAU-Mackenzie, wans.spieß@gmail.com ;

(2) Professora Doutora, FAU-Mackenzie, eunicehelenabascal@mackenzie.br .

RESUMO EXPANDIDO

Inspirado na discussão sobre o uso das pedras portuguesas nas calçadas e calçadas do mundo, que ganhou força com a proposta da Câmara de Lisboa para elevar as Calçadas Portuguesas ao status de Patrimônio Cultural da Humanidade, este artigo propõe analisar o papel do mosaico português em terras brasileiras, em especial na cidade de São Paulo. Esta discussão se faz ainda mais relevante tendo em vista a recente proposta da Prefeitura de São Paulo para substituir as calçadas de pedra portuguesa do centro da cidade, com testes já em andamento. O estudo nos convida a refletir sobre a forma como nos relacionamos com os espaços públicos e, principalmente, sobre a importância de tais chãos para a memória da cidade e para o imaginário afetivo da população.

O recorte definido é a cidade de São Paulo, cuja dinâmica de desenvolvimento é marcada por sucessivas demolições e reconstruções. Benedito Lima de Toledo nos ensina que “A cidade de São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova”. (TOLEDO, 1983, p.67). História e memória cruzam-se, mas também perdem-se, numa eterna tentativa de resgate de uma paisagem urbana que se realiza, acumula, superpõe e troca significados no espaço e no tempo.

O mosaico português, ou a calçada portuguesa, é um pavimento de forte herança histórica. No entanto, com a preocupação cada vez maior em relação a mobilidade, a calçada encontra-se atualmente num grande debate sobre a continuação da sua utilização. Os maiores questionamentos dizem respeito ao fato de não ser o pavimento mais seguro e confortável de percorrer, à falta de técnicos especializados para uma boa execução destes trabalhos e a uma maior degradação do ecossistema devido a exploração deste material, fatores que contribuem para os elevados custos de sua manutenção. Porém, há também muitas vozes que ecoam em sua defesa, pelo medo de perda da memória histórica e pela manutenção de identidade – não só em Portugal como também em países lusófonos. Vale ressaltar que investimentos nesta área poderiam dar oportunidade à criação de formações e postos de trabalho onde se especializassem profissionais na área e a possibilidade de explorar novas técnicas e novos produtos de tratamento da pedra.

Para muitos imprescindível pela sua beleza e identidade, para outros um obstáculo à circulação do pedestre, as discussões sobre a calçada portuguesa estão atualmente em alta nos fóruns portugueses e brasileiros.

Com o objetivo de investigar como o Patrimônio Histórico pode contribuir para a reflexão sobre a forma como nos relacionamos com as calçadas da cidade de São Paulo, foi desenvolvido um circuito inspirado nas Jornadas do Patrimônio e nomeado “Calçada

não é pedra, é caminho”¹. Após situar o mosaico português historicamente e tomar conhecimento da proposta para sua elevação à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, o programa apresenta ao caminhante os resultados e as conclusões a respeito do estudo do circuito. Este exemplo de política pública que enfatiza a valorização da calçada como um bem coletivo e patrimônio será melhor detalhado, como proposta brasileira de incentivo à escala pedestre por meio da história.

O roteiro propõe um percurso de calçadas que conectam edificações tombadas pelo patrimônio histórico e que, ao ser percorrido, revela as diversas camadas que compõem a cidade – expressando a política “do piso ao teto”. Espera-se que o caminhante perceba sob seus pés o valor (ou não) das pedras portuguesas presentes em grande parte do percurso, com especial valor quando à frente dos estabelecimentos e espaços de interesse histórico. Como veremos, tais pisos muitas vezes foram planejados e desenhados especificamente para o local. Assim, ao chamar a atenção não só para as fachadas, mas também para o chão que conduz até elas, podemos refletir sobre o impacto imagético e afetivo causado pelo formato do piso, pelo estado de conservação e cuidado (ou não) devotado ao espaço do pedestre, e, assim, analisar e refletir sobre o quanto cidade e cidadãos o valorizam e o preservam.

A cidade é, em si, símbolo de uma sociedade complexa. Suas imagens são resultado de uma experiência sensorial e racional entre o observador e seu ambiente. Kevin Lynch (2011) formulou o conceito de “imageabilidade”, que significa a forma como cada observador cria e idealiza sua imagem individual. Ocorre muitas vezes consenso entre membros de um mesmo grupo, sendo essas imagens de grupos interessantes aos planejadores urbanos, responsáveis por organizar o espaço que será utilizado pelos grupos de pessoas.

Para Jane Jacobs (2014) as pessoas precisam ter motivos para andar pelas ruas. Os objetos devem ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. Precisamos construir novas formas de experienciar a cidade, novos mapas que vão além dos convencionais. Precisamos de novos estudos para entender o que as pessoas possuem de referências afetivas relacionadas aos lugares da cidade e o que mais podemos agregar como valor, para despertar uma nova relação com o espaço público. O afeto é fundamental para a percepção da cidade e tudo leva a crer que a calçada é um elemento importante nesse formular da imaginação. Junto a outros pontos de referência, o passeio público também serve como marco, direcionando e formando os caminhos.

A proposta de percurso presente neste estudo foi encaminhada para a Jornada do Patrimônio Paulista de 2019 e, no momento da finalização deste artigo, aguardava resposta quanto da sua aprovação.

Para a definição do percurso foi realizado um levantamento dos edifícios tombados pelo Patrimônio Histórico que apresentassem as calçadas em frente ao lote constituídas de pedra portuguesa, em sua totalidade ou parcialmente.

A região central da cidade de São Paulo foi definida como área de intervenção devido à profusa presença de imóveis tombados, pela facilidade de acesso e locomoção a pé (linhas de metrô e ônibus disponíveis e possibilidade de definir um percurso em terreno

¹ Roteiro desenvolvido pelo coletivo CalçadaSP – projeto que documenta e desenvolve intervenções artísticas nas calçadas de São Paulo – tem por objetivo despertar o olhar apreciativo para as calçadas, iniciativa de Tony Nyenheis e Wanessa Spiess, uma das autoras deste artigo.

plano, em sua maior parte) e pela já conhecida utilização da pedra portuguesa em suas calçadas e calçadões.

Por esta ocasião, vale resgatar o trabalho de restauração da arte da calcetaria em São Paulo, no início da década de 1990 impetrado pela Prefeitura na Secretaria Municipal de Cultura. Uma pesquisa histórica² parcialmente realizada na busca de pesquisas fundamentadas em fontes fotográficas e iconográficas para descobrir os padrões artísticos das calçadas e eventualmente reincorporá-los nos trabalhos de restauro. “A pesquisa do centro da cidade revelou a preexistência de calçadas que fazem parte da construção de nossa identidade” (YAZIGI, 1996, 121). Trazida a questão para os dias atuais, onde se discute a manutenção da pedra portuguesa, a opinião dos restauradores daquele tempo de lá talvez fosse diferente da dos órgãos do patrimônio de hoje.

Parece restar sempre a dúvida: a que se deve servir? Aceitar o passar do tempo e atender às novas demandas? Render-se às questões práticas e utilitárias? Atender ao ditames do que configura um patrimônio?

Ao inserirmos as calçadas na discussão sobre patrimônio buscamos incluir equações que vão muito além da pedra ou do cimento. É possível mencionar a ausência de um processo sistemático de manutenção, não se tratando de uma questão de consertos pontuais. A culpa das nossas calçadas esburacadas, dos nossos prédios decadentes, da nossa infraestrutura inadequada, parece residir na estrutura de gestão das cidades, no insuficiente planejamento e falta de atitude cidadã que afetam à ação do poder público, de acordo com suas verdadeiras vontades e afetos.

A calçada é um convite para experimentar a cidade, conhecer sua história, afetar e ser afetado por essa experiência. Deve ser parte do patrimônio, sinalizar sua presença, e promover consideração e admiração.

É nesse sentido que ela pode contribuir para a consciência cidadã. Há uma inequívoca conotação de grande respeito aos pés, e o chão por onde quem passa merece especial consideração. No passeio de retalhos que cobre a cidade de São Paulo, uma calçada bem cuidada sinaliza o grau de civilidade de sua população. O pensamento pedestre precisa ser valorizado, dos pés à cabeça.

PALAVRAS-CHAVE: calçada, mosaico português, patrimônio, centro de São Paulo

REFERÊNCIAS

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Maria Estela Heider. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KREMER, Maria de Jesus D. **The Roman Mosaic to the Portuguese Pavement: Continuity of an Artistic Expression in Time and Space**. Journal of Mosaic Research. Issue 11 – Nov 2018 – P. 27 – 39.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

² Um desses pesquisadores, com trabalhos implantados, é o Artista Plástico Francisco Zorzete, em restaurações da praça Ramos de Azevedo e do parque da Independência. (YAZIGI, 1996, p. 121).

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. **A lição das Jornadas do Patrimônio**. Publicado em 25 set.2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/25/culturaipsilon/opinia0/a-licao-das-jornadas-do-patrimonio-1845066> . Acessado em 09 jun.2019.

MOTTA, Flávio. **Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem**. São Paulo: Nobel, 1983.

OLIVEIRA, Hipólito. **A Calçada Portuguesa E Sua Herança Histórica**. Publicado em 23 abr.2019. Disponível em <https://z1portal.com.br/a-calcada-portuguesa-e-sua-heranca-historica/> . Acessado em 09 jun.2019.

REMESAR, Antoni e EPARZA, Danae. **El Diseño del Suelo y la Imagen de la Ciudad: La Calçada Portuguesa**. Espanha: Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO), 2014.

SERAPIÃO, Fernando. **O Último Movimento do Patriarca**. Publicado originalmente em Projeto Design na Edição 273. Publicado em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-praca-do-27-11-2002> . Acessado em 09 jun.2019.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo três cidades em um século**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, 2ª ed.

WISNIK, Guilherme. **Nova cobertura da Praça Patriarca em São Paulo**. Publicado originalmente na Folha de S. Paulo, 10 ago.2002, caderno Ilustrada, com o título de "Projeto aponta não-confinamento da cidade".

YAZIGI, Eduardo. **Breve Histórico Sobre a Arte de Calcetaria em Portugal e no Brasil: o Caso do Mosaico Português**. v0i9 p99-123. São Paulo: Paisagem Ambiente Ensaio,1996.

Os botes bastardos e a paisagem cultural de Camocim: memória, identidade e cultura marinheira

The bastard dinghy and the cultural landscape of Camocim: memory, identity and sailor culture

COELHO, Matheus Aguiar (1); COELHO, Pedro Cela de Arruda (2);
PIMENTEL, Andréia Coelho (3); SOUZA, Eduardo Cunha (4)

(1) Mestrando em Arquitetura da Paisagem, Universidade da Coruña,
matheus@arquitetura.ufc.br ;

(2) Jornalista, Coletivo 202b, pedrocelaa@gmail.com ;

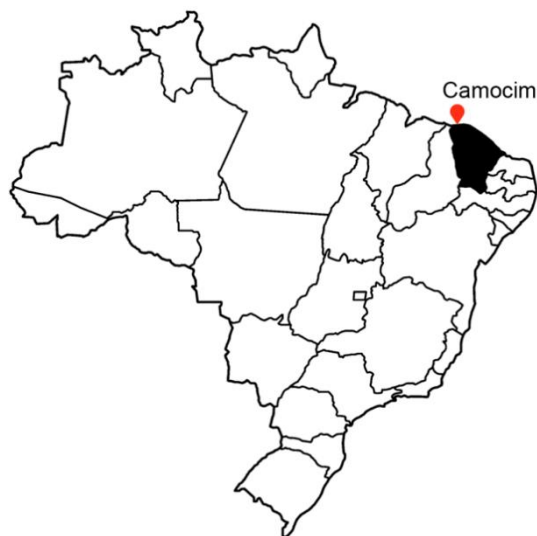
(3) Arquiteta urbanista, Universidade Federal do Ceará,
andriacoelhomentel@gmail.com ;

(4) Publicitário, Coletivo 202b, contato202b@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho visa fomentar a reflexão acerca da salvaguarda da memória e da identidade coletiva da cidade de Camocim (Mapa 1), município cearense de aproximadamente 63 mil habitantes, de essência marítima e vocação marinheira. O município ribeirinho e litorâneo conta com uma frota de embarcações tradicionais que compõem um rico sistema marítimo, o qual promove uma série de relações entre a sociedade e a natureza, agregando um grande valor ao cenário urbano. Esse patrimônio cultural pode ser representado materialmente pelos Botes Bastardos, embarcações de madeira com velas triangulares que integram um enorme patrimônio imaterial, representado pela cultura particular dos pescadores artesanais ou pelo conhecimento da arte do fazer tais embarcações e de sua transmissão histórica através da oralidade. De acordo com Duarte Jr. e Araújo (2014), o bote bastardo é tido como o barco à vela mais antigo do mundo em atividade.

Camocim foi um dos nove territórios selecionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2009 para iniciar um processo de identificação e diagnóstico do patrimônio naval brasileiro através do Projeto Barcos do Brasil. Nesse mesmo ano, foi criada a Chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN. À raiz desse diagnóstico, em 2010 foi iniciada outra série de estudos e levantamentos para que Camocim fosse a primeira cidade cearense a receber tal chancela. Ela surgiu num contexto de ampliação das políticas patrimoniais nacionais, a partir da consciência da relevância de uma visão holística no campo da preservação patrimonial que relacionasse o natural e o construído de forma indissociável, além da necessidade latente de um instrumento de proteção mais flexível para contextos mais complexos.



Mapa 1- Localização de Camocim no território nacional, com o estado do Ceará em destaque.
Fonte: elaborado pelos autores.

Adotaremos nessa pesquisa o conceito de Paisagem Cultural Brasileira descrito na minuta de Portaria elaborada pelo Grupo de Trabalho responsável pela Consulta Pública realizada entre os dias 7 de julho e 17 de agosto de 2019, que reformula o conceito descrito no 1º artigo da Portaria do IPHAN nº 127, de 30 de abril de 2009. Esse conceito diz que:

Paisagem cultural brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (GRUPO DE TRABALHO DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA, 2018, p.6).

A reformulação do conceito anterior, o qual já vinha sendo admitido e assimilado pela comunidade acadêmica, visa sobretudo fortalecer a importância das relações existentes e das que continuam ocorrendo entre determinados grupos sociais e a natureza. Essa definição está mais acorde à definição de paisagem precisa e amplamente difundida atualmente, publicada em Florença no ano 2000 pela Convenção Europeia da Paisagem.

Apesar de Camocim ser um município com uma grande área, a qual poderia ser subdividida em diversas unidades de paisagem com características bem distintas, o município apresenta uma situação única onde o suporte territorial, o patrimônio arquitetônico e o patrimônio naval se destacam e merecem atenção especial. No mesmo cenário, estão presentes o encontro do rio Coreaú com o mar, sua zona de mangue, a Ilha do Amor, com suas dunas de um lado, e o centro histórico do município, do outro. Os Botes Bastardos fazem a costura desse território (Figura 1).



Figura 1- Encontro do rio Coreaú com o mar, com a cidade de Camocim à esquerda e a "Ilha do Amor" à direita. Fonte: fotografia de Pedro Cela, 11 de maio de 2016.

O Brasil apresenta um rico patrimônio naval com diversas manifestações culturais a ele vinculadas, o qual se encontra cada dia mais ameaçado. "O universalismo do patrimônio naval brasileiro decorre das grandes navegações portuguesas, da multiplicidade étnica do Brasil e da diversidade de ambientes geográficos litorâneos, lacustres e fluviais do país" (IPHAN, 2011, p. 15). Reconhecer a importância das embarcações tradicionais, da diversidade de técnicas e tipologias relacionadas a elas, dos mestres carpinteiros, e documentar esse processo é essencial para a preservação da história, da cultura e da identidade em diferentes escalas, além de ter impacto direto no planejamento da paisagem. "Cada tipo de embarcação é resultado do aperfeiçoamento da arte de construir, navegar e pescar e sua adaptação a contextos históricos e geográficos específicos." (COORDENAÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL, 2011, p. 15).

A proteção de tipologias de embarcações tradicionais começou a ser realizada como política de preservação do patrimônio cultural na década de 1990 em muitos países, especialmente na Europa. No Brasil, o primeiro tombamento de embarcações tradicionais foi realizado em 2010, garantindo assim a proteção de quatro exemplares de diferentes tipologias, três delas utilizadas no litoral nordestino. Apesar de fazer parte do Projeto Barcos do Brasil, infelizmente nenhuma embarcação cearense participou desse processo de tombamento.

Os Botes Bastardos, com suas cores fortes, sempre dançando ao sabor do vento nas praias de Camocim, com suas histórias e estórias, marcam presença constante na paisagem e no imaginário coletivo da população camociense, representam o *genius loci*¹ e são um dos elementos fundamentais na configuração do caráter dessa paisagem pesqueira, despertando o reconhecimento do valor patrimonial do lugar.

Os Botes Bastardos (Figura 2) são embarcações singulares construídas normalmente em pequenos estaleiros, podendo também serem produzidas à beira-mar ou até mesmo

¹ *Genius loci*: expressão latina que se refere ao "espírito do lugar", sua identidade, expresso pela atmosfera que define o caráter local.

no quintal dos mestres carpinteiros. Contam com uma capacidade para cinco a oito tripulantes e são utilizadas para pesca artesanal em alto mar, em viagens que costumam durar entre sete e dez dias. A vela latina bastarda foi criada pelos árabes para navegação no oceano Índico, sendo levadas ao Mediterrâneo pelos muçulmanos durante o período da expansão do Império Islâmico, sofrendo adaptações ao largo do tempo. Atualmente sabe-se que existem menos de 100 exemplares de botes bastardos em Camocim e que este número está seguindo uma tendência de redução.

O velejador Amyr Klink, Patrono do Projeto Barcos do Brasil, ao visitar Camocim em 2012 com uma comitiva do projeto, afirmou que o conjunto de barcos do município configura o maior porto pesqueiro à vela do Brasil e possivelmente do mundo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Segundo Braga (2013), essa tipologia de embarcação tradicional apresenta uma construção naval bem elaborada e seus aspectos construtivos foram herdados dos europeus, que movimentaram bastante o porto de Camocim entre princípios do século XVI e as últimas décadas do século XX. Não há, contudo, uma documentação precisa sobre o surgimento dos primeiros botes bastardos no litoral cearense.



Figura 2 - Bote bastardo chegando ao porto de Camocim. Fonte: fotografia de Pedro Cela, 11 de maio de 2016.

Dalmo Viera Filho reforça o valor patrimonial assumido por essas embarcações e a necessidade de salvaguardá-las, salientando que:

[O]s botes de Camocim são, ao que se saiba, as últimas embarcações do ocidente a preservarem as técnicas de uso e manufatura de mastros, vergas e velas bastardas na escala das caravelas portuguesas do período do Descobrimento – preservando assim, as técnicas de confecção e uso de um dos equipamentos mais importantes da história da navegação mundial.”. (COORDENAÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL, 2011, p. 16).

Vale ressaltar que a pesca é uma atividade econômica de grande importância para o Ceará, que conta com 573 km de costa. Camocim, município que ocupa 10% do litoral do estado, é um dos principais produtores de pescado, com uma colônia de cerca de dois mil pescadores. Na extensa costa cearense há uma grande população de pescadores artesanais que sobrevivem do que o mar tem a oferecer-lhes e, para que essa atividade siga existindo, é necessário também que existam mestres construtores responsáveis pela execução das embarcações.

Os carpinteiros navais artesanais do litoral cearense normalmente apresentam baixo nível de escolaridade e ausência de formação técnica. Contam com estruturas precárias, trabalhando em locais improvisados e não têm registro nem reconhecimento trabalhista, enquadrando-se como pescadores, ainda que muitos deles não realizem essa atividade na prática. Assim, esses artesãos normalmente dominam o ofício a partir da observação, do conhecimento empírico e da transmissão oral de informação que vai sendo reproduzida ao longo de diferentes gerações. A memória, portanto, é de extrema importância para o trabalho dos mestres carpinteiros.

Apesar da falta instrução formal e de conhecimentos acadêmicos, esses construtores artesanais apresentam em seus trabalhos uma técnica precisa e demonstram ampla sabedoria. Os botes produzidos por eles têm inspirado projetos modernos e tecnológicos, como a embarcação Paratii 2, de Amyr Klink. De acordo com o velejador, os Botes Bastardos e as jangadas cearenses foram utilizados como referência na sua concepção.

O mestre carpinteiro Luiz Geraldo das Chagas, nascido em 1941, conhecido como Chico Elias, começou a construir botes ainda jovem, aos 17 anos, na cidade de Aracati (CE). O artesão afirmou que aprendeu o ofício apenas observando outros carpinteiros. Morou durante cinco anos em Fortaleza, onde construiu sozinho suas primeiras embarcações e, no início da década de 1960, mudou-se para Camocim. A chegada do mestre carpinteiro no município despertou o interesse de muitos pescadores pelos seus botes, que apresentavam medidas superiores às das maiorias das canoas utilizadas para pesca artesanal na época, viabilizando assim viagens com maior tripulação e mais longas. Chico Elias construiu pouco mais de quarenta embarcações entre botes bastardos e lanchas a motor, sendo a maioria delas Botes Bastardos.

Aos 75 anos e já aposentado, Chico foi um dos mestres carpinteiros mais respeitados e requisitados em Camocim até seus últimos meses de vida. Ao retratar as memórias desse construtor artesão, tratamos de assuntos de extrema relevância para a cultura cearense, que deve ser cultivada e fortalecida.

Este estudo teve início em 2016 com pesquisa historiográfica, revisão bibliográfica e análise minuciosa dos estudos dirigidos pelo IPHAN. Posteriormente, partiu-se para a observação direta com cunho etnográfico, através da realização de visitas constantes ao município, acompanhadas de conversas informais com pescadores e conhecedores da história local. Para finalizar, o processo de produção de um bote foi acompanhado desde o primeiro momento, enquanto se realizavam entrevistas informais semiestruturadas com o carpinteiro Chico Elias. Esse processo deveria durar em torno de seis meses, porém infelizmente o acompanhamento da construção do bote foi interrompido por problemas de saúde e posterior falecimento de Chico Elias.

O objetivo inicial da pesquisa era documentar e visibilizar essa tipologia de embarcação tradicional cearense e os saberes dos mestres carpinteiros, visando o lançamento de um documentário curta-metragem sobre o tema, havendo já sido editado um mini-doc com as imagens obtidas na primeira etapa do projeto. Utilizou-se a linguagem

audiovisual como ferramenta de aproximação e expressão de um universo intangível, impossível de ser apreendido apenas textualmente. Os ensaios audiovisuais realizados foram de extrema importância para contextualização, expressão de sentimentos e sobretudo para a preservação da memória de Chico Elias.

A permanência dessas embarcações é ameaçada pela falta de proteção, pela crescente demanda por embarcações motorizadas e de materiais modernos, pela concorrência injusta com a pesca industrial e com as técnicas modernas de aquicultura e pelo crescente interesse na pesca do atum (que exige embarcações específicas). Somam-se a esses aspectos o aumento do turismo, dos investimentos internacionais e do processo de gentrificação iniciado no município no final do século XX, bem como a morte de Chico Elias, um dos principais construtores dos Botes Bastardos. Nesse cenário, eles correm o risco de deixarem de existir em um período relativamente curto de tempo.

Diante desse contexto, está aberta uma consulta pública promovida pelo IPHAN para o delineamento da normativa que viabilizará a preservação das paisagens culturais. O Órgão havia sinalizado, desde o princípio, a importância da participação de outros setores (públicos ou privados) no processo de reconhecimento proposto, que estava suspenso desde 2014. Desse modo, esperamos que os resultados obtidos em uma nova etapa da pesquisa sejam úteis nesse momento em que a discussão sobre a chancela Paisagem Cultural está novamente em destaque, promovendo a documentação dessas práticas tradicionais e incitando, mais uma vez, o empenho dos agentes diretamente relacionados com essa paisagem na sua proteção, gestão e ordenação de maneira consciente e responsável. Acreditamos que conquistar esse reconhecimento atribuído pelo IPHAN será de extrema utilidade para a preservação da memória e da identidade local, para o empoderamento comunitário no município e para a preservação do patrimônio nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural, Patrimônio Imaterial, Embarcações tradicionais, Botes bastardos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Miguel Sávio de Carvalho. **Embarcações à vela do litoral do estado do Ceará:** construção, construtores, navegação e aspectos pesqueiros. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

DUARTE JR., Romeu; ARAÚJO, Nearco. **Ventos, velas e veleiros:** embarcações tradicionais do Ceará. Fortaleza: Modo Maior, 2014.

GRUPO DE TRABALHO DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA. **Relatório Técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RELATORIO_TECNICO_Paisagem.docx. Acesso em: 4 de agosto de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **O Projeto Barcos do Brasil:** Origens, parceiros e perspectivas. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2011.

COORDENAÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/19930_20110518_093241.pdf. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

Patrimônio imaterial no Vale do Taquari: a memória coletiva como meio de resgatar os traços identitários dos imigrantes na região

Intangible heritage in the Taquari Valley: collective memory as a means of rescuing immigrant identity traits in the region

WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva (1); SÁ, Jauri dos Santos (2);
CARNEVALLI, Andressa (3); NICHEL, Caroline (4); ROCHA, Luíze França da (5)

(1) Dra. em Teoria da Arquitetura, Docente e Coordenadora Projeto Extensão UNIVATES, jamilew@univates.br ;

(2) Dr. em Arquitetura, Docente e Coordenador Projeto Pesquisa UNIVATES, jauri.sa@univates.br ;

(3) Arquiteta e Urbanista, Bolsista Voluntária Pesquisa UNIVATES, andressa.carnevalli@universo.univates.br ;

(4) Acadêmica Arquitetura e Urbanismo, Bolsista Extensão UNIVATES, caroline.nichel@univates.br ;

(5) Acadêmica Arquitetura e Urbanismo, Bolsista Extensão e Pesquisa UNIVATES, luize.rocha@univates.br .

RESUMO EXPANDIDO

A identidade de um lugar é formada pelos aspectos culturais que marcam a sua história. A memória individual e coletiva é de fundamental importância para esta herança cultural, sobretudo, a intangível, que se constitui a partir dos saberes, dos costumes, das representações artísticas e dos modos de viver. Estabelecer um diálogo direto com aqueles que possuem tais saberes, permite que medidas de preservação e manutenção sejam tomadas com facilidade e esclarecimento, tanto pelo poder público, como pela própria comunidade.

Cabe citar que, em 1989, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, gerou recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. A ampliação de conceitos e o vínculo entre cultura imaterial e identidade, apresentados pela Convenção é um exemplo claro das diversas discussões que começavam a ganhar espaço em todo o mundo, reforçando a importância de prezar também pela salvaguarda do patrimônio intangível. De tal forma, Figueiredo (2014, p. 91) entende que, a preservação e valorização do legado cultural, deve considerar todos os valores envolvidos e defende o interesse de:

Preservar considerando a composição constante dos significados, identidades e tradições; considerando o patrimônio como recurso ao desenvolvimento; e, simultaneamente, construindo o patrimônio em seu sentido social, de cidadania e promovendo a qualidade de vida para um futuro em que se almeja a equidade, o direito à memória e à diversidade cultural, dentro de uma estratégia interdisciplinar e interinstitucional, colocam-se como os principais desafios daquilo que se designa por “sustentabilidade” no âmbito das políticas de patrimônio.

No cenário nacional, um grande marco para a salvaguarda das heranças imateriais, acontece em quatro de agosto de 2000. Com a aprovação do Decreto nº 3.551, fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e confirma-se o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), instrumentos que viabilizam o reconhecimento legal de bens intangíveis, trazendo uma nova perspectiva acerca do assunto para o país (IPHAN, 2000). Para melhor definir e organizar os bens inventariados, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial estabelece quatro categorias, conhecidas como Livros de Registro.

Os objetos aprovados para inscrição no registro, passarão a ser considerados parte do Patrimônio Cultural Brasileiro e serão integrados em um dos quatro Livros: o dos Saberes - para os conhecimentos e modos de fazer tradicionais do dia a dia da comunidade; o das Celebrações - destinado aos ritos e festas do coletivo, seja de cunho religioso, para entretenimento ou de outras práticas sociais; o das Formas de Expressão - considerando todos os tipos de manifestações artísticas e formas de comunicação característicos de uma região; o dos Lugares - contempla espaços utilizados por um coletivo para práticas culturais, seja praças, mercados, feiras e santuários (IPHAN, 2000).

Diante das categorias expostas: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares, tais manifestações culturais corroboram na manutenção da memória dos envolvidos. A história em si é embasada por memórias, provenientes de pessoas que participaram de determinados eventos. Os fatos são constantemente ancorados em vivências individuais ou coletivas. Esta primeira acontece quando há apenas uma testemunha, cujas experiências foram vividas apenas por ela. A segunda, quando há mais de uma, porém não sendo todos participantes deste evento. Para HALBWACHS (1968), há uma notável distinção entre a “memória histórica”, sendo uma reconstrução dos fatos fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, e a “memória coletiva” que é aquela que recompõe naturalmente o passado. A direção entre a consciência coletiva e individual surgem de diversas formas de memória, podendo sofrer mudanças conforme os objetivos se implicam.

Para recordar uma lembrança as testemunhas não precisam estar presentes. Elas podem reconstituir os fatos, ou objetos que viram ao mesmo tempo, trazendo algumas provas exatas de tal acontecimento e que lá estiveram presentes. Muitas vezes as memórias coletivas, podem resultar em memórias individuais, quando há emoções envolvidas.

A história é compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. [...] Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, [...] então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem (HALBWACHS, 1968, p. 100-101).

O tempo e o espaço representa um grande risco para o entendimento completo das culturas modernas e pós modernas. A grande problemática é a separação entre tempo e memória. Segundo Huyssen, os grandes centros urbano, cidades museus, paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais estão se tornando em uma nova arquitetura de museus. O autor remete esses acontecimentos em síndrome da memória recuperada, ou seja o mundo está sendo musealizado e todos nós representamos nosso país neste momento. A estrutura da memória e temporalidade de hoje que não tenha sido experimentado do mesmo modo que nas épocas passadas. Ao mesmo tempo é importante reconhecer os discursos de memórias que possam ser um fenômeno global no seu núcleo, permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos.

Em *La memoria de los Lugares uranos*, Jodelet explica que as edificações e, sítios e espaços nos submetem acessos ao passado. Esses lugares levam a marca da sua época, e classificam-se em termos de momentos históricos remetendo sentido a uma diferença entre passado e presente oferecendo uma imagem de que não somos mais.

A memória dos lugares urbanos podem aparecer de três formas distintas: 1) memória coletiva, corresponde às formas de vida social e interação entre profissionais; 2) memória de acontecimentos históricos que conservam lugares onde ocorreram eventos do passado; 3) memória monumental, restitui o passado como tal através de objetos e estruturas duráveis, podendo ser reconhecidas como pertencentes de determinadas épocas.

Como exemplo de discernimento entre história e memória coletiva, podemos citar a imigração Alemã ao Brasil, oriunda do século XVIII, desde a chegada dos imigrantes ao solo brasileiro até a configuração das colônias alemãs no interior do Rio Grande do Sul. A região do Vale do Taquari, foi uma região explorada por esses imigrantes, onde se estabeleceram e criaram suas raízes.

A memória coletiva, neste contexto, aparece em grupos dessa região, onde há lembranças coletivas ou individuais. Por meio de ações de extensão realizadas pelo projeto Patrimônio Vivo na Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES, essas lembranças coletivas estão sendo registradas e reconhecidas. O resgate das lembranças das comunidades é realizado pelas ações do projeto, o qual procura com sua metodologia envolver os diferentes grupos e entidades que compõem as cidades de Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul e Forquetinha¹.

Os grupos são formados por: Associações de Bairros, Associações Esportivas, Clube de Mães, Sociedades Religiosas, Grupos de Dança, Movimentos Rurais, entre outros e, ainda, representantes das Secretarias de Educação, Cultura e Turismo e outros indivíduos que possam colaborar para o crescimento do trabalho desenvolvido.

O processo metodológico é realizado em três etapas distintas e tem como base o Guia de Educação Patrimonial do IPHAN. Na primeira etapa, realizada em um local público, escolar ou em casas de famílias específicas, busca-se descobrir o que a comunidade entende por herança cultural, seja concreta ou simbólica. A partir de material pesquisado e organizado previamente pelos responsáveis do projeto, estudantes e docentes, são trazidos os temas de Educação Patrimonial, tais como conceitos de patrimônio, tombamento, cultura, tradição, memória, entre outros.

¹ A cada edição o Projeto de Extensão prevê ações em determinados municípios do Vale do Taquari. Neste ano, em 2019, os municípios envolvidos são Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul e Forquetinha.

Posteriormente, são formados grupos (Figura 1), nos quais os estudantes e professores envolvidos iniciam um diálogo com a comunidade para que a mesma possa compartilhar seus conhecimentos e memórias sobre suas experiências de vida, tradições, técnicas e tudo aquilo que entendem como legado cultural da região. Todas as informações pertinentes são identificadas e anotadas pelos estudantes voluntários do projeto para serem utilizadas como objeto de estudo e reflexão.



Figura 1 - Primeira etapa da dinâmica, realizada no município de Santa Clara do Sul. Fonte: dos autores, 07 de agosto de 2018.

Com base nas referências adquiridas na etapa inicial, a segunda etapa prevê a elaboração de um material mais consistente que retorna à comunidade para ser discutido em uma roda de conversa, realizada em uma nova visita. Nesta ação, os envolvidos fazem análises e observações daquilo que foi considerado como patrimônio local, sendo a comunidade instigada, através de perguntas, a investigar sobre sua identidade própria e coletiva. Quando possível, também são realizadas caminhadas guiadas pelos próprios estudantes, a fim de realizar registros fotográficos que possam contribuir para na documentação dos dados coletados.

Por fim, é realizada a organização em forma de síntese de todo o material adquirido nas etapas anteriores. A partir deste, é possível fazer o levantamento e análise das heranças materiais e, sobretudo, imateriais, que contribuem para a formação identitária das comunidades do Vale. Ativar a memória dos participantes por meio das conversações e questionamentos realizados nos diferentes grupos e localidades, possibilitou traçar relações de costumes característicos da região, valorizando e preservando principalmente àqueles que, até então, transmitia-se apenas oralmente, sem qualquer registro escrito, beirando o esquecimento.

Ativar a memória, sobretudo daqueles que contribuíram para a formação social das comunidades que habitam o Vale do Taquari, contribui para a estruturação da história cultural, social e pessoal de todos da região. Nesse sentido, ao realizar o resgate e o registro perante estes indivíduos, portadores das heranças imateriais dotadas de valor imensurável, é possível causar um impacto ao elevar a auto-estima coletiva, além de, conseqüentemente, contribuir futuramente para o desenvolvimento turístico local.

O espaço proporcionado pelo contato entre universidade e comunidade, tem se mostrado relevante na formação de conhecimento crítico, a partir do conhecimento social. O sistema adotado, de visitas periódicas para rodas de conversa, possibilita a salvaguarda das memórias, costumes, celebrações e tradições, em especial dos imigrantes alemães que influenciaram diretamente na formação identitária do território em estudo. Ademais, é possível validar sua importância ao verificar o retorno positivo da população, que se afirma valorizada perante a história regional, por deter grande parte do patrimônio cultural local.

A partir das fichas utilizadas na coleta de informações, compartilhadas pela comunidade, é possível fazer uma breve análise de quais objetos formam a identidade do local. Tudo aquilo identificado com maior regularidade pelos indivíduos, como parte do cotidiano ou como herança das gerações passadas, está apontado na tabela a seguir (Quadro 1), onde é possível verificar a frequência aproximada de evidência em ações, sendo treze o número total de ações realizadas até o presente momento.



Figura 2 - Jogo do bolãozinho de mesa, realizada no município de Santa Clara do Sul.
Fonte: dos autores, 23 de agosto de 2018.

Ainda, a fim de corroborar para o entendimento e identificação legal de alguns dos itens apresentados, foi utilizada a categorização concordante com os Livros de Registro, estabelecidos pelo IPHAN (2000) dentro do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

A partir das ações do projeto de extensão Patrimônio Vivo, conseguimos compreender a importância da salvaguarda de memória coletiva como meio para resgatar os traços identitários de determinada comunidade. Quando essas lembranças, coletivas ou individuais, são recuperadas e valorizadas, a memória se torna estruturante da identidade desses indivíduos ou grupos. A aproximação nos leva a (re)conhecer essa memória, assim como a apropriação desses conhecimentos. É importante considerar que esses saberes, costumes e modos de viver, para serem preservados devem permanecer nas lembranças de toda a comunidade, físico ou metafórico, de tal modo que seu significado sirva de aprendizagem para as futuras gerações.

Bens Culturais Imateriais	Categoria (IPHAN-Livros de Registro)	Frequência em ações (%)
Bolão de Mesa	Livro das Celebrações	92
Salão Comunitário	Livro dos Lugares	38
Horta de Subsistência (milho, aipim, feijão, batata, batata-doce, verduras variadas)	Livro dos Saberes	77
Chimarrão (mate, com leite, tradicional)	Livro dos Saberes	77
Cuca Alemã	Livro dos Saberes	85
Pães, roscas e bolachas caseiras	Livro dos Saberes	85
Ritmo musical “bandinha”	Livro das Formas de Expressão	31
Bailes de comunidade	Livro das Celebrações	61
Jogos de Carta (Pife e Canastra)	Livro dos Saberes	77
Comidas a base de aipim	Livro dos Saberes	69
Alimentos derivados do porco	Livro dos Saberes	23
Dialetos da Língua Alemã	Livro das Formas de Expressão	77
Melado e Chimias Caseiras	Livro dos Saberes	46
Encontros da Terceira Idade	Livro das Celebrações	38
Churrasco em família aos Domingos	Livro das Celebrações	38
Baile de Kerb	Livro das Celebrações	77
Danças Tradicionais Alemãs	Livro das Formas de Expressão	38
Festa do Colono	Livro das Celebrações	38
Polvilho Caseiro	Livro dos Saberes	23

Quadro 1 - Bens patrimoniais reconhecidos nas dinâmicas. Fonte: dos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio imaterial. Memória Coletiva. Extensão Universitária. Educação Patrimonial.

REFERÊNCIAS

CARTA DE FORTALEZA. Fortaleza, 14 de novembro de 1997. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CARTA DE ATENAS. Escritório Internacional do Museus, outubro de 1931. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DECRETO Nº 3.551. 05 de agosto de 2000. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 2, p. 91-110, 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n2/a07v17n2.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

HALBWACHS, Maurice **A memória coletiva**. Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1968.

HUYSEN, Andreas **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídias**. Rio de Janeiro., 2000

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1583>>
Acesso em: 03 ago. 2019.

IPHAN. **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

IPHAN. **Livros de Registro**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>.
Acesso em: 03 ago. 2019.

JODELET, Denise **La memoria de los lugares urbanos**. Alteridades, 2010, 20 (39): p. 81-89.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. Paris, 19 de novembro de 1964. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

UNESCO. Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível em: .
Acesso em: 30 out. 2006.

EIXO C: POLÍTICAS PÚBLICAS



A criação da ZEPEC: o lugar do patrimônio cultural no zoneamento paulistano

The making of ZEPEC: the place of cultural heritage in São Paulo's zoning law

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa (1)

(1) Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, marianacpessoa@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto central as *Zonas Especiais de Preservação Cultural na cidade de São Paulo*: desde as Z8-200, criadas em 1975 para integrar a Lei Geral de Zoneamento de 1972, às atuais ZEPECs, criadas no Plano Diretor Estratégico (PDE) em 2002 e detalhadas na lei que unifica os Planos Regionais das Subprefeituras e o Zoneamento em 2004. Pretende-se aqui analisar a *construção da ZEPEC* como instrumento urbanístico de preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo e como parte da política municipal de preservação, que envolve outros órgãos e instrumentos, como o tombamento. A partir deste escopo, o trabalho busca problematizar questões como as relações estabelecidas entre preservação e planejamento, tombamento e zoneamento, a distribuição desigual destes bens no território municipal e a perspectiva de construção social do patrimônio.

É relevante pontuar que a trajetória institucional de preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo possui uma histórica ligação com o setor de planejamento urbano, devido a um instrumento criado em 1975: a *Zona Especial Z8-200*. Esta foi a primeira política de salvaguarda do patrimônio que conseguiu se consolidar na cidade. Antes disto, em 1971 houve uma tentativa de estabelecer um órgão municipal de preservação que, porém, teve “vida efêmera” (CONPRESP, 2008). O atual “Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo” – CONPRESP, seria criado apenas em 1985, mas sua instalação definitiva só ocorreria ao final de 1988. O último enquadramento na Z8-200 se deu pouco depois, em 1989 pois, a partir de então, as práticas de preservação do município passaram a se concentrar majoritariamente nos inventários e tombamentos empreendidos exclusivamente pelo órgão de preservação. Novas relações entre planejamento e preservação começariam a se estabelecer a partir dos anos 2000, com as discussões para formular o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE, lei 13.430, 2002).

A primeira menção ao termo “ZEPEC” surgiu no PDE, como uma das Zonas Especiais propostas. Seu detalhamento, porém, seria realizado em 2004, através da lei de Zoneamento. As Zepecs foram descritas como “porções do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos” (Lei 13.885, 2004, Art. 114). Para compreender sua construção, consideramos importante analisar os bens culturais selecionados para integrá-las, pois, neste processo, podem ser reveladas as práticas seletivas do planejamento, nas quais o valor é outorgado. Estas práticas, ao mesmo tempo em que dão visibilidade a certos objetos preservados, podem promover o apagamento de outros. Por isto é importante analisar os *critérios*

adotados e o *discurso* por trás das decisões. Na ocasião de criação das Zepecs, foram enquadrados três grupos de edificações (Lei nº 13.885, 2004, art. 115):

- os bens pertencentes à antiga Z8-200;
- os imóveis tombados nas três instâncias, federal, estadual ou municipal;
- os imóveis listados no Quadro 06 anexo à lei.

A pesquisa indicou que a inclusão dos imóveis da antiga Z8-200 era justificada pela intenção de estabelecer uma continuidade entre Z8-200 e Zepec, conforme defende a arquiteta Sílvia Fré (2018), principal responsável por sua concepção. Já a decisão de incluir os imóveis tombados nas Zepecs, segundo ela, não foi tomada com o intuito de delegar a competência de preservação, mas sim para oferecer a eles o benefício da *transferência do direito de construir* (TDC), à qual os bens enquadrados na Zepec teriam direito, sem precisar de lei específica para incluí-los no zoneamento. No modelo anterior, o enquadramento de novos bens na Z8-200 dependia da aprovação de leis adicionais e inclusive os imóveis tombados precisavam passar por este processo. Com sua inclusão automática, seria possível agilizar o acesso a recursos para a conservação dos imóveis, através da TDC. Este instrumento é uma autorização do Executivo para que proprietários de imóveis urbanos com certas restrições no aproveitamento do terreno possam exercer seu potencial, deduzida a área construída, em outro local passível de receber este potencial, ou aliená-lo.

Analisar a lista de imóveis tombados ou pertencentes à antiga Z8-200, entretanto, não é suficiente para compreender os critérios seletivos adotados na criação da Zepec, uma vez que a escolha já vinha de processos anteriores. Assim, é possível percebê-las principalmente no enquadramento do “Quadro 06”. Compunham este quadro 79 bens com um recorte bastante específico – imóveis de *arquitetura moderna* construídos entre os anos 1920 e 1970, e projetados por *autores conhecidos* no cenário paulistano. Segundo Somekh (2015), a lista foi produzida “sem interferência” do Departamento do Patrimônio Histórico. A origem desta listagem, conforme determinou a pesquisa, está em um estudo com foco na arquitetura moderna realizado pela Sempla, que teve início durante a primeira gestão de Jorge Wilhelm como secretário de planejamento nos anos 1980 (FRÉ, 2018). Wilhelm voltaria ao cargo em 2001, o que tornou o momento propício para resgatar este estudo e reapresentá-lo junto à lei de zoneamento.

A pesquisa busca problematizar a inclusão desta lista, composta de imóveis de estilo, período e autoria bastante específicos, por compreender que ela revela o interesse em monumentalizar e eternizar certo perfil de arquitetura moderna paulistana, uma expressão arquitetônica consagrada desde o princípio da trajetória preservacionista no Brasil. Flávia Nascimento (2016, p.135) pesquisou uma série de publicações, documentos e tombamentos de arquitetura moderna e constatou que, principalmente desde os anos 1980, o corpus crítico sobre a arquitetura brasileira vinha se avolumando ao passo que o moderno estava sendo valorizado. Participavam também deste processo de valorização “os órgãos de patrimônio, a historiografia da arquitetura e publicações seriadas”. O mesmo interesse na valorização do moderno foi demonstrado neste estudo realizado nos anos 1980 e resgatado nos anos 2000.

Se, por um lado, a presença desta lista revela a prevalência do *critério estético-estilístico* na escolha destes bens, perceber as ausências neste processo também é importante. Destacamos aqui os bens indicados para enquadramento nos *Planos Regionais das Subprefeituras*, que *não* foram classificados como Zepec naquele momento, diferentemente do Quadro 06. É importante lembrar que a Lei nº 13.885 era muito mais ampla que a disciplina do Uso e Ocupação do Solo, por também contemplar estes

planos regionais. O PL 139/2004 relata que seu processo elaborativo contemplou uma série de reuniões, com participação popular, onde foi possível manifestar interesse, entre outros itens, em “(...) elementos da paisagem urbana a serem preservados e valorizados...” (SÃO PAULO, 2004, p. 3). Assim seria possível, no contexto de cada subprefeitura, realizar indicações de áreas a serem enquadrados nas Zepecs.

Este processo tinha um potencial muito rico, pois possibilitaria à população indicar lugares que tinham valor para quem morava na região e com os quais aquelas pessoas se identificavam. Desde os anos 1970, defensores do conceito de “Patrimônio Ambiental Urbano” advogavam pela superação da prática de preservar os bens culturais por um pretoso valor “excepcional”, compreendendo que o sentido dos bens não se manifesta por si, “mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte” (MENESES, 1978, p. 45). O patrimônio seria, portanto, possuidor de um valor cultural criado pela sociedade, pois “(...) a ideia de um bem cultural vem perdendo seu caráter de excepcionalidade para representatividade” (YÁZIGI, 1977, p. 12). Estas indicações regionais poderiam, à vista disso, ser um importante instrumento de representatividade para a população. O texto da lei de zoneamento, no entanto, trouxe um parágrafo único informando que os imóveis indicados pelas Subprefeituras deveriam ser “encaminhados para análise do órgão competente de preservação do patrimônio” e poderiam ser enquadrados como Zepec na próxima revisão do PDE ou por meio de lei específica (Lei nº 13.885, 2004, art. 115, § único).

Sobre a inclusão deste parágrafo, é importante destacar que a cláusula não estava presente no projeto de lei. Ela foi adicionada após as discussões – e pressões – na câmara municipal, uma vez que muitas das áreas indicadas para preservação se encontravam em regiões de grande interesse para o mercado imobiliário, como Mooca e Lapa. Além disso, entrevistas realizadas durante a pesquisa revelaram que muitos imóveis foram considerados simples, “apenas” com valor “imaterial”, o que não “justificaria” o tombamento. Sobre esta questão, procuramos discutir a intangibilidade do patrimônio, recorrendo a Smith (2006, p. 56), para quem todo o patrimônio é *inerentemente imaterial*, uma vez que o real objeto das práticas de preservação são os valores e significados simbolizados ou representados *em e por* estes patrimônios. No caso das Zepecs, foi reforçado o papel dos especialistas, corroborando as práticas do patrimônio, nas quais é persistente a crença na supremacia do saber técnico para legitimar o valor atribuído aos bens. Mais uma vez, percebe-se neste processo a preponderância dos valores tradicionais em oposição àqueles socialmente atribuídos.

Por outro lado, Andréa Tourinho e Walter Pires (2018), que atuavam como técnicos do DPH naquele período, compreendem que nem todas as indicações foram fruto de audiências públicas e que algumas subprefeituras também formularam propostas a partir de seu corpo técnico. A despeito da origem desta listagem de bens, é interessante notar que foram indicadas áreas em regiões afastadas da coroa central, sobre as quais os técnicos do órgão de preservação pouco haviam se debruçado. É o caso da Subprefeitura de Parelheiros, que até então tinha apenas a cratera reconhecida e nos planos regionais indicou 18 áreas. Este fato é importante porque é nítida a concentração de imóveis tombados na área central da cidade e, por mais que as indicações não sejam para alterar a desproporção, ações que promovam o reconhecimento de áreas pouco alcançadas colaboram para a maior representatividade cultural nas políticas oficiais de preservação. O patrimônio existe na medida em que a população constrói relações com seus bens culturais, ou seja, por toda a extensão das cidades.

Outra questão importante diz respeito à divisão das Zepecs em alguns subgrupos, buscando compreender os motivos para esta classificação. Na ocasião de sua criação, elas foram divididas em:

- *Bens Imóveis Representativos (BIR)*: imóveis ou conjuntos de imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, inclusive os que tenham valor referencial para a comunidade.
- *Áreas de Urbanização Especial (AUE)*: Conjuntos urbanos com características homogêneas de traçado viário, vegetação e índices urbanísticos, que constituem formas de urbanização de determinada época, que devem ser preservados por suas qualidades ambientais.
- *Áreas de Proteção Paisagística (APP)*: Sítios e logradouros com características ambientais, naturais ou antrópicas, tais como: parques, jardins, praças, monumentos, viadutos, pontes, passarelas e formações naturais significativas, entre outras.

Segundo Fré, estes conceitos de tipologias foram pensados a partir de uma avaliação da Z8-200, por compreenderem que nem sempre a proteção em níveis de preservação se adequava a todos os bens. Criando tipologias, outros poderiam ser incluídos e também seria resolvida uma questão operacional importante: a concessão da TDC, que não se aplicava aos bens públicos, áreas verdes e bairros tombados. O texto da lei também informava que os imóveis seriam classificados por meio de um decreto, que nunca saiu na prática. O órgão de preservação pleiteou posteriormente a incumbência de realizar o acompanhamento destes bens, logo, o que se instituiu foi a classificação a partir dos termos definidos nas resoluções de tombamento, realizada pelos técnicos da secretaria de planejamento. Se um bem é tombado por suas características arquitetônicas, ele é cadastrado como uma Zepec BIR. Os bairros tombados ambientalmente são cadastrados como Zepec AUE. Já as áreas verdes, praças e parques se tornam Zepecs APP.

É importante problematizar o processo de concepção das Zepecs para perceber que nunca houve a devida integração entre planejamento e preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo. As ações foram feitas de maneira independente, sem diálogo ou trabalho conjunto e em alguns momentos é possível perceber conflitos na gestão destes bens. O patrimônio configura um espaço de disputas não apenas setoriais, mas também políticas e é preciso tensionar estas questões. Em uma publicação sobre os dilemas da preservação do patrimônio cultural, Meneses (2015, p. 40) é enfático ao apontar as “contradições e fronteiras tênues entre preservação e, por exemplo, o zoneamento”. Estas contradições denunciam o descompasso existente. o autor propõe como diretriz para orientar a relação “considerar o cultural uma dimensão do social – e não o inverso” (MENESES, 2015, p. 41). Embora defenda a existência de uma legislação e práticas unificadas, ele a considera quase uma utopia e sugere que, enquanto isto não se torna realidade, as instâncias deveriam ter uma atuação diferenciada, mas solidária.

Outra questão relevante é que a participação social se firmou como forte tônica no discurso de construção das Zepecs, mas foi enfraquecida pelas decisões tomadas pela administração. Apesar dos indícios de que nem todas as indicações partiram de populares, é fato que foram realizadas discussões para identificar bens culturais que fazem parte do cotidiano das pessoas e espaços simbólicos e representativos da memória da cidade. Porém, a administração cedeu a pressões e considerou estas manifestações insuficientes para determinar sua preservação. Seria preciso que o órgão de preservação analisasse os pedidos, como se somente ele fosse capaz de determinar

o que é patrimônio, ou melhor, que patrimônio representa aquelas pessoas em suas realidades locais. Se a matéria da cultura é social, é preciso superar estas barreiras e tornar o patrimônio oficialmente reconhecido mais permeável às demandas da população. São as pessoas e a maneira que elas se apropriam dos espaços que dão sentido à sua existência e preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Zoneamento Urbano, Política Urbana.

REFERÊNCIAS

CONPRESP. **Instalação do primeiro Conselho** – 20/10/1988, 19 mai. 2008. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/noticias/?p=4464>>. Acesso em 28 fev. 2019.

FRE, Sylvia Maria Luz. Entrevista à autora. **Pesquisa acadêmica - Zepecs**. [mensagem pessoal]. Recebidas por <marianapessoa@usp.br> de 03 a 09 out. 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **Revista C.J. Arquitetura**, São Paulo, n.19, p. 45-46, 1978.

_____. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. MORI, V. H [et. al.] **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo, 2ª ed. ampliada: IPHAN, p. 35-76, 2015.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de Memórias**: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.

SÃO PAULO (cidade). Lei n. 8.328, de 02 de dezembro de 1975. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 1975.

_____. Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 14 set. 2002.

_____. Lei n. 13.885, de 25 de agosto de 2004. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 06 out. 2004.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Nova York: Routledge, 2006.

SOMEKH, Nadia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 185.08, Vitruvius, out. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>. Acesso em 08 ago. 2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Entrevista concedida à autora em 05 set. 2018.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio Ambiental Urbano primeiras noções. **Manual do professor**. São Paulo, Coord. Ação Regional/Sec. de Economia e Planejamento/Gov. Estado de São Paulo, 1977.

A importância do inventário na preservação do patrimônio cultural de Vargem Grande do Sul

The importance of inventory in the preservation of cultural patrimony of Vargem Grande do Sul

TIRELLO, Regina Andrade (1); ANDRADE, Patrícia Cavalheiro (2)

(1) Professora Doutora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp; rtirello@gmail.com ;

(2) Aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp; igpaticav@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Fatos recentemente ocorridos em Vargem Grande do Sul (40.000 habitantes), cidade do interior paulista, revelaram a necessidade de descobrir qual seu potencial em bens culturais locais disponíveis para a preservação. Dentre alguns dos fatos, temos demolições da nossa história, como o caso da estação ferroviária.

A partir de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de conhecer melhor os temas patrimônio e inventário, recorrendo à revisão bibliográfica e análise documental pretendemos destacar o inventário como a primeira ferramenta para a Preservação do Patrimônio Cultural, vindo de encontro às necessidades de cidades que não possuem nenhum tipo de instrumento legal para salvaguarda de sua memória, como o caso de Vargem Grande do Sul.

E também trazer a importância de instituí-lo como prática constante de ação do poder público e como instrumento essencial para instituição de futuras ações de proteção e o planejamento da cidade.

Ainda com o suporte dos temas patrimônio/inventário e da evolução de seus conceitos vamos conectá-los a exemplos concretos encontrados na cidade através do apoio de uma revisão em documentos que fazem parte do processo de emancipação da cidade que ocorreu no início do século XX.

Com isso desejamos sensibilizar o poder público a elaborar e implementar políticas envolvendo principalmente os Departamentos de Cultura e Educação, com o objetivo de atingir a conscientização da população, disponibilizando ferramentas para construção de seu saber e levando-os a colaborar com a preservação do seu próprio patrimônio cultural.

Ao longo do tempo o tema Preservação do Patrimônio vem evoluindo, e até mesmo com significados diversos ou com teorias conflitantes, tal evolução reflete a realidade de cada época onde é objeto de estudo. A sua abordagem por diferentes tipos de interessados, pode variar de acordo com os objetivos, quer sejam da época em que se encontram ou do próprio interessado no assunto.

Já que o patrimônio é o foco de ações de preservação, é interessante observar a evolução do seu significado; tendo seu princípio histórico no conceito de herança como legado dos antepassados, evoluiu ao compartilhar sua significância com obras feitas

pelo homem que tivessem algum tipo de valor reconhecível e importante a ser preservado. Posteriormente em sua trajetória evolutiva o termo se firmaria por um longo tempo com as características de artístico e histórico.

Desta maneira, encontramos já a expressão “patrimônio histórico e artístico” figurando no início da trajetória na preservação patrimonial do Brasil, década de 1930, através da atuação do IPHAN (antigo SPHAN); cuja legislação adotada indicava que os bens dignos de serem preservados deveriam estar vinculados a fatos memoráveis da história do país e apresentar um excepcional valor. Mesmo com restrição do universo patrimonial a ser preservado, o que preconizava a legislação não impossibilitou um trabalho de grande relevância ao país e difundiu as ideias de valores até hoje enraizadas nas noções populares deste assunto. Portanto tornou-se um senso comum popular valorar apenas o patrimônio histórico e artístico ligados a fatos memoráveis e de excepcional valor, como percebemos nos dias de hoje quando este assunto vem à tona em meio à população em Vargem Grande do Sul.

Também no início do século XX, as primeiras reuniões e conferências internacionais procuravam padronizar as práticas de preservação, através de documentos com instruções orientativas que guiassem os países de acordo com a realidade local. Assim, temos a Carta de Atenas (1931), que dentre suas diversas recomendações indicava aos países que inventariassem seus monumentos históricos nacionais, ficando subtendido o inventário como um instrumento no processo de proteção patrimonial. Este documento é de fundamental importância, por ter lançado as bases para a evolução no decorrer do século XX das questões preservacionistas.

Outro momento importante nesta evolução foi quando em 1964 a Carta de Veneza introduziu novos conceitos de dimensão cultural, para atender as complexidades surgidas no decorrer dos 30 anos passados desde a Carta de Atenas (1931). Ao trazer a significação cultural ao patrimônio ampliou suas referências ligando-o também a diversas manifestações da sociedade, sejam bens ou processos que tenham uma representatividade de valor histórico, artístico, afetivo, emocional e de diversas outras naturezas.

Como os processos evolutivos são contínuos e permanentes, continuaram ocorrendo várias reuniões internacionais e mesmo nacionais, ampliando conceitos que forneceram bases para um novo foco das práticas de proteção do patrimônio cultural trazidas na presente Constituição Brasileira (1988). Até então baseadas nos valores artísticos e históricos dos monumentos, incluiu os bens imateriais como novos itens elegíveis à preservação; introduziu as comunidades como colaboradora dos processos; e ainda ampliou os aspectos da valoração com a adoção de novas referências de abrangência cultural. Também colocou o inventário como um instrumento a fazer parte de um amplo conjunto de ações e práticas para a promoção e proteção dos bens culturais.

A maneira que o inventário foi abordado na constituição, um meio de promover e proteger, não deixou claro como de fato ocorreria. Mas o ato de inventariar por si só já nos parece um meio de proteger o bem cultural, ao passo que se produz um registro contendo vasta informação do objeto, ainda que este deixe de existir, o registro figurará como representante de sua preservação. E sob o ponto de vista da promoção e divulgação, o inventário assume sua função de produzir conhecimento, isto é, todos os conhecimentos fornecidos por ele estarão trabalhando na construção de um saber que fornecerá subsídios para o reconhecimento de expressões culturais e abrirá caminhos para difusão do patrimônio.

Cabe lembrar que originariamente o termo inventário nos remete às atividades de listar, enumerar, catalogar, fazer levantamentos, e neste sentido ele se relacionava diretamente ao patrimônio herança. Quer seja como inventário dos bens herdados ou inventário de um bem cultural, o seu papel primordial é de valorar o patrimônio, cada qual dentro de seu universo.

Assim como o processo evolutivo trouxe novos focos nas práticas preservacionistas, o inventário também evoluiu, se mantendo como um item primordial. Ampliaram-se em processos metodológicos com maior clareza na definição dos critérios e dos recortes de trabalho, e adotando multidisciplinaridade para apoiar interpretações necessárias. Por fim através das ferramentas básicas: listagem, identificação, classificação, interpretação/crítica, aprendizado e compreensão do bem cultural, adquire a capacidade de valora-los, dirigi-los, gerencia-los e conduzi-los, tornando-se possível o planejamento de ações quer estejam direcionadas ao micro universo das obras de restauro, ou até ao macro universo do planejamento urbano de cidades.

Dentro da metodologia a ser adotada eles podem ser classificados de acordo com sua função, como Maria Tarcila Guedes (1987) aponta na contribuição de Guillermo Trimmiño Arango, arquiteto consultor da UNESCO, a definição de três tipos: 1º) Inventário de reconhecimento (identificação) é aquele destinado ao conhecimento do potencial patrimonial, através de dados básicos (localização, fotografias, dados do proprietário, época, etc.); 2º) Inventário de proteção que visa reunir os dados necessários à tomada de decisões sobre a proteção dos bens; 3º) O Inventário científico, (pode ser adotado para bens já tombados) com as informações necessárias e precisas para a identificação dos valores a serem preservados (GUEDES, 1987, p. 87), visando orientar obras de conservação e restauração.

Em resumo, a necessidade da sistematização metodológica dos processos e suas interpretações vieram a contribuir na identificação dos valores do bem cultural podendo levar a ações de preservação, fundamentadas em bases sólidas, ou seja, em conhecimentos técnicos pertinentes e em informações confiáveis, advindas dos estudos que envolveram a inventariação.

Diante do tema abordado, e lançando mão dos estudos históricos da cidade de Vargem Grande do Sul, foi possível reconhecer na documentação do processo de emancipação da cidade (1921) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO) um inventário de identificação e ainda relacioná-lo com questões atuais.

Tal como foi exposto os inventários têm por objetivo a produção de conhecimentos e a função de instrumento nos processos de preservação patrimonial; aqui a documentação encontrada pôde ser reconhecida como um inventário de identificação, ou seja, nos fornece o conhecimento necessário para identificar diversos aspectos considerados relevantes para aquele momento em que foi produzido com o objetivo da emancipação do Distrito de Vargem Grande. Ainda, na atualidade nos fornece dados importantes para atribuímos um valor histórico aos próprios documentos em si e aos monumentos que possam ser identificados nas descrições nele encontradas.

Chamou-nos atenção um dos documentos encontrados no processo, uma petição de 22 de agosto de 1918 (figura 1), elaborada pelo pároco do distrito, o Padre Donizete Tavares de Lima, cujo texto em poucas palavras abrange vários aspectos da cidade à época da emancipação resumindo alguns quesitos necessários em atendimento ao processo de emancipação. O texto identifica diversos aspectos físicos, socioeconômicos, e fornece a possibilidade da comprovação com certidões, documentos e fotografias. Segue abaixo imagem do documento original:

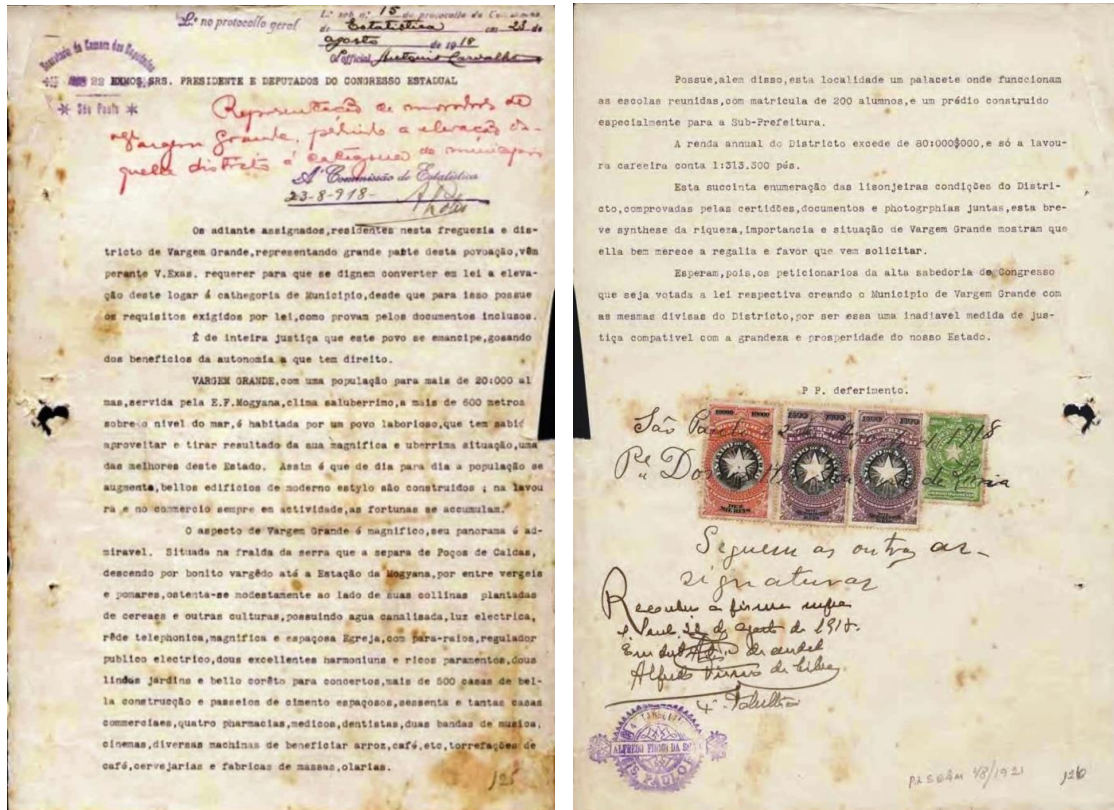


Figura 1 - Petição assinada por Padre Donizetti Tavares de Lima, parte do processo de emancipação do Distrito de Vargem Grande. Acessada em 20/06/2019 – Exposição Cenários – Assembleia Legislativa do Estado de SP https://www.al.sp.gov.br/cenarios/municipios/vargem_grande/index.html

Seguindo com análise do trecho: “Vargem Grande, com uma população de para mais de 20.000 almas, servida pela E.F. Mogyana [...]” (transcrição do texto figura 1); identificamos a estação ferroviária Vargem Grande (1909), ramal da Companhia Mogiana. Decorre a interpretação que na época ao indicar a existência da estação ferroviária, considerava-se como um aspecto relevante para conseguir alcançar objetivo proposto com a petição. Trazendo para uma análise atual, podemos dizer que o documento nos forneceu os conhecimentos necessários para contribuir na valoração do bem, no caso a estação ferroviária e com isso nos direcionaríamos para propostas de preservação do bem cultural.

Porém, neste caso infelizmente não é mais possível nenhuma ação, já que o bem foi demolido em 2014. Fato ocorrido, pois em uma rara exceção este exemplar era propriedade particular, adquirido em leilão. Mesmo num primeiro momento tendo havido esforços das autoridades públicas locais através de decreto de utilidade pública e uma “representação civil pública” embasada juridicamente, inclusive apoiada na Constituição Brasileira, citando aspectos abordados neste trabalho, o que prevaleceu foi o valor econômico do bem para o proprietário.

Em outro trecho identificamos prédios considerados fundamentais, por representarem certo grau de desenvolvimento para o distrito que pleiteava sua emancipação: “[...] Possui, além disso, esta localidade um palacete onde funcionam as escolas reunidas, [...] E um prédio construído especialmente para a Sub-Prefeitura. [...]” (transcrição do texto figura 1).

Estes, correspondem a atual Casa da Cultura e a Câmara Municipal, edifícios públicos, estão conservados, porém nunca foram inventariados. E podemos afirmar que as obras de conservação executadas se assemelharam a simples reformas, sem utilizarem nenhum critério fundamentado em inventários, ou seja, estudos (sistema construtivo, elementos estruturais, acabamentos, particularidades de estilo, etc.).

Ainda nos chamou atenção no documento: “[...] Bellos edificios de moderno estylo são construídos [...]” (transcrição do texto figura 1). Até hoje existem alguns destes belos edifícios, e percebemos que aqui ocorre a valoração artística, estética dos bens imóveis de excepcional valor, adotada nos primeiros tempos de atuação do IPHAN. Por fim identificamos que os belos edifícios tinham uma relação com “[...] As fortunas que se acumulam. [...]” (transcrição do texto figura 1), ou seja, o poder econômico.

O edifício que aparece a seguir na figura 2, recentemente adquirido pela Prefeitura Municipal para a instalação do Departamento de Educação, ilustra nossa observação. Tal aquisição se deu em função da ameaça de demolição, e ainda por apresentar um valor artístico considerável que representa aquele momento histórico importante ao município, onde as fortunas se acumulavam pelo auge do ciclo cafeeiro.



Figura 2 - Foto Residência José Speria, década 1920 (arquivo eletrônico acervo particular)

Há inúmeros outros bens culturais que poderiam ser exemplificados e várias abordagens surgiriam com a análise do texto do Padre Donizete apresentado aqui, no entanto, escolhemos explorar o que se refere ao patrimônio cultural material, especificamente relacionado às edificações. Todos os aspectos apresentados no documento analisado conferem caráter amplamente cultural a ele próprio, um verdadeiro patrimônio cultural que se encontra preservado e divulgado cumprindo com seu papel de produzir conhecimento, e ainda puderem contribuir na fundamentação da valoração dos monumentos abordados aqui, como parte de um processo.

Buscamos inspiração nos primeiros passos do Brasil através do antigo SPHAN iniciando suas ações de preservação dos bens que representavam a identidade nacional naquele momento, o Brasil colonial. Deste modo, propomos a inventariação do

patrimônio cultural da cidade de Vargem Grande do Sul e promoção de ampla divulgação quer seja através das mídias disponíveis ou de educação patrimonial.

Vargem Grande do Sul não nasceu no Brasil colônia, porém queremos resgatar valores como a luta dos cidadãos vargem-grandenses em fundar a vila em 1874 e depois emancipá-la, continuar construindo sua própria identidade fundamentada em conhecimentos importantes de sua história. Pensemos então caso os cidadãos daquela época fossem pacatos conformistas e nada tivessem feito? Hoje ainda seríamos a Vila de São João da Boa Vista? Ou o Bairro da Porteira? (como era conhecida).

Diante do exposto fica evidente a importância de começar pelo ponto primordial: estudar e inventariar (documentar) o patrimônio cultural de que dispomos, para que os registros sirvam de ferramenta para conduzir e auxiliar no planejamento da cidade, como o plano diretor, que neste momento se encontra em andamento. Unindo a isso, vemos também a importância de se estabelecer um corpo técnico qualificado que consiga dar andamento à defesa do patrimônio local e futuramente instituir instrumentos legais, para o suporte necessário.

PALAVRAS-CHAVE: inventário, preservação, instrumentos legais, política pública.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exposição Cenários** – As cidades do Interior de São Paulo no começo do século XX, Processo de emancipação do Distrito de Vargem Grande, acessada em 20/06/2019

https://www.al.sp.gov.br/cenarios/municipios/vargem_grande/index.html

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Introdução** - IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. v.1. Monumentos do Município de Salvador, Bahia, 1975-2002. 7v

_____. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-87, 1987.

BRASIL. **Constituição** (1988). Acesso em: 3 abril 2019

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL. **Decreto** nº 25, de 30 de novembro de 1937.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em: 3 abril 2019

CARTA DE ATENAS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 3 abril 2019.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 3 abril 2019.

COSTA, Lúcio; PESSOA, José (coord). **Lúcio Costa**: Documentos de trabalho. R.J:IPHAN, 1999.

GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 86-89, 1987.

FASANELLA, Ângelo e AVANZI, Dôra – **Revista** “Vargem Grande do Sul em Prosa, Verso e Fotos” - Vargem em Revista, Novaeditora/Disquetel, 2010.

IPAC-BA – **Inventário de proteção do acervo cultural**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, BAHIA, 1982.

JUNIOR, Mario Poggio – **texto**: PASSEIO PELA PÉROLA DA MANTIQUEIRA (2015)

MIRANDA, Maria José Pereira, Bibliotecária e documentalista, Chefe de Secretaria da Câmara
- **História da Câmara de Vargem Grande do Sul** em:
<http://presidentesdacamaravgs.blogspot.com/> (acesso em maio de 2019)

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano;
THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio
de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85-7334-
299-4.

SANT'ANNA, Márcia. **Preservação como prática**: sujeitos, objetos, concepções e
instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano;
THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro;
Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6.

A qualidade de habitação e arquitetônica do Residencial São Caetano do programa “PPP Habitacional” no bairro da Luz: análise dialógica

The housing and architectural quality of the Residential São Caetano of the “PPP Habitacional” in Luz neighborhood: dialogical analysis

SILVA, Marcos Felipe Alves da (1); SALCEDO, Rosio Fernández Baca (2)

(1) Mestrando, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), marcosf_arch@yahoo.com.br ;

(2) Professora Doutora, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), rosio.fb.salcedo@unesp.br .

RESUMO EXPANDIDO

A habitação, embora seja um direito de todos como assegura à Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 e a Constituição de 1988 do Brasil, na sociedade capitalista é um bem de acesso limitado e dificultoso à população de baixa renda. Neste estudo, entendemos à habitação como um direito social e de necessidade básica para a vida humana, sendo a moradia o espaço de proteção dos anseios do homem, reduto de suas relações íntimas e dos diferentes padrões e estilos de vida dos indivíduos (BACHELARD, 2008; PALLASMMA, 2017).

Na Carta de Atenas de 1933 (IPHAN, 2014a), a habitação é vista como o prolongamento do núcleo familiar aos equipamentos de uso coletivo em sua proximidade, como: escolas, postos de saúde, comércio, transporte público e espaços de lazer. Assim, tratando-se sobre o tema de projetos de habitação social em contextos históricos, a Carta de Petrópolis de 1987 e a Resolução de São Domingos de 1974 (IPHAN, 2014b, 2014d) reconhecem como meio para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de tais áreas, a função também residencial de centros históricos e dos bairros de sua ambiência.

No Brasil, segundo Silva (2000) e Bonduki (2010), a política de preservação do patrimônio histórico e cultural esteve desassociada da política habitacional. Historicamente a provisão de moradia popular no país foi relegada às áreas periféricas, sem infraestrutura e oferta de serviços coletivos necessários. Uma vez também, que o déficit de moradia é um dos grandes entraves sociais para serem solucionados pela gestão pública. Dados da Fundação João Pinheiro (2018) apontam como estimativa que no ano de 2015, a demanda por habitação no país era de 6,355 milhões de unidades.

Na cidade de São Paulo, de modo pioneiro no país, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1993) foi proposto o primeiro programa de Habitação Social no Centro, o Programa de Intervenção em Cortiços. Posteriormente, outros programas de habitação foram implementados, como o Programa de Arrendamento Residencial, Programa de Locação social, Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Programa Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional, outros.

Em relação à PPP Habitacional, por serem recentes as obras concluídas pelo programa até 2019 (a exemplos do Residencial São Caetano, Alameda Gleite e as torres do

Complexo Júlio Prestes), identifica-se que ainda não há estudos suficientes sobre a qualidade dos empreendimentos da PPP na ambiência do centro histórico de São Paulo.

Apesar de ser recente os feitos da PPP no Brasil, verifica-se no cenário internacional que desde a década de 1980, gestões públicas de diversos países (como Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá, Portugal, Itália, Espanha, Holanda, entre outros), buscaram se associar à iniciativa privada, através das *Public-Private Partnerships* (PPPs), para o contingenciamento do déficit habitacional, segundo Brito e Silveira (2005).

Na cidade de São Paulo, o Programa PPP Habitacional foi criado pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo em 2014, através do Programa “Morar Bem, Viver Melhor”, sendo gerenciado pela Agência Casa Paulista. A PPP tem como propósito a produção e o gerenciamento de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) pela iniciativa privada, em terrenos do poder público localizados no Centro Expandido (ou na ambiência do centro histórico).

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade habitacional e arquitetônica da PPP Habitacional em relação à ambiência do centro histórico de São Paulo. Para isto, analisa-se o programa habitacional com relação às diretrizes de projetos previstas no edital de concorrência pública, a formação profissional do autor do projeto de arquitetura do Residencial São Caetano (empreendimento de HIS).

Para esta análise, utiliza-se o Método Arquitetura Dialógica, fundamento na dialogia de Bakhtin (1988), na hermenêutica e narratividade de Ricoeur (2002), e na *Topogenesis* (a gênese do lugar para viver) de Muntañola (2000). O projeto de arquitetura assim, é compreendido como metáfora de “Texto”, ao passo que a ambiência do centro histórico, e a formação profissional do autor como “Contexto”.

O objeto de estudo, portanto, refere-se ao Residencial São Caetano: empreendimento de HIS da PPP Habitacional, localizado no Bairro da Luz, Distrito do Bom Retiro, no endereço Rua São Caetano, nº 629 e Rua Cantareira, nº 118. O projeto deste edifício foi feito em formato condomínio, apresenta oito torres de apartamentos com cinco pavimentos. No total há 126 unidades de habitação, distribuídas em quatro tipologias: apartamentos de um dormitório, dois dormitórios, um dormitório adaptado à acessibilidade e conjugado. Não possui garagens, uso comercial no térreo e elevadores (Figura 1).

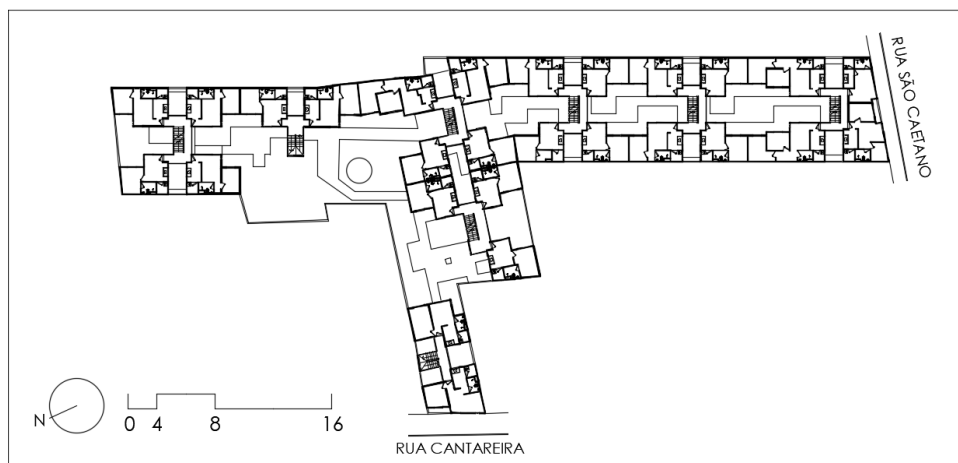


Figura 1 - Planta baixa do Pavimento Tipo do Residencial São Caetano.

Fonte: Material disponibilizado pela Agência Casa Paulista, e redesenhado pelo autor.

Assim, no Método Arquitetura Dialógica, entende-se como “Texto” o projeto de arquitetura do Residencial São Caetano, e seu Contexto ao Bairro da Luz (Distrito de Bom Retiro), o Programa PPP Habitacional (diretrizes de projetos), e a formação profissional do autor do projeto do Residencial São Caetano.

Os critérios de análise do Método Arquitetura Dialógica, respectivamente ao Texto e Contexto, são:

Texto: será feita a leitura do projeto de arquitetura (estudo de caso: Residencial São Caetano) a partir das Categorias Dialógicas¹ de Salcedo et al. (2015). **Contexto** é feita a abordagem descritiva dos Aspectos históricos, arquitetônicos, econômicos, sociais, urbanos, culturais e ambientais da área de estudo (Bairro da Luz); a identificação das diretrizes de projeto do Programa habitacional, e a análise da formação profissional do autor do projeto.

Texto (projeto de arquitetura do Residencial São Caetano), através das Categorias Dialógica, analisa-se: 1) *Inteligibilidade*: o projeto apresenta gabarito correspondente aos edifícios de seu entorno, e fachadas alinhadas às edificações vizinhas. 2) *Intertextualidade*: a estética das elevações tem com pouca originalidade, as fachadas são lisas, sem adornos e materiais que retomam as características e texturas das construções comuns e históricas do Bairro da Luz. 3) *Hibridação*: não se verifica a preservação edilícia para a valorização do antigo através do novo, pois o projeto não envolveu a reabilitação e/ou a restauração da arquitetura local. 4) *Inovação*: o projeto é definido por blocos de apartamentos sem diferenciação estética, material e formal de suas fachadas. As unidades de habitação são agrupadas em cinco pavimentos, sem heterogeneidade arquitetônica dos edifícios. Não há esquadrias que se diferenciam do conjunto, e pontos de identidade na composição arquitetônica das elevações. 5) *Contemporaneidade*: apesar de ser um projeto novo, e apresentar relação de contraste com as construções de seu entorno, não se verifica requinte material, morfológico e construtivo (Figura 2).

¹ As Categorias Dialógicas correspondem aos conceitos da hermenêutica de Ricoeur (2002), utilizados por Salcedo et al. (2015) para subsidiar a leitura de projetos de arquitetura em contextos históricos. Categorias que apresentam relação às recomendações das Cartas Patrimoniais, a exemplo: Recomendações de Nairóbi de 1976, para projeto novo em centro histórico, considera-se: “[...] alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios” (IPHAN, 2014c).



Figura 2 - Fachada do Residencial São Caetano, na Rua São Caetano.
Fonte: fotografia de Marcos Felipe Alves da Silva, 15 de abril de 2019.

Contexto (Bairro da Luz): acerca dos Aspectos históricos, verifica-se que é uma região da ambiência do centro histórico que se desenvolveu devido a ferrovia. Tendo sua formação urbana resultado da ocupação da população operária e das pequenas atividades comerciais, como lojas de vestuários, quitandas, etc. (GUIMARÃES, 1977).

Aspectos arquitetônicos: predomina-se edificações antigas de estilo eclético. Na região também há grande número de edifícios tombados, como: Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz (Resolução: Ex-Officio em 27/08/1979, IPHAN²; CONDEPHAAT³; CONPRES⁴), Quartel da Luz (Resolução de 15/12/1972, CONDEPHAAT; CONPRES), Pinacoteca do Estado de São Paulo (Resolução 24 de 05/05/1982, CONDEPHAAT; CONPRES), etc.

Aspectos econômicos e sociais: através do estudo de campo, pôde-se perceber que a maior parcela dos habitantes é constituída pela população de baixa renda, que possivelmente exerce atividades laborais nos comércios locais. Na região, também há muitos moradores de rua e usuários de droga. Observa-se também na área que os imóveis comerciais são preteridos aos de uso residencial, como na Rua São Caetano (Figura 3).

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

⁴ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo.



Figura 3 - Rua São Caetano, Luz, São Paulo - SP.

Fonte: fotografia de Marcos Felipe Alves da Silva, 15 de abril de 2019.

Aspectos urbanos, culturais e ambientais: Silva e Salcedo (2019) apontam que a região atende aos índices de análise de equipamentos e serviços coletivos no contexto da habitação, quanto à saúde (hospitais, postos de saúde), educação (escolas e ensino técnico), transporte, comércio local, espaços de promoção cultural (museus, centros culturais, biblioteca, etc.), e lazer (parques e praças arborizadas). A região, portanto, atende a qualidade do habitar como considera a Carta de Atenas de 1933 (IPHAN, 2014a).

Programa habitacional: consoante ao Anexo II do Edital de 2014 (SÃO PAULO, 2014, p. 2-12), identifica que as diretrizes de projeto se referem ao zoneamento correspondente para a oferta de habitação social em áreas do Centro de São Paulo, a partir da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC) e das Operações Urbanas.

As diretrizes de projeto da PPP para a produção de HIS e HMP, preconizam: 1) Unidade urbana (as novas edificações devem estar alinhadas às construções vizinhas, com respeito ao gabarito, volumetria, alinhamento, geometria, etc.). 2) Diversidade arquitetônica: projetos arquitetônicos diversificados para o desenvolvimento de novas identidades na área central. 3) Evitar condomínios fechados. 4) Melhoria do espaço público: objetiva-se a remodelação de espaços públicos degradados e desvalorizados. 5) Cidade de uso misto. 6) Uso não residencial no térreo: deverão ser programados nas partes térreas ao alinhamento das vias públicas das novas edificações.

Formação do autor do projeto: a partir do currículo do profissional foi possível identificar que este possui curso de graduação em Engenharia Civil, e especialização em Edificações e Estruturas de Concreto Armado. Não havendo capacitação compatível para o desenvolvimento de projetos habitacionais em centros históricos, como profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo.

A partir das análises do **Texto** e **Contexto**, através do Método Arquitetura Dialógica, temos como considerações que projeto de arquitetura do Residencial São Caetano não corresponde as diretrizes de projeto previstas no edital da PPP Habitacional. Também, analisa-se, que o Residencial São Caetano foi uma intervenção pontual no Bairro da

Luz, não havendo feitos para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural da região central.

Sobre os aspectos históricos e arquitetônicos, analisa-se que a região tem a sua gênese urbana (ou *Topogenesis*) resultado da ocupação operária, e com grande número de edifícios antigos e tombados. Os aspectos sociais e econômicos do Bairro da Luz mostram que o uso comercial é preterido à ocupação residencial, e o habitantes da área se caracterizam pelos funcionários do comércio local, além dos moradores de rua e usuários de droga. Sendo uma região abastecida por equipamentos e serviços coletivos.

Quanto a análise da PPP Habitacional, verifica-se que apresenta diretrizes de projeto que subsidiem a intervenção dos novos empreendimentos de HIS e HMP na ambiência do centro histórico de São Paulo; estando também em concomitância a legislação vigente da cidade (ZEIS, ZEPEC, Operações Urbanas). No entanto, através da leitura (hermenêutica) do Residencial São Caetano pelas Categorias Dialógicas, analisa-se que nenhuma diretriz de projeto do programa foi atendida.

Por fim, considera-se ser necessário que os novos empreendimentos do Programa PPP Habitacional para HIS e HMP no centro histórico de São Paulo sejam desenvolvidos por equipes multidisciplinares (arquitetos, urbanistas, engenheiros, historiadores, sociólogos, etc.), para a qualidade destas intervenções em relação à ambiência histórica. Havendo para tanto, ações conjuntas para a salvaguarda e preservação das construções históricas (tombadas ou não) da área central, além da provisão de moradia à população de baixa renda.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Social, Centro Histórico de São Paulo, Programa Parceria Público-Privada Habitacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da Unesp, Campus de Bauru-SP.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 256 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988. 196 p.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010. 376 p.
- BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 1, p.7-21, 2005. Trimestral.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP (Brasil). Governo de Minas Gerais. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. 6. ed. Belo Horizonte, 2018. 78 p. Estatística & Informações.
- GUIMARÃES, Lais de Barros Monteiro. **Luz**. São Paulo: Novos Horizontes, 1977. 118 p. (História dos bairros de São Paulo). Prefeitura do Município de São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) (Brasil). **Carta de Atenas - CIAM - Novembro de 1933**: Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas. 2014a.

_____. **Carta de Petrópolis - 1987:** 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. 2014a.

_____. **Recomendações de Nairóbi - Novembro de 1976:** 19ª Sessão da UNESCO. 2014b.

_____. **Resolução de São Domingos - Dezembro de 1974:** I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA. 2014c.

MUNTAÑOLA, Josep. **Topogénesis:** Fundamentos de una nueva arquitectura. Barcelona: Edicions Upc, 2000. 176 p.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar.** São Paulo: Gustavo Gili, 2017. 125 p.

RICOEUR, Paul. **Architecture et narrativité.** Architectonics: MIND, LAND & SOCIETY, Barcelona, v. 4, p.9-29, 2002. Semestral.

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca et al (Org.). Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método. In: SALCEDO, Rosio Fernandez Baca; PASCHOARELLI, Luis Carlos.

Interação: Panorama das Pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. Bauru: Canal 6, 2015. Cap. 19. p. 1-11.

SILVA, Helena Menna Barreto. Documento preparado para o encontro. In: HABITAÇÃO NO CENTRO DE SP: COMO VIABILIZAR ESSA IDEIA? 15., 2000, São Paulo. **Proceedings...** . São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos Fauusp, 2000. v. 2, p. 1 - 50.

SILVA, Marcos Felipe Alves da; SALCEDO, Rosio Fernández Baca. A Sustentabilidade do Programa de Parceria Público-Privada para Habitação Social no Centro Histórico de São Paulo: Análise Dialógica. In: XV FÓRUM AMBIENTAL ALTA PAULISTA, 15., 2019, Tupã.

Anais... . Tupã: Anap - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, 2019. p. 292 - 307.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA HABITAÇÃO. **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL N.º 001/2014.** 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/HABITAÇÃO%20-%20EDITAL%20DE%20LICITAÇÃO%20ANEXO%20MINUTA%20DE%20CONTRATO.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

Ainda existem habitações no centro tombado de Cuiabá-MT?

Are there still housing in the heritage centre of Cuiabá-MT?

MASCARO, Luciana (1); TORRES, Gabriella (2)

(1) Professora Doutora Luciana Pelaes Mascaro, Universidade Federal de Mato Grosso, mascaro.luciana@gmail.com ;

(2) Gabriella Regina Santos Torres, Universidade Federal de Mato Grosso, gabriellaregina55@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A viabilidade no uso da habitação social como instrumento de preservação do patrimônio construído se justifica por promover a permanência de pessoas numa área e, em consequência, gerar variedade de atividades cotidianas e um dinamismo benéfico que favorece a segurança, os contatos de vizinhança, as identidades culturais, as redes sociais. Além disso, edificações habitadas tendem a ser constantemente reparadas, o que promove a preservação do patrimônio construído. Nosso objetivo foi realizar análise de mapas de uso e ocupação do solo na região do centro antigo tombado de Cuiabá-MT realizados por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT em diferentes momentos, para verificar a dinâmica dos usos e se, de fato, outros usos têm se instalado em detrimento do uso residencial. Observamos também pontos específicos da região tombada, como o Largo do Rosário e a Praça da Mandioca, originalmente residenciais, mas que têm passado por transformações. Considerando o processo de modernização pelo qual a cidade passou desde os anos de 1940, verificamos que não existiram políticas públicas preocupadas com a habitação em áreas centrais, nem estratégias para articular moradias em área de tombamento com preservação do patrimônio cultural e arquitetônico.

No contexto apresentado e considerando que nosso objetivo principal é constatar se, de fato, o centro antigo de Cuiabá está deixando de ser residencial, fizemos revisão de referências bibliográficas sobre o processo de expansão urbana da cidade e seu impacto no centro antigo e sobre a importância do uso das edificações como habitação para a conservação e preservação de centros tombados. Analisamos também material iconográfico relacionado ao tema e documentos primários, como a Lei de Uso Ocupação e Urbanização do Solo (LUOUS) de 2015. Analisamos levantamentos e mapeamentos de uso e ocupação do solo realizados por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT, vinculados a projetos de pesquisa e extensão¹, que forneceram dados de diferentes períodos sobre o cenário do centro tombado, referentes aos usos predominantes dos imóveis da região.

Os objetivos específicos deste trabalho são: a) analisar a dinâmica dos tipos de uso das edificações do perímetro de tombamento do centro antigo de Cuiabá; b) verificar se, como suspeitamos, outros usos têm se instalado em detrimento do uso residencial e em

¹Grupo de Pesquisa e Extensão Épura / Grupo de Pesquisa e Extensão “Ações relacionadas à preservação do patrimônio material e ambiental em Mato Grosso”.

quais regiões do perímetro de tombamento; c) evidenciar que há demanda por habitação e, ao mesmo tempo, edificações que poderiam abrigar esse tipo de uso no centro antigo (expandido, compreendendo perímetros de tombamento e de entorno); d) evidenciar que o uso residencial é de interesse para promover a conservação do patrimônio construído, embora não existam políticas públicas voltadas a essa questão em Cuiabá.

Considerando o processo de degradação do centro antigo de Cuiabá-MT e sua atual situação, estudamos a dinâmica do uso do solo em diferentes períodos nessa região com foco na evasão do uso residencial. Estudos mostram (FREIRE, 1997; CASTOR, 2013; BIANCARDINI FILHO, 2014; CANAVARROS, 2015; RODRIGUES & ROMANCINNI, 2009) que estado atual do centro antigo é devido a fatores tais como os esforços de modernização da cidade a partir da década de 1940 - com a abertura de novos eixos de expansão urbana, como a Avenida Getúlio Vargas, a Avenida Tenente Coronel Duarte e a Avenida Historiador Rubens de Mendonça -, a abertura de novas regiões habitacionais distantes do centro - a partir do final da década de 1940, tanto de conjuntos de habitações sociais como de condomínios fechados - e a criação de shoppings centers e grandes lojas, a partir da década de 1980, que fizeram concorrência aos pequenos estabelecimentos comerciais da área central.

O centro histórico de Cuiabá e seu entorno foram tombados em nível federal em 1988, depois de passarem por marcantes mudanças, serem apropriados e transformados de acordo com ideais políticos e discursos de época, sacrificando antigas edificações que caracterizavam o local e sua identidade. Como resultado desse longo processo de “modernização”, os residentes têm deixado o centro, atualmente degradado e, em partes, abandonado. Este processo é oposto ao descrito e defendido por Jane Jacobs, já em 1961, com a primeira publicação de seu livro “Morte e Vida das Grandes Cidades”. A autora argumenta que a variedade e diversidade de usos e de tipos de atividade nas cidades são fundamentais para que o meio urbano atenda às diferentes necessidades de seus cidadãos e a habitação é uma das condições indispensáveis para garantir a diversidade (JACOBS, p.108, 2007) e a conservação de centros urbanos, como o de Cuiabá, por exemplo.

Nas comparações realizadas entre mapas de uso e ocupação do solo de diferentes períodos, observamos a evasão de residências do centro antigo de Cuiabá, dando lugar a comércios e a imóveis subutilizados, especialmente, nas imediações da Praça da Mandioca e da Igreja e do Largo do Rosário, núcleos originários e onde se localizavam os primeiros conjuntos de habitações da cidade. Isso ajuda a explicar a queda na quantidade e na movimentação de pessoas em determinados horários e dias da semana, a falta de segurança, a má conservação dos edifícios e a diminuição da diversidade de usos na região. De maneira geral, toda a região do centro antigo tem passado por esse processo, ou seja, edificações tradicionalmente utilizadas como habitação vêm sendo ocupadas por usos diversos, em geral, voltados ao comércio.

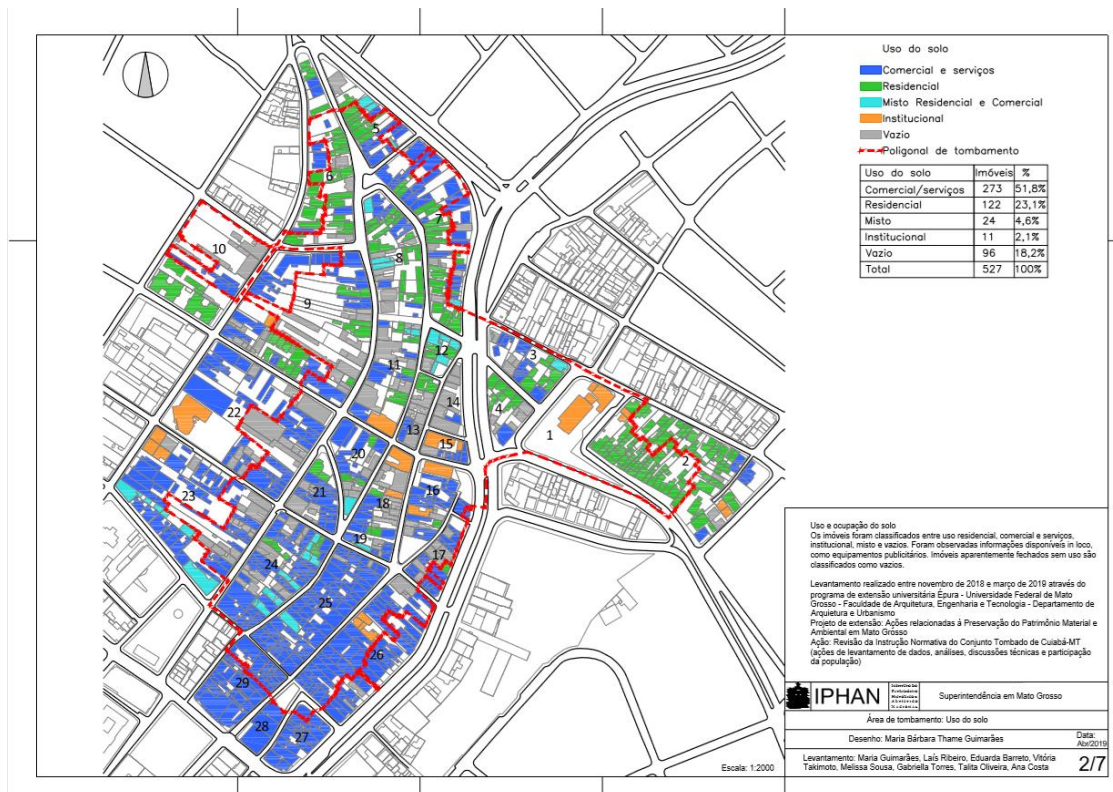


Figura 1 - Mapa de Uso e Ocupação de Solo, 2019. Autora: Maria Bárbara Thame Guimarães. Projeto de extensão: Ações relacionadas à Preservação do Patrimônio Material e Ambiental em Mato Grosso; Iphan-MT

A região da Praça da Mandioca, por exemplo, se constitui como um tesouro patrimonial da cidade, é repositório da memória coletiva da cidade e se caracteriza tradicionalmente como lugar de moradia desde a origem do núcleo urbano. A praça passa atualmente pelo processo de evasão de moradores devido a um tipo de ocupação novo que vem se instalando ali e que se mostra, em alguns aspectos, incompatível com o uso habitacional: os bares noturnos. Apesar de, desde o início, ser uma área marcada por festejos, manifestações culturais, trocas comerciais e palco da vida boêmia de Cuiabá, atualmente, a vida noturna tornou-se intensa a ponto de expulsar os habitantes locais, que preferem vender ou alugar seus imóveis a empreendedores dispostos a instalar outros bares nas imediações. Não há uma política pública que articule tais tipos de usos e que atue para que os residentes permaneçam e sejam beneficiados pela nova atividade local.

Ainda no centro tombado estudamos o antigo Largo do Rosário e as imediações da Igreja Rosário e São Benedito, áreas igualmente originárias dos primórdios da cidade de Cuiabá. Os imóveis aí localizados entraram em estado de degradação depois de instalado o processo de desapropriação pelo Estado para possibilitar a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – até hoje, uma das grandes obras inacabadas da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Segundo Maranhão (2017), após grande parte dos imóveis estarem desapropriados a demolição aconteceu. No dia 09/04/2017 teve início esta ação, desencadeada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado das Cidades, que deveria marcar a retomada das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na região. É válido salientar que após a desapropriação, estes imóveis foram ocupados por moradores em situação de rua, dentre os quais, dependentes químicos. Marimon (2017), em sua reportagem para o Jornal Cidadão Cultural, escreve sobre a

invisibilidade dessas pessoas. Afirma que, enquanto as autoridades têm pressa em desalojá-las, a justiça embarga tentativas de retomada da obra que marcou a cidade de Cuiabá. Após a demolição das edificações desapropriadas, os moradores em situação de rua migraram para o Morro da Luz e ali vivem em condições de miséria, de insalubridade e sem condições mínimas de moradia. Marimon (2017) entrevista algumas destas pessoas e elas relatam que preferem continuar vivendo na região do centro tombado a ir para os abrigos disponíveis. Segundo dados coletados pela Prefeitura de Cuiabá através do Projeto Quero te Conhecer (Souza 2018), existem cerca de 150 pessoas em situação de rua no município e o centro histórico é um dos lugares onde o fato fica evidente, o que interfere na sensação de segurança.

Além disso, um importante fator citado por Bonates (p.107, 2009) em seu artigo “Política de habitação nas áreas centrais: retórica versus prática” é a discrepância entre a produção de novas moradias financiadas pelo governo com a subutilização de imóveis tombados nos centros históricos do Brasil. Ela mostra que, segundo a Fundação João Pinheiro (2005), existe um déficit de mais de sete milhões de habitações no país e que, aproximadamente, seis milhões de imóveis estão subutilizados, inclusive, nos centros. Com isso, podemos perceber a inadequação das políticas praticadas pelos poderes públicos, quando constroem residências em regiões periféricas das cidades, quando se tem tantos imóveis sem uso nas áreas centrais.

Neste contexto, é válido apontar que em Cuiabá há um déficit habitacional de cerca de 50 mil imóveis, segundo o Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso (Sinduscon-MT), e de acordo com os dados que levantamos, há cerca de 100 imóveis vazios e subutilizados no centro tombado da cidade, sem contar os terrenos utilizados como estacionamento. Estes dados evidenciam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que busquem tanto reverter estes problemas, incentivando e viabilizando o uso habitacional em imóveis vazios do centro tombado, como promover a efetiva preservação deste centro.

Dado o exposto, é possível apontar o afastamento das residências do núcleo de nascimento da cidade como preocupante, pois como foi dito por Bonduki (p.318, 2010),

Sem moradores, as relações fundamentais entre o espaço físico e o processo sociocultural que lhe dá vida são destruídas, (...) os espaços não ocupados e vividos cotidianamente pela população local tendem a ser artificiais, perdendo boa parte do seu encanto, (...) desaparece a cidadania cultural e ficam cenários empobrecidos de fachadas coloniais sem significado e calor humano.

Ademais, como defendido por Oliveira (2010), é importante que não se classifique como patrimônio apenas o conjunto de bens antigos com características semelhantes, mas que o significado deste se dê através do diálogo com os espaços urbanos que somados aos edifícios agreguem valor histórico a eles, fazendo referência às práticas sociais, ao cotidiano e a fruição da cidade.

Assim, pode-se apontar a importância da habitação para promover a recuperação e manutenção de centros antigos, mas geralmente as intervenções têm desconsiderado essa hipótese, predominando uma ideia de que as residências devem estar nas periferias ou nos condomínios fechados e a recuperação dos centros históricos deve ser voltada essencialmente para turismo e atividades culturais.

Segundo Bonduki (2010), o processo de reabilitação através de habitação social é visto pela elite e pelo poder público como uma anomalia a ser corrigida, apontando a

permanência dos mais pobres nessas áreas como a causa da deterioração física. Para eles, recuperar os centros e lhes dar autonomia econômica é quase um sinônimo de eliminar da região os moradores de baixa renda que ali residem. Comumente a permanência dessas pessoas é associada à marginalidade e à insegurança que, supostamente, existem nos centros históricos.

Por fim, é importante salientar que com a saída do uso residencial dos núcleos centrais, perde-se o dinamismo associado às atividades cotidianas e tradicionais que poderiam contribuir para evitar espaços urbanos ermos e inseguros. Assim, é importante entender a habitação como um instrumento assegurador da manutenção da estrutura social de vizinhança e da identidade cultural existente (OLIVEIRA, 2010).

Nosso estudo corrobora o processo de evasão do uso habitacional do centro antigo de Cuiabá. Nessa região central, embora haja disponibilidade de imóveis vazios e subutilizados e haja demanda por habitação, verificamos total ausência de políticas públicas voltadas a este problema. Podemos afirmar o mesmo no que diz respeito ao incentivo do uso da habitação como ferramenta de preservação do centro tombado: não é algo cogitado pelo poder público, embora já existam experiências positivas em diversas cidades do país com situação semelhante. Por fim, percebemos o estado de degradação do centro histórico de Cuiabá como um reflexo das desigualdades sociais, da invisibilidade de moradores em situação de rua, da especulação imobiliária, do desinteresse do poder público em reverter esse cenário, no qual o processo de evasão de habitações continua.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação, Preservação, Patrimônio Construído

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. F. PMCMV em Mato Grosso: velho modelo, novas periferias. In: XVI ENANPUR **Espaço, Planejamento e Insurgências: Alternativas Contemporâneas para o Desenvolvimento Urbano e Regional**, 2015, Belo Horizonte. Anais do XVI ENANPUR Espaço, Planejamento e Insurgências: Alternativas Contemporâneas para o Desenvolvimento Urbano e Regional, 2015. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2328/2307>> Acesso em: 15 jun. 2019

BIANCARDINI FILHO, Ary. **A questão urbano-habitacional em Cuiabá-MT: uma análise dos efeitos da localização dos conjuntos habitacionais no período 1960 a 2010**. Cuiabá, 2014.

BONATES, Mariana Fialho. Política de habitação nas áreas centrais: retórica versus prática. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], n. 21, jun. 2009. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/5958>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010. 376 p.

CASTOR, Ricardo Silveira. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos**. São Paulo, 2013.

FREIRE, Júlio De Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARANHÃO, Ivana. Imóveis da Ilha da Banana começam a ser demolidos em Cuiabá. **Secid-MT**, Cuiabá, 06 de Abril de 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.mt.gov.br/-/6078515-imoveis-da-ilha-da-banana-comecam-a-ser-demolidos-em-cuiaba>> Acesso em: 02 jul. 2019

MARIMON, Mariana. A história da invisibilidade dos moradores da Ilha da Banana. **Cidadão Cultura**, Cuiabá, 09 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cidadaocultura.com.br/a-historia-da-invisibilidade-dos-moradores-da-ilha-da-banana/>> Acesso em: 02 jul. 2019

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. Sustentabilidade nas cidades. Preservação dos Centros Históricos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 125.06, **Vitruvius**, out. 2010 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3569>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RODRIGUES, E. C. P.; ROMANCINI, S. R. **Uma análise sobre o processo de gentrificação no centro histórico de Cuiabá-MT**. In: 12º Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montivideo. Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009.

SOUZA, Luciana. Projeto Quero te Conhecer mapeia perfil da população em situação de rua da Capital. **Prefeitura de Cuiabá**, Cuiabá, set. 2018. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/imprime.php?cid=18202&sid=26>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

Arquitetura do café no sul do Espírito Santo: um patrimônio em risco

Coffee architecture in the south of Espírito Santo: a heritage at risk

MOREIRA, Pedro da Luz (1); HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho (2);
BERNARDO, Luciano Correia (3)

(1) Professor Doutor, UFF, daluzmoreira.pedro@gmail.com ;

(2) Professor Mestre, Multivix-Vitória, genildocoelho@yahoo.com.br ;

(3) Professor Especialista, Multivix-Vitória, lcbernardo.arq@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A região do Sul do Espírito Santo concentra um significativo acervo patrimonial, em sua maioria fruto da ocupação gerada pela cultura cafeeira a partir do segundo quartel do século XIX. Este patrimônio é constituído por casas e palacetes urbanos, concentrados, principalmente, no sítio histórico de Muqui, e por um rico acervo de fazendas cafeeiras distribuídas em onze municípios, mas concentradas, especialmente, nos municípios de Mimoso do Sul e Muqui.

Apesar da tutela estadual dos sítios históricos de São Pedro do Itabapoana, em Mimoso do Sul e da cidade de Muqui, além de outras edificações urbanas isoladas em vários municípios da região, a arquitetura rural deste ciclo econômico permanece invisibilizada e, portanto, sem nenhuma proteção legal, com exceção da Fazenda do Centro, no município de Castelo, tombada pelo Estado desde 1984.

No ano de 2011, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Espírito Santo-IPHAN/ES iniciou estudos que visavam a proteção do patrimônio constituído pelos dois núcleos históricos e pelo conjunto de fazendas da região. Alguns anos depois, após a paralização do processo, ainda que se possa perceber nestes exemplares características que remontam ao maior ciclo agroindustrial já registrado pela história nacional, é visível a rápida descaracterização e, em alguns casos, a destruição completa de importantes exemplares desse acervo. O esvaziamento econômico do campo, juntamente com o desinteresse dos atuais proprietários, amplia ainda mais o processo de abandono que poderá em pouco tempo causar a perda definitiva deste acervo.

Não é intenção deste estudo discutir os motivos que levaram à paralisação do processo de reconhecimento patrimonial da região por parte do IPHAN/ES. Ainda que reconhecida a relevância desta abordagem, trataremos da importância da chancela deste conjunto para o patrimônio estadual. Esta reflexão tem como objetivo principal, a partir da produção documental do IPHAN sobre a região, discutir a importância e o significado da preservação deste conjunto não somente para o patrimônio capixaba, mas, também para o patrimônio nacional. Demonstraremos que a falta de ações efetivas de proteção deste acervo tem permitido sua gradativa e definitiva perda.

Como escolha metodológica, o estudo parte de uma abordagem histórica baseada no referencial bibliográfico do ciclo cafeeiro no Brasil e no Espírito Santo, e documental, a partir do inventário produzido pelo IPHAN/ES entre os anos de 2011 e 2013, inserido no conjunto de documentos intitulado “Processo econômico do café no século XIX e XX”.

A escassez de pesquisas sobre o referido acervo foi um dificultador, que foi vencido pelo trabalho de campo dos autores, entretanto, como aporte teórico, foi necessário recorrer em linhas gerais à produção acadêmica a respeito do Vale do Paraíba, centro irradiador da produção e ocupação cafeeira no Brasil.

Quando analisamos a expansão da ocupação do territorial capixaba, as conformações agrárias demonstram especificidades regionais, devido a pequena área do estado. Além disso,

É questão praticamente consensual na historiografia sobre o Espírito Santo o fato de que, em meados do século XIX, a província capixaba desperta de um profundo sono “colonial”, marcado por um longo período de “marasmo” e estagnação econômica desde a sua fase de capitania, para ingressar, mesmo que timidamente, no circuito mercantil da economia cafeeira do país, cuja maior expansão verificava-se nas províncias do Sudeste (CÔGO, 2007, p. 36).

A cultura cafeeira teve o seu maior desenvolvimento na região sul do Espírito Santo, tendo sua principal concentração na região do Vale do Rio Itapemirim, e esteve diretamente ligada ao regime escravocrata. Na análise do processo de ocupação da região ressalta-se que, embora a bibliografia trate majoritariamente da ocupação a partir de migrantes provenientes do vale do rio Paraíba, um processo de reorganização populacional também se instaura dentro do Espírito Santo, provocando nesta região um aumento populacional de 233% entre os anos de 1856 e 1872 (SALETO, 1996). As riquezas provocadas pela cultura do café promoveram uma nova configuração da estrutura agrária do Espírito Santo e o surgimento de pequenas vilas, que evoluíram para cidades, dentre elas podemos destacar Muqui e São Pedro Itabapoana, hoje distrito de Mimoso do Sul.

Ainda que pequena, se comparada às principais regiões cafeeiras do Brasil, a produção espírito-santense perdurou para além do século XIX, sendo ainda hoje o principal produto agrícola do estado. O progresso gerado pelo café dotou a província, em especial sua região sul, de uma rede de infraestruturas composta por hidrovias, ferrovias e estradas carroçáveis que interligavam as principais zonas produtoras da região.

A partir da segunda metade do século XIX a expansão da cultura cafeeira no Espírito Santo também esteve relacionada a implantação de colônias de imigrantes, que contribuíram para a desconcentração das terras conforme afirma José Antônio Buffon (1992). Observa-se no inventário do IPHAN que, diferente do que diz Buffon, os municípios de Mimoso do Sul e Muqui fogem à esta regra, uma vez que as principais fazendas inventariadas pelo instituto, ainda possuem significativa área territorial.

Considerando a existência de poucos estudos sobre o acervo da arquitetura rural do ciclo cafeeiro no Espírito Santo, que em sua maioria mantém o foco na história da formação econômica da região, observamos que tais fontes, em geral, reconhecem a ocupação da região alta do Vale do Rio Itapemirim como região de expansão dos cafeeiros cariocas e mineiros e por isso havia uma integração com a produção desta região. Segundo Nara Saletto (1996), a produção cafeeira espírito-santense era comprada por comissários no Rio de Janeiro, juntando-se à produção do vale do Paraíba e de Minas Gerais. Neste contexto, a produção regional, exportada diretamente pelo porto fluminense, não se registrava nas repartições fiscais do Espírito Santo.

A análise da escala física dos exemplares de fazendas cafeeiras do Espírito Santo, em linhas gerais, não pode ser comparada às grandes fazendas na região do Vale do

Paraíba, posto que esta, a maior região produtora de café no Brasil durante o século XIX, possui complexos cafeeiros compatíveis a sua importância econômica (SALETTTO, 1996).

Os levantamentos realizados pelo IPHAN no Espírito Santo demonstram que até a chegada da ferrovia na região, a produção destas fazendas era exportada pelos portos de Limeira e Cachoeiro, cidades às margens dos rios Itabapoana e Itapemirim. A superintendência do IPHAN/ES, no entanto, por questões metodológicas, adotou como recorte o acervo pertencente aos municípios do Consórcio dos Vales e do Café para a execução do “Inventário de Conhecimento: Patrimônio Rural do Sul do Espírito Santo”, por isso o inventário se desenvolveu apenas nos seis municípios pertencentes ao referido consórcio: Apiacá, Atilio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui. No entanto, cabe ressaltar que o recorte não restringe a presença do patrimônio cafeeiro apenas à sua delimitação, uma vez que os municípios de Alegre, Castelo, Guaçuí, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado também possuem importantes exemplares deste período.

O inventário produzido pelo IPHAN-ES realizou o levantamento histórico e arquitetônico de 90 fazendas identificadas por meio das fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão-SICG. Vale ressaltar a existência de outros 41 exemplares, que, diante de diversas dificuldades, como arruinamento ou a negativa dos proprietários, não foram inventariados.

Na adoção dos levantamentos do IPHAN para o desenvolvimento da análise da ocupação da região por meio das fazendas cafeeiras, percebe-se uma centralização nos atuais municípios de Muqui e Mimoso do Sul. No final do século XIX a economia cafeeira na região se impulsionou e permitiu o estabelecimento de uma quantidade maior de fazendas de forma espraiada no território. Isso se deve ao amadurecimento econômico da região decorrente da chegada da ferrovia, a Leopoldina Railway, em 1894, que promovia uma ligação direta com o Rio de Janeiro. Desta forma, com base no modal ferroviário, a produção cresce ainda mais e novas propriedades são constituídas.

Durante o processo de inventário, por se tratar de um levantamento inicial, e, considerando a dificuldade de acesso à documentos oficiais que determinassem precisamente, por exemplo, a data de fundação das fazendas e de seus posteriores acréscimos ou alterações em sua configuração original, a sistematização destes dados se torna mais complexa. É frequente encontrar, nas fichas cadastrais, justificativas da inexatidão das datas de fundação dos exemplares, tendo sido, por muitas vezes, adotado como base de informação o histórico de ocupação da região ou a história oral, tendo como fonte moradores mais antigos.

Ao longo do trabalho pode-se perceber que diversas fazendas haviam sido demolidas ou estavam demasiadamente alteradas; de acordo com relatos orais, estas alterações ocorreram principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, pós Plano de Erradicação dos Cafeeiros Improdutivos, que gerou profundas mudanças no campo capixaba, somase a isso, a inexistência de uma política de salvaguarda que contribua com a manutenção de suas estruturas físicas.

Para além dos processos de ação do homem e do tempo, no sentido de alteração física destes exemplares, observa-se, também, em muitos casos, a inexistência ou o rompimento de um valor afetivo, que, a princípio, consagra o patrimônio muito antes do tombamento. Dos 41 levantamentos não realizados, 7 demonstram como justificativa o abandono ou a não permissão de acesso dos técnicos do IPHAN pelos proprietários.

Com base nos levantamentos, realizados pelo IPHAN/ES, e em visitas técnicas de reconhecimento e estudo da constituição arquitetônica destes exemplares realizadas no ano de 2016, pudemos identificar alguns problemas nos inventários.

Um dos exemplos que podemos citar é o da Fazenda Santa Rita, localizada no município de Muqui, que foi fundada por volta de 1850, mas que a casa sede começou a ser construída apenas por volta de 1860. Na visita técnica realizada em 2016, foi possível perceber a permanência das edificações citadas no levantamento realizado pelo IPHAN-ES, em 2013. Entretanto, nele não constavam a presença importantes elementos que permitiriam a melhor compreensão do conjunto edificado e seu processo laboral como ruínas de diversas edificações e também do sistema hídrico, com destaque para a antiga roda d'água, que poderiam melhor explicar o funcionamento da fazenda. Pudemos notar também que a fazenda vem sofrendo diversas descaracterizações, como a da antiga senzala, completamente desfigurada para abrigar um restaurante, além do surgimento de um bairro em seu entorno imediato.

O exemplo desta e de outras fazendas que trataremos neste estudo só reforça a necessidade de uma revisão mais cuidadosa desse inventário, além da ampliação de seu recorte territorial, como forma de estabelecer um processo de gestão patrimonial para evitar o definitivo desaparecimento deste conjunto.

É importante compreender o patrimônio rural do sul do Espírito Santo e sua constituição histórica como parte de um dos mais importantes ciclos econômicos nacionais, sendo este resultado direto da expansão do plantio da região do Vale do Rio Paraíba. Pela análise deste acervo do patrimonial, podemos notar que, apesar de sua grande importância histórica, ele ainda não possui a tutela do Estado, com exceção de um único exemplar, a Fazenda do Centro localizada no município de Castelo. Apesar disso, boa parte deste conjunto ainda permanece preservado, principalmente pela manutenção de algumas atividades produtivas como agricultura e pecuária, apesar de um visível esvaziamento econômico da região. Em apenas dois desses imóveis, as fazendas do Centro e Santa Rita, as atividades turísticas já começam a despontar como importante complemento ao processo produtivo. No distrito histórico de São Pedro do Itabapoana, município de Mimoso do Sul, o turismo já se consolida como uma das principais atividades econômicas, que tem viabilizado tanto a preservação, como a descaracterização do centro histórico e também de algumas fazendas da região, em função da necessidade de atendimento às demandas de infraestrutura geradas pelos turistas.

Alguns estudos realizados anteriormente pelos autores na região já identificam os riscos e as pressões que este patrimônio tem sofrido, assim como as consequências do não estabelecimento de uma política de preservação, que pode levar este conjunto patrimonial a completa descaracterização, e, no caso de muitas fazendas ao total arruinamento. Desta forma, ainda que se considere a discussão acerca da tutela ou não por parte do Estado, é fundamental o estabelecimento de ações que permitam de alguma forma a revalorização destes importantes exemplares, não só para que possamos compreender os processos históricos, econômicos e culturais, mas, principalmente, como ativo econômico para uma região que encontra-se esvaziada economicamente.

Na busca pela proteção e visibilidade tanto do acervo patrimonial urbano como do rural, relacionado ao ciclo cafeeiro no Espírito Santo, compreendemos a necessidade de ações sistematizadas que não só dependam do IPHAN/ES para execução, mas que representem um novo passo na esfera da proteção patrimonial no Espírito Santo, considerando que o conjunto patrimonial se estabelece em âmbito rural pertencente à

diversos municípios do estado. Neste contexto justifica-se a importância da ação da Secretaria de Estado da Cultura e do Conselho Estadual de Cultura, instituições responsáveis pela preservação no âmbito do estado, e de uma articulação intermunicipal não apenas dos gestores públicos, mas, principalmente, das comunidades locais e dos proprietários dos imóveis a serem tutelados.

É evidente que uma ação deste porte no Espírito Santo requer uma ampliação das equipes técnicas das instituições de preservação, pois ela promoveria significativa expansão do acervo patrimonial tutelado no estado, hoje composto por onze bens tombados pelo IPHAN e 778 pelo estado, sendo que destes 445 somente na cidade histórica de Muqui. Trata-se de sistematizar um processo de planejamento participativo com níveis distintos de responsabilidades e instâncias de participação social.

Se esta reflexão à princípio objetivava a discussão acerca da importância e do significado patrimonial das fazendas cafeeiras da região sul do Espírito Santo para o patrimônio brasileiro, tendo como base inventário realizado pelo IPHAN/ES, ela também pode contribuir para compreender os riscos de desaparecimento desta herança. Reconhecer este patrimônio não significa necessariamente estabelecer sobre ele uma tutela do Estado, mas, principalmente, criar um modelo de gestão e de desenvolvimento regional que viabilize sua preservação. Neste sentido, talvez o turismo, desde que ocorra de forma consciente e em harmonia com o patrimônio, possa ser o principal vetor deste desenvolvimento. Lançar luz sobre este acervo, significa em última instância compreendê-lo como resultado da expansão das terras do Vale do Paraíba carioca e mineiro, vinculando-o diretamente a este importante capítulo da história nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura do café, Arquitetura Rural, Preservação, Tombamento.

REFERÊNCIAS

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização do Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Campinas. Campinas, 1992.

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX:** a região de São Mateus. 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo econômico do café no século XIX e XX** (Inventário das fazendas cafeeiras). Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. 2013. Espírito Santo.

SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: EDUFES. 1996.

As externalidades das políticas públicas de desenvolvimento urbano como ameaça à preservação do patrimônio histórico industrial: o caso da Cervejaria Polar

Negative externalities of urban development policies as a threat to the preservation of industrial heritage: the Polar Brewery case

BENATTI, Gelson Luiz (1); CAMPOS, Oritz Adriano Adams (2);
VOLPATTO, Lucas Bernardes (3); SPINELLI, Rodrigo (4); GIRALT, Rômulo Plentz (5)

(1) Mestrando, Unilasalle, gelson.benatti@unilasalle.edu.br

(2) Arquiteto e Urbanista, CAU/RS, oritzcampos@hotmail.com

(3) Arquiteto e Urbanista, CAU/RS, lucasvolpatto@gmail.com

(4) Arquiteto e Urbanista, CAU/RS, spinarq@gmail.com

(5) Arquiteto e Urbanista, CAU/RS, romulo.giralt@ufrgs.br

RESUMO EXPANDIDO

As políticas públicas são definidas por FREY (2000, p. 213) como “as contribuições que certas estratégias escolhidas por um governo podem trazer para a solução de problemas específicos”. Apesar do aparente foco em uma questão isolada, são ações que podem reverberar nas diferentes dimensões sociais, culturais, econômicas ou políticas de um grupo, ainda que cada um destes aspectos carregue, em si, finalidades, agendas, programas e critérios particulares. Assim, uma política de cunho social pode se voltar para um problema como o analfabetismo, enquanto uma política de viés econômico dedica-se a uma questão de tributação. E ambas podem produzir efeitos além de suas fronteiras, afetando o bem-estar social: um maior nível educacional pode ampliar a renda da população, aumentando a base tributária, ou um maior nível de tributação pode diminuir a quantidade de renda disponível para as pessoas investirem em sua própria educação. Em resumo: uma política pública almejando determinado objetivo pode gerar benefícios ou prejuízos originalmente não previstos para terceiros.

Em economia, os efeitos inesperados da ação de um agente privado são chamados de externalidades. Por exemplo, a instalação de uma fábrica, próximo a um rio, pode poluir as águas, afetando a atividade de pesca ou o uso da água para consumo das pessoas. No caso das cidades, seu crescimento e desenvolvimento são constituídos a partir de ações, privadas e/ou públicas, que tem alto potencial de geração de externalidades: a decisão de construir um viaduto, para qualificar o deslocamento dos cidadãos, pode gerar efeitos inesperados como o surgimento, em seus espaços livres, de aglomeração de usuários de drogas, potencializando a criminalidade localizada e afetando a circulação e o comércio próximo. Segundo alguns autores, cabe ao estado criar ou estimular políticas e atividades que gerem externalidades positivas e impedir ou inibir aquelas que criam externalidades negativas (McGUIGAN, MOYER & HARRIS, 2016). Defendendo uma visão da teoria econômica que tivesse uma maior aproximação com a realidade, o teorema de Coase (COASE, 1960) prevê, para a resolução de externalidades negativas, dentre outras medidas, a adoção de diretrizes regulatórias.

No caso de políticas públicas de desenvolvimento urbano, estas diretrizes podem ser materializadas na aprovação de legislações relacionadas com Planos Diretores. A preservação do patrimônio histórico pode ser contemplada tanto nestes Planos como em legislações específicas de tombamento.

Patrimônio histórico é a denominação dada ao “conjunto de edificações, seus pertences e o meio que está inserido cuja coesão e valor são representativos de gerações passadas”, sendo “reconhecidos do ponto de vista histórico, estético, sócio-cultural, arqueológico e arquitetônico” (BERND & MANGAN – org., 2017, p.235). Esta concepção surge na França, a partir das medidas de proteção adotadas pelo poder público a monumentos de valor histórico para a nação. O patrimônio passa a ser “valorizado como fator de memória para a sociedade” (idem, p. 236), fortalecendo o aspecto coletivo. Conforme WINDHOFF-HÉRITIER (Apud FREY, 2000) é “apenas quando um determinado problema é atribuído à responsabilidade de um governo que ele pode ser objeto de uma política pública”. A preocupação governamental com este tipo de patrimônio, no Brasil, remonta aos anos 1930, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Um tipo específico de patrimônio histórico é o industrial, definido pela CARTA DE NIZHNY TAGIL, de 2003 (e adotado pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* - TICCIH - Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) -, como:

los restos de la cultura industrial que poseen un valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico o científico. Estos restos consisten en edificios y maquinaria, talleres, molinos y fábricas, minas y sitios para procesar y refinar, almacenes y depósitos, lugares donde se genera, se transmite y se usa energía, medios de transporte y toda su infraestructura, así como los sitios donde se desarrollan las actividades sociales relacionadas con la industria, tales como la vivienda, el culto religioso o la educación (CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL, 2003, p. 1).

O patrimônio industrial é testemunho tangível da evolução econômica e tecnológica de uma comunidade, e o que dele é preservado é sempre produto de escolha e seleção de elementos. É produto de uma coletividade, ou seja, uma construção social. Por isso, alguns elementos são privilegiados enquanto outros são esquecidos ou até mesmo destruídos. Assim, ainda que a responsabilidade principal pela preservação possa pertencer ao poder público, toda pessoa ou instituição integrante do coletivo tem o direito e o dever de preservá-lo como alternativa de resgate de sua memória e sua identidade. Sendo resultado de escolhas, as políticas públicas e as intervenções privadas, nestes casos, têm o potencial de gerar externalidades negativas que rompem as fronteiras dos efeitos meramente econômicos, refletindo na própria história local, com a destruição do sentido e a privação das gerações futuras de seu direito à memória.

No mundo globalizado, um dos aspectos diferenciadores dos países, estados e cidades é o perfil econômico. As sucessivas revoluções industriais ocorridas entre os séculos XVIII e XX deixaram sua marca nas cidades contemporâneas, nos conjuntos de construções industriais, representativos tanto dos esforços materiais e econômicos investidos neles, como da contribuição e significação na construção da memória coletiva dos lugares onde se estabeleceram. Entretanto, a própria característica evolutiva da atividade econômica carrega em seu seio a inevitável noção de criar o novo a partir da

destruição do antigo. Pense, por exemplo, no destino das indústrias de máquinas de escrever não elétricas, a partir da popularização dos computadores pessoais¹. O conceito de patrimônio industrial, portanto, nos leva a uma inversão de funções e sentidos: o que antes era espaço de trabalho passa a se constituir em lugar de memória. São espaços que passam a ter função diferente daquela originalmente proposta, de cunho econômico e natureza privada, para deslocar-se para o campo das práticas culturais, de natureza coletiva. Esse deslocamento, levado à cabo pela reutilização e aplicação novas funcionalidades aos espaços industriais, entretanto, nem sempre é uma iniciativa bem-sucedida. Por exemplo, a transformação de um espaço fabril em um elemento de uma rota-turística cultural, ou em espaço de entretenimento, leva muitas vezes à perda das conexões passadas, ficando o espaço dissociado do motivo pelo qual é originalmente elevado à categoria patrimonial. O que antes era conhecido como a “fábrica” passa a ser denominado “espaço cultural”.

Como resultado do fenômeno da urbanização, as indústrias ocuparam e ocupam lugares nas cidades, constituindo uma parte inescapável de sua paisagem. Como afirmou GEHL (2015), se “olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidades”. De fato, muitas cidades surgiram e se desenvolveram a partir da instalação de empreendimentos industriais condicionantes da paisagem urbana. Sobre a evolução das cidades, JACOBS (2011), em sua clássica obra, defendia a diversidade, pela mescla de usos e usuários e pela presença de edificações de idades e estados de conservação variados. É clara, portanto, a motivação e a importância da preservação destes espaços.

Telles (1977) afirmou que “uma cidade sem seus edifícios é como uma cidade sem memória”. Na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul, há um complexo de edifícios cuja história é indissociável da memória da cidade: o complexo outrora ocupado pela indústria Polar, edificado em um dos locais mais importantes da cidade de Estrela: a Rua da Praia. No entorno, em 1924, foi inaugurado o Porto de Estrela, que, a partir da ligação entre o interior e Porto Alegre, foi determinante para o desenvolvimento municipal. No local, persiste, ainda, a Escadaria, ornada por estátuas, simbolizando o Comércio e a Indústria. Este espaço, de frente para o rio, foi, no passado, local de lazer e cultura da população de Estrela. Retomar este papel é um dos objetivos da política pública de desenvolvimento urbano: a importância de preservar este conjunto está gravada no Plano Diretor do Município (2016), que, no Art. 18, define a “área ocupada pela Polar” como “área especial de interesse institucional”, que, pelo “seu caráter cultural, histórico e paisagístico”, deve ter “valorizadas suas peculiaridades, características e inter-relações”.

A Cervejaria Polar foi a primeira grande indústria de Estrela e uma das mais importantes do Rio Grande do Sul. Fundada em 10 de outubro de 1912, suas instalações compõem um complexo de edificações que nasceu e cresceu conjuntamente com a cidade, carregando, em sua história, a evolução das bebidas brasileiras. Foi neste espaço que surgiu, por exemplo, o uso dos cascos escuros, de cor âmbar, para engarrafar bebidas, proporcionando melhor conservação do produto. Suas paredes são testemunhas de valores históricos, científicos e tecnológicos, que dão forma à memória da cidade e à identidade da população. Seja por memórias deletérias como a remoção de moradores para ampliação das edificações (eliminando o contato da população com o rio), seja por

¹ A última fábrica que produzia máquinas de escrever não elétricas (Godrej and Boyce, Bombaim, Índia) encerrou suas atividades em 2011, depois vender, em 2010, menos de 1.000 exemplares.

elementos como a lembrança de que o apito da fábrica e o gelo produzido na cervejaria ditavam ritmos e estilos de vida (quantos milhares de cidadãos de Estrela não tiveram, ao longo das décadas, sua vida estreitamente ligada à estas edificações?), falar sobre este espaço significa abordar a própria identidade da cidade. Convivem, ali, memórias individuais e coletivas, patrimônio cultural, histórico e industrial. A ressignificação dos espaços, com a preservação das características, é uma forma de manter estas relações do espaço com a cidade e as pessoas que nela habitam.

Em 1972 a empresa, então empregando 800 cervejeiros, foi adquirida pelo Grupo Antarctica Paulista, e recebeu grandes incentivos do município, como doações de terras (em 1973 e 1987) para ampliação do complexo fabril. Estas políticas públicas de incentivo econômico produziram externalidades positivas significativas, relacionadas com a ampliação do trabalho e renda da população, além de impulsionar o crescimento de atividades comerciais e de serviços vinculadas ao complexo industrial. Em 1999 ocorre a fusão das maiores cervejarias do Brasil, com a criação da Ambev. A partir de 2001, a produção começa a ser reduzida, em um processo de encerramento das atividades. Em 2006, após 94 anos de história, a fábrica é desativada, sob a alegação de inviabilidade no atendimento às inovações no processo fabril. Uma decisão econômica, de um ente privado, que reverberará, em 2007, em uma decisão política, de um ente público, cujo potencial de externalidade negativa, do ponto de vista da preservação do patrimônio industrial, é bastante significativo.

Ocupando uma área de 2.178 m², o complexo edificado foi adquirido, em 2007, pelo Poder Público Municipal em conjunto com o Grupo Compasul. Dentre os objetivos de utilização elencados pelo Poder Público, figuravam a abertura de vias públicas, criação de Estação de Tratamento de esgoto, turismo, prestação de serviços públicos e acesso da população ao espaço. No caso do adquirente privado, o uso previsto seria industrial. Em 2018, surge, como decisão do governo municipal, a possibilidade de demolição do local, para a construção da sede do Foro da Comarca de Estrela. Além de ofensiva à legislação vigente, que prevê a “manutenção e valorização do patrimônio ambiental, natural e cultural” (Plano Diretor, 2006, Art.21) e a “requalificação da área ocupada pela Polar” (Art. 71, XII) a proposta de demolição desconsidera conceitos básicos tanto do planejamento urbano como da preservação do patrimônio histórico.

Ao realizar programas de intervenção urbana, os governos podem promover inclusão e coerência social, adotando estratégias de gestão que preservem o sentido de identidade, preservando os elementos simbólicos que estabelecem ligações com o passado e o sentido de memória. Atualmente, um dos elementos centrais nos programas de intervenção é a requalificação urbana, entendida como um “conjunto de regras e imposições que defendam e assegurem a proteção e a valorização das características de um território, tais como aspectos físicos, do ambiente e da identidade histórico-cultural” (DOMINGUES, 2006). O processo envolve a manutenção dos elementos simbólicos que remetem para uma sucessão cronológica dos acontecimentos, um contexto do espaço geográfico, que se torna atrativo e ganha novos usos sem descaracterizá-lo. Existe, aqui, um diálogo com a preservação da memória, ao passo que, na demolição, há um claro sentido de apagamento. As edificações da Polar se confundem com a própria história da comunidade e da cidade, são essenciais à constituição da sua memória, representando um período de grande produtividade econômica, social e de inovação, que marcou profundamente as pessoas que ali viveram e vivem.

Se a política pública de um ente produz externalidades negativas, é possível, a partir das premissas do teorema de Coase, que um membro da coletividade se insurja, e

busque uma solução regulatória. No caso específico, este papel cabe ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) que, acessando o Poder Judiciário mediante Ação Civil Pública com Pedido de Mandado de Liminar, busca evitar a externalidade negativa de uma política de desenvolvimento urbano, consistente na demolição de um patrimônio industrial. Tal ação não é uma iniciativa isolada, mas sim fruto de uma política pública voltada para a preservação patrimonial. O CAU/RS, autarquia federal, criou a Comissão de Patrimônio Histórico, voltada para a preservação do patrimônio histórico, fiscalizando seus usos contemporâneos e agindo na proposição de políticas públicas que inibam ou minimizem as externalidades negativas de ações de entes privados ou públicos que consistam na degradação do patrimônio e no apagamento da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico, Patrimônio Industrial, Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia K. V. (org.) **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2 ed., Canoas, Ed. Unilasalle, 2017.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL, Moscú, 2003. Disponível em: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf>. Acesso em 13 set, 2019.

COASE, Ronald H. **The problem of social cost**. The Journal of Law & Economics, Vol. III, p. 1 – 44, Oct., 1960.

DOMINGUES, Álvaro. **Cidade e Democracia**. Coimbra, Argumentum, 2006.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-260, 2000.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. 3 ed., São Paulo, Perspectiva, 2015.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. 50th Anniversary Edition. New York, Modern Library, 2011.

McGUIGAN, James; MOYER, Charles; HARRIS, Fredereick. **Economia de Empresas: aplicações, estratégias e táticas**. 13 ed., São Paulo, Cengage-Learning, 2016.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município. Lei Municipal n. 4314, de 10 de outubro de 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-estrela-rs>. Acesso em 21 de julho de 2019.

TELLES, Leandro Silva. **Manual do Patrimônio Histórico**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

Metodologia de valoração de dano: destruição de túmulos artísticos de cemitério

Damage appraisal methodology: destruction of artistic cemetery tombs

HUYER, André (1)

(1) Doutor, MPRS, andre@huyer.arq.br

RESUMO EXPANDIDO

E quando não se consegue proteger o patrimônio? Quando ele é destruído? Mesmo o fato consumado pode oportunizar iniciativas educativas para que estas ações não se repitam. E uma maneira de fazer isso é cobrar indenização de quem destrói o patrimônio.

Calcular o valor a ser indenizado em caso de destruição do patrimônio não é tarefa fácil. Como atribuir um valor determinado a um bem cujo valor é intangível? Ocorre que há uma parcela do valor de qualquer bem material que geralmente pode ser aferida. Trata-se do valor de reprodução deste bem. Ou seja: quanto custaria refazer o bem. Caso o bem seja uma edificação de construção civil, a tarefa passa a ser mais amena. Bastaria fazer o orçamento da obra. Se for uma construção dentro de um padrão usual, até podem ser utilizadas tabelas que informam os valores unitários, mensalmente disponibilizadas por entidades do setor. Ademais, há até normas técnicas da ABNT – Associação Nacional de Normas Técnicas – específicas para avaliações, que contemplam os casos de avaliação de bens em geral (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2001). Mas há também uma norma específica para a avaliação de bens patrimoniais históricos e artísticos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2009).

Essa metodologia foi empregada em um caso prático. Na cidade de Porto Alegre há diversos cemitérios. Vários deles dedicados a etnias ou comunidades específicas. O cemitério São José era o cemitério da comunidade de descendentes de imigrantes alemães de religião católica. Soma duas áreas. A primeira, denominada de Cemitério São José I, data de 1888, enquanto a segunda é de 1913. A partir dos anos 2.000 a administração do cemitério passou da comunidade para uma empresa privada. Essa também engloba um anexo, o Crematório Metropolitano de Porto Alegre. A partir de então os jazigos, com suas respectivas artes funerárias, passaram a ser removidos. A finalidade era dar lugar para estacionamento aos visitantes do crematório. Hoje o Cemitério São José II praticamente é um estacionamento. Restam poucos túmulos originais.

Aqui cabe um aparte. Provavelmente houve uma grave falha na concessão da licença para instalação do crematório, ao não ser prevista a necessidade de estacionamento para ele. Um estudo de impacto de vizinhança bem feito deveria ter apontado esse problema. Tivesse sido ele antecipado, provavelmente os túmulos do cemitério não teriam sido removidos para dar lugar a estacionamento. Mas essa questão fica para outra pesquisa e apuração de responsabilidades.

A sistemática eliminação de túmulos, muitos deles portadores de significativas obras de arte, passou a despertar a atenção de especialistas na área, que denunciaram o fato a órgão público de fiscalização. Aceita a denúncia e iniciada investigação (MINISTÉRIO PÚBLICO/RS, 2010), equipe com notório saber na área realizou um inventário dos

túmulos remanescentes, a fim de apurar quais teriam valor cultural e artístico (CARVALHO, 2012). Na medida do possível, também foi obtida documentação de túmulos que foram extintos, junto com suas obras de arte.

Algumas poucas obras foram preservadas, aglomeradas em uma espécie de memorial ao ar livre. Mas a maior parte foi perdida irreversivelmente.

A fiscalização determinou a suspensão de novas remoções de túmulo e vários ajustes. Deve ser esclarecido que nenhum túmulo foi removido à revelia dos proprietários. A investigação apurou que em todos os casos houve acordo com os responsáveis, e na ausência destes foram publicados editais. Sendo que muitos já não tinham mais interlocutores.

Paralelamente a investigação determinou que fosse realizada uma valoração do dano ocorrido. Afinal, independente de autorizada ou não, obras de arte não podem simplesmente ser eliminadas.

Eis que, ante a demanda de fazer essa avaliação, depara-se com o ineditismo de tal apuração. Mesmo havendo a metodologia da avaliação por custo de reprodução, como calcular algo que não se tem registro do que foi? Uma situação é avaliar uma casa demolida, tendo-se plantas dela, ou fotos e sabendo a área construída (destruída, no caso). Outra seria avaliar uma casa que existiu, sem saber maiores detalhes dela.

Pois então foi desenvolvida uma metodologia específica para o caso em exame, considerando as informações disponíveis. Partiu-se do princípio de fazer uma valoração conservadora, em benefício do investigado. Assim, não há margem de contestação, e evitam-se julgamentos subjetivos.

Inicialmente buscou-se a quantidade de túmulos ainda existentes, apurada pelo citado inventário. Também foi obtida com a administradora do cemitério a quantidade de túmulos extintos. Estes são denominados de desocupados. De volta ao inventário, verificou-se a quantidade de túmulos a serem preservados, por serem portadores de valor cultural. Nem todos os túmulos apresentam essa característica. A média é de 15%. Como algumas peças artísticas foram preservadas, estocadas no memorial e em uma igreja, esse fato foi levado em consideração no trabalho.

Com as informações anteriores disponíveis, foi calculada a proporção de túmulos que deveriam ter sido preservados. Ela foi obtida aplicando o percentual de túmulos portadores de valor cultural, sobre a quantidade de túmulos “desocupados”. Que tem ligeira variação entre ambos cemitérios.

O detido exame do inventário e da lista de túmulos a preservar, permitiu a definição de um modelo médio de túmulo representativo da listagem. Foram tabuladas as principais características de todos os túmulos classificados como qualificados para preservação. A presença ou não de esculturas, baixos relevos, pedestais com inscrições, gradis e correntes, e os materiais dos artefatos (mármore, grês, granito, metal, etc.), bem como a porcentagem que cada representa.

Uma vez definido o túmulo padrão para cada cemitério foram medidos e quantificados os materiais e respectivos serviços. Assim, poderia ser feito o orçamento como se fossem ser novamente construídos. Os túmulos selecionados possuem as seguintes características:

Cemitério São José I: jazigo com um rodapé de pedra grês, esta sem maiores trabalhos. Sobre o rodapé que contorna todo o jazigo, há um gradil metálico, com arabescos simples na parte superior, e algumas pontas de lança ao longo do topo. Os quatro cantos

do gradil têm peças de diâmetro maior, torneadas. Centralizado no fundo do jazigo está a lápide, sobre uma base de pedra grês, à semelhança do rodapé. Todo material acima é de mármore escultórico de Carrara, branco. Um primeiro bloco de pequena altura, sem muito trabalho sobre ele. Acima do primeiro bloco, um segundo, de largura e comprimento ligeiramente menores, porém de altura um pouco maior. Inscrição em baixo relevo na superfície frontal. Acima dos dois primeiros blocos está o bloco principal, com altura equivalente ao dobro da altura dos dois primeiros somados. Largura e comprimento também ligeiramente menores do que os blocos inferiores, dando um efeito piramidal. Na face frontal há um grande rebaixo com textos esculpidos em alto relevo. Sobre o terceiro bloco há um acabamento que forma um “chapéu”, sobre o qual está instalado um crucifixo, também de mármore, com uma escultura de Cristo. Este crucifixo tem praticamente a mesma altura do terceiro bloco.

Cemitério São José II: reflete ser um cemitério mais recente, o túmulo típico deste segundo campo santo apresenta características distintas do primeiro. Ao invés do mármore de Carrara, utiliza granito rosa. Ao invés de esculturas de mármore e textos esculpidos em pedra, placas de bronze fundido. Assim, o jazigo é contornado por blocos maciços de granito, apicoados. Sobre as laterais outros blocos de granito, agora polidos, o terceiro terço com altura e largura maiores do que a parte frontal. Nos fundos prossegue a ampliação gradativa das dimensões dos blocos de granito polido. Na base do bloco central, junto ao piso, duas placas de bronze com os textos em alto relevo. Sobre o bloco central nos fundos, está assentado um bloco vertical, com altura similar a largura, que é de praticamente metade da largura total do jazigo. No centro desta peça, há uma grande placa escultórica de bronze fundido. O conjunto é coroado por outra peça de granito polido, um pouco mais larga e profunda, com recortes arredondados sobre a placa inferior de bronze e triangular na extremidade superior.

Porém, ao tentar apurar o valor de reprodução destes túmulos, deparou-se com outro problema inesperado: as marmorarias próximas ao cemitério alegaram que não executam mais trabalhos como estes. O que encaminhou a pesquisa para uma empresa em cidade da região metropolitana, indicada como possivelmente capacitada para esses trabalhos. Encontrada a empresa, de fato ela ainda trabalha com as demandas buscadas. Ela também indicou outra, em cidade próxima. Aceitaram examinar o material sobre os túmulos padrão, e após alguns dias encaminharam os orçamentos.

Os elementos artísticos escultóricos tiveram seus valores de reprodução obtidos em um ateliê profissional de escultura, que opera em Porto Alegre. Este tem reconhecidos trabalhos executados, e colabora com vários artistas do estado.

Não terminou aí o trabalho. Dos túmulos extintos, ou “desocupados” como informa a administradora do cemitério, havia registro de dois exemplares extraordinários. Eram mausoléus de famílias tradicionais da comunidade. Um deles era de tais proporções, que era denominado de capela. Por terem sido extremamente relevantes, restaram muitos registros fotográficos e descrições deles. O valor de reprodução de ambos também foi elaborado pelas empresas de marmoraria do interior do estado.

Com os valores dos túmulos em mãos, a operação final foi fazer a tabulação dos totais. E o valor total foi relativamente significativo: R\$ 5.750.700,00, em julho de 2015 (HUYER, 2015). Ainda foi colocada a ressalva de que este valor não inclui os valores econômicos intangíveis do patrimônio cultural, artístico, de memória e etc., mas tão somente os valores de reprodução.

A investigação do órgão fiscalizador propôs ao administrador este valor como indenização. Examinada por ele a metodologia empregada, não contestou, e realizou o

pagamento do valor sugerido, encerrando assim o imbróglio. O valor foi destinado para fundos de preservação ambientais. O acordo para encerrar a investigação não se resumiu ao pagamento de indenização. Também foi assumido o compromisso de não mais “desocupar” túmulos, especialmente os elencados como portadores de valor cultural.

Este episódio abriu novas possibilidades ao repertório de busca de reparação de danos contra o patrimônio cultural. Diante das dificuldades de arbitrar valores, podem ser buscadas metodologias criativas, que abrem brechas nesse campo. Valores arbitrários, estipulados a partir de tabelas de multas, ou juízos de valor sem amparo concreto, sempre podem ser contestadas, especialmente se forem levadas aos tribunais. O ideal é que as metodologias sigam o que é denominado de caráter científico. Ou seja, que reproduzidas por qualquer outro profissional, sejam obtidos os mesmos resultados. No presente caso, é o que provavelmente ocorreria, caso a questão fosse objeto de uma perícia judicial. O eventual técnico do juiz, questionado por quesitos do autor, não poderia se distanciar do que foi obtido nesse trabalho. A menos que encontrasse uma metodologia ainda mais exata, o que é improvável.

Por fim, a divulgação de metodologias como esta traz um novo alento na luta contra a destruição do patrimônio cultural. O caráter didático da cobrança de indenização por essa prática, certamente incentivará ao maior cuidado dos potenciais infratores. Sabendo-se da possibilidade de apurar valores concretos de indenização, cessará a discussão de arbitramentos, que tendem a poupar os infratores.

Ressalte-se que, casos como este, de destruição de cemitérios, tem se revelado constantes. Aparenta que sempre existiu a certeza do fato consumado. Depois de construído, ninguém manda demolir – no caso de prédios sem licenciamento. Depois de demolido, nada mais há a fazer. Não precisa ser bem assim. Enquanto não vem a consciência de preservar nosso patrimônio, a sistemática de punir quem o destrói, poderá minimizar o ímpeto dos que desconhecem sua relevância. Todos os instrumentos a disposição são importantes para subirmos um degrau na escadaria da preservação do patrimônio cultural. A certeza de que haverá punição, e de que há critérios e metodologias para calcular valores a serem ressarcidos, fazem parte da batalha pela preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Cemitérios, valoração de dano, indenização.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14653-1:** Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14653-7:** Avaliação de bens Parte 7: Bens de patrimônios históricos e artísticos. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

CARVALHO, Luiza F.N. **Inventário dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre:** metodologia e considerações iniciais. 2012

HUYER, André. Parecer Técnico GAT-UAA nº 0920/2015. Porto Alegre: MPRS, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO/RS. Inquérito Civil n.º 00833.00069/2010. Porto Alegre: MPRS, 2010.

O conselho municipal como agente de políticas públicas de preservação - As possibilidades criadas pela legislação municipal de Poços de Caldas – MG

The city council as agent of public preservation policies - The possibilities created by Poços de Caldas urban legislation – MG

BUGA, Fernanda Viana (1)

(1) Graduanda, UNIJÁ – Gestão Pública, Prof. Mestra UNIFAJ,
fernanda.buga@prof.faj.br .

RESUMO EXPANDIDO

Águas que fundam cidades, assim remontam as origens da cidade de Poços de Caldas - MG. Os primeiros registros acerca do local datam de 1765, quando o então governador da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, enviou uma tropa que tinha como objetivo a confirmação de rumores sobre a existência de ouro na região. A pouca quantidade de ouro encontrada não chamou a atenção dos governantes, contudo a água sulfurosa com cheiro de ovos podres, localmente conhecida pelo seu poder curativo o fez. As notícias de cura através das águas quentes atraíam cada vez mais pessoas em busca de melhorias na saúde, reforçando o interesse do governo em desapropriar as terras e fundar ali uma estância balneária que seria explorada turística e medicinalmente (OTTONI, 1960).

Fundada em 1872, a cidade localizada no sudeste do Estado de Minas Gerais atraía os enfermos por conta da proximidade com os grandes centros urbanos da região sudeste mas, foi em 1886, com a inauguração da linha ferroviária da Mogiana, que a cidade passou a ganhar espaço no cenário turístico nacional, adensando os fluxos de turistas e de imigrantes.

Após a assinatura do ato de fundação, o Estado deu início aos primeiros investimentos da ordem do planejamento urbano que contavam com o projeto de arruamento da área central, a demarcação e paisagismo das praças e áreas destinadas ao lazer e a construção de balneários, hotéis e cassinos que seriam os grandes atrativos não só aos enfermos mas aos turistas em geral. O fluxo de pessoas e materiais possibilitados pela ferrovia propiciou a chegada de novas técnicas, conhecimentos e investimentos, que foram responsáveis pelo aprimoramento do diagnóstico médico e o desenvolvimento das melhorias sanitárias, desenhos arquitetônicos, urbanísticos e a execução de obras, realizando grandes avanços no território (MOURÃO, 1966; OTTONI, 1960).

A “Semana de Caldas” como ficou conhecido o período mais intenso de veraneio, atraía a elite brasileira, que muitas vezes, acabou por adquirir terrenos e edificando residências projetadas por arquitetos imigrantes. Dessa forma, a área central da cidade contou com inúmeras edificações do estilo eclético ou neocolonial, tendo a ambiência urbana muito semelhante as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (MOURÃO, 1966).

Através do Decreto-lei 9.215 de 1946, o então presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu os jogos de azar em todo o território nacional, tal acontecimento, somado ao desenvolvimento da indústria farmacêutica e o conseqüente desuso dos banhos termais para o tratamento de enfermidades, fez com que a cidade de Poços de Caldas entrasse

em um outro período da sua história. As principais fontes de receita da cidade passaram a ser a mineração e a instalação da atividade industrial, que através das negociações da prefeitura, cresceu em quantidade gerando emprego e renda para os moradores.

O período de industrialização trouxe novos desafios, como o adensamento populacional e o crescimento urbano desordenado. A partir desse período, muitas das edificações do início do Século foram demolidas, dando lugar à novas residências sendo algumas edificações multifamiliares verticalizadas que se aproveitaram da localização e infraestrutura dos grandes terrenos centrais (PDI, 1962; POZZER, 2001).

Com a preocupação relacionada a preservação da ambiência urbana da cidade, que remete aos tempos de prosperidade e relevância dentre os destinos de veraneio nacionais, em abril de 1982, através da LEI 3.218/82 foi criada a Diretoria de Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal – DPHTAM. Uma das ações da diretoria foi o início da seleção e inventário das edificações de interesse de preservação, que em sua primeira versão, contou com 181 imóveis. A publicação que levou o título “Inventário de Patrimônio Artístico e Cultural de Poços de Caldas - IPAC – PC” apresenta os imóveis categorizados sob quatro graus de proteção classificados com base na conservação das edificações e sua relevância histórica e arquitetônica (atribuídas pelos técnicos do setor).

P1 – “[...] conferido aos bens de elevado valor que devam ser conservados integralmente (Poços de Caldas, 1988, p. 01).” Na sequência a legislação informa que os bens inventariados sob esse grau de proteção devem passar pelo processo do tombamento conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação específica (Lei Municipal nº 3.537/1984)

P2 – “[...] conferido aos bens de relevante interesse que devem ser preservados através de incentivo do poder público aos seus proprietários.” (Poços de Caldas, 1988, p. 01). Na sequência são citados as ferramentas de incentivo que a DPHTAM-PC pode se valer para incentivar a preservação do imóvel aos proprietários, todos eles condicionados à manutenção das principais características do imóvel, a serem estabelecidas pelo referido órgão, a manutenção e conservação do imóvel.

P3 – “[...] conferido aos bens que tenham interesse principalmente ambiental e urbano, sendo que só algumas partes deste imóvel justificam preservação.” (Poços de Caldas, 1988, p. 01). Este grau de proteção possui as mesmas ferramentas de preservação atribuídas ao grau P2, contudo tem como critério de manutenção apenas “quando este observar os critérios de preservação emitidos pela DPHTAM-PC.” Sem atrelar os benefícios à manutenção e conservação do imóvel.

P4 – “[...] conferido aos bens bastante descaracterizados que possam ser eventualmente substituídos por novas construções, sendo esta ação vigiada pela DPHTAM – PC no sentido de que aquelas construções não contrastem com o ambiente que as circunda.” (Poços de Caldas, 1988, p. 02). Este grau de proteção apresenta os mesmos benefícios e critérios de manutenção atribuídos ao grau de proteção P3.

O último artigo da referida lei reforça a capacidade do setor em alterar os critérios edilícios das macrozonas com o objetivo de garantir a preservação dos bens de interesse de preservação inventariados pelo IPAC-PC.

“Art. 7º Os critérios edilícios e de preservação ditados pela DPHTAM-PC terão os objetivos de preservar os bens, protegê-los contra sua descaracterização e definir parâmetros para possíveis reformas e demolições que não prejudiquem o conjunto da paisagem urbana.

Parágrafo Único. Os critérios a que se refere este artigo serão emitidos individualmente, julgados caso a caso, podendo não se enquadrar na lei de uso de solo vigente.” (Poços de Caldas, 1988, p. 02).”

É justamente através deste artigo da Lei 4.409/88 que foi possível a aprovação do empreendimento aqui abordado como estudo de caso.

Até meados da década de 2010, a Diretoria não se fez valer das ferramentas disponibilizadas pela lei nas negociações para a preservação mas, a publicação da mesma, juntamente com o IPAC serviu para que a própria prefeitura norteasse e justificasse o indeferimento na expedição de certidões de demolição para muito dos imóveis inventariados.

No ano de 2001, a aprovação do Estatuto da Cidade estabeleceu a exigência da participação popular na tomada de decisões do governo, através dos conselhos municipais vinculados a cada uma das pastas da administração pública. Como forma de atender a essa determinação, em 2006 a DPHTAM-PC é transformada em Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas - CONDEPHACT, órgão de caráter consultivo e normativo, que por assumir as responsabilidades da antiga DPMHTAM-PC tem poder de deliberar até mesmo se sobrepondo as diretrizes do Plano Diretor Municipal.

A Lei Complementar nº 70/2006, que cria o CONDEPHACT, cria também o Fundo Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas - FUNDEPHACT. O fundo é regido por uma comissão coordenadora estabelecida dentre os membros do conselho (POÇOS DE CALDAS, 2006). Este fundo está autorizado a receber recursos provenientes das dotações orçamentárias do Município, transferências oriundas da Lei Estadual 12.040/1995 conhecida como Lei Robin Hood, cooperações, doações, recursos de multas emitidas por infrações relacionadas a bens tombados, dentre outros.

A criação do fundo reforça o posicionamento do Município quanto a gestão autônoma do patrimônio histórico e cultural, já que, além de permitir que o conselho estabeleça concessões específicas diferentes do estabelecidos por outras legislações (plano diretor e lei de uso e ocupação do solo) oferece gestão financeira independente que permite a negociação de aquisição de imóveis, financiamento de restauros e obras de intervenção em imóveis particulares, entre outras situações que possam vir a incentivar e promover a preservação.

Em 2014, o CONDEPHACT recebeu, através da Divisão de Patrimônio Tombado e Construído, uma solicitação de um cidadão para a abertura de processo de tombamento da edificação denominada Residência Dr. Arthur de Mendonça Chaves, que se encontrava em grau de proteção P2, por considerar que o imóvel não atendia aos critérios básicos que justificassem seu tombamento, o CONDEPHACT indeferiu a solicitação (ATA 95ª de 21/08/2014). Na sequência a essa solicitação, foi protocolado um pedido de certidão de demolição para o referido imóvel onde o interessado apresentava uma proposta de construção de uma edificação multifamiliar verticalizada. Nesse momento abriu-se uma discussão entre os interessados e o conselho onde foi alegado pelos interessados que eles estariam sendo prejudicados pela lei de inventário, já que financeiramente seria inviável a preservação da edificação. Contudo, após algumas discussões foi observado que a área não ocupada aos fundos da edificação possuía tamanho suficiente para a construção da edificação desejada sem a necessidade da demolição do imóvel histórico. O projeto realizado contou com o restauro da edificação inventariada e a construção de um edifício com mais de dez

pavimentos aos fundos da mesma, viabilizando financeiramente o investimento e alterando apenas itens que não descaracterizariam a edificação. Em ATA o conselho estabelece as seguintes diretrizes:

O inventário do imóvel da Rua Rio Grande do Sul, 1625, foi apresentado juntamente com o projeto de construção de um edifício ao fundo do terreno do sobrado. Após análise e discussão do projeto o conselho fez as seguintes solicitações ao proprietário para que o projeto seja aprovado: a) Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica para as soluções de engenharia adotadas para a fundação do edifício e a reforma do sobrado, considerando a possibilidade de recalque que a construção do edifício pode ocasionar e a retirada das paredes internas do sobrado, de forma que as intervenções não acarrete em prejuízos para a integridade do imóvel acautelado. b) Preservar o desenho dos recortes do assoalho e forro na varanda, sala de estar do pavimento térreo e hall de entrada; c) Preservar o ladrilho hidráulico na varanda, porém deve-se avaliar forma de corrigir a infiltração de água no pavimento inferior; d) Preservar lustre na sala de estar do pavimento térreo; e) Utilizar gradil existente da varanda lateral direita na nova varanda a ser construída; f) Apresentar ao conselho o aproveitamento do gradil frontal à direita do imóvel no novo portão; g) Preservar pintura de paisagem na parede da varanda; h) Preservar papel de parede do consultório; i) Preservar todos os detalhes das esquadrias externas; j) Preservar os ornamentos da fachada; k) Apresentar solução arquitetônica para cobertura da varanda dos fundos; l) Substituição das peças degradadas das calhas e condutores de águas pluviais, seguindo modelo existente; m) Recuperar o madeiramento do telhado; n) Apresentar tonalidade para pintura da fachada para aprovação do conselho, considerando um estudo de prospecção. (ATA 100ª de 29/01/2015).

O acordo foi celebrado entre as partes e o imóvel de interesse foi preservado e restaurado. Na imagem abaixo pode-se ver como os interessados utilizaram do potencial mercadológico da imagem da edificação histórica.



Figura 1 - Imagem ilustrativa para venda do empreendimento.

Fonte: Material de vendas do Construtora e Incorporadora POLLO Engenharia. Disponível em: <https://polloengenharia.com.br/empreendimentos/mendonca-chaves/> Acessado em: 09/08/2019.

Após a aprovação e construção da edificação outros interessados solicitaram o direito de construir aos fundos de suas edificações inventariadas, como o caso do Chalé denominado José Izalino. Contudo, diferente da localização do imóvel denominado Dr. Arthur de Mendonça Chaves, o Chalé José Izalino está inserido em macrozona Zona de Proteção Especial 2 – ZPE2 que tem como definição:

III - ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL - ZPE: Compreende as áreas com restrição à verticalização, visando à preservação das fontes de águas frias e termais, da ambiência e do cenário urbano existentes, subdividindo-se em:

a) ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL 1 - ZPE-1: [...];

b) ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL 2 - ZPE-2: Compreende as áreas sujeitas à manutenção de médias densidades e ao controle de altimetria visando assegurar a visada da Serra de São Domingos, devendo ser observado, no mínimo, o seguinte:

1. Adoção de coeficiente de aproveitamento máximo dos terrenos igual a 2,0 (dois);

2. Altura máxima das edificações limitada a 12,00m (doze metros), incluindo todos os seus elementos construtivos;

[...] (POÇOS DE CALDAS, 2006)

Por conta dos critérios estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo para a macrozona onde se encontra o lote, a viabilidade financeira não aconteceria, foi então que, tendo como base a ferramenta de venda de potencial construtivo estabelecida no Estatuto da Cidade (2001), o conselho fez, pela primeira vez, o uso das ferramentas estabelecidas na Lei 4.409 datada de 1988 permitindo que o proprietário construísse uma edificação aos fundos do lote com um acréscimo de área acima do limite estabelecido na legislação vigente (Lei Complementar nº 74). A edificação conta com cerca de 90 salas comerciais e área de estacionamento privativo, o Chalé histórico foi transformado em um café que atende os bairros do entorno, além da própria edificação.

Os dispostos nas legislações Municipais referentes ao patrimônio histórico estão à frente das diretrizes federais que estipulam as ferramentas para o incentivo e a preservação dos bens de interesse, através da desburocratização e da autonomia do conselho Municipal foram realizadas a preservação dos imóveis mencionados, a valorização da história e o adensamento da área central já dotada de infraestrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão pública, preservação de bens de interesse cultural, Poços de Caldas, legislação urbana.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto-Lei nº 9215, de 30 de abril de 1946. Proíbe a prática ou exploração dos jogos de azar em todo o território nacional. Rio de Janeiro: [s.n.], 1946.

_____. Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

MINAS GERAIS. Lei nº 12040, de 28 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto de arrecadação do ICMS pertencentes aos municípios.

MOURÃO, M. Poços de Caldas. Poços de Caldas: [s.n.], 1960.

OTTONI, H. B. Poços de Caldas. São Paulo: Anhambi, 1960.

POÇOS DE CALDAS. Plano de Desenvolvimento Integrado. Poços de Caldas [s.n.], 1962.

POÇOS DE CALDAS. Lei Complementar nº 70 - Altera e consolida a legislação que dispõe sobre a defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas, cria o Fundo Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas – FUNDEPHACT e dá outras Providências. Poços de Caldas [s.n.], 2006.

POÇOS DE CALDAS. Lei Complementar nº 74 – Dispõe sobre a revisão do plano diretor do, Município de Poços de Caldas, nos termos da Lei Federal nº 10.257/2001, altera, revoga e acrescenta dispositivos à lei nº 5.488, de 4 de janeiro de 1994, e dá outras providencias. Poços de Caldas [s.n.], 2006.

POÇOS DE CALDAS. Lei nº4.409 – Estabelece os graus de proteção aos bens imóveis que compõem o Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico de Poços de Caldas, e dá outras providencias correlatadas.

POZZER, C. E. Poços de Caldas: a construção de uma paisagem urbana. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC. Poços de Caldas. 2001.

O IPHAN e a institucionalização do patrimônio cultural arquitetônico: normas e instrumentos

IPHAN's Architectural Heritage institutionalization process: norms and instruments

GERIBELLO, Denise Fernandes (1)

(1) Pós-doutoranda, Universidade de São Paulo, z.geribello@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

A obrigatória relação com o presente é uma característica crucial do patrimônio cultural. A compreensão do que pode ou não ser considerado patrimônio se modifica de acordo com as alterações das percepções, anseios e necessidades de uma determinada sociedade. Conforme Harvey, “heritage has always been with us and has always been produced by people according to their contemporary concerns and experiences” (2001, p. 2). No mesmo sentido, Bond e Gilliam alertam que “as discussões sobre patrimônio não podem ser dissociadas de sua historicidade, dos contextos históricos em que tratou de questões tanto teóricas como práticas referentes aos usos do passado, à sua construção social” (1994, Apud FUNARI, 2005, p.33). A percepção do patrimônio cultural como prática dinâmica e plástica é essencial para a compreensão desse campo do saber em sua complexidade.

O caráter maleável do patrimônio cultural se torna evidente na multiplicação de revisões críticas sobre o *status quo* do campo da preservação nas últimas décadas. É possível notar uma tendência, cada vez mais flagrante, de distanciamento da noção de patrimônio como elemento dotado de valor intrínseco, identificado pelo olhar treinado do especialista e representante de uma suposta homogeneidade social. Em oposição, é crescente a percepção do patrimônio como processo cultural de atribuição de valores, marcado pela diversidade e por conflitos das mais diversas ordens, quer seja econômica, social, política, de gênero, entre outras. Nesse sentido, o patrimônio cultural deixa de ser entendido apenas como um conjunto de bens que recebe a chancela dos órgãos governamentais de preservação e passa a ser compreendido a partir das relações entre determinados bens, sejam eles materiais ou imateriais, e as pessoas.

Essa transformação tem implicações nas práticas patrimoniais em diversos níveis. Dentre as mudanças, é possível notar que as relações entre a sociedade e o patrimônio cultural começam a tomar novas formas, a educação patrimonial passa a adquirir novos enfoques e a institucionalização do patrimônio cultural assume novos contornos e papéis. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o aparato legal federal, atualmente em vigor, relacionado à preservação patrimonial, focalizando os processos de identificação e reconhecimento de bens materiais imóveis como patrimônio cultural. Cabe precisar que, conforme a Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018, se entende por identificação a localização, o conhecimento e a caracterização de bens culturais materiais e por reconhecimento, a explicitação dos valores e da significação cultural atribuídos a esses bens.

O recorte estabelecido se deve ao fato desta reflexão integrar a pesquisa de pós doutorado “Patrimônio Cultural: a construção de uma prática crítica”¹, que discute os estudos críticos do patrimônio, tendo como objeto de estudo o processo de tombamento da Casa de Chico Mendes, localizada em Xapuri, Acre, desenvolvido no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Processo nº 1.549 T 07). Dessa forma, este trabalho se volta à análise dos processos de identificação e reconhecimento de bens arquitetônicos e trata de bens de outra natureza apenas na medida em que sua preservação levanta questões sobre a tipologia estudada.

Mesmo em um cenário no qual os selos oficiais já não são mais considerados pré-requisito para a identificação de um bem como patrimônio cultural, o reconhecimento por parte dos órgãos de preservação governamentais desempenha um importante papel na legitimação do patrimônio cultural e em sua preservação. Segundo Arantes, a construção do patrimônio decorrente das ações de preservação não deve ser confundida com a cultura em sua dimensão cotidiana, ou como coloca o autor, *the “culture on the ground, with life as it really is, so to speak”* (2019). O autor afirma, ainda, que essa dimensão sofre efeitos da institucionalização da preservação.

(...) the actions catalysed by preservation, given that they are not merely reiterative but inaugurate qualified meta-realities, can produce reflexive and potentially dislocating effects that alter the values that ordinarily constitute the culture object (2019).

Fonseca também associa a prática patrimonial com o reconhecimento oficial ao apontar que o patrimônio cultural deve ser compreendido como uma prática social, cuja constituição e proteção estão assentadas em um estatuto jurídico próprio que “torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, baseados no tempo e no espaço” (2005, p.37). Nesse sentido, busca-se identificar, segundo a legislação federal brasileira, o que deve ser alvo de tutela oficial e quais são os instrumentos disponíveis para sua identificação e reconhecimento, considerando que cada um dos instrumentos atende a determinadas especificidades.

Além de identificar as questões relacionadas aos processos de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural na legislação, este artigo problematiza algumas questões levantadas pela análise dos textos jurídicos, como a presença bens materiais imóveis na legislação relativa ao patrimônio imaterial, divergências teóricas entre diferentes leis vigentes e o papel da participação social.

Inicialmente, o trabalho apresenta uma listagem da legislação relacionada ao patrimônio cultural arquitetônico, contemplando as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, as leis, decretos e decretos-lei federais e as portarias do IPHAN. A partir desse material, buscou-se entender o quadro atual da preservação, identificando os pré-requisitos para que um edifício passe a ser considerado oficialmente como patrimônio cultural, segundo o órgão federal de preservação, bem como os instrumentos legais disponíveis para a instituição do selo oficial, como, por exemplo, a Valoração, atribuída ao patrimônio ferroviário da antiga Rede Ferroviária Federal, a Chancela, que se aplica a paisagens culturais, ou mesmo o tombamento. Conforme Fernandes e Alfonsin, “a ordem jurídica nacional aplicável à proteção do patrimônio cultural foi certamente

¹ Pós-doutorado em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), sob supervisão da Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl, processo nº 2017/24504-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

ampliada desde a aprovação do Decreto-Lei nº 25/1937, mas essa lei, e especialmente, o instituto do tombamento, continua sendo de fundamental importância” (2010, p.6). Tal ampliação impõe dificuldades à análise. Considerando que os textos jurídicos são fruto de questões temporalmente situadas, uma grande complexidade é imposta à análise em função do extenso recorte temporal em que se inscrevem as normas pesquisadas. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988 e o Decreto Lei nº 25 de 1937, ambos atualmente em vigor, apresentam perspectivas diferentes sobre a preservação do patrimônio cultural decorrentes de diferentes compreensões acerca do patrimônio, como apontado por Meneses (2012). Cotejá-los sem considerar os diferentes contextos em que foram criados implica em uma análise demasiadamente superficial. Por outro lado, em função dos limites de tempo da pesquisa, não foi possível estabelecer uma contextualização exaustiva de cada uma das normas pesquisadas. Buscou-se identificar, de maneira geral, as transformações e permanências ao longo do tempo e suas relações com transformações de ordem política, cultural ou teórica-metodológica significativas.

A partir desse levantamento, o trabalho se volta à discussão de alguns pontos que se sobressaíram no quadro identificado, tendo em vista o recorte proposto – a identificação e o reconhecimento de bens materiais imóveis. Uma primeira questão que se coloca é a maneira como as normas e os instrumentos aproximam a salvaguarda do patrimônio material e do imaterial. Conforme Meneses, o patrimônio cultural sempre tem “vetores materiais” como suporte, até mesmo o patrimônio imaterial. O autor coloca que “se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se” (Meneses, 2009, p.30). Enquanto no campo teórico há, cada vez mais, uma abordagem conjunta dessas duas naturezas de bens, nota-se uma cisão entre elas nos textos legais, ainda que recentes. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento de gestão que contempla os bens estabelecidos pela norma referente ao Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, prevê a identificação de bens arquitetônicos. Em seu Manual de Aplicação, é apontado, inclusive, que

As edificações serão identificadas por uma combinação de duas técnicas básicas. Como bens arquitetônicos, elas serão analisadas por um arquiteto, seguindo as solicitações do campo do questionário dedicado à “descrição arquitetônica”; as representações sociais e usos associados serão investigados por este ou outro pesquisador, que utilizará os mesmos procedimentos criados para os demais itens. (2000, p. 59)

Mesmo considerando em sua metodologia os bens arquitetônicos, o INRC não é mencionado dentre os possíveis instrumentos de identificação ou reconhecimento na Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. Esse é um dos momentos em que a cisão mencionada acima entre a abordagem do patrimônio material e imaterial transparece.

Outro ponto de reflexão deste artigo é a ampliação dos mecanismos de participação popular na identificação e reconhecimento do patrimônio cultural arquitetônico. A preservação de bens dessa natureza é tradicionalmente associada a um discurso dominante, chamado por Smith de “Authorized Heritage Discourse”. Trata-se de um discurso imposto por profissionais do campo da arquitetura e da arqueologia, para endossar a seleção de determinados bens como patrimônio com base no reconhecimento de valores inerentes aos objetos e reconhecidos, sobretudo, pelos

olhos de especialistas (2006, p. 11). Buscando tornar as dinâmicas de identificação e reconhecimento do patrimônio mais democráticas, nas últimas décadas, a legislação passou a fornecer instrumentos que buscam a aproximação entre o órgão de preservação e a população. No próprio trecho do INRC mencionado acima, é possível identificar a importância dada às representações sociais e usos associados ao bem, isso é, o papel que ele confere à percepção que a população tem do edifício. As transformações ocorridas nesse sentido enfatizam que o patrimônio deve dar conta de explicitar a diversidade, a multiplicidade. Conforme alerta Kühl, a perda da multiplicidade “nega um preceito que deveria estar presente na vida em geral, que é a tolerância. Preservar apenas aquilo que parece proveitoso a alguns em um dado momento, é a subversão desse preceito” (2006, p.35). O direto intergeracional, que coloca a questão da preservação para além do presente e a considera na perspectiva da longa duração, é outro ponto de reflexão a ser colocado.

Após o levantamento de questões específicas, o artigo faz um balanço, refletindo sobre as possibilidades de atuação a partir das bases e dos instrumentos fornecidos pelo corpus legal disponível para a identificação e o reconhecimento do patrimônio material imóvel, bem como busca posicioná-lo frente às discussões teóricas do campo da preservação.

PALAVRAS-CHAVE: preservação do patrimônio cultural, instrumentos de preservação, legislação de preservação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio. Safeguarding. A key dispositif of UNESCO's Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. **Vibrant**, Virtual Braz. Anthr., Brasília, v. 16, e16201, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412019000100300&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2019. Epub Feb 25, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412019v16a201>.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. **Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

FERNANDES, Edésio e ALFONSIN, Betânia. (Coord.) **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline V. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, Maringá, v.9, n.1, 2005.

HARVEY, David. Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies. **International Journal of Heritage Studies**, v.7, n.4, p. 319–338, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 2000.

_____. **Portaria nº 375 de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, 2006, n. 1, p. 16-40.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2009.

MENESES, Ulpiano B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais..., vol. 2, tomo 1, Brasília, IPHAN, 2012.

O patrimônio como palimpsesto: revelando as camadas dos Arcos [do Bixiga], em São Paulo

Heritage as a palimpsest: revealing the layers of Arcos [do Bixiga] in São Paulo

MUNIZ, Claudia (1)

(1) Mestranda, FAUUSP, claudiamuniz@usp.br

RESUMO EXPANDIDO

O conjunto escolhido como objeto para reflexão, localizado no bairro da Bela Vista, em São Paulo, é composto pelo muro de arrimo que vence o desnível entre as ruas Jandaia e Assembleia e a praça construída à sua frente. Em função dos arcos que formam o seu sistema construtivo, o muro de arrimo recebeu várias denominações, como Arcos da Jandaia, Arcos do Bixiga, Arcos dos Calabreses e Arcos do Jânio, fator que evidencia o plano de disputas que o lugar representa. A praça, por sua vez, recebeu o nome de Praça dos Artesãos Calabreses. O artigo objetiva identificar e problematizar esses embates que marcam os processos de ocupação, patrimonialização e apropriação política e social, desde a sua construção, no início do século passado, até os dias atuais. Acredita-se que refletem os desafios contemporâneos do campo do patrimônio cultural.

A Bela Vista, onde se localiza o conjunto, também se configura como um lugar de memórias em disputa, com a valorização da memória da imigração italiana, por parte das políticas públicas, da mídia e da historiografia oficial, em detrimento das memórias de outros grupos sociais. Ademais, assim como no caso da Praça dos Artesãos Calabreses, a presença significativa de cortiços e a prática de arte urbana representada pelos grafites também se colocam em confronto na sua relação com o patrimônio cultural institucionalizado.

A camada inicial: os Arcos

Devido às várias nomenclaturas que o muro recebeu, optou-se por denominá-lo "Arcos". Trata-se de um muro de contenção que dá sustentação à encosta e permitiu a fixação de um tabuleiro para parte da pista da rua Jandaia. Não há registros oficiais de sua construção. Carlos Lemos afirma que foi construído entre 1911 e 1913 por operários imigrados da Calábria, responsáveis por trazerem a técnica construtiva implementada (LEMOS, 2013, p. 167).

A segunda camada: os casarões e a vida cotidiana

Nas décadas de 1920 e 1930, a construção de edificações sobre o muro de contenção foi autorizada pela municipalidade. A ocupação foi concomitante ao movimento de expansão da malha urbana do loteamento que originou a Bela Vista. Os novos edifícios, apoiados sobre a parede de tijolos, encobriram da paisagem grande parte dos Arcos.

Em situação semelhante ao restante do bairro, observou-se um processo de encortiçamento dos imóveis em meados do século XX. Essa modalidade de moradia está presente na Bela Vista desde a ocupação inicial, tendo em vista a facilidade de aproveitamento dos porões e dos desníveis dos terrenos e ao caráter popular do bairro. Os casarões eram subdivididos em cômodos como forma de obtenção de renda pelos proprietários, prática "em geral associada a atividades de sobrevivência de seus

moradores” (LANNA, 2011, p. 122). Esse processo intensificou-se nos anos 1960 com um novo grupo social, formado por migrantes, principalmente do Norte e Nordeste do país, que procuraram residir ali devido à localização central. Grande parte dos imóveis sobre os Arcos passou a ser ocupada como cortiço, fator que favoreceu uma imagem de “degradação” para a região.

Essa condição se agravou com o processo de desapropriação dos imóveis da rua Assembleia em virtude da retomada de um projeto viário de ligação entre as avenidas Radial Leste e 23 de Maio¹. De acordo com reportagem de *O Estado de São Paulo*, um levantamento realizado pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social em 1984 apontou 26 cortiços instalados nos casarões, que abrigavam 77 famílias divididas em 119 cômodos (ESTADO DE S. PAULO, 1985).

São raros os registros dos moradores à época. O fotógrafo Paulino Tarraf produziu um vídeo, *Rua das Casinhas* (1978), por meio do qual é possível visualizar parte da população residente e seu cotidiano.



Figura 1 - Cena do vídeo *Rua das Casinhas* (1978), de Paulino Tarraf.
Fonte: NASCIMENTO, 2015.

O retorno à camada original: a retirada dos casarões

O processo de desapropriação dos imóveis da rua Assembleia para as obras de reformulação viária foi encerrado em 1987, durante a gestão do prefeito Jânio Quadros. Naquele ano, uma empresa foi contratada para a demolição das edificações e para a recuperação do “recém descoberto” muro de contenção. Desse episódio deriva a denominação Arcos do Jânio, em função da “descoberta” do muro após a retirada das edificações. Jânio se utilizava do argumento de que, com isso, a população paulistana estaria recebendo em troca uma obra ainda mais importante para a sua história e que seria essa obra a verdadeira merecedora de preservação por parte do município.

¹ Como mostra Diego Vargas, o projeto viário, de autoria do prefeito Faria Lima nos anos 1960, chegou a ser encaminhado à Câmara dos Vereadores, mas não foi levado adiante pelas gestões posteriores. No entanto, as desapropriações dos casarões chegaram a ser finalizadas, fator que contribuiu para a ocupação ilegal dos imóveis que ficaram sem uso (VARGAS, 2019, p. 49).

As demolições tiveram repercussão significativa na mídia e foram refutadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico², que se posicionou contra a destruição de casarões construídos com técnicas construtivas típicas da urbanização de São Paulo no início do século XX. Em 1983, o DPH havia realizado um estudo sobre as ruas Assembleia e Jandaia, que contou com levantamentos fotográficos e uma análise da situação física dos imóveis, o que denota uma atenção do órgão ao conjunto arquitetônico (SÃO PAULO (município), 1983). Carlos Lemos denunciou a derrubada dos casarões, realizado pelo poder público municipal sem o devido debate com a população e sem o registro documental das edificações, portadoras de interesse arquitetônico e de valor histórico (LEMOS, 2013, p. 166). No entanto, o discurso estruturado na materialidade não destacou a população residente e suas práticas cotidianas.

Por outro lado, uma reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* trouxe a informação de que o DPH havia elaborado, também, um projeto-piloto para reabilitação dos casarões e para manutenção dos moradores, a partir de uma perspectiva que considerou as discussões em torno do conceito de patrimônio ambiental urbano. Esse projeto previa a reforma das edificações, que seriam destinadas para habitação social. O jornal consultou a ex-diretora Regina Meyer, que afirmou que o projeto poderia ser um modelo de intervenção em cortiços, pois tentava conciliar desenvolvimento urbano e memória (FOLHA DE S. PAULO, 1986, p. 25).



Figura 2 - Demolição quase completa dos casarões.
Fonte: Fotografia de Sergio Tomisaki. LEMOS, 2013, p. 167.

As demolições foram interpretadas por muitos pesquisadores como política de caráter higienista, devido à escolha de imóveis que estavam ocupados como cortiços e que, portanto, conformavam uma indesejada área “degradada” no centro da cidade. A expulsão dos moradores do centro seria um indício do mecanismo de “limpeza”. Para Beatriz Kara-José, que investiga o papel atribuído à cultura em intervenções públicas

² O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) é o órgão municipal de preservação do patrimônio histórico de São Paulo. Está ligado à Secretaria Municipal de Cultura.

urbanas realizadas no centro de São Paulo, “o prefeito [Jânio Quadros] associava a destruição do patrimônio com limpeza social” (KARA-JOSÉ, 2007, p. 70).

Dessa maneira, os Arcos ressurgiram na paisagem e foram restaurados com suas características “originais” ao final dos anos 1980, com caráter de monumento histórico que revelava a obra arquitetônica de imigrantes italianos. Para reforçar a argumentação em torno da autenticidade e da valorização dessa memória, a praça em frente ao muro recebeu oficialmente o nome de Praça dos Artesãos Calabreses em 1991.

O processo de patrimonialização dos Arcos foi ratificado com sua inclusão na Resolução n. 22 de 2002 do Conpresp³. Trata-se da resolução de tombamento de diversos imóveis e elementos urbanos da Bela Vista. Nela, os Arcos são denominados “Arcos da rua Jandaia” e sua importância reside na sua relação com o conjunto urbano do bairro e, por isso, são merecedores de preservação⁴ (SÃO PAULO (município), 2002). É importante colocar que na resolução não há menção à Praça dos Artesãos Calabreses e os Arcos não são referidos a partir de sua herança “italiana”, mas sim como parte integrante do ambiente urbano.

Terceira camada: os grafites

Um ponto de inflexão marcou a sua trajetória em 2015, quando da autorização, por parte da Prefeitura, da colocação de grafites nos vãos dos arcos como parte de um corredor de arte urbana que estava sendo implementado na Avenida 23 de Maio. Os painéis geraram polêmica, tanto na mídia quanto por especialistas do patrimônio e foram vistos por muitos como vandalismo. A intervenção foi aprovada pelo Conpresp, fator que reforçou a indignação de parte da opinião pública. Apoiados na resolução de tombamento, argumentavam que o artefato material deveria ser preservado em sua “integridade”, mantendo-se a fruição estética dos arcos em sua condição “original”. Como contrapartida, houve os que defenderam publicamente a colocação dos grafites, como Martin Jayo e André Fontan Kohler (JAYO; KOHLER, 2015).

Entende-se que o mural de grafites poderia operar como mediação entre os Arcos, enquanto artefato material e documental de uma determinada época da história urbana, e os novos significados e práticas que também se mostram culturalmente ativos e que questionam símbolos e narrativas predominantes. A condição de transformação e de diálogo com outras manifestações que um bem cultural pode apresentar é algo favorável e que contribui para o não congelamento e a não exclusividade de narrativas que ele suporta.

Mais um retorno à camada original: a retirada dos grafites

O painel sobre o muro de contenção durou aproximadamente dois anos. A gestão municipal seguinte retirou as tintas dos grafites e conseguiu verbas para o restauro. Em 2017, as obras foram concluídas e os Arcos receberam novamente a sua condição arquitetônica “original”.

³ O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo atua em conjunto com o DPH.

⁴ Na Resolução, incide sobre os “Arcos da rua Jandaia” o Nível de Preservação n. 1 (NP1), que exige a preservação integral do bem tombado (SÃO PAULO (município), 2002).



Figura 3 - O painel de grafite no muro, em 2016 e os Arcos restaurados, em julho de 2017.
Fonte: Fotografias da Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Paulo. TITO, 2017.

A dimensão simbólica da “raspagem das camadas”, ou seja, do esforço de mais de uma gestão do poder público para manter os Arcos em sua condição arquitetônica “original” e “intocável” na paisagem, desde a demolição dos casarões encortiçados até a retirada dos grafites, é bastante significativa, principalmente se levada em conta a importância que as imagens espaciais desempenham na construção e na sustentação da memória coletiva. Sobre esse aspecto, Maurice Halbwachs, em sua investigação sobre o papel desempenhado pelas lembranças em comum como importante elemento de coesão de um grupo, assinala que “a imagem do meio exterior e das relações estáveis que [o grupo] mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência” (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Além disso, o autor defende que “a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais” (HALBWACHS, 2006, p. 160), cuja presença na paisagem se torna preponderante para a seleção das narrativas que se quer preservar para o grupo, nesse caso o município, e as que se deseja “esquecer”. Esse fator vem de encontro à construção da identidade que a municipalidade deseja, tendo em vista que a memória coletiva “assegura a singularidade e a continuidade de um grupo” (ASSMANN, 1992, p. 144). Ela molda, portanto, a identidade desse grupo. Sendo assim, é possível verificar que as memórias e as relações cotidianas da população que residia nos casarões até 1987, em conjunto com a manifestação cultural representada pelos grafites, não constituem elementos que essas gestões buscaram manter para fins de rememoração.

Aleida Assmann chama a atenção para esse mecanismo. Segundo ela, os processos de recordação no nível institucional e coletivo são necessariamente guiados por políticas complexas, na medida em que trazem consigo “o risco de deformação, redução e instrumentalização da recordação” (ASSMANN, 1992, p. 19), pois tendem a priorizar narrativas de determinado grupo social em detrimento de muitas outras. É possível detectar esse esforço nas políticas públicas municipais de patrimonialização dos Arcos, tanto em relação à demolição dos casarões e à expulsão dos antigos moradores dos cortiços quanto à reificação do artefato arquitetônico “original” e de origem italiana como justificativa para a preservação.

Isso posto, é possível afirmar que o palimpsesto representado pelo conjunto de políticas públicas que tiveram os Arcos como objeto refletem os embates contemporâneos do campo do patrimônio, dos problemas habitacionais e da memória coletiva. Consolidou-se um movimento de associar esse bem cultural a uma memória com recorte preciso, que é o da imigração italiana. Tal associação veio em detrimento de outros valores que o bem suscita, além de desconsiderar a ocupação anterior às demolições. A priorização dessa memória foi de encontro à postura com a qual a municipalidade tentou construir uma identidade calcada nela, combinada com o potencial turístico do eixo gastronômico ligado às cantinas e padarias da Bela Vista, ao mesmo tempo que o DPH tentava mostrar outras perspectivas a respeito do conjunto arquitetônico e da manutenção dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, palimpsesto, Arcos, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ESTADO DE S. PAULO. No cortiço da prefeitura há até ‘aluguel’. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, ago. 1985. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/RUA%20JANDAIA/Acervo///1/1980/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Arquitetos têm planos para cortiços no Centro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, mar. 1986. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9442&anchor=4112512&origem=busca&pd=0f3bc6268bfa70c64dc4bf29dbc0c54a>. Acesso em 1 ago. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JAYO, M. KOHLER, A. F. A batalha dos Arcos do Bixiga Mais arte e mais cidade, mas menos arte na cidade! **Portal Vitruvius**, São Paulo, fev. 2015. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.175/5439> Acesso em: 30 jul. 2019.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**. São Paulo: Annablume, 2007.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte, de LIRA, José Tavares Correia, PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.) **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

LEMOS, Carlos A. C. **Da taipa ao concreto. Crônicas e ensaios sobre a memória da Arquitetura e do Urbanismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MACHADO, L. Arquitetos criticam pintura de grafite em parede tombada do centro de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1584354-arquitetos-criticam-pintura-de-grafite-em-parede-tombada-do-centro-de-sp.shtml>. Acesso em 1 ago. 2019.

NASCIMENTO, D. A demolição da rua da Assembleia. **São Paulo Antiga**, São Paulo, mai. 2015. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/rua-da-assembleia/>. Acesso em 2 ago. 2019.

SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão de Preservação. Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas. **Jandaia - Assembleia**. São Paulo, 1983.

_____. Resolução n. 22 de 2002 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Disponível em: <
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf
>

TITO, F. Arcos do Jânio sumiram, reapareceram e se transformaram ao longo das décadas; FOTOS. **G1 SP**, São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/arcos-do-janio-sumiram-reapareceram-e-se-transformaram-ao-longo-das-decadas-fotos.ghtml>. Acesso em 1 ago. 2019.

VARGAS, Diego Vasconcellos. **Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga**. Dissertação (mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O processo de municipalização da gestão do patrimônio no Brasil: as mudanças promovidas pela vinda do emissário Michel Parent e pelos Compromissos de Brasília e Salvador

The process of municipalization of heritage management in Brazil: the changes promoted by the coming of emissary Michel Parent and the Commitments of Brasília and Salvador

BARROS, Maíra de Camargo (1)

(1) Mestranda, UNIFESP, arqmairacbarros@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), durante toda a década de 1960, promoveu uma série de encontros voltados à discussão e à redação de protocolos visando a preservação do patrimônio cultural a partir do turismo.

Além desses protocolos, uma série de programas foram desenvolvidos com o objetivo de dar suporte financeiro aos países interessados em agir na salvaguarda de seus patrimônios, em especial aos em desenvolvimento, a partir do conceito do chamado “Turismo Cultural”.

Neste sentido, Renato Soeiro¹ foi fundamental para a articulação internacional do DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)², estando presente em muitos destes eventos, como: “Reunião de Especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França (1952); Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados Unidos (1965); Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966). (SOEIRO, sem data).” (SAPORETTI, 2017, p. 21 e 22).

A partir desta movimentação de Soeiro, em 1966, o então presidente do DPHAN, Rodrigo de Melo Franco³, solicitou à UNESCO, apoio técnico para a salvaguarda do

¹ O arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911 – 1984) entrou no SPHAN em 1938 como assistente técnico. Em 1940 foi contratado pelo SPHAN-MES e em 1946 assumiu a Diretoria da Divisão de Conservação e Restauração, na qual permaneceu até 1967, quando tornou-se diretor do DPHAN.

² O órgão responsável pela preservação do patrimônio brasileiro foi criado em 1937 pela Lei nº378, com o nome de Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em sua trajetória recebeu uma série de “re-batimentos”: em 1946, tornou-se Diretoria (DPHAN), em 1970 passou a ser Instituto (IPHAN). Em 1971 foi chamado de Secretaria. Em 1981, passou a ser subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Por fim, em 1994 voltou a ser chamado de Instituto, sendo assim designado até os dias atuais.

³ Rodrigo de Melo Franco (1898 – 1969) foi o autor do decreto-lei 25, de 1937, o qual sistematizou a formação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também seu primeiro presidente. Ficou trinta anos a frente do órgão, de 1937 a 1967, ano em que se aposentou, protagonizando a chamada “fase heroica”.

patrimônio cultural brasileiro, tendo interesse em, mais que a exploração através do turismo, na obtenção de recursos que subsidiassem as ações de preservação da instituição.

A forte industrialização ocorrida nas décadas anteriores, em especial nos anos 1950, a falta de profissionais qualificados para a execução de ações salvaguarda, o capital especulativo que à época já promovia demolições significativas para construção de novos empreendimentos, preocupavam o órgão naquele momento.

Em atenção à solicitação de Mello Franco, o emissário da UNESCO, Michel Parent foi enviado ao país em duas oportunidades, em 1966 e 1967, para elaborar parecer técnico visando embasar acordo de cooperação entre o órgão internacional e o DPHAN.

Nestas duas ocasiões, Parent difundiu novas políticas para a gestão do patrimônio cultural e visitou trinta e cinco cidades, entre elas as de conjunto arquitetônico mais vasto e excepcional encontrados no país, como: São Luís do Maranhão, Ouro Preto, Parati e Salvador.

O francês não foi o único enviado pela Organização das Nações Unidas ao Brasil. Sabe-se que contemporaneamente estiveram aqui: Paul Coremans, em 1964, Frédéric Limburg de Stirum, em 1967, Graeme Shankland, em 1968, Alfredo Evangelista Viana de Lima, em 1968 e 1970 e Pierre Habib, em 1979. (LEAL, 2008, p.7).

Porém, Parent destacou-se entre os emissários pois possuía vasta experiência, vinte anos envolvido em ações relacionadas a preservação na França, sendo inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios, contando com grande prestígio no seu meio de atuação.

Após as visitas, ele produziu importante relatório, publicado em francês em março de 1968⁴, intitulado: “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, o qual foi posteriormente usado como apoio a diversas ações promovidas pela UNESCO nesta seara no país.

Este documento apresentou amplos estudos sobre as cidades brasileiras, com foco no aspecto preservacionista, dando fôlego para se pensar em estratégias municipais de patrimonialização.

Neste sentido, o governo federal brasileiro, buscou articular a proteção dos bens de interesse histórico-cultural, ao planejamento urbano e a geração de renda através do turismo, acreditando que este poderia contribuir para a melhoria da economia do país, que não estava em boa fase à época.

Para tanto, dois encontros foram promovidos pelo Ministério de Educação e Cultura nos anos de 1970 e 1971, nas cidades de Brasília e Salvador, respectivamente.

O de Brasília, intitulado “1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área da Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970), visou promover o debate e estabelecer condutas formalizadas através de compromisso, a serem seguidas pelos presentes com o objetivo de assegurar a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

⁴ O relatório de Parent foi traduzido para o português apenas em 2008, por Rejane Maria Lobo Vieira, dentro COPEDOC (Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação) /IPHAN, a partir de um programa de pesquisa desenvolvido pela Gerência de Pesquisa visando difundir a história da preservação no Brasil e sua inserção no contexto internacional.

Entre estas condutas estavam: a criação de instituições voltadas a formação de profissionais especializados em conservação tanto no âmbito intelectual quanto prático, o incentivo por parte das universidades às pesquisas voltadas à preservação, a inserção de disciplinas no currículo escolar que abordassem a temática e assim promovessem a sensibilização dos estudantes, entre outros.

Além destes pontos, destaca-se no Compromisso o incentivo à formação de conselhos estaduais e municipais, que apoiados pelo DPHAN, deveriam se ocupar da salvaguarda de bens de interesse regional, conforme explicita o seguinte trecho:

Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;
Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional;
Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com o DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendendo o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937; (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 2)

É peculiar que mesmo no período da ditadura civil-militar, de gestão centralizadora e antidemocrática, o governo federal tenha se empenhado em dar início ao processo de terceirização da gestão do patrimônio cultural, incentivando a formação de conselhos estaduais e municipais voltados ao tema.

Tal ação tinha por objetivo aliviar as responsabilidades do DPHAN frente a preservação, que se encontrava sobrecarregado com o volume e as variantes de patrimônios dadas as dimensões continentais do país, além dos recursos financeiros insuficientes para a efetiva ação frente a depreciação do patrimônio nacional.

O Encontro de Salvador, ocorrido no ano seguinte, foi uma espécie de ratificação e complementação dos itens acordados no Compromisso de Brasília. O texto redigido na ocasião pontuou de maneira minuciosa as ações a serem implementadas para a efetiva salvaguarda dos bens culturais, podendo-se citar: a melhoria das leis que regiam à preservação do patrimônio a fim de se considerar também o entorno, a criação de incentivos fiscais e fundos para investimento nesta área, a promoção de ações conjuntas com o clero para a conservação do patrimônio religioso, a defesa de posição privilegiada para o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na obtenção de recursos, incentivo a ações de difusão de tradições e folclore regionais.

Contemporaneamente, Lúcio Costa⁵ enviou equipes aos estados e municípios com o intuito de inventariar e preservar bens de interesse cultural.

Porém, a recomendação da “criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971), pode ser considerada, analisando-se os desdobramentos ocorridos a longo prazo, como a ação que efetivamente aconteceu e suscitou mudanças mais significativas na gestão do patrimônio cultural em âmbito nacional.

⁵ O arquiteto Lúcio Costa (1902- 1998) foi diretor da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937 e 1972.

As visitas de Michel Parent ao país e os Encontros de Brasília e Salvador estimularam, ao longo da década de 1970, uma série de condutas importantes para a proteção do patrimônio cultural através da fragmentação de sua gestão. O surgimento de conselhos de defesa do patrimônio, como o CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo)⁶ em 1968 e o Conselho Municipal de Recife, 1971, são alguns exemplos. Ainda, em 1975, a cidade de São Paulo passou a ter uma Secretaria de Cultura, na qual efetivamente instituiu-se o Departamento de Patrimônio Histórico⁷.

A respeito deste período, Maria Cecília Londres Fonseca explicita que:

foi elaborada, em 1973, a primeira proposta global de política cultural do governo militar, com o pouco conhecido documento Diretrizes para uma política nacional de cultura.

Mas o documento que foi efetivamente divulgado e adotado como orientação oficial foi o Política nacional de cultura, elaborado em 1975, durante a gestão do Ministro Ney Braga, por membros do MEC e do Conselho Federal de Cultura (CFC), sob a orientação de Afonso Arinos de Melo Franco. (FONSECA, Maria C. L., 2017, p. 171)

Esse processo se intensificou nos anos 1980, já no contexto de reabertura política, culminando com a Constituição Federal de 1988, a chamada “constituição cidadã”. Através do artigo 30, ela delegou efetivamente a responsabilidade da salvaguarda do patrimônio aos municípios, conforme prevê o inciso IX: “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Diante deste quadro, despontaram por todo país órgãos com o objetivo de proteger o patrimônio cultural de interesse e importância regional, sendo estes tanto conselhos de preservação quanto fundações voltadas à causa. Pode-se citar aqui, especificamente no estado de São Paulo, a cidade de São Carlos, que criou a Fundação Pró-Memória em 1993 e seu conselho de patrimônio em 2006; a cidade de Tatuí que instituiu seu Conselho em 1993 e a de Sorocaba, em 1994.

Dadas as dimensões do país, a descentralização da proteção dos bens de interesse histórico-cultural promovida a partir da vinda de Michel Parent e dos compromissos firmados nos Encontros de Brasília e Salvador, propiciou um olhar mais atento as especificidades nos âmbitos regional e local, tirando, com o passar dos anos o foco dos edifícios monumentais ou de características barrocas, para as construções mais modestas, os artefatos, os modos de fazer e as práticas culinárias locais, dando protagonismo aos artífices.

Sendo assim, pode-se afirmar que essa fragmentação da gestão do patrimônio, para além da esfera federal, delegando a responsabilidade também aos estados e municípios, através de políticas públicas e legislação pertinente, contribuiu a longo prazo para a ampliação do conceito de patrimônio.

⁶ Quando da sua formação, através da Lei 10.247, o Conselho Estadual de São Paulo ainda não considerava o patrimônio Arqueológico, por isto a sigla apresenta apenas um A.

⁷ A cidade de São Paulo tinha o Departamento de Cultura desde 1935, idealizado por Mário de Andrade e Paulo Duarte, porém, somente em 1975, após uma reestruturação do departamento, este passou a atuar efetivamente.

Características locais, antes sucumbidas pelo ideário de patrimônio nacional como símbolo da nação, foram ressignificadas e bens considerados de menor importância foram valorados.

Neste sentido, o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que redefiniu o conceito de patrimônio cultural, com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, coroou esta visão ampliada e plural do patrimônio, possibilitada, em parte, pela partilha da gestão da preservação entre as três esferas governamentais ao longo de décadas.

PALAVRAS-CHAVE: conselhos municipais, Michel Parent, Compromisso de Brasília, Compromisso de Salvador.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

CARVALHO, C. S. R. de (Org.). **Um olhar contemporâneo sobre o patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro (RJ): Museu Histórico Nacional, 2008.

CANCLINI, N. G. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista IPHAN, 1994.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, 2017.

I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.

Compromisso de Brasília. Brasília (DF): Abril, 1970. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acessado em: 07 de junho de 2018.

II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. **Compromisso de Salvador**. Salvador (BA): Outubro, 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acessado em: 07 de junho de 2018.

LEAL, C. F. B. (Org.). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

PAIVA, M. C. de. **Fabricando o patrimônio municipal: As ações de preservação do COMPAHC de São Bernardo do Campo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SAPORETTI, C. M. **A gestão de Renato Soeiro na direção do DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora- MG, 2017.

SIMÃO, M. C. R. **A preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Ed. Autêntica, 2013.

Participação social e iniciativa privada na salvaguarda patrimonial: uma experiência com a aplicação de outorga onerosa do direito de construir (OODC) em Limeira SP

Social participation and private enterprise in the protection of built historical and cultural heritage: an experience with the application of the 'outorga onerosa do direito de construir' (OODC) in Limeira SP

CAMPOS, Maxwell Ferreira (1); SCIOTA, Alessandra Argenton (2);
RONTANI, Sofia Puppini (3); DEZEN-KEMPTER, Eloísa (4)

(1) Mestrando, Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas, campos.maxwell@gmail.com ;

(2) Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eisntein de Limeira, arq.aleargenton@gmail.com ;

(3) Professor Mestre, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Asser de Rio Claro, srontani@yahoo.com ;

(4) Professor Doutor, Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas, elo@ft.unicamp.br .

RESUMO EXPANDIDO

Ao analisar a problemática de preservação patrimonial frente à dinâmica de desenvolvimento urbano, nota-se que o tempo real de elaboração de inventários, de tramitação dos instrumentos de proteção legal e de sua promulgação supera muitas vezes a destreza das operações especulativas do mercado imobiliário.

Tratando-se das medidas de proteção do patrimônio edificado, a ação governamental, em nível municipal, a partir da aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor, pode fornecer os meios necessários para colaborar com maior agilidade em todo o processo de salvaguarda do patrimônio da cidade.

O presente estudo tem como principal objetivo entender a aplicação prática da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) na salvaguarda do patrimônio histórico edificado, tendo como foco o caso do município de Limeira.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal n.10.257/2001) regulamenta o capítulo da política urbana estabelecida na Constituição Federal, instituindo instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos para garantir a gestão democrática da cidade e a função social da propriedade. Quanto à questão patrimonial, alguns desses instrumentos podem contribuir com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, como a (i) transferência do direito de construir; (ii) incentivos e benefícios fiscais e financeiros; (iii) tombamentos de imóveis ou de mobiliário urbano; (iv) operações urbanas consorciadas; (v) outorga onerosa do direito de construir.

A Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) é um instrumento de planejamento previsto com a finalidade de controle do adensamento da cidade conforme sua

capacidade de suporte, revertendo para a cidade e seus cidadãos os recursos pecuniários da contrapartida do empreendedor sobre o uso de direitos adicionais de construção.

Este instrumento está fundamentado na separação entre direito de propriedade e o direito de construção, atendendo uma recomendação de 1971 de especialistas em planejamento urbano, habitação e construção da Comissão Econômica Europeia e da reunião da UN-Habitat de 1976. Segundo Ribeiro e Cardoso (1992), a Itália foi o primeiro país a propor uma lei em 1975 separando de forma absoluta o direito de propriedade do direito de construção. No Brasil, desde a promulgação do Estatuto da Cidade e da obrigatoriedade do Plano Diretor, diversos municípios brasileiros já aplicam o OODC. Teixeira e Ferreira (2011) afirmam que os direitos adicionais de construir têm sido outorgados desde 1991 na cidade de Curitiba (PR).

Furtado *et. al.* (2006), a fim de estabelecer o panorama e avaliação da utilização da OODC, analisou doze municípios brasileiros, cujo Poder Público havia delineado o instrumento em acordo com o EC, sendo eles: Natal (RN), Santo André (SP), Alvorada (RS), Blumenau (SC), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Niterói (RJ), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), São Luís (MA), Campo Grande (MS) e Salvador (BA). Dentre os municípios analisados, nenhum regulamenta em lei que a contrapartida pode ser direcionada para a questão da salvaguarda patrimonial, sendo que a maior parte direciona para um fundo geral, que utiliza os recursos sob demanda. É necessário reforçar, que a data do estudo de Furtado (2006), corresponde ao limite dado para os municípios se adaptarem aos novos instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Sendo assim, esse cenário se alterou, com o passar de alguns anos, pós Estatuto da Cidade, no qual verificamos, por meio dos dados do MUNIC/IBGE de 2013, compilados por Kallas (2015), sobre aplicação dos instrumentos da política urbana no Brasil, demonstram que cerca de 23% dos municípios brasileiros tem OODC inseridos ou dentro do plano diretor, ou em lei específica. Contudo, Kallas (2015) destaca que, em pesquisa, somente os municípios de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Governador Celso Ramos (SC) possuem dados de aplicação de fato desse instrumento.

Como é sabido, desde que foi sancionado o Estatuto da Cidade, cabe à esfera municipal adotar medidas necessárias para viabilizar o planejamento de ações e a aplicação dos instrumentos contidos na lei referida, no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico e cultural.

No município de Blumenau (SC) o instrumento da OODC vem sendo aplicado com êxito, desde sua revisão no Plano Diretor de 2006, regulamentação por decreto no ano de 2012, na qual estabeleceu as exigências previstas para a concessão do instrumento, e, posteriormente elencadas as zonas cujo instrumento poderia ser aplicado. Entretanto, de acordo com Dal-Toé e Ruppenthal (2017), apesar do Poder Público ser transparente, e publicar materiais simplificados e de fácil assimilação para a população, expondo de forma clara o trabalho que vem sendo realizado, os recursos arrecadados entre 2010 e 2015 não foram investidos na proteção do patrimônio histórico cultural, apenas em projetos e execução de praças, parques, área de lazer e a aquisição de mobiliários urbanos.

Já no caso do município de Recife (PE), segundo Lira (2008), em 1997 foi editada a lei nº 16.290, que estabelece normas de conservação específica ao Bairro do Recife, e previa a aplicação de três dos instrumentos que ainda iriam ser elencados no Estatuto

da Cidade, sendo eles: outorga onerosa do direito de construir, Transferência do Direito de Construir e as operações urbanas. Ainda, a lei do Bairro do Recife estabelece que, os recursos originários da aplicação da OODC deverão ser aplicados especificamente em ações de recuperação e expansão da infra-estrutura e dos espaços públicos dentro do próprio bairro, que é considerado uma importante área de interesse histórico e cultural. Entre 2014 e 2016, o município arrecadou mais de 3 milhões de reais (PMR, 2016) com a aplicação do instrumento, entretanto, não foram encontrados claramente indícios da utilização do instrumento nesta área específica, bem como a aplicação da contrapartida para o local.

Dentre os exemplos citados, verifica-se que, a eficiência dos resultados está correlacionada à maneira na qual a municipalidade aplica esses instrumentos, ou seja, definindo claramente em lei específica a finalidade dos recursos obtidos.

O caso que se apresenta está se desenvolvendo em Limeira, Estado de São Paulo, com a aplicação da OODC para a viabilização de um empreendimento acima do coeficiente de aproveitamento (CA), sendo o pagamento da outorga dirigido especificamente para a preservação do patrimônio cultural relativo a importantes momentos históricos locais.

A cidade localiza-se na região sudeste do Estado de São Paulo, estando 154 km da capital. O município de Limeira apresenta uma base econômica formado por indústrias metal- mecânicas, de semi-jóias e folheados, além de produção de mudas cítricas, com uma população estimada em 303.682 habitantes (IBGE, 2019), das quais 93.337 são pessoas ocupadas com renda média de 2,9 salários mínimos (IBGE, 2017). Na educação a cidade apresenta ampla oferta nos diversos níveis de ensino, em especial no nível superior estão instaladas 8 instituições de educação.

O patrimônio cultural edificado de Limeira é formado por raros exemplares de arquitetura colonial, como o caso da sede da Fazenda Tatu, uma das primeiras edificações da cidade, arquitetura característica das fazendas de café da segunda metade do século XIX, assim como a sede da fazenda Morro Azul (está hoje pertencente ao território do município vizinho de Iracemápolis), além de vários bens de estilo eclético ou de arquitetura vernacular e ainda algumas casas inspiradas no Modernismo.

O edifício que receberá os benefícios da OODC é denominado Palácio Tatuibi, outrora conhecido como Chácara Coronel Flamínio Ferreira, conforme mencionado no art. 1 da Lei Municipal de Limeira 1138/1969, tem uma relevância histórica e afetiva para a comunidade limeirense. Sua história passa a ser narrada a partir do início do século XX, quando, devido ao seu altruísmo, o sr. Coronel Flamínio Ferreira, sede sua residência na área urbana da cidade de Limeira para abrigar a criação de um Grupo Escolar (CML, 2014), e devido a isto, muda-se para sua propriedade de veraneio, o Palácio Tatuibi (Figura 1).



Figura 1 - Fotografia aérea da chácara (Palácio Tatuibi) em 1948.
Fonte: Acervo pessoal de Thereza Christina Rocque da Motta, 2018.

Com isso o edifício passa a fazer parte do contexto das transformações sociais e econômicas do município de Limeira, ora por servir de residência a ilustres limeirenses no início do século XX, ora por sediar importantes repartições públicas, tais como o Fórum da Comarca e a Câmara Legislativa, já nas últimas décadas do mesmo século (Figura 2). Porém, como muitos edifícios relevantes para a história local, e apesar de ser de propriedade da municipalidade de Limeira, seus tempos de significância findam-se com a saída do último órgão público a ocupá-lo, a Secretaria Municipal de Educação no início da segunda década do século XXI, permanecendo sem uso já há quase 10 anos.



Figura 2 - Fotografia do Palácio Tatuibi, sede do poder legislativo municipal, década de 1970.
Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Limeira, 2018.

A OODC foi concedida mediante inserção, em 2016, na lei municipal do Plano Diretor (PD) - Lei 442/2009 e suas alterações - de um imóvel central de propriedade da Unimed Limeira Cooperativa de Trabalho Médico como Zona de Intervenção Específica (ZIE), classificação para a qual o PD já previa aplicação desse instrumento em seu artigo 279, além de estabelecer em 10% o valor da contrapartida a ser prestada pelo beneficiário (art. 281).

O que ganha relevância no estudo em pauta é que todo o processo para a concessão da outorga onerosa, bem como o estabelecimento da contrapartida, conforme artigo 282, ocorreu com efetiva participação social, notadamente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo Limeira-IAB, das Instituições de Ensino Superior e da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Limeira, participação que foi fundamental para a definição da destinação dos valores à recuperação do bem patrimonial acima identificado.

Tendo a lei municipal definido o percentual da contrapartida, foram os representantes desses segmentos sociais os responsáveis por sugerir e veementemente defender a aplicação dos recursos na recuperação e preservação do bem cultural na Comissão especial montada a partir do Conselho local de planejamento urbano, demarcando importante vitória da sociedade civil organizada, que também foi definidora no que toca aos valores e formas para as contrapartidas desta OODC quanto de outras.

Como desdobramento, as propostas da Comissão foram aceitas na plenária do Conselho e foi editada a Lei 770/2016 que estabeleceu em seu art. XX que a Unimed Limeira iria obrigatoriamente utilizar o valor de pagamento da OODC para contratar empresas especializadas para o desenvolvimento do projeto e para a execução da obra com fornecimento de materiais em mão de obra necessários, a fim de restaurar o

Palácio Tatuibi, cabendo a municipalidade a fiscalização e acompanhamento da utilização destes recursos. A partir disso, a cooperativa médica de saúde contratou equipe especializada, para atuar na gestão, concepção e desenvolvimento do projeto de restauro e requalificação, que já foi submetido à aprovação municipal.

Destaque-se que o desenvolvimento do projeto contou com o apoio da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas por meio da contratação do laboratório *Arch3D* para digitalização do edifício através de varredura digital, tecnologia que facilita a compreensão da pré-existência edilícia e a verificação mais precisa das patologias existentes. Este exemplo de utilização de tecnologias de vanguarda através do estabelecimento de parcerias, demonstra-se como uma vantagem alcançada ao não vincular os recursos da OODC a um fundo que demandará licitações e outros trâmites burocráticos para sua utilização, tornando os processos mais ágeis e eficazes.

Outra vantagem, é a dispensabilidade por parte do poder público, em manter pessoal especializado no corpo técnico permanente.

A elaboração do projeto seguiu diretrizes e aprovações da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Limeira, que atua neste âmbito como cliente final, bem como Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Limeira - CONDEPHALI.

Para finalizar, verifica-se que o conjunto de ações apresentado acima configura-se, até o momento, como excelente exemplo para a preservação do patrimônio cultural quando se aliam ao poder público, iniciativa privada e participação social na busca do bem comum.

PALAVRAS-CHAVE: outorga onerosa de direito de construir, patrimônio cultural, Limeira, iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

DAL-TOÉ, T.M. RUPPENTHAL, S. M. **A efetividade da aplicação da outorga onerosa do direito de construir no município de Criciúma - SC.** Artigo (obtenção do Título de Engenheiro Civil), UNESC, 2017.

FURTADO, F. REZENDE, V. F. OLIVEIRA, T. C. JUNIOR, P. J. **Outorga Onerosa do Direito de Construir:** Panorama e Avaliação de Experiências Municipais. Lincoln Institute of Land Policy, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/panorama> .

KALLAS, L. M. E. **Equidade do valor da terra como política pública promotora de justiça social na cidade:** coeficiente de aproveitamento básico único e igual a um para todo território do DF e justo pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir-ODIR. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2015.

LIMEIRA. **Lei Ordinária nº 1138**, de 3 de setembro de 1969. Autoriza a Câmara Municipal a se transferir para o prédio da Chácara Coronel Flaminio Ferreira. Limeira, 1970.

LIMEIRA. **Lei Ordinária nº 1207**, 20 de agosto de 1970. Denomina a Câmara Municipal. Limeira, 1970.

LIMEIRA. **Lei Complementar nº 442** de 12 de janeiro de 2009 e suas alterações. LIMEIRA. **Ata do COMPLAN nº _____** reunião do dia

LIMEIRA. **Lei Ordinária nº 770** de 27 de dezembro de 2016.

LIRA, F. B., PONTUAL, V. P. **Bairro do Recife**: O patrimônio cultural e o Estatuto da Cidade. Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v1, n1. 2008.

RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A. L. **O solo criado como instrumento da reforma urbana**: uma avaliação do seu impacto na dinâmica urbana. Ensaios FEE. V.12, n.1. 1992

RECIFE. **Portaria nº 014**, de 31 de março de 2016. Secretaria de Finanças. 2016.

TEIXEIRA, M. F. I. M.; FERREIRA, A. M. **Solo Criado**: uma Análise do Processo de Aplicação do Instrumento em Curitiba. Anais do XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Maio de 2011.

SCARIATO, J. B. P. (2011). **Fazendas históricas da região de Limeira [SP]**: reconhecimento e valorização das paisagens culturais. Labor E Engenharia, 5(4), 106-120. <https://doi.org/10.20396/lobore.v5i4.863445>

Patrimônio cultural do trabalho e dos trabalhadores: o tombamento da Fábrica e Vila Brasital - São Roque, SP

*Heritage of labour and of workers: the protection of factory and village
Brasital - São Roque, SP*

DARVICHE, Yasmin (1)

(1) Mestranda, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
yasmin.darviche@usp.br

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado que trata da memória e identidade do trabalho e do trabalhador no campo do patrimônio nos anos 2000.¹ Este período vem sendo reconhecido pela revisão conceitual sobre o patrimônio em que se busca incorporar territórios, práticas e grupos sociais representativos da pluralidade cultural brasileira. Porém, uma análise crítica dos reconhecimentos realizados até então indica que há desafios a serem superados, como, por exemplo, a representatividade de grupos sociais não hegemônicos, como os trabalhadores. Neste, a abordagem será desenvolvida através da exploração de um estudo de caso, o tombamento da Fábrica e Vila Brasital, pelo Condephaat² em 2018.

Este caso foi selecionado pois apresenta o tensionamento entre a ação do órgão de proteção, e os moradores das casas tombadas. Tal tensão confere especial interesse à análise do percurso traçado pelos especialistas, tanto pela forma como o dossiê de tombamento foi elaborado, quanto por sua aproximação com os sujeitos sociais do território. Considerando o estágio inicial da pesquisa, este resumo tem como principal fonte o processo de tombamento elaborado pelo Condephaat.

O enfoque para o que compõe o patrimônio do trabalho e do trabalhador está alinhado à contribuição da história social, representada por Hobsbawm (1981), Thompson (1987), e Perrot (1988), no contexto internacional, e Blay (1985), Rago (1985), Decca (1987), e Gitahy (1992), no âmbito nacional. Estes autores enfocam os trabalhadores a partir de suas condições de existência, da experiência comum cotidiana, e da relação desta experiência com o universo material na construção de identidades. Portanto, o enfoque da pesquisa será para o trabalhador urbano, assalariado, e operário, ligado ao processo de industrialização de São Paulo.

O patrimônio do trabalho será entendido como um artefato, os lugares, saberes, práticas sociais atreladas a sua identidade e testemunhos de sua memória, considerando os espaços produtivos, de domesticidade, sociabilidade, e aqueles representativos da história das lutas e resistências. Rebérioux (1992) constrói uma classificação dos lugares do trabalhador que pode servir de base para a abordagem proposta. Para a autora, se a fábrica é o lugar da produção, o café – botequim, para o caso brasileiro – é

¹ Pesquisa intitulada *Memória operária e patrimônio: caminhos para atribuição de valor nos anos 2000*, iniciada em 2019. É desenvolvida na FAU USP, sob orientação da Prof^a Dr^a Flávia Brito do Nascimento. Conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp - Processo nº 2018/26700-2.

² Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão de patrimônio do estado de São Paulo.

o lugar do lazer, rico em práticas e símbolos que caracterizam a identidade do trabalhador. Indica também os movimentos de militância operária como capazes de promover lugares de lutas de classe como símbolos. Com estas reflexões, a pesquisa busca questionar em que medida o trabalho, como categoria de valoração, e o trabalhador, como sujeito social, são incluídos na ampliação conceitual e nas práticas do patrimônio nos anos 2000.

Este período tem sido abordado por diversos autores, sejam historiadores, arquitetos, antropólogos, geógrafos e, em sua maioria, as produções estão voltadas para as políticas e práticas do Iphan. Autores como Porta (2012), Motta (2012), e Abreu (2007), defendem os anos 2000 como momento de renovação das práticas de patrimônio do órgão federal a partir da construção de novas políticas culturais voltadas a atender de maneira ampliada para os diversos grupos formadores da sociedade brasileira, conforme indicado na Constituição Federal de 1988.³

Tais políticas parecem ter resvalado de forma pouco profunda nas instâncias estadual e municipal, pelo menos em São Paulo. Segundo Silva (2018), a partir de 2010 o Condephaat buscou alinhar-se à política federal com a elaboração de uma política de patrimônio imaterial. Para o autor, a presença do antropólogo Antônio Augusto Arantes na direção do órgão foi determinante para tal iniciativa. Porém, ainda que alicerçados no exemplo do Iphan, esta política não se desenvolveu de forma significativa, não resultando em nenhum registro.

A abordagem apresentada Neves e Zagato (2018) indica que a partir da primeira década dos anos 2000 houve intenso trabalho de reorganização da metodologia de pesquisa, além de revisão das formas de atuação do órgão. O trabalho dos técnicos passou a se orientar através de eixos temáticos, como o Patrimônio Ferroviário, Industrial, Conjuntos Urbanos, e aproximação com os sujeitos sociais através de oficinas. Para exemplificar, Neves e Zagato (2018) consideram emblemáticos o estudo do Conjunto Urbano do bairro de Santa Ifigênia, o tombamento do Cine Belas Artes, o trabalho de educação patrimonial na Vila Maria Zélia, e as oficinas com os moradores da antiga Vila Operária Brasital em São Roque.

A Fábrica Brasital foi uma tecelagem instalada em 1890 em São Roque, através da atuação do industrial imigrante italiano Enrico Dell'Acqua. Foi uma das primeiras tecelagens do país, e a primeira indústria do município de São Roque - interior do estado de São Paulo.⁴ Segundo o histórico apresentado no processo de tombamento,⁵ a instalação da fábrica impulsionou o desenvolvimento urbano através da construção de habitação, do comércio e de serviços, atividades necessárias à sobrevivência dos habitantes, em sua maioria imigrantes italianos atraídos para a cidade em razão do trabalho na fábrica. Além dos espaços fabris, nas primeiras décadas do século XX a Brasital responsabilizou-se pela construção de uma vila operária. Como consta no processo, foram construídas casas em três tipologias diferentes de acordo com a função desempenhada pelos trabalhadores (figuras 1 e 2).

³ São exemplos destas iniciativas, o Decreto nº.3551/2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial; o lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2004; o cadastro do Patrimônio Ferroviário, em 2007; a Chancela da Paisagem Cultural, entre outros.

⁴ Também foi construída uma unidade desta indústria no município de Salto, tombada pelo Condephaat em 2014.

⁵ Processo n.º 59254/2009.



Figura 1 - Casas localizadas na Avenida Santa Rita, incluídas no tombamento.
Fonte: Processo n.º 59254/2009. Fotografia de Deborah Neves, 2012.



Figura 2 - Casas localizadas na Rua Jamil Chad, incluídas no tombamento.
Fonte: Processo n.º 59254/2009. Fotografia de Deborah Neves, 2012.

As atividades fabris foram finalizadas em 1970, momento em que a produção de tecidos artificiais como o rayon e o náilon ofereceu concorrência à qual a fábrica não conseguiu competir. A partir de então, os equipamentos fabris foram abandonados entre os anos 1970 e 1990, e a propriedade das casas foi transferida para os moradores, até então funcionários da fábrica.⁶

Em vista da mobilização contra o arruinamento dos equipamentos fabris, a prefeitura de São Roque comprou a fábrica em 1987 e, durante os anos 1990, responsabilizou-se pela recuperação interna e externa dos edifícios e jardins, transformando os espaços

⁶ Informação obtida através da análise do cadastro dos imóveis presente no referido processo de tombamento.

para abrigar um centro cultural, o Centro Cultural Brasital, em funcionamento até os dias de hoje (figura 3).



Figura 3 - Parte das instalações industriais da Brasital, atualmente abriga o Centro Cultural Brasital. Fonte: <<https://jeonline.com.br/noticia/13530/prefeitura-inicia-processo-para-revitalizacao-da-brasital-e-pavimentacao-em-ruas-de-sao-roque>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

O processo de tombamento da Fábrica e da Vila Operária Brasital é iniciado em 2001 a partir de um pedido da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Roque em razão da demolição de alguns edifícios antigos na cidade. Neste mesmo ano foi elaborado um primeiro estudo voltado para as questões históricas de instalação e trajetória da fábrica, e sobre o industrial Enrico Dell'Acqua. Neste, o universo do trabalho enquanto tema, e do trabalhador enquanto sujeito não foram mobilizados.

Entretanto, como mencionado por Neves e Zagato (2018), a reestruturação do órgão nos anos 2000 parece ter refletido no encaminhamento deste processo. Em 2014 a historiadora Deborah Neves elaborou novo estudo e parecer de tombamento a partir de uma visão ampliada sobre o patrimônio. Para além do enquadramento da narrativa oficial, a historiadora demonstrou preocupação com a memória e identidade do trabalhador na fábrica e para além do espaço de trabalho. Neves retomou a importância dos movimentos de resistência dos trabalhadores, a exploração do trabalho na fábrica, e a dimensão da domesticidade na moradia operária. Seguindo o proposto na Carta de Nizhny Tagil, a historiadora atribuiu valor social ao bem como registro da vida de homens e mulheres comuns.

O processo também é composto por um estudo elaborado em 2012 pela UPPH, englobando um conjunto de oito indústrias têxteis em processo de tombamento no

órgão.⁷ Segundo os técnicos responsáveis, este estudo é uma reflexão a partir da categoria de patrimônio industrial no estado de São Paulo e objetiva embasar trabalhos do órgão em torno deste tema. Representa, portanto, a preocupação em estudar conjuntamente bens de mesma categoria de modo a compreender de forma integrada a instalação das indústrias têxteis no estado de São Paulo, fomentando os estudos de cada caso.

O parecer elaborado defendeu o tombamento baseado em valores arquitetônicos e históricos, e indica que seja tombado o conjunto fabril e todas as casas da Vila Operária construída pela Brasital. Embora aprovada pelo Conselho Consultivo do Condephaat, em 2015, a proposta não foi aceita pelos moradores. Baseados na narrativa de que as casas já estavam descaracterizadas, que o tombamento desvalorizaria os imóveis, os impediria de realizar qualquer modificação física, ou encareceria futuros restauros; os moradores pediram pelo desmembramento do processo em dois, um voltado para a fábrica, cujo tombamento aprovavam, e outro para as casas, o qual desaprovavam.

Diante deste impasse, em 2017 os técnicos do Condephaat realizaram duas oficinas com os moradores com o objetivo de apresentar o estudo, defender o valor das casas como indissociável do patrimônio da fábrica e esclarecer que o tombamento não é sinônimo de congelamento. Ainda assim, não houve negociação, porém os técnicos mantiveram sua posição de defesa do tombamento do conjunto.

Em dezembro de 2018 o tombamento do conjunto fabril e de todas as casas da vila operária foi aprovado. A resolução defende que o tombamento integral é imprescindível para a manutenção da ambiência de sociabilidade e domesticidade do trabalhador. Segundo Deborah Neves, a Brasital representa no conjunto das tecelagens estudadas, aquela com maior grau de preservação, e a vila é um documento indicador do processo de controle do operariado, importante para a perpetuação da memória industrial.

O tombamento da fábrica e vila Brasital nos coloca uma reflexão: considerando que não existe a categoria “patrimônio do trabalho”, ou “patrimônio do trabalhador”, o patrimônio industrial tem sido um caminho para a valoração oficial dessa dimensão social do trabalho e do trabalhador? As reflexões contidas neste trabalho correspondem a uma primeira abordagem sobre o caso. Esta e outras questões como a construção de narrativas oficiais sobre a fábrica permearão os próximos meses de pesquisa. A busca por outras fontes e aproximação com os sujeitos do território são consideradas essenciais para a reflexão crítica sobre como, e se, o referido tombamento está inserido em um momento de ampliação conceitual e de atuação dos órgãos de patrimônio nos anos 2000, bem como se o trabalho e o trabalhador constituem-se como o elementos impulsionadores de tal processo.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural, trabalho, anos 2000, Fábrica e Vila Brasital.

⁷ UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, do Condephaat. Denominado *Estudo em conjunto de Oito Indústrias Têxteis com processos na unidade*, foi elaborado pelas historiadoras Deborah Neves e Amanda Caporrino, e pelos arquitetos Adda Ungaretti, Alberto Cândido, José Antônio Zagatto e Silvia Wolff. Além da Brasital, as indústrias contempladas são: Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, em Sorocaba; Cia. Taubaté Industrial, em Taubaté; Argos Industrial, em Jundiaí; Fábrica Labor, em São Paulo; Fábrica de Tecelagem Japi, em Jundiaí; Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, em São Paulo; e Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Porto Feliz (PROCESSO Nº 59254/2009).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-370.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO. Processo de Tombamento n.º 59254/2009 - **Antiga fábrica e vila operária Brasital - São Roque**.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo - 1927-1934. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo/Santos: Editora Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Trabalhadores**. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

MARINS, Paulo Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.29, n. 57, p. 9-28, janeiro-abril, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MARINS%252c%20Paulo%20C_G_%20N ovos%20patrim%C3%B4nios%252c%20um%20novo%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MOTTA, Lia. Notas sobre o IPHAN na década de 2000. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 317-328.

NEVES, Deborah Regina Leal; ZAGATO, José Antônio Chinelato. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. **Revista CPC**. São Paulo, v. 13, n.26 Especial, p. 162-190, 2 semestre, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/150152>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010). Brasília: Iphan, Ministério da Cultura, 2012.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

REBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: **O Direito à memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 47-56.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. Breve contribuição a um debate sobre a construção do patrimônio imaterial paulista, 2010-2014. **Revista CPC**. São Paulo, v.13, n.26 Especial, p.141-161, 2 semestre, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/150124>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Patrimônio cultural imaterial e licenciamento ambiental: reflexões para políticas de salvaguarda

*Intangible cultural heritage and environmental licensing:
reflections on safeguard policies*

VILAÇA, Marina (1); VOLPINI, Giulia (2)

(1) Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, Universidade Federal de Viçosa – UFV/MG, marina.vilaca@yahoo.com.br ;

(2) Graduada em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/MG, giuliavolpinisg@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A partir da atuação do setor de patrimônio imaterial da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Minas Gerais nos processos de licenciamento ambiental, o presente trabalho visa discutir como os parâmetros de análise dos Relatórios de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI) podem delinear ações mais direcionadas aos detentores dos bens culturais e como os estudos apresentados podem contribuir com as políticas de salvaguarda. Para isso, o trabalho de baseará em legislações do campo ambiental e patrimonial, referências bibliográficas sobre o tema e nas experiências das autoras junto à Superintendência do IPHAN de Minas Gerais e em projetos de consultoria.

Historicamente no Brasil, a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como marco legal introdutório do patrimônio imaterial. Em seu Artigo 216, o conceito de patrimônio cultural aparece estabelecido nas dimensões material e imaterial (BRASIL, 1988), abarcando tanto os sítios arqueológicos, obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas – bens de natureza material –, quanto celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral – práticas de natureza imaterial (VIANNA, 2016).

Especificamente ao campo do patrimônio cultural imaterial a principal base legal é o Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), que propõe a inclusão de representantes da sociedade civil, possibilitando a abrangência de segmentos sociais e áreas da cultura até então excluídas do escopo das políticas públicas pertinentes (VIANNA E TEIXEIRA, 2008) e entre as partes legítimas para propor a inscrição, nos livros de Registro, de um bem cultural de natureza imaterial.

Com a institucionalização da proteção ao patrimônio cultural imaterial no ano 2000 e a consolidação de diretrizes para a atuação do IPHAN, no decorrer dos anos foram criados setores específicos nas superintendências para lidar com tal categoria. Os procedimentos e práticas institucionais ainda muito voltados para a atuação histórica do órgão com o patrimônio material, muitas vezes dificultou a atuação dos técnicos em lidar com os detentores do patrimônio imaterial.

Em um contexto marcado por governos e programas voltados às obras de infraestrutura em todo o país, amparado por investimentos de grandes empreendimentos o setor minerário, as comunidades rurais de Minas Gerais foram enormemente impactadas.

Como detentoras de saberes tradicionais e público-alvo das ações do setor de patrimônio imaterial, em um processo de mobilização social geraram uma demanda por ações do IPHAN/MG em proteção às suas referências culturais e seus modos de vida.

Nesse sentido, a partir de 2010, o setor de patrimônio imaterial da Superintendência de Minas Gerais, através de discussões e da elaboração de um Termo de Referência Específico (TRE), que seria aplicado apenas no ano seguinte, para orientar os estudos solicitados pelo órgão nos processos em que era convocado a se manifestar. Em 2011, a iniciativa do setor foi subsidiada pela Portaria Interministerial nº 419, responsável por trazer a participação dos órgãos intervenientes ao licenciamento ambiental, incluindo o IPHAN, a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério da Saúde. Interessante observar que na trajetória da Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, as iniciativas particulares, o aprendizado através da prática institucional e, nesse sentido, o acúmulo e a troca de experiências, foram fundamentais para ampliar as frentes de trabalho do órgão de modo a buscar o melhor atendimento à política patrimonial e comprometimento com as pessoas detentoras dos bens culturais.

Para embasar as discussões do presente artigo, patrimônio imaterial é concebido como as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais e comunidades (VIANNA, 2016). Tais práticas assentam-se e relacionam-se aos territórios nos quais vivenciam suas referências e relações, de modo que o meio ambiente que as circundam e sua dinâmica são, muitas vezes, parte integrante de seu patrimônio imaterial. É sobre essa lógica que a participação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental se faz importante.

Para tal discussão, entende-se licenciamento ambiental como um procedimento administrativo, ou seja, uma sequência de atos que resultará na concessão ou não de licenças ambientais a determinada atividade. É constituído por medidas e ações para proteger o meio ambiente em virtude de futuras ou já ocorridas intervenções que nele causem algum tipo de impacto. Assim sendo, o licenciamento ambiental é o instrumento que o poder público possui para controlar a instalação e operação das atividades geradoras ou potencialmente poluidoras e degradadoras, visando preservar o meio ambiente. Em razão disso, o processo de licenciamento ambiental é um instrumento de acautelamento e proteção também do patrimônio cultural (MIRANDA, 2009).

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 60, em substituição à Portaria Interministerial nº 419 supracitada, foi instituída a Instrução Normativa (IN) nº 001, de 25 de março de 2015 (IPHAN, 2015), através da qual tornou-se exigência estudos de avaliação de impacto aos patrimônios culturais na Área de Influência Direta (AID) dos empreendimentos que estão em processo de licenciamento ambiental, dentre eles ao patrimônio imaterial. Contudo, o presente trabalho identifica como esta ação ainda está incipiente e permanece direcionada para a proteção do patrimônio arqueológico, assim como o próprio texto da IN, deixando pouco claras as possibilidades e os alcances da atuação do órgão em relação à proteção do patrimônio imaterial frente ao licenciamento ambiental, e conseqüentemente, deixando em aberto essa normatização.

Ademais, o processo de elaboração de tal instrução, de modo vertical e setorializado, não valorizou o conhecimento técnico e prático adquirido pelas superintendências que atuavam diretamente na área, direcionando sua redação ao setor do patrimônio arqueológico. Em defesa de uma tecnoburocracia otimizada e eficiente, a normativa não supriu demandas antigas voltadas ao patrimônio imaterial. Seu processo de formulação não buscou criar critérios e matrizes de avaliação de impacto, nem detalhar as exigências dos estudos, nem melhorar a eficiência da política patrimonial efetivando a

proteção aos bens acautelados nessa frente de trabalho do licenciamento (deixando de fora, inclusive, a chancela da Paisagem Cultural como acautelamento, e os Inventários, como previsto na Constituição), nem fomentou discussões internas sobre a articulação das áreas na proteção do patrimônio associadas ao licenciamento ambiental.

Além disso, os prazos colocados não foram condizentes com as condições de trabalho e de pessoal da instituição. Contudo, reconhece-se que a IN nº 001/2015 teve papel importante ao colocar como nível mínimo de atuação de todas as superintendências a manifestação, frente ao licenciamento ambiental, fundamentada em todas as categorias do patrimônio cultural.

Partindo do entendimento de que a ampliação do conceito de meio ambiente engloba além do meio físico constituído, o social, histórico, político, cultural, incluindo os patrimônios culturais, concomitante à grande deterioração causada por empreendimentos que desempenham atividades potencialmente poluidoras e degradadoras ao ambiente, intensificaram as reflexões sobre as questões ligadas à temática, em especial, através da perspectiva analítica de como os Relatórios de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI), solicitados a partir da IN, podem integrar e contribuir com as políticas de salvaguarda.

As questões levantadas pelo presente trabalho objetivam ampliar as abordagens sobre o patrimônio cultural imaterial no licenciamento ambiental, visto que não existem atualmente, metodologias ou indicações de medidas de avaliação de impacto estabelecidas, e nem mesmo proposições de delimitações de áreas de influência específicas para análise desta natureza de bens culturais nos estudos de avaliação de impacto - apenas instrumentos de identificação, reconhecimento e fomento do sistema de salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial.

Segundo Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003), entende-se por salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. A Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO é o marco internacional para valorização e promoção do patrimônio imaterial e da qual o Brasil é signatário desde 2006.

A salvaguarda considera os modos de vida e representações de mundo de coletividades humanas e o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais e aos valores e referências, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos. Por outro lado, também é pautada no reconhecimento da diversidade cultural como definidora da identidade cultural brasileira e procura incluir as referências significativas dessa diversidade. (IPHAN, 2019)
A elaboração e implantação de um plano de salvaguarda estabelece uma nova relação entre os segmentos sociais e o Estado e, com esse instrumento de gestão, pretende-se contribuir para a autonomia dos detentores na gestão de seu patrimônio, articulação interinstitucional em prol do bem registrado e a sustentabilidade cultural. (IPHAN, 2019)

Já os Planos de Salvaguarda, que integram o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), estão sistematizados em alguns eixos de ação por meio dos quais são fortalecidas as condições sociais e materiais que propiciam a existência e continuidade de bens culturais de natureza imaterial, segundo IPHAN (2019), sendo eles: 1.

Mobilização social e alcance das ações, que envolvem a articulação de comunidades e grupos de detentores; articulação institucional e política integrada; pesquisas; mapeamentos e inventários participativos. 2. **Gestão participativa**, que partem do apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração do plano de salvaguarda; bem como formação de gestores para implementação e gestão de políticas patrimoniais. 3. **Difusão e valorização**, sobre o universo cultural do bem; constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem registrado; ação educativa para diferentes públicos; editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda; e ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (ação exclusiva para bens culturais cuja relação com o mercado está posta no dossiê de registro como estruturante do universo cultural em questão). 4. **Produção e reprodução cultural**, objetivando a transmissão de saberes relativos ao bem; apoio às condições materiais de produção do bem cultural registrado; ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para centro de referência; atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos; e medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ao bem cultural.

Entende-se, portanto, por processo de salvaguarda, o cenário sociopolítico conformado por detentores, IPHAN e parceiros para a reflexão sobre os contextos nos quais os bens culturais estão inseridos com o objetivo de propor e realizar ações de salvaguarda para sua promoção e apoio à sustentabilidade cultural. Nesse sentido, busca-se pensar de que maneira alguns dos eixos supramencionados poderiam integrar o escopo dos RAIPs e em que medida os relatórios encaminhados ao Iphan auxiliariam na elaboração dos planos de salvaguarda enquanto ferramenta colaborativa.

Toda essa discussão possui como plano de fundo o gradativo processo, tanto em sua esfera nacional como no estado de Minas Gerais, de flexibilização do licenciamento ambiental. Para além de visar maior agilidade no andamento dos processos, essas mudanças, grosso modo, também se caracterizam por tornar os procedimentos de avaliação de viabilidade do empreendimento meros formalismos, uma vez que raramente os empreendimentos são impedidos de acontecer, a despeito dos relatórios técnicos (GUDYNAS, 2015; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005). Somado a isso, há o acirramento das críticas à participação dos órgãos intervenientes no licenciamento ambiental acompanhado de progressivo sucateamento dessas instituições.

Sobre esse ponto, acredita-se que as ações do IPHAN em defesa do patrimônio imaterial deveriam se estruturar de modo que o foco, na prática, seja mais diretamente nas pessoas e seus modos de vida – que possibilitam a existência dos bens e práticas culturais - do que nos bens diretamente acautelados pelo instituto – ainda que isso demande maiores esforços de articulação com outros órgãos e ministérios. Ainda que essa discussão esteja clara em nível de teoria e nas palavras da política, algumas vezes a prática se apresenta incoerente, em função, talvez, do patrimônio imaterial ainda ser pouco compreendido e valorizado por alguns técnicos dentro da instituição.

Todavia, acredita-se que deve ser também através dos processos de licenciamento ambiental e seu aperfeiçoamento que algo possa ser feito ou modificado para minimizar os impactos negativos sobre os bens culturais de natureza imaterial, antes mesmo que estes empreendimentos iniciem suas instalações e operações. Para que não permaneça apenas a tentativa de correção ou mitigação dos impactos e consequências, alcançando, ao contrário, identificar situações prejudiciais ao meio ambiente em seu sentido holístico, prevenindo ou mesmo evitando sua ocorrência.

Preservar e salvaguardar o patrimônio cultural imaterial brasileiro envolve questões muito complexas, como o poder público e suas políticas públicas, os interesses do

capital e de segmentos mais favorecidos da sociedade. Contudo, deve-se pensar em critérios e procedimentos que criem novos instrumentos de proteção que ampliem as discussões sobre o campo do patrimônio cultural imaterial no âmbito da preservação ambiental e do licenciamento ambiental, incluindo as políticas de salvaguarda.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial, Licenciamento Ambiental, Salvaguarda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 ago.2000.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 ago.2000.

GUDYNAS, E. **Transições Pós-Extrativistas**: Superando o desenvolvimentismo e a exploração da natureza. Ibase. 2015 Disponível em: <http://industriaextrativa.ibase.br/files/2015/05/Transi%C3%A7%C3%B5es-p%C3%B3s-extrativistas.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Instrumentos de Salvaguarda**, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Patrimônio cultural**: um aspecto negligenciado nos estudos de impacto ambiental, 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12832/patrimonio-cultural-um-aspecto-negligenciado-nos-estudos-de-impacto-ambiental> . Acesso em: 01 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Documento MISC/2003/CLT/CH/14. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues; TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. Patrimônio imaterial, performance e identidade. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v.1, p. 121-129, 2008.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Denise Barros. Introdução. In: Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

Proposta de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos para a proteção do patrimônio histórico em São Bento do Sul/SC

Urban and architectural parameters proposal for the protection of historical heritage in São Bento do Sul/SC

MALLON, Marina Anjos (1); MOURE, Laura Bahia Ramos (2)

(1) Arquiteta e Urbanista, Centro Universitário Católica de Santa Catarina,
marina.mallon@catolicasc.org.br;

(2) Mestre em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
laura.moure@catolicasc.org.br.

RESUMO EXPANDIDO

A proteção e salvaguarda do patrimônio histórico edificado são vinculadas, em primeiro lugar, à identificação e classificação dessas, para que seja possível, portanto, a sua manutenção, conservação e restauração. Entretanto, é necessário que tais edificações – e sua história - estejam interligadas ao cotidiano da população de maneira adequada, para que possam fazer parte da vida de futuras gerações. Porém, deve-se proteger a visibilidade e ambiência sem restringir a evolução e progresso urbano da cidade que, nesse caso, tem como problemática a falta de normatização para a preservação das edificações que hoje não estão cumprindo suas funções: a social e a de transmissão do conhecimento e valores históricos. Além disso, outro dilema é um novo projeto de lei da cidade, intitulado Lei da Padronização Arquitetônica, que estabelece que as edificações novas, reformas e ampliações devem integrar-se harmonicamente com os conceitos arquitetônicos das edificações municipais tombadas, devendo seguir o estilo arquitetônico predominante dos colonizadores. Ou seja, prevê que as novas intervenções devem ter características tipológicas como: enxaimel, floreiras, etc. Tendo por esse seu objetivo, o projeto de lei está em desacordo com diversas recomendações estabelecidas nas Cartas Patrimoniais, referência internacional em Patrimônio Histórico.

A preservação do patrimônio histórico-cultural é motivada pelo fato de nesses bens serem reconhecidos um significado cultural, seja ele histórico, artístico, memorial ou simbólico, tornando-os dignos de medidas para serem tutelados para as próximas gerações, para que continuem a ser documentos fidedignos e efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva (KÜHL, 2008, p. 58).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é propor parâmetros para a proteção do patrimônio histórico edificado em São Bento do Sul, localizada no planalto Norte de Santa Catarina, já que a falta de identificação do patrimônio histórico e, conseqüentemente a falta de manutenção e restauração, acarretou no esquecimento da história dessas edificações pela comunidade. Tais parâmetros irão estabelecer orientações de uso e ocupação de novas edificações na atual Zona Comercial Histórica e ainda, padrões de proteção para as edificações históricas, tendo em vista proteger a visibilidade e ambiência do bem tombado, sustentado pelo Decreto de lei nº 25, de 1937, artigo 18:

fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-lhe neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Outro objetivo, ainda fundamentado neste decreto, é determinar padrões de recuperação e renovação do bem em relação à fachada, volume e integração urbana, sendo um referencial para a preservação e conservação do bem tombado na área da Zona Comercial Histórica, cuja delimitação é a área de estudo e aplicação deste projeto devido à concentração de imóveis tombados e por ser a área central da cidade.

Segundo Kühl, a preservação do patrimônio histórico é motivada pelo fato de nesses bens ser reconhecido um significado cultural. Mas, para isso, é necessário incluir seus diferentes aspectos que, segundo Frank (CYMBALISTA, FELDMAN, KÜHL (orgs.), 2017, p. 156), são: econômico (isto é, sua capacidade de gerar renda), sua função social (sua capacidade de construir identidades), sua dimensão política (visto que o patrimônio pode ser manipulado para fins políticos), e seu aspecto científico (que é o poder do patrimônio de educar).

Além disso, o patrimônio não cumpre seu papel de maneira isolada, já que faz parte de um entorno e de uma ambiência. Esse termo é definido na Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, em 1976:

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Sendo assim, a Carta de Atenas, primeira das Cartas Patrimoniais elaboradas no CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - em 1931, recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado e ainda, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história (in CURY, 2004, p. 14). Ou seja, já na década de 30 havia a preocupação com relação à poluição visual do bem histórico.

A Carta de Veneza em seu artigo 6º recomenda que não se faça destruição e modificação que altere as relações de volumes e cores. Posto isto, sustenta-se a necessidade da elaboração de recomendações para novas edificações perante o patrimônio. Destaca ainda, em seu artigo 12º, sobre a substituição de elementos faltantes, pois “devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história” (in CURY, 2004, p. 93-94).

Um grande impasse presente na área de estudo é a Lei da Padronização Arquitetônica, Lei nº 3900 da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, aprovada em 02 de maio de 2018, que propõe padrões de tipologias características da arquitetura germânica quanto às novas edificações na Zona Comercial Histórica na cidade e que tem por objetivo evitar os denominados “caixotes de vidro” que, segundo o órgão, desmerecem o patrimônio histórico. Aplica-se em todas as edificações desta área, exceto as já tombadas.

Em seu artigo 4º, veda o uso de concreto ou estruturas metálicas aparentes e obriga coberturas aparentes em telha cerâmica, asfáltica tipo Shingle ou pedra ardósia, proibindo telhas metálicas ou similares. Além disso, para que o proprietário tenha o benefício de isenção fiscal, além das exigências construtivas, deve ter pelo menos quatro dos seguintes elementos: frontão de cobertura em madeira, floreira, cúpula, mansarda, acabamento externo em madeira ou pedra e esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional dos imóveis tombados na ZCH, com vidros translúcidos, sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos ou coloridos.

Entretanto, assim como relatado nas Normas de Quito, de 1967, “É possível equipar um país sem desfigurá-lo; preparar e servir ao futuro sem destruir o passado. A elevação do nível da vida não deve se limitar à realização de um bem-estar material progressivo; deve ser associado à criação de um quadro de vida digno do homem” (parágrafo do Informe Weiss, apresentado à Comissão Cultural e Científica do Conselho da Europa, 1963). “Considerando, portanto, que é necessário harmonizar a preservação do patrimônio cultural com as transformações exigidas pelo desenvolvimento social e econômico, e que urge desenvolver os maiores esforços para responder a essas duas exigências em um espírito de ampla compreensão e com referência a um planejamento apropriado” (Recomendações de Paris in CURY, 2004, p. 124).

O Plano Diretor de São Bento do Sul (Lei nº 1675, de 10 de outubro de 2006), institui como diretriz geral a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (artigo 1º, Lei 1675/06), porém não estabelece nenhum instrumento específico para que isso seja possível. Enquanto a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1681, de 10 de outubro de 2006), somente determina que, quando necessário, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deve analisar os impactos positivos ou negativos sobre a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural (Art 46, inciso 1º, Lei nº 1681/06).

Ainda no que concerne o âmbito urbano, as Recomendações de Paris, de 1968, determinam que (in CURY, 2004, p. 133):

A preservação dos monumentos deveria ser uma condição essencial em qualquer plano de urbanização, especialmente quando se tratar de cidades ou bairros históricos. Os arredores e o entorno de um monumento ou de um sítio protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu caráter. Deveriam ser permitidas modificações na regulamentação ordinária relativa às novas construções, que poderia ser suspensa quando se tratar de edificações a serem erigidas em uma zona de interesse histórico. Deveria ser proibida a publicidade comercial através de cartazes ou anúncios luminosos, mas as empresas comerciais poderiam ser autorizadas a indicar sua presença por meio de uma sinalização corretamente apresentada.

E é justamente sobre essa correta apresentação da sinalização das empresas comerciais um dos tópicos de abordagem desta proposta, fundamentado principalmente a partir do Decreto de Lei nº 25/37, artigo 18, já mencionado. Isso inteirado ainda com a ideia de Kühl (2008, p. 58) de que os bens são dignos de medidas para serem tutelados para as próximas gerações. Em seguida, Kühl (2008, p. 133), reforça que os monumentos históricos não se autorregeneram, sendo necessário atuar sobre eles para assegurar a permanência por tempo mais limitado.

Conseqüentemente, tem-se por objetivo a valorização do bem a partir da restauração e conservação, e que poderá gerar resultados em diversas vertentes: valorização paisagística, econômica, social e cultural.

Para Choay (2006, p. 212) a palavra 'valorização' [mise-en-valeur] tem caráter ambivalente nas práticas patrimoniais, já que é uma expressão-chave, da qual se espera que sintetize o status do patrimônio histórico edificado e remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar.

Em vista disso, a conservação e a restauração do bem edificado buscam a valorização da paisagem urbana, natural e cultural, em um todo e como conjunto. Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais (SCHIER, 2003, p. 80). Ou seja, a paisagem é pensada não apenas como um resultado material de interações, mas como uma maneira específica de olhar.

Sendo assim, restaurar não é mais voltar ao estado primitivo da obra, nem a um estágio anterior qualquer. Na Carta de Restauração de Atenas, restaurar é respeitar plenamente qualquer obra reconhecida como bem a tutelar, em suas várias estratificações e em seu transcurso ao longo do tempo, independente da maior ou menor apreciação pelo seu valor "artístico" (in KÜHL, 2008, p. 64), algo reiterado na Carta de Veneza, de 1964. Choay (2006, p. 213), conclui dizendo que a conservação e a restauração são os fundamentos de toda valorização. Logo, vê-se que é necessária a conservação e restauração do bem histórico para que seja possível a valorização do conjunto, devolvendo à comunidade a parcela de responsabilidade da percepção de que o patrimônio é parte integrante de sua herança cultural e de sua identidade.

A partir das análises teóricas e pesquisas, percebeu-se que, no caso de São Bento do Sul, a maior problemática em relação à salvaguarda do patrimônio histórico é a falta de identificação de todas as edificações que compuseram a história da cidade e, além disso, a sua falta de interação com a evolução urbana e novas edificações. O resultado foi a criação de uma lei que padroniza a tipologia de novas construções para que se pareçam com as históricas, caracterizando como falso histórico, ao invés de valorizar as já existentes.

O objeto final da pesquisa foi, portanto, a elaboração de uma Cartilha de Proteção ao Patrimônio Histórico, que surgiu da necessidade de informar, divulgar e orientar a comunidade sobre normas para a proteção do patrimônio histórico em São Bento do Sul. Estas envolvem desde letreiros, toldos, até a inserção e diretrizes de novas construções na área da Zona Comercial Histórica, para que seja possível preservar a ambiência e visibilidade dos bens históricos. Além disso, esclarece conceitos de patrimônio que envolvem a conservação destes bens, bem como um glossário ilustrado dos adornos e partes constituintes das tipologias arquitetônicas presentes na área.

Portanto, a cartilha envolve desde conceitos, glossário, tipologias, patologias e materiais construtivos até padrões técnicos para letreiros, toldos, iluminação e pintura. Sem deixar de lado a conexão com o meio urbano, já que dá diretrizes sobre materiais, dimensionamento, setorização e mobiliário das calçadas.

PALAVRAS-CHAVE: Salvaguarda, Normatização, Ambiência, Visibilidade.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª edição. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006. 288p. ISBN 978-85-7448-030-5.

CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. 3ª edição. IPHAN, Rio de Janeiro, 2004. 383 p. ISBN 85-7334-015-0.

CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. 1ª Edição. São Paulo: Annablume, 2017. 247p. ISBN 978-85-391-0832-9.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de restauro**. 1ª Edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 325p. ISBN 978-85-7480-419-4.

Santa Maria e a preservação do seu patrimônio cultural edificado à luz da legislação

Santa Maria and the preservation of its built cultural heritage under the law

QUERUZ, Francisco (1); VIEIRA, Jéssica Corsini (2); FROS, Camila Saccol (3)

(1) Professor Mestre, Universidade Franciscana, fqueruz@gmail.com ;

(2) Arquiteta e Urbanista, Instituto de Planejamento de Santa Maria,
jessicacorsini.arquitetura@gmail.com ;

(3) Arquiteta e Urbanista, Instituto de Planejamento de Santa Maria,
camilasaccolfros@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O município de Santa Maria situa-se no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul e foi construída a partir do final do século XVIII. Desde este período, elementos edificados remanescentes ajudam a construir a memória da comunidade local, compondo o que pode ser considerado o seu patrimônio cultural. O objetivo deste artigo é explicar as políticas públicas e o arcabouço legal de preservação patrimonial em Santa Maria, para assim compreender possíveis ganhos e perdas para os diversos atores envolvidos, através de uma pesquisa de ordem exploratória e qualitativa, principalmente frente às alterações propostas pelo plano diretor de 2018.

A história de surgimento do município está ligada ao processo de delimitação e ocupação das fronteiras territoriais do Brasil, começando a receber seus primeiros habitantes no fim do século XVIII. Em 1797, a Comissão Demarcadora criada pelo governo português chega a região para estabelecer os limites das colônias portuguesa e espanhola acordadas pelo tratado de Santo Ildefonso (BELÉM, 2000; BELTRÃO, 1958). A história da ocupação do que hoje identifica-se como a cidade de Santa Maria é conhecida, em grande parte, através dos textos de João Belém, sendo possível reportar-se a séculos atrás:

Em novembro de 1797, chegou a expedição ao ponto referido, surgindo como por encanto, do seio da floresta virgem, a povoação de Santa Maria (...). Surgiu como por encanto, porque devendo nesse sítio permanecer por muito tempo a 2ª Subdivisão a fim de concluir os trabalhos de gabinete relativos à Demarcação procedida, imediatamente ordens foram dadas para a derrubada da floresta no cimo do outeiro, levantando-se em seguida o quartel para a tropa, o escritório para a comissão técnica, os ranchos para os oficiais, e a indispensável Capela em obediência à vontade soberana decorrente do espírito religioso da época. (BELÉM, 2000, p. 31).

A comissão escolheu uma colina, local considerado adequado para o acampamento da equipe. Para isso, os militares desmataram o local e posteriormente ergueram suas dependências (FOLETTTO, et al. 2008, p. 28). A partir da capela e do acampamento militar, o traçado urbano foi surgindo espontaneamente, formando as primeiras ruas. Em 1810 foi instituída a Capela Curada de Santa Maria. Depois de mais de 20 anos que

o povoado havia surgido, as ruas passaram a ter alinhamento quase regular e os ranchos foram substituídos por construções mais sólidas.

Em 1885 é inaugurada a primeira estação férrea de Santa Maria, ponto intermediário na estrada de ferro Porto Alegre – Uruguaiana. Logo depois, iniciou-se a construção da estrada Santa Maria – Itararé (SP), o que tornou, com o passar dos anos, a cidade no entroncamento ferroviário mais importante do Rio Grande do Sul, ponto de passagem de muitas pessoas (BELTRÃO, 1958; QUERUZ, 2005). A instalação das concessionárias ferroviárias no período que compreende o início do século XX acabou por trazer um contingente considerável de funcionários qualificados para a cidade, assim como permitiu a formação de uma classe social muito forte no entorno dos trilhos de trem (MELLO, 2010). O desenvolvimento social e cultural a partir deste período permitiu que até hoje possam ser percebidos remanescentes arquitetônicos construídos, com traços da arquitetura eclética e, posteriormente, *Art Déco*. Nas décadas de 1930 a 1950, Santa Maria presenciou um incremento considerável de estruturas militares e no ano de 1960, surgiu o embrião da Universidade Federal de Santa Maria, inaugurando economicamente o chamado ciclo militar e educacional (MACHADO, 2008).

De acordo com Foletto, *et al.* (2008), em Santa Maria é possível perceber a existência de quatro períodos arquitetônicos distintos, começando pelo ecletismo, que predominou nos últimos anos do século XIX até meados da década de 1930 e caracterizou-se pela mistura de elementos nas fachadas, tais como frisos, guirlandas em relevo, florais, medalhões e balaústres. Essa mistura de elementos demonstra a busca pela sofisticação e elegância. Já entre as décadas de 1930 e 1960 houve uma mudança no gosto estético, sendo introduzidos elementos mais geométricos nas decorações e nas fachadas das edificações, com influência do *Art Déco*. A partir da década de 1960 começa o terceiro período, que coincide com a consolidação do desenvolvimento do setor de serviços e a preponderância das áreas educacional e militar, caracterizando-se pelo triunfo do modernismo funcionalista, o movimento moderno seguia preceitos da arquitetura nacional e internacional, com uso de pilares, vigas e concreto armado, com a simplicidade de suas linhas retas, abandonando a decoração. Já o quarto período representa o momento da expansão do setor educacional e é conhecido na arquitetura como o período pós-moderno, em que se utiliza do mesmo sistema construtivo moderno, porém inserindo elementos decorados (FOLETTTO *et al.*, 2008). Durante os períodos mencionados anteriormente, surgiram exemplares arquitetônicos que serviram como palco de acontecimentos sociais, políticos, religiosos e econômicos para a cidade, que se tornaram referência dentro da paisagem urbana, possibilitando relacionar os estilos das edificações com as épocas e momentos econômicos que caracterizaram-nos e compondo o mosaico da cidade.

O reconhecimento destes marcos culturais pela sua comunidade, no entanto, é bem mais recente. O País estabelece a proteção de bens patrimoniais na década de 1930¹, o Estado na década de 1970² e, ainda, o Município apenas em 1982 dispendo sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de seus bens através da Lei nº 2.255, de 1982.

A salvaguarda do patrimônio municipal ganha mais representatividade através da criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC-SM) com a promulgação da Lei Municipal nº 3.999, de 1996. Esse órgão é

¹ Proteção feita através da promulgação do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

² Através da Lei Estadual nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978.

consultivo e possui ligação direta com o Poder Público, através do Gabinete do Prefeito, ou seja, funciona como um braço da administração direta, submetido as decisões deste último. Esta é a lei que segue em vigência até a atualidade.

Retroagindo alguns anos, tem-se um marco temporal vívido na lembrança da comunidade, a listagem de mais trezentas edificações que foram elencadas à época da elaboração do Plano Diretor Municipal em 2005. A listagem havia sido elaborada pelo COMPHIC com o auxílio das universidades, UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e Unifra, atual Universidade Franciscana (UFN) e, do Escritório da Cidade, atual Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN/SM), autarquia que integra a administração indireta do Município, a qual possui cadeira cativa no referido Conselho. A divulgação desautorizada e, até, prematura da referida lista gerou perdas profundas na cidade, que viu uma parcela considerável de suas edificações históricas irem ao chão, do dia para a noite, literalmente. Esta experiência marcadamente negativa na história de Santa Maria deixa claro o quão sensível é o tema para sua sociedade, ainda nos dias de hoje. Esse espectro acompanhou a cidade e tornou, conseqüentemente, a atuação do Conselho cada vez mais truncada e desacreditada, levando inclusive, a um esvaziamento do órgão nos primeiros anos de vigência do Plano Diretor de 2005.

Com o intuito de contornar a situação, a solução encontrada e que até julho de 2018 funcionava na municipalidade era a possibilidade de se dar diretrizes para os novos projetos a serem implantados na chamada Zona 2 - o Centro Histórico – com o perímetro demonstrado na figura 1. Essa zona da cidade compreende parte do núcleo inicial de formação de Santa Maria (COMPHIC/SM, 2018).

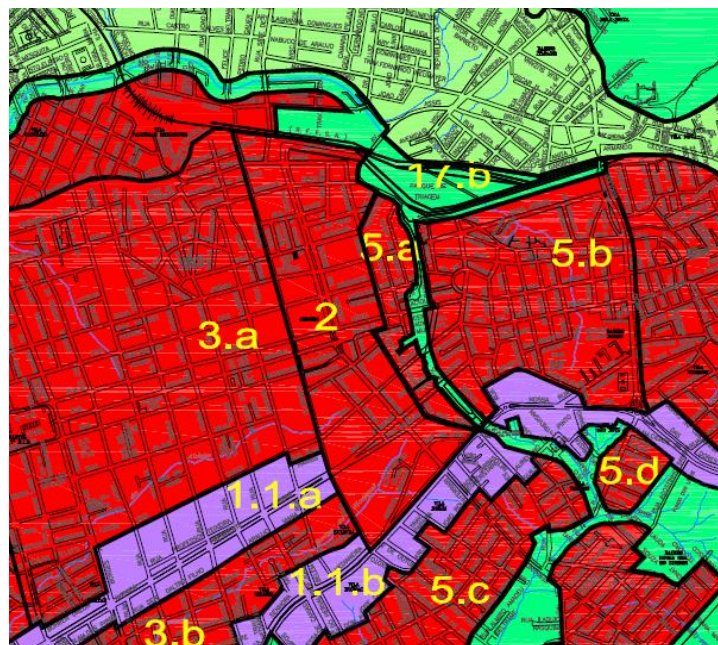


Figura 1 – Recorte do Anexo 10 da Lei Complementar nº 72/2009 (Lei de Uso e Ocupação do Solo) revogada em 2018, que mostra ao centro a chamada Zona 2 (indicada com um numeral 2), onde obras de quaisquer naturezas deveriam ser submetidas a avaliação do então Escritório da Cidade e COMPHIC-SM. Fonte: IPLAN, 2019a.

O cenário acima exposto se manteve até o ano de 2018, quando houve a revisão do Plano Diretor municipal. À época, a interpretação do executivo municipal era de que a análise caso a caso que a legislação permitia como sendo intervenção direta e imprecisa, em termos jurídicos, flagrante esbulho³ da propriedade privada. Somado a isto, as pressões originadas pelos setores ligados com a construção civil, interessados na especulação sobre os lotes da área central do município, foram aceitas pelos representantes do poder legislativo. O novo Plano Diretor de 2018 previu apenas restrições de demolição sobre imóveis tombados, conforme redação a seguir: “ Toda modificação, demolição, acréscimo ou construção nova em um bem tombado deve solicitar diretrizes e serem analisadas no Instituto de Planejamento de Santa Maria...” (IPLAN, 2019b), assim, os imóveis pertencentes a esta parte do Centro Histórico de Santa Maria ficaram desprotegidos.

Diante do quadro alarmante que se instalou na cidade, com a iminência da demolição de vários exemplares, o Ministério Público, ouvindo a solicitação do Conselho, interveio junto ao Poder Executivo para que se tomasse uma atitude emergencial. Dessa situação surgiu o Decreto Executivo nº 84/2018⁴ (SANTA MARIA, 2019) e, com ele, o edital de intimação dos proprietários de cento e trinta e cinco (135) imóveis, feito pelo COMPHIC e chancelado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, publicado na edição do dia 31 de julho de 2018 do jornal Diário de Santa Maria. As referidas 135 edificações foram selecionadas a partir da listagem anterior de mais de trezentas, priorizando aquelas que teriam maior probabilidade de demolição (menor número de proprietários). Cabe ressaltar ainda que o decreto previa um prazo de 12 meses para a intimação dos proprietários diretamente, prorrogável por mais 6 meses.

Contudo, a partir dessa decisão, e com o conseqüente alargamento da atuação do Conselho, percebeu-se uma limitação de capacidade na organização de informações que amparassem os pedidos de tombamento desses bens. O COMPHIC-SM é composto de profissionais atuantes prioritariamente em outras áreas; não conta com estrutura administrativa ou quadro de funcionários, o que limita muito a sua capacidade de produção em períodos limitados de tempo. A alternativa para otimizar a produção e tentar atender a demanda foi o estabelecimento de um acordo de cooperação com o IPLAN e os cursos de arquitetura e urbanismo de UFN, UFSM, Ulbra⁵, visando o desenvolvimento do estudo e da análise desses imóveis.

Como resultados deste estudo, pode-se identificar inicialmente a precariedade da estrutura municipal de Santa Maria de identificação e defesa patrimonial. A falta de arcabouço jurídico que dê amparo para as decisões de preservação, assim como a falta de estrutura física e de funcionários que possam garantir agilidade aos processos foi perceptível e preocupa. Por outro lado, identificou-se também a ausência de legislação que dê amparo aos proprietários dos bens tombados, dificultando a sua manutenção. Em um segundo momento, identificou-se a importância e validade das ações tomadas por grupos de apoio ao patrimônio na cidade, como o grupo de trabalho inter cursos de arquitetura e urbanismo da cidade, e também do Coletivo Memória Ativa, formando para tentar valorizar a cultura patrimonial na esfera municipal. Ainda, e finalmente, identificou-

³ Expropriação forçada; despojo, usurpação (MICHAELIS, 2019).

⁴ Legislação que rege a tramitação do tombamento dentro do Poder Executivo, bem como permite através de seu art. 4º a intimação emergencial, inclusive através de mídias locais, como jornais.

⁵ Universidade Luterana do Brasil.

se a importância e validade da discussão em torno da atualização da legislação de preservação patrimonial na cidade, passados mais de 20 anos da edição em vigor. Desta forma será possível melhorar processos e fortalecer os instrumentos de sustentabilidade destes bens (por exemplo, através de venda índices construtivos), já identificados na Lei Complementar nº 118/2018⁶ (IPLAN/SM, 2019c), porém ainda não implementados.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Maria, proteção, bens, legislação.

REFERÊNCIAS

ADESM. **Agência de Desenvolvimento de Santa Maria**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <<http://adesm.org.br/santa-maria>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2000.

BELÉM, João. Dados geográficos sobre Santa Maria. In: **Revista Comemorativa do Primeiro Centenário (1814-1914)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1914.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho 1787-1930**. Santa Maria: Ed. Pallotti, v.1, 1958.

COMPHC/SM. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. **Editais de Tombamento Provisório de 135 bens – Intimação**. In: Jornal Diário de Santa Maria. Santa Maria, 31 de julho de 2018.

FOLETTO, Vani T. (Org.) et al. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

IPLAN/SM. Instituto de Planejamento de Santa Maria. **Coletânea de legislações**. Santa Maria, 2019a.

IPLAN/SM. Instituto de Planejamento de Santa Maria. **Plano Diretor**. Santa Maria, 2019b. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/28>. Acesso em: 07 jul. 2019.

IPLAN/SM. Instituto de Planejamento de Santa Maria. **Plano Diretor**. Santa Maria, 2019c. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/home/pagina/id/148>. Acesso em: 07 jul. 2019.

KÜMMEL, Márcia Barroso. **Estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: o caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2013.

LACMANN, W. **Ritte un Rasttage in Südbrasilien**. Berlin: Verlag Dietrich Reimer (Ernest Vohsen), 1906. 243p. Fragmento traduzido por Miguel Antão Durlo.

MACHADO, Márcia K. **A Presença do Exército e da Aeronáutica na Organização Espacial de Santa Maria-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2008.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. **Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

MELLO, Luiz F. S. **O pensamento utópico e a produção do espaço social** : a cooperativa de consumo dos empregados da viação férrea do Rio Grande do Sul. 2010. Tese (Doutorado em

⁶ Tal legislação corresponde ao Plano Diretor de Santa Maria, em vigência desde 26 de julho de 2018.

planejamento urbano e regional). Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [São Paulo]: Melhoramentos Ltda., 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=esbulho>. Acesso em: 12 jul. 2019.

QUERUZ, Francisco. **Patrimônio Tombado**: estudo de caso – Vila Belga . 2005. Artigo (especialização) - Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2005.

SANTA MARIA, Prefeitura Municipal de. **Consulta de leis**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://pmsantamaria.rs.publicidademunicipal.com.br/Pages/Home.aspx>. Acesso em: 07 jul. 2019.

Triste sina dos casarões ecléticos de São Carlos (SP)

Sad fate of São Carlos eclectic mansions (SP)

BORTOLUCCI, Maria Angela (1)

(1) Professor Doutor, Universidade de São Paulo, mariacsb@sc.usp.br .

RESUMO EXPANDIDO

Mar de mágoas sem marés

Onde não há sinal de qualquer porto

(Trecho da canção Triste Sina de Bragança e Sousa, 1958)

O artigo pretende ser uma contribuição para a área da preservação do patrimônio cultural diante do crescente processo de globalização e dinamização urbana ao trazer uma reflexão sobre os desafios atuais na preservação da arquitetura da cidade de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo e distante de grandes centros urbanos, focando a discussão de modo particular nas outrora imponentes "moradias antigas da elite cafeeira", assim denominadas e estudadas por Bortolucci (1991 e 2019).

A partir de meados do século XIX, a região ocupada pela cidade de São Carlos teve seu crescimento favorecido pela expansão da lavoura cafeeira no território paulista, atrelada à instalação da ferrovia (1884) e ao forte contingente de imigrantes. Foram circunstâncias ideais para que se intensificassem e sofisticassem as relações urbanas, e paralelamente houvesse a adoção de novos padrões construtivos e estéticos, de início de gosto eclético e, no decorrer das primeiras décadas do século XX, se observando também uma adesão a outras tendências, como art-nouveau, art-déco, art-and-crafts, missões e neocolonial (BORTOLUCCI, 1991). No âmbito dessa produção arquitetônica ainda nos dias de hoje se destacam as "moradias da elite cafeeira", casarões que em outros tempos se revelavam de maneira bem mais imponente na paisagem urbana, seja pela elegante volumetria, seja pelo apuro ornamental. Eram de fato a representação de poder¹ e prestígio de seus proprietários, quase sempre cafeicultores ou gente que detinha negócios em torno da economia cafeeira, que ostentavam suas residências como dignas representantes desse capital econômico, político e social², numa relação de franca superioridade de forças, sob todos os aspectos, para com os demais segmentos da sociedade, notadamente a local. E dessa maneira ainda se explicam a clara preferência na adoção de uma arquitetura eclética de viés classicizante e a

¹ Concordamos aqui com a definição de poder das ciências sociais que atrela o termo a uma influência intencional de um indivíduo ou grupo exercida sobre outros indivíduos e sob determinadas circunstâncias, extraída do Dicionário de Ciências Sociais, publicado em 1986, sob a coordenação geral de Benedicto Silva.

² Conceitos de Bourdieu (1999; 2001) dos quais nos apropriamos para reforçar a posição de que no âmbito local as "moradias da elite cafeeira" de São Carlos, além de abrigo aos seus moradores, também serviram de instrumentos simbólicos de afirmação e dominação de uma classe sobre as demais.

localização desses casarões nas quadras ao redor da igreja (atual catedral)³ ocupando ainda hoje grandes lotes com jardins e quintais arborizados. Bortolucci acrescenta que

As tendências ecléticas, embora totalmente estranhas ao meio, foram prontamente adotadas pela sociedade do período cafeeiro, como expressão de modernidade. [] O mesmo trem que propiciou o escoamento da produção de café, trouxe os materiais de construção importados, produzidos em massa e indispensáveis para a difusão do novo estilo (ou estilos). Trouxe também o imigrante estrangeiro, principalmente o italiano, que nem sempre se fixou nas fazendas de café, como queriam seus proprietários. Para muitos desses imigrantes, o objetivo fundamental era a cidade. Desta forma, eles se transformaram nos executores do ecletismo, a mão de obra disponível e necessária para a implantação das novas técnicas já conhecidas por eles.[] Entretanto, não foi apenas através do imigrante estrangeiro que São Carlos pode conhecer o ecletismo. O fazendeiro de café foi um homem viajado, que ia com frequência a São Paulo e Rio de Janeiro, e que conhecia as mais importantes cidades europeias, sendo natural, portanto, que procurasse inspiração na produção arquitetônica desses lugares mais adiantados para executar a sua própria moradia urbana, que deveria ser acima de tudo símbolo de sua posição social e econômica (Bortolucci, 1991, p.378).

São essas "moradias da elite cafeeira" que constituem o nosso objeto de estudo no presente artigo e, utilizando como ponto de partida os resultados encontrados em Bortolucci (1991; 2019), ampliamos a busca por documentação primária e a revisão bibliográfica enfocando autores mais pertinentes ao recorte do nosso tema, também incluímos a realização de depoimentos e atualizamos o levantamento de campo por meio de anotações e de fotografias.

Em sua tese de doutorado sobre as moradias urbanas de São Carlos, Bortolucci (1991) identificou onze "moradias antigas da elite cafeeira" que pertenceram a figuras de muito poder econômico e político, não somente em âmbito local, haja vista os títulos nobiliárquicos, as patentes, os cargos ou as posses de alguns deles. O visconde da Cunha Bueno, importante fazendeiro de café e proprietário da fazenda Santa Eudóxia, hospedou em seu palacete urbano o imperador D. Pedro II, em 1886. O conde do Pinhal, Antonio Carlos de Arruda Botelho, e seus irmãos Bento Carlos e Paulino Carlos, pertencem à família que desbravou a sesmaria Pinhal e que teve envolvimento direto na fundação da cidade. O major José Inácio de Camargo Penteado também era um grande fazendeiro de café e sua família foi a primeira proprietária da fazenda Santa Maria do Monjolinho, que acabou passando às mãos da família Malta Campos ainda no início do século XX e que seus descendentes a mantem até hoje. Os Rodrigues de Lima também foram importantes fazendeiros de café e detentores de poder político e o filho de José Rodrigues Lima, Antonio Militão de Lima, que herda a casa da rua Episcopal, foi prefeito de São Carlos em 1931-1932.

A lista completa dos onze casarões compreende: a residência do Visconde da Cunha Bueno, rua Treze de Maio, 2319; a residência do Conde do Pinhal (Palacete Pinhal), rua Conde do Pinhal 2025; a residência de Bento Carlos de Arruda Botelho (Palacete Bento

³ Fortalecendo a representação simbólica de poder na espacialidade urbana, o morar das camadas mais abastadas nas proximidades da igreja foi recorrente nas vilas e cidades constituídas no século XIX sob a égide do avanço da franja cafeeira e São Carlos não fugiu à regra.

Carlos), rua Treze de Maio, 2056; a residência de Nicolino Pilleggi, rua Jesuíno de Arruda, 1993; a residência do Major José Inácio de Camargo Penteado (Casarão do Major), rua Episcopal 1323; a residência de Paulino Carlos de Arruda Botelho, rua Treze de Maio, 2171; a residência de José Rodrigues de Lima, rua Episcopal, 1661; a residência de Sebastião Rodrigues de Lima, rua Sete de Setembro, 1835; a residência de Dr. Arthur Guimarães, rua Episcopal, 1393; a residência da rua Nove de Julho, 1567; a residência da rua D. Alexandrina, 760.

Foi em produção científica mais recente que Bortolucci (2019) observou o alto grau de demolições na área central cidade de São Carlos, ao retomar as 62 moradias que havia analisado em sua tese de doutorado (BORTOLUCCI, 1991)⁴, e constatou que 39 sobreviviam, evidenciando um percentual de perdas de 37% desse universo. Observou também a mudança de uso, ao constatar que dessas 39 edificações, apenas 10 permaneciam com o uso residencial. O uso de serviços e comércio prevaleceu entre as que sobreviveram, inclusive nos casos de novas edificações executadas no lugar das moradias demolidas. Em relação às "moradias antigas da elite cafeeira", a autora constatou que dentre os onze casarões analisados em sua tese, oito ainda sobrevivem e três foram demolidos, entretanto, desses oito exemplares, "quatro estão desocupados e quatro atendem a uso de comércio e serviços". Mas um desses casarões desocupados, o Palacete Conde do Pinhal, por motivo de segurança porque necessitava de reformas, foi recuperado ainda em 2018 e retomado seu uso por parte de sua proprietária, a Prefeitura Municipal, abrigando o Centro de Formação de Professores da Secretaria Municipal de Educação. Ainda assim, vemos que, mesmo sendo baixo o percentual de demolições nessa categoria de moradias, a baixa condição de manutenção e uso dos exemplares remanescentes é preocupante e evidencia descumprimento da função social desses edifícios, principalmente se consideramos o significado simbólico e a representação dessas edificações associados ao período áureo da cafeeira e que alguns desses exemplares gozam de proteção legal. Através do CONDEPHAAT, órgão estadual de preservação, o próprio Palacete Conde do Pinhal é tombado e outros dois estão em processo de tombamento: Palacete Bento Carlos e Palacete Visconde da Cunha Bueno.

Interessa, portanto, discutir particularmente o caso dessas edificações históricas, que por descaso, obsolescência, abandono e demolição, deixaram de cumprir seu papel social e, lamentavelmente, estão contribuindo para a degradação da área central da cidade. Afortunadamente, as solicitações de demolição de edifícios estão em ritmo crescente nos últimos anos e se observa nessa paisagem do centro um franco e preocupante esvaziamento, onde cada vez mais é menor o número de edificações que atendem ao uso residencial. Ao adotar uma narrativa que recupera o processo de formação desses onze casarões e das condições atuais de sua permanência, o artigo tem como objetivo discutir e trazer à luz, através da trajetória dessas "moradias antigas da elite cafeeira" como estudo de caso, a importância e as razões para a preservação do patrimônio urbano local remanescente. Acreditamos que promovendo o sentimento de pertencimento, através do conhecimento e da educação patrimonial, é possível vislumbrar por meio de políticas públicas adequadas o aproveitamento do inerente

⁴ Bortolucci (1991) em sua tese de doutorado ao abordar as moradias urbanas do período cafeeiro em São Carlos, usou a seguinte classificação: moradias da elite cafeeira (11 edificações); moradia popular (15 edificações); residências da classe média (14 edificações); moradias do Pós-Primeira Guerra (22 edificações). E nessa produção científica mais recente (Bortolucci, 2019), a autora afirma que retomou esse elenco de moradias entre os anos 2016-2017 com o intuito de avaliar "o processo de rápidas transformações urbanas, descaracterizações, demolições e perdas que acontece no centro antigo da cidade, notadamente a partir dos anos 1980".

potencial valor social e econômico desse patrimônio. Sabemos que se trata de uma questão complexa envolvendo muitos interesses, alguns muito individualistas e distantes dos cidadãos, do direito à memória, à história e ao patrimônio material e imaterial. Por essa razão merece as devidas ponderações no sentido de assegurar o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade civil e o poder municipal na busca de alternativas para reverter o quadro de esvaziamento que caracteriza o centro da cidade atualmente e que equilibrem com respeito as possibilidades de expansão econômica, minimizando riscos de perdas, gentrificação e/ou cenarização nessas estruturas patrimoniais urbanas (BENHAMOU, 2012; RUFINONI, 2013), ainda que algumas medidas de estímulo à preservação estejam em curso, notadamente, pela Fundação Pró-Memória de São Carlos.⁵

Da mesma forma que Rufinoni, também acreditamos que

A preservação urbana objetiva a harmoniosa relação entre o patrimônio construído e o conjunto de especificidades materiais e imateriais que configuram a cidade contemporânea. Garantir a transmissão desse patrimônio ao futuro, a partir do respeito pelas estratificações históricas e da relação cotidiana com as linguagens construtivas moldadas ao longo do tempo, significa, portanto, buscar uma nova forma de compreender e respeitar a própria cidade, suas preexistências, coexistências e transformações. (RUFINONI, 2013, p.323)

Vale esclarecer, que nossa defesa do patrimônio cultural local não implica numa defesa do congelamento da cidade, muito ao contrário, concordamos com Kühl (2008, p.146-7) quando afirma que "é indesejável conservar de modo indiscriminado e é ainda mais irresponsável demolir ou transformar de forma incontrolada. Trata-se de saber identificar os elementos a ser tutelados para as gerações futuras, não através de atos arbitrários e fortuitos, mas através de processo cognitivo que deve ser fundamentado nas humanidades". Desse modo, almejamos que esse artigo contribua para reverter a triste sina dos casarões de São Carlos e de outros casarões paulistas e brasileiros, levando-os definitivamente a um "porto seguro"⁶.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação do patrimônio cultural. Arquitetura eclética. Casarões ecléticos de São Carlos, SP.

⁵ A Fundação Pró-Memória de São Carlos foi criada em 1993, com a finalidade de preservar o difundir o patrimônio histórico e cultural do Município de São Carlos. Adota IPTU Histórico que é o desconto de IPTU para imóveis de interesse histórico e está previsto no artigo 33 da Lei Municipal nº 13.692 de 2005. Identificados no Anexo XIX (Inventário de Bens Patrimoniais Urbanos de São Carlos) da referida lei, tais imóveis serão beneficiados com desconto de até 100% no valor do IPTU, mediante requerimento, desde que o proprietário apresente plano de conservação ou recuperação do imóvel e preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei. E lembrando que São Carlos também possui alguns edifícios da área central tombados e em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, o órgão em instância estadual de preservação do patrimônio cultural. Entretanto, são medidas ainda muito incipientes diante dos desafios colocados porque, se por um lado parece que nos acostumamos a aceitar com certa passividade a contínua transformação dos lugares que habitamos, por outro, há uma tensão na relação que envolve interesses diversos e antagônicos de proprietários de imóveis histórico, e de demais agentes públicos e privados.

⁶ Ainda que a música de Bragança e Sousa, cantada tão exemplarmente e tristemente por Amália Rodrigues, se refira a outro contexto, nos apropriamos dela como metáfora para enfatizar que nosso desejo de um "porto seguro" para o destino do patrimônio cultural brasileiro, especialmente o de São Carlos.

REFERÊNCIAS

BENHAMOU, Françoise. **Economia do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2012.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 1991.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. Preservação da arquitetura paulista do século XIX e das primeiras décadas do século XX: caso das moradias urbanas de São Carlos - SP. *In*: **Arquitetura como política**. Luciana Pelaes Mascaro (org.). 1ed. . Cuiabá: Ed. UFMT,2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – notas provisórias. *In*: **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org). Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

BRAGANÇA, Jeronimo Pereira; SOUSA, Carlos de Melo Garcia. Triste sina. Canção gravada por Amália Rodrigues em 1958 (<https://www.youtube.com/watch?v=XoOlcIO77U4>)

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. (<http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/>) acesso 8/08/2019.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais. *In*: **YAZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.**, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **Revista CJ Arquitetura**. São Paulo, 1978, n.19.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: FAP-UNIFESP: EDUSP, 2013.

SILVA, Benedicto. (Coord. Geral) **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

**EIXO D:
PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES**



A condição da preservação do patrimônio arquitetônico no núcleo fundacional de Lages/SC

*The condition of preservation of architectural heritage in the foundational
nucleus of Lages / SC*

SILVA, Gessica Coelho (1); PASSOS, Bruna Tratz (2);
SANTOS, Lillian Louise Fabre (3); SANTOS, Fabiano Teixeira (4)

(1) Graduanda, UNIPLAC, ge.coelho31@gmail.com ;

(2) Graduanda, UNIPLAC, brunatratz@gmail.com ;

(3) Professor Mestre, UNIPLAC, arqllilianfabre@gmail.com ;

(4) Doutorando, UFSC, fabianoteixeiradossantos@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O referido trabalho evoca da necessidade e preocupação com imóveis desprotegidos e ameaçados pelo descaso no centro histórico de Lages/SC, este compreendendo o núcleo fundacional da cidade. Localizada no centro do planalto serrano de Santa Catarina, a cidade de Lages conserva poucas feições da época de sua fundação. “O centro Histórico de Lages, de acordo com a maioria de seus historiadores, é resultado da terceira tentativa de instalação de uma vila na região do Planalto Serrano”. (BRUGGEMANN, 2015 p. 20)

Em meados do século XVII com a disputa de espanhóis e portugueses por demarcação de terras, novos caminhos foram sendo explorados no interior do país com intuito de solidificar suas hegemonias. (DIENER, 2018)

A região hoje definida como Planalto Serrano -SC, conhecida à época, como “Campos das Lagens”, foi atravessada pelo caminho Viamão-Sorocaba, a Estrada Geral das Tropas. Resultou na principal rota de um complexo sistema viário que assegurou o desenvolvimento da economia pastoril e do ciclo tropeiro, garantindo a integração definitiva do Sul ao Centro do Brasil. (SANTOS, 2015, p. 19)

Segundo Peixer (2002) a história oficial iniciou em 1766, quando o governador da capitania de São Paulo – que se estendia até a região – incumbiu ao guarda-mor Antônio Correa Pinto de Macedo, então regente do sertão de Curitiba de fundar um povoado. O mesmo deveria servir como defesa contra os espanhóis que cobiçavam as terras ao mesmo tempo que fornecia abrigo aos tropeiros e viajantes que cruzavam o Planalto Serrano transportando gado de corte e de muares (mula, utilizada em larga escala como meio de transporte). Uma povoação nesta região, serviria como ponto de apoio a este mercado, ficando entre o Rio Grande do Sul (centro produtor) e São Paulo (centro de comercialização e consumo). Oficializou-se, portanto, em 22 de novembro de 1766 o povoado de Nossa Senhora da Paragem da Fortaleza dos campos das Lagens. Quase 5 anos após sua fundação em maio de 1771 o povoado foi elevado à categoria de vila. Santos (2015) cita que a vila não apresenta desenvolvimento que requer atenção até meados do século XIX, mesmo após ter seu território e jurisdição transferidos da

Capitania de São Paulo para a Capitania de Santa Catarina (1820) sua principal função é suporte de apoio da atividade pastoril das fazendas da região.

Dito isso, certifica-se que a região do Planalto catarinense teve suma importância para a concretização e evolução do país nos seus primórdios, Lages nasce sob estratégia por reunir e obter abrigo para viajantes e comerciantes do caminho das tropas, tornando-se ponto forte de comércio posteriormente. Junto a bagagem consumada, a vila decorrente da necessidade de haver habitantes e, contudo, formar-se cidade, cresce com velocidade inebriante econômica e socialmente, resultando na crescente e evolução e identidade da cidade.

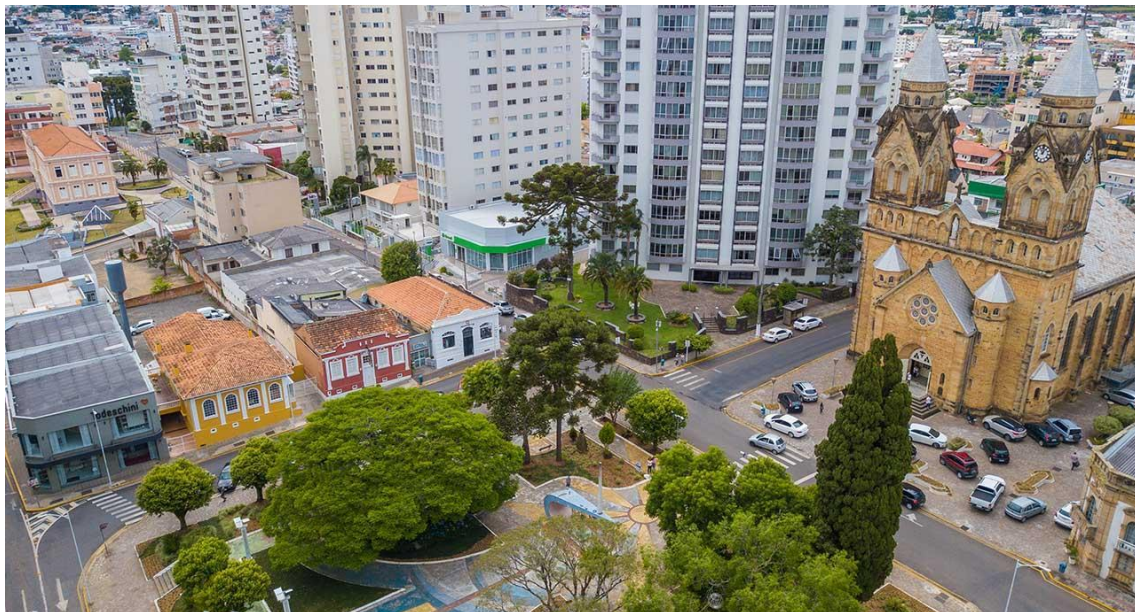


Figura 1 - Em meio à verticalização e o adensamento urbano, edifícios antigos como os que contornam a praça Coronel João Ribeiro resistem, testemunhando a história da área central da cidade de Lages. Fonte: fotografia de Jair Prandi, 2019.

A Lages por muito tempo não mudou suas características de cidade colonial, mesmo após décadas de sua fundação permaneceu assim até início do século XX, e após esse período nos primeiros anos, se deu ainda em um projeto audacioso em remodelar as três Praças fundacionais, sobretudo definir novos padrões da sociabilidade, entendendo por modificar os estilos arquitetônicos, arborização da cidade e iluminação pública. Tudo isso servindo de símbolo para o crescimento urbano e representariam o projeto de cidade da época.

Consequente a isso, a partir de 1930 procurasse romper com as características de vila que ainda permaneciam na cidade, Lages conheceu uma fase de intenso desenvolvimento econômico e cultural, graças à exploração comercial das então abundantes florestas de araucária – O Ciclo da Madeira – antecedente a esse período o espaço urbano não se dava mais do que o próprio núcleo fundador, aglutinados no espaço administrativo, religioso, educacional e comercial. Procurava-se construir uma nova cidade que deveria apresentar “os tempos modernos” deixando transparecer principalmente nos estilos arquitetônicos das casas e edifícios públicos, firmando nessa época o título de “Princesa da Serra”.

O desenvolvimento acelerado e o grande *boom* econômico proporcionado pelo Ciclo da Madeira levaram a um grande aumento populacional, a uma intensa urbanização e à

verticalização das construções e adensamento da área central da cidade, consagrando-se como polo da Serra Catarinense e uma das cidades mais populosas do estado. Datam desse período, que se estendeu até por volta de 1970, inúmeros prédios de apartamentos e salas de cinema, destacando o estilo *Art Déco* (Edifício Dr. Accacio e Cineteatro Marajoara), mas também havendo exemplares notáveis do Modernismo, como a sede do banco INCO e o Cinema Marrocos. Também não faltaram residências neocoloniais e bangalôs no melhor estilo “Missões”, ou “Californiano”, copiados das populares revistas de arquitetura que circularam nos anos 1940 a 1960, inspirando a modernidade nas moradias de todo o Brasil.

A partir da década de 70 com a decadência do ciclo madeireiro, a cidade passa por mais uma remodelação econômica e social, enfrentando problemas na ordem urbana com a evasão de grande parte da população que migrou para outras partes da região decorrentes da situação, desde então o núcleo urbano vem passando por dificuldades de planejamento urbano até da preservação de seu espaço e feições originais.

Com seus mais de 250 anos de idade Lages passou por vários períodos de entaves políticos e econômicos. Como a história nos conta a tentativa de modernizar o espaço urbano apresentada na modificação e remodelação principalmente de estilos arquitetônicos do núcleo fundacional, formando assim um espaço heterogêneo, que guarda variados estilos, culturas e memórias. A preservação de toda essa bagagem se resume a alguns monumentos que foram tombados ou protegidos por lei orgânica do município isoladamente - A proteção do patrimônio arquitetônico em Lages se dá por meio da Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995, e da Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018, que atualizou a Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 – Lei Estadual de Patrimônio¹ - sendo eles na casa dos vinte exemplares que estão distribuídos pela cidade, na sua maioria encontram-se próximos ou no centro, núcleo fundacional de Lages/SC. A falta da proteção do conjunto urbano é um dos fatores que estimulou o crescente número de perdas do patrimônio edificado local.

O que se vem acompanhando recentemente é a desvalorização e até mesmo a “desproteção” de alguns bens que são de caráter excepcional dado seu valor histórico para a arquitetura e história da cidade. Devido às adaptações e transformações sofridas nas edificações ao longo dos anos, a exploração econômica, o que se tem hoje em dia no centro da cidade, confere ao poder aquisitivo, as lojas comerciais, a grande poluição visual e por assim dizer grandes investimentos econômicos, não se preocupando com o que a arquitetura tem a oferecer visando apenas lucros e fachadas inteiramente envidraçadas. Culminando em pleno desinteresse preservacionista, é comum se escutar o discurso de que a manutenção das construções históricas atrapalha o desenvolvimento e impede o progresso da cidade.

¹ A lista de bens edificados protegidos por tombamento em âmbito estadual no município de Lages pode ser acessada por meio de consulta ao sítio <http://www.cultura.sc.gov.br/index.php/a-fcc/sobre/patrimoniocultural/benstombados/4365-4365-lages>.



Figura 2 - Sobrado do século XIX que se encontrava em processo de tombamento e ruiu em 2000, após ação criminosa, e edificação posterior voltada ao comércio que foi erguida em seu lote.

Nos últimos meses em demasiado curto espaço de tempo foram demolidos no centro da cidade mais de cinco edificações de caráter excepcional arquitetônico, salvo raras exceções, no núcleo fundacional a maior parte das edificações, estão a mercê do descaso sujeitas demolição, ou já sofreram o ato, enquanto outras passam completamente despercebidas, dadas as descaracterizações e ou uso indevido de publicidade por parte do comércio. Nota-se que com a dificuldade de manutenção desse acervo arquitetônico, decorrente da ausência de uma relação afetiva, de identidade e pertencimento por parte da população local, o que, somado à deficiência ou inoperância das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural edificado e à crescente especulação imobiliária nas áreas urbanas, vem resultando na perda da maior parte dessas edificações.



Figura 3 - Edifício Dr. Accacio, importante exemplar do estilo *Art Déco* em Lages, estava em processo de tombamento municipal, quando o proprietário recorreu e ganhou em primeira instância. Fonte: fotografia de Camila Paes/Jornal Correio Lageano, 2018.

Outro exemplo dessa situação, de flagrante descaso tenha sido a recente demolição do prédio que ao longo de oitenta anos abrigou na Praça João Costa, coração da cidade, o tradicional Colégio Aristiliano Ramos, o qual era protegido pela Lei Orgânica do Município. Foi demolido por iniciativa do governo estadual e com o apoio da Prefeitura, após anos de embate judicial, uma vez que boa parte da população foi contrária ao ato, tendo havido ação movida pelo Ministério Público Estadual contra a demolição. Ou seja, o Estado, que deveria dar exemplo na preservação do patrimônio, se torna o principal

responsável pela destruição de um bem de reconhecido valor cultural, o que resulta num perigoso precedente para a preservação patrimonial.

A falta da proteção do conjunto urbano é um dos fatores que estimulou o crescente número de perdas do patrimônio edificado local. Tal situação é amplamente debatida em sala de aula e em saídas de campo, inclusive como objeto de trabalhos elaborados pelos acadêmicos em disciplinas de Patrimônio Cultural e Restauro, História da Arquitetura e da Cidade, Arquitetura Brasileira e Projeto Arquitetônico. A partir do material fotográfico produzido pelos alunos nos últimos dois anos, como por exemplo nas faces de quadra, já é possível verificar mudanças significativas na feição dos conjuntos decorrente, principalmente pela demolição de imóveis residenciais, que em sua maioria foram substituídos por estacionamento e edificações para aluguel de sala comerciais.

Devido à grande decorrência dos fatos, a percepção sobre a sucessão de demolições e o conseqüente empobrecimento da paisagem urbana, e as reflexões feitas a partir das atividades que abordaram a questão, levaram o grupo a propor o projeto de pesquisa focado na realização do inventário. Essa área, que corresponde ao núcleo fundacional de Lages, ainda compreende um número relativamente expressivo de edificações de vários períodos e estilos arquitetônicos, dotados, portanto, de valor, identidade e memória para a cidade. De fato, testemunham a partir de suas janelas não apenas a passagem do tempo, mas a própria evolução dos modos de vida da população, na medida em que suas diferentes características construtivas materializam as sucessivas transformações sociais, econômicas e culturais, pelas quais a cidade passou no decorrer dos anos. Segundo está redigido no manifesto de Amsterdã, já dizia que:

“Cada geração dá uma interpretação diferente do passado e dele extrai novas ideias. Qualquer diminuição desse capital é, portanto, mais um empobrecimento cuja perda em valores acumulados não pode ser compensada, mesmo por criação de alta qualidade” (IPHAN, 1975 p. 2)

Portanto, o presente trabalho resulta de um projeto de iniciação a pesquisa Artigo 170, de alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto catarinense – UNIPLAC, o projeto descrito tem por objetivo inventariar o maior número de edificações históricas do núcleo fundacional de Lages- SC, visando conceder um documento físico dos remanescentes históricos que sobreviveram as transformações, e entender os danos ocasionados na memória através das adaptações sofridas nas edificações ao longo dos anos, acompanhado pelo progresso econômico e crescimento gradual da cidade e a modernização para conceder as novas exigências.

O processo do inventariado encontra-se em desenvolvimento desde março de 2019, já realizados os levantamentos fotográficos das faces de quadra e também a revisão bibliográfica abordando sobre a história da cidade e estilos arquitetônicos encontrados. O próximo passo já foi iniciado, se tratando da verificação junto aos órgãos responsáveis e arquivos públicos da existência ou não de desenhos de projetos com dados técnicos e autoria tendo intenção da complementação do levantamento.

O modelo tomado como padrão para as fichas é o sistema SICG, utilizado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entendendo que as mesmas tem uma linguagem compreensível e que abrangem os requisitos da pesquisa. Organizando sistematicamente, informando data, local e autoria (quando possível) aspectos sobre técnicas construtivas, partido arquitetônico, a materialidade das edificações dentre outras informações complementares que compõem a estrutura da ficha. Em segundo momento o projeto visa compartilhar as análises e considerações feitas com a

comunidade acadêmica, também procurando envolver a todos os que interessar, sobretudo na cidade que deu origem a pesquisa (Lages/SC), como forma de promover o conhecimento sobre o tema.

Por entre os telhados e quintais das velhas casas lageanas, cada vez mais escassas e sufocadas pelos edifícios de construção recente, que com seus vários pavimentos e sem preocupação com a qualidade arquitetônica, impõem-se na paisagem urbana, ainda pulsa um centro urbano repleto de memórias e qualidades, a ser reconhecido, estudado e protegido. Esse é certamente o objetivo principal e utilidade do inventário arquitetônico do Centro Histórico de Lages, que após sua conclusão, consistirá em importante subsídio para ações de acautelamento e preservação do patrimônio cultural edificado da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio arquitetônico, inventário, Lages/SC.

REFERÊNCIAS

BRUGGERMANN, Fábio. **História do comércio no Centro Histórico de Lages**. Florianópolis: Fecomércio, SC, 2015.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DIENER, Kareenn Cristina Zanela. **Lages em Detalhes. Arquitetura & Arte**. Lages: Editora Uniplac, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Manifesto de Amsterdã**, IPHAN, 1975.

ISHIDA, Americo et al. **Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages**. Florianópolis: UFSC, 2013.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (Org). **Inventário de identificação: um programa da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Editora Uniplac, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. **A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVII e XIX**. Lages: Super Nova, 2015.

A paisagem cultural do entorno da antiga fábrica MAESA – Metalúrgica Abramo Eberle S.A., Caxias do Sul, RS

*The cultural landscape of the surroundings of the old factory MAESA –
Abramo Eberle Metallurgical Factory, Caxias do Sul, RS*

TESSER, Maiara Balbinot (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

(1) Universidade de Caxias do Sul, maiarabt@hotmail.com ;

(2) Universidade de Caxias do Sul, sandrafavarobarella@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A pesquisa realizada busca analisar a paisagem cultural do entorno da antiga fábrica MAESA, em Caxias do Sul, RS, com enfoque na evolução urbana e aspectos visuais, como atributos de identidade e orientabilidade do espaço aberto do entorno imediato da edificação histórica, e a acessibilidade universal ao bem tombado estudado, uma vez que existe a possibilidade de reutilização e ressignificação do edifício, o que demandará que seu entorno seja legível e integrado ao tecido da cidade, como a parte de um conjunto urbano que o é.

Este trabalho tem como intuito o estudo dos fundamentos que norteiam o conceito de paisagem cultural, principalmente no que concerne à evolução urbana, à organização e acessibilidade do espaço aberto e à identidade visual. Para possibilitar a identificação de tais princípios foram utilizadas as metodologias de análise da morfologia urbana e de percepção ambiental de LYNCH (1960) e BARELLA (2010). Os aspectos então estudados puderam ser aplicados à área de estudo delimitada: o entorno da antiga fábrica MAESA, em Caxias do Sul, tendo que a análise destes fatores poderá ser levada em consideração futuramente, como dados de base para tomadas de decisões no âmbito do planejamento urbano e da preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, além da possibilidade ser utilizada como um instrumento para atualizações no Plano Diretor Municipal, na criação ou alteração de leis a respeito do bem histórico estudado e da zona municipal em que se localiza. Tem-se em vista que o prédio em questão é tombado como patrimônio histórico do município, e sua ocupação, principalmente com usos de cunho cultural e abertura à sociedade, é um tema recorrente nas discussões políticas e entre a população da cidade.

A pesquisa surge desta demanda de revitalização da paisagem urbana, com foco no aspecto cultural, e seus possíveis futuros benefícios aos usuários, oportunizando assim também a esfera socioeconômica do entorno imediato da área de estudo. Conclui-se que, como fator de referência na composição da paisagem estudada, a ocupação do edifício histórico é capaz de impulsionar o desenvolvimento da região, assim como já o fez no passado, em seu uso original: o fabril. Contudo, é importante ressaltar que tal crescimento deve acontecer de forma a não gerar uma problemática: a gentrificação. Nessa instância mostra-se necessário o estudo das tipologias presentes na região e a evolução socioeconômica e cultural da área como um todo.

A metodologia adotada parte da identificação de elementos significativos para a composição da paisagem, sua importância definida a partir de valores reconhecidos,

como identidade, hierarquia e relevância para preservação. No caso da paisagem estudada, destacam-se a fábrica, objeto da pesquisa, e as edificações institucionais que surgiram, no passado, justamente da demanda da área em crescimento devido à atividade industrial. A escola de educação primária e secundária, a instituição de ensino técnico e a fábrica em si formam uma tríade de atividades que direcionava a atuação do morador dentro do próprio entorno; em um primeiro momento a sua formação, para em seguida ingressar no mercado industrial, tudo isto proporcionado dentro de uma mesma zona. O conjunto formado caracteriza-se como peça chave na memória coletiva da população em relação à paisagem.

São estudados os pontos de acesso ao elemento de destaque da paisagem – a edificação histórica – e sua relação com o entorno: vias, espaços abertos e demais edificações. Para tal, aqui também entram os estudos de LYNCH (1960), e seus cinco pontos principais na composição da paisagem: vias, marcos, pontos nodais, limites e distritos. Neste presente trabalho, foi elencado o estudo dos pontos nodais, em detrimento dos demais conceitos, em razão da intenção de análise da acessibilidade universal da paisagem. Realizou-se um percurso em ponto de vista de observador, tal como propõe Lynch, para que fossem escolhidos os pontos relevantes para a aplicação do método de estudo, a análise da acessibilidade à paisagem e o apontamento dos valores cênicos de acordo com seus aspectos visuais.

Para fins de políticas públicas urbanas futuras, bem como propostas de revitalização da área e/ou patrimônio, a análise das conexões tem sua importância reforçada. A partir dela, podem ser reconhecidos problemas a serem sanados e potencialidades que podem ser exploradas, tal como o potencial cultural da área, já referido, sendo um ponto forte, e os obstáculos que permeiam a mobilidade urbana, a serem explorados mais à frente neste texto, como uma problemática. O conhecimento prévio da área em uma possível intervenção não só colabora em um melhor desenvolvimento de projeto urbano ou patrimonial, como contribui para manter viva a memória local.

Para fundamentar a pesquisa, utiliza-se de uma breve explanação dos conceitos que definem a paisagem cultural, a partir dos estudos realizados por BARELLA (2010). São estes conceitos: a paisagem como unidade, a paisagem como conjunto; a paisagem segundo os critérios geográficos, culturais, sociais, históricos e simbólicos, econômicos e políticos. Enquanto a paisagem como unidade considera o usuário individualmente, isto é, a relação do observador para com o espaço, a paisagem como conjunto considera as múltiplas experiências dos usuários, onde prevalece o fator comum. Daí, surge o conceito de memória coletiva e identidade da paisagem. Com o estudo destes temas, é possível levantar uma base de dados aos quais será trabalhada a análise dos fatores evolutivos e elementos físicos que definiram e consolidaram a área estudada conforme seu estado no presente momento. Tem-se o terreno estudado em seus aspectos físicos e morfológicos, e a análise da intervenção humana sobre ele, moldando-o e construindo sua identidade local. O estudo da paisagem cultural é, também, além de um estudo urbano, um estudo antropológico. A relação entre a paisagem, a história e as atividades humanas é a de construção de um conceito único, criado pela intersecção das mesmas. A paisagem é o produto final, que não pode ser inteiramente compreendido sem que sejam analisados os fatores. É a paisagem a formadora do *espaço*; enquanto a primeira é física, mutável conforme a passagem do tempo, porém permanente, o espaço é obtido da significação da paisagem, significado este que se dá de acordo com o uso que a sociedade faz do lugar.

Na sequência, apresenta-se uma breve explanação sobre a fundação da cidade, a evolução do que era considerado seu perímetro urbano, e a forma como este evoluiu,

em um primeiro momento seguindo um padrão de desenvolvimento controlado e, posteriormente, sem regramentos. Dividindo-se a história em períodos, segundo o método de PESAVENTO (1980), pode-se entender melhor a influência dos eventos históricos sobre a fábrica, principalmente no que diz respeito à Segunda Guerra Mundial; a ameaça do conflito foi um determinante no investimento de terras fora do já saturado centro da cidade, que foram em seguida loteadas e ocupadas, garantindo a expansão em direção ao que era, no momento, uma zona rural. A guerra estimulou também os negócios de Abramo Eberle, fabricante dos botões utilizados em uniformes militares, o que colocou Caxias do Sul como uma cidade de interesse militar durante os anos 1940, quando ocorreu o primeiro grande impulso de crescimento urbano e econômico. Conseqüentemente, a influência da fábrica sobre a região onde foi implantada, atraindo trabalhadores para seu entorno, contribuiu para a ocupação das terras até então rurais, ocasionando este crescimento heterogêneo e a expansão do que era considerado como perímetro urbano.

Dando continuidade, o histórico da fábrica, fundada ainda no final século XIX, e a evolução socioeconômica da área em que está inserida, bem como da expansão do perímetro urbano e a análise de seu padrão de crescimento, conforme mencionado anteriormente, e como este fenômeno beneficiou a área em relação à sua infraestrutura, transportes e equipamentos. Cabe ressaltar que a edificação objeto do estudo ficou conhecida como Fábrica 2, sua inserção na área analisada ocorrendo apenas em 1948; devido à saturação da zona central da cidade, a expansão horizontal da primeira instalação da empresa foi impossibilitada, o que gerou a procura por terrenos com baixa densidade de ocupação.

Considerando estes fatores, juntamente com a análise do traçado viário, ambienta-se a região e sua relação com o restante da cidade, para que se possa, a partir daí, levantar a importância social, cultural, histórica e simbólica tanto do patrimônio edificado quanto do seu entorno urbano imediato, entender como a paisagem estudada consolidou-se, e estudar as conexões escolhidas para análise da paisagem visual, de onde são concluídos os valores de hierarquia, identidade, memória, entre outros valores cênicos. Esta conclusão dá-se por meio de quadros de análise, onde são descritas as características da conexão, nos contextos geográficos e de usos, e classificados estes valores cênicos de paisagem, primeiramente a nível individual e, por fim, em uma comparação geral entre as conexões estudadas, para que se possa hierarquizar tais acessos.

O estudo das conexões foi realizado, em primeiro plano, escolhendo quais pontos seriam analisados. Foi utilizada para nortear esta escolha a teoria de LYNCH (1960), em que se realizou um percurso em ponto de vista de observador, elegendo os nós viários como foco das conexões da paisagem. As conclusões geradas a partir da comparação entre as conexões escolhidas permitiram apontar problemas e potencialidades presentes no local, bem como elencar a hierarquia de acessos.

Foram apontados como problemas, principalmente, a questão viária e de acessos, onde há uma predominância muito maior de automóveis em relação aos pedestres. As duas vias de maior tráfego formam um cruzamento – identificado no estudo das conexões, como nó viário – onde a movimentação de veículos é constante e o trânsito de pedestres é dificultado. A conexão em questão é vital para articular o acesso da área estudada e do edifício histórico a outros pontos da cidade.

Como potencialidades, a estruturação da área em equipamentos urbanos se destaca. Os usos diversos – comercial, residencial e serviços – e a presença de instituições de ensino do nível básico ao técnico, além de espaço aberto verde para lazer, constituem

uma centralidade relevante na cidade, considerando que é uma região fora do limite administrativo conhecido como “Zona Central”.

Tais apontamentos podem, futuramente, auxiliar em tomadas de decisões urbanísticas ou de políticas públicas envolvendo a ocupação do patrimônio. O levantamento histórico, socioeconômico e cultural, aliado ao estudo das conexões de acesso à paisagem, poderá auxiliar para que ações futuras sejam pensadas levando em consideração a identidade do local e a memória coletiva da população em relação a ele, assim contribuindo, também, para um desenvolvimento urbano congruente com tais valores e para a preservação do patrimônio histórico.

Com esta pesquisa, pode-se, em um primeiro momento, compreender melhor a importância da região para Caxias do Sul, e identificar de que forma a fábrica MAESA contribuiu para o crescimento econômico e industrial da cidade, colocando-a em um patamar de reconhecimento a nível nacional e, com isso, tornando-se parte da memória coletiva e da identidade da cidade. Posteriormente, os dados analisados e as conclusões acerca dos problemas e potencialidades da região têm sua importância reforçada no que diz respeito ao planejamento urbano da cidade, à elaboração de leis visando a preservação do patrimônio, e ao bem-estar e qualidade de vida da população, garantindo, com políticas de reintegração e ocupação de bens históricos, o acesso universal a novas atividades culturais, sociais e econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: indústria, evolução urbana, conexões viárias.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural:** Elementos de Configuração Morfológica e Valores de Preservação. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2010.

COSTA, Ana Elísia. **A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul:** de 1880 a 1950. Caxias do Sul, 2001.

DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural:** Análise da visibilidade do espaço aberto de recorte da área rural do município de Flores da Cunha. 2018. 78 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, publicado em 1960, 1. ed., reeditado em 1997.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade:** história de Caxias do Sul – 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 329 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1980.

SOUZA, Célia F.; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1997.

ZORZI, Isidoro. **Semana de Caxias,** 1987. Transcrição de áudio. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, banco de memória.

A paisagem dos fundos de vale em Limeira: uso e qualidade urbana

The landscape of the valley bottoms in Limeira: use and urban quality

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (1); AZEVEDO, Patrícia Cereda de (2)

(1) Professor Doutor, UNESP, norma.rt.constantino@unesp.br ;

(2) Mestrando, UNESP, patriciacazevedo@uol.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

Os rios sempre tiveram uma relação intrínseca com a cidade (COY, 2014), pela disponibilidade de água, comida, transporte, comunicação, lazer e matérias primas que oferecia, sendo que a partir da “teoria hidráulica”, a história dos rios “corresponde, em grande escala, à história das suas cidades: pontos de passagem, lugares de encontro, centros de intercâmbio, locais de proteção” (COY, 2014, p.1).

Portanto, a dinâmica do desenvolvimento de uma cidade tem muito a ver com as funções do seu rio, a importância fluvial revela-se, via de regra, na organização espacial da cidade. Pontes, cais, embarcadouros, portos fluviais formavam, durante séculos, em muitas cidades europeias – e continuam formando em muitos casos - os pontos estratégicos, os espaços de alta centralidade e, finalmente os lugares emblemáticos na cidade. (COY, 2014, p.1).

Nesse sentido, o rio é uma parte essencial da construção da paisagem de uma cidade, ou seja, da paisagem cultural. “Na verdade, a paisagem é sempre o índice do grau de realização, numa comunidade, da cultura com o lugar natural e as suas possibilidades”. (BONESIO, 2011, p.457-8). Porém, a relação rio-cidade não é permanente, sendo que depende de diversos fatores econômicos, das formas de comunicação e transporte, da expansão urbana, da política, do planejamento urbano e dos hábitos dos próprios cidadãos. Para Maderuelo (2010, p.347), “se trata ahora de intentar superar los condicionantes técnicos para afianzar la visión cultural del paisaje. Afirmando que el paisaje es cultura”.

O presente artigo tem como objetivo principal compreender a construção da paisagem limeirense a partir dos fundos de vale, analisando sua relação com o tecido urbano, cujas idiossincrasias históricas, sociais, políticas e econômicas afetam nesta construção. Também será levantado o sentido dessa paisagem para os cidadãos, levando em conta que a relação do homem com a paisagem dos rios é primordial, desde o início das cidades, especialmente em Limeira, que nasce à beira do ribeirão do Tatu. Para tal, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental (legislação, mapas, planos e projetos); pesquisa de campo, para identificar as estruturas espaciais e ambientais; observação de uso, comportamento e atividades; levantamento fotográfico; e pesquisa em arquivos da Gazeta de Limeira (jornal local).

Autores como Besse (2014) e Tardin (2010), consideram a paisagem¹ como uma derivação da cultura humana no espaço, ou seja, é um artefato construído pelo homem sobre uma natureza existente, revelando-se como bem coletivo que se manifesta sobre o território físico/funcional. Podemos considerar que a paisagem não é só um conjunto de ambientes organizados coletivamente pelos homens, é também uma sucessão de rastros, de traços que se superpõem no solo. Estes traços da história do lugar devem ser levados em conta ao analisar alternativas projetuais para a requalificação de áreas inseridas na paisagem urbana (BESSE, 2014). Para o mesmo autor, “o valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético [...] é considerado mais em relação à soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidos por um grupo humano nesse lugar” (BESSE, 2014, p.27).

A cidade de Limeira é considerada uma cidade média do interior paulista por seu tamanho e papel polarizador dentro da rede urbana em que se insere, apesar de estar cercada de outras cidades médias importantes, como Piracicaba e Americana, da Região Administrativa de Campinas (ALESP, 2008). Inicialmente era o local de passagem de bandeirantes que iam e voltavam de Mato Grosso (o caminho para as minas de Goiás), no início do século XIX, às margens do Ribeirão Tatu, devido à abertura da estrada que ligava a Fazenda do Morro Azul à Campinas (QUEIROZ, 2007). Essa estrada foi aberta pelos exportadores de grande produção de açúcar (Fazenda Ibicaba, Fazenda Morro Azul, Fazenda Geada, Fazenda Cascalho, etc.) que queriam uma via mais direta para a Capital, melhorando o transporte de cargas, pessoas, móveis e maquinários (QUEIROZ, 2007).

A cana-de-açúcar foi a base de sua agricultura durante o século XIX, seguida pelo café, com a presença de grandes produtores (os “Barões do Café”), que constituíam suas residências na área urbana, impulsionando a formação do núcleo urbano e incentivando atividades de comércio, serviços e infraestrutura (MANFREDINI, 2010).

A partir da segunda metade do século XIX a ferrovia foi utilizada como instrumento de expansão da cultura cafeeira, contribuindo também para melhorar as condições anteriores de transporte de mercadorias, pessoas e a na infraestrutura urbana, além de fomentar o comércio e serviços na cidade (MANFREDINI, 2010). Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro alcançaram Limeira e Rio Claro, utilizando-se da margem direita do Ribeirão Tatu (HEFLINGER, 2017, p.79), onde foi construída uma edificação de dois pavimentos (a estação que existe até hoje e está em processo de restauro).

Nos anos seguintes Limeira ficou conhecida a Capital da Laranja e Berço da Citricultura Nacional, pelo seu pioneirismo na produção de produtos cítricos, a exemplo da laranja, da qual foi a maior exportadora (MINEO, 2016), até sua decadência na década de 1970. Embora atualmente não tenha mais uma produção agrícola tão expressiva, ainda é referência no plantio e criação de mudas de laranja.

Com esse histórico relacionado à agricultura e indústria, existe uma alta capacidade de gerar resíduos, tanto sólidos quanto líquidos, que podem contaminar o solo e a água dos fundos de vale. Apesar do município contar com um sistema de tratamento de

¹Consideramos aqui o conceito de paisagem, adotado pela Convenção Europeia da Paisagem (2000): “Paisagem designa uma parte do território, tal como é percebida pelas populações e cujo carácter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e das suas inter-relações”.

esgoto bem estruturado, ainda há lançamentos irregulares, agravado pela poluição do ribeirão Tatu pelo município de Cordeirópolis, que lança seus esgotos sem tratamento (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, 2018). Além da poluição que acomete os corpos d'água, a maior parte dos rios e córregos em área urbana estão descaracterizados, retificados e/ou recobertos, com a ausência de mata ciliar (LIMEIRA ONLINE, 2018).

Diante do processo de urbanização contemporânea, a análise da paisagem dos fundos de vale e da consequente degradação destes lugares em meio urbano é de vital importância para melhorar a qualidade urbana e a saúde dos cidadãos. As cidades de médio porte ainda são pouco estudadas, como no caso da cidade de Limeira, e para que se possa analisar os rios e sua relação com o tecido urbano primeiramente devemos levantar questões morfológicas do espaço, além daquelas de ordem histórica, social, ambiental, cultural, econômica e política, verificando seus impactos e estado atual.

Por conta da fluidez na dinâmica, as áreas de fundo de vale vêm sofrendo degradação, através do desmatamento de matas ciliares, invasão dos leitos dos rios, despejo de resíduos, entre outras ações nocivas (HERZOG, 2008, p. 11), causando alterações significativas nos ambientes naturais dos corpos d'água em meio urbano, cujos "impactos podem ser severos, na medida em que resíduos gerados pelas atividades acabam sendo direcionados para as águas" (HELLMUND; SMITH, 2006).

No caso brasileiro, o maior inimigo dos fundos de vale tem sido o planejamento da ocupação dos espaços urbanos que, segundo Tucci (1997), não considera aspectos fundamentais, como a presença ou a falta das redes de escoamento de águas pluviais, da ocupação de áreas de risco e do gerenciamento inadequado da produção do espaço público, que trazem grandes transtornos e custos ao meio urbano, como o "aumento significativo na frequência das inundações, na produção de sedimentos e na deterioração da qualidade da água" (TUCCI, 1997, p.3).

Em 2001, a Lei Federal 10.257, denominada Estatuto da Cidade, estabeleceu como diretrizes gerais da política urbana, entre outras, a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e a garantia do direito às cidades sustentáveis. No entanto é ainda baixa a capacidade do poder público intervir "porque os instrumentos do estatuto da cidade adotados nos planos diretores não foram regulamentados ou porque são insuficientes" (TRAVASSOS, 2014, p.123)

Especialmente no contexto da industrialização, muito importante no caso da cidade de Limeira, os rios sofrem com sua valorização econômica, por conta da disponibilidade de recursos e local de despejo de resíduos, que causam uma poluição progressiva e intensa descaracterização (retificações, recobrimentos e mudanças de curso), "fato este que mudou fundamentalmente a percepção da população em muitas cidades perante os seus rios" (COY, 2014, p.3).

A partir da década de 1990, segundo Macedo (2012, p.98-99), passou a ser introduzida nos planos diretores a ideia de se criar parques lineares ao longo dos rios urbanos, visando conservar as águas e a vegetação ribeirinha, consolidando, assim, a figura da Área de Preservação Permanente urbana, que favoreceu o surgimento de milhões de metros quadrados de áreas públicas contíguas aos rios e córregos urbanos destinados a proteção destes corpos d'água e de sua vegetação.

Estas áreas de fundo de vale, anteriormente degradadas por usos industriais e domésticos, são recuperadas com a criação das Áreas de Preservação Permanente-APPs e consequente reconstituição das matas ciliares e dos cursos d'água, agregando assim valores "que potencializam o uso das áreas de fundo de vale para a exploração

da paisagem natural e para o lazer contemplativo em área urbana” (SCALISE, 2002), conceito que se relaciona com o cuidado do corpo, saúde e lazer apresentado pelos outros autores.

Historicamente, quando analisamos o planejamento de nossas cidades verificamos que, de modo geral, “foi concebido tendo em vista a ocupação extensiva, sem a devida consideração dos distintos sistemas da paisagem como um todo que possibilita a vida humana”(TARDIN, 2010, p.9), que significa que, segundo a lógica capitalista de se produzir a cidade, não se considera o potencial dos fundos de vale na dinâmica dos sistemas da paisagem, seja biofísico, urbano, sociocultural ou econômico e os trata como “limites” à ocupação urbana. Para a autora, os espaços livres são paisagens que deveriam ser protegidas, controladas, determinadas e geridas dentro do processo de ocupação urbana, relacionando-os de forma mais harmônica com as vias e assentamentos, dentre outras infraestruturas, para garantir um habitar mais saudável.

Os espaços livres públicos são de vital importância para a cidade, pela sociabilidade e vida política que promovem, desde os tempos mais remotos. Entretanto, a proposição de uma conceituação exata do que sejam os espaços públicos é difícil, pois as situações são tão dinâmicas e, por vezes, tão únicas, que inviabilizam as explicações gerais, que abarquem todos os casos. Como diz Richard Sennett (1988, p. 58), “é provável que existam tantos modos diferentes de se conceber o que é uma cidade quantas são as cidades existentes”, algo que é aplicável ao espaço público devido à sua relação intrínseca com a cidade.

De outra forma, Sennett (1988, p.58) considera que “o mais simples [significado] diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar [...] a concentração populacional deve ser um tanto densa, as trocas comerciais entre a população devem fazer com que essa massa densa e díspar interaja”. O foco dessa visão do autor se dá nas relações comerciais, que são parte integrante da existência das cidades, mostrando como o espaço público é marcado e moldado por relações comerciais que foram mudando ao longo do tempo.

Dimenstein e Scocuglia (2017, p. 418) adotam perspectiva semelhante à de Sennett, entendendo o espaço público “na sua dimensão de lugar de conflito e dissenso, de encontro com o Outro, da alteridade e da diversidade, mas também a dimensão de convivialidade, de urbanidade no sentido urbanístico de espaços livres abertos, de visibilidade e acessibilidade irrestritos”. Essa visão vai além das relações comerciais, valorizadas por Sennett, incorporando o aspecto social que é representado pelo encontro com o “outro”, mostrando que esse encontro com realidades diferentes é o que caracteriza o espaço público.

Através destas perspectivas do que seja o espaço público, nota-se que a produção da paisagem é moldada pelos interesses econômicos e conflitos sociais. Outro aspecto que também deve ser levado em conta na análise da paisagem dos fundos de vale são os ecológicos e ambientais.

Um dos princípios ecológicos aplicados aos fundos de vale é o de Corredores Verdes (*Greenways*), considerados como locais de circulação e habitat para diversas espécies dentro do meio urbano, sendo que podem ser construídos habitats inteiros ou apenas corredores de dispersão, dependendo de sua escala dentro do tecido urbano (HERZOG, 2008, p.7). Quando estes Corredores Verdes se encontram em áreas de fundo de vale, são conhecidos como corredores ripários, constituídos pelo canal fluvial e pela área de abrangência dos fluxos hidrológicos, ou seja as várzeas em seu perímetro, incluindo-se a matas ciliares que o protege de assoreamentos e contaminações. A importância

desses lugares se dá tanto pelas questões ecológicas/ambientais, como pela redução de escoamento superficial, retenção de águas pluviais, aumento da capacidade de infiltração e retenção de resíduos, como também por questões sociais da paisagem e de lazer (HERZOG, 2008, p. 10).

A análise dos resultados desta pesquisa possibilita compreender mais sobre a situação atual da paisagem dos fundos de vale na cidade de Limeira, bem como o uso e ocupação do solo, no sentido de contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas de espaços de fundo de vale que constituem uma paisagem cultural em cidades médias contemporâneas, garantindo a “transmissão desse patrimônio ao futuro, a partir do respeito pelas estratificações históricas e da relação cotidiana”, respeitando “suas preexistências, coexistências e transformações”. (RUFINONI, 2013, p.323).

PALAVRAS-CHAVE: paisagem; Limeira (SP); fundos de vale

REFERÊNCIAS

- ALESP. **Região Administrativa de Campinas**. 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291473>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BESSE, J. M. **Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar**. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014.
- BESSE, J.M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BONESIO, L. Elogio da conservação. In: SERRÃO, A.V. **Filosofia da Paisagem**. Lisboa: CFUL, 2011. p. 443-473
- COY, M. **A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina**. 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8384>> ; DOI : 10.4000/confins.8384>
- DIMENSTEIN, M.; SCOCUGLIA, J. B. C. **Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa**. Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg.(ON LINE), RECIFE, V.19, N.3, p.417-439, SET -DE Z. 2017.
- HERZOG, C. P. Corredores verdes: expansão urbana sustentável através da articulação entre espaços livres, conservação ambiental e aspectos histórico-culturais. *In: Terra, Carlos G. e Andrade Rubens de. Coleção Paisagens Culturais – Materialização da Paisagem através das Manifestações Sócio-Culturais*. UFRJ-EBA, 2008
- HELLMUND, P. C.; SIMTH, D. S. **Designing Greenways**. Washington: Island Press, 2006.
- HEFLINGER, J.E. **Um Pouco da História de Limeira**. Vol 1. Limeira: Ed. Unigráfica, 20177
- LIMEIRA ONLINE, **O site da Cidade**. Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.limeiraonline.com.br/setor%20historia/meio%20ambiente.php>>. Acesso em: 14 set.
- MADERUELO, j. Hacia una visión cultural del paisaje. In: MADERUELO, J. (org.). **Paisaje y patrimonio**. Madrid: Abada, 2010. p. 331-348
- MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2010**. São Paulo: Editora Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MANFREDINI, E. A. **História material e formação urbana: a dinâmica Socioespacial de Limeira (SP) no século XIX**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010
- MINEO, M. M. P. **Do Rancho do Morro Azul ao Município de Limeira - SP: uma proposta de cartografia do turismo aplicado ao patrimônio cultural material**. Tese (Doutorado em Geografia

Humana)- Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Patricia%20Cereda/Downloads/2016_MarcelaMariaPatriarcaMineo_VOrig.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

QUEIROZ, A. N. **Limeira**: Produção da Cidade e do Seu Tecido Urbano; São Paulo: USP, 2007.

RUFINONI, M.R. **Preservação e restauro Urbano** – intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: FAP/UNIFESP/EDUSP, 2013.

SCALISE, W. **Parques Urbanos** - Evolução, Projeto, Funções e Usos. Revista da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Tecnologia, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 17-24, out. 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL. **Relatório Anual de Gestão e Situação dos Recursos Hídricos Período 2016-2017**. 2018, Limeira. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/Patricia%20Cereda/Downloads/77a3e7ceb38e7698cd483a5ba1bd77f2.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**., Rio de Janeiro:Ed. Record, 2003

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TARDIN, R. Ordenação Sistêmica da Paisagem. *In*: Reis, Almir Francisco. (Org.). **Arquitetura, Urbanidade e Meio ambiente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

TRAVASSOS, L. Rios urbanos, entre políticas de drenagem e sua integração na paisagem. *In*: SCHULT, S.I.M.; BOHN, S. (org.). **As múltiplas dimensões das Áreas de Preservação Permanente**. Blumenau: Edifurb, 2014. p.103-126

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas**. [online]. 2008, vol.22, n.63, pp.97-112.

A percepção sobre o patrimônio urbano na participação do concurso acadêmico URBAN 21

Perception of urban heritage in the URBAN 21 academic contest

RIBEIRO, Luiza Pereira (1); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (2)

(1) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
luizaribeiro1997@hotmail.com ;

(2) Professora Doutora, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
barbara.giaccom@ufsm.br .

RESUMO EXPANDIDO

O patrimônio urbano pode ser reconhecido como história de determinada comunidade expressada em um território definido, que sofre transformações biológicas e fisiográficas através de sua paisagem, porém é de herança comum, devendo ser reconhecido e zelado como tal (PEREIRA, 2018, p.18). A cidade de Cachoeira do Sul, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, teve sua ascensão de 1940 a 1963 (SELBACH, 2007, p.57), período em que o crescimento urbano baseou-se no êxodo rural, assim como na instalação de muitas indústrias na cidade, devido, principalmente, à existência da linha férrea que conectava cidades de norte a sul do Rio Grande do Sul.

Sobre esta linha férrea, Giesbrecht (2016) disserta:

“A E. F. Porto Alegre-Uruguaiana foi aberta como empresa federal em 1883, ligando Santo Amaro (Amarópolis) a Cachoeira (Cachoeira do Sul). Para se ir de Santo Amaro a Porto Alegre, utilizava-se a navegação fluvial no rio Jacuí. Em 1898, foi encampada pela *Cie. Auxilaire*, empresa belga, e, em 1905, passou a ser a linha-tronco da VFRGS [Viação Férrea do Rio Grande do Sul], ainda administrada pelos belgas. Em 1907, os trilhos atingiram finalmente Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Somente em 1911, a construção da linha Santo Amaro-Barreto-Montenegro possibilitou a ligação da longa linha com a Capital, utilizando-se parte da antiga linha Porto Alegre-Novo Hamburgo. Em 1920, a linha tornou-se estatal novamente. Em 1957 foi encampada pela RFFSA [Rede Ferroviária Federal S/A]. Durante os seus anos de operação foram construídas algumas variantes, para encurtar tempos e distâncias, eliminando algumas estações de sua linha original. Em 1938, a variante Diretor-Pestana-Barreto diminuiu a linha em 50 km. Em 2 de fevereiro de 1996, deixaram de rodar os trens de passageiros pela linha, que, hoje transporta os trens cargueiros da concessionária ALL [América Latina Logística] desde esse mesmo ano” (GIESBRECHT, 2016, s.p.).

Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa Sistemas Urbanos e Regionais – GPSUR, UFSM-CS.

A historiadora Mirian Ritzel (2012) relata que a Estação Ferroviária “foi um marco de transformação urbana no município” de Cachoeira do Sul. Localizada onde atualmente é a Praça Dr. Honorato de Souza Santos, “sua existência dividia a cidade em zona baixa e zona alta movimentava a economia a ponto de determinar o estabelecimento de várias casas industriais e comerciais em suas imediações, especialmente os grandes engenhos de beneficiamento de arroz”. O serviço de transporte ferroviário no local durou pouco mais de 90 anos, tendo sido a Estação demolida em 1975. “As chegadas e partidas dos trens na Estação traziam visitantes ilustres, companhias de teatro e atrações musicais para apresentações na cidade. [...] Pena que fomos incapazes de preservar o prédio, a gare e as vantagens do transporte ferroviário. Restam as lembranças e belas imagens [...]” (RITZEL, 2012).

O conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual se pode pensar hoje a preservação do patrimônio, implica em pensar na cidade como um “patrimônio ambiental”, ou seja, considerando “o sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos ‘excepcionais’, mas o próprio processo vital que informa a cidade” (CASTRIOTA, 2007, p.17), de modo que o tipo de objeto a ser protegido consiste em grupos de edificações históricas, na paisagem urbana e nos espaços públicos. Castriota (2007, p.17) enfatiza que, ao se pensar em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pode pensar “apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado”, sendo necessário “perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações”.

Pavan (2019, p.10), ao lançar um olhar crítico sobre ações públicas denominadas de “revitalização urbana”, lança luz sobre os documentos mais atuais, isto é, produzidos na década de 2010, em que a UNESCO¹ e o ICOMOS² estão empenhados em estabelecer “princípios relacionados à integração de diversas políticas em prol da conservação do patrimônio urbano, da paisagem cultural e natural, do desenvolvimento sustentável das cidades, da melhoria da qualidade de vida de toda a população, da coesão territorial e urbana etc.”. A UNESCO³ traz o conceito de “Paisagem Urbana Histórica” com proposta mais ampla de proteção e desenvolvimento urbano sustentável da cidade, enquanto que o ICOMOS⁴ dirige-se, principalmente, à questão do patrimônio cultural, evidenciando a necessidade de se integrar as políticas para a salvaguarda do patrimônio das cidades e áreas históricas por meio da multidisciplinaridade e cooperação de pesquisadores, serviços públicos, empresas privadas e o público de forma geral (PAVAN, 2019).

A percepção ambiental trata da relação entre o ambiente (espaço construído e espaço natural) e os seus distintos usuários, podendo fornecer subsídios para qualificar

¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

² ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (acrônimo de *International Council on Monuments and Sites*).

³ Conforme Pavan (2019), os referidos documentos da UNESCO são: Recomendação sobre paisagem urbana histórica (2011); Declaração de Paris (2011); Documento de Madrid (2011).

⁴ Conforme Pavan (2019), os referidos documentos do ICOMOS são: Princípios de La Valletta para Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011); Princípios para a Conservação dos sítios, estruturas, áreas e paisagens do patrimônio industrial (2011); Declaração de Florença (2014); Carta de princípios relativos as paisagens rurais como patrimônio (2017); Carta sobre parques urbanos históricos públicos (2017).

propostas de intervenção urbana, ou seja, projetos mais sensíveis e mais conectados ao usuário. Pensando na importância dos vestígios do patrimônio cultural no município, foi desenvolvido um projeto cujo partido buscasse revitalizar a área central histórica da cidade, abrangendo os bairros Centro e Rio Branco, reurbanizando espaços vazios e requalificando a região por meio da implantação de um parque linear. A proposta foi desenvolvida visando a participação do concurso universitário URBAN 21. O concurso tem como propósito incentivar a criação de projetos urbanos e da paisagem, entendendo desenho urbano como uma atividade multidisciplinar que abrange aspectos do planejamento urbano, arquitetura, paisagismo, transporte, entre outros. O concurso busca projetos que se destaquem na proposição de soluções que valorizem e disseminem a fundamental importância dessa disciplina para o desenvolvimento sustentável das cidades.

O projeto “Trilhando memórias: um novo olhar sobre o patrimônio”, desenvolvido pelo grupo composto por Caroline Cecilia Wild, Janaína Redin, Gian Carlos Barichello, Maria Luiza Benavides Costa, Luiza Pereira Ribeiro e Manoella Ossanes da Costa, sob orientação das docentes Bárbara Maria Giacom Ribeiro e Veronica Garcia Donoso, possui o objetivo de buscar um novo olhar sobre o patrimônio cultural existente na cidade de Cachoeira do Sul (RS) por meio de intervenções em sua paisagem. A área escolhida atualmente é uma praça pública – Praça Dr. Honorato de Souza Santos –, que recebe grande movimento de pessoas devido ao trânsito de veículos coletivos e privados, assim como à presença de empresas comerciais e de serviços. Porém, destacam-se na paisagem dois prédios históricos, Engenho Reinaldo Roësch e Engenho Bacchin Lewis, de modo que ambos foram escolhidos para serem exaltados por meio da requalificação de seu entorno.

Associada à preocupação com o sítio de valor ao patrimônio cultural, almejou-se também a criação do “lugar” como construção concreta e simbólica do espaço, o princípio de sentido para quem o habita e de inteligibilidade para quem o observa (cf. AUGÉ, 1994). Nessa perspectiva, o lugar se constrói em meio a sensibilidades e fragmentos identitários do sujeito e da dimensão que ali se lugariza, ou seja, uma dimensão lugarizada implica que entre ela e o lugar haja um vínculo constituído, uma ligação que a torna parte, uma sensação plena de pertencimento (AUGÉ, 1994).

O redesenho urbano é proposto para usufruir do grande potencial de infraestrutura e equipamentos públicos existentes e que, atualmente, encontram-se deteriorados e subutilizados. No entanto, um parque linear é criado inserindo-se ao longo do trajeto da antiga linha ferroviária, partindo da atual Praça Honorato de Souza, e estendendo-se pela área de preservação ambiental conhecida popularmente como “Beco dos Trilhos” (Figura 1), devido aos vestígios da linha férrea no bairro.

A preocupação que permeou o ato de projetar partiu da consideração de como as políticas voltadas para preservação urbana e arquitetônica influenciam as práticas adotadas na revitalização e preservação de paisagens, áreas, cidades, conjuntos e edifícios do patrimônio cultural, conforme apontado por Pavan (2019). A autora argumenta que as políticas devem contribuir para a manutenção das identidades culturais de forma coerente com seu passado e com a realidade de hoje, devendo englobar aspectos simbólicos, ou seja, aspectos que vão além dos físicos.

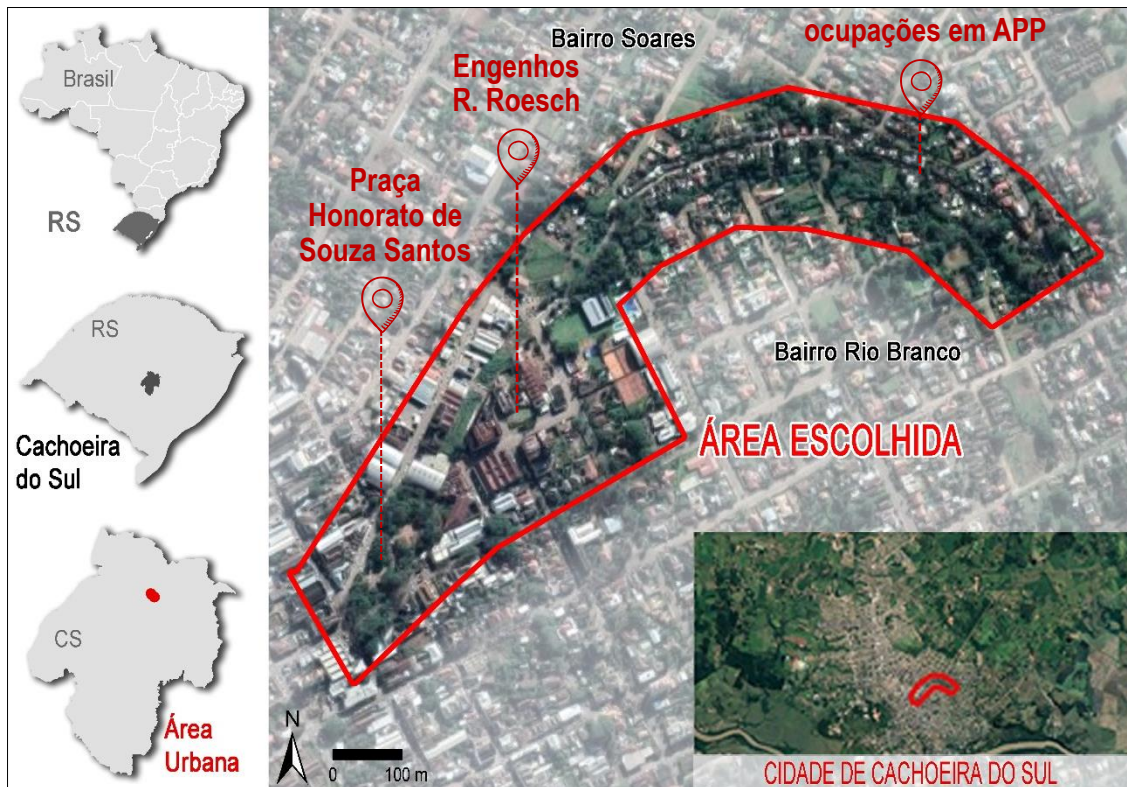


Figura 1 - Área escolhida para proposta do parque linear, em Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: autoras (2018).

O projeto busca trazer nova vida à área dos engenhos e baseia-se em utilizar os espaços internos, hoje muito deteriorados, implantando um novo uso coerente com a proposta do parque. A reorganização dos espaços tende a exaltar a história local por meio de elementos na paisagem, como vestígios de peças de trilhos de trem, grafites ao longo dos trajetos planejados, entre outros, tendo em vista que a área não possui vestígios paisagísticos de sua história. Os espaços projetados foram idealizados em função das utilizações já consolidadas pelo público local. Os usos atribuídos ao local compreendem esporte, lazer, comércio e alimentação. O espaço é pensado como um espaço de integração e troca, passa a contribuir em termos de permeabilidade ao conjunto, possuindo acessos e percursos diversos ao pedestre, tendo sido concebido como de livre acesso para o público em geral. Para além de sua área focal de intervenção, a proposta também prevê alterações do uso de vias lindeiras pelos diferentes modais de transporte. A Figura 2 apresenta vistas das simulações tridimensionais de alguns dos espaços exteriores projetados.

Para o desenvolvimento da proposta, foram adotados alguns métodos de trabalho, incluindo visita à área de intervenção, conversa com os frequentadores, pesquisa de registros e documentos históricos, e dados cadastrais da área. Sendo assim, houve um período de imersão nos dados levantados, ou seja, período para criação de reflexões e situações propositivas para a área, reconhecendo seus aspectos negativos e positivos, até que fosse possível concluir uma proposta que se encaixasse nos parâmetros lançados pelo concurso universitário.

A percepção sobre o patrimônio cultural na participação de concursos universitários permite diferentes interpretações, pois, independentemente da importância patrimonial da área, é necessário o cumprimento e adequação dos elementos exigidos. Os

requisitos para o programa proposto pelo concurso Urban21 eram: “equilíbrio entre habitação e oferta de trabalho; sistema de mobilidade compatível com o contexto, dando preferência a mescla de diferentes modais (transporte público, automóvel, ciclismo e pedestres); preservação ambiental; utilização racional dos recursos naturais; infraestrutura compatível com a oferta existente ou de implantação viável; demonstrar capacidade de diálogo entre setores público e privado”; e os critérios de avaliação: “projeto (defesa do partido; qualidade do desenho urbano; apresentação e comunicação visual) e coerência e viabilidade (entendimento crítico e contribuição do projeto para o município; vocação da área para a função estabelecida; compatibilidade da proposta com a economia local; viabilidade de implantação)”.



Figura 2 - Cenas produzidas por simulação virtual tridimensional que ilustram algumas propostas contidas no projeto, em termos de mobilidade, espaços livres, novos usos a edificações pré-existentes e novas edificações. Fonte: Wild et al. (2018).

Projetar em escala urbana faz com que percebamos, em macroescala, as relações da paisagem com o meio existente. O estudo e o desenvolvimento de propostas e projetos para o ambiente urbano é capaz de colocar em evidência a eficiência que um projeto urbano pode trazer para a cidade quanto à (re)qualificação de um centro histórico; em contraponto, a falta de projetos e do “pensar urbano” faz com que muitas histórias se percam. Por meio do projeto, buscou-se a concepção de um “lugar cachoeirense”, isto é, “lugar” pela produção de sentido, de história e pelas relações que ali se estabelecem (AUGÉ, 1994).

A experiência proporcionou ao grupo desenvolver e exercitar a percepção quanto à paisagem da área estudada. Além disso, a discussão de problemas urbanos em espaços e momentos além da sala de aula, como o que foi proporcionado por esta experiência, nos aproxima da vivência do profissional Arquiteto e Urbanista, bem como nos relembra do nosso compromisso com a cidade e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, Engenhos, Requalificação, Concurso de projeto.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.2, n.1, p.9-31, 2008.

GIESBRECHT, R. M. Cachoeira do Sul-Nova. Município de Cachoeira do Sul, RS. In: GIESBRECHT, R. M., **Estações Ferroviárias do Brasil**. Santana de Parnaíba, 6 ago. 2009; atualização em 6 out. 2016. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/cachoeira-nov.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

PAVAN, J. S. Um olhar (crítico) sobre ações públicas denominadas de 'revitalização urbana': PAC cidades históricas, preservação cultural ou fetiche patrimonial? In: ENANPUR - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal, RN. **Anais XVIII ENANPUR 2019**. São Paulo, SP: ANPUR, 2019. v. 18. p. 1-22. ISSN: 1984-8781

PEREIRA, D. C. **Paisagem Como Patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20%20\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20%20(2).pdf). Acesso em: 30 jul. 2019.

RITZEL, Mirian. O primeiro apito do trem. In: PURPER, P.; RITZEL, M. **História de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul, 7 mar. 2012. Disponível em: <https://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2012/03/o-primeiro-apito-do-trem.html>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SELBACH, JEFERSON. **Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. 1930-1945**. Cachoeira do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000319.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

WILD, C.; REDIN, J.; BARICHELLO, G.; COSTA, M. L. B.; RIBEIRO, L. P.; COSTA, M. O.; GIACCOM RIBEIRO, B. M. **Trilhando memórias: um novo olhar sobre o patrimônio**. Projeto submetido ao URBAN21 - Concurso Universitário de Urbanismo. Cachoeira do Sul, 2018. 10 p.

Análise da arquitetura Art Déco em Santa Maria - RS: O caso de Avenida Rio Branco e suas aproximações com o distrito Ocean Drive de Miami

Analysis architecture of the Art Déco at Santa Maria - RS: The case of Rio Branco Avenue and its approximations with the Ocean Drive district of Miami

BALDISSARELLI, Maiara (1); LENHARD, Marluci (2); NOGUEIRA, Ana Paula (3)

(1) Graduanda, Universidade Luterana do Brasil, maiarabaldissarelli@gmail.com ;

(2) Graduanda, Universidade Luterana do Brasil, marluci_lenhard@hotmail.com ;

(3) Professora, Mestre, Universidade Luterana do Brasil,
arquitectura.anapaula@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho visa dissertar sobre a manifestação do Art Déco na cidade de Santa Maria. Muitas cidades tiveram o seu desenvolvimento atrelado ao Art Déco, algumas ainda o contém e preservam seu conjunto de edificações. Porém, em outras cidades, devido à falta de compreensão da sua importância histórica, esses conjuntos de edificações estão se perdendo. O trabalho apresentará a manifestação do Art Déco e seu contexto no desenho da paisagem urbana na cidade de Santa Maria, em especial na avenida Rio Branco, e suas aproximações com o distrito de Ocean Drive em Miami. O patrimônio cultural na paisagem conta a história daquela comunidade, através dos edifícios, pela forma que eles foram construídos, pelas praças, onde eventos importantes ocorreram e pelas igrejas, que mantinham um papel importante nos agrupamentos sociais (SCHIRRU, 2017).

Cada cidade possui sua história, seu contexto urbano e a partir disso construímos memórias, lembranças materiais e imateriais, naturais ou construídas. O patrimônio histórico e cultural existente em cada cidade necessita de manutenção e intervenção, podendo ser adaptado a novos usos. Esses patrimônios históricos culturais cumprem um papel essencial na mudança da imagem da cidade, fazendo com que a população passe a enxergar a relação entre as políticas de preservação e memória. Segundo Maia (2003) através da educação patrimonial o homem passa a integrar-se nesse entendimento, através de um processo em que ele entende o contexto que está inserido, elevando sua autoestima e à conseqüente valorização de sua cultura.

Nesse sentido, é importante percebermos que para existir uma efetiva reabilitação e valorização dos centros históricos é necessário uma série de instrumentos e práticas efetivas de políticas públicas. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.29):

Falar de política pública de preservação supõe não somente levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira, como também uma necessária abertura para participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população.

O movimento Art Déco caracterizou-se como um conjunto de manifestações artísticas, originado na Europa, e que se expandiu para a América a partir dos anos 1920. Seu auge se deu depois da “Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industrielles Modernes”, realizada em Paris em 1925. Para VARGAS (2012 apud Conde e Almada 200), o Art Déco teve a maioria das suas manifestações relacionadas à vida cotidiana, em várias expressões artísticas. O ornamento deixa de ter função apenas decorativa e passa a ser elemento derivado do estudo de volumetria dos edifícios, os problemas estruturais e das técnicas construtivas utilizadas (MANSO, 2004).

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa do tipo exploratória feita através de artigos, sites e revistas, que segundo Gil (2007, p.27) este tipo de pesquisa tem como intenção proporcionar maior familiaridade com a temática, esclarecer e modificar conceitos e ideia com o objetivo de torná-lo mais explícito. É qualitativa, do tipo estudo de caso, assim, esta metodologia, segundo Bogdan e Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

O objetivo geral é apresentar o acervo arquitetônico da cidade de Santa Maria/RS, mostrar a importância de sua valorização e preservação. Mas, principalmente, apresentar o Distrito de Ocean Drive em Miami Beach como um exemplo de preservação da arquitetura Art Déco, fomentando o turismo, dando novos usos à edificações existentes, buscando sempre o reconhecimento do valor patrimonial e cultural da Avenida Rio Branco.

Para Rodrigues (2005 apud PASSO 1998), uma diversidade muito grande de tendências foi rotulada como Art Déco, levando o termo a atingir uma abrangência a ponto de considerar Art Déco todas as manifestações artísticas e culturais após o Art Nouveau até a Segunda Guerra Mundial, excetuando-se os movimentos de vanguardas.

De acordo com Brugalli (2003), o Art Déco tinha caráter Eclético vinculado ao estilo, como conjunto variado de atitudes, que em comum possuíam o objetivo de conciliar as manifestações do movimento moderno com elementos do passado e do presente, resultado, assim, em um objeto final novo. “Com isso, as propostas não rompiam brutalmente com o passado, como propunham algumas vanguardas artísticas da época.” (BRUGALLI, 2003, p.28).

A arquitetura Art Déco no Brasil é rica em suas características arquitetônicas, mas a sua importância é ampliada pela relação com o período de desenvolvimento e prosperidade que muitas cidades. Por estar presente em períodos importantes do desenvolvimento, assim como a Cidade de Santa Maria e o Distrito de Ocean Drive em Miami, o Art Déco se desenvolveu em um período de grande modernidade e progresso econômico.

De acordo com Salvador (2012, p.49). Apesar de ser considerado um estilo universal, em cada cidade que ele se desenvolvia novas características surgiam de acordo com a cultural local. Como é o caso de Miami nos estados Unidos, que se caracteriza pelo seu acervo com características tropicais, em Santa Maria apresentou uma arquitetura com materiais menos rebuscados como a Mica.¹

¹ Revestimento à base de minerais, no dicionário mica significa: designação comum aos membros de um grupo de silicatos monoclinicos, foliados, com excelente clivagem basal; são comuns em muitas rochas ígneas e metamórficas, como isolantes e algumas vezes em objetos ornamentais.

As características do estilo Art Déco na cidade de Santa Maria podem ser observadas em edificações com mais de dois pavimentos comerciais, diferenciando-se dos sobrados ecléticos, essas edificações abrigavam empresas destinadas a prestações de serviços, hotéis e residências, muitas localizadas na Av. Rio Branco e outras espalhadas pela região central e entorno (Kummel, 2013 p.104). A Avenida Rio Branco tornou-se o centro do comércio santa-mariense. O comércio era beneficiado com a estação ferroviária, foram instalados serviços de restaurantes, lojas de vestuário e utensílios e hotéis, é possível analisar quadras inteiras com edificações de características Art Déco, essas edificações são exemplares de que Santa Maria abriga um grande acervo desse estilo arquitetônico.

Para Foletto (p.136) o Art Déco em Santa Maria, se caracteriza pelas formas geométricas simples, definido por linhas precisas. A linha reta é utilizada em diferentes combinações, principalmente em *zig-zag*, curvas, desenhos simétricos na maioria das vezes, estrutura tripartida em base, corpo e coroamento, com platibandas escalonadas e bem trabalhadas, sacadas em balanço que dão ideia de aerodinamismo. Todas essas características podem ser visualizadas nos edifícios da Av. Rio Branco como mostra na (figura 1).



Figura 1 - Edificações com características Art Déco na Av. Rio Branco na cidade de Santa Maria/RS. Fonte: Autoras, 2019.

A Avenida Rio Branco, centro histórico da cidade de Santa Maria, foi muito valorizada com a chegada da estação férrea, após o declínio da rede ferroviária outros eixos urbanos começam a ganhar destaque e a Av. começa a ficar cada vez mais abandonada, diversas edificações ficaram sem usos como é o caso de muitas edificações com características Art Déco que estão em desuso e em mau estado de preservação. A falta de investimento dos órgãos públicos destinadas a esta área, torna a mesma insegura e isso reflete nas consequências do abandono, mesmo sendo considerada Patrimônio Cultural da cidade.

Já o Distrito Art Déco de Miami é considerado por arquitetos e estudiosos como o maior acervo contínuo do estilo arquitetônico da América. A história do Art Déco na referida cidade começou em 1926, de acordo com o Jornalista Paul Clemence, após um furacão

arrasar com as edificações existentes, abriu-se um caminho para um novo estilo arquitetônico, que veio para ficar, marcado na história da cidade. Assim, começou a era do Art Déco, prédios e hotéis organizados em composições de volumes básico, geométricos, clean e dinâmicos, com elegantes modelos decorativos e inspirações náuticas. O movimento segue a tendência da época, vinda de Nova Iorque, mas, em Miami, desenvolveu uma versão própria, adicionando elementos tropicais e espaços mais iluminados, como mostra a (figura 2).



Figura 2 - Edificações com características Art Déco no Distrito de Ocean Drive em Miami/EUA
Fonte: Casa Vogue, 2015.

No final dos anos 1970, passando por uma fase de declínio, e com alta criminalidade, vários dos edifícios desse período corriam risco de serem demolidos. Mas, graças a uma campanha liderada pela ativista Barbara Capitan, grande parte do South Beach (Praias do Sul) conseguiu ser protegida com a designação do patrimônio histórico. Conforme a reportagem feita pelo jornal O Globo (2015), cerca de 800 prédios do Distrito Art Déco, erguidos entre 1935 e 1941, estão no Registro Nacional de Locais Históricos. Com o orgulho de ser o primeiro conjunto arquitetônico do século XX no país a ostentar esse título.

O caso do Distrito de Miami Beach se assemelha à muito o caso da cidade de Santa Maria em que, um grupo de artistas, jornalistas, advogados, arquitetos, professores e estudantes passou a se reunir e formular uma estratégia de ação em defesa do patrimônio cultural da cidade. Em entrevista realizada o Jornalista Marcelo Canellas aponta:

Esse movimento, já bastante robusto, se assemelha em muito ao que aconteceu em Miami, no estado americano da Florida. Lá, como aqui, a pressão da especulação imobiliária pôs sob ameaça um vigoroso acervo Art Déco, concentrado na região de Miami Beach. A partir da

provocação de uma artista plástica chamada Barbara Capitman, a sociedade civil se mobilizou, fundou a Liga de Defesa do Design de Miami e conseguiu mudar a legislação americana, criando mecanismos de proteção a prédios de interesse histórico. O que se viu depois foi um pujante processo de valorização e revitalização da arquitetura Art Déco, impulsionando negócios ligados à hotelaria, turismo, artes, cultura e indústria criativa.

Para a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, em 1976, o patrimônio, é o testemunho vivo de épocas passadas, adquire uma importância vital, tanto para o indivíduo, quanto para os locais que neles expressam sua cultura e sua identidade, visto a despersonalização e uniformização das expressões da contemporaneidade. Entende-se que, a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva, podem refletir na história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, fazendo do Patrimônio Histórico um elemento de inclusão social em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

A preservação do patrimônio cultural visa salvaguardar o que definimos como bens culturais, que são produtos de nossa cultura – do pensamento, do sentimento e da ação do homem. A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – materiais ou imateriais – ou seja, dos valores que são atribuídos a esses bens.

Assim, a preservação e recuperação do patrimônio cultural têm feito parte das diretrizes estabelecidas pelos municípios, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos em termos turísticos, econômicos e sociais. Funari e Pelegrini (2006, p.29) afirmam que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar centros históricos na atualidade constituem premissas básicas dos debates sobre desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracterizam a própria cidade.

A responsabilidade de formular políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural é, obviamente, da prefeitura e da câmara de vereadores. Os proprietários têm de ter dispositivos financeiros que os ajudem a preservar esses imóveis de interesse histórico. Há dezenas de ferramentas já experimentadas pelo mundo afora que ajudaram na revitalização econômica e cultural de centros históricos de cidades importantes. Como, por exemplo, a venda de potencial construtivo, mecanismo segundo o qual o dono de um prédio de interesse histórico pode vender a uma construtora o direito de construir prédios novos em outras áreas de expansão urbana. É uma grande ideia, já em prática em várias cidades do mundo, em que a construção de prédios novos financia a preservação de prédios antigos.

Analisando a semelhança entre o valor patrimonial da Avenida Rio Branco e do Distrito Ocean Drive em Miami, ambos apresentam conjuntos de edificações de acervo contínuo em Art Déco. Em Ocean Drive após quase a perda de todo seu acervo, houve um incentivo de valorização daquela área, o que a tornou um local atrativo para o turismo, arte e arquitetura. Em Santa Maria após a implantação de políticas públicas e de sua preservação nota-se um potencial de crescimento cultural.

É importante destacar que esta pesquisa buscou resgatar e apresentar a discussão sobre a valorização do patrimônio histórico da Av. Rio branco em especial sua arquitetura Art Déco e sua semelhança com o Distrito de Ocean Drive em Miami.

PALAVRAS-CHAVE: Art Déco, Valorização, Ocean Drive, Av. Rio Branco

REFERÊNCIAS

BRUGALLI, A., P. **Art Déco e as manifestações na arquitetura de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, RS 2003.

CONDE, L. P. F.; ALMADA, M. Introdução: Panorama do Art Déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. In CZAJKOWKI, J. (org). Guia da arquitetura Art déco no Rio de Janeiro. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio e Janeiro, 3º ed. Rio de Janeiro. Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

FOLETTI, T.V. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria.** Santa Maria (RS): Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IPHAN. **Recomendação de Nairóbi.** 19ª Sessão da UNESCO, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

JORNAL O GLOBO. **Distrito Art Déco revela vocação de South Beach para o turismo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/boa-viagem/miami-distrito-art-deco-revela-vocacao-de-south-beach-para-turismo-3213985>>. Acesso em 01 de maio de 2019.

KUMMEL, B., M. **Estudo Sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: O caso da Avenida Rio Branco e seu Patrimônio Edificado.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, 2013.

MAIA, A. F. **Direito à memória:** o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. Belém: Movendo Idéias, v8, n.13, jun 2003.

MANSO, C. F. A. (porg). Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. V. 1. Goiânia: SESPLAN, 2004.

REVISTA CASA VOGUE. **Miami Beach faz 100 anos.** Disponível em: <<https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2015/03/miami-beach-faz-100-anos.html>>. Acesso em 01 de maio de 2019.

SCHIRRU, Ana Carla Carvalho. **A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CIDADE: IDENTIDADE SOCIAL E PLANOS URBANOS.** In: Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Anais...Belo Horizonte(MG) CAD II - UFMG, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/50792-A-IMPORTANCIA-DO-PATRIMONIO-CULTURAL-PARA-A-CIDADE--IDENTIDADE-SOCIAL-E-PLANOS-URBANOS>>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

Arquitetura Cuiabana: permanências e transformações no centro histórico da cidade

*Cuiabana architecture: stays and transformations in the historical center of
the city*

LOZICH, Kellen Melo Dorileo (1); FIORIN, Evandro (2); CÔRTEZ, Mara Lopes (3)

(1) Mestranda, Universidade Federal de Santa Catarina, kellendorileo@gmail.com ;

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina,
evandrofiorin@gmail.com ;

(3) Graduanda, Universidade Federal de Mato Grosso, lopes.arqurb@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Cuiabá foi colonizada por bandeirantes que nela chegaram em 1719, à procura de índios e ouro. Iniciando a sua formação nas proximidades do Córrego da Prainha em 1722, onde foi encontrado grande quantidade de ouro pela Bandeira de Miguel Sutil. Mas somente em 1727, a cidade recebe os aparatos de representação da Coroa Portuguesa que a caracterizam como Vila Real, bem como os códigos de espacialização que normatizavam o processo de ocupação e territorialização das margens do Córrego da Prainha, tornando-se a Vila Real. As características desta ocupação ainda estão presentes no centro histórico da cidade, as edificações, o arruamento, os jardins e largos que compõem a paisagem urbana são resultantes do tipo de ocupação ocorrida naquela época. Uma ocupação que obedeceu ao padrão dos ambientes coloniais urbanos, que era ditado pelas Ordenações do Reino e das normas eclesiásticas, ficando ao cargo da câmara da Vila de Cuiabá a operacionalização e fiscalização do cumprimento das diretrizes estabelecidas. Estas ordenavam a todos da Vila Real que:

(...) nenhuma pessoa (...) fará casa sem pedir licença à Câmara, que lhe dará mandado primeiro o Arruador, que deve haver de marcar lugar para a edificar em rua direita e continuada das que estão principiadas, em forma que todas vão direitas por corda, não consentindo os oficiais da Câmara se façam daqui por diante casas separadas e desviadas para os matos como se acham algumas, porque além de fazerem a vila disforme, ficam nelas os moradores mais expostos a insultos (...). (...) e melhor é que em pouco terreno esteja a vila bem unida e formada, do que em largo, com tantos despovoados. (ROSA, 2003, p.18)

Os códigos empregados pelo Ouvidor, que orientaram a formação do traçado urbano, também se estendiam as edificações. Ordenavam o ato de construção das casas e a vila em sua totalidade, estabelecendo, por exemplo, a criação de grandes quadras e obrigando:

[...] as edificações a serem contínuas, parede a parede, o que resultava numa quadra compacta, onde não havia a possibilidade sequer de pátios ou corredores laterais. (...) as quadras deveriam comportar-se como um volume único, separando o público do privado. (ROSA, 2003, p.19).

O processo de espacialização empregado pela Coroa seguia um padrão adaptativo e a cidade se moldava organicamente à conformação geográfica da espacialidade. As vilas eram geradas nas proximidades das fontes de minério como estratégia de proteção dos recursos e facilidade de acesso, além de priorizar locais com recursos hídricos que possibilitassem a navegação e o abastecimento da mesma. Deve-se considerar o fato dela estar próxima de encostas, servindo de barreira natural em caso de ataques dos povos que pertenciam à territorialidade. Uma prática usual da Coroa era a implantação das edificações públicas que representavam seu domínio em pontos elevados para que fossem avistadas a longas distâncias, seja para servir de ponto de orientação, seja para afirmar a sua presença e propriedade.

As edificações públicas foram construídas no alto do morro, na margem esquerda do Córrego da Prainha entre dois afluentes, ambos canalizados atualmente, sob a Rua Isaac Póvoas e a Av. Mato Grosso. Na frente destas edificações eram construídos os Largos. A Catedral da Sé, que fica defronte a um desses largos foi um dos elementos de representação da Coroa Portuguesa, construída conforme as normas estabelecidas pelo Clero Secular, que definia: “edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado de lugares imundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar em procissão ao redor delas”. Além disso definiam a orientação da igreja: “posto o Sacerdote no altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique ao meio dia, mas nunca para o norte, nem para o Ocidente”. (VASCONCELOS, 2009, p.16)

As edificações tanto públicas como privadas, antes das determinações impostas pela câmara (na época que Cuiabá ainda era um Arraial), apresentavam-se com um sistema construtivo simples e cobertura de palha. Com a sua transformação em Vila Real, o Rei ordena que as “edificações fossem construídas ou reformadas de modo a ser mais resistentes e higiênicas”, passando, assim, a ter “coberturas com telha de barro e paredes de adobe ou taipa”. “Os alicerces eram de Pedra Cristal” e os baldrames foram construídos de Pedra Canga. (ROSA, 2003, p.15)

Com o passar dos anos, as moradias sofreram modificações, ocorrendo devido à economia e à influência externa, ou seja, ao poder aquisitivo do proprietário e/ou morador e, à influência de outros países, principalmente, com capitais e mercadorias europeias – acompanhada por mão de obra qualificada, a partir de 1856. Assim, muitas edificações quando sofreram alterações acabaram aumentando o número de pavimentos (adicionando um segundo pavimento), inserindo uma platibanda na sua cobertura, modificando, por conseguinte, o telhado e a elevação principal, e inserindo equipamentos em ferro nas edificações e nos espaços públicos. O morador que não podia pagar por uma ampliação acabava apenas incrementando a sua fachada com ornamentos, por exemplo, transformando o seu Beiral de Cachorro (ex.: figura 1) para o Beiral de Beira-Seveira (ex.: figura 2).

Como a câmara que fornecia licença de moradia para as pessoas edificarem as suas casas, havia no centro uma fragmentação de moradias e classes sociais. Assim, fica claro o trecho em que Rosa diz:

No largo do Palácio moravam o governador e seus imediatos; no largo da Matriz o Bispo. Nas Ruas de Cima (hoje Pedro Celestino) e do Meio (hoje Ricardo Franco) concentrava-se o senhorio rural. Os comerciantes reuniam-se na Rua de Baixo (hoje Galdino Pimentel) e, em parte, no início da Rua Bela do Juiz (hoje 13 de junho). Fora dessa área ficava o resto da população, em geral de classe menos fornecida de Fortuna. (ROSA, 1976, p.23)



Figura 1 - Edificações com Beiral de Cachorro, em um trecho da Rua Praça do Rosário. Fonte: Os Autores, 2019.



Figura 2 - Edificações com Beiral de Beira-Seveira, em um trecho da Rua Praça do Rosário. Fonte: Os Autores, 2019.

Antes da homologação do tombamento desta área, que ocorreu em 1992, algumas edificações foram demolidas para dar lugar a outras, mais contemporâneas. Isso ocorreu, principalmente, com as edificações em espaços públicos, como o Palácio Alencastro, a Delegacia Fiscal, o Largo Alencastro (ex.: figura 3) e algumas edificações residenciais. Nestes lugares foram construídas edificações com estilo art déco e moderno, com é descrito por Póvoas:

As antigas casas, no centro urbano, foram cedendo lugar aos edifícios destinados às sedes dos hotéis, dos bancos, das repartições públicas, das lojas e das galerias. As grandes residências foram sendo divididas e transformadas as suas fachadas; por entre elas foram surgindo construções de moderna arquitetura; ruas foram rasgadas; (...) por toda a parte o requintado gostos das construções foi transformado, inteiramente, o aspecto da vetusta Capital Mato-Grossense. (PÓVOAS, 1980, p. 27)

Além do fato das cidades serem um organismo vivo e estarem em constantes transformações, algumas modificações foram invasivas, contribuindo para a descaracterização do centro histórico de Cuiabá. Estas provinham das ideias de modernização, presente no discurso “do processo de expansão da fronteira” construído ainda “no governo Vargas com a ‘Marcha para Oeste’”, desencadeando a substituição das edificações antigas por edificações novas, “ainda que de maneira tímida, se comparado as décadas seguintes” (BRANDÃO, 1997, p. 2-82); e as correntes migratórias, provocando uma invasão que:

[...] não é só física, mas, sobretudo, simbólica. Não só Cuiabá ‘precisa’ se transforma para ser capital do futuro, cosmopolita, como seu povo e, principalmente, os cuiabanos precisam entrar no ritmo da cidade moderna com seus hábitos, disciplina e concepções de mundo. (BRANDÃO, 1997, p. 2-69)

A partir de 1950, as mudanças se intensificam, ao ponto do antigo e do novo não mais poderem coexistir. Tem início um processo de substituição, onde o antigo deve ser

descartado, pois representa o retrocesso, diante do objetivo de modernização da cidade, que apenas toma força nas décadas de 60 e 70 com o golpe militar. Este, “que tinha sentido político, encobriu também mudanças econômicas que orientaram a sociedade brasileira na direção de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico”. (BOMFIM, 2010, p.21)

Cuiabá era vista como uma cidade estratégica para a política desenvolvimentista do Governo Federal, pois esta funcionaria como eixo de ligação e facilitação do acesso até à Amazônia. Com isso o governo investiu na construção de vias e estradas em Mato Grosso, ligando-o com o norte do país. Assim, um discurso ia sendo produzido pela imprensa de que a cidade seria um centro importante para o país. Este *status* de centralidade era importante porque:

(...) colocaria Cuiabá em situação superior as demais cidades mato-grossenses, em especial Campo Grande. Políticos cuiabanos temiam que Cuiabá perdesse o lugar de capital para Campo Grande, cidade mais nova e considerada mais moderna. (BOMFIM, 2010, p.21)



Figura 3 - Construção do novo Palácio do Governo, nos fundos da Delegacia Fiscal, Palácio Alencastro e da independência Municipal. Década de 1960. Fonte: SIQUEIRA et al. (2006)

O poder público começa a realizar mudanças na fisionomia urbana da cidade em prol do desenvolvimento da mesma, “concentrando-se em planos urbanos de larga escala, tecnologicamente racionais e eficiente. (...) sustentados por uma arquitetura de espaços e perspectivas maciças caracterizada pela uniformidade e pelo poder da linha reta”. (BOMFIM, 2010, p. 31).

Assim, inicia-se o processo de transformação urbana. Todavia, Cuiabá ainda mantinha muitos lugares com as mesmas características arquitetônicas e urbanísticas do período

colonial, pois estas modificações ocorreram principalmente na região da avenida Getúlio Vargas, onde se concentrava o uso institucional.

Inicialmente as demolições não eram vistas com espanto, pois como trata Brandão (1997, p.79), o “novo é acrescido ao antigo, é o que podemos chamar de crescimento sem ruptura, tanto no nível espacial como simbólico”. A modernização ocorria de forma lenta, uma modernização equilibrada, ou seja, “Cuiabá (...) ainda não se expressa necessariamente pela via da substituição – que implica em destruição – o que nos permite falar em crescimento sem ruptura”. (Brandão, 1997, p.82)

Uma característica arquitetônica que é introduzida na cidade, neste período, é o prédio com vários pavimentos, que Brandão trata como o:

Símbolo da modernidade, das metrópoles, para a população local, a presença desse tipo de edifício conferia contemporaneidade e status de cidade grande. Por isso, Cuiabá passou a reivindicar o seu arranha-céu. (...) O novo Palácio do Governo, (...) ergueu orgulhosamente sobre a horizontalidade da Baixada Cuiabana. (BRANDÃO, 1997, p.85)

No ano de 1968 é marcado pela mudança da modernidade equilibrada para a modernidade conflitual, ou seja, “a dinamitação da velha matriz (figura 4) ganhou forças de signo, pelo conteúdo simbólico expresso nas tensões entre o velho e o novo, provinciano e metropolitano, (...) o tradicional e o moderno que antagonizavam a sociedade cuiabana”. (BRANDÃO, 1997, p.91).

A relação afetiva era muito maior com a catedral, pois ela era palco de rituais de passagem de boa parte daqueles que moravam em Cuiabá. A igreja era muito mais do que uma edificação, era uma territorialidade. Lugar para guardar os mortos, espaço de celebrações de nascimento, casamento e falecimento e, sobretudo, arquitetura para as manifestações da fé. Independente da origem ou classe do sujeito, em alguma fase de sua vida a catedral fazia parte de suas memórias, por isso a derrocada da edificação afetou a população. As outras edificações que foram derrubadas anteriormente não tinham a mesma relação da memória das pessoas, o número de cidadãos que tinham contato com elas era menor, então incomodou menos. A demolição da Catedral torna-se um ato de violência contra a identidade cultural e a sociedade cuiabana, é também, uma “representação máxima do potencial destrutivo que estava presente no processo de expansão capitalista”, que envolve a população em “uma fantasia de um futuro promissor, da chegada do progresso”. (BRANDÃO, 1997, p.101).

Apesar do centro de Cuiabá ser um referencial simbólico reconhecido por toda a população, apenas um pequeno grupo se engajou efetivamente no movimento pró-tombamento. Eram indivíduos que tinham passado por Universidade, graduações em arquitetura, História, Artes, atualizados com o que acontecia com o Brasil e no mundo. (Bomfim, 2010, p. 81)

Apenas um pequeno grupo de uma elite intelectual tinha conhecimento ou identificação com os aspectos da memória coletiva e compreendiam a importância desta localidade para a construção de uma identidade cultural com ideias preservacionistas. Eles acreditavam que não era preciso destruir as edificações para atingir um modelo de desenvolvimento. Tentaram preservar o centro histórico de diversas formas, elaboraram um documento e solicitaram o seu tombamento. Em 1992, finalmente, foi homologado o tombamento de todo o conjunto, integrando os aspectos Arquitetônico, Urbanístico e

Paisagístico. Proibindo, assim, a demolição das edificações conforme o Art. 17 do Brasil (1937).



Figura 4 - Demolição da Catedral Barroca para construir a nova Catedral, em 1968.
Fonte: FREIRE, 1997.

Desse modo, as edificações presentes no Centro Histórico de Cuiabá, atualmente, não apresentam um único estilo arquitetônico, sendo encontrados: o colonial, neoclássico, eclético, neocolonial, art déco, neogótico e o modernismo. As edificações deixaram de ser demolidas e passaram a sofrer os reflexos da negligência e do descaso, passando ser frequentes os desabamentos, devido às chuvas e incêndios.

Nesse contexto, este trabalho, que teve como metodologia a revisão da bibliografia apresentada, não para por aqui, pois irá identificar possíveis traços de uma Arquitetura Cuiabana, diante dos consensos e contradições existentes, ainda presentes no centro histórico da cidade, de maneira a compreender as permanências e transformações de sua fisionomia, além dos modos de uso e apropriação urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Cuiabana, Centro Histórico, Permanências e Transformações.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Marcia. **As engrenagens da cidade:** centralidade poder em Cuiabá na segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT: Carlini&Caniato. 2010. 144p.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Catedral e a cidade:** uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997. 318p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da arquitetura.** Cuiabá: EdUFMT, 1997. 338p.

PÓVOAS, Lenine C. **Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso. 1980. 50p.

ROSA, Carlos Alberto. **O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana.** Cadernos Cuiabanos – I. 1976, 59p.

ROSA, Carlos Alberto. **O urbano colonial na terra da conquista.** In A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial. Organizadores Calos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Adriana. 2003. 230p.

SIQUEIRA, Elizabeth M; CONTE, Claudio Q; ALENCASTRO, Anibal; CARRACEDO, Maria Teresa C. **Cuiabá: de vila a metrópole nascente.** Cuiabá: Entrelinhas. 2006. 208p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores das cidades coloniais.** In Urbanismo colonial: Vilas e cidades de matriz portuguesa. Organizadores Luciane Pessotti de Souza e Nelson Pôrto Ribeiro. 1 ed. – Rio de Janeiro: CTRL C, 2009. 240p.

Arquitetura residencial cafeeira paulista: valorização histórica, artística e de uso prático como instrumentos para preservação

São Paulo coffee residential architecture: historical, artistic and social use as instruments for preservation

ANTUNES, Beatriz Leite (1); SALCEDO, Rosío Fernández Baca (2)

(1) Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ);
beatriz.leite@unesp.br ;

(2) Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PPGARQ); rosio.fb.salcedo@unesp.br .

RESUMO EXPANDIDO

A economia cafeeira foi sinônimo de desenvolvimento para o oeste do Estado de São Paulo, juntamente com a ferrovia marcou o início da industrialização na região. O avanço da cultura ampliou as fronteiras agrícolas, fazendo com que as plantações de café percorressem quase todo o território paulista (BENINCASA, 2007, p. 6). No final do século XIX, com o advento dos ideais republicanos, a escravidão no Brasil chegou ao fim e novos trabalhadores foram trazidos para as lavouras cafeeiras, aumentando o fluxo de pessoas entre a capital e as fazendas (HOMEM, 1996, p.54). Este fenômeno, foi responsável pela introdução de novas tecnologias, materiais construtivos, costumes e de um estilo arquitetônico, o Ecletismo, capaz de abandonar o estigma caipira que pairava sobre as propriedades rurais. As fazendas abrigavam: a moradia do fazendeiro, de sua família e dos trabalhadores livres; também instalações para o beneficiamento e estocagem do café; oficinas; abrigo para animais, etc. – tornando-se uma verdadeira empresa agroindustrial, responsável por plantar e beneficiar os grãos de café, preparando o produto para o transporte.

Neste cenário, utilizou-se da arquitetura como forma de ostentação do poderio da família, principalmente nos casarões-sede que recebem volumes imponentes e fachadas detalhadas pelo estilo eclético. As alterações ocorridas na planta indicam os novos hábitos de receber, como por exemplo: a circulação entre os cômodos sociais como forma de conservar a privacidade; e o reposicionamento de lavatórios e alcovas para garantir iluminação e ventilação fazem parte de uma série de medidas higiênicas que marcaram o período. Além dos aspectos externos, diversos móveis e objetos são trazidos da Europa para decorar os novos palacetes (LEMOS, 1989, p.18). Os vestígios dessas grandes edificações mostram como o Ecletismo foi paulatinamente sendo introduzido na arquitetura até representar efetivamente o novo regime político e a arquitetura dos edifícios na área urbana das vilas. Com a queda da produção cafeeira, no início do século XX, as estruturas foram gradualmente sendo abandonadas, resultando no panorama atual de séria degradação.

Apesar da questão patrimonial ter sido cada vez mais percorrida pelas pesquisas na arquitetura, o Brasil pouco explora o patrimônio localizado no meio rural. Podemos atribuir a isto, a ocupação latifundiária; o êxodo rural a partir da década de 1960; e o apelo dos conjuntos urbanos em relação à simplicidade do campo. Além destes fatores, a população não possui relação afetiva com as edificações, continuamente

desconhecendo sua existência, o que também contribui para o esquecimento e a degradação desse patrimônio (CASTRO, 2016, p. 75).

A narrativa de abandono na fazenda Serra Negra, localizada na cidade de Botucatu-SP, é semelhante à diversos sítios históricos rurais paulistas. A propriedade outrora pertenceu a Manuel Ernesto da Conceição (Conde Serra Negra), e foi considerada uma das mais importantes produtoras e exportadoras do produto, devido ao prestígio atribuído ao seu proprietário (ANTUNES, 2018, p.33). Atualmente, de posse de uma empresa sucroalcooleira, a sede foi desativada e encontra-se em total abandono: os jardins foram descaracterizados e a casa-sede está em ruínas, vide figura 1. A lavoura de cana-de-açúcar acaba escondendo a visão de sua imponente arquitetura e o desconhecimento da população sobre sua existência colaboram para o estágio crítico de degradação que encontra-se hoje esse patrimônio.



Figura 1 - Fazenda Serra Negra (Botucatu-SP).

Fonte: Fotografia de Beatriz Leite Antunes, Julho de 2017.

Atualmente, no âmbito mundial, recomendações produzidas por organizações como ICOMOS tem elevado as áreas rurais à sua ressignificação cultural, atribuída diretamente pelas pessoas e comunidades locais (ICOMOS, 2017). Na sociedade brasileira, há uma crescente admiração pela questão ambiental e pelo valor estratégico da paisagem rural (BRASIL, 2010, p. 11). Este contexto tem propiciado a revalorização do modo de vida caipira e o surgimento de novas funções para o espaço rural.

O termo valorização é abordado por Alois Riegl (1903) e está intimamente relacionado com a preservação dos monumentos, bem como a conservação está para o seu uso (RUSKIN, 1910). Segundo Riegl (1903), quanto mais preservado está o patrimônio, maior valor histórico abriga, além disso preservar, restaurar é revelar os valores históricos e estéticos do monumento (ICOMOS, 1964). Portanto, a valorização do uso histórico do patrimônio agroindustrial botucatuense é, de fato, a cafeicultura, assim

como usos contemporâneos que advêm dela, como por exemplo: o uso museológico (que narrem seu processo agrícola, ferramentas, costumes, etc.), o uso gastronômico do café, entre outros. A valorização da arquitetura residencial cafeeira, tem como essência a preservação da sua tipologia, a gênese de sua produção cafeeira e a sua história. Estes valores podem ser reconhecidos através do turismo local e regional.

O turismo é um fenômeno em desenvolvimento complexo, desempenha papel fundamental econômico, social, cultural, educativo, científico, ecológico e estético (ICOMOS, 1999, p. 1). A carta internacional sobre o Turismo Cultural (1999) propõe que a atividade turística foi e continua a ser um dos principais veículos do intercâmbio cultural, proporcionando experiências não só a partir da observação, mas do contato com a vida de grupos humanos diversos, é cada vez mais reconhecida a força positiva que favorece a conservação do patrimônio natural e cultural (ICOMOS, 1999, p. 1). Além disso, tal proposição recomenda o desenvolvimento de projetos turísticos e de infraestruturas que levem em consideração a dimensão estética, social e cultural dos territórios abrangidos. Atualmente, o fluxo turístico no Brasil demanda paisagens culturais particulares, além de um estilo de vida alternativo. O Turismo Rural pode assim contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, o reconhecimento dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente e a atração de investimentos (BRASIL, 2010, p. 11).

Contudo, o cenário globalizado atual não corrobora para o cumprimento das recomendações estabelecidas pelas cartas (ICOMOS 1999, 2008 e 2017) e o que se assiste é um turismo excessivo que pode, do mesmo modo que um turismo inexistente ou mal gerido, prejudicar a integridade física e o significado do patrimônio (ICOMOS, 1999, p. 2). O consumo cultural acaba distanciando a relação do grande público com a herança construída, gerando uma indústria que exclui a população local ou não privilegiada, e, com elas, suas atividades tradicionais (CHOAY, 2001).

Ademais, o Turismo como ferramenta isolada dificilmente agregará valor histórico, artístico e simbólico com a população residente. Dessa forma, o estudo propõe a aplicação do método proposto por Zárte (2014): Urbanismo Ambiental Hermenêutico (UAH). Tem como base o trabalho de Josep Muntañola¹, no qual Zárte (2014, p.8) traz a relação dialógica de Muntañola para o urbanismo, promovendo o diálogo interdisciplinar na interpretação da dimensão projetual do ambiente construído, levando em consideração três dimensões: histórica ou social, física ou a obra como arte e simbólica como uso propositivo.

A dimensão social do UAH é uma organização das práticas sociais, no qual as pessoas se relacionam de determinada maneira em um cenário específico e temporal (SILVEIRA, 2018, p.40). A simbólica são expressões verbais e escritas, construções de valores, representações sociais, aquilo que se interpreta do que se interpreta do lugar, sua gênese (ZARATE, 2014, p.14). A física é a expressão material, a arquitetura como lugar das manifestações do ambiente sociocultural em seu processo de apropriação e transformação do território. São as tipologias arquitetônicas, elementos construídos e naturais. Ao relacionar as dimensões, são identificados grupos que utilizam o mesmo cenário, a partir de esquemas que conferem o grau de correspondências sociosimbólicas e congruências sociofísicas a fim de encontrar o código genético do lugar. O termo código genético remete-nos a condição de que cada lugar urbano é único

¹O Prof^o Dr. Josep Muntañola explica a dialogia entre texto e contexto, em que o contexto (sócio físico) está para o texto (espaço físico). Em suas obras: Topogénesis: fundamentos de una nueva arquitectura (2000); Poética y arquitectura (1981); Retórica y arquitectura (1990).

e possui suas próprias características, atividades sociais distintas e que devem ser estudadas separadamente (ZÁRATE, 2014, p. 164), tornando-se um elemento vital para o entendimento do lugar (SILVEIRA, 2018, p.25). O código genético será um elemento revelador daquilo que deve se manter preservado para que não se perca a essência da arquitetura residencial cafeeira, específica em cada um de seus contextos.

Tendo em vista o método, o trabalho visa identificar os valores históricos, artísticos e de uso prático da arquitetura residencial cafeeira, propondo diretrizes para sua preservação, tendo como objeto de estudo a fazenda Serra Negra. A pesquisa se valerá de duas fases interpretativas e uma propositiva. A primeira baseada em referencial teórico buscando os valores históricos (CHOAY, 2001; RIEGL, 1984), artísticos (RIEGL, 1984) e de uso (ICOMOS, 1999 e 2008) do patrimônio agroindustrial (ICOMOS, 2017); a conservação (RUSKIN, 1910), preservação e restauração (ICOMOS 1964; KÜHL, 2010). A segunda, sobre a cafeicultura paulista: do auge de sua produção à decadência. Por fim, como caráter propositivo, a aplicação do Método UAH. A aplicação do método visa evidenciar os valores históricos (físicos), artísticos (sócio físicos) e de uso prático (sócio-simbólicos) da Fazenda Serra Negra como instrumento para a sua preservação.

Riegl (1903) considera que a ação de salvaguarda seja uma ponderação entre valores conflitantes. Cada valor reclama um tratamento isolado e um instrumento de preservação igualmente distinto. Busca-se assim um equilíbrio para escolher o caminho mais apropriado a seguir em cada situação (RIEGL, 1903, p. 65).

O valor histórico provém do reconhecimento de que um monumento representa um estado particular no desenvolvimento de um domínio da criação humana, (RIEGL, 1903, p. 73). Ou seja, o monumento passa a ser identificado como documento histórico e, por essa razão, deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original.

Riegl (1903) propõe, no valor de uso prático, o monumento deve atender às necessidades materiais do homem, enquanto o valor de arte atende às necessidades do espírito. O valor de uso é inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham novos usos (CHOAY, 2001, p. 169).

O valor de arte refere-se à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno, ou seja, ainda que tenham sido criados em uma época diferente, alguma característica, torna-o capaz de satisfazer a época contemporânea.

Nesse sentido, a conservação e a restauração buscam salvaguardar o monumento tanto quanto uma obra de arte, quanto o seu testemunho histórico. O restauro tem por objetivo a conservação e revelação dos valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos (ICOMOS, 1964, p. 2 e 3), levando em consideração as marcas de sua passagem ao longo do tempo, respeitando as várias fases e diferenciando os aspectos restaurados do original (KÜHL, 2010, p. 294). Somado à isso, ressalta-se que a conservação de um monumento é favorecida por sua destinação útil a sociedade (ICOMOS, 1964).

Reconhecendo a gênese cafeeira do monumento, os valores históricos e artísticos da fazenda Serra Negra são evidentes, vide sua integridade física ao longo das transformações ocorridas pelo tempo, fazendo com que o restauro seja imprescindível. Porém, seu uso prático, assim como a maioria do patrimônio localizado no meio rural precisa ser revalorizado. Nesses termos, o Turismo Rural vem, para o objeto, como ferramenta capaz de proporcionar visibilidade ao conjunto esquecido no campo. Atualmente o segmento atrai turistas que buscam deslocar-se apenas para a região de onde saem, são apreciadores da culinária típica regional, valorizam produtos artesanais

e buscam levar pra casa produtos agroindustriais (BRASIL, 2010, p. 28); ou seja, reabilitar sítios abandonados com uso contemporâneo torna-se uma premissa eminente. Neste contexto, como intervir atendendo as necessidades de um novo público, sem abandonar a memória dos locais e o vínculo afetivo pré-estabelecido com esse patrimônio?

As cidades paulistas fundadas na era das aberturas de fazenda cafeeiras guardam testemunhos tão belos quanto ameaçados pela falta de reconhecimento dos que a herdaram (SETUBAL, 2004, p. 94). A situação de abandono da arquitetura residencial cafeeira é visível pela fazenda Serra Negra. Entende-se que a valorização da arquitetura residencial cafeeira inicia-se pela identificação de seu código genético, seu principal uso: o café (simbólico), a valorização de sua história (social) e artística (física). Posteriormente, o reconhecimento de seu potencial valor pode ser contemplado pelo turismo local-regional e nacional. Além disso, tais medidas associadas ao método do Urbanismo Ambiental Hermenêutico, que analisa as dimensões físicas, sociais e simbólicas de cada fazenda, compreendendo-as como características distintas, podem contribuir para o fortalecimento dos laços entre a população e o patrimônio de sua cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio agroindustrial, Arquitetura residencial cafeeira, Preservação, Urbanismo Ambiental Hermenêutico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Beatriz Leite. BENINCASA, Vladimir. **Casarões ecléticos das Fazendas Cafeeiras dos Sertões de Botucatu –SP**. São Paulo: FAPESP, 2018 (relatório de iniciação científica).
- BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. São Carlos: EESC-USP, 2007 (tese de doutorado).
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CASTRO, Ellen B. S. F. de. **Genocídio Velado: trajetória da EFNOB e perspectivas para o patrimônio industrial ferroviário**. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2016. (Dissertação de mestrado)
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. Lisboa: Editora Unesp, 2001. 304p. Tradução Luciano Vieira Martins.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ICOMOS. **Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios**. Veneza, ICOMOS, 1964.
- ICOMOS. **Carta Internacional de Turismo Cultural – Gerenciamento do turismo em locais de importância histórica**. México, ICOMOS, 1999
- ICOMOS. **Carta para Interpretação e Apresentação de Patrimônios Culturais**. Quebec, ICOMOS, 2008.
- ICOMOS. FLA – **Princípios relativos à paisagem rural como Patrimônio**. Rascunho final para distribuição aos membros do ICOMOS em vista da submissão à 19ª Assembleia Geral do ICOMOS, 2017.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. In: Anais do Museu Paulista v. 18 n.2, 2010.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1989.

RIEGL, Aloïs. Le culte moderne des monuments: **Son essence et sa genèse**. Traduzido por: **Daniel Wiczorek**. Paris: Seuil, 1903.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. **Município de Interesse Turístico: Cartilha de Orientação** de acordo com a Lei 1261/15. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br>>. Acesso: 27 de dezembro de 2017.

SILVEIRA, Pedro P. **A percepção da paisagem cultural das praças em centros históricos: uma análise dialógica da Praça Roosevelt em São Paulo- SP**. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2018. (Dissertação de mestrado)

RUSKIN, John. **Las Siete Lámparas de la Arquitectura**. Espanha, Valencia: F. Sempere, 1910.

SETUBAL, Maria Alice (coord.). **Modos de Vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ZÁRATE, Marcelo. **Urbanismo Ambiental Hermenéutico**: Una estratégia dialógica y sociofísica de conocimiento proyectual para un urbanismo ambiental alternativo. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona.

As cartas patrimoniais e a patrimonialização das paisagens culturais

The patrimonial letters and the patrimonialization of the cultural landscapes

BARBOSA, Carlos Antônio (1); MACHADO, Elias José de Almeida Machado (2)

(1) Especialista em Restauração, Dolmen Restauro e Decorações Ltda.

(2) Arquiteto e Urbanista, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, eliasjamac@yahoo.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo apresenta uma análise de cartas patrimoniais e de documentos oficiais, internacionais, elaborados entre os anos de 1931 e 2009, com o objetivo de explicitar e de compreender a formação e formalização do conceito de paisagem cultural. Através da análise apresentada, verificou-se que a instituição desse conceito, resulta de processo histórico e social, iniciado no pós-guerra e inserido na lógica de ampliação dos entendimentos acerca do próprio conceito de patrimônio.

A palavra patrimônio, tem origem latina “*patrimoniū*” e está associada às noções de propriedade. De acordo com Funari e Pelegrini (2006), patrimônio, etimologicamente, é tudo que pertence ao patriarca e é herdado por seu clã. Hoje, esse vocábulo é associado à posse, à hereditariedade e à memória, entretanto, na contemporaneidade, a esses significados foram acrescidas significações expressas por adjetivações como genético, imaterial, material e histórico.

As noções contemporâneas de patrimônio pressupõem a existência de consciência coletiva e a apropriação pelo presente; apropriação de um bem que deve transmitir-se ao futuro, e, precisa ter garantida a preservação (ALMEIDA, 2010). Atualmente, muitas são as categorias passíveis de patrimonialização: costumes, edificações, obras de arte, conjuntos edificados, sítios e paisagens podem ser selecionados por organizações ligadas à cultura, sejam elas locais, regionais, nacionais ou supranacionais.

Dentre as categorias patrimoniais mais abrangentes e complexas, destaca-se a “paisagem cultural”, instituída pela UNESCO no ano de 1992 e adotada por países diversos, dentre os quais, o Brasil. O conceito de paisagem cultural, supera as polaridades patrimoniais (natureza x cultura material x cultura imaterial) e abarca uma grande porção territorial, considerando além do sítio e dos aspectos naturais, os grupos sociais, com suas produções materiais e imateriais e com as relações particulares que eles desenvolvem com os recursos naturais.

Enquanto construções históricas e sociais, nem sempre as sociedades compartilharam de compreensões amplas de patrimônio como as paisagens culturais. Segundo Choay (2006), a ideia de patrimônio surge no Renascimento e está associada aos edifícios da Antiguidade Clássica. Segundo a autora, após a Revolução Francesa, surgiram as primeiras organizações ligadas à preservação do patrimônio. Essas primeiras preocupações voltadas para a preservação do patrimônio restringiam-se aos bens edificados, individuais e isolados, tidos como testemunho históricos. Nessa lógica, aos

sítios, aos conjuntos e às práticas não eram dispensadas preocupações, tampouco, o título de patrimônio.

As preocupações específicas e oficiais para com os conjuntos edificados, sítios, as paisagens e para com os bens imateriais transcorreram ao longo do século XX, acompanhando a ampliação do conceito de patrimônio. Essa ampliação, e as suas implicações sobre os entendimentos acerca da paisagem são expressas nas recomendações das cartas patrimoniais promulgadas. As recomendações que tangenciaram o entendimento atual de paisagem cultural de algumas dessas cartas, foram analisadas neste trabalho. O resultado dessa análise, compõe os itens que seguem.

Após o crescimento urbano, a industrialização dos países europeus no século XIX e a Primeira Guerra Mundial, as preocupações acerca da preservação do patrimônio edificado foram catalisadas pelas organizações internacionais e foram criadas as primeiras cartas patrimoniais. A Carta de Atenas (UNESCO, 1931) é o primeiro documento internacional que trata da temática da preservação do patrimônio edificado. Ela foi elaborada no ano de 1931, pelo escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações.

A Carta de Atenas, aborda os aspectos legais e as questões técnicas relativas ao restauro objetivando a construção de princípios a serem seguidos pelos signatários. Essa carta apresenta uma visão restrita e seletiva do patrimônio. De acordo com ela, seriam dignos de patrimonialização e de preservação, apenas bens construídos revestidos de caráter excepcional. Sítios e conjuntos que tangenciam o conceito contemporâneo de paisagem, deveria ser respeitados apenas para garantia da preservação das perspectivas que emolduram os monumentos.

No ano de 1933, foi redigido outro documento internacional relevante para a preservação do patrimônio, chamado também de Carta de Atenas, resulta do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). A carta do CIAM, sintetiza o urbanismo moderno racionalista e apresenta uma visão monumentalista e histórica do patrimônio, similar a apresentada na carta de 1931. De acordo com ela, o entorno das edificações excepcionais deveria ser saneado com a criação de áreas verdes, desconsiderando o contexto e as marcas da interação homem natureza (CIAM, 1933).

Após a Carta do CIAM, destaca-se a Carta de Gubbio, que por ser pioneira na temática dos centros históricos, contribuiu para o que hoje se compreende como patrimônio histórico urbano. Ela resulta da Convenção Nacional para a Proteção e Restauração de Centros Históricos, promovido por cidades italianas. Nos eixos temáticos, a carta apresenta visão ampla da natureza e das cidades. Ela já sinaliza para a necessidade de ações regionais, e não pontuais, voltadas para o desenvolvimento e manutenção das populações locais.

Após Carta de Gubbio, em 1962, foi elaborado, pela Unesco, o primeiro documento internacional que trata exclusivamente das paisagens e dos sítios, trata-se das “Recomendações relativas à Salvaguarda e dos Caráter das Paisagens e Sítios”, também chamado de Recomendações de Paris. Nelas não há definição de paisagem, mas há ampliação do conceito de patrimônio: são patrimonializados não monumentos, mas sim as paisagens, enquanto conjuntos dotados de aspectos naturais e/ou antrópicos. Nela há recomendações para a criação de planos e de zoneamento para paisagens.

Ainda na década de 1960, a Carta de Veneza, foi elaborada em 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, tendo como temática

os sítios históricos (ICOMOS, 1964). Nela, o conceito de patrimônio compreende não só obras individualizadas de grande valor, mas também as criações modestas, os sítios e conjuntos, rurais ou urbanos. Ainda que não tensione os aspectos naturais, a carta apresenta contribuições para a lida com a paisagem já que recomenda que as funções devem respeitar as limitações do bem a ser preservado, como demonstra Kühl (2010).

Após a Carta de Veneza, foram elaboradas, as Normas de Quito, documento resultante da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos no ano de 1967 (OEA, 1967). O conceito de patrimônio expresso pelas Normas de Quito, contempla apenas os monumentos e os sítios monumentais. A principal contribuição das Normas de Quito é o reconhecimento do valor econômico e da função social dos bens patrimonializados.

Em 1972, o Ministério da Instrução Pública da Itália, publicou a Carta do Restauo (MIP, 1972), que apesar de validade restrita ao território italiano, traz importantes contribuições para o entendimento e gestão patrimoniais. No Anexo D, que trata dos centros urbanos históricos, o texto recomenda que as intervenções executadas não alterem os componentes naturais que conformam a ambiência.

Em 1972, a Unesco promoveu, na 17ª Sessão da Convenção Geral, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, da qual resultou um conjunto de recomendações. Essas recomendações apontam, como passíveis de proteção, monumentos isolados, conjuntos e sítios, resultantes da obra humana ou da natureza, dotados de valor universal, do ponto de vista histórico, estético, antropológico e científico (UNESCO, 1972).

Em 1975, o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, organizado pelo Conselho da Europa, publicou a Declaração de Amsterdã. As contribuições deste documento, estão nas orientações voltadas para a implantação de políticas de conservação integrada que se baseiam na integração do patrimônio à vida social e na participação popular como instrumento de manutenção das identidades locais, princípios bases para o conceito de paisagem cultural (C.E., 1975).

Ainda na década de 70 foram publicadas as “Recomendações relativas a salvaguarda dos conjuntos históricos e as suas funções na vida contemporânea”, documento também chamado de Carta de Nairóbi, redigido na 19ª Sessão da Conferencia Geral da Unesco. Esse documento traz definições sobre os conjuntos históricos e o conceito de ambiência, cuja complexidade aproxima-se dos entendimentos de paisagem cultural. De acordo com a Carta de Nairobi (UNESCO, 1976) ambiência relaciona-se ao conjunto de elementos do entorno que influem na percepção estática e dinâmica de conjuntos e a eles se vinculam de forma direta ou por laços sociais, políticos, culturais ou econômicos.

Nesse momento, no contexto brasileiro, destaca-se a Carta de Petrópolis que resulta do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos realizado em 1987. De acordo com essa carta, o sítio urbano pode ser entendido como espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade e abarcar ainda os aspectos naturais e sócio-culturais (MEC, 1987). O sítio é conjunto da obra humana e da paisagem natural no qual ela foi edificada, somado à população, com suas práticas, que nele habita. O entendimento de sítio e de seus aspectos naturais e antrópicos aproxima-se do conceito de paisagem cultural, diferindo apenas pela escala.

Em 1992, com a 16ª Sessão do Patrimônio Mundial da Unesco é instituída a paisagem cultural como categoria patrimonial. O conceito de paisagem cultural empregado,

próximo do conceito geográfico, supera as limitações dicotômicas cultura-natureza e material-imaterial; abrange áreas extensas, seus suportes naturais e os aspectos culturais materiais e imateriais oriundos da relação dos homens com esses suportes.

Os entendimentos de paisagem cultural da Convenção de 92, foram rebatidos em muitos das cartas internacionais. Em 1995, o Conselho da Europa, promulgou a Recomendação R(95) sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais. A Carta de Washigton, do ICOMOS, de 1996, tece considerações sobre o conjunto patrimonializado e seus elementos materiais ou espirituais e suas relações com o entorno (ICOMOS, 1996).

Também em 1996, o ICOMOS, em sua IX Assembleia Geral, publicou a Declaração de Sofia, introduzindo o conceito de “ecologia social”, destacando a participação popular e a preservação dos recursos naturais nos processos de desenvolvimento. Quatro anos depois, o Conselho Europeu promulgou a Convenção Européia da Paisagem, visando à proteção das paisagens europeias.

No Brasil, o conceito de paisagem cultural introduzido pela Unesco foi rebatido em 2007 nas Cartas de Bagé e da Serra da Bodoquena. De autoria do IPHAN, as duas cartas definem paisagem cultural, apresentando-a como bem cultural mais amplo e passível de inventário, documentação, manutenção e de intervenções afins (IPHAN, 2007). De acordo com esses documentos, a paisagem cultural contempla o meio natural ao qual o homem imprimiu marcas de suas ações e formas de expressão. Esses documentos tratam ainda da certificação e da gestão participativa das paisagens e frisam a importância de se fomentar o desenvolvimento sustentável.

Em 2009, o IPHAN publicou a Portaria nº 127 que incorporou a paisagem cultural como categoria patrimonial e instituiu a chancela, instrumento jurídico pelo qual a paisagem cultural é oficialmente reconhecida. O entendimento de paisagem cultural desta portaria abrange área do território, com seus elementos construídos, sua morfologia e dinâmica naturais, associados aos conteúdos culturais e significados sociais, como a identidade, os modos de vida e os laços afetivos da população (IPHAN, 2009). Por sua complexidade, a preservação da paisagem envolve a preservação do patrimônio natural, cultural e a manutenção sustentável das práticas e dos grupos sociais.

A chancela como paisagem cultural, concedida pelo IPHAN, não representa restrições às transformações da paisagem e por isso não equivale a uma modalidade de tombamento. Já que não há restrições, a chancela requer pactos administrativos e planos de gestão/atuação, que envolva todos os interessados e que garanta a preservação dos elementos e valores peculiares daquela paisagem.

A partir da análise das cartas apresentadas, percebe-se que o conceito de patrimônio é uma construção histórica e social, resultante das correntes de pensamento dominantes em dados momentos e colocado como busca da satisfação das necessidades de preservação de bens de natureza diversificada. Percebe-se ainda que a própria natureza dos objetos passíveis de patrimonialização diversificou-se com o passar das décadas do século XX.

Ao longo desse período, o conceito de patrimônio foi ampliado geográfica, tipológica e cronologicamente. Se no começo do século, eram considerados patrimônio apenas os bens materiais isolados, representantes excepcionais de concepções técnicas e estéticas, registros da existência de um grupo humano específico; no fim do século, já eram passíveis de patrimonialização, os conjuntos, as edificações modestas, os bens imateriais, os sítios, as paisagens culturais (com seus componentes naturais e

antrópicos) registros da diversidade que marca a humanidade e as paisagens de todo o planeta.

É visível ainda que a formalização do conceito de patrimônio, a partir das cartas patrimoniais, no começo do século XX, não implicou na legitimação do conceito de paisagem cultural. As noções de preservação da paisagem, em substituição das noções restritas de patrimônio, só foram desenvolvidas no fim do século associada a necessidade de preservação frente ao ritmo acelerado de transformações das paisagens e culturas.

Após formalizado, o conceito de paisagem cultural, foi estendido e problematizado: os documentos analisados, não só indicavam o conceito de paisagem cultural mas também indicavam estratégias de gestão e de preservação. Alguns desses documentos tecem, por exemplo, sólidas recomendações acerca do desenvolvimento sustentável e da importância de se estabelecer e manter viva as relações existentes entre o sítio e a população autóctone. Essas recomendações, quando somadas às considerações relativas aos aspectos sociais dessas aglomerações apontam para a busca pela compreensão da complexidade da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: cartas patrimoniais, paisagem cultural, patrimônio, preservação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de. **Uma releitura das cartas de Atenas**. In revista integração. Jan/fev/mar, 2010 ano XVI. Nº 60. 5-14.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3º ed. São Paulo: Edunesp, 2006.

CIAM. **Carta de Atenas**. 1933.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. 1975

EUROPA, Conselho da. **Convenção Europeia da Paisagem**. 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Jorge Zahar Editora, São Paulo, 2003.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964.

_____. **Carta de Washigton**. 1996.

IPHAN. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 2007.

_____. **Carta da Serra da Bodoquena** - Carta das paisagens culturais e geoparques. 2007.

_____. **Portaria nº 127**. 2009.

_____. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, 2011.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287- 320, Dec. 2010, p.289.

MEC. **Carta de Petrópolis**. 1987.

MIP. Governo da Itália. **Carta de Gubbio**. 1960.

OEA. **Normas de Quito**. 1967.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SCIFONI, Simone. **Paisagem Cultural**. Verbete. Disponível in <
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso
em 03 de julho de 2019.

UNESCO. **Carta de Atenas**. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. 1931.

_____. **Recomendações relativas à Salvaguarda e dos Caráter das Paisagens e Sítios**.
1962.

_____. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972.

_____. **Recomendação de Nairóbi**. 1976.

As rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS

The roughness of the rural landscape of Cachoeira do Sul/RS

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal (1); CARDOSO, Eduardo Schiavone (2)

(1) Professora Doutora, Rede Municipal de Ensino de Santa Maria,
lisanevidal@gmail.com ;

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, educard2016@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Milton Santos, em sua vasta obra, menciona que o espaço esconde de nós pesquisadores as múltiplas relações que ali se estabelecem, uma vez que mostra apenas o visível, a forma e a paisagem, escondendo as múltiplas relações necessárias à forma criada.

As múltiplas inter-relações ao se materializarem no espaço formam as rugosidades. Este conceito foi desenvolvido por Santos (1978) no livro “Por uma Geografia Nova”, no qual o autor menciona que rugosidade é o que fica do passado como forma, como paisagem, como espaço construído. Elas podem se transformar ou se adaptar a novos processos impostos pelas relações de poder estabelecidas nas inter-relações dos grupos sociais. Entretanto, as rugosidades ao se configurarem como paisagens construídas preservam a justaposição de combinação de poder de uma espacialidade e, portanto, contribuem para desvendar os processos contidos no fenômeno em estudo.

Para tanto, definiu-se como área de estudo o município de Cachoeira do Sul, quinto (5º) município criado no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), caracterizado pela diversidade do espaço rural. Na margem direita do rio Jacuí, na sua porção sul, configura-se a influência da implantação das sesmarias, baseada na grande propriedade, produção de monoculturas e de pecuária para atender ao abastecimento externo, introduzido na paisagem rural no período colonial. Na margem esquerda do rio Jacuí, na sua porção norte, apresenta influência de um processo de colonização dirigida germânica, baseada na pequena propriedade e produção para o autoconsumo, implantada no período imperial como nova forma de produzir para garantir a necessidade de abastecimento interno, ocupação das fronteiras em litígio e introdução de etnias que promovessem o branqueamento da população, configurando-se dentro do processo de expansão das relações capitalistas em nível global.

Desta forma, objetiva-se identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul/RS. Para atingir o objetivo traçado a investigação fez uso do aporte teórico-metodológico contido na Teoria Social Crítica baseada na abordagem do Materialismo Histórico e no método Dialético. Fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, cuja delimitação temporal e espacial do fenômeno estudado é dada pelo espaço rural e pela datação da rugosidade nesta espacialidade.

A investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas e diário de campo, a fim de elaborar um inventário das rugosidades presentes na paisagem rural municipal. Para a sistematização das rugosidades fez-se de fotografias georreferenciadas para posterior espacialização e comprovação da existência das rugosidades no espaço rural, bem

como o uso do Software Sistema de Informações Geográficas (ArcGis 9.3 e 10.2) para a confecção de mapas do município em estudo.

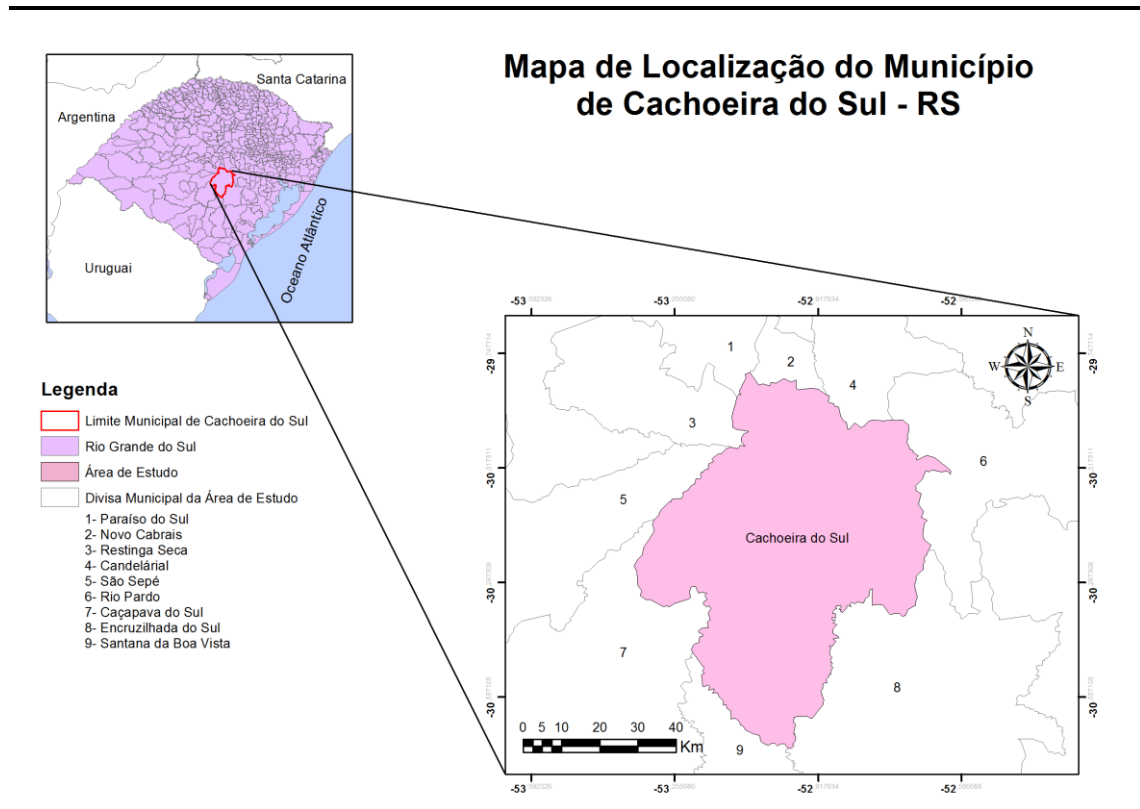


Figura 1 - Localização do Município de Cachoeira do Sul no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Malha do Municipal IBGE (2010).

Em direção ao cumprimento dos objetivos propostos, a elaboração do inventário das rugosidades da paisagem rural primou-se em caracterizá-las, situá-las no contexto histórico de sua criação, compreender a origem e o desenvolvimento das formas e funcionalidades criadas, bem como seu significado no presente. Portanto, a construção do inventário procurou evidenciar a importância das rugosidades na construção da espacialidade rural, na tentativa de torná-las objeto de preservação patrimonial e fontes de reprodução social aos grupos sociais locais.

Na tentativa de sistematizar e estruturar de forma didática o inventário foram elencadas três (3) tipologias: o Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoa (pontes, estações férreas, posto de combustível, posto telefônico, balsas, correio e porto); o Sistema de Produção (estâncias, charqueada, fazendas, engenhos, banheiros de imersão bovino e venda) e; o Sistema de Interação Social (igrejas, escolas, salão de baile, casas antigas, taperas e cemitérios familiares). Na espacialização das rugosidades optou-se por periodizá-las de acordo com o período histórico de sua materialização espacial, assim, elas foram agrupadas de 1801 a 1900 (século XIX) e de 1901 a 2000 (século XX), a fim de evidenciar as diferentes temporalidades materializadas e o contexto histórico e econômico de sua criação.

Nesse contexto, acredita-se que as rugosidades podem ser consideradas indicadores da transformação do espaço, pois através da sua materialização possibilitam análises que desvendam os agenciamentos necessários emendados para o homem produzir seu espaço de vida, portanto, elas são marcas espaciais que permitem compreender como,

por quem e para quem o espaço geográfico é criado. Sua materialização é o reflexo de relações de poder que movem e transformam o espaço. Portanto, entende-se que seu estudo é necessário para quem deseja compreender a complexidade da produção do espaço geográfico.

O estudo da paisagem é fundamental na compreensão das rugosidades, uma vez que é na paisagem que a rugosidade se materializa, se torna visível, pois sua materialização remonta a tempos pretéritos.

Assim, para Santos (2014, p. 67-68) a paisagem é:

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 2014, p. 67-68).

Seguindo as ideias de Santos (2014) a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, formada por frações de ambas seja ao tamanho, volume, cor, utilidade ou por qualquer outro critério. Portanto, a paisagem é sempre heterogênea.

A paisagem não se forma de uma só vez, mas por acréscimos, por substituições, seguindo a mesma lógica de criação de um objeto no passado, o qual retrata a lógica de produção daquele momento. Assim, Santos (2014, p. 73) menciona que “a paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”.

Neste sentido, reporta-se a Souza (2015, p. 46) que enfatiza “a paisagem é a forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere”. Assim, o fato de a paisagem ser uma forma, é conveniente interpretá-la ou compreendê-la a luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência.

Nesse contexto, Luchiari (2001) considera que a paisagem é um vetor passivo, mas somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social. Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência, cujo verdadeiro conteúdo somente se revela por meio de funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar da história. Enfatiza que a paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas, cujas práticas sociais podem produzir um novo contexto material que altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades.

Nas análises de Berque (2004) a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. Como marca, a paisagem pode e deve ser inventariada. Fazer o inventário das formas concretas da epiderme terrestre é a Geografia enquanto descrição da terra pelos geógrafos.

No espaço rural, as rugosidades expressam o trabalho presente na paisagem, denotando um passado/presente carregado de símbolos e significados, cuja identidade territorial configura relações de posse e pertencimento. A paisagem representa um documento-chave para entender as projeções socioculturais que representam ou se associam a um dado lugar. (DAVID, 2014).

A paisagem deve ser compreendida como uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais, os quais mudam e continuam mudando com o decorrer dos tempos, cujo tempo apresenta diferentes formas de técnicas e trabalho, que associadas ao modo de desenvolvimento materializam rugosidades no espaço, criando uma paisagem única. Por isso, as rugosidades permitem apreciar e compreender a permanência de paisagens na contemporaneidade, cujos agenciamentos para tal configuração e conservação vão muito além dos agentes econômicos, pois representam não apenas a forma como se reproduzem, mas a forma como a sociedade vive e sua continuidade no tempo e no espaço, ou seja, a dialética espaço e sociedade.

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas representam os meios de transporte, de comunicação e as infraestruturas criadas localmente para suprir as demandas advindas da implantação e fixação do homem no espaço.

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreendem quatorze (14) rugosidades inventariadas: Ponte de Pedra; Ponte do Passo Geral do Jacuí; Ponte Imperial; Viação Férrea (Estação de Ildefonso Fontoura, Estação de Ferreira, Estação de Pertile); Ponte Férrea; Porto de Cachoeira do Sul; Balsa São Lourenço; Balsa do Passo de Pertile; Ponte do Fandango; Posto de Combustível; Posto Telefônico e Agencia Comunitária dos Correios.

Do total de 14 rugosidades inventariadas, 50% foram criadas no século XIX e 50% no século XX, 79 % são de capital público e 21% de capital particular. Um terço, ou seja, 36% das rugosidades perderam sua função e 64% continuam com sua função inicial de circulação. Do montante das rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas, apenas duas rugosidades mantiveram sua forma sem passar por reformas, as quais perderam sua funcionalidade, e as demais passaram por algum tipo de reforma para manter e conservar sua estrutura e função. As mudanças da forma e função destas rugosidades atende a novos rearranjos do capital, que age de forma contraditória e desigual, para se ampliar e se reproduzir, ocasionando espaços de interesse como a circulação nas rodovias e espaços obsoletos como as estações férreas.

As rugosidades do Sistema de Produção compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas: Estância da Capelinha; Fazenda São José - Tafona; Fazenda Borges de Medeiros; Estância do Lajeado; Estância São Gregório; Charqueada e Estabelecimento do Paredão; Granja Roesch; Engenho de Arroz Roesch; Engenho de Arroz Arno Ritzel; Engenho de Arroz Arlindo Dickow; Olaria Bortolatto & Mello Ltda; Frigorífico Leusin; Venda e Banheiros de Imersão Bovinos.

Do total de 16 rugosidades inventariadas, 37,5% foram criadas no século XIX e 62,5% no século XX. A permanência das rugosidades do Sistema de Produção materializadas durante o século XIX deve-se ao fato de que elas representam a forma de reprodução predominante na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Criadas a partir da implantação das sesmarias no território, passaram por várias divisões de área em função das sucessivas e numerosas divisões por herança, mas representam a continuidade da grande propriedade nesta espacialidade. Entretanto, sempre foram formas de reprodução que demandaram políticas públicas estatais de incentivo por parte do governo federal, ao passo que são responsáveis por produtos de exportação.

As rugosidades do Sistema de Interação Social compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas: as rugosidades casas antigas (casa antiga de Ferreira, casa antiga de Pertile e casa de antiga de Davi Fontoura de Barcellos); as rugosidades escolas (Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição, Escola Municipal de Ensino

Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile e Escola de Educação Infantil Sítio Encantado); as rugosidades igrejas (Igreja Capela Sagrada Família e Igreja Santo André); a rugosidade salão de baile (salão Boa Amizade); as rugosidades tapera, uma na localidade de Pertile, outra na localidade de Três Vendas e outra na localidade de Capané; e a rugosidade cemitérios familiares, dois no distrito de Bosque e um no distrito de Três Vendas.

As rugosidades do Sistema de Interação Social mostram o cotidiano da vida rural. Elas assumem valor no espaço à medida que representam o gênero de vida de um grupo social, o qual realiza atividades de convívio social e para isso cria marcas de representação simbólica que se perpetuam no tempo e no espaço.

As rugosidades são produzidas pela ação do homem ao longo dos tempos ao se reproduzir no espaço. Portanto, ao mesmo tempo em que o homem se reproduz ele cria espaço.

Ao analisar o contexto de criação e permanência das rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul, fica evidente que o fator econômico não é condição necessária para a produção da rugosidade. Ele é um condicionante a sua produção, pois a mudança no sistema produtivo não é condição preponderante à extinção da rugosidade, pois se o fator econômico fosse determinante nas relações de reprodução não existiriam rugosidades. Para a configuração de uma rugosidade é necessário uma complexidade de relações para viabilizar a materialidade da forma criada, esses rearranjos são determinados pelos agentes de transformação do espaço como o Estado, o capital e o pequeno capital, sendo o último representado pelo grupo social ali inserido.

As rugosidades criadas mais recentemente na paisagem rural municipal apresentam maior dinamismo e novas ressignificações, demandadas pelas novas necessidades da população rural ao se reproduzir. Assim, acredita-se que a comunidade cachoeirense precisa conhecer e reconhecer suas heranças espaciais, as rugosidades, mostrando as belezas e potencialidades das formas criadas pelos seus antepassados que em nada perdem para as criadas em outros municípios, países, etc., as quais devem ser difundidas em todo o território do Rio Grande do Sul, através de políticas municipais, dando visibilidade à riqueza das formas criadas e potencializando-as como fonte de desenvolvimento socioeconômico municipal.

As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Rugosidade, Paisagem, Patrimônio Cultural.

REFERÊNCIAS

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DAVID, C. de. “O campo se fez tapera...”: as paisagens do abandono no espaço rural sul-riograndense. *In* PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Malha Municipal. 2010. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em 17 de março do 2016.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: CORREA R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Editora Hecitec, 1978.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Lá vem o Brasil descendo a ladeira¹: desafios da preservação do patrimônio cultural de Salvador

*Here comes Brazil going down the slope:
challenges for preserving Salvador's cultural heritage*

MAGALDI, Cassia Regina Carvalho de (1); ANDRADE, Paula Rodrigues de (2)

(1) Doutora em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Docente na Universidade Católica de Santos, cassiarcm@uol.com.br ;

(2) Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Docente na Universidade Paulista, arq.paulandrade@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A paisagem cultural deve ser reconhecida como um conjunto de tipologias e componentes construtivos que representam dinâmicas culturais e, do ponto de vista morfológico, estão vinculadas a conteúdos, significados e referências de pertencimento social. Do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é a relação praticada ao longo do tempo da apropriação dos seus espaços pela presença humana que se revela por formas específicas de uso referenciais e fruição social.

Neste texto vamos trazer o caso do centro antigo de Salvador e, mais especificamente, a questão atual dos Arcos da Ladeira da Conceição, que nos coloca temas importantes sobre a preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade, nos trazendo reflexões que surgem com frequência no debate entre estudiosos e especialistas da área. Os Arcos da Conceição representam, sem sombra de dúvidas, uma referência de paisagem que marca indelevelmente o perfil histórico da cidade de Salvador, reconhecido em valores e suportes da construção do cenário e do perfil da cidade desde a sua construção e posterior apropriação social e cultural.

A arquitetura do centro histórico de Salvador oferece, por meio de formas características de cada época, uma leitura rica e instigante do processo de transformação da cidade. Nesse contexto, os imóveis remanescentes dos séculos passados, ainda que com inserções construtivas posteriores, fornecem uma gama imensa de dados construtivos, perfeitamente coordenados, que determinam uma conformação urbana de características peculiares, contidas na simplicidade e hierarquia dos seus volumes construídos. São pistas que sugerem a possibilidade do encontro com um certo espírito de invenção que constituiria uma arquitetura regionalizada.

O núcleo inicial da cidade de Salvador, fixado no alto da escarpa do morro, ao se derramar pelas encostas fez surgir ladeiras e rampas cujos pavimentos e desenho com valetas centrais, devidamente concebidas para o escoamento das águas da chuva, apresentam-se semelhantes aos conjuntos urbanos do litoral português. As casas geminadas justapõem-se conformando as ruas, que apresentam um movimento singular

¹ Frase do músico João Gilberto (1931-2019) que serviu de título à música de Moraes Moreira e ao seu álbum de 1979.

de concordância entre retas e curvas, determinado pela necessidade de adaptação às condições geográficas locais.

As históricas ladeiras que interligam a Cidade Baixa com a Cidade Alta de Salvador, vêm sofrendo intervenções que nos fornecem um caldo rico para reflexões em diversos campos do conhecimento. Debates como a intensificação das relações entre patrimônio e mercado, mais especificamente o turismo, que acabam por promover o rompimento de laços do cotidiano e da vivência social,

tornando-se 'processos de patrimonialização' promotores da homogeneização urbana, eliminando as singularidades locais de cada espaço urbano, para enquadrá-los em um padrão mundial, investidos pelo capital e fetichizados para o fluxo do turismo estrangeiro e nacional. (CORRÊA, 2012, p. 77).

As intervenções atuais nos comovem à reflexão de temas caros à preservação do patrimônio cultural da cidade, chamando-nos ao debate sobre os usos sociais dos bens culturais, a formulação de políticas de salvaguarda, assim como a necessária revisão de métodos de identificação, atribuição de valor e instrumentos de preservação que abarquem sua diversidade de suportes e sentidos.

As ladeiras, que fazem a transição da Cidade Alta para a Cidade Baixa, são parte de um conjunto que ficou de certa maneira de fora dos projetos de "revitalização" empreendidos pelo poder público nos anos 70 e 90 do século passado, o que conservou a população local e suas atividades até então. O descaso do poder público por essa região, apesar da conseqüente decadência material, manteve até certo ponto os habitantes que ali estão há décadas e preservou a cultura local.

Em 2015, a região das ladeiras voltou a ser alvo das discussões, quando alguns casarões deteriorados e ocupados por uma população de baixa renda foram demolidos no que aparentou ser mais um processo de higienização e gentrificação da área visando interesses de exploração para fins turísticos. Deslizamentos por conta das chuvas e edificações condenadas foram a justificativa do poder público para demolir um total de 31 imóveis, em sua maioria edifícios do séc. XIX, o que causou tensão e revolta na população residente que teme sua expulsão, assim como, entre a comunidade de arquitetos e urbanistas, artistas e movimentos sociais da Bahia (OLIVEIRA, 2015). Os Arcos da Ladeira da Conceição são exemplo desse conflito entre instituições de preservação, poder público e moradores dos locais onde os patrimônios acontecem.

O conjunto construído, que é identificado como patrimônio da cidade e da humanidade há décadas, foi reconhecido e tombado principalmente por conta da sua materialidade, por sua participação na paisagem construída, enquanto conjunto arquitetônico. A história da ocupação dessas estruturas pelas pessoas, a cultura local que foi constituída através da comunidade e de sua relação com a cidade não foi pauta do debate patrimonial na época e agora essas questões vêm à tona um pouco sem sabermos onde está essa pauta, se na questão da preservação, da habitação, do planejamento, do turismo, da cultura etc.

Identificamos neste caso, mais uma vez, o estímulo da prática duvidosa que utiliza o uso cultural do patrimônio privilegiando o turismo e o turista que consome produtos culturais de forma efêmera, cuja experiência vai ser somente um "recorte da vida", ao contrário de estarmos trabalhando para garantir a preservação dos valores daquele para quem a cultura é vivida, está incorporada, faz parte do cotidiano, do habitante. (MENESES, 2009).

O enfoque da paisagem cultural permite a interculturalização material e imaterial, entendendo-a como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico. Permite a compreensão de práticas culturais em estreita interdependência com as materialidades produzidas e com as formas e saberes sociais e culturais.

Nesse sentido, Lia Motta nos acrescenta sobre a importância da identificação e valorização do patrimônio como *referência cultural*, defendendo nos situarmos mais próximos da definição da Constituição de 1988 (art. 216), o que implica uma ação mais abrangente de preservação no âmbito das cidades e promove a preservação da *memória social* (MOTTA, 2017 apud HALBWACHS, 1990).

Também nessa linha, Márcia Chuva sugere que “os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele” e que os instrumentos de salvaguarda e proteção devem ser variados a depender do tipo do bem cultural. Chuva ainda indicou que para “desenhar uma perspectiva integradora” é preciso identificar na disputa da atribuição de valores quais os sujeitos que estão sendo privilegiados nas políticas públicas a fim de evitar processos de gentrificação (2012, p. 263).

Neste ponto as perspectivas atuais não são muito otimistas, tendo em vista a emergência de governos neoliberais desenvolvimentistas que privilegiam as classes mais altas e implantam projetos que priorizam o valor de mercado através da exploração turística. Alexandre Corrêa (2012) enfatiza que este movimento no sentido da turistificação dos grandes centros é uma tendência recorrente e que vem promovendo um processo de desenraizamento sociocultural,

destruindo os antigos laços da sociabilidade autêntica, ainda manifestos nessas regiões históricas, lançando esses grupos e indivíduos na pauperização mais cruel, assim que a moda do consumo desses espaços sociais revitalizados forem abandonados novamente, pelas classes médias [...] O signo da mercadoria se cristaliza invadindo todos os domínios do conhecimento, emoldurando os novos parques temáticos do “admirável mundo novo” do passado, tornados agora atrações turísticas espetaculares. Na atualidade, os processos de *gentrification* que se observa desenvolver no país e no continente, replica o que já ocorre em vários outros países ocidentais. É o reflexo do processo de intensificação de confinamento e da marginalização multiculturalista dos grupos dos imigrantes, desempregados, excluídos e de todas as minorias raciais ou étnicas hóspedes dos Centros antigos das grandes cidades. (CORRÊA, 2012, p. 79).

No entanto, sem perder a esperança, vimos que no caso dos Arcos da Conceição a mobilização popular se coloca como resistência e luta, tendo um papel fundamental no reconhecimento e na preservação desse bem cultural tão caro aos soteropolitanos. Em alguns casos, inclusive na cidade de Salvador, movimentos de preservação até conquistaram a alteração de alguns projetos. A luta por processos mais democráticos e inclusivos deve continuar, apesar e principalmente, quando estamos diante de um cenário de políticas excludentes.

Os Arcos da Ladeira da Conceição, ou Arcos da Montanha, estão enquadrados nas especificações de sítios que apresentam tanto qualidades construtivas dignas de reconhecimento, quanto atributos culturais de valor excepcional, situação que pode ser resolvida como patrimônio cultural e reconhecido como patrimônio da humanidade.

A possibilidade da preservação da presença dos artesãos e habitantes do Arcos da Conceição no sentido de buscar a sustentabilidade social e econômica, significa geração de trabalho e renda para esses moradores, fatores que garantem a permanência da vida no local e, portanto, proteção ao patrimônio cultural compreendido também a partir de suas práticas, usos, tradições e materialidades.

Para finalizar este resumo, é importante deixar claro que apenas tentamos sistematizar alguns dos aspectos e das temáticas que emergiram através da provocação de um estudo de caso. Certamente, deixamos escapar muitos outros pontos significativos acerca do tema apresentado, assim como o aprofundamento de algumas questões. Sem pretender esgotar nenhum assunto, pelo contrário, buscaremos aqui abrir o leque de temas e suas complexidades inerentes ao tema da preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade de Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: Salvador (BA), patrimônio histórico, paisagem cultural, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, 2011.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**, 2001. Tese (Doutorado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2001.
- _____. Novos dédalos da modernidade tardia: investimentos na socio técnica da cultura, do patrimônio e dos museus. In TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: _____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond/ IPHAN/Demu, 2007. p. 139-157. (Coleção museu, memória e Cidadania).
- _____. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- KÜHL, Beatriz M. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. Anais do Museu Paulista.v.12. Jan. -dez. 2004.
- LYRIO, A. O Coliseu e o Pelourinho têm o mesmo valor. **Correio**. Salvador, 10 de março de 2019. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-coliseu-e-o-pelourinho-tem-o-mesmo-valor-defende-diretora-da-unesco/> Acesso em: 04 jul. 2019.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN; SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais [...]** Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza & SOTRATTI, Marcelo (org.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017.
- NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira -SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

OLIVEIRA, Nelson. Por que Pessoas Estão Ficando Desabrigadas e Casarões Estão Sendo Demolidos no Centro de Salvador? **Vice**, Salvador, 29 Junho 2015
https://www.vice.com/pt_br/article/ezgqwk/por-que-pessoas-estao-ficando-desabrigadas-e-casares-estao-sendo-demolidos-no-centro-de-salvador. Acesso em 02 maio 2019.

RUBINO, Silvana. Políticas de enobrecimento. In: Fortuna, Carlos & Leite, Rogério Proença. **Plural de cidades**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Almedina, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. Salvador: patrimônio como insumo do lazer urbano. In: _____. **A cidade-atração**. A norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA/ PPGAU FAU UFBA, 2017.

SANTOS, Milton. Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade de Salvador. **Boletim Paulista de Geografia** nº 32, jul. de 1959.

SANTOS, Gil. Arcos da Ladeira da Conceição da Praia começam a ser reformados. **Correio**, 12 de junho de 2019 <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/arcos-da-ladeira-da-conceicao-da-praia-comecam-a-ser-reformados/>. Acesso em 09 jul. 2019.

TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

Mapeamento e análise dos imóveis inventariados de Cachoeira do Sul (RS)

*Mapping and analysis of inventoried properties in Cachoeira do Sul
(RS, Brazil)*

PAHIM, Raquel Tatsch de Figueiredo (1); MAZUIM, Bruno da Silva (2); LEAL, Geanny Bañolas (3); PEREIRA FILHO, Rodrigo (4); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (5)

(1) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
rpahim@hotmail.com ;

(2) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
brunomazuim@gmail.com ;

(3) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
geannybanolas@hotmail.com ;

(4) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
rodrigopf118@hotmail.com ;

(5) Professora Doutora, Universidade Federal de Santa Maria – Cachoeira do Sul,
barbara.giaccom@ufsm.br .

RESUMO EXPANDIDO

Cachoeira do Sul é um dos municípios mais antigos do estado do Rio Grande do Sul: é o quinto em idade, com fundação datada em 1819. Sua malha urbana foi estabelecida nos moldes portugueses, com destaque à catedral religiosa; expande-se ao norte do Rio Jacuí, que banha a cidade, criando um espaço urbano rico em história, que se conta através de suas edificações que resistem ao tempo. Entretanto, mesmo em uma cidade que vislumbra tal valor cultural, com destaque a sua arquitetura, permeia o aparente descaso com a memória, advindo da ignorância com sua história, o que configura o quadro atual de descuido com a maioria das edificações presentes no inventário cachoeirense.

Além disso, o assunto também se torna pertinente já que parte dos moradores da cidade veem as edificações históricas como um “atraso” para o desenvolvimento urbano de Cachoeira do Sul. Um exemplo recente é o da “Casa 500”, que foi comprada para ser quase que totalmente demolida para a construção de um edifício de sete pavimentos em uma das áreas mais antigas da cidade, sem que haja respeito ao patrimônio como monumento isolado ou mesmo ao sítio em que se encontra, visto que próximo a este local existem inúmeras edificações inventariadas, muitas delas retratadas como cartões postais do município. Observa-se também, que muitas das edificações são simplesmente abandonadas por seus proprietários por não poderem fazer muitas modificações, já que são inventariadas. Esse tipo de pensamento se dá não pela falta de sensibilidade da população cachoeirense, mas por falta de informação que não é facilmente acessada.

Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa Sistemas Urbanos e Regionais – GPSUR, UFSM-CS.

O inventário de Cachoeira do Sul foi realizado pela arquiteta e urbanista Cristine Eskeff Coelho, em 1989. Na época, este foi um grande feito para a cidade, que contribuiu para conferir, em 1994, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul, pelo inventário, tombamento e restauração de bens culturais do município.

O desenvolvimento do Livro de Inventário enfrentou dificuldades, principalmente devido à falta de recursos, tendo sido a arquiteta a única profissional técnica atuante no processo. O inventário começou pelas edificações localizadas nas proximidades do Rio Jacuí, que é a área onde cidade começou a se desenvolver, e seguiu em direção à zona norte do município. As edificações escolhidas pela arquiteta são predominantemente ecléticas e possuem importância cultural na cidade. Apesar da abrangência inicialmente satisfatória do inventário de Cachoeira do Sul, uma análise atual evidencia sua desatualização, bem como a falta de informações, o que acaba também “enfraquecendo” a tentativa da preservação desses bens.

Em se tratando de informação espacial, o geoprocessamento, segundo Câmara et al. (2004), denota a disciplina que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica. Esta disciplina vem influenciando de maneira crescente as áreas de cartografia, análise de recursos naturais, transportes, comunicações, energia e planejamento urbano e regional. As ferramentas computacionais para geoprocessamento, chamadas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados. Além disso, possibilitam automatizar a produção de documentos cartográficos.

Neste contexto, e apoiando-se em recursos tecnológicos atualmente disponíveis, este trabalho explora a importância de se lembrar e manter viva a história de um local e sua comunidade. Aplicam-se tecnologias dos SIGs para facilitar a disseminação de informações relativas ao patrimônio cultural.

Iniciativas semelhantes são observadas em diversas cidades que já utilizam esse sistema para inúmeras aplicações. Por exemplo, na cidade de Cabo Frio (RJ) foi criado um aplicativo para *smartphones* que mapeia e contém informações sobre o patrimônio histórico-cultural do município, além de informar rotas para visitação (MUNDOGEO, 2018). Ferla et al. (2016) sistematizam dados sobre patrimônio arqueológico e cultural no município de Guarulhos (SP). Moura (2008) propõe a aplicação dos recursos de geoprocessamento em duas etapas da análise urbana em Ouro Preto (MG): no planejamento e na gestão.

Portanto, este trabalho tem como objetivo mapear os imóveis inventariados, em 1989, de Cachoeira do Sul, localizados na área urbana do município, ponderando acerca dos atuais usos atribuídos às edificações e seu estado de preservação. A intenção desse trabalho, além de analisar a distribuição espacial do patrimônio cultural da cidade, é buscar a relação entre o uso e o estado de preservação dessas edificações, apoiando-se, inclusive em análises estatísticas.

A obtenção dos dados se deu a partir pesquisas em campo, por meio de imagens digitais obtidas por satélite e disponibilizadas pela plataforma *Google Earth*, assim como por consulta ao livro do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. As informações obtidas acerca das edificações foram sistematizadas em um banco de dados espacial em ambiente SIG, utilizando o *software* ArcGis v.10.6 (ESRI, 2018) e base cadastral georreferenciada do município de Cachoeira do Sul. O mapeamento

contemplou as edificações que ainda são inventariadas, já que algumas foram demolidas ou desinventariadas.

No mapa da Figura 1, é possível observar que as edificações inventariadas estão próximas e em um “eixo principal”. Da mesma forma, percebe-se que este levantamento é interrompido em certa altura do recorte, pois quando o inventário municipal foi elaborado (i.e., em 1989), as edificações de estilo *Art Déco* – bastante presentes na cidade – ainda eram relativamente recentes, visto que eram estilos predominantes do período de maior expansão territorial da cidade.

Sobre a questão da abrangência do patrimônio arquitetônico, Castriota (2007, p.16) argumenta que sua concepção inicial, ainda muito presa à ideia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada ao longo do século XX: “tanto o conceito de arquitetura, quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente”. Assim como “vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros [...] aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado” (CASTRIOTA, 2007, p.16).

Originalmente, faziam parte do inventário 123 edificações rurais e urbanas; destas, 27 foram desinventariadas; 13 são rurais e 83 são urbanas e continuam fazendo parte do inventário; as edificações urbanas são as que compõem o recorte analisado. Com isso, é possível perceber que o número de edificações inventariadas ocupa uma pequena parcela em relação ao restante da cidade, mas, ao analisar o município como um todo, é nítido que existem muitos imóveis antigos e relevantes para a sociedade e que não fazem parte do inventário.

Partindo-se do mapeamento das edificações inventariadas localizadas na área urbana de Cachoeira do Sul, o objetivo do trabalho é analisar os usos atuais dessas edificações e relacionar tais informações com seu estado de preservação.

Para análise do uso das edificações inventariadas, foram mapeadas informações obtidas por meio de pesquisa em campo e de imagens disponibilizadas pela plataforma *Google* (i.e., imagens orbitais do *Google Maps* e cenas no nível do solo do *Google Streetview*). Os usos foram atribuídos conforme doze categorias distintas, a saber: usos institucionais: civil, militar, cultural e de lazer, de assistência e saúde, religioso, educacional; infraestrutura; cemitério; comercial e serviços; residencial unifamiliar e multifamiliar; e misto (que abrange edificações possuem mais de um uso). O critério utilizado para aplicar esta classificação foi sobre seu uso atual do período realizado a pesquisa – dezembro de 2018.

Estatisticamente, o recorte apresenta uma maioria de edificações destinadas a comércio e serviços (26), seguido pelos usos residenciais (22), além do misto (5), que engloba ambos usos. As demais edificações variam entre menor número de usos atribuídos (de 1 a 6).

Nas principais ruas da cidade, é predominante o uso comercial dos imóveis, enquanto que os residenciais estão distribuídos, principalmente, nas ruas adjacentes às principais e na parte mais antiga do perímetro urbano, havendo exceções em áreas mais afastadas.

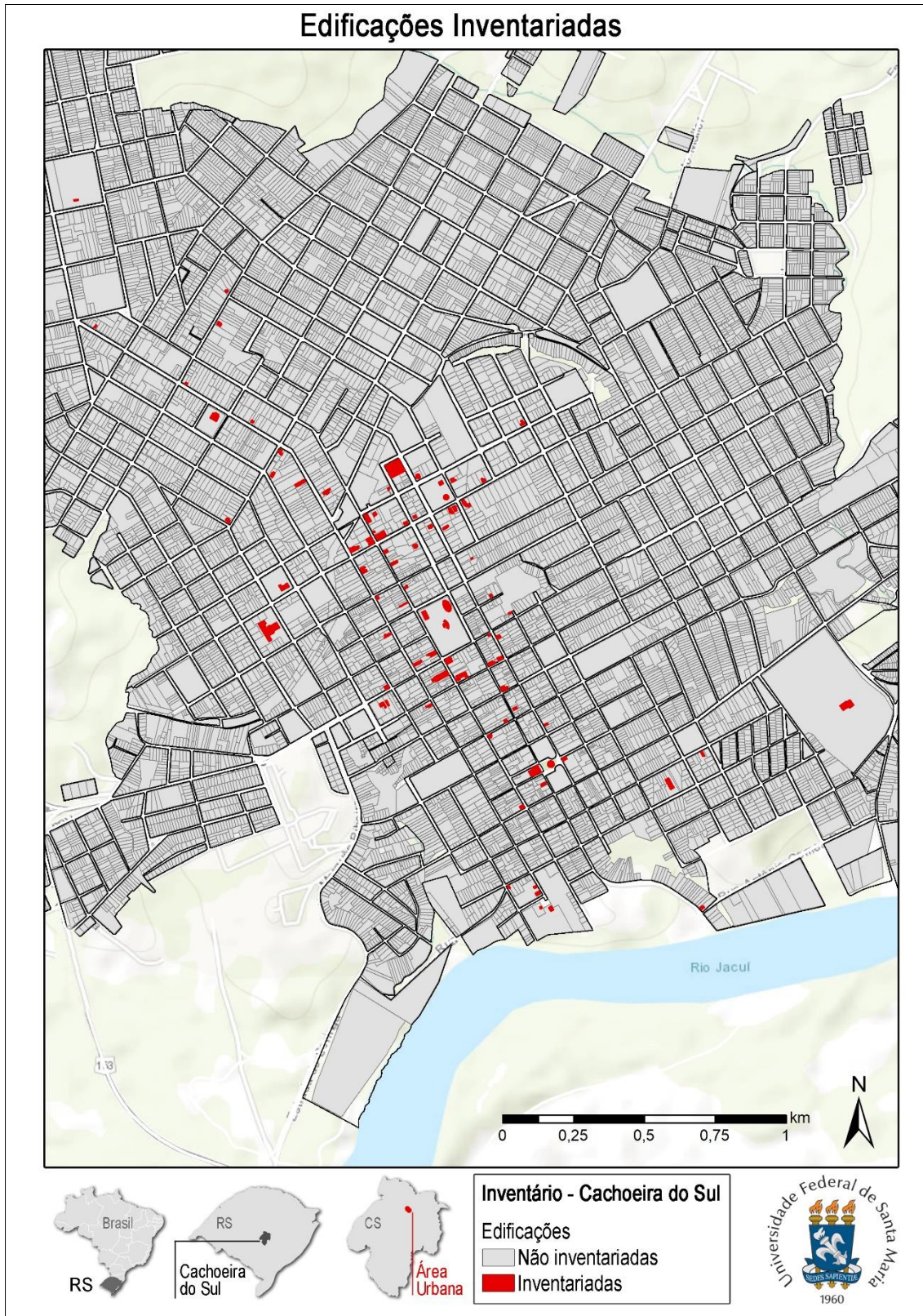


Figura 1 - Mapeamento das edificações inventariadas, Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: autores (2018).

É pertinente pontuar que entre as edificações inventariadas, existem usos diferenciados, como, por exemplo, dois pórticos de cemitério em áreas opostas do recorte espacial em análise, assim como com função de infraestrutura, categoria de uso atribuída aos reservatórios de água. Além disso, destaca-se também o número relativamente alto de edificações que se encontram sem uso (6).

A partir do mapeamento dos usos das edificações, analisou-se o estado de preservação atual dos imóveis inventariados, a partir de três atribuições classificatórias, apresentadas como: em ruína, em estado regular e preservado. As informações foram obtidas por meio de pesquisa em campo, principalmente, e com suporte de imagens de satélites atuais (i.e., disponibilizadas pela plataforma GoogleEarth). O critério de classificação leva em consideração o que se julgou necessário em seu estado geral de conservação, sem considerar estudos de teóricos do patrimônio acerca do assunto.

Neste trabalho, estabeleceu-se que as edificações em ruínas são aquelas que estão completamente deterioradas, na iminência de desabamento, oferecendo risco para sua estrutura, a possíveis usuários e ao entorno imediato. As regulares são as edificações que apresentam plenas condições de uso, porém necessitam de maior atenção quanto à estética e à estrutura do que as edificações consideradas preservadas. Estas, por sua vez, consistem nas edificações que estão em bom estado geral, porém algumas podem apresentar a necessidade de pequenos reparos, possuindo pichações, por exemplo.

O mapa da Figura 2 apresenta as edificações inventariadas classificadas por estado de conservação. Foram identificadas três edificações em ruínas, dentre elas, a Casa da Aldeia e o Cine-teatro Coliseu, que são obras ícones da cidade, tombadas a nível municipal e que se encontram em total descaso quanto a cuidados que deveriam ter sido tomados anteriormente, de modo que, hoje em dia, as edificações sofrem as consequências deste abandono. A Casa da Aldeia encontra-se apoiada por estacas de madeira como medida paliativa contra o desabamento. O Cine-teatro Coliseu não possui manutenção estrutural, estando, há anos, abandonado; dada sua localização em região central da cidade, por não contar com manutenção mínima, oferece risco ao grande fluxo de pedestre que transita pelo passeio em sua fachada.

Quanto às demais edificações pertencentes ao recorte analisado, a grande maioria encontra-se preservada (59), de acordo com os critérios adotados, enquanto outros 21 imóveis estão em estado regular. Logo, o inventário apresenta um quadro de relativo bom estado de preservação, porém que ainda necessita de atenção para que atinja melhores aspectos gerais.

Os mapas das Figuras 2 e 3 permitem extrair informações importantes e relacionar análises. Fica evidente que apenas as edificações que se enquadram dentro dos usos institucional militar, religioso e assistência e saúde encontram-se preservadas. Dos 26 imóveis de comércio e serviços, 92,3% estão preservados; esta tipologia de uso é a que possui maior número de edificações nessa categoria de estado de preservação. Na sequência, estão as residências unifamiliares, também com 92,3% do seu total de 22 imóveis na categoria de edificações preservadas.

Na classificação das edificações regulares, há predomínio de imóveis destinados a comércio e serviços, seguido por residências unifamiliares, como observado na análise anterior. Destaca-se, neste critério, grande número de edificações que não possuem nenhum uso, sendo este número maior, inclusive, do que a quantidade de edificações que servem de cultura e lazer. Por fim, as edificações em ruínas encontram-se todas sem uso, visto que não oferecem condições de adequadas de utilização aos diversos fins.

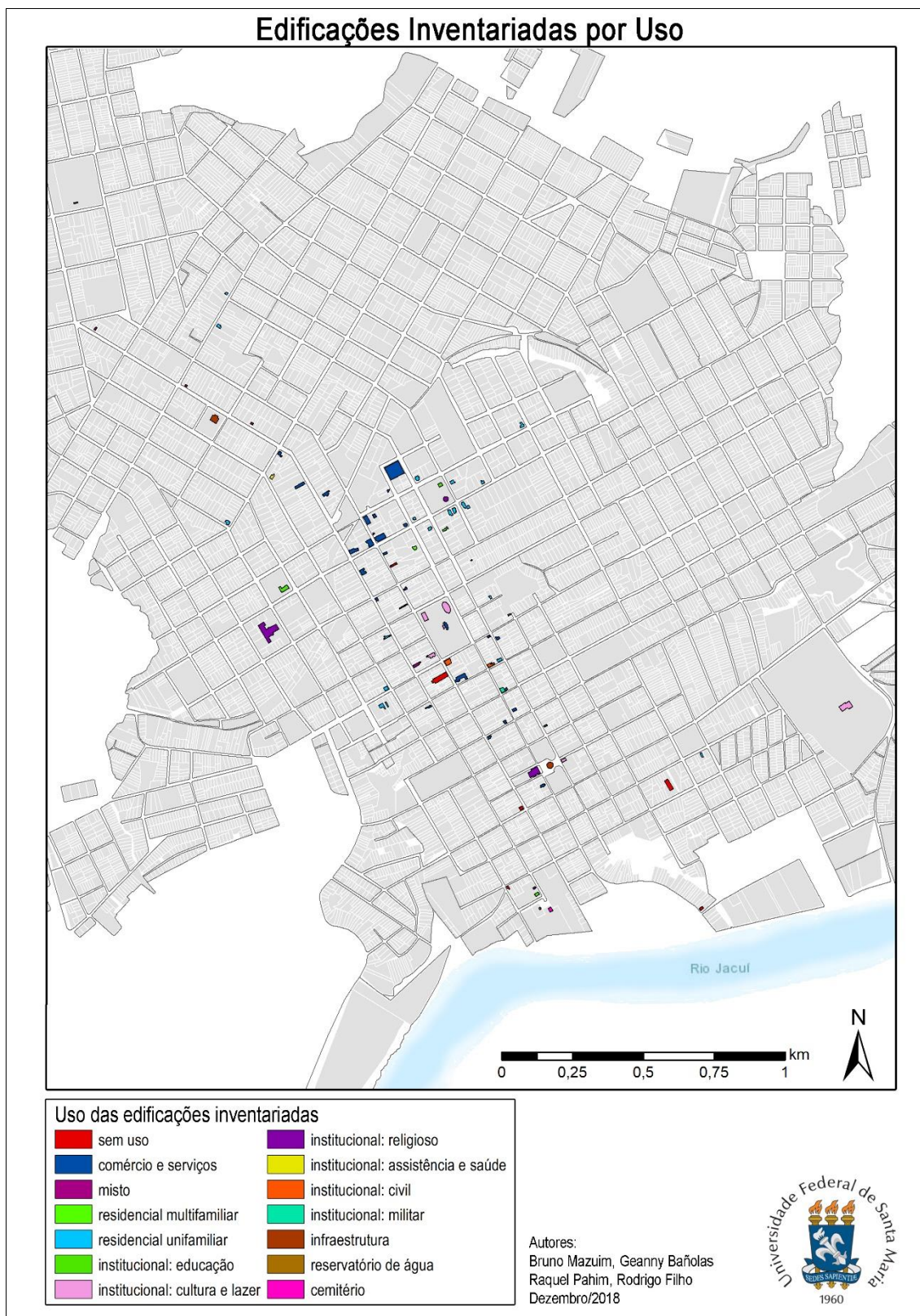


Figura 2 - Mapeamento das edificações inventariadas de acordo com seu uso, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

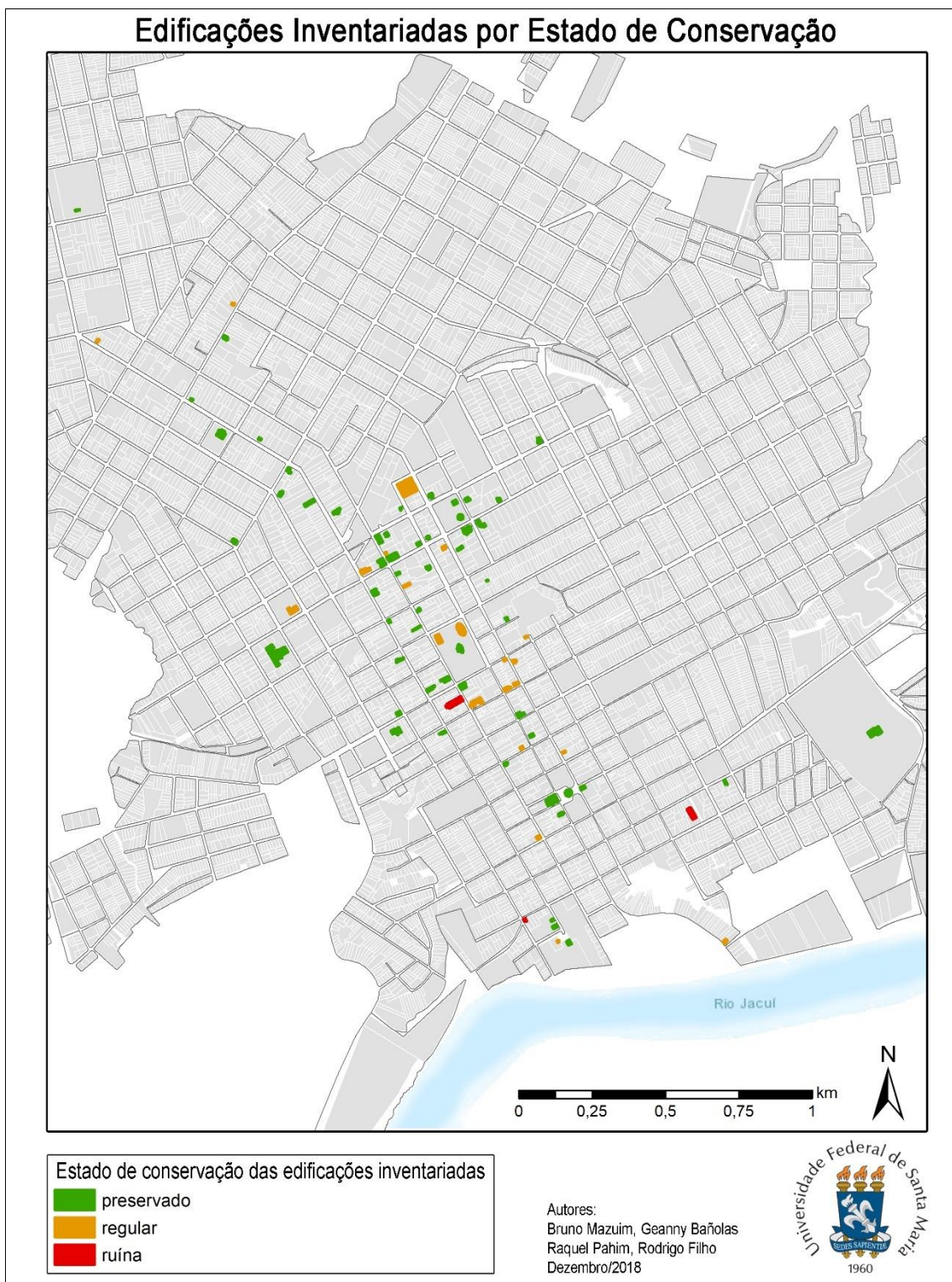


Figura 3 - Mapeamento das edificações inventariadas de acordo com seu estado de preservação, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

A análise dos mapas gerados possibilita concluir que as edificações de uso comercial são, em geral, mais conservadas que as demais. Isso provavelmente se dá por serem

utilizadas pelo público e com maior frequência, sendo que a “aparência” é um ponto atrativo e essencial para o mercado. Além disso, as de uso institucional religioso estão, em sua totalidade, bem preservadas, já que a responsabilidade da manutenção é de suas distintas comunidades, que zelam pela conservação dos bens.

Um ponto muito relevante a ser analisado é a relação da Prefeitura Municipal com as edificações inventariadas da cidade. A análise dos mapas de uso e estado de preservação evidencia que as edificações sob cuidado do órgão, em sua maioria, são bem preservadas e vêm recebendo reformas e restauros há algum tempo, a exemplo do Paço Municipal (atualmente, Museu Municipal de Cachoeira do Sul), que foi completamente reformado recentemente, juntamente com o Chateau d’Eau. A única edificação que não recebeu tratamento ainda é a primeira caixa d’água da cidade, localizada próxima às instalações do Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul (HCB), o que nos leva a refletir se esta obra está esquecida na história.

No geral, a maior parte das edificações inventariadas está em um bom estado de conservação, porém isso não anula o fato de 28,9% desses imóveis estarem carecendo de algum tipo de cuidado para manter viva a história da cidade de Cachoeira do Sul. Neste ponto, é importante observar como o fator “tempo” pode agregar valor à arquitetura: com o passar dos anos, torna-se cada vez mais válida e necessária a possibilidade de aumentar a lista de inventário, abrangendo tanto a arquitetura moderna, quanto algumas edificações antigas que, na época, não possuíam tanto valor cultural quanto possuem hoje em dia.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, inventário, geoprocessamento, mapeamento.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. 2. ed. São José dos Campos, SP: INPE, 2004. Disponível em:

<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>. Acesso em: 9 dez. 2018.

CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.1, n.1, p.9-31, 2007.

COELHO E. C. **Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul - RS**. Rio Grande do Sul, 1989.

ESRI – ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE, INC. ArcGIS. Professional GIS for the desktop, v. 10.6. Redlands, EUA: ESRI, 2018.

FERLA, L.; OYAKAWA, K.O.; DINIZ, J.A.; FARIAS, O.G.C. Mapeamento SIG na Pesquisa e Inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos (PIPAG). **Rev. Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.26, p.84-94, 2016.

MOURA, A. C. M. Geoprocessamento na gestão do patrimônio histórico. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.2, n.2, p.127-147, 2008.

MUNDOGEO. Artigo: Geovisualização e geocolaboração do patrimônio histórico de Cabo Frio-RJ. **MundoGEO**. 2018. Disponível em: <https://mundogeo.com/blog/2018/11/21/artigo-geovisualizacao-e-geocolaboracao-do-patrimonio-historico-de-cabo-frio-rj/>. Acesso em: 09 dez. 2018.

Modernismo Paulista. A Arquitetura Moderna produzida no interior do Estado de São Paulo e sua difusão: Araraquara

*Modernism on São Paulo State. The Modernist Architecture produced on
São Paulo State and its spread: Araraquara*

OBICI, Beatriz Camargo (1); MASSERAN, Paulo Roberto (2)

(1) Graduando, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
bcobici@gmail.com ;

(2) Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
paulo.masseran@unesp.br .

RESUMO EXPANDIDO

A historiografia da arquitetura modernista brasileira sedimentada por autores como Bruand (2010), Goodwin (1943) e Mindlin (2000) enfatizou a produção arquitetônica dos grandes centros: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Contudo, a consolidação do movimento moderno ocorrida a partir da década de 50 coincidiu com o grande desenvolvimento econômico e cultural de muitas cidades e regiões do interior do Estado de São Paulo. Este fato foi plenamente apreensível ao analisar o montante da produção arquitetônica modernista destas cidades e regiões, difundida pelas grandes revistas especializadas que existiram no Brasil desde a década de 1930: *Acrópole (1938-1971)*, *a Habitat (1950-1965)*, *a AD – Arquitetura e Decoração (1953-1957)*, *a Brasil Arquitetura Contemporânea – BAC (1953-1958)*, *a Módulo (1955/1965-1975/1986)* e *a Revista Politécnica (1904-1954)*.

Desde o início de suas atividades, este ramo da imprensa periódica brasileira foi fundamental nos rumos das mudanças que aconteciam no campo intelectual e arquitetônico, principalmente nos anos 1950, pois se configuravam como espaços privilegiados dirigidos por grandes nomes das artes e do ramo, de produção e difusão de conteúdos críticos, estéticos e profissionais, além de debates arquitetônicos do período, locais ou internacionais. (DEDECCA, 2012; MASSERAN, 2011)

Após o levantamento e leitura dos exemplares disponibilizados online pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>) e dos exemplares encontrados nas bibliotecas da UNESP, FAU-USP, IAU-USP e UNICAMP, publicados dentro do espaço temporal definido pela pesquisa, das décadas de 1930 a 1970, foi feita a sistematização das informações coletadas das publicações sobre obras projetadas no interior paulista, o que gerou um mapa de distribuição quantitativa de obras por Município do Estado (Figura 1) e várias tabelas de relação entre cidades, ano, arquitetos, tipologias e dados dos periódicos.

A partir destes materiais gráficos gerados, foi possível inferir regiões do Estado de São Paulo em que houve maior disseminação de projetos Modernistas: a região metropolitana de São Paulo; o litoral paulista com Santos, São Vicente e Guarujá; o Vale do Paraíba; as regiões de Campinas, Sorocaba e Piracicaba; as regiões periféricas de

Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e a macrorregião de Bauru expandida a Botucatu, Araraquara e Marília.

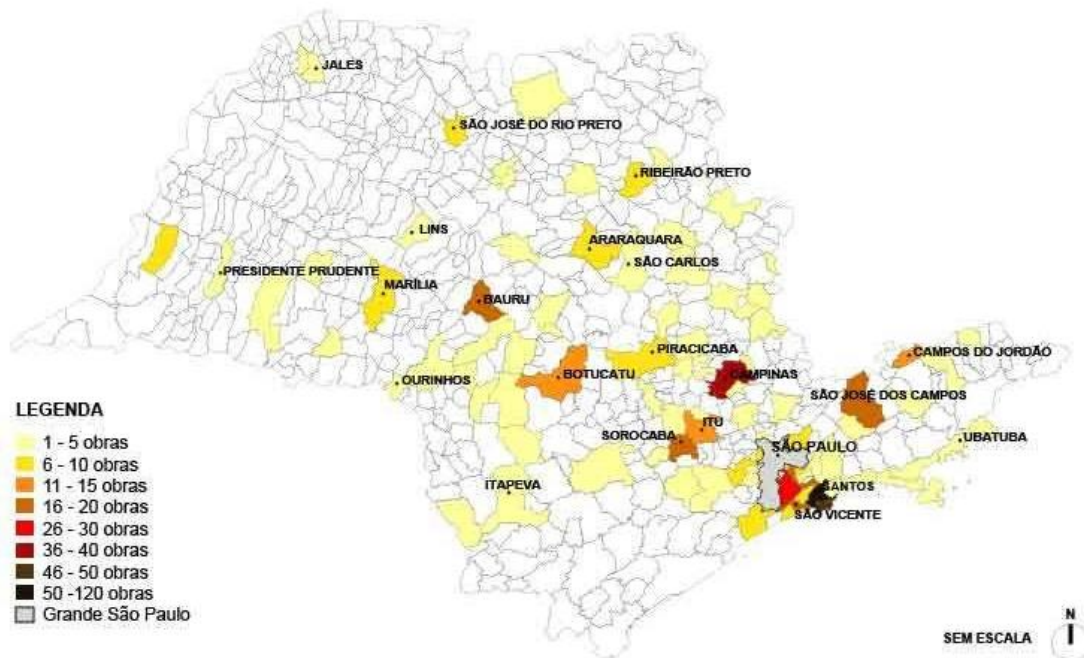


Figura 1 - Mapa de quantidade de obras por cidade. Fonte: elaborado pelos autores.

A ordem de influência do novo estilo segue a história de desenvolvimento da época, seguindo em direção Oeste do Estado, assim como aconteceu com a cafeicultura e sua interiorização. Desta forma, a ocorrência considerável de obras Modernistas na região chamada Depressão Periférica, compreendida por Bauru, Marília, Botucatu, Jahu e Araraquara, pode ser relacionada ao movimento crescente de desenvolvimento e urbanização das cidades que ela compreende.

Ao analisar as tabelas feitas após o levantamento das obras do interior do Estado de São Paulo publicadas pelos periódicos, foi possível inferir que a maior produção se deu em dois períodos: entre os anos de 1939 a 1947 e entre 1952 a 1962. Porém, dos projetos interioranos divulgados nas publicações, até a década de 1950 a produção seguia, em sua maioria, os estilos tradicionais que vinham sendo usados de inspiração até então: Eclético, Neoclássico, Art Déco. O movimento modernista começa a ser mais divulgado a partir da segunda metade da década de 40 e é a partir da década de 50 que se observa uma mudança significativa no estilo das obras do interior paulista divulgadas nas revistas.

É nesta mesma década (50) que ocorreram eventos muito importantes para a consolidação do Movimento Modernista e sua aceitação e divulgação em escala nacional e internacional: a inauguração de dois grandes museus (Museu de Arte de São Paulo e o Museu de Arte Moderna) em São Paulo, cidade que já se configurava como um grande polo propagador de ideais desde a exposição de Anita Malfatti, em 1917, e a Semana de Arte Moderna, em 1922; e a ocorrência de exposições de artes, dentre as quais se ressalta a I Bienal de Artes, em 1951, e, paralelamente, a I Exposição Internacional de Arquitetura. (MASSERAN, 2014)

Além da efervescência ideológica que circulava pelo Estado e dos eventos culturais, houve a retomada de crescimento e a intensa industrialização das cidades do interior

paulista a partir da década de 50, o que pode justificar o crescente número de projetos noticiado pelas revistas.

Enquanto isso, em Araraquara, a dinâmica do café mantinha ligações essenciais com a indústria, o comércio e o desenvolvimento local até meados de 1930, quando como em efeito dominó, aconteceu o desaparecimento de grande parte das pequenas indústrias que haviam se estabelecido até então, conforme a atividade cafeeira se desestruturava. A incidência de novos impostos de comercialização, o aumento dos custos de produção e a concorrência de produtos de outras regiões também contribuíram para a quebra do setor industrial. As que sobreviveram, reafirmaram seu mercado, como foi o caso de meias, tecidos, toalhas, serrarias, oficinas metalúrgicas e fábricas de móveis. Na agricultura, a cana de açúcar e o algodão despontam na economia regional. (BIZELLI, 1991 apud DONATO, 2014)

Entre 1940 e 1960, a retomada do crescimento industrial da região de Araraquara foi, principalmente, em decorrência da industrialização da agricultura local, da montagem de um parque industrial, e graças à influência da expansão regional da agroindústria, das empresas metalúrgicas e da indústria mecânica. Outras atividades indiretamente ligadas à agroindústria se desenvolveram no município entre as décadas de 1940 e 1950: têxtil, voltada para a produção de tecidos de algodão e linho; a indústria de produtos de alumínio e outros segmentos da indústria mecânica. (NEGRI, 1996 apud DONATO, 2014; BRANDÃO & TELAROLLI, 1998 apud DONATO, 2014)

Ao mesmo tempo em que se dava a forte implantação da agroindústria e dos distritos industriais entre as décadas de 1950 e 1970, mesmo período de consolidação do movimento Modernista, houve um aumento considerável na cidade de edifícios institucionais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Campus da UNESP, SENAI) e particulares (Hotel Eldorado Morada do Sol, Clube Araraquarense, além de obras escolares e núcleo de saúde, realizados pelo PAGE, o que traduz o crescimento do município na época. (DONATO, 2014)

A Tabela de obras em Araraquara divulgada pelos periódicos (Tabela 1), gerada pelos levantamentos da presente pesquisa, enfatizou a importância do município à época ao revelar a divulgação nos periódicos especializados de dez projetos locais e de autoria de grandes arquitetos, como João Walter Toscano, Rino Levi e Oswaldo Corrêa Gonçalves.

De modo a compreender melhor esta produção, foi feito um levantamento de campo minucioso no Arquivo Municipal em fichas de cadastro e relações de projetos aprovados da época, de onde resultaram, de forma resumida, quinze nomes finais de profissionais marcantes, de renome nacional e/ou local, o que possibilitou investigar a ligação entre território, projetos, estilos e autores.

Também foi feito um aprofundamento de publicações bibliográficas, trabalhos acadêmicos e de periódicos relacionados ao recorte territorial e temporal desta pesquisa (1930-1970), além de trabalhos críticos à historiografia tradicional da arquitetura moderna brasileira e depoimentos de arquitetos e engenheiros renomados da época formados pela Politécnica. Foi levado em consideração um artigo científico de registro e de salvaguarda do patrimônio de Araraquara, publicado no DOCOMOMO Brasil (SOBRINHO; SANTORO; NUSDEU, 1999).

Cidade	Arquitetos	Tipologia	Ano	Revista	Execução
Araraquara	Eng Boaventura Gravina	Residência de fazenda	?	Acrópole	Executado
Araraquara	Roberto Cerqueira Cesar, L R Carvalho Franco	Loteamento	?	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Luigi Villavecchio, Koiti Yamaguchi, José Pedro de Oliveira Costa	Cemitério	1969	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Oswaldo Corrêa Gonçalves e Eduardo Corona	Escola	1958	Habitat	Apenas projeto
Araraquara	Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e L R Carvalho Franco	Hospital Psiquiátrico	1962	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	João Walter Toscano	Faculdade	1967	Acrópole de 1967	Apenas projeto
Araraquara	João Walter Toscano, Massayoshi Kamimura	Faculdade	1968	Acrópole de 1968	Executado
Araraquara	Irineu de Moura	Residência	1952	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Luiz Contrucci e Carlos G. Lack	Edifício Lupo para hotel, lojas e cinema	1958	Revista Politécnica	Executado
Araraquara	João Walter Toscano	Hotel Morada do Sol	1967	Acrópole	Executado
ARARAQUARA - EXECUTADO					4
ARARAQUARA - APENAS PROJETO					6

Tabela 1 - Tabela de obras em Araraquara divulgadas pelos periódicos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Foram encontrados documentos gráficos de projetos publicados pelas revistas ou registrados pela bibliografia corrente (artigos e publicações), mas também vários projetos inéditos que utilizavam de forma interessante a linguagem Modernista no período compreendido entre 1950 e 1970, como é o caso da Sede do Tiro de Guerra n.6 (Figura 2), de autoria de Paulo Barbieri e Pedro Reinaldo Morábito, de 1969.

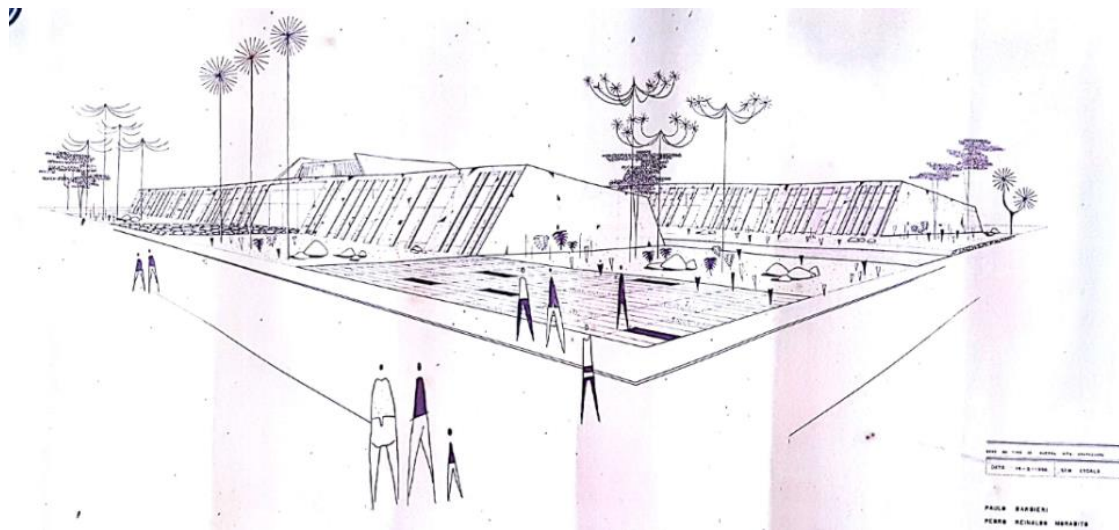


Figura 2 - Perspectiva da Sede do Tiro de Guerra n.6. Fonte: acervo dos autores.

Da análise limitada aos quinze nomes, pode-se concluir a existência de uma relação interior-capital e a troca de informações e oportunidades por meio de uma rede de relações sociais, uma vez que se confirma a formação e atuação de arquitetos e engenheiros araraquenses em São Paulo e Rio de Janeiro e de paulistanos em Araraquara, além das parcerias e entrosamento com nomes que já tinham reconhecimento nacional, o que pode ter sido estreitado pela carreira política que muitos deles exerciam paralelamente à carreira arquitetônica, pela atividade em universidades como a FAU-USP ou em órgãos como DER-SP.

O trabalho revelou-se, portanto, como uma possibilidade de verificar algo diferente da historiografia corrente sobre o movimento modernista no Brasil, que sempre parte do foco centrado nas capitais do sudeste brasileiro, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e entende as obras construídas nos territórios interiores como uma manifestação secundária e tributária das grandes obras centrais, edificadas nas grandes cidades.

A partir do início da investigação, tendo como fontes as revistas de arquitetura, polos difusores das concepções arquitetônicas, objetivando a compreensão da produção realizada nas cidades interiores do Estado de São Paulo, foi-se revelando um quadro que antepara a historiografia do modernismo das grandes cidades a uma vasta produção levada à cabo nas cidades médias e pequenas, tão interessante dos pontos de vista estético e construtivo quanto a arquitetura metropolitana e, talvez, mais numerosa em números totais.

Ao sair das revistas e ir a campo, nas cidades, nos arquivos locais, nas ruas, foi possível encontrar ainda maior número de obras que trazem os caracteres e a essência do modernismo brasileiro, algumas vezes acomodando-se às peculiaridades locais, e outras, tornando-se objetos de estímulo à transformação regional.

Outra chave revelada pela pesquisa foi o processo de interiorização do desenvolvimento, da busca de novas bases econômicas, seja na agropecuária, seja na indústria, o que denota um projeto político de consolidação econômica e política do território nacional. No campo da arquitetura e da construção, a pesquisa mostrou outro elemento a ser melhor investigado: uma trama de relações entre profissionais arquitetos, engenheiros, construtores, empresas construtoras e as instituições governamentais em

suas três instâncias: municipal, estadual e federal. Relações que implicam em deslocamentos e trocas de saberes que ainda necessitam estudos mais apurados.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura modernista, modernismo no Brasil, interior do Estado de São Paulo, preservação do patrimônio arquitetônico modernista.

REFERÊNCIAS

ACRÓPOLE: ARQUITETURA, URBANISMO E DECORAÇÃO. São Paulo: Editora Gruenwald Ltda. 1938-1971, mensal. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>. Acesso em: 24/11/2017.

AD - ARQUITETURA E DECORAÇÃO. São Paulo, 1953-1958, bimestral.

BRASIL: ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro, 1953-1958, periodicidade irregular.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** Trad. Ana M. Goldberger. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 398 p.

DEDECCA, P. G. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 403 p.

DONATO, I.Z; **Movimento moderno, planejamento urbano e poder local em Araraquara/SP. O processo de elaboração e implementação do primeiro Plano Diretor – 1950 a 1982.** 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo.** São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2005.

GOODWIN, P. L. **BRAZIL BUILDS: Architecture New and Old 1652-1942.** New York, The Museum of Modern Art, 1943.

HABITAT - REVISTA DAS ARTES NO BRASIL. São Paulo: Editora Habitat Ltda., 1950-1965, periodicidade irregular.

MASSERAN, Paulo Roberto. **Diálogo atrevido entre a pedra e o tijolo, ou popular e nacional na arquitetura, por Luiz Saia e Mario de Andrade.** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011.

MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil.** Trad. Paulo Pedreira. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000. 288 p.

MÓDULO. Rio de Janeiro, 1955-1965 / 1975-1986.

REVISTA POLITÉCNICA. São Paulo: POLI-USP, 1904-1954.

SOBRINHO, E. L.; SANTORO, F. J.; NUSDEU, R. A. **Arquitetura moderna em Araraquara - inventário.** In, Anais do III Seminário DOCOMOMO Brasil, 1999.

Monumento aos Ferroviários de Santa Maria: lugar de pertencimento

Monument to the Santa Maria Railway: place of belonging

DAROS, Henrique (1); ROSA, Laura (2); DORNÉLES, Vanessa (3); PIPPI, Luis (4)

(1) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria, hsdaros@gmail.com ;

(2) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria, lauraheck21@gmail.com ;

(3) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, vavinhagd@gmail.com ;

(4) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, guiamy@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo busca estudar a importância histórica do Monumento ao Ferroviário do Bairro Itararé, localizado na cidade de Santa Maria – RS. O Monumento ao Ferroviário é uma homenagem aos trabalhadores da linha férrea de Santa Maria, pela sua participação na revolução de 1930. A cidade, bem como o bairro no qual se insere o Monumento, tem uma forte ligação com a era ferroviária no país, sendo o que motivou o desenvolvimento da região. O Monumento se localiza no final da Rua Antônio Dias, no cume de um dos montes que compõem o relevo local. O acesso se dá por uma escadaria com 132 degraus e o obelisco colocado no topo é o coroamento da homenagem aos trabalhadores. O ponto possui um apelo turístico por se encontrar em uma paisagem de morros, tornando-se um mirante. Sua inauguração foi em 1934, recebeu uma reforma em 1974 e atualmente possui trechos em ruínas, por conta da falta de manutenção e conservação do local. Também, a pouca iluminação e o contexto geral de descaso que o bairro está inserido geram uma crescente insegurança na região. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a relação identitária da comunidade local com o Monumento através de entrevistas, verificando os diferentes usos e apropriações do local ao longo do tempo. Para isto, é através do relato das pessoas que é possível compreender os aspectos temporais no local.

O patrimônio está associado à noção de memória e afeto, sendo assim diretamente ligado às experiências, sentimentos e conhecimentos que herdamos, está relacionada à identidade de uma sociedade enraizada e estruturada no espaço tempo. Logo, o patrimônio é uma forma de buscar a compreensão e evitar a perda da memória do passado coletivo. A identidade cultural é um dos meios de se criar uma comunidade envolta em um sentimento de pertencimento. Segundo a teoria de paisagem cultural, do geógrafo Carl Sauer, o que define o sentido de lugar é sua vinculação à ideia de significação da paisagem em si, assim lugar não é o espaço físico por si só, mas o significado que se atribui a esse espaço. Nesse sentido, o Monumento estudado é um importante lugar para a comunidade local, tendo em vista que o bairro onde está inserido surge a partir e por conta da instalação da linha férrea na região e que seus moradores primordialmente trabalhavam na mesma. Ainda, sua identidade cultural está diretamente ligada às suas heranças familiares onde se evidenciava o contexto ferroviário como força motriz para o desenvolvimento urbano local.

O método utilizado, a entrevista com moradores locais, possibilitou, através dos relatos, a melhor compreensão da importância do Monumento. Muitos entrevistados, já idosos, nasceram, cresceram e trabalharam na região, tendo-o sempre como ponto de

referência, seja familiar, sentimental ou mesmo geográfico. Muitas dessas pessoas tiveram pais e avós diretamente ligados à ferrovia, estudaram em uma escola aos pés do Monumento e passavam seu tempo livre no seu topo. Assim, o Monumento não foi apenas fazendo parte de suas vidas, mas se tornando um lugar ao qual se pertence, dessa forma, o descaso com essas memórias personificou-se na obsolescência do Monumento.

A cidade de Santa Maria está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul e especula-se que sua origem remonte a 1790. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a cidade mais populosa da sua região e a 5º mais populosa do estado. Por conta de sua posição geográfica estratégica dentro do estado foi um importante polo na expansão ferroviária. A necessidade de escoamento de produtos agrícolas e um transporte de passageiros mais efetivo fez com que se investisse na estruturação de estradas férreas nas regiões interioranas do país, assim em 1877 se dá início às obras da linha férrea que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana. Esta linha passava pela cidade de Santa Maria que, por ser em meados do trajeto, tornou-se um dos principais pontos de parada.

Sob o aspecto da cidade, sua condição de importante entroncamento ferroviário influenciou diretamente no seu desenvolvimento, econômica e culturalmente, e na sua consolidação urbana. De fato, inúmeras instalações importantes se deram a partir da malha ferroviária na região, tais qual a Cooperativa dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a Escola Industrial de Artes e Ofícios, a Escola do Menino Jesus Santa Teresinha e o Hospital Casa de Saúde. Todas construídas durante o apogeu da viação férrea na região e que serviam de subsídio às atividades ligadas ao contexto ferroviário.

Em consequente, o bairro onde o aspecto ferroviário teve mais influência é o próprio Bairro Itararé, localizado na porção nordeste do município. Teve sua origem a partir da construção da estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Em 1890, quando se inaugura a linha que sai das margens do Rio Itararé e que chega a Santa Maria, há o início do assentamento nesse entorno por conta dos trabalhadores ferroviários, dando origem ao bairro. Durante a época de grande influência da viação férrea, a economia na região se diferenciava das demais por conta da sua população possuir um alto poder aquisitivo proveniente dos cargos importantes ocupados por estes na empresa ferroviária. Com o declínio da linha férrea em todo o município a partir de 1990, o bairro enfrentou uma onda de desemprego e suas atividades se limitaram ao comércio local.

Com o intuito de homenagear os trabalhadores ferroviários, o governador do estado inaugurou em 1934 o Monumento ao Ferroviário. Cerca de 40 anos depois, em 1974, o governo federal, lança um Programa de Desenvolvimento Ferroviário, assim o Monumento ao Ferroviário é restaurado e uma campanha sobre a importância do mesmo é realizada. Na ocasião, além dos auxílios governamentais, moradores fizeram uma corrente com o intuito de transportar materiais até o alto do morro, evidenciando a importância do mesmo para a região.

Até a década de 1990 a empresa responsável pela conservação do Monumento ao Ferroviário e por toda a manutenção na linha férrea era a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Com a política de privatização todas as instalações ferroviárias da região foram cedidas para empresas privadas, mas o Monumento passa a ser de responsabilidade do poder público. Assim, com o passar dos anos, a falta de cuidados, manutenção e limpeza do local fizeram com que aos poucos fosse se deteriorando, favorecendo atividades ilícitas e aumentando a insegurança da região.

Para se atingir os objetivos desta pesquisa, optou-se pela utilização da entrevista qualitativa como ferramenta para obtenção de respostas e justificativas que buscam esclarecer o que está por trás das condições atuais do local estudado. Vale ressaltar aqui, que este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, que além do entendimento do uso e apropriação do local, visa também propor soluções para melhorar as condições do local. Neste artigo serão apresentados apenas os resultados relativos a compreensão da situação do local ao longo do tempo. Segundo Minayo esse tipo de pesquisa, pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. Haja vista, que o Monumento aos Ferroviários é um símbolo histórico para a comunidade do bairro e também Santamariense, implicando em aspectos sociais, como será possível observar na coleta de dados através das entrevistas, sob o aspecto até mesmo da utilização do espaço anteriormente e atualmente, e a maneira como ele é visto pela comunidade em ambos os períodos.

Essas entrevistas foram realizadas junto à comunidade do bairro, com moradores e comerciantes que têm participação direta na dinâmica do bairro. Sendo aplicadas cerca de 30 entrevistas em três dias diferentes, nos turnos da manhã e tarde, uma vez durante o fim de semana e duas vezes em dias úteis. Foram 10 perguntas sendo elas referentes a identificação pessoal, relação pessoal com o objeto de estudo e a idealização pessoal do mesmo. Do ponto de vista metodológico a entrevista qualitativa possibilitou classificar em classes de mesmo gênero respostas diferentes, mas com um mesmo viés, fornecendo uma forma de padronização.

De 30 pessoas entrevistadas 73,3% eram mulheres, 30% eram idosos com mais de 65 anos e 93,3% residiam no bairro Itararé.

Dos entrevistados, 96,7% conheciam o Monumento, 64,3% o visitou mais de três vezes, mas 70% não frequentava o local a mais de dez anos. O tempo de permanência notado foi de 41,4% em média 30 minutos e 44,8% mais de 60 minutos, sendo esta segunda resposta mais recorrente em entrevistados mais velhos, que visitavam o Monumento antes de se tornar um local negligenciado.

As atividades mais recorrentes no lugar eram apreciar a vista e tirar fotos, além de passeios e visitas com familiares (gráfico 1). Os sentimentos relacionados ao lugar são ligados à sua beleza natural, à liberdade e a saudade. Bem como seu ponto forte que também é ligado à vista que se tem a partir do Monumento. Entre os relatos dos pontos fracos os mais citados foram a insegurança e o descaso com o local (gráfico 2).

Por fim, quanto ao valor que o Monumento tem na comunidade a maioria das menções remete à história ligada a ferrovia e também às famílias, tendo em vista que o bairro como um todo tem uma grande herança ferroviária, sendo que dessas menções vale destacar que os idosos foram os que mais diversificaram suas respostas quanto a experiências vividas no monumento durante sua vida jovem/adulta. Como idealização de um espaço ideal, citou-se principalmente a limpeza e conservação, a segurança e reformas estruturais como pintura (gráfico 3).

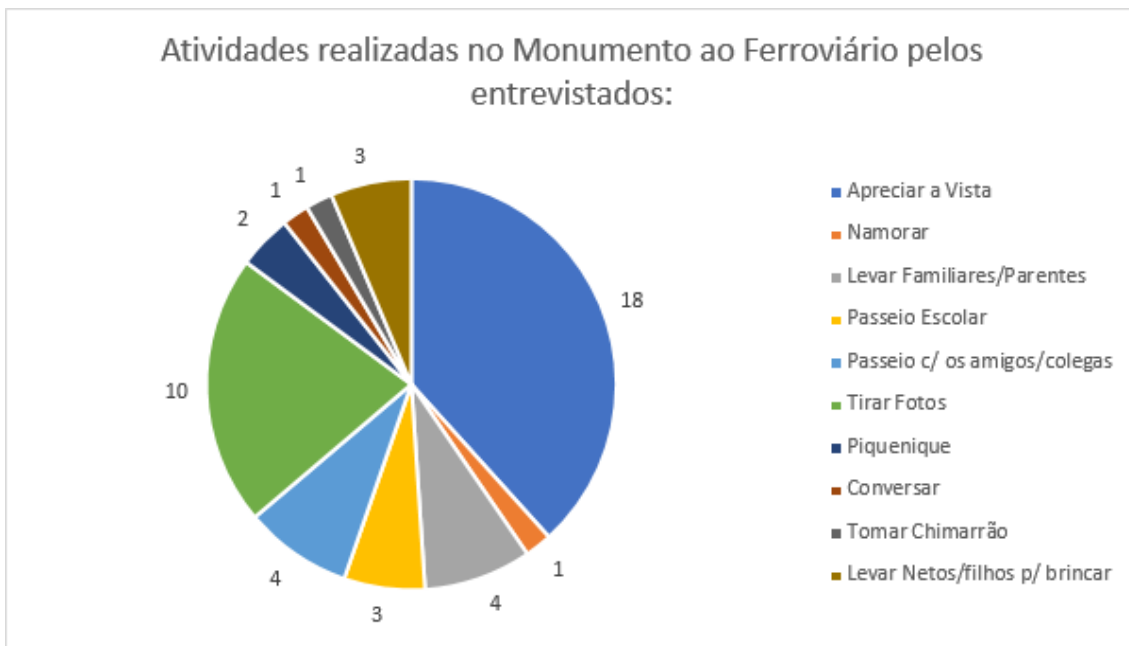


Gráfico 1 - Atividades realizadas no monumento pelos entrevistados.



Gráfico 2 - Número de menções sobre o que não gostam os entrevistados no Monumento.

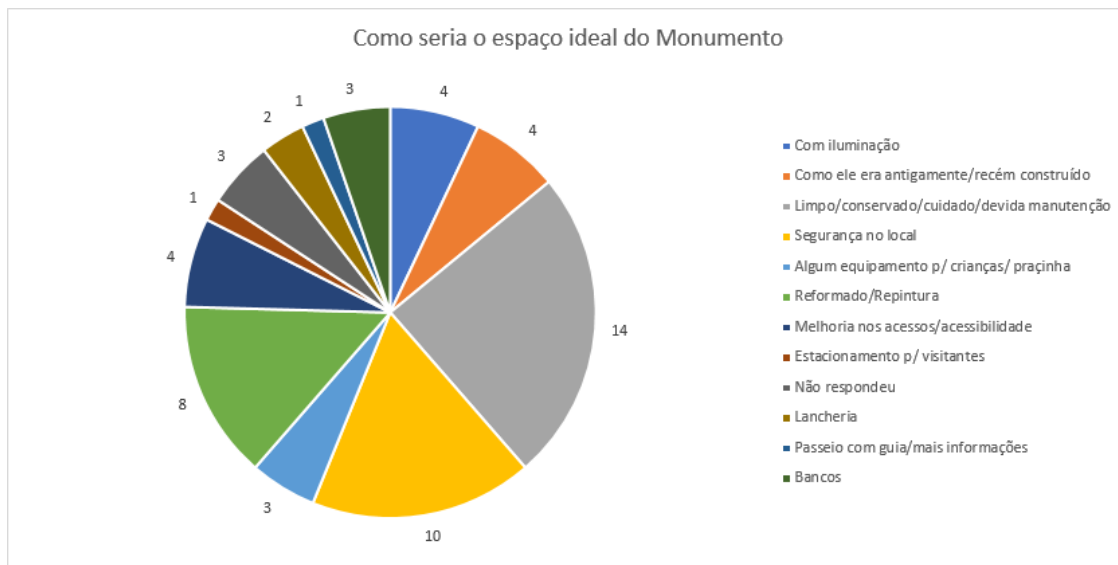


Gráfico 3 - Número de menções de ideias/soluções do que seria o espaço ideal do Monumento para o entrevistado.

Além dessa análise de frequência das respostas houve muitos relatos de histórias que foram vividas no local a tempos atrás, e que muito da apropriação e vivacidade do espaço foi se perdendo ao longo do tempo, como foi relatado por diversos idosos que através de suas memórias permitiram o entendimento da importância histórica do local.

“Fui ferroviário, e subi muitas vezes ao monumento na juventude pra namorar, e gazar aula. Hoje ele me faz lembrar dos trens de passageiros e até do meu próprio trabalho. Hoje o lugar precisa ser limpo, existe muita depredação, e precisa ter uma melhor segurança lá.” Relato de um morador, ex ferroviário, com seus mais de 80 anos.

Dentro destes resultados que obtivemos, perante o cenário atual, essas colocações feitas pelo professor Luis Fernando da Silva Mello, formado em Arquitetura e Urbanismo, se confirmam.

“...as estruturas de sustentação do imaginário associado à “civilização ferroviária” as quais restam referidas apenas à memória das percepções já que mesmo os espaços e funções remanescentes não referenciam mais do que imagens decompostas pelo tempo e pela omissão.” (LUIS FERNANDO DA SILVA MELLO, 2005)

Ao possibilitar o contato pessoal com os moradores do bairro, através do método de entrevistas, fica claro como a população idosa do local não apenas se faz presente em grande número, mas sustenta a herança ferroviária patrimonial que está negligenciada por seus responsáveis. Ou seja, são estes os que tiveram ao decorrer de sua vida um maior contato com o contexto ferroviário, tendo muitos deles nascido, crescido e até mesmo trabalhado na linha férrea, dessa forma, enquanto o Monumento se faz ausente na preservação dessa memória, são estas pessoas que mantêm viva as histórias e costumes de uma época tão importante para a região.

Ainda, as melhorias e a evolução que a cidade como um todo esteve a partir da linha férrea são inegáveis e por isso o Monumento ao Ferroviário é um espaço onde se

permite celebrar o modo de vida que, se não deu origem a cidade, colocou Santa Maria como um importante polo estadual.

Assim como esse local, muitos outros locais históricos estão sendo negligenciados, o que é um grande risco para a história e para o sentimento de pertencimento de uma população mais jovem, e de futuras gerações. Pois os relatos, vivências e experiências reais como vimos através das entrevistas ficará apenas na memória de algumas pessoas que ainda vivem para poder contar, podendo fácil e rapidamente se perder. Mas ainda temos a oportunidade de resgatar fatos de grande importância para nossas cidades através desses relatos, juntamente com os bens materiais que ainda subsistem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. L. VIEIRO, L.M.D. Memória e vivências ferroviárias sobre o bairro Itararé, Santa Maria, RS. In: II SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, Campo Mourão, PR, 2013. A dinâmica das cidades e a produção do espaço.

DIAS, P. APPELT, C. **A Ferrovia em Santa Maria**, Reportagem BOCA Março, 2018.

FACCIN, D. **Seguindo os trilhos do trem**: a influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/ RS - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria.

MORALES, N.R.C. **Santa Maria**: memória/ organizadora. Santa Maria. Pallotti, 2008. 280 p.

Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul - Inventário das Estações 1874-1959. 2002.

MELLO, L. F. S. O imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS, Revista Arquitectos - Vitruvius, 2005.

BOSI, E. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

Notas para o estudo de capelas do ciclo do ouro em Minas Gerais

Appointments on the study of chapels from the Gold Cycle in Minas Gerais

MORONI FILHO, Elio (1)

(1) Universidade Federal de São Paulo, Departamento de História da Arte, Pós-doutorado em História da Arte (em andamento), moronifilho@hotmail.com.br .

RESUMO EXPANDIDO

Contextualização: A literatura especializada nacional reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as edificações religiosas de pequeno porte (capelas). Os estudos de capelas do período colonial, assim como de seus bens móveis e integrados, são escassos e foram realizados na primeira metade do século XX.

Objetivo: Este trabalho buscou contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se elementos do partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação à corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial.

Metodologia: A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. **Resultados:** O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; inexistência de torre sineira; adro com cemitério desativado ou em funcionamento; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente. Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente

diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29).

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitânicas do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos. O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). Em Portugal, os arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres – conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo rectilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183).

Acrescentem-se outros traços predominantes da arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44).

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro – especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana – mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A Capela de

Santa Teresa D'Ávila parece ser precursora das igrejas setecentistas mineiras de planta retilínea e nave única. Com efeito, essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala, onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito, que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela, sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 1). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 1), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7. A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela.

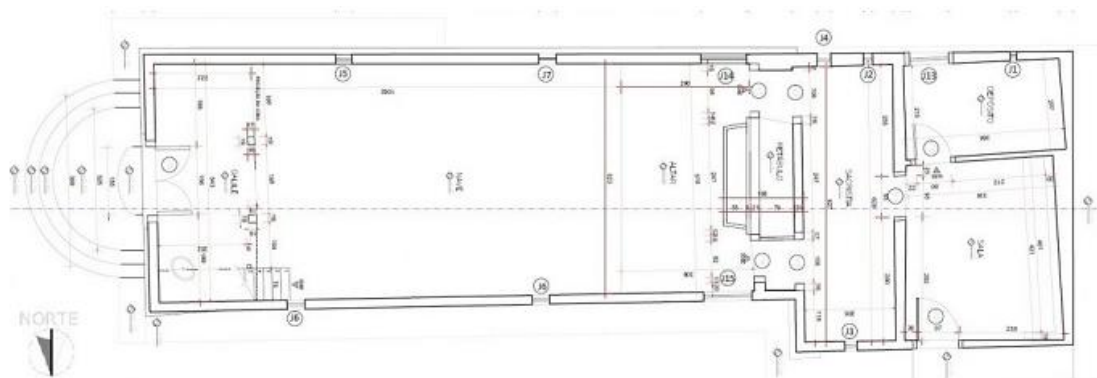


Figura 1 - Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila em reprodução sem escala, Distrito de Bandeirantes, Mariana. Fonte: Acervo do autor, 2016.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e brancas que recebem e emitem a luz. A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos, estes concentrados na zona superior da fachada e isolados por vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria. Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 1). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo

confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, sugerindo – talvez – o gosto maneirista pela contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares – o terceiro, com patamar – e o quarto, reto. O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, registrada por Santos (1951, p. 106) na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto). **Conclusão:** No presente, não existe base factual para se afirmar a existência de um programa arquitetônico – intencional e institucionalizado – baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove pessoas no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural brasileiro, Minas Gerais, arquitetura religiosa colonial, capelas.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico:** o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532:** elaboração de projetos de edificações – arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. **Lauda técnico preliminar:** impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. **Denúncia**, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial.** São Paulo: Nobel, 1991.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura:** um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

GRASSI, Emily. **Maneirismo.** Florença: SCALA, 2011.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória.** Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. **Estudos sobre o Maneirismo.** 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais.** 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Os ratos e os rastros - a percepção da paisagem urbana através das palavras

Rats and trails - the perception of the urban landscape through words

SCHÖFFEL, Débora Grandó (1)

(1) Professora Doutoranda, UPF, deboragsc@upf.br .

RESUMO EXPANDIDO

O objetivo do trabalho é discutir as descrições urbanas encontradas em “Os Ratos” um romance escrito em 1935 pelo autor gaúcho Dyonelio Machado, a trama tem a cidade de Porto Alegre não apenas como cenário, mas sim como um personagem bastante ativo ao decorrer da história. A interpretação levará em consideração o método da nova História Cultural cujos princípios, destacam-se os argumentos afirmando que o mundo só é percebido como representação através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos culturalmente construídos. O real não deixará de ser real, pois é exatamente a ficcionalidade que garante a identidade às relações sociais, configurando o real e o imaginário não como coisas opostas, mas sim complementos indispensáveis para a forma de existência da vida social.

A história seria a ficção controlada pelo recurso ao extratexto, considerando a bagagem de conhecimentos da pessoa que está fazendo a análise, que é inclusive registro e marca a revelação da exemplaridade do método seguido, a compor e estabelecer o cruzamento dos dados usados na pesquisa.

Trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados, ou seja, que foram construídos pelos homens de uma determinada época para explicar o mundo. A cultura pode ser analisada como uma forma de expressão e tradução de uma realidade simbólica, admitindo-se que os significados das ações sociais se apresentam de forma cifrada, portando em si uma apreciação valorativa.

Neste sentido, com a cidade tornando-se um uma realidade objetiva, com suas ruas, construções e monumentos, é através dos discursos de seus habitantes, que se constroem as ideias e imagens de representação coletiva. Desta forma completa-se que:

Através de discursos e imagens o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. (...) a cidade tem, pois, um lado negro uma faceta ameaçadora que, qual a esfinge mitológica, é capaz de devorar quem não souber decifrá-la. (DE SOUZA; PESAVENTO, 1997, pg. 26)

Esta questão é reiterada pela fala de Maria Zenilda Granwunder (1997. p.26) onde afirma que a literatura, em si mesma é uma abstração e uma concretização, ou seja, um momento de síntese de oposições de um mesmo objeto. E isto ocorre, pois o texto literário emerge e atua, num quadro conceitual de cultura, em que cada atividade de criação, permuta e preserva informações funcionando como um intertexto – uma unidade permeada de sistemas semióticos – que não existem ou se manifestam apenas isoladamente. As diferentes esferas de manifestações individuais e sociais coexistem a

partir de uma noção unificadora, um composto de elementos interativos, que gira em torno do ser humano e sua linguagem. Cultura e Arte supõem essa linguagem complexa.

Esta estratégia mostra como retirar o melhor proveito do cruzamento das imagens e os discursos das cidades, gerando assim um aprofundamento nas relações literatura e história, além da base que é a cidade, o contexto urbano e suas transformações. As narrativas literária e histórica trazem discursos que ajudariam a remontar a “realidade” urbana, e até mesmo sua paisagem através das descrições nos trechos de romances. Tratando-se de convencer o leitor e transporta-lo para um outro tempo.

A linguagem literária, quando analisada, pode assumir uma via dupla, em que tanto a linguagem trabalha com a intertextualidade, podendo afetar a fala do autor, como a linguagem de um sujeito poético, capaz de influenciar o ser do outro (o leitor) e da sociedade. A ação da persuasão é possível, porque o escritor-artista é capaz de perceber que os fatos humanos não se esgotam no real, mas estendem-se ao factível, por meio das propriedades da linguagem.

Considerando o contexto literário, o autor dirá a cidade “a seu modo”, assumindo uma forma de expectador privilegiado, pois pode, além de observar a cidade, expô-la pelo seu ponto de vista, provendo assim à urbe uma nova existência. Com essa afirmação destaca-se a importância do trabalho de Dyonelio, pois ele é capaz de perceber e descrever a cidade utilizando a leitura dos traços deixados pela arquitetura e os traçados do urbano.

Se toda percepção é balizada por meio dos sentidos, tudo o que se experimenta é recriado por meio de sensações, revividas em memórias e decodificadas em seus significados, então a atribuição de sentido aos monumentos dependerá do ponto de vista, do lugar e daquilo que o observador sente. Sem dúvida, as cidades são capazes de gerar imagens urbanas, que tem o seu valor simbólico, consensual imposto/atribuído à desigual apropriação do solo e dos distintos posicionamentos de cada observador.

Os principais marcadores temporais da obra são as alusões ao início das obras do porto, as quais iniciam-se no ano de 1919 e seriam concluídas no ano de 1936, também os indícios do traçado urbano que compreende a vida do funcionário público em determinada época. Apresentando elementos referenciais bastante diluídos, a narrativa corresponde ao espaço urbano muito real da cidade de Porto Alegre.

Naziazeno, personagem principal da narrativa, apresenta sua origem na propriedade rural, mas vive agora preso à cidade e ao seu ritmo feroz metropolitano. Anda por ruas, pega o bonde, trabalha em uma repartição pública e tem seu olhar lançado para o passado volta e meia, lembrando-se da sua infância e de como a cidade em que cresceu era diferente em vários sentidos da que vive. Quando trata da realidade de um funcionário público o romance, oferece elementos que trazem um recorte mais profundo, abordando circunstâncias de tempo, de lugar e mostrando uma problemática social.

Trata-se, portanto, de um funcionário burocrata que trabalha na repartição do Estado responsável pelas obras de ampliação do porto, desempenhando uma função subalterna considerada intermediária entre os funcionários braçais e os chefes. Tem como origem uma pequena cidade do interior, de onde saiu atraído pelo desenvolvimento da grande cidade. Ao estabelecer-se na capital, engrossa ainda mais a massa anônima que povoa a periferia, trabalha no centro comercial burocrático e, para chegar, da periferia ao centro, desloca-se de bonde. Vécio (1995, p. 85) acrescenta que as descrições quase reais das ruas centrais da cidade no romance fomentam ainda mais a realidade imediata do livro e aumentam a persuasão da obra.

A cidade de Porto Alegre revelada através dos passos de Naziazeno conforme pode ser observada na Figura 1, e as figuras acima do mapa enumeram os principais pontos da cidade citados e descritos pelo escritor, bem como as condições de uma cidade em processo de modernização, com visível crescimento econômico, mas que ainda não está completa. “A cidade que aparece em ‘Os Ratos’ provoca uma sensação dolorida de realidade” (VÉSCIO, 1995, p. 128). Provando que em meio de um progresso urbano e material notável ainda ocorrem dramas que evocam a fragilidade humana, como o drama central, do funcionário público buscando dinheiro para quitar a dívida com o leiteiro.

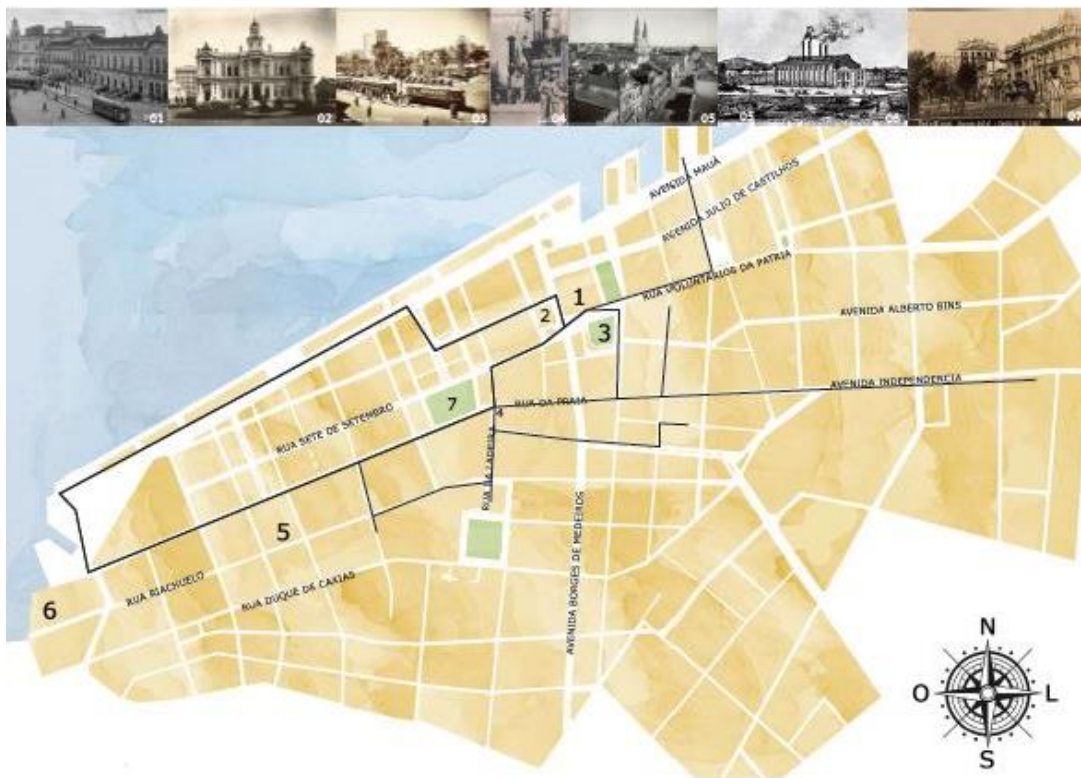


Figura 1 - Mapa do percurso de Naziazeno na Porto Alegre de 1935.
Fonte: SCHÖFFEL, 2016, p.124

O espaço urbano no qual a personagem se movimenta é sinuoso e labiríntico o que pode ser observado na *Figura*, e segundo Vésicio (1995, p. 70): A geografia espacial composta de portas, janelas, ruas, corredores, esquinas, fachadas, balcões e letreiros conduzem o seu olhar para baixo, para a concretude das construções, para o solo urbano que delimita as possibilidades das ações.

Se atentarmos aos aspectos da geografia de Dyonelio, a cada passo verificamos o conhecimento íntimo que o autor possuía da capital. Pode-se perceber o desejo de ver, observar e até respirar a realidade de Naziazeno. Dyonelio era, inclusive, muito conhecido devido as suas caminhadas pela cidade. Como pode-se perceber na seguinte afirmação:

O texto de Dyonelio não nos oferece apenas uma visão documental de uma área urbana em especial, de um específico edifício ou um monumento, faz com que o leitor perceba uma nova dimensão da realidade, por meio do espírito de seu personagem. (VÉSCIO, 1995, p. 74)

Como por exemplo, uma das muitas descrições que o livro apresenta no decorrer da história aponta para ruas com edifícios e que sustentam muita movimentação de comércio durante o dia, mas que agora encaminham-se para o final do dia. A avenida que Naziazeno atravessa, onde avista apenas os armazéns abertos provavelmente trata-se da antiga avenida Dique, que com o final do dia torna-se uma avenida mais morta.

Às costas de Naziazeno se acha uma pequena rua transversal que vai ter às docas em construção. É uma rua inacabada, que, poucos passos depois da esquina, se perde na areia.

Ele toma essa rua.

Dum lado e doutro ela é margeada agora de umas construções de madeira, compridas e baixas, pintadas de negro. Dois ex-trapiches. Um deles — o da esquerda — continua ainda por uma ponte pela areia adentro. Do meio pra o fim, o piso da ponte desapareceu: estão somente as estacas, deixando escapar apenas de sobre a areia um pequeno esquadrão de cubos de madeira, avançando em filas escuras até quase à linha do dique.

A cidade se recorta sobre a claridade avermelhada que tem o céu para os lados onde está se escondendo o sol. O semicírculo do horizonte que Naziazeno abraça com o olhar está pesado de vapores. O rio, que reflete e baralha as cores escuras e claras do céu, tem um movimento lento e espesso de óleo. Bem à direita, lá longe, quase sobre as ilhas baixas, as sombras dos grandes navios ancorados no largo cavam buracos pretos na água grossa.

Naziazeno vê-se rodeado de areia, perdido naquele pequeno deserto. Ensaia safar-se pela esquerda, alguns metros mais abaixo.

Tem grandes passadas. Arrasta enormes pés de chumbo... (MACHADO, 2004, p. 99)

Na citação acima, encontram-se as obras do porto de Porto Alegre, bem como as ruas que davam acesso a este. Sua condição de inacabadas e em construção podem também ser interpretadas como “ruínas”, relacionadas ao sentimento de incompleto que o personagem sente neste momento do livro, por não conseguir atingir o seu objetivo principal, o qual o motivara a saída do arrebalde¹ pela manhã.

São descritas também as estruturas conhecidas como trapiches que eram estruturas de madeira. As estruturas precisam de manutenção praticamente anual, e segundo a descrição do autor não estavam sendo realizadas pelo governo Estadual. Percebe-se nesta parte do texto a procura da margem do Guaíba. A vista dos navios ancorados no porto e a sensação calmante que Naziazeno encontra na beira d’água.

Nota-se também que a descrição da cidade se diferencia do tradicional divulgado pela literatura até então, existe uma visão negativa, um peso demasiado nas descrições. O horizonte está “pesado de vapores” (MACHADO, 2004, p. 99), o rio “tem um movimento lento e espesso de óleo” (MACHADO, 2004, p. 99) e os navios “cavam buracos pretos na água grossa” (MACHADO, 2004, p. 99). Esta imagem da cidade mostra a urbe que oprime o funcionário público, pois na sequência ele descreve a sua sensação de inferioridade e de incapacidade de reação. Todos os esforços durante o dia do

¹ Compreende-se Arrebalde como a grafia correta da palavra, entretanto o autor Dyonelio Machado denomina o bairro onde Naziazeno Barbosa mora de Arrebalde, por este motivo a grafia da palavra permanece Arrebalde nesta publicação.

funcionário público não geram resultados, apaticamente Naziazeno “Arrasta enormes pés de chumbo” (MACHADO, 2004, p. 99).

O autor do romance sintetiza a cidade através das descrições da urbe, dos percursos de Naziazeno e como o personagem principal percebia os percursos. Assim, quando se fala sobre Porto Alegre no romance essa presença não pode ser entendida como um retrato inerte de cidade, mas sim como maneira de compreensão da cidade e sua complexidade social e urbana, sob os mais diversos olhares e de uma certa forma delinea a paisagem da Porto Alegre dos anos 30 através do olhar do funcionário público. O que diferencia o trabalho do autor é o tratamento dado à psicologia do personagem, “Os Ratos” não só introduz um personagem das classes trabalhadoras na literatura gaúcha, ou seja o livro é capaz de traduzir através de suas descrições como a paisagem urbana era percebida pela população da época.

O que torna o romance algo a mais do que um simples relato, é que o autor procura compreender a cidade retratando as mudanças econômicas e estruturais, pois passava por um período de efervescência e modernização. Devido a sua visão sensível diversos aspectos intrínsecos ao meio urbano, que se entrelaçam na transformação e modernização da cidade aparecem no romance de Dyonelio Machado. Não apenas esta obra, mas diversas obras de literatura podem ser usadas como fonte de pesquisa e ajudaram a compreender novos pontos da cidade, que nem sempre ficam expressos na história e complementam as buscas dos Arquitetos e Urbanistas na construção do imaginário social de uma época.

PALAVRAS-CHAVE: Dyonelio Machado, Literatura, Os Ratos, Percepção urbana.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História.** IN: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e técnica, Arte e política. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.

CRUZ, Claudio. **Literatura e cidade moderna:** Porto Alegre 1935. Porto Alegre. EDIPUCRS: IEL, 1994.

DE SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. **Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MACHADO, Dyonelio. **Os Ratos.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

MADRUGA, Artur. **Dyonélio Machado.** Porto Alegre: Tchê! 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** Editora Da Universidade/Ufrgs, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAABE, Camilo Mattar. **Criação literária por Dyonélio Machado: a gênese de Os Ratos.** Revista da Graduação, v. 4, n. 2, 2011.

SCHÖFFEL, Débora Grando. **Os Ratos e os Rastros: a construção da realidade urbana a partir de palavras.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **História e Literatura: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de "Os Ratos".** Bauru: USC, 1995.

Paisagem cultural: a arquitetura cemiterial no cenário imigrantista de Ibarama-RS

Cultural landscape: the cemeterial architecture into the Ibarama's immigrant scenario

ZUCHETTO, Henrique (1)

(1) Graduando, Universidade de Caxias do Sul, hzuchetto@ucs.br .

RESUMO EXPANDIDO

Este estudo está vinculado ao projeto: Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), que pertence ao Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul. O instituto tem como objetivo preservar a cultura regional através do resgate da memória e do patrimônio. Com isso, o estudo em questão propõe uma extensão deste campo regional do projeto para a região da Quarta Colônia, tendo em vista a provável caracterização de padrões culturais semelhantes.

A problemática deste estudo parte da noção de importância do equipamento cemitério na formação de um núcleo comunitário – embrião do desenvolvimento urbano de uma localidade. A partir disso, se identificou valores intrínsecos deste equipamento, por meio de metodologias específicas de análise visual, importância histórico-cultural do equipamento e padrões de uso e apropriação do espaço consolidado.

A morte é o momento em que justificamos nosso caráter animal e biológico, usurpando a razão - que por vezes julga-se imortal. Voltamos à terra como fossemos parte de um todo, e por isso a importância deste local previamente escolhido, a fim de tornar-se, além de um equipamento urbano importante do ponto de vista utilitário, um memorial coletivo e sentimental de uma sociedade.

Tendo como personagem cultural o imigrante italiano, esta relação com a morte está vinculada à religião católica; devido às condições degradantes impostas pelo governo imperial brasileiro, e um espírito nacionalista italiano inexistente – resultado de um contexto recente de unificação italiana no momento de partida – a fé torna-se a base social e comunitária daqueles que ali padeciam (MANFROI, 1975). Frente a um contexto geográfico hostil a eles designado, o mesmo buscou uma forma de se unir e se fortalecer como grupo. Esse pensamento, mesmo que de maneira inconsciente, estava intrínseco ao fato de que necessitavam de uma vivência social, comum da região de onde provinham. Sobre isso o autor comenta:

Tirados de seu quadro sócio-cultural de origem e transportados num meio desprovido de todos os sinais e símbolos culturais, os imigrantes sentiram-se perplexos e desorientados. Foi a reconstituição, nas matas virgens do RS, desse quadro social e cultural perdido que permitiu, aos imigrantes, reencontrar a própria identidade cultural, a força para superar as dificuldades e esquecer a terra natal (MANFROI, 1975, pág.156).

Com a evolução deste quadro social e cultural dos imigrantes, a criação da capela foi o marco territorial mais relevante, que juntamente com o cemitério e campanário,

constituiu os primeiros núcleos comunitários propriamente ditos (MANFROI, 1975). Conforme expõe Gutierrez (2000), o cemitério poderia ou não, preceder a construção da capela e sua localização dependia da doação de um lote privado, por um morador à comunidade. Tratado como local sagrado, sua materialidade é assim descrita:

De início, os mortos eram sepultados em covas rasas, sem nenhuma proteção; mais tarde, estas foram protegidas com pedras e tijolos. [...] As covas rasas eram marcadas por cruzeiros de madeira, pedra e ferro. Primeiramente, os agricultores confeccionavam simples cruzeiros em madeira; com tempo, foram realizando cruzeiros esculpidas em pedra, para, depois, moldarem artesanalmente inúmeras variações artísticas de cruzeiros de ferro (GUTIERREZ, 2000, p.71 e 72).

A configuração atual de cemitérios se consolida a partir do século XVIII na Europa, em que ocorreu o processo de retirada dos cemitérios dos centros urbanos, para além dos limites do mesmo. “Essa profunda alteração na ocupação do espaço urbano foi idealizada e realizada por médicos, intelectuais, parlamentares e alguns eclesiásticos, envolvidos em ideais de racionalidade iluminista e liberais” (MATOS et al., 2017 apud FLORES, 2006). O objetivo dessa retirada surge num contexto de preocupação com a higienização das cidades, e nesse caso com a contaminação do solo e água, tendo em vista o hábito de sepultamentos em igrejas ou próximas a ela, e dentro do perímetro urbano (MATOS et al., 2017).

Já no Brasil, os cemitérios extramuros surgem durante o séc. XIX, frente a crises de mortalidade, ocasionadas por epidemias; o que força as autoridades a retirar os mesmos dos centros urbanos. As imposições vigentes eram que: os mesmos deveriam estar fora dos limites das povoações, em local alto e arejado, longe de lençóis freáticos, estarem resguardados por muros, apresentarem covas individuais, e administração e inspeção dos locais passariam às autoridades públicas e não a cargo dos eclesiásticos (MATOS et al., apud FLORES, 2006).

Estes padrões histórico-sociais e tipológicos – anteriormente descritos – são evidentes no objeto de estudo propriamente dito. Localizado no município de Ibarama-RS – cidade limítrofe de interface entre a região Centro-Serra e a Quarta Colônia – tem como contexto histórico o desenvolvimento ímpar da antiga Colônia Silveira Martins, no que diz respeito a sua formação.

Para entender o desenvolvimento desta colônia, cabe destacar que sua evolução ocorreu de maneira distinta das demais colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Num olhar sobre a origem desta disparidade atual entre as quatro colônias, Bolzan (2011) propõe uma análise em nível local, que trata sobre as próprias bases geográficas da colônia, correlacionadas à conflitos político-administrativos.

A partir do Decreto 1570 de Abril de 1886, a Administração Provincial divide o território em três partes, entregando-as para Santa Maria (a parte de maior significado por incluir a sede), Cachoeira do Sul e Vila Rica – atual Júlio de Castilhos (BOLZAN, 2011, p.37). Isso cria uma tensão administrativa desnecessária, cujas consequências não foram benéficas para a região.

Em oposição à unidade presente no início de desenvolvimento das colônias à nordeste do estado – Caxias, Bento e Garibaldi - a fragmentação da Quarta Colônia retardou os processos emancipacionistas, o que para o autor, quebra o conjunto harmônico inicial da sociedade, que atrelada a um incessante aumento populacional e restrições

territoriais, teriam culminado num movimento migratório para além dos limites da colônia, também chamado de enxamagem¹ (BOLZAN, 2011).

As primeiras terras a serem ocupadas, pressupõe-se que sejam as do que hoje se encontra o território de Agudo-RS, isto devido ao caráter topográfico do Baixo Jacuí. Posteriormente esse êxodo atingiu longitudes do planalto médio do Rio Grande do Sul e fora dele, formando novas colônias. Porém destas, nos interessa um núcleo específico: Colônia de São Bento (atual município de Sobradinho-RS), que faz divisa com Ibarama.

A partir deste entendimento socioeconômico da época – tripartição administrativa e enxamagem – e uma análise da configuração geográfica do relevo, identificou-se de maneira empírica o que seriam os percursos matrizes de desenvolvimento, neste estudo serão chamados de ‘vetores’ expansionistas. Estes, na maioria de subida da Serra geral, se dão a partir de condicionantes como o relevo e hidrografia, e desenvolvem-se buscando, ou a expansão e ocupação propriamente dita, ou a ligação com rotas principais e núcleos preexistentes.

Para o estudo em questão, escolheu-se o vetor com direcionamento Nordeste - mais tardio - devido ao seu caráter mais distante do núcleo principal de colonização (Silveira Martins, Faxinal do Soturno e Nova Palma). Pressupõe-se que esse distanciamento do núcleo primário, faz com que a identidade cultural seja mais tensionada. Por vezes o isolamento traz uma caracterização cultural intrínseca mais bem consolidada. O vetor se desenvolve ao longo da encosta da Serra por meio de vales e rincões, até atingir uma altitude acima de 500 metros. Há possibilidade deste percurso fazer parte de uma rede primária de uso indígena, visto que há a presença de sítios arqueológicos na região do Rio Jacuí e seus afluentes. O mesmo apresenta uma paisagem característica e bem consolidada, com núcleos civilizatórios dispersos e de pequena escala.

Quanto ao recorte setorial escolhido, justifica-se porque Ibarama foi a única ‘cidade’ consolidada nesse vetor de expansão, entre Agudo e Colônia São Bento (Sobradinho). Mesmo fora dos núcleos da chamada Quarta Colônia, ela se encontra numa área de interface com os mesmos, e sua criação surge da dispersão populacional da Quarta Colônia, que utilizou esse vetor para emigrar rumo ao planalto. Cabe ressaltar a presença de luso-brasileiros e alemães nos arredores. Isso aparece como dado relevante devido à escolha do sítio de estudo; a ‘miscigenação cultural’ no núcleo da Colônia de São Bento, por exemplo, aparece como traço mais evidente devido a outras influências e não somente a de colonização italiana, o que inviabilizaria o estudo de apropriação cultural unitária do equipamento.

¹ Fenômeno de deslocamento de pessoas de um meio rural para outro, motivado pelo excesso e/ou esgotamento de terras (BOLZAN, 2011 apud ROCHE, 1969).

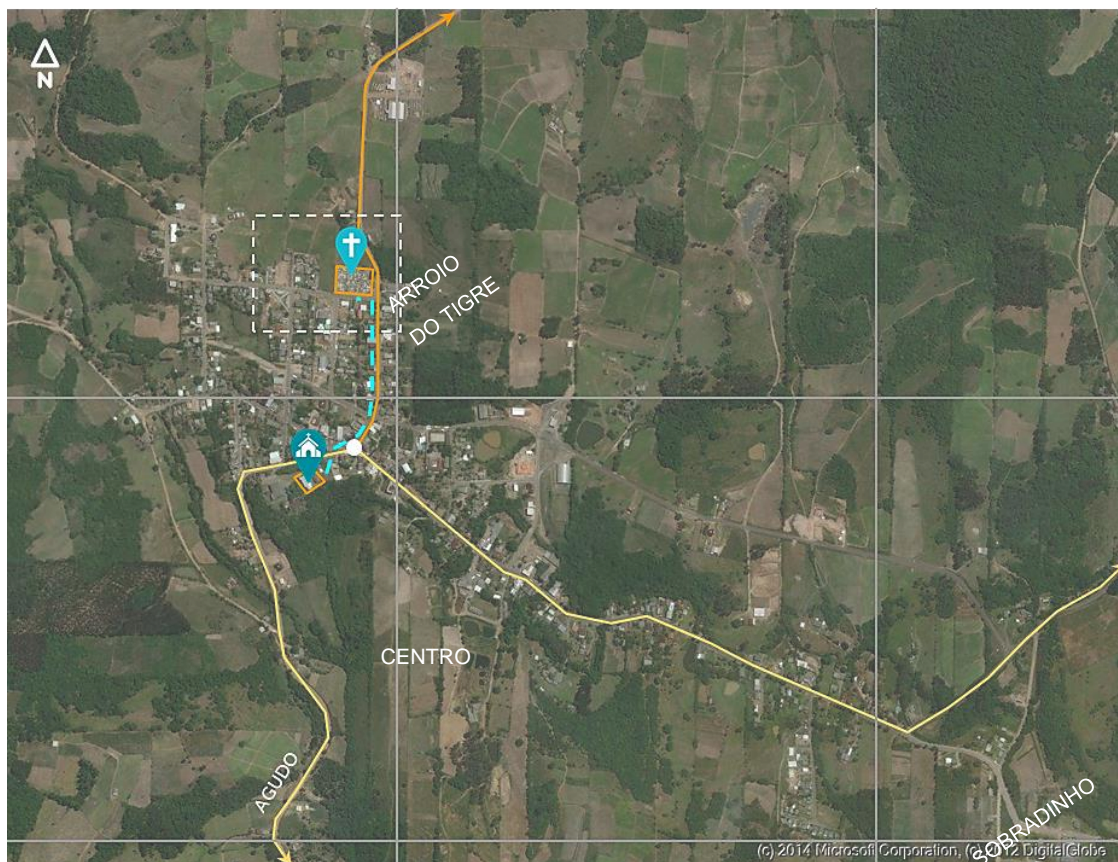


Figura 1 - Mapa de situação do objeto de estudo. Fonte: Satélite Zoom Earth – Bing 2014; manipulação pelo autor em Maio de 2019.

O objeto de estudo, propriamente dito, é o Cemitério Municipal de Ibarama. Com seis mil metros quadrados, ele se localiza no perímetro do centro urbano, adjacente à antiga estrada de ligação com Arroio do Tigre. O lote em questão apresenta um relevo considerável, o que faz com se tenha uma configuração em declive e três acessos. É murado em todo o seu perímetro, numa altura de 1,50 metros.

Destaca-se o posicionamento do objeto em relação à igreja e seu trajeto litúrgico dos cortejos fúnebres. Comumente esta relação é de grande importância, devido aos atos ritualísticos da fé católica. Contudo esta relação se dá de maneira distante geograficamente, porém relacionadas visualmente.

Como exposto anteriormente, a localização de um assentamento fúnebre é um tópico discutido desde o século XVIII. Isso trouxe como ponto positivo, um menor impacto, principalmente ambiental. No caso da implantação de cemitérios no cenário imigrantista do Rio Grande do Sul, as configurações não estavam apenas atreladas a este pensamento europeu do século XVIII ou relações funcionais comuns de comunidade, mas também com relações paisagísticas de segundo e terceiro plano visual.



Figura 2 - Relação visual interna/externa ao cemitério, Ibarama-RS.
Fonte: fotografia de Henrique Zuchetto, 20 de Abril de 2019.

Notou-se que a localização destes equipamentos está estritamente ligada a paisagem e configura com ela uma relação simbólica de pertencimento territorial. Essa relação simbiótica é identificada, não apenas no objeto de estudo – cuja relação visual ocorre de maneira distante – mas também em outros cemitérios nos arredores, em que essa relação é ainda mais forte.

Como ferramenta de valoração do equipamento, a teoria da sintaxe espacial embasou o estudo das isovistas, mais precisamente a análise dos graus de visibilidade de um espaço, a fim de analisar tópicos como o de Legibilidade e Orientabilidade espacial, ligados à sensação de segurança e pertencimento do usuário perante a esse espaço. Primeiramente a abordagem do território se dá a partir de dimensão topoceptiva dos lugares, cujo conceito diz respeito às configurações espaciais do espaço atrelados a noção de orientação e localização dos indivíduos (BARELLA, 2010).

Sobre isso, Saboya et al (2014), apresenta um estudo envolvendo a relação entre espaço e comportamentos sociais, através das interações existentes entre níveis de visibilidade. Isso complementando o discurso de Barella (2010), do ponto de vista das interações visuais entre observadores, e ou identificar padrões de apropriação do espaço, baseados no nível de visibilidade do mesmo em relação ao seu conjunto.

Saboya et al (2014), condiciona o ato de ‘mover-se’ pelo espaço com o ato ‘ver’ o espaço. Esse vínculo faz com que as tomadas de decisão na hora de transitar pelo mesmo, levem em conta essas duas dimensões: física – obstáculo que impede ou condiciona a acessibilidade; ou cognitiva – obstáculo que impede ou condiciona a visibilidade. Neste ponto aparece o conceito de barreira e permeabilidade, estes

empecilhos que condicionam o movimento no espaço. Generalizando suas definições, seria todo e qualquer elemento físico transponível ou não, que conforma um espaço.

Com isso, optou-se pela utilização das Isovistas como ferramenta de análise prática do objeto de estudo. A escolha da posição das estações visuais nos acessos está relacionada ao caráter programático do equipamento, tendo em vista que o juízo de valor do usuário neste tipo de lugar, comumente se dá no momento em que acessa o ambiente. A aplicação do método se deu a partir de dois níveis de percepção, um mais baixo (Nível 01) – condizente a barreiras de até cinquenta centímetros, porém transponíveis, que condicionam as circulações no conjunto –, e um mais alto (Nível 02) na visual do observador – condizente aos direcionamentos propostos a curta e média alçada.

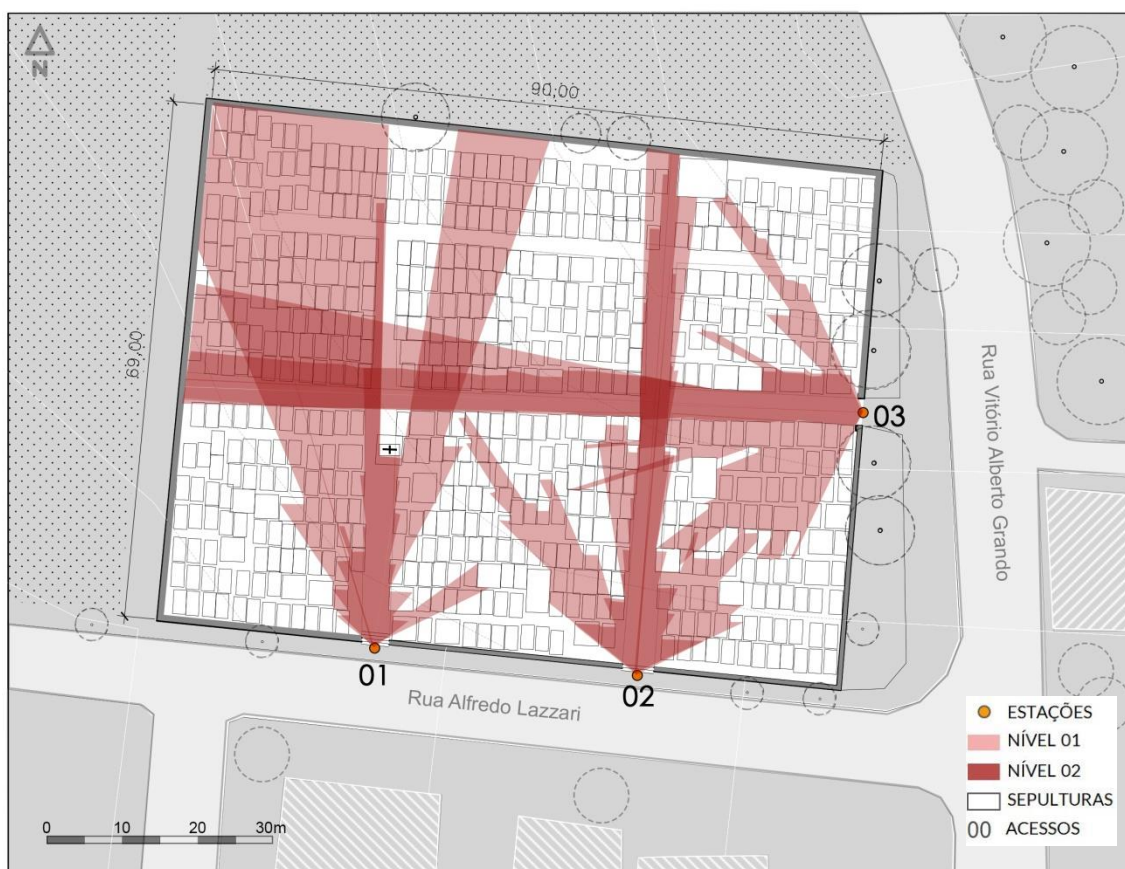


Figura 3 - Mapa sobreposto de Isovistas de Nível 01 e Nível 02.

Fonte: gerado pelo autor em Junho de 2019.

Em geral nota-se a predominância de direcionamentos, devido aos ângulos visuais restritos formados pelas isovistas. Todavia, isso atrelado a uma configuração topográfica em declive, favorece a visibilidade no equipamento. Já a análise das estações internas transita no campo das visuais de segundo e terceiro plano da paisagem do entorno. Estes pontos localizam-se no cruzamento das isovistas da Figura 2, e apresentam um caráter cênico interessante, devido a localização do sítio numa bacia visual. Como exemplo desta relação em terceiro plano com a paisagem, temos a visual interna à Sul, em que a igreja matriz ganha evidência no relevo e localização e a visual à Oeste, cuja composição visual apresenta um diálogo entre natural e construído.

Dado o exposto, os valores identificados permeiam desde aspectos sociais e simbólicos de uma cultura - que se desenvolveu a partir dos pilares da fé e da religião - até valores visuais mais intuitivos, baseados na sensação cognitiva com a paisagem circundante e dos padrões de visibilidade e acessibilidade interna. A partir dessas relações nos diferentes planos: simbólico, histórico, social e funcional do equipamento, nota-se que este valor de conjunto e o valor de apropriação do espaço, podem estar relacionados de maneira global. Isso pode então justificar certas sensações vivenciadas in loco, bem como a própria conservação do mesmo, no que diz respeito ao uso e manutenção do espaço. Este tipo de estudo pode então servir como base para valorar este tipo de equipamento, do ponto de vista da preservação patrimonial, não somente do equipamento em si, mas também de sua imagem simbólica perante uma cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural, Sintaxe Espacial, Percepção Ambiental, Arquitetura Cemiterial.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural:** Elementos de configuração morfológica e valores de preservação. 2010. 366. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia:** da fragmentação à integração. 2011. 347. Tese (Doutorado em História, área de Concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

GUTIERREZ, Ester e Rogério. **Arquitetura e assentamentos ítalo-gaúchos 1875-1914.** Passo Fundo, UPF, 2000.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul;** implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre –RS: Grafosul – Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda, 1975.

MATOS, S.M.de; MUTZENBERG, D; CISNEIROS, D. **Análise tipológica das lápides do cemitério Nossa Senhora de Lourdes da cidade de São Raimundo Nonato –PI.** Artigo, 2017 (Revista Noctua –Fundação Paranâ-Buc). Disponível em: <http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/2cff9_6.%20Shirlene%20Formatado%20Final.pdf> Acesso em: 01 de Jul 2019.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H.. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos:** um estudo sintático. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>> Acesso em: 01 de Jul 2019.

Paisagem cultural: análise visual da paisagem de Santa Tereza, RS

Cultural landscape: visual analysis of the landscape of Santa Tereza, RS

FELIN, Pauline Fonini (1); MOLON, Bruna Nunes (2)

(1) Professora Mestre, Universidade de Caxias do Sul, pffelin@ucs.br ;

(2) Graduanda, Universidade de Caxias do Sul, bnmolon@ucs.br .

RESUMO EXPANDIDO

A fim de atualizar o acervo do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC¹) e o projeto de pesquisa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), iniciou-se o estudo de Paisagem Cultural com enfoque para a caracterização do núcleo urbano do município de Santa Tereza, localizado no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o objetivo da pesquisa é propor a caracterização e identificação de conjuntos arquitetônicos com interesse patrimonial e possibilitar a preservação e valorização do patrimônio paisagístico da cidade, com a compreensão das estações de observação do espaço aberto de maior valor cênico.

A metodologia adotada, além da revisão bibliográfica, que define o que é paisagem cultural, consiste no levantamento de campo. Este, é sustentado por registros fotográficos, testemunhos orais, recolhimento de documentos e dados históricos em arquivos da Prefeitura de Santa Tereza. A utilização de material gráfico, bem como os dados orais, apresentados ao longo do relatório auxiliaram na compreensão da importância de se preservar a memória, a cultura e a identidade de uma sociedade.

Conforme Ribeiro (2007), a paisagem é consequência da materialização da relação entre homem e natureza, em diferentes tempos e espaços. Ou seja, expressa memórias, origens e costumes de uma determinada cultura que a moldou, até conquistar sua identidade própria. Porém, seu conceito pode adotar diferentes sentidos, pois, compreender a paisagem a partir da percepção de um observador em movimento, com distintos percursos, permite delegar, a um mesmo espaço ou unidade, variadas interpretações. Dessa forma, para entender de fato a paisagem cultural, devem-se levar em conta as características dos espaços, que são definidas através da percepção humana e da sensação que tais elementos causam nos usuários em movimento. Segundo Barella (2010, p. 79), as principais categorias analíticas da percepção do espaço “são apreendidas a partir do mecanismo perceptivo estabelecido por intermédio do movimento, seleção e transformação da informação e que constituem a técnica de análise sequencial como método de descrição”.

Maria Elaine Kohlsdorf (1996), em seu livro “A apreensão da forma da cidade” indica que as cidades falam, nos dizem onde estamos e, também, como podemos nos locomover de um lugar para outro. Algumas, mostram com clareza, outras confundem, pois, a facilidade ou não de entendê-las depende de suas formas e se possuem

¹ O IMHC, da Universidade de Caxias do Sul, atua em cinco áreas relacionadas com a preservação e o estudo da memória, individual e coletiva, pessoal e institucional, nos diversos campos da cultura.

características únicas que ressaltam sua identidade. Assim como, a apropriação do espaço é um processo cognitivo e, também, comportamental, pois depende da forma que o observador interage, com que se orienta e com que se identifica com o meio em que se encontra.

Além disso, Saboya (2014) realiza um estudo com intuito de compreender as relações entre espaço aberto e os comportamentos sociais, explorando os níveis de visibilidade e de acessibilidade. Dessa forma, o autor defende que o “mover-se” pelo espaço está diretamente ligado ao “ver”, provocando no observador, significados, comportamentos, movimento e, também, a permanência, pois, as áreas que podem ser vistas com mais facilidade tendem a ser utilizadas com mais frequência do que áreas com pouca visibilidade.

O município de Santa Tereza, fundado em 1885 por imigrantes italianos, emancipou-se de Bento Gonçalves em vinte de março de 1992 e, possui hoje, aproximadamente, dois mil habitantes, sendo que, um terço destes, reside na cidade e dois terços na zona rural. Sua economia é baseada na agricultura, com predominância no cultivo de parreirais e hortifrutí, e, também, na criação de suínos, agroindústria e artesanato. Santa Tereza, além disso, está entre os municípios mais visitados da Serra Gaúcha, pois é cercada das belas paisagens, rodeada dos vales e natureza, e chama a atenção para as casas históricas, o campanário, vinícolas, grutas e cascatas naturais.

Situada às margens do Rio Taquari e do Arroio Marrecão, o município limita-se a norte com Cotiporã, a sul com Coronel Pilar, a leste com Monte Belo do Sul e em seguida Bento Gonçalves e, a oeste com São Valentim do Sul e Muçum. Possui uma área de 72,3 Km².

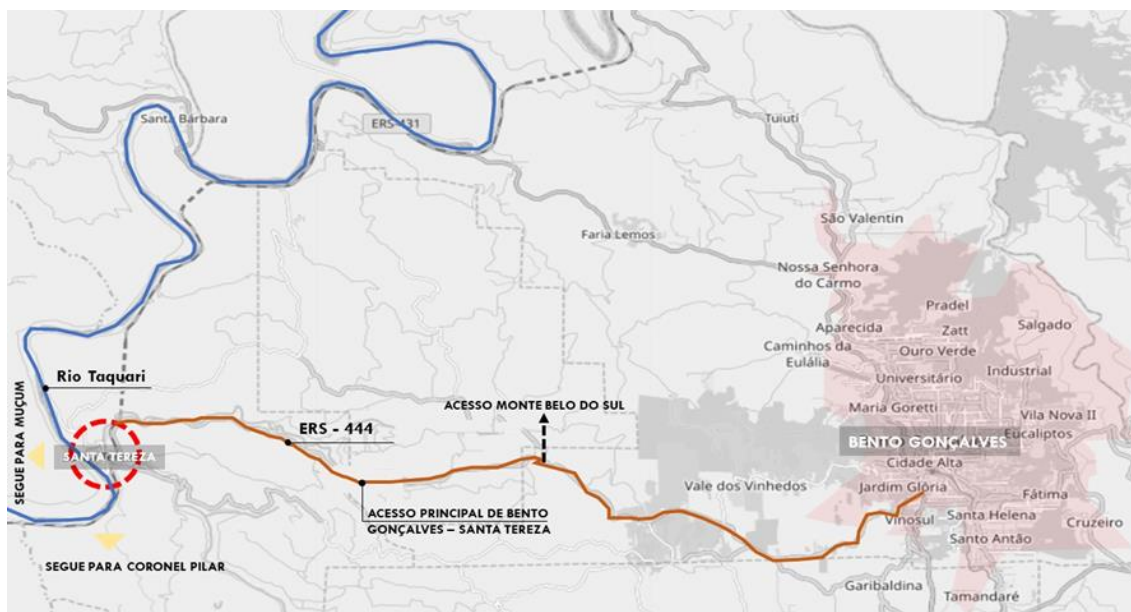


Figura 1 - Localização do município de Santa Tereza - RS.

Fonte: GOOGLE MAPS - ADAPTADO PELA AUTORA, 13 de abril de 2019.

Os imigrantes italianos, na época da colonização, iniciaram intervenções na paisagem que culminaram na construção do que, após, veio a ser a arquitetura do local, visto como patrimônio edificado de Santa Tereza, que transmite a cultura e memórias daquele tempo, até os dias de hoje.

No dia cinco de novembro de 2010, então, o município teve aprovado o tombamento de seu núcleo histórico e paisagístico pelo IPHAN, partindo da própria comunidade a reivindicação desse processo, com o intuito de proteger a riqueza de todo o patrimônio cultural e herança do passado.

Com isso, para uma melhor compreensão da cidade em estudo, bem como as características estruturadoras do local, tal como se apresentam, elencaram-se quatro percursos, onde cada um deles apresentam peculiaridades que os identificam. Os critérios de escolha destes percursos foram baseados nos caminhos que apresentavam maior prevalência de bens tombados pelo Iphan. Como um todo, a área central foi definida para o estudo dos percursos devido à importância histórica do local, além de sua diferenciação cênica, que proporciona harmonia entre massa edificada e natural. Dessa forma, fica perceptível a necessidade de se compreender a história, a memória e a cultura de um povo, que influenciarão no espaço e desenvolvimento de uma área.

O trecho 01, denominado “ESTRADA DO VINHO”, é constituído, basicamente, por atividades agrícolas. A principal marca dos imigrantes italianos é o cultivo extensivo da uva, que recobre as encostas dos vales do local e destaca o percurso como, dentre os outros, a propriedade rural mais desenvolvida. Possuir poucas edificações que se destacam e poucas residências ao longo do caminho.

O trecho 02, denominado “CAMINHO PARA O CAMPANÁRIO” estabelece um primeiro contato visual com o município e está situado dentro do limite urbano, diferentemente do percurso 01. Dessa forma, nota-se o aumento da massa edificada, porém, sem perder a massa vegetal, que recobre os morros e pode ser visualizada por todo seu núcleo central. É importante ressaltar, também, o Campanário da Igreja Matriz, com valor patrimonial da área e que, em função de sua verticalidade e a localização em uma via mais inclinada, é um elemento que pode ser visto da maioria das ruas da cidade, desde a entrada principal. Está presente no percurso, também, a via férrea, sob a ponte que conduz e direciona o observador à cidade e produz o efeito de mirante devido à diferença de níveis percebida e a maior possibilidade de visuais para o local.

É perceptível que, neste trecho, a massa vegetal se comporta como plano de fundo em cada cena, enquanto o foco de observação fica centrado nas edificações. Essas construções configuram continuidade e direcionamento ao lugar, devido ao alinhamento entre elas. Além disso, as edificações mais antigas trazem um indicativo das tipologias que ali foram implantadas.

O trecho 03, denominado “DO CENTRO HISTÓRICO”, aborda o núcleo histórico de Santa Tereza, que é um dos principais pontos turísticos da região. No percurso, destaca-se o uso residencial, com alguns pontos comerciais, além dos fundos de um parque e o cemitério. O efeito perceptivo percebido no local, é, basicamente, de continuidade e direcionamento, visto o alinhamento e ritmo das edificações, que não possuem afastamento frontal. Com isso, a visual torna-se mais fechada, na maioria dos casos. É uma das principais vias do município, onde localiza-se a prefeitura.

Enfim, o trecho 04, foi denominado “DO RIO TAQUARI”, que é constituído, basicamente, por edificações de uso residencial com alguns pontos comerciais, situados mais próximos ao centro. Há, também, o Estádio Colosso do Vale, a praça e, ali próximo, uma área de criação de ovelhas. A visual para o Rio Taquari sintetiza a análise do local, que proporciona efeitos de amplidão, mirante e direcionamento.

Com o estudo detalhado dos percursos apresentados, é possível perceber que o campanário da Igreja Matriz foi um elemento marcante e simbólico e, através de sua imponência, é considerado um marco visual. O capitel esteve presente em todos os

caminhos explanados e atribuiu ao observador, além do valor cênico, um ponto referencial dentro da cidade.

Após a análise das diferentes estações, foram verificadas as conexões, que, segundo Maria Elaine Kohlsdorf (1996), são corredores visuais e terminais de seqüências de deslocamentos [...]. Ou seja, representam as portas de entrada e saída dos lugares, ou então, do acesso entre as partes de um todo. São pontos, construídos ou naturais, que se destacam na paisagem e estabelecem forças ao lugar. Assim, a massa natural, como a vegetação, o relevo e o rio, bem como o patrimônio edificado, sendo plano de fundo das cenas ou elementos principais, proporcionam legibilidade e orientabilidade ao sítio, que devem ser preservados e valorizados, a fim de manter as características presentes em cada um deles.

Com a elaboração de quadros conclusivos, baseados na metodologia proposta por Barella (2010), têm como objetivo, demonstrar os valores perceptíveis visualmente na paisagem do núcleo urbano de Santa Tereza. A partir disso, notou-se que, o percurso que mais contribuiu para as relações visuais responsáveis pela formação da identidade do núcleo urbano do município foi o 02 – CAMINHO PARA O CAMPANÁRIO. O trecho apresentou diversas possibilidades de visuais e conexões, além de possuir uma estrutura visual bem definida e ampla, sintetizando a identidade do todo com força e clareza. Também, é importante ressaltar a importância do percurso 04, destacado pela presença visual e simbólica do Rio Taquari para toda a comunidade. O percurso 03 é relevante, principalmente, pela identificação do campanário, que é visto durante todo o trajeto, porém, é de menor contribuição devido ao trecho possuir um caráter mais residencial, com visual estreita e fechada ao observador.



Figura 2 - Panorâmica Campanário e massa vegetal como síntese do local.
Fonte: fotografia de Bruna Nunes Molon, 25 de maio de 2019.



Figura 3 - Panorâmica Campanário e massa vegetal como síntese do local.
Fonte: fotografia de Bruna Nunes Molon, 25 de maio de 2019.

Com características únicas dentro de um núcleo urbano, as paisagens naturais identificam o local e fazem parte da síntese de cada estação, além de tornar os percursos com estímulos mais fortes. Pode-se destacar, por exemplo, as imagens acima, como potencialidades da interação entre as massas e, também, da facilidade de entendimento do todo, devido à ampla visibilidade, seja como plano principal ou plano de fundo.

Dessa forma, o mapeamento das áreas de maior interesse teve como objetivo indicar as diretrizes, ou seja, os pontos estratégicos que merecem um planejamento diferenciado futuramente, como áreas de preservação e controle de crescimento. Dessa forma, evita-se a perda desses conjuntos arquitetônicos, com alto grau de valor cênico e cultural, com o passar do tempo com um possível crescimento da cidade. Finalmente, pode-se definir o potencial de preservação desta área.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Tereza, paisagem cultural, memória, conexões, preservação.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural:** Elementos de configuração Morfológica e Valores de Preservação. Dissertação de Mestrado – Curso de Arquitetura e Urbanismo – Departamento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2010.

DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural Análise Da Visibilidade do Espaço Aberto de Recorte da Área Rural do Município de Flores da Cunha.** Relatório da disciplina de Estágio Curricular em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2018.

ECIRS, Projeto. Olhares sobre o território. In: TÔNUS, João W. org. VICTUR: **Valorização do Turismo Integrado à Identificação Cultural dos Territórios.** Caxias do Sul, RS: Belas Artes, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1996.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio e POZENATO, José Clemente. **Cultura, Imigração e Memória:** Percursos e Horizontes: 25 do ECIRS. Caxias do Sul, EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio – coordenadora técnica. **Santa Tereza/ RS a Pequena Capital.** Caxias do Sul, 2012.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro, IPHAN/COPEDOC, 2007.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos:** um estudo sintático. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>> acesso em 20 de junho de 2019.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **A paisagem como patrimônio cultural:** Campos Gerais e Matas com Araucárias no Paraná. Ponta Grossa: ed. UEPG, 2010.

Paisagem cultural: evolução urbana no município de Santa Tereza

Cultural landscape: urban evolution of the municipality of Santa Tereza/RS

BRAND, Débora Luísa Corso (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

(1) Graduanda, Universidade de Caxias do Sul, debi_brand@hotmail.com ;

(2) Professora Doutora, Universidade de Caxias do Sul, smfbarel@ucs.br .

RESUMO EXPANDIDO

Com o intuito de salvar o patrimônio histórico edificado e cultural constituídos com o passar do tempo e tombados como Patrimônio Histórico e Cultural pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o projeto ECIRS (Elementos Culturais das Antigas Colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul) - que estuda os aglomerados urbanos que tiveram início com a imigração e colonização italiana que se iniciou nos anos 1800 no Rio Grande do Sul, juntamente com o IHMC (Instituto de Memória e História Cultural) - sugeriu visitar o município de Santa Tereza para realizar pesquisa sobre sua história, evolução, usos, acessibilidade e urbanidade.

Situado às margens do Rio Taquari, Santa Tereza é um distrito emancipado de Bento Gonçalves, localizado na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e obteve sua emancipação política em 1992. O município participou - em 2004, do processo de tombamento de seus edifícios e conjunto natural pelo IPHAN, processo esse concluído em 5 de novembro de 2010. As edificações do núcleo urbano de Santa Tereza conformam exemplos expressivos da arquitetura ítalo-brasileira e devido à localização do município e o difícil acesso por terra a outros municípios durante a maior parte da sua história, essas edificações formam um conjunto único e que não sofreu grandes alterações. As 25 casas de madeira e alvenaria tombadas e o traçado urbano preservado – consolidado até 1960 - formam o mais íntegro dos núcleos urbanos gaúchos exemplo da arquitetura de imigração. A relação desse núcleo com as montanhas que o circundam mantém a qualidade do sítio histórico com o meio natural. (IPHAN, 2007)

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a paisagem cultural do município de Santa Tereza, Rio Grande do Sul, Brasil, através de estudo e análise da sua evolução urbana. Os dados da pesquisa foram coletados através de arquivos concedidos pelo IPHAN - órgão que é responsável pelo tombamento do núcleo urbano e natural do município, que ocorreu em 2010 - visitas a campo e trabalhos anteriores feitos por alunos da UCS (Universidade de Caxias do Sul), assim como trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação.

Para a fundamentação teórica da pesquisa, primeiramente procurou-se definir o conceito de paisagem, “entendida como um sistema físico de espaços abertos, indissociável das permanências edificadas que lhe são estruturantes e dos usos e significados estético-históricos que lhe conferem identidade”. (BARELLA, 2010, p.24). Também se discorre sobre a importância de documentos como a Carta de Atenas, Carta de Veneza e Carta de Washington para a definição de paisagem e métodos para a sua preservação. Em relação à abordagem da evolução urbana, foi seguida a metodologia de análise de Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, explicitado no livro “Porto

Alegre e sua Evolução Urbana”. As autoras sugerem a divisão da evolução urbana de um local em fases que se distinguem através de fatores populacionais/socioculturais, econômicos e administrativos. São de grande destaque a relação entre população e funções segundo a lei geral do crescimento, citada por Souza e Müller, que fala que “um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas e suas funções” (SOUZA E MÜLLER, 2007, p.17). O estudo da evolução urbana das cidades é assunto de grande importância para o conhecimento da formação dos aglomerados urbanos e também para a população que a habita. Entender a história de um lugar permite que a população se aproprie dos espaços construídos de forma mais completa, entendendo a sua importância no conjunto geral da cidade e podendo tirar partido dessas edificações e marcos históricos em proveito da comunidade, tanto em investimentos em turismo como intervenções urbanísticas respeitadas e efetivas para a população. Barella fala desse processo, destacando que, mesmo com mudanças nas estruturas das cidades, elas ainda contêm delimitações históricas visíveis em seus edifícios, como é dito a seguir:

Assim, podem ser considerados como sistemas em permanente estado de tensão, tendendo à transformação e mudança devido ao encerramento ou ruptura de processos econômico-sociais que lhe deram origem, mas, ainda assim, passíveis de delimitação de descrição em sua dinâmica evolutiva. (BARELLA, 2010, p.26)

Com o estudo evolutivo, visou-se chegar nos elementos significativos de cada um dos períodos elencados. “Os elementos singulares (significativos) são todo e qualquer patrimônio cultural, material e natural, que possui história e interesse relevante para a caracterização de um território” (FRACASSO *apud* ONUS E TRAVI, 2014, p. 40). Esses elementos seriam importantes no âmbito da conversação da integralidade do município por manterem características específicas que representam o desenvolvimento da cidade. Demarcando esses edifícios, foi feito um levantamento de fichamento de inventário, utilizando como base as fichas do projeto VICTUR (Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios).

Foram propostos cinco períodos que dividem a história do município de Santa Tereza. O primeiro, que vai de 1875, ano da chegada nos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, até 1916, discorre sobre o início da construção da comunidade e o começo do progresso que fariam no período seguinte com a forte possibilidade do comércio fluvial. No segundo período, de 1916 a 1955, aborda-se o grande crescimento econômico que a cidade presenciou devido ao nível elevado de troca de produtos que fazia com o resto do estado, incluindo a capital Porto Alegre. Essa troca se fez possível devido à localização privilegiada de Santa Tereza às margens do Rio Taquari, justamente no ponto onde suas águas eram suficientemente profundas para a navegação. Assim, a cidade se conforma como a única das colônias italianas que teve o benefício do transporte e comércio fluvial. O terceiro período, que vai de 1955 a 1969, discorre sobre a chegada da linha ferroviária em Santa Tereza. Nesse período, o porto não se encontrava mais ativo devido à uma grande enchente que aconteceu em 1941 e gradual assoreamento do rio. O quarto período, que compreende os anos de 1969 a 1992, discorre sobre as dificuldades encontradas pelo povo de Santa Tereza com o assoreamento do rio e desativação do porto, que desencadeou um processo de decréscimo econômico, acarretando na saída de jovens e adultos que rumavam a cidades vizinhas para encontrar perspectiva de emprego e estudos. Esse processo de êxodo rural culminou na emancipação do município, que ocorreu em 1992, data que finaliza o período. A quinta e última fase ocorre de 1992 até os dias atuais e esse período

se conforma como uma tentativa de crescimento da cidade. De processos significativos ocorridos nesse período, cita-se uma nova enchente que afetou o município em 2004, e o tombamento de edifícios pelo IPHAN, processo esse que teve seu término em 2010.



Figura 1 - Mapa do município com marcação de períodos e elementos significativos Fonte: a autora com bases em mapa de Santa Tereza extraído do CadMapper

De acordo com o estudo evolutivo feito anteriormente, chega-se na conclusão de quais edifícios foram os elementos significativos de cada período. Para o primeiro, temos a Primeira Escola E Casa Do Professor, construída em 1898, a Prefeitura Municipal, de 1903, o Moinho Cooperativa Santa Tereza, de 1904, a Casa Prezzi, de 1905, a Casa Dianei Fierri, de 1910, a Casa Miele, de 1910, o Antigo Hotel Central, e 1910 e a Casa Comercial Stringuinni, de 1911.

A segunda fase, principal para o desenvolvimento da cidade, foi que apresentou mais edifícios escolhidos como significativos. São eles: a Residência João Ferronato, de 1915, a Ponte Pêncil, de 1915, a Casa Comercial Lahude, de 1916, a Casa Remus de 1920, a Antiga Casa De Saúde (Casa Piccinini), de 1922, o Campanário, de 1927, a Casa Família Lahude, de 1930, o Moinho Valduga, de 1930 a Casa Irdes/Inácio Casagrande, de 1930, a Biblioteca Pública Nacional, de 1935, a Antiga Subprefeitura, de 1935, a Casa Paroquial, de 1939, a Antiga Fábrica De Alambiques E Máquina De Sulfatar, de 1945 e a Praça Maximiliano Cremonese, de 1950.

A terceira fase é marcada pela construção da ferrovia, e a antiga estação ferroviária, provavelmente construído em 1969, assim como o Antigo Teatro Municipal, de 1955, foram marcados como elementos significativos do período. Devido ao declínio econômico visto durante a quarta fase e a tentativa de crescimento da quinta fase, foi marcada como elemento significativo a Igreja Matriz de Santa Tereza, de 1967, que foi construída rapidamente após a demolição da antiga Igreja Matriz.

Com essas informações, foram produzidas as fichas de inventário entre os elementos significativos escolhidos para cada período. Foram selecionadas três edificações do primeiro período para o fichamento, listadas a seguir: a Primeira Escola e Casa do

Professor, a Casa Dianei Fierri e a Casa Miele, e também três edificações do segundo período, listadas a seguir: a Antiga Casa de Saúde, o Campanário e a Antiga Fábrica de Alambiques e Sulfatar. A seguir, é apresentada a ficha da Casa Miele, servindo como exemplo também para as outras edificações selecionadas no trabalho.





		
1. IDENTIFICAÇÃO DENOMINAÇÃO: Casa Miele COMUNIDADE: Santa Tereza ENDEREÇO: Av. Itália PROPRIETÁRIO ATUAL: USO ORIGINAL: Barbearia e fábrica de calçados USO ATUAL: Restaurado		2. OBJETO Nº: 03
3. LOCALIZAÇÃO 		4. CROQUI 
4. FACHADA PRINCIPAL 		
5. REGISTRO HISTÓRICO Construída em 1910, na Casa Miele inicialmente se instalaram uma barbearia e uma fábrica de calçados do Sr. Paulo Miele. Edificação de dois pavimentos, com estrutura e revestimentos de madeira, com fechamentos também em madeira com verga reto, la de pedra e tijolos feitos manualmente. Contém janelas com arco pleno no primeiro pavimento e verga plana no superior.		

Figura 2 - Ficha de Inventário da Casa Miele P.01
 Fonte: a autora com bases nas fichas do Projeto VICTUR.

7. FOTOS



8. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

DATA DE CONSTRUÇÃO 1910	TIPOLOGIA civil <input checked="" type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/>	CAMPANÁRIO lateral frontal <input type="checkbox"/> lateral fundado <input type="checkbox"/>	TORRE SINEIRA central <input type="checkbox"/> lateral <input type="checkbox"/>	NÃO POSSUI
IMPLANTAÇÃO única <input checked="" type="checkbox"/> d. fuso <input type="checkbox"/>	ELEMENTOS FORMAIS			
GRAU DE ORIGINALIDADE intacta <input type="checkbox"/> alterado parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> alterado total <input type="checkbox"/>	FAÇE			
AMBIENTAÇÃO positiva <input checked="" type="checkbox"/> neutra <input type="checkbox"/> negativa <input type="checkbox"/>	CONSERVAÇÃO			
PROTEÇÃO municipal <input checked="" type="checkbox"/> municipal principal <input type="checkbox"/> proteção estadual <input type="checkbox"/>	CONSERVAMENTO			
CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA arquitetônico <input checked="" type="checkbox"/> valor ornamental <input type="checkbox"/> de uso atual <input type="checkbox"/> de acessibilidade e reciclagem <input checked="" type="checkbox"/> de conservação <input type="checkbox"/> de identidade regional <input type="checkbox"/> de raridade formal <input type="checkbox"/> de risco de desaparecimento <input type="checkbox"/> de singularidade <input checked="" type="checkbox"/> de compatibilização c/ o est. urbano <input checked="" type="checkbox"/> de raridade funcional <input type="checkbox"/>	CONTEÚDO			
9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
10. FONTE Visita a campo, fichas prévias de inventário, trabalhos acadêmicos e livros.				
11. PESQUISADORES Débora L.C. Brand				12. DATA 15/06/2019

Figura 3 - Ficha de Inventário da Casa Miele P.02
Fonte: a autora com bases nas fichas do Projeto VICTUR.

Com o estudo, busca-se facilitar e ajudar na proposição de diretrizes e critérios para planos de regramento local da cidade, como possível normativa de proteção e regramento de uso de solo, e leis de preservação do patrimônio da cidade, assim contribuindo para o planejamento de futuros planos diretores. Com a delimitação dos elementos significativos, é possível marcar áreas específicas de preservação do núcleo que - mesmo já sendo tombado pelo IPHAN, carece de manutenção e preservação em alguns edifícios. Algumas dificuldades foram encontradas na realização do trabalho em virtude da indisponibilidade da visita a campo com a equipe do IMHC, o que impossibilitou a coleta de relatos de memória oral em entrevistas a moradores, assim como uma maior varredura pelo perímetro urbano e rural do município. Outro fator a falta de possibilidade de manipular todos os dados disponíveis para realizar o estudo devido ao pouco tempo que uma disciplina de um semestre proporciona. Assim, as

demandas sugeridas para trabalhos posteriores sobre a evolução urbana de Santa Tereza são fazer a visita e as entrevistas à população e ampliar, revisar ou contestar o estudo sobre a evolução urbana de Santa Tereza, adicionando elementos significativos para cada fase, em especial a quarta e quinta, que requerem maior tempo de pesquisa, além de fotos de cada período.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Tereza; Evolução Urbana; Paisagem Cultural.

REFERÊNCIAS

- BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural: Elementos de configuração Morfológica e Valores de Preservação**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2010
- COSTAMILAN, Eloise - **Documentação Para Processo De Tombamento Do Núcleo Histórico De Santa Tereza**. Caxias do Sul, 2005.
- COSTAMINAL, Eloise. **Centro de Apoio Turístico e Cultural – Trabalho de Conclusão de Curso**. Caxias do Sul, 2005.
- DAMAZZINI, Marcelo. **Configuração regional, segregação espacial e os processos de estagnação em pequenas cidades: O Caso de Santa Tereza/RS**. Porto Alegre: Tese de Pós-Graduação, 2017.
- DUDA, Elisa. **Paisagem Cultural: Evolução Urbana E Memória Oral**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2014.
- DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural: Análise Da Visibilidade Do Espaço Aberto De Recorte Da Área Rural Do Município De Flores Da Cunha**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2018.
- FRACASSO, Janaina. **Plano Local de Desenvolvimento: Estudo da Evolução Urbana do Município de Veranópolis**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2014.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Délia Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001. 317 p
- INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Santa Tereza/RS a pequena capital**.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1996.
- LEPORE, Mario; SANTINELLI, Cecília. **Curso de Turismo Ambiental e Patrimônio Histórico**. Cadernos ILLA, 18 A 29 de setembro de 2006. – Cópia Digitalizada da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – Arquivo Central do Iphan no processo de tombamento Nº 1568-T-08, anexo III
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições70, Publicado em 1960, 1.ed., reeditado em 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ONUS, João Wianey; TRAVI, Claudete Maris Taiarol PROJETO URB-AL/VICTUR. **Projeto VICTUR**, valorização do turismo integrado à identidade cultural dos territórios. Caxias do Sul, RS: Belas Artes.
- SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Ed. da UFRGS, 1997. 147 p
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília, Iphan, 2007.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; BALDISERRA, Doris; DE MORI, Paulo Rogério; BARELLA, Sandra Maria Favaro; TEIXEIRA, Alessandra Braun; CERON, Calíntia Argenta; RODRIGUES, Cheila Netto; BERTOCO, Cristiane; FRITZEN, Daniela; LONGONI, Daniela;

COSTAMILAN, Elisa; GATELLI, Francine; FRIZON, Monica; UEZ, Pablo; MUNARO, Rachel;
BUCHEBUAN, Terezinha; DA COSTA, Tiago Dallegrave; SCHIAVENIN, Vivian.

Documentação para instrução do processo de tombamento do núcleo histórico de Santa Tereza/RS. Caxias do Sul, 2005;

Paisagem urbana das construções no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo: uma análise dialógica

*Urban landscape of buildings around the São Paulo State Technical
School: a dialogical analysis*

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca (1); ALVES, Caroline Daiane (2)

(1) Unesp, rosiofbs@faac.unesp.br ;

(2) Unesp, carolinedaianealves@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

A preservação do patrimônio é importante para a permanência da memória coletiva e individual de um período histórico, mostrando sua história nas edificações pela sua morfologia. As edificações preservadas são importantes para as gerações futuras, John Ruskin (2015, p.66), considera “a arquitetura imprescindível para a memória”. Com esse conceito utilizaremos como objeto de estudo a paisagem urbana do entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo por estar beneficiado pelo centro histórico da cidade de São Paulo, com construções importantes.

Le Goff, nos mostra que a história é o resultado da construção de documentos e monumentos. Para o autor, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (p.535, 1996).

A Escola Técnica Estadual de São Paulo fica localizada em arredores históricos no centro da cidade de São Paulo, com entrada pela Avenida Tiradentes e com construções significativas como os conjuntos das antigas instalações da Escola Politécnica, a praça da luz, Museu de arte sacra, Pinacoteca, Estação da luz, Arquivo histórico municipal, Portal de Pedra do antigo presídio Tiradentes, entre outros. Tornando um entorno precioso com construções importantes para a cidade. É impossível andarmos no centro de São Paulo, principalmente no entorno dessa escola e não descobrir apenas com esse caminhar a incrível arquitetura que reúne beleza, mas também faz com que identifiquemos a cidade em momentos diferentes com organizações sociais, econômicas, políticas e culturais, significativo para formação da região.

Este estudo objetivou analisar o entorno da construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, por ser uma região rica em patrimônio e porque nessa unidade possui um curso de Desenho de Construção Civil, e na sua grade curricular apresenta uma disciplina de História da Produção Arquitetônica e Paisagem Urbana sendo que o caminhar nesse entorno é “um ato cognitivo”, podendo enriquecer o conhecimento dos discentes e ser utilizado como objeto de estudo.

No terreno da Escola Técnica possui construções tombadas pelos três níveis, municipal (CONPRESP), estadual (Condephaat) e federal (IPHAN), sendo eles o edifício Hipólito Pujol e o edifício Oscar Machado, ligados um ao outro e pertencentes às antigas

instalações da Escola Politécnica. Por estarem localizados no centro histórico de São Paulo, pela grande presença de edifícios tombados, presença de transportes públicos, avenida com grande fluxo de veículos, grande circulação de pedestres, construções preservadas, comparado a outras regiões históricas da cidade que não possuem a mesma preservação, será apresentada uma análise dialógica dessa paisagem urbana e suas contribuições para preservação das edificações e para o ensino na disciplina de História da Produção Arquitetônica e Paisagem Urbana.

Será analisado as construções do entorno, se limitando à um raio aproximado de 150 metros, atingindo o entorno da quadra que fica localizado a construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, junto com a Faculdade Tecnológica São Paulo, conforme a figura 1. Mesmo sendo uma área não tão grande, ela possui uma grande quantidade de construções a serem estudadas e de grande valor histórico.



Figura 1 - Entorno das edificações da Escola Técnica Estadual de São Paulo e Faculdade Tecnológica São Paulo. Fonte: Google maps, 04 de agosto de 2019.

Manter a Arquitetura e a Paisagem Urbana é importante para os alunos da Escola Técnica Estadual de São Paulo como um processo cognitivo, entendendo a história da arquitetura e a lição do patrimônio conservado, percebendo o valor dos edifícios e da paisagem urbana para sua formação profissional e também para manter a memória coletiva e individual e ajudando na sua formação sobre os conceitos de Patrimônio Histórico.

Essa resguarda da paisagem urbana, cercada de construções importantes para história, auxilia na formação do indivíduo, afinal, "O homem constrói o lugar a partir de sua concepção histórica" (MUNTAÑOLA, 2000, p.17). Importante para os alunos que frequentam as escolas e até mesmo essa visão para os usuários dos espaços no entorno, pois mantém a preservação.

Será utilizado para coleta de dados a pesquisa bibliográfica referente às edificações da escola, incluindo as edificações da Fatec São Paulo, por fazerem parte do mesmo espaço e as edificações do entorno, também uma análise da paisagem urbana das ruas em envolvem essas construções e levantamento com fotos.

As edificações existentes nesses espaços são os edifícios Hipólito Pujol e Oscar Machado, construídas em 1938, espaço que abrigava o Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica e o Gabinete de Resistência, percursos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), outra construção do mesmo período é onde fica as instalações e parte administrativa da escola, o edifício Ary Torres, preservado, porém não tombado.

As edificações que se encontram na mesma avenida são o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, Museu de Arte Sacra, Mosteiro da Luz, Portal de Pedra pertencente ao antigo presídio Tiradentes edificações que ficam localizadas na mesma Avenida das edificações da Escola técnica e Faculdade tecnológica.

Na Rua dos Bandeirantes com construções de edifícios residenciais, estacionamento e construções comerciais.

Já na Rua Afonso Pena, construções de edificações mistas, comercio e edificações fazendo com que tenha uma movimentação de pessoas durante o dia e noite, ajudando na preservação do espaço. Além disso a paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, Arquidiocese de São Paulo, com elementos arquitetônicos românicos, a presença da Biblioteca Departamento do Patrimônio Histórico e o edifício Ramos de Azevedo localizado no terreno da escola, porém situado nessa rua que hoje tem como finalidade guardar os documentos públicos e municipais, tendo mais de 4,5 milhões de documentos.

Na Praça Coronel Fernando Prestes, com a concentração maior de edificações históricas temos o Quartel do Comando do comando geral da Polícia Militar do estado de São Paulo, o Arquivo Histórico Municipal, responsável pela guarda, preservação dos documentos considerados de valor histórico, o Edifício Paula Souza, construído na época para abrigar os laboratórios gerais da Politécnica, também a fachada do Edifício Hipólito Pujol.

Será utilizado a metodologia dialógica com a fundamentação teórica de Bakhtin, Muntañola e Zarate, analisando essas construções com a paisagem urbana. Assim podemos relacionar a produção arquitetônica e a paisagem cultural com seu contexto ou modos de produção.

Sobre a dialogia, Muntañola (2006, p. 62-63) ressalta que a noção arquitetônica está indissoluvelmente unida a de contestabilidade (conversabilidad) (answerability), ou seja, a capacidade de se dirigir a alguém ou algo desde outro alguém ou outro algo. Esta capacidade de “dirigir-se-á” é essencial na teoria dialógica do conversar, que pressupõe uma intenção de dirigir-se, de comunicar, não “individual”, mais “social” (SALCEDO et al., 2015).



Figura 2 -Fachada do Edifício Paula Souza, antigas instalações da Escola Politécnica.
Fonte: wikipédia, 04 de agosto de 2019.

Usando como um ponto de partida para a análise, a princípio verificar o texto determinado por Bakhtin “a arquitetura”. É importante destacar que o texto (arquitetura) se relaciona de uma forma dialógica com o contexto existente. Significativo entender que a arquitetura conversa com a paisagem urbana, mostrando a presença do texto e contexto apresentados por Muntañola. A análise dialógica parte do texto (edificações) localizando eles nessa paisagem urbana e trazendo suas características, a partir dessas informações teremos o levantamento do contexto das edificações, "análise do contexto considera a formação urbana, a morfologia urbana e edilícia, aspectos sociais e culturais, equipamentos comunitários (educação, saúde, lazer), serviços (transporte coletivo, segurança), meio ambiente, espaços públicos livres e as políticas". (Martins, 2016, p. 45)

Trabalhar com cronotopo e essa observação de tempo e lugar, observando as dimensões físicas, sociais e simbólicas, sendo esta relação entre o projeto (texto) e sua leitura (contexto) é entendida como dialogia. Para Paul Ricoeur e Muntañola a arquitetura deve ser lida e interpretada como um texto inserido em um contexto.

A arquitetura dialógica proposta por Muntañola despertar uma conscientização histórica e cultural nos estudantes, conduzindo-os à interpretação do lugar como força mentora projetual em áreas históricas. Seu método surge como uma nova forma de interpretar arquitetura, não apenas moderada na análise da sua forma, função, escala, implantação, vistas, acessibilidade, limites, técnicas e de seus materiais, mas a partir da historicidade e da cultura dos lugares arquitetônicos. (CHAMMA, ano, p.)

A paisagem urbana, por ser produto de uma determinada cultura pode melhor nos referir a paisagem cultural. A paisagem cultural refere-se aos resultados da interação entre as

ações humanas e a paisagem primária que se desenvolve no tempo (RAPOPORT, 2003, p. 53). Com a assertiva de Rapoport podemos notar a inserção do elemento tempo, tornando a relação lugar-cultura um pouco mais complexa, sendo necessários lugar-cultura-tempo para originar a paisagem cultural.

A importância do valor prefigurativo do projeto está como um projetar histórias, ou seja, na compreensão de qualquer história como uma cadeia de projetos. As prefigurações e as inovações, que hoje não são novos, foram em maior ou menor medida no seu dia. Projetar história é projetar o futuro como projeto cultural, como proposta, somente assim o valor poético de um projeto une: tradição e inovação, passado e futuro, velho e novo. Assim, se prefigura, porque o velho contém inovação quando se interpreta desde o novo. Projetar história é converter a arquitetura num mecanismo que permite qualificação da interação social."(Salcedo, 2015)

Após todo levantamento do texto e contexto das edificações históricas, também é analisado os elementos da paisagem urbana, as edificações residenciais e comerciais que traz a dinâmica necessária para a conservação dos mesmos, mostrando a importância de edificações com grandes circulações de pessoas em diferentes horários.



Figura 3 - Paisagem Urbana da Praça Coronel Fernando Prestes, observando as antigas instalações da Escola Politécnica. Fonte: Google Maps, 04 de agosto de 2019.

A partir da análise é possível perceber a importância dos patrimônios na paisagem urbana para consciência da preservação do espaço, tanto para a memória coletiva, quanto trazendo a identidade cultural e individual. Conseguimos entender a preservação desses espaços pelo simples fato das construções do entorno estarem respeitando as construções históricas, assim como nos assegura, as edificações devem “ser integradas à paisagem edilícia do contexto, respeitando suas características” (SALCEDO, 2009, p. 78).

Destaca-se por construções de um período do final do século XIX, sendo elas as construções das antigas instalações da Escola Politécnica, com uma presença muito marcante pelo ecletismo. A arquitetura do Arquivo Histórico Municipal com elementos também ecléticos, assim como o museu de arte sacra com seu conjunto de construções coloniais, construção do século XVIII, com grande preservação de elementos, materiais e estrutura, tombada pelo Condephaat e pelo IPHAN. A igreja Nossa Senhora

Auxiliadora, mesmo com a construção feita no século XX, possui traços de arquitetura românica. Além das edificações residenciais que se misturam nessas edificações históricas com várias características distintas, mas que trazem a circulação de pessoas nesse espaço, assim como a Escola técnica e a Faculdade tecnológica mostrando a importância de instalações com trajetos de pessoas para a conservação desses espaços.

Enfim, por meio de todo o estudo realizado, foi possível confirmar que em centros históricos, fazendo uma análise dialógica do espaço com os conceitos de texto e contexto, os aspectos sociofísicos, a relação do usuário nessa paisagem urbana pode ser um grande objeto de estudo para mostrar uma boa utilização das construções históricas, trazendo a consciência de conservação de espaço e memória. A partir disso observou que quando se coloca um uso para as construções tombadas e no seu entorno tem a presença de edificações com deslocamento de pessoas durante o dia e noite e transporte público, faz com que o espaço se torna mais útil e mais usado por todo, consequentemente mais respeitado e preservado.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, Escola Técnica Estadual São Paulo, Patrimônio, Método dialógico.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso Técnico em Desenho de Construção Civil**. São Paulo, 2011.
- CHAMMA, Paula Valéria Coiado; SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Ensino dialógico do projeto arquitetônico em áreas históricas**. Maria Solange Gurgel de Castro; Fontes, Obede Borges Faria e Rosio Fernández Baca Salcedo (organizadores). Pesquisa em arquitetura e urbanismo: fundamentação teórica e métodos. –São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 47-68, 2016.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MUNTAÑOLA, Josep. **Topogénesis – Fundamentos de una nueva arquitectura, Arquitect**, n.º11. Barcelona: Edicions UPC, 2000.
- MUNTAÑOLA, J. **Hacia una aproximación dialógica a la arquitectura contemporânea**. In: Revista ARQUITECTONICS. Mind, Land & Society. Arquitectura y Dialogia. No 13. Barcelona: UPC, p. 62-63, 2006.
- RAPOPORT, Amos. **Cultura, Arquitectura y Diseño**. 1 ed. Barcelona: Edicions UPC, p. 44-53, 2003.
- Resolução SC 186/02 - Conjunto Escola Politécnica. Consultado em 04 de agosto de 2018.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória/ John Ruskin**; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.
- SALCEDO, Rosio Fernandez Baca et al. **Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método**. PASCHOARELLI, Luis Carlos; SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. Interação: panoramas das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. Bauru: Canal, v. 6, p. 227-238, 2015.
- ZÁRATE, M. **El lugar urbano como estrategia de conocimiento proyectual em urbanismo**. Revista Arquitectonics. Mind, Land & Society. Hacia un urbanismo alternativo. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya – UPC, No.19-20, 2010.

Paisagens esquecidas de Maricá

Forgotten landscapes of Maricá

ALVES, Ana Claudia Nunes (1)

(1) Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, acnunesalves@id.uff.br ou acnunesalves@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

As imagens ambientais são o resultado da interação mútua entre o humano e o ambiente que, através da percepção, seleciona, organiza e dá novos significados àquilo que percebe, permitindo o estabelecimento de experiências corpóreas, afetivas e simbólicas sobre determinados lugares. Para que isso seja possível, além de permitir uma boa orientação e identidade, essas imagens devem possuir algum significado para o observador, sendo ele prático ou emocional (LYNCH, 1997).

Com a mudança dos sistemas de transporte rurais – a pé, a cavalo ou trem – para sistemas urbanos baseados principalmente no uso do automóvel, a velocidade da comunicação e a aceleração da vida cotidiana fizeram com que a apreensão de imagens, a fruição e percepção das paisagens tornarem-se mais fugidias.

Pois andar a pé proporcionaria uma ampliação de imagens ambientais e, por conseguinte, uma maior sensação de segurança e familiaridade aos lugares, que devem ser dotados do que Lynch (1997) chamou de imaginabilidade, ou seja, características capazes de evocar e provocar os sentidos. Assim, lugares imagináveis seriam aqueles mais atrativos aos olhos e ouvidos.

Utilizando o conceito de paisagem da geografia humanista e cultural como elemento-chave, busca-se refletir sobre memórias da cidade estabelecidas a partir de diferentes paisagens do Município de Maricá em áreas antes valorizadas e preservadas e hoje esquecidas e abandonadas, tanto pelo poder público, quanto pela população local, no intuito de reconhecer memórias a partir destas paisagens.

Pois todas as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, encontram-se ancoradas, tanto no tempo como no espaço, como bem nos coloca Halbwachs:

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. [...] É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p.170)

Neste sentido, utilizamos o termo memórias da cidade assim como proposto por Abreu (1998), relativas ao estoque de lembranças eternizadas na paisagem vinculadas a uma base material singular, ou seja, a um lugar, e reapropriadas por parte da sociedade.

São necessárias, para tanto, novas ferramentas para aumentar a orientação, a identificação e a imaginabilidade, necessárias ao surgimento de sentimentos de pertencimento em relação ao ambiente e, conseqüentemente, à preservação desses

lugares, caminhos e pontos. Algumas dessas poderiam ser, por exemplo, melhorar as condições de uso, acesso e apropriação de marcos históricos e pontos, onde as marcas da passagem do tempo possam ser valorizadas e visualizadas no repertório simbólico da cidade.

Como observado por Holzer (2006), Meinig (2002) e Ribeiro (2007), paisagem é utilizada de tantas formas e sob tantos olhares que acaba sendo um termo ambíguo, muitas vezes definido através da negação. Assim, o presente trabalho possivelmente incorpora esta característica múltipla da paisagem: como história, por nos remeter a fatos, memórias e artefatos que marcam a passagem do habitar humano nos distintos lugares; como lugar, por abarcar tudo o que vivenciamos como observadores sensíveis, uma vez que todos os eventos encontram-se irremediavelmente ancorados em lugares singulares; e como estética, por estar ligada à abstração da percepção através dos sentidos, vividos conforme a cultura e relações de identidade do observador com o ambiente.

Isso por que, como salienta Meinig (2002), “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG, 2002, p.35).

Desta forma, haveria uma aproximação entre a paisagem e o lugar em sua relação com a identidade a partir de experiências, símbolos e significados atribuídos ao espaço, ainda que esta relação se dê de maneiras distintas. Segundo Holzer (2006) uma característica que a diferenciaria a paisagem do lugar seria a possibilidade de compartilhamento do vocabulário na primeira. Assim, paisagem seria um

[...] produto de significados coletivos que geram a geograficidade (a partir da interação intersubjetiva sobre determinada porção de espaço) e que, portanto, permitem uma comunicação entre muitos destes indivíduos que estão estabelecidos sobre este espaço a partir de um vocabulário compartilhado. (HOLZER, 2006, p.114)

Pode-se considerar que a paisagem como ambiente abrange tudo o que vivenciamos, não só a percepção em termos de sentidos, mas as relações que se estabelecem nas mesmas, estando relacionado, inclusive à nossa sensação de bem-estar.

Ademais, paisagem “[...] referenciado pela fenomenologia, trata-se de uma essência que delimita atributos espaciais e temporais de um determinado fenômeno relativo à ligação visceral do ser e do mundo, onde o que pauta a relação é a intersubjetividade.” (HOLZER, 2014, p.2)

Considerando esta base fenomenológica e utilizando os referenciais teóricos da geografia humanista e cultural em seu modo de observação e apreensão da paisagem, pretendemos reconhecer paisagens que marcam a ruralidade do período colonial sob o olhar urbano da contemporaneidade no Município de Maricá.

Maricá é um município situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, distribuído em um território de 362,6 quilômetros quadrados, possuindo características de zona periférica em relação à capital no que tange à infraestrutura e condições socioeconômicas de seus habitantes, bem como por manter remanescentes isolados de suas edificações históricas - sendo poucas tombadas pelo patrimônio histórico municipal ou estadual - cujo estado de preservação e uso pela população enquanto bens culturais capazes de espelhar a identidade local podem ser questionados.

Somado a isso, Maricá conta com um patrimônio ambiental que consiste em um sistema lagunar formado pelas lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina e Jaconé, além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu que ligam as lagoas ao mar. A localidade também é conhecida por suas praias oceânicas, destacando-se Jaconé, Ponta Negra, Barra de Maricá, Zacarias, do Francês e Itaipuaçu. Igualmente, o município é rodeado por maciços rochosos e uma vasta planície costeira, o que confere ao município um alto poder de atratividade por suas paisagens.

A trajetória da ocupação portuguesa em Maricá remonta à doação de terras em Sesmarias pela Coroa Portuguesa a partir de 1574, principalmente na faixa litorânea, com o cultivo da cana-de-açúcar; passando pela criação da Vila de Santa Maria em 1814. Maricá, no período colonial, teve grande importância econômica e política através da produção das fazendas. Tanto que, em 1887, é criada a Estrada de Ferro Maricá, ligando os municípios de Niterói a Cabo Frio em seu auge.

Em 1889, Maricá é elevada à condição de cidade através do Decreto Estadual nº. 18, de 27 de dezembro de 1889. Deste momento em diante, acentua-se a relação do município com os mercados vizinhos, acelerando o processo de urbanização na área central e de parcelamento do solo. Destaca-se aqui o processo migratório do Rio de Janeiro e Niterói em direção às áreas agrícolas de Maricá.

Com a abolição da escravatura e o posterior declínio da atividade agrícola na década de 1940, especialmente após a crise econômica causada pela II Guerra Mundial, o poder aquisitivo de grande parte da população cai e o movimento migratório se inverte, com a saída de moradores em direção às favelas do Rio de Janeiro e Niterói, além de bairros da Baixada Fluminense e de São Gonçalo.

A partir daí Maricá deixa de ser um município predominantemente rural. Com a implantação da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) na década de 1950 e a retirada da estrada de ferro em 1964, além dessa mudança, a velocidade da ocupação e percepção das paisagens altera-se, surgem áreas loteadas ao longo da rodovia e grandes extensões de terra com baixas densidades onde outrora havia a vitalidade dos caminhos e traçados realizados a pé ou de trem.

A ideia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de tratá-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados, embora ainda estranha à algumas escolas da geografia e do urbanismo, é o que a geografia humanista, surgida a partir da década de 1970 propõe como método de trabalho. (COSGROVE, 2004)

Considerando que a cultura é determinada e determinante das ações humanas, “revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, *re-presentar* essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos.” (COSGROVE, 2004, p.103)

E ainda, considerando que a paisagem é marca, no sentido de expressar as marcas de uma civilização, é também matriz, pois se apresenta segundo certa concepção e percepção de mundo expressas pela cultura. (BERQUE, 2004).

Se Lynch (1997) já destacava a importância prática e emocional das imagens mentais e da orientação para a noção de pertencimento, podemos dizer que quando se perde o domínio visual da paisagem, se aceita a negação sensorial, o que implicaria em não se importar ou não destacar as qualidades singulares de determinado lugar.

Como nos lembra Haesbaert (1999), o território constitui parte fundamental ao processo de identificação social, como um referente concreto que dá consistência e eficácia ao poder simbólico. Mais do que o território, o lugar constitui parte de nossa identidade, de quem somos. Por onde passamos, deixamos nossas marcas e somos modificados, afetados. Desta forma as memórias são reconstruídas através de marcos, monumentos, edificações, caminhos ou outros lugares que sirvam como referentes materiais da passagem do tempo.

Autores que se debruçam sobre o tema da paisagem relacionada à preservação do patrimônio cultural no Brasil, tais como Ribeiro (2007), salientam que este ainda é um campo a ser explorado e que possui muitas possibilidades de uso, necessitando de novos olhares sobre conceitos já muito utilizados como lugar, paisagem e preservação do patrimônio.

A preservação do patrimônio é pensada aqui em consonância com Meneses (2006), ou seja, num sentido amplo que abrange tanto o tombamento quanto a preservação, conservação, restauração, reabilitação ou quaisquer outras formas de preservar os bens materiais ou imateriais singulares de determinado lugar e que garantam seu uso, apropriação e fruição pela população.

Outrossim, visando a preservação de memórias da cidade, em especial daquelas relacionadas a uma certa ruralidade de Maricá, seria possível evocá-las refazendo os caminhos por onde a Estrada de Ferro Maricá passou e que mudaram as características de alguns bairros. Afinal,

Para reencontrar as vias e monumentos antigos, conservados ou desaparecidos, nós nos guiamos pelo plano geral da cidade antiga, nos transportamos para ela em pensamento, o que sempre é possível para os que nela viveram, antes que houvessem ampliado e reconstruído os velhos bairros, e pelos pedaços de muros que permaneceram de pé, essas fachadas de um outro século, esses trechos de rua guardam seu significado de outrora. (HALBWACHS, 2006, p.152)

Esses vestígios, muros, casas, trilhos, como nos lembra Halbwachs (2006), seriam capazes de nos remeter às memórias compartilhadas dos tempos áureos da vida rural de Maricá, trazendo consigo um pouco do que foi esquecido, abandonado e não preservado. O presente trabalho pretende, assim, trazer algumas destas paisagens e vestígios dos caminhos do trem da Estrada de Ferro Maricá que remetem a uma ruralidade forçosamente esquecida e que deram lugar a paisagens de abandono como uma forma de resistência ao apagamento dessas memórias, assim como propõe Ricoeur (2007), o dever de memória é uma exortação a não esquecer.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem; memórias da cidade; preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf> Acesso em mai 2019.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: Paisagem, tempo e cultura. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.84-91.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Paisagem, tempo e cultura. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.92-123.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: Manifestações da cultura no espaço. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006 [1950].

HOLZER, Werther. Paisagem cultural e arquitetura vernacular: o caso dos suíços em Nova Friburgo. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/205 Acesso jul 2019.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. Tradução Werther Holzer. Espaço e Cultura, n. 13, p. 35-46, 2002 [1976].

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor H. et al. (Org.) Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. p. 33-76.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf Acesso em jul 2019.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain François (et al). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 [2000].

Patrimônio industrial edificado em Cachoeira do Sul

Industrial heritage built in Cachoeira do Sul

FRANCESCHI, Leonardo I. Gomes de (1); COLBEICH, Jéssica Machado (2)

(1) Graduando, UFSM, leonardogfranceschi@gmail.com ;

(2) Bacharel, UNISC, jessicolbeich@gmail.com .

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo envolve a pesquisa sobre as edificações industriais de valor histórico do município de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, que sobrevivem hoje como remanescentes do período mais próspero da cidade, ocorrido entre as décadas de 1870 e 1960, contendo em si os aspectos históricos, sociais e as heranças deixadas na paisagem cultural e urbana da cidade.

A região da depressão central do atual Estado do Rio Grande do Sul é composta principalmente pelos biomas de Planícies Aluviais e coxilhas do Pampa Gaúcho, que favoreceram desde o início de sua colonização a produção agropecuária das estâncias, originárias da doação de sesmarias aos primeiros colonizadores de origem açoriana, enviados pelo Reino de Portugal com o objetivo de manter o território sob seu domínio por volta do ano de 1750.

A localização da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, situada às margens do Rio Jacuí, favorecia a possibilidade da chegada de recursos e transporte de pessoas, sendo a antiga cachoeira do Passo do Fandango o ponto mais distante em direção ao centro do Estado onde era possível a navegação segura no Rio Jacuí. Entretanto esta distância dos centros de produção industrial e de distribuição de mercadorias tornava lenta ou mesmo inviável a logística de produtos para a região central do Rio Grande do Sul. A necessidade de oferta de produtos alimentícios à população local fez desenvolver-se as primeiras indústrias localizadas junto às estâncias, como as pequenas charqueadas e atafonas, como ainda hoje pode ser observado na estrutura remanescente da Fazenda São José, na localidade do Piquiri.

Com o crescimento da população da cidade e desenvolvimento regional, ocorre a instalação em meados de 1870 daquela que se tornaria a primeira indústria de grande porte da cidade, denominada hoje como Charqueada Estabelecimento Paredão, nome da última empresa proprietária da fábrica. A localização desta Charqueada a tornava privilegiada, pois a sua distância para as estâncias criadores de gado das regiões do Planalto Médio, Fronteira Oeste e Missões era muito menor em relação ao polo charqueador de Pelotas, tornando mais vantajosa a comercialização pela menor perda de peso ocorrida pelas caminhadas das tropas rumo ao abate.

A Charqueada ainda pode se beneficiar da construção da ferrovia Porto Alegre-Uruaiana, que permitiu o transporte de gado durante os períodos de cheias através do Rio Jacuí. Foi por muitos anos o único grande estabelecimento voltado à produção de charque e outros produtos derivados do abate de gado *vacum*. Porém as instalações industriais da Charqueada Paredão foram as primeiras da cidade a caírem em desuso, com a introdução de novas técnicas de conservação de alimento, a transformação da carne *in natura* em charque e conservas passa a perder demanda, e sem a

modernização da indústria, a empresa é fechada e as edificações são abandonadas por volta dos anos 1930.

Desde a década de 1950 os governos municipais movimentam-se com objetivo de reutilizar o local anteriormente pertencente à Charqueada para a implantação de um porto, integrante do projeto da hidrovia do Mercosul. No entanto, as primeiras obras são iniciadas somente em 1995 e finalizadas em 1997, com a construção de uma plataforma fluvial, terminal ferroviário, reforma do único pavilhão que se manteve em pé (Figura 1) e terraplanagem da área, que destruiu parte das ruínas remanescentes das instalações (ROHDE, 1998, p. 186). Desde 1997 a área não fora utilizada por nenhuma empresa, com o pavilhão e ruínas sofrendo com a ação do tempo e vandalismo.



Figura 1 - Edificações da Charqueada Paredão, Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: fotografia de Leonardo I. G. de Franceschi, 18 de agosto de 2018.

Nos primeiros anos do Século XX, a introdução de equipamentos mecanizados permitiu os primeiros plantios de lavouras de arroz irrigado, impulsionando o desenvolvimento dos engenhos no município, que viria a se tornar um dos maiores produtores de arroz do estado nas décadas seguintes. Houve então a criação de diversos engenhos para o beneficiamento do produto, alguns alcançando volumes de produção consideráveis, como o Engenho Brasil, da empresa Reinaldo Roesch S.A., que chegou a ser o maior engenho de arroz da América Latina.

Próximo ao complexo do Engenho Brasil (Figura 2), permanecem outras edificações industriais relevantes na história do município, como o Moinho União, a Fundação Kerber, que produzia principalmente bombas para irrigação de lavouras, e a Fundação Mernak, que se destacava pela produção de locomóveis, todas localizadas junto à linha férrea, o que facilitava a distribuição de suas mercadorias para outras regiões do estado e país.



Figura 2 - Edificação parte do complexo do extinto Engenho Brasil, esquina das Ruas Marechal Deodoro e Comendador Fontoura, Cachoeira do Sul - RS.

Fonte: fotografia de Leonardo I. G. de Franceschi, 18 de março de 2019.

Entre as décadas de 1950 e 1990, distritos do território do município foram sendo desmembrados para a criação dos municípios de Faxinal do Soturno, Restinga Seca, Agudo, Paraíso do Sul e Novo Cabrais. Estes fatos contribuíram com a redução da área de plantio de arroz e promoveu a criação de novos centros de beneficiamento do grão junto às novas cidades. Completando o cenário adverso, os antigos engenhos não acompanharam a modernização dos sistemas de produção e distribuição, perdendo aos poucos seu espaço no cenário econômico da região.

A cidade, todavia, sempre possuiu forte dependência econômica para com a produção primária proveniente da agropecuária e do beneficiamento da produção vinda dos campos. “Esta monocultura agrícola extravasava o espaço rural e adentrava no espaço urbano pela indústria e pelo comércio. Até a indústria pesada tinha vínculo inegável com o arroz (locomóveis, trilhadeiras, bombas, balanças, etc.).” (ROHDE, 1998, p.119)

Na década de 1970, com novos investimentos em infraestrutura no Brasil, evolução dos veículos de transporte rodoviário e aumento da pressão exercida pela expansão urbana da cidade, a antiga Estação Férrea de Cachoeira do Sul é demolida no ano de 1975 (IPHAE, 2002, p.32). No local da antiga estação, construiu-se a Praça Honorato de Souza Santos e a ligação entre a Rua David Barcelos e a Rua Sete de Setembro, a linha férrea foi sendo removida durante esta mesma década, sendo substituída por uma nova linha localizada ao norte do núcleo urbano.

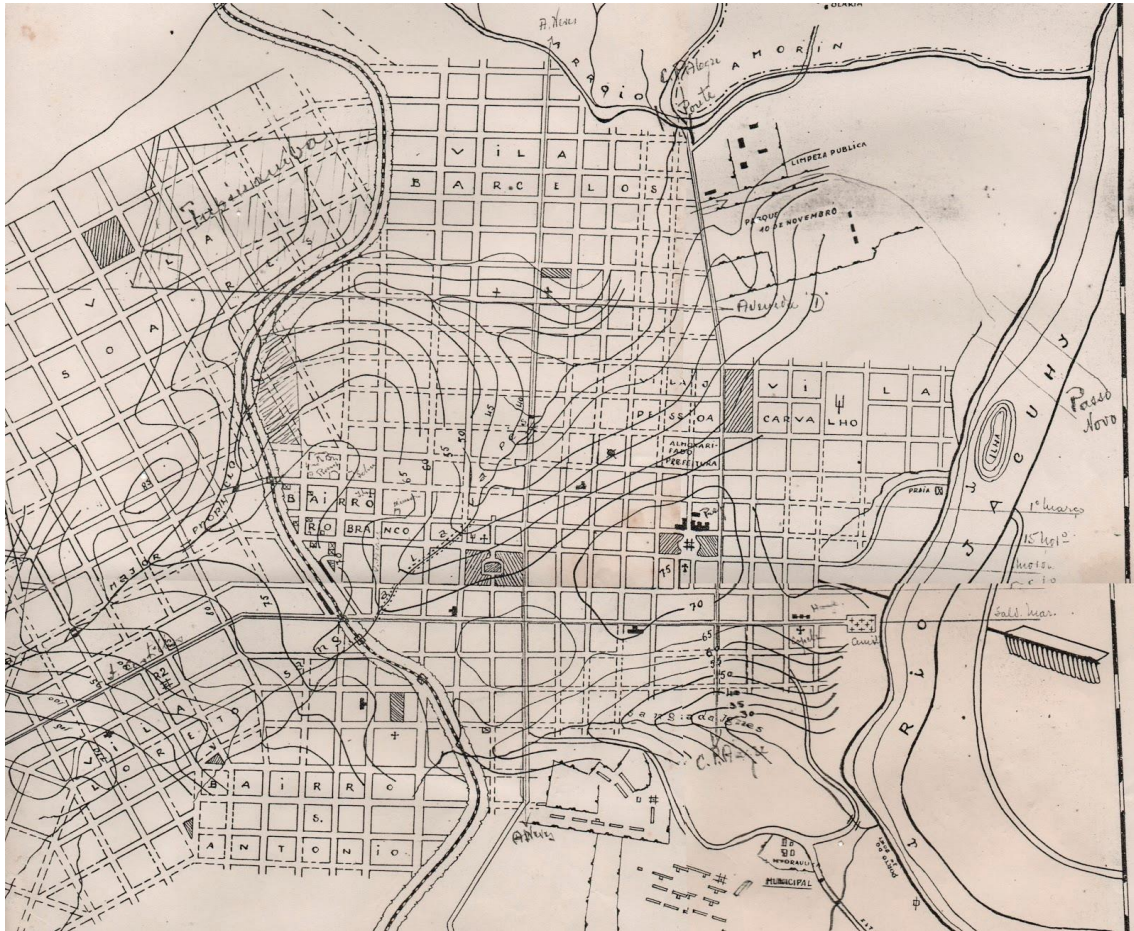


Figura 3 - Recorte da Planta da Cidade de Cachoeira (Linha Férrea atravessando a malha urbana) autoria provável de Joaquim Vidal - 1942, Cachoeira do Sul - RS.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Obras.

Esses empreendimentos industriais influenciaram profundamente a forma e as características da malha urbana, o entorno dos complexos industriais foram ocupados de maneira diversa, refletindo as oportunidades e momentos econômicos vividos pela sociedade local. Ainda hoje, mesmo com a sua remoção ou desocupação, pode-se perceber as ocorrências e efeitos das decisões tomadas por industriais proprietários das instalações, mudanças na legislação e progressão dos processos de produção de mercadorias.

Dentro do processo de transformações das cidades, os núcleos industriais históricos urbanos vêm sofrendo uma progressiva descaracterização por conta da obsolescência, do crescimento urbano e da valorização de muitas cidades, determinando muitas vezes morfologicamente a sua estrutura e as relações com outros núcleos. (MIRANDA, 2003, p.9)

O patrimônio industrial de Cachoeira do Sul, talvez pela falta de desenvolvimento, permanece, ainda que na maioria abandonado ou em ruínas, presente no dia a dia dos cachoeirenses, que em parte consideram como símbolo maior do “fracasso” econômico do município, da estagnação desenvolvimentista, porém, em uma espécie de relação controversa, também consideram estas edificações como parte da cidade, que formatam a icônica paisagem do horizonte, com a qual estão habituados e afeiçoados,

com suas chaminés, torres e silos que também carregam o orgulho de ter sido uma cidade próspera em um passado de décadas atrás.

Portanto, indica-se aqui para a possibilidade e necessidade do registro e organização das informações pertinentes a este conjunto industrial, ampliando para o cenário completo da cidade, com a zona Leste influenciada pela estrutura da Charqueada, que em seu início utilizou trabalhadores descendentes de escravos, que se estabeleceram às margens do Arroio Amorim. O centro da cidade possuía a linha férrea e os complexos dos engenhos e fundições como barreiras que limitavam a comunicação entre as porções Sul e Norte da cidade. Às margens do Rio Jacuí, na extremidade sul, eram ocupadas por engenhos e depósitos, que aproveitaram a proximidade com o antigo porto para o transporte de mercadorias, hoje lá havendo um grande complexo da extinta Companhia Rio-Grandense de Silos e Armazéns.

Por fim, estes objetivos caminham de encontro aos tópicos conhecidos como “Princípios de Dublin” adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, que definem como Patrimônio Industrial a ser preservado os complexos, edificações, maquinários e documentos que permitam o entendimento dos processos de produção industrial e as relações de trabalho ocorrentes no passado, assim como também determinam que devem ser resgatados e registrados os conhecimentos técnicos dos períodos vivenciados.

Como meios para angariar as informações para registro dos dados relevantes à pesquisa, define-se para a primeira fase a leitura e compilação da bibliografia pertinente sobre os períodos vividos pelo município e sociedade cachoeirense. Posterior a esta etapa procede-se com a consulta em fontes de hemerografia e mapografia para complementação da base informacional. Seleciona-se a partir daí as edificações industriais com maior relevância para o cenário histórico cultural do município. Nesta etapa os pesquisadores então saem a campo com objetivo de realizar o registro fotográfico e de outros dados de cada edificação.

Através dos dados coletados *in loco*, pode-se comparar e encontrar as lacunas e incoerências, onde a fase de interlocuções e aplicação de questionários com habitantes, utilizadores, proprietários, funcionários e pessoas com parentesco a estes, atua com capacidade de preencher e lançar novas possibilidades de questionamentos e conclusões. Se julgado necessário, poderá ser realizado novo ciclo de pesquisa, até a satisfação dos objetivos elencados para a pesquisa.

Portanto, o acervo levantado servirá para futuras pesquisas a serem realizadas, com aprofundamentos em diferentes áreas de conhecimentos científicos, podendo ainda serem utilizados como subsídios para o desenvolvimento e aprimoramento da legislação de ocupação, utilização e conservação do solo urbano, para ensino nas escolas e institutos de educação e divulgação à comunidade, com o objetivo principal de manter na memória do município seus pilares de desenvolvimento, motivadores da aglomeração de pessoas nesta cidade e base da atual indústria instalada, que ainda hoje tem forte presença na metalurgia voltada a produção de maquinário, peças e implementos agrícolas, grandes engenhos modernizados e um crescente retorno à instalação de agroindústrias junto às fazendas na zona rural.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Industrial, Cachoeira do Sul, Desenho Urbano, Patrimônio Industrial.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária.** In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, p. 381-420, Scielo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a07v19n2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS. **DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (MATERIAL) - Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros.** Bombinhas, 2012. In: FECAM – Federação Catarinense de Municípios. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/476/arquivos/964336_Projeto_Parques_e_Fauna_Plano_de_Manejo_da_Area_de_Relevante_Interesse_Ecologico_da_Costeira_de_Zimbros__3_Diagnostico_do_Patrimonio_Historico_Cultural_material_.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

DALMORA, Eliane. **Subsídios para um novo enfoque de desenvolvimento rural. Evolução e diferença do sistema agrário de Dilermando de Aguiar, RS.** Santa Maria: UFSM. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/920/4393>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ICOMOS, International Council on Monument and Sites. **Os Princípios de Dublin, 2011.** In: TICCIH, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – Brasil. Trad. TICCIH Brasil. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IPHAЕ, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959.** Porto Alegre: Pallotti, 2002.

MIRANDA, Adriana Eckert. **A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950.** Joinville: PROPAR - UFRGS, 2003. Dissertação. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5509/000427336.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ROHDE, Geraldo Mario. **Cachoeira do Sul – Uma perspectiva Ambiental.** Canoas: EDITORA ULBRA, 1998.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. **A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX.** Lages: Supernova, 2015.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SBABO, Janaina Schaun. **Patrimônio Industrial em Rio Grande: A estrutura da fábrica Rheingantz a partir do olhar de um operário.** Rio Grande: FURG, 2015. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7008/5583-15858-1-PB.pdf?sequence=1>. Acessado em: 01 ago. 2019.

SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. **Cachoeira do Sul em busca de sua história.** Porto Alegre: MARTINS LIVREIRO, 1991.

Petrópolis: um primeiro olhar urbano-paisagístico para a preservação no Estado do Rio de Janeiro¹

Petrópolis: a first preservation glance on urban-landscape site at Rio de Janeiro state

COSTA, Daniella (1); REIS, Igor (2); BARROS, Nathalia (3) JANSEN, Artur (4)

(1) Professor Doutor, UFF - Universidade Federal Fluminense, daniellacosta@id.uff.br ;

(2) Graduando, UFF - Universidade Federal Fluminense, reisigor@id.uff.br ;

(3) Graduando, UFF - Universidade Federal Fluminense,
NathaliaPaixao@hotmail.com ;

(4) Graduando, UFF - Universidade Federal Fluminense, arturjansen@icloud.com .

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho, contém as impressões iniciais da pesquisa 'Camadas de Preservação: A evolução do conceito de cidades históricas e sua preservação no Estado do Rio de Janeiro'. O projeto busca entender a evolução do conceito de sítio histórico urbano no Brasil e quais são as principais dificuldades em sua preservação. O fio condutor para uma primeira análise será a observação das ferramentas oficiais de preservação.

Em 1976, o documento conhecido como Carta de Nairóbi, fruto da Conferência Geral das Nações Unidas, aprofunda a discussão sobre sítios urbanos históricos. A carta afirma a importância destes sítios como parte do cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituindo a "presença viva do passado" (CURY,2000. pg.217).

A carta constata uma série de perigos a que os sítios históricos estão expostos, além da destruição, que provocam "perturbações sociais" (CURY,2000. pg.217) também são citados a "uniformização e despersonalização" e as "reconstruções irracionais e inadequadas" (IDEM).

Estes perigos estão presentes no desenvolvimento natural de um sítio urbano, mas como afirma o professor italiano Daniele Vitalle (2016) as cidades e as rochas têm um ponto em comum. Segundo ele, como acontece com as rochas, as cidades se modificam por pressões externas, mas são capazes de guardar os vestígios deixados por essas mudanças, que se compactam e cristalizam, tornando possível a leitura da passagem do tempo em suas camadas de história visível em suas ruas e acervo construído (VITALLE,2016).

Isto é o que interessa a esse trabalho, entender a evolução do conceito de sítios urbanos históricos no Brasil e as principais dificuldades de preservar os sítios protegidos pela ferramenta oficial, o tombamento.

Em 2011, em sua conferência anual em Paris, a UNESCO reafirma o foco de observação das cidades históricas, expandindo a abertura das lentes que deveriam

¹ Artigo vinculado a pesquisa 'Os centros históricos brasileiros e a prática de restauração da arquitetura urbana não monumental', coordenada pelo professor José Simões de Belmont Pessoa da Universidade Federal Fluminense e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

enxergar não apenas o patrimônio material construído, mas, deveria reconhecer a importância dos processos sociais, culturais e econômicos como parte deste patrimônio.

O patrimônio urbano constitui um recurso social, cultural e econômico para a humanidade, definido por uma estratificação histórica de valores que foram produzidos por culturas sucessivas e contemporâneas e por uma acumulação de tradições e de experiências, reconhecidas como tal na sua diversidade. (UNESCO,2011. Tradução nossa)

A pesquisa que dá origem a este artigo nasce da tentativa de atualizar o olhar sobre o patrimônio urbano construído, conforme sugere a UNESCO (2013) em seu documento *'recommendation on the historic urban landscape'* que nos convida a olhar a paisagem histórica urbana, e não apenas o patrimônio arquitetônico construído:

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. (UNESCO,2011. Tradução nossa)

Diante desta nova dimensão para os sítios urbanos, as questões relativas à preservação são as mais diversas: Como permitir que um sítio histórico urbano cresça e evolua sem perder sua essência? Nestes oitenta anos de instrumentos oficiais de preservação no Brasil conseguimos mudar a forma de olhar nossos sítios urbanos históricos? Até que ponto legislação existente mantém estes sítios vivos?

Para refletir sobre estas questões, definimos como um primeiro estudo de caso a pequena cidade de Petrópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Escolhida por representar esta mudança na visão de preservação de sítio urbano no Brasil. A ideia é observar as ferramentas oficiais de proteção existentes e seu desempenho na manutenção das camadas históricas existentes no sítio hoje.

A serra da estrela, região serrana do estado do Rio de Janeiro, guarda em sua paisagem um exemplar urbano onde a presença das camadas históricas de valores e atributos culturais e naturais, de fato transcendem a noção de "centro histórico". A cidade de Pedro, Petrópolis, nasce da visão do primeiro Pedro, D. Pedro I, que em seu percurso pelo caminho novo do ouro, se familiariza com as terras da Fazenda do Córrego Seco e se encanta com a natureza e com o clima ameno (PESSOA,2007 p.211). O imperador adquire parte das terras para implantar aí uma vila imperial, mas com seu retorno a Portugal em 1831, os planos para a povoação só se concretizarão através de outro Pedro, D. Pedro II.

Em 1843, D. Pedro II assina decreto que dará origem a construção da Vila Imperial. A cidade planejada para ser o refúgio de verão da família Imperial, guarda em seu traçado regular uma relação singular entre a intervenção do homem e a natureza do sítio. O engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler, engenheiro civil e viário (PESSOA,2007 p.211) responsável pelo desenho da nova vila imperial, implanta a nova povoação acompanhando o traçado dos rios locais. Da união entre traçado regular e natureza exuberante, muito diferente da tradição urbanística portuguesa que vemos em nossas cidades coloniais, resulta a implantação de uma cidade que vai traduzir "como nenhuma outra, o período Imperial Brasileiro" (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.150).

A presença do Império e prosperidade estão guardadas na arquitetura local. Quando a República substitui o Império, a cidade de Pedro cai nas graças do novo regime e evolui

com ele. Esta junção entre natureza pitoresca, clima ameno e pessoas influentes vão formar uma cidade com “aura de grandeza, que é seu valor maior, sua joia mais preciosa, ligada a figura sem paralelo de D. Pedro II” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.150).

Os mesmos atrativos que encantaram o Imperador ainda causam impacto nos visitantes hoje. O encanto e admiração trouxeram prosperidade e as dores do crescimento. A cidade começa um processo de verticalização na segunda metade do século XX, cujo impacto no sítio se pode ver e sobre o qual podemos ler nos registros guardados no processo de tombamento da cidade, no arquivo central do IPHAN no Rio de Janeiro.

O patrimônio petropolitano ganha atenção do Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, então SPHAN, logo em seus primeiros anos de atuação. São tombados individualmente o palácio Imperial em 1938, e nos anos seguintes o palácio da Princesa Isabel, a casa do Padre Correa, o palácio Grão-Pará entre outros. Estes bens, atendiam muito bem a cláusula de excepcionalidade do primeiro artigo do decreto-lei nº 25 e foram inscritos nos livros do Tombo de Belas Artes e/ou Livro do Tombo Histórico.

No final dos anos 1960, o SPHAN já acumulava a experiência em outros sítios tombados, especialmente Ouro Preto, como nos conta a arquiteta Lia Motta (1987). Toda esta experiência começa a mudar a forma de olhar as cidades.

Somente no final da década de 60 um novo conceito de centro histórico começou a figurar no discurso oficial do Patrimônio. O termo empregado não era mais cidade ou cidade monumento, como na carta de Lúcio Costa, que pressupunha a conservação da cidade como um todo. Passou a ser utilizado o termo sítio urbano. Podendo referir-se assim a um trecho da cidade, admitindo seu crescimento. (MOTTA, 1987. p.117)

Conscientes disto, ou não, Petrópolis recebeu este novo olhar dos técnicos do órgão, que começam a entender novas necessidades de preservação para o sítio. Tudo registrado no processo de tombamento do conjunto urbano, que se inicia com o indeferimento do pedido de tombamento.

Em 1962, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, opina contra o tombamento, do edifício nº 260 da avenida Koeler “por não possuir ele aquelas características prescritas no art.1, do decreto-lei nº25” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.03), ou seja, não se reconhecia naquele edifício de linhas ecléticas, “estilo fruto de pura importação” (KÜHL, 2008. p.103) uma “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” nem “excepcional valor [...] artístico” (BRASIL. Dec.-Lei nº 25, 1937).

Mas, a grande novidade começa a aparecer na contraproposta para o tombamento, o arquiteto sugere que, no lugar de um edifício, as vias centrais da cidade onde se localizam os “logradouros mais nobres da urbanização petropolitana com fundo paisagístico ainda muito pouco alterado” sejam preservadas “no desenvolvimento natural que se impõe à cidade” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.03). Apesar, da sugestão de Barreto da inscrição de oito ruas e três praças, apenas uma das vias sugeridas, a av. Koeler, é inscrita em 1964, no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Quase duas décadas depois, ainda diante da grande pressão causada pelo mercado imobiliário em Petrópolis, e dos novos apelos populares para estender o tombamento o olhar do IPHAN se volta novamente a cidade. Em 1980, o historiador e arquiteto Paulo

Santos analisa a questão como relator do processo de extensão de tombamento e enxerga dois momentos de “apreensão do valor artístico de Petrópolis” e de “apurada sensibilidade” na atuação do IPHAN (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.75). O primeiro manifestado nos tombamentos individuais, citados anteriormente, e o segundo momento é o de ampliação do foco para incluir as outras camadas que compõe o sítio. Isto é, não apenas a cidade histórica e seu patrimônio arquitetônico, mas a paisagem.

O tombamento do sítio, que inicialmente contemplava apenas a avenida Koeler foi estendido nos anos 1980, grande parte por uma intensa pressão popular. A poligonal de tombamento é estendida passando a englobar uma área maior no primeiro distrito da cidade, incluindo as calhas dos rios, tão importantes na configuração urbana da Cidade. Mas como um escritório que conta com dois técnicos arquitetos conseguem dar conta de todas estas camadas que formam o sítio urbano histórico? E no que se baseia o técnico do IPHAN trabalhando hoje em Petrópolis? Quais são as ferramentas usadas como diretrizes para a manutenção deste sítio histórico?

Neste primeiro momento vamos observar as ferramentas federais para a preservação do sítio.

Os processos consultados no escritório técnico do IPHAN em Petrópolis, citam as seguintes diretrizes técnicas para tomadas de decisão: o Decreto-Lei 25/1937, a Constituição Federal artigos 215 e 216, a Portaria nº 420/2010 do IPHAN – disposições gerais para aprovação de propostas de intervenção nos bens integrantes de patrimônio cultural, Portaria nº213/1996 - dispõe sobre o entorno dos bens tombados na Cidade de Petrópolis/RJ a Instrução normativa do IPHAN 01/2003 - que dispõe sobre acessibilidade aos bens culturais acautelados em nível federal, as cartas e recomendações internacionais de restauração e os manuais técnicos do IPHAN, em especial os cadernos contendo as orientações para elaboração de projeto de restauração em bens tombados pelo IPHAN.

A portaria nº 420 é um guia para estabelecer o que deve estar contido nos projetos de intervenção, contém modelos de formulários e listas de documentos necessários para submissão de projetos. O mesmo se repete na normativa de instrução 01/2003 sobre acessibilidade, que estabelece a NBR9050/2015 e LF 10098/2000 como fontes para os problemas ligados a acessibilidade nos projetos de preservação. A portaria que de fato legisla sobre o conjunto preservado em Petrópolis é a Portaria nº213/1996 que dispõe sobre o entorno do sítio tombado.

Esta portaria faz uma organização das tipologias de lotes em primeira categoria ou segunda categoria, de acordo com sua declividade. Estabelece parâmetros gerais, especialmente para novos lotes como a área mínima e testada mínima possível, em caso de desmembramento. Além disto indicam os usos recomendado e tolerado. Para as construções no lote estabelece taxa de ocupação máxima, índice de aproveitamento, afastamentos frontais e laterais e o gabarito máximo.

As recomendações descritas acima são gerais e abrangentes. Não existe uma portaria, nem critérios específicos guiando a intervenção no tecido histórico antigo. O que se encontra escrito em alguns dos processos de bens tombados individualmente são critérios mínimos que se estabeleceram com a prática².

A pesquisa está apenas começando. Mas é possível perceber que a cidade conseguiu manter a natureza dinâmica das cidades vivas, graças a ação conjunta entre os órgãos

² Informação verbal concedido em entrevista com as técnicas do escritório técnico em Petrópolis, em 19/07/2018.

de preservação oficiais e sociedade civil.

Existe um olhar novo dos técnicos do IPHAN para o sítio urbano, como demonstram os processos de tombamento. Isso evidencia a cidade como um ponto de mudança de direção no entendimento da preservação de sítios urbanos no Brasil.

Percebemos que existe ainda uma barreira entre a sociedade civil e os técnicos do IPHAN. Como quase tudo deve ter “prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico” (IPHAN, dec.-Lei 25/1937. Art. 17) as demandas da instituição crescem, os recursos são cada vez menores, com cada menos gente. Não muito diferente do que descreve Lucio Costa quarenta e dois anos atrás [...] “a lonjura, a falta de recursos e de pessoal qualificado no local impossibilitam uma fiscalização efetiva e a manutenção do bem.” (COSTA, 1977 In. REVISTA CASA E JARDIM ARQUITETURA, 1977p.6) o que, ainda segundo ele, transforma a preservação de bens culturais no Brasil um esforço de Sísifo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio urbano, preservação, legislação, Petrópolis.

REFERÊNCIAS

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o Mundo do Patrimônio: Notas para um balanço crítico. In: **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4, 1985.

COSTA, Lucio. In. **REVISTA CASA E JARDIM ARQUITETURA**. Rio de Janeiro: FC Editora. nº 17, 1977.

CURY, Isabelle. (org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

KUHL, Beatriz M. **Preservação do patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauro**. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2008.

----- Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. In. **Revista arq.urb.** São Paulo: Univ. São Judas Tadeu. nº3, 2010. Pg. 23 a 30. Fonte: <https://www.usjt.br/arq.urb/> - acessado em 18/05/2019.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto. In. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Rio de Janeiro: IPHAN. nº 22, 1987. P.108 a 122.

PESSOA, Jose. PICCINATTO, Giorgio. (Org.): **Atlas dos centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007.

UNESCO. **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. In. 36th UNESCO's General Conference. Paris, 2011. Fonte: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf> - Acessado em 12.02.2019.

----- **New Life for historic Cities: The historic urban landscape approach explained**. Paris, 2013. Fonte: <https://whc.unesco.org/en/activities/727/> - Acessado em 12.02.2019.

VITALE, Daniele. Aula Magna. XIV SHCU – Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos: PPGAU /IAU- USP, 2016. (Informação Verbal).

IPHAN, processo nº 662-T-62. Fonte: Arquivo Central do IPHAN

----- Série Inventário: Casa à Av. Koeller,260 – Petrópolis. Histórico e descrição do bem. Notação I. RJ-0303.01. Fonte: Arquivo Central do IPHAN

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm - acessado em 21/07/2016

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1512/> - acessado em 15.05.2019

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

COORDENAÇÃO GERAL: Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (UFSM-CS)

VICE COORDENAÇÃO GERAL: Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFMG)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Atila Augusto Stock da Rosa (PPGPC-UFSM)

Profa. Dra. Bárbara Maria Giacom Ribeiro (UFSM-CS)

Profa. Dra. Giane de Campos Grigoletti (PPGAUP-UFSM)

Profa. Dra. Laline Elisangela Cenci (UFSM-CS)

Profa. Me. Leticia de Castro Gabriel (UFSM-CS)

Profa. Dra. Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui (UFSM-CS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Masseran (UNESP)

Profa. Me. Paula Bem Olivo (UFSM-CS)

Profa. Me. Renata Venturini Zampieri (UFSM-CS)

Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha (UFSM-CS)

Profa. Dra. Verônica Garcia Donoso (UFSM-CS)

COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO:

Carlos Eduardo Gianetti (UFSM-CS)

Diones de Vargas Dutra (UFSM-CS)

ORGANIZADORES DO CADERNO DE RESUMOS:

Juliana Silva Pavan, Mateus Rosada, Ricardo de Souza Rocha, Bárbara Maria Giacom Ribeiro

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-94140-03-6



9 788594 140036

UFSM-CS
ISBN 978-85-94140-03-6